



ANAIS DO ENGÊNERO III



Anais do Engênero III

Universidade Federal do Espírito Santo
Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência
Vitória/ES – 06, 07 e 08 de novembro de 2018.

<http://legpv.ufes.br>





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitora de Extensão: Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Pró-Reitoria de Graduação: Zenólia Christina Campos Figueiredo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania: Gelson Silva Junquilha

Superintendente de Cultura e Comunicação (interina) e Secretária de Comunicação:
Thereza Marinho

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais: Renato Rodrigues Neto

Diretora do Centro de Educação: Cláudia Maria Mendes Gontijo

Diretor do Centro de Educação Física e Desportos: Otávio Guimarães da Silva

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas: Rogério Naques Faleiros

Diretor do Centro de Artes: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Diretora do Centro de Ciências da Saúde: Gláucia Rodrigues Abreu

ISSN: 2447-1755

Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência

Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Contato: secretaria.engenero@gmail.com



COMISSÃO ORGANIZADORA

Alex Silva Ferrari
Alexandro Rodrigues
Andrea dos Santos Nascimento
Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
Brunela Vieira de Vizenci
Catarina Cecin Gazele
Chiara Musso Ribeiro de Oliveira Souza
Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim
Erineusa Maria da Silva
Francesco Suanno Neto
Franciele Marabotti Costa Leite
Gabriela Santos Alves
Gilsa Helena Barcellos
Gustavo Arthur Monzeli
Ileana Wenez
Janaina Leite
João José Barbosa Sanna
Karla do Carmo Caser
Leandro da Silva Lunz
Lívia de Cassia Godoi Moraes
Louise Maestri Ferreira
Luan Tofano Elias
Luciana Silveira
Luiza de Souza Nichetti
Maria Beatriz Nader
Micheline Mattedi Tomazi



Mirela Marin Morgante

Nelson Porto Ribeiro

Raquelli Natale

Stella Scantamburlo de Mergar

Tanya Mayara Kruger

Thana Mara de Souza

Wendy Xavier Pereira Fernandes



COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Ana Maria Colling

Brunela Vieira de Vicenzi

Catarina Cecin Gazele

Getúlio Sergio Souza Pinto

Heloisa Kretli da Silva

Ileana Wenwtz

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro

Karina Fardin Fiorotti

Lana Lage da Gama Lima

Losandro Antonio Tedeschi

Marcio Rodrigues Vale Caetano

Maria Beatriz Nader

Maria da Conceição Silva Soares

Micheline Mattedi Tomazi

Miriam Carmo Rodrigues Barbosa

Rodrigo da Silva Goularte

Silvia Maria Fávero Arend

Tania Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar

Vanessa Maia Barbosa de Paiva



ÍNDICE DE AUTORES

Adriana Amarel Ferreira
Adriana Ilha da Silva
Adriana Pereira Campos
Alane Santos Pardinho
Alex Silva Ferrari
Aline Maria Dias
Amanda Carolini Menconi Hornhardt
Ana Claudia Fehelberg Pinto Braga
Ana Paula Lyra
Andrea dos Santos Nascimento
Andreia Galvão
Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Ângela Vieira
Anna Maria Martins Souza
Annabelle Bonnet
Arellys Esquenazi Borrego
Ariel Sessa
Áurea da Silva Garcia
Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
Beatriz de Barros Souza
Bruna Menezes
Camila Fernandes Pinheiro
Camilla Ramos Medalane Cravinho
Candido Ferreira de Souza Junior
Carla Denari Giuliani
Carolina Bastos de Siqueira
Carolina Ofranti Sampaio
Célia Barbosa da Silva Pereira
Celiane Pereira da Silva
Claber Borges Campos
Clarissa Alves de Oliveira
Cristina Grobério Pazó
Daniele dos Santos Francisco
Débora de Paula Bolzan
Edmilton da Silva
Elda Alvarenga
Ellen Cristina Santos Silva
Emilly Marques Tenório



ANAIS

*Encontro Internacional
Engênero III*

Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim
Erineusa Maria da Silva
Fabíola Simão Padilha Trefzger
Fany Serafim Nascimento
Fernanda Cristina dos Santos Francisco
Francesco Suanno Neto
Gabriela Pinto de Moura
Gabriela Santos Alves
Gelson Daldegan
Getulio Sérgio Souza Pinto
Gianna Maria Almeida Marques
Gilsa Helena Barcellos
Giovanni Alves
Heloisa Buarque de Almeida
Icléia Albuquerque de Vargas
Ileana Wenez
Iranilde Tavares da Câmara
Izabel Rizzi Mação
Janete de Souza Diniz
Jean-Louis Fabiani
Jéssica Cabral Ortega Corrêa
João José Barbosa Sanna
Joelson Rocha
Josiane Barbosa Felipe
Juliana de Almeida Machado
Júlio César Bentivoglio
Jussara Reis Prá
Jussara Viana Ferreira Arrigoni
Karla do Carmo Caser
Karolyne Mendes Gomes
Laryssa da Silva Machado
Laura Rosenberg Schneider
Leandro da Silva Lunz
Letícia Pereira de Souza
Lilian Mota Pereira
Lívia de Azevedo Silveira Rangel
Lorrana Bernardes Bastos
Lorrane Matos Ferrari de Andrade
Louise Maestri Ferreira
Luan Tofano Elias



ANAIS

*Encontro Internacional
Engênero III*

Luana Santos Azeredo
Luana Zamprogno
Luciana Silveira
Luciene Carla Corrêa Francelino
Lucimara Rizzoli da Silva Brandão
Márcia Rodrigues
Marcos Stéphanos Santana Ferreira
Maria Angela Rosa Soares
Maria Antonella Barone
Maria Beatriz Nader
Maria Cristina Dadalto
Maria de Almeida Silva
María del Pilar Tobar Acosta
Maria Eneida Matos
Mariana Alves Machado Ribeiro
Mariana Chrystello Martins
Mariana Rébuli Vieira
Marina Ferreira da Rosa Ribeiro
Marina Grandi Giongo
Marlise Meyrer
Marta Aguiar da Silva
Mauricio Sabadini
Meire Rocha de Abreu
Micheline Mattedi Tomazi
Milton Junior Barros Araújo
Mirela Marin Morgante
Monica Vermes
Natali Destefani Braga
Pablo Ornelas Rosa
Patrícia Maria da Silva Merlo
Paula Gabrielle Nascimento Ricio
Quéren da Silva Martins
Rafaela Danielli Nicola
Raquel Quirino Gonçalves
Renata Alves da Silva
Renata Barreto da Fonseca
Renata Kelly de Souza Dias
Renata Mourão Macedo
Sebastião Pimentel Franco
Sileyr dos Santos Ribeiro
Soraia de Mello Guimarães



Stela Cristina de Godoi
Stella Scantamburlo de Mergár
Stephanie Sales Rodrigues Nonato
Sthefany Duhz Cavaca
Tais Peres Fonseca
Tamiris Demoner
Tanya Mayara Kruger
Tatyana Alves Conceição
Thais Fernandes Rodrigues dos Santos
Valdeci Ataíde Capua
Vanda de Aguiar Valadão
Virginia Calegari Costa
Virgínia Fontes
Viviane Melo de Mendonça
Viviane Teixeira Silveira
Wakyla Cristina
Wendy Xavier Pereira Fernandes
Wildson Abo Sartori



SUMÁRIO

HISTÓRIA E JUSTIÇA: O PROCESSO PENAL COMO FONTE PARA O ESTUDO DO FEMINICÍDIO EM VITÓRIA/ES (2007-2010) - Alex Silva Ferrari, Luciana Silveira e Maria Beatriz Nader.....	17
MONTAGEM E CORTE-COSTURA: NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE ALICE GUY-BLACHÉ E MAYA DEREN NA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CINEMATOGRAFICA - Aline Maria Dias.....	40
A EXPERIÊNCIA DE SINDICALISTAS BRASILEIRAS NA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA ARGENTINA - Amanda Carolini Menconi Hornhardt.....	62
AS MULHERES NA LUTA QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE - Ana Paula Lyra, Fany Serafim Nascimento e Wakyla Cristina.....	80
O IMPACTO DA “HISTÓRIA DAS MULHERES” NA REDEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS FRANCESAS HOJE: OS LIVROS DIDÁTICOS, ENTRE ATENUAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA - Annabelle Bonnet.....	96
APROXIMAÇÃO CRÍTICA AO DEBATE SOBRE AS CATEGORIAS CLASSE SOCIAL DE SEXO E CLASSE SOCIAL - Arelis Esquenazi Borrego e Célia Barbosa da Silva Pereira.....	112
AÇÃO DE EXTENSÃO COMO BOAS PRÁTICAS EM CAPACITAÇÃO PARA IGUALDADE DE GÊNERO - Áurea da Silva Garcia, Icléia Albuquerque de Vargas, Rafaela Danielli Nicola e Josiane Barbosa Felipe.....	135
DITADURA MILITAR E GÊNERO: UMA OUTRA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MILITANTES POLÍTICAS - Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine e Mirela Marin Morgante.....	157
AQUI TEM MULHER FIRME ARREBENTANDO AS SUAS CORRENTES: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E OS SEUS	



REBATIMENTOS SOBRE O(S) MOVIMENTO(S) FEMINISTA(S) NO BRASIL - Bruna Menezes Guedes.....	175
GRUPO DE ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA - Camilla Ramos Medalane Cravinho e Andrea Nascimento dos Santos.....	196
MULHERES QUE RIMAM: A RESISTÊNCIA FEMININA NO MOVIMENTO HIP HOP - Carolina Ofranti Sampaio.....	211
DIÁLOGOS E CONEXOES ENTRE GÊNERO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSELHEIROS TUTELARES - Celiane Pereira da Silva e Débora de Paula Bolzan.....	224
ESTUDO COMPARATIVO DA VISÃO DE GÊNERO DO MUNDO MODERNO E DO MUNDO CONTEMPORÂNEO - Clarissa Alves de Oliveira e Angela Maria Caulyt Santos da Silva.....	245
TRANSFEMINILIDADE E TRANSMASCULINIDADE VERSUS BINARIEDADE E HETERONORMATIVIDADE - Daniele dos Santos Francisco.....	257
VIOLÊNCIA SEXUAL E GÊNERO: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL (SAVIS) NOS CASOS DE ABORTO PREVISTO EM LEI - Ellen Cristina Santos Silva e Débora de Paula Bolzan.....	270
A “ROTA CRÍTICA” DA MULHER CAPIXABA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA - Emilly Marques Tenorio.....	293
ROMPENDO SILENCIAMENTOS: SOCIABILIDADE E VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CARANGOLA-MG - Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim e Maria Beatriz Nader.....	316
A BARREIRA HETERONORMATIVA: A IMAGEM DO SER INVISÍVEL E O SEU GRITO NO SILÊNCIO - Fernanda Cristina dos Santos Francisco.....	334
RELAÇÕES DE GÊNERO E PODERES: TRABALHO NO IFES/CAMPUS MONTANHA, 2019 - Francesco Suanno Neto e Ana Claudia Fehelberg	



Pinto Braga.....355

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA PAISAGÍSTICA - Gabriela Pinto de Moura e Karla do Carmo Caser.....369

A FIGURA DA MULHER CRIMINOSA E A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE À LUZ DO JULGADO NO PROCESSO DE Nº 0018790-25.201.0004 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO - Geórgia Thâmisa Malta Cardoso e Rayanne Rodrigues Miranda.....390

O PAPEL DAS FEMINISTAS BRASILEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA - Gianna Maria Almeida Marques e Renata Kelly de Souza Dias.....405

QUEM DANÇA SUAS DIFERENÇAS ESPANTA: A IGUALDADE NA MÚSICA TOUS LE MÊMES - Ileana Wenez e Viviane Teixeira Silveira.....421

“TECENDO SABERES”: UM ESTUDO EM ADC SOBRE PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE MULHERES EM CURSOS FIC - Iranilde Tavares da Câmara e Maria del Pilar Tobar Acosta.....443

SISTEMAS DE SEXO/GÊNERO: DE GAYLE RUBIN A PAUL PRECIADO - Izabel Rizzi Mação e Julio Cesar Bentivoglio.....465

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CALÇADO/ES - Jean Carlos Pereira Andrade, Jéssica Tardin Azevedo, Milton Junior Barro Araújo, Emilly de Figueiredo Barelli Barelli, Valdeci Ataíde Capua, Rai de Oliveira Costa, Paula Castanheira Fumian e Leonara de Oliveira Zanon.....483

POLICIAIS MILITARES E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - João José Barbosa Sana.....496

ESCOLA E REPRESSÃO: SEXUALIDADES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI EM VITÓRIA/ES - Juliana de Almeida Machado, Elda Alvarenga e Gelson Luiz Daldegan de Pádua.....515



A MULHER ARQUITETA NO ES E O ASSÉDIO - Karla Caser e Ileana Wenezt.....	536
ARTE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DOCUMENTÁRIO RISCADAS - Karolyne Mendes Gomes e Gabriela Santos Alves.....	560
“SINHÁS” E CATIVAS: AS MULHERES NA SOCIEDADE DE ITAPEMIRIM-ES DOS OITOCENTOS - Laryssa da Silva Machado.....	575
OS REFLEXOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS LICENÇAS MATERNIDADE E PATERNIDADE - Laura Rosenberg Schneider e Carolina Bastos de Siqueira.....	595
MULHER E HISTÓRIA: DA INVISIBILIDADE À SUJEITO DE ANÁLISE - Leandro da Silva Lunz.....	613
O INIMIGO ESTÁ EM CASA: COMO FORAM CONSUMADOS OS ASSASSINATOS DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (2001-2010) - Luan Tofano Elias e Maria Beatriz Nader.....	632
GÊNERO, ENVELHECIMENTO E HISTÓRIA ORAL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS FEMINISTAS - Luciana Silveira, Alex Silva Ferrari e Maria Beatriz Nader.....	649
CLAUSURA FEMININA, UMA QUESTÃO DE GÊNERO: ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA VOCAÇÃO RELIGIOSA NO INTERIOR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE JESUS NA SANTÍSSIMA EUCARISTIA (1927-1950) - Luciene Carla Corrêa Francelino.....	665
REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA: ESPAÇO A SER OCUPADO POR MULHERES - Lucimara Rizzoli da Silva Brandão e Angela Maria Caulyt Santos da Silva.....	686
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESPÍRITO SANTO - Marcos Stéphano Santana Ferreira.....	700



UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS NO BRASIL SOB A LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO - Maria de Almeida Silva e Vanda de Aguiar Valadão.....	720
MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PRISIONAL NO INTERIOR DO CENTRO PRISIONAL FEMININO DE CARIACICA/ES - Mariana Chrystello Martins.....	741
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES DESFIADEIRAS DE SIRI DA ILHA DAS CAIEIRAS - Mariana Rébuli Vieira e Paula Gabrielle Nascimento Ricio.....	764
ANÁLISE DISCURSIVA DE NOTÍCIAS: IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NOS JORNAIS O TEMPO E O GLOBO - Marta Aguiar da Silva e Micheline Mattedi Tomazi.....	785
IDENTIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: A POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DA REVISTA CAPIXABA (1967-1971) - Mirela Marin Morgante e Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine.....	801
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM OLHAR DA LITERATURA CIENTÍFICA - Paula Gabrielle Nascimento Ricio e Adriana Ilha da Silva.....	818
A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO SANTO - Quéren da Silva Martins e Gilsa Helena Barcellos.....	838
O DISCURSO DE DOMINAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS: A REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES - Renata Alves da Silva.....	856
MISOGINIA E PODER POLÍTICO: ANÁLISE DE XINGAMENTOS PROFERIDOS À PRESIDENTA DILMA NAS REDES SOCIAIS - Renata Barreto da Fonseca.....	873
AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO	



RURAL - Soraia de Mello Guimarães e Raquel Quirino.....	896
A APROPRIAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL - Stella Scantamburlo de Mergár.....	916
LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA? POSICIONAMENTOS DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO SOBRE O CASO MARIELLE FRANCO - Sthefany Duhz Cavaca e Gabriela Santos Alves.....	932
A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO NA MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA - Thaís Fernandes R. Santos.....	953
OS PARTIDOS POLITICOS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS FORMAIS DE PODER: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ESTADO O ESPÍRITO SANTO - Tanya Mayara Kruger.....	966
VIDA NUA, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE: PERSPECTIVAS ÉTICO-ESTÉTICAS ACERCA DO CONTO “MARIA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO - Sileyr dos Santos Ribeiro.....	983



HISTÓRIA E JUSTIÇA: O PROCESSO PENAL COMO FONTE PARA O ESTUDO DO FEMINICÍDIO EM VITÓRIA/ES (2007-2010)

Alex Silva Ferrari

Doutorando, Universidade Federal do Espírito Santo
alexsilvaferrari@hotmail.com

Luciana Silveira

Doutoranda, Universidade Federal do Espírito Santo
luciana.slvr@gmail.com

Maria Beatriz Nader

Professora titular, Universidade Federal do Espírito Santo
marxis.nader@gmail.com

RESUMO: Desde a década de 1970 os movimentos feministas brasileiros se empenham em demonstrar como a violência contra as mulheres caracteriza um grave problema social e que deve ser combatido a partir de políticas públicas de Estado, visto que acreditam que o privado deve ser político. Assim, ao longo das últimas quatro décadas o que se assistiu foi o levante feminino contra a opressão e violência masculina e a luta por medidas e mecanismos que buscassem coibir a violência contra as mulheres. A partir da década de 1990 entra em campo o termo feminicídio, utilizado para jogar luz sobre o assassinato de mulheres, não apenas como um oposto gramatical do crime de homicídio, mas como um marcador de gênero que traz à tona a complexidade que o assassinato de mulheres carrega. A partir dessa nova construção conceitual, a vitimização letal de mulheres passou a marcar presença nas pesquisas acadêmicas que buscavam explorar e entender os processos sociais neles envolvidos. Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado desenvolvida junto do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), a qual tem como objetivo analisar as permanências de valores patriarcais na sociedade capixaba, e que são responsáveis pela manutenção da prática do feminicídio na cidade entre os anos de 2007 e 2010. Objetiva-se nesse artigo discutir a importância dos processos penais do sistema judiciário enquanto fontes de análise dessa problemática.

Palavras-chave: gênero; patriarcado; feminicídio.

Introdução



Segundo o Instituto Sangari, na publicação intitulada Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012; WAISELFISZ, 2015), o estado do Espírito Santo é a segunda unidade da federação brasileira onde mais se mata mulheres, quando comparado as taxas dos demais estados do Brasil, tendo sido ultrapassado por Roraima na publicação do ano de 2015. Importa destacar na publicação no ano de 2012 o Espírito Santo ocupava a primeira posição, tendo caído para a segunda não por apresentar efetiva queda no número de assassinato de mulheres, mas pelo considerável aumento dessa modalidade de violência em Roraima.

A capital capixaba, cidade de Vitória, por sua vez, aparece nos *rankings* das capitais brasileiras, como a cidade com maior índice de feminicídios (11,8 vítimas no grupo de cada cem mil habitantes). Assim, o assassinato de mulheres na capital capixaba apresenta-se como um forte problema social. Mesmo atentando-se para o fato de que os números dos mais diversos tipos de violência sejam alarmantes no estado do Espírito Santo, destaca-se que o feminicídio não obedece aos mesmo padrões e conceitos das mais diversas formas de violência, principalmente se volta a atenção para os números da da violência letal cometida contra os homens. Os mesmos dados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) auxiliam no entendimento das disparidades entre esses dois tipos de violência. 48,2% dos assassinatos cometidos contra homens aconteceram em vias públicas contra 31,2% das mulheres que tiveram suas vidas ceifadas da mesma forma.

Analisando a violência letal perpetrada dentro dos domicílios observa-se a taxa de 27,1% dos assassinatos de mulheres que ocorreram nessas circunstâncias, quando 10,1% dos homens mortos sofreram do mesmo



destino (WAISELFISZ, 2015). Destaca-se, ainda, o fato de que aproximadamente metade dos casos de violência cometida contra mulheres entre 18 e 59 anos de idade, teve como principal agressor o parceiro ou ex parceiro da vítima (WAISELFISZ, 2015), o que implica dizer que a violência cometida contra as mulheres está marcada por um viés de gênero e é, em sua maioria, também violência doméstica e familiar. O crime cometido contra a vida dessas mulheres foi motivado pelo fato de elas serem identificadas dentro do gênero feminino, ou seja, foram mortas por serem mulheres.

A fim de analisar essa problemática, a pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), sobre a qual esse trabalho trata, busca analisar processos penais da Primeira Vara Criminal da Comarca de Vitória que versam sobre casos de feminicídios, ou tentativas, que ocorreram entre os anos de 2007 e 2010. Tais processos se mostram ricos enquanto fontes de pesquisa uma vez que são compostos por diferentes perspectivas de informações sobre os crimes que são imbuídos de julgar. Essa variedade começa por sua composição, uma vez que não se limitam aos ritos processuais jurídicos, mas também trazem detalhes da investigação policial por meio dos inquéritos, assim como argumentações da defesa do réu e da acusação do Ministério Público (MP). Uma vez que esses processos foram julgados por júris populares, tem-se também, mesmo que de forma limitada, as percepções dos jurados acerca dos crimes a partir das cédulas de votação. Por último, essa fonte também nos permite analisar o tratamento que o sistema judiciário executa desses casos.



Quanto ao recorte temporal da pesquisa, do ano de 2007 ao ano de 2010, a princípio pretendeu-se abordar toda a primeira década do século XXI. Esse intuito se baseou no fato do período ser marcado pelo destaque dado ao debate acerca da violência contra as mulheres, reacendido com a condenação do Brasil em cortes internacionais em ação movida por Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de uma tentativa de assassinato na década de 1980, a qual foi perpetrada pelo seu então companheiro. No julgamento desse processo a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos identificou a necessidade de ações públicas em defesa das mulheres vítimas de violência tendo, em sua decisão, condenado o Brasil a produzir uma legislação específica que versasse sobre o tema, buscando combater essa forma de violência. É daí que nasce a Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como objetivo o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres por meio da prevenção, combate e punição dos agressores. Outras ações também marcaram o período e foram frutos desse intenso debate à época como, por exemplo, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assinado por todos os estados brasileiros no ano de 2007.

Contudo, os processos penais são fontes de grande extensão, alguns deles podem chegar a ter mais de quatrocentas páginas, tornando inviável uma pesquisa que abarcasse os dez primeiros anos deste século tendo em vista a limitação temporal para a execução do estudo. Desta forma escolheu-se o período entre os anos de 2007 e 2010. O marco inicial, o ano de 2007 pontua a assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, já no ano de 2010 tem-se



a inauguração da primeira delegacia especializada em crimes contra a vida das mulheres no Brasil, a Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher do Espírito Santo (DHPM-ES), que é mais uma ação pública de reconhecimento dessa problemática no estado.

A análise proposta pela pesquisa parte da hipótese de que os casos de assassinato de mulheres ocorridos na cidade de Vitória demonstram a permanência de valores sociais patriarcais impregnados na cultura capixaba e também brasileira. Isto posto, tem-se como objetivo demonstrar as manifestações do patriarcado no cotidiano e nos crimes cometidos, ou tentados, contra a vida dessas mulheres. Almeja-se também estudar a presença do patriarcado nas instituições envolvidas no julgamento desses crimes, seja no judiciário, aqui representado na figura do magistrado(a), no ministério público, na defensoria pública, na polícia e nos representantes da sociedade, nesse caso identificados na composição do júri popular.

As fontes

Partindo da ideia de analisar os diversos fatores que envolvem crime de assassinato de mulheres, a pesquisa da qual esse trabalho trata elegeu como fonte os processos judiciais que julgaram os crimes ocorridos dentro do recorte temporal proposto, entre os anos de 2007 e 2010. Para tanto se recorreu ao cartório da Primeira Vara Criminal da Comarca da Vitória, que garantiu o acesso a documentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Para o levantamento dos processos foi utilizado o Livro de Tombo do cartório, no qual foram selecionados processos nos quais estavam identificados os nomes das vítimas como do sexo feminino, e dos réus como sendo do sexo masculino. Destarte



foram selecionados dezoito processos penais com essas características, contudo tal fato não é representativo o número real desse tipo de violência no período, uma vez que a grande maioria dos processos, por se tratar de ações penais públicas, traziam apenas o indicativo do processo ter autoria do Ministério Público (MP) representando em desfavor do réu.

Contudo, nem todos os processos selecionados inicialmente atendiam ao perfil desejado pela pesquisa. Alguns versavam sobre homicídios culposos como, por exemplo, atropelamentos que resultaram em morte da vítima, ou também estavam relacionados ao tráfico de drogas, o que descaracterizaria a proposta de analisar casos nos quais vítima e assassino possuem ou possuíam relacionamento conjugal ou afetivo. Assim o número de fontes a serem analisadas chegou ao número de sete processos.

Dessa seleção final, quatro processos versam sobre assassinatos consumados e três trazem informações sobre assassinatos na forma tentada, na qual a vítima não foi levada a óbito por motivos alheios à vontade do réu. Destaca-se a importância dos últimos para essa pesquisa uma vez que, ao contrário dos casos consumados, é possível a leitura das percepções e subjetividades das mulheres que passaram por esse doloroso processo, conhecendo novas perspectivas que podem ser utilizadas em comparação à fontes nas quais as vítimas foram assassinadas.

Os processos penais que servem como fonte a essa pesquisa tem, em média de extensão, quatrocentas páginas, trazendo o registro de todas as fases do rito jurídico quais sejam, o Boletim de Ocorrência (BO), o Inquérito Policial (IP), a denúncia do MP, as atas das audiências de



instrução e do tribunal do júri. Em cada um desses momentos os processos penais demonstram ser fontes ricas de informações acerca dos assassinatos de mulheres, ou feminicídios, quando a motivação para o crime está baseada na questão de gênero da mulher. Inicialmente, o BO para além de dar informações preliminares sobre a vítima e, na maioria dos casos, também do assassino, narram o cenário no qual o crime foi cometido. O IP, por sua vez, se aprofunda em investigações iniciais que buscam esclarecer as condições nas quais o assassinato ou a tentativa aconteceram, além de se debruçar a entender as motivações dos assassinos. Essa tarefa tem como ponto crucial os depoimentos de testemunhas e do autor do crime, e no caso de crime no modo tentado, também inclui-se a versão da vítima. O inquérito policial tem papel importante para a pesquisa, uma vez que traz depoimentos de testemunhas e envolvidos em um estágio muito próximo ao fato, o que não pode ser observado nos depoimentos durante a fase judicial, que ocorre em média um ano após o ocorrido, além de ser judicialmente orientado tanto por acusação como por defesa. Essa fase também é composta por relatórios técnicos que ajudam a entender a mecânica do crime, sendo possível relacionar as ações e as intenções dos atos dos homens que consumaram ou tentaram o feminicídio de mulheres com as quais tinham ou tiveram relações afetivas ou conjugais.

As atas de audiência, tanto de instrução (que ocorrem para julgar a necessidade ou não do caso ser julgado pelo tribunal do júri) quanto do tribunal do júri, também trazem depoimentos de testemunhas e réus que narram os fatos e contextos dos crimes, possibilitando o entendimento dos mesmos. Contudo, sua importância principal reside na análise do



patriarcado no sistema judicial brasileiro, visto que ao longo do processo, seja por depoimentos, declarações e sentenças, estratégias tanto da acusação, quanto da defesa, podem ser identificadas e estudadas, ao passo que as manifestações dos(as) magistrados(as) podem sofrer o mesmo processo, assim como o entendimento do julgamento do júri, o qual representa a sociedade e a visão da mesma sobre o crime cometido contra a vida das mulheres.

As fontes aqui descritas se mostram como um rico material para o estudo dos casos de feminicídio do qual a proposta da pesquisa trata. Uma vez que objetiva-se, em primeiro lugar, reconhecer a influência do patriarcado nesses crimes, as variadas informações e perspectivas, tanto sobre o crime, os autores, quanto do sistema judicial, encontra-se espalhadas por todo corpo processual, e, em segundo lugar, ao essa mesma variedade é fundamental para a reconstrução do cotidiano e a apresentação das faces e vozes dos envolvidos nos casos de feminicídio.

Metodologia de pesquisa

Uma vez demonstrado a utilidade dos processos penais de assassinato de mulheres para as análises propostas pela pesquisa da qual esse trabalho versa, resta que de explicita a metodologia que se elegeu para que esse estudo seja possibilidade. Dentro da pesquisa histórica os processos judiciais tem se tornado cada vez mais uma fonte relevante, mas o trabalho a ser estabelecido deve atender a regras e métodos historiográficos a fim garantir a qualidade das informações e das análises a serem feitas.



De início, urge destacar que o trabalho com esse tipo de fonte possui duas frentes principais. De acordo com Rosemberg e Souza (2009), a primeira frente diz respeito à ideia de que o processo judicial é uma fonte que se encerra em si mesma, ou seja, não há espaço para interpretações ou análises para além do seu caráter jurídico. Assim, os processos penais devem ser, na pesquisa histórica, utilizados apenas como autos, ou seja, só é possível analisar a atuação do sistema jurídico e seus operadores. Já na segunda vertente, de acordo com os autores, o método interpretativo hermenêutico torna-se o centro da análise histórica, extrapolando o limite dos autos e investigando o cotidiano, os discursos, as ideias, as intenções e motivações dos agentes históricos ali contidos.

O método no qual o processo judicial é visto como uma fonte que se encerra em si mesmo e, portanto, apenas os autos interessam pode ser justificado pelo o que Michel Foucault (2001) intitulou de “verdade jurídica”. Para o filósofo francês, a verdade jurídica é o resultado de uma batalha de versões que se desenvolve ao longo do rito jurídico, no qual a versão vencedora, ou seja, a que consta nos autos, pode ser levada a análise para que se entenda e se analise o comportamento das instituições jurídicas.

Já o método hermenêutico se propõe à extrapolação dos autos do processo, acreditando ser possível saber mais sobre um determinado momento histórico ou fenômeno social a partir dos dados contidos no processo. O que está em cena nesse processo de compreensão proposto por Droysen (2009). A busca da compreensão desses documentos a fim de reconstruir o cotidiano e as motivações dos fatos está fundamentada na ideia da interpretação psicológica e das ideias,



estágios do método histórico desenvolvido por Droysen ainda no final do século XIX. Na interpretação psicológica o historiador busca entender quem são os atores do processo, como pensão e o porque agem da forma que agiram, pressupondo ter uma visão mais vasta do cenário ali proposto, ao passo que entende saber mais sobre o seu objeto do que ele mesmo, uma vez que busca entender as ações para além do fato em si. Já a interpretação das ideias busca contextualizar as ações do personagem histórico, entendendo suas repercussões e seu impacto na narrativa histórica. Exemplo desse método, o historiador Sidney Chalhoub, na obra *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque* (2001), utilizou fontes jurídicas para reconstruir e entender a história do cotidiano da sociedade carioca do começo do século XX, sendo uma das obras mais conhecidas sobre o uso hermenêutica na pesquisa com processos judiciais.

A pesquisa aqui discutida entende que o uso de uma dessas frentes não descarta a utilidade analítica da outra, sendo possível estabelecer um trabalho conjunto nas duas esferas teóricas para uma análise mais completa. Se o primeiro objetivo da pesquisa é demonstrar como a permanência de valores e crenças patriarcais são responsáveis pela manutenção da prática do feminicídio na sociedade contemporânea, o método interpretativo hermenêutico toma o centro da análise a fim de reconstruir as faces e vozes do processo penal analisado. Isso possibilita entender quem são as pessoas ali envolvidas, o que elas pensavam à época, as mecânicas que envolvem esse pensamento, e o que motivou a ação desses atores. Uma vez estabelecidas essas pré-



condições, trona-se possível inferir a interferência do patriarcado nos atos registrados no processo penal.

Outro fator importante do método interpretativo hermenêutico é a possibilidade de finda a invisibilidade das mulheres vítimas de feminicídio. Ao nos aproximar do processo penal apenas como auto jurídico a figura da vítima sofre uma intensa invisibilização, ato justificável, pois o objetivo e o centro do processo é o julgamento das ações do indivíduo que cometeu o crime, logo, toda a narrativa jurídica é voltada a esse ator histórico, ao passo que em alguns casos é este quem conduz a narrativa e o entendimento dos fatos (principalmente nos casos de feminicídio, que divido o seu caráter majoritariamente doméstico, carece de testemunhas oculares). Quando se interpreta a fonte jurídica, por meio do cruzamento de depoimentos, laudos técnicos e estratégias de defesa e acusação, é possível recuperar a história e a identidade dessas mulheres, impedindo que, para além da morte dela, sua história e sua subjetividade também sejam enterradas nos autos dos processos.

Por fim, se destaca que para além de reconstruir o cotidiano e entender como os valores patriarcais estão envolvidos nos crimes de feminicídio, a pesquisa também busca analisar a influência desse fator nas instituições jurídicas brasileiras. Essa análise ocorre partindo da hipótese de que as perspectivas patriarcais permanecem tão imersas na cultura brasileira, que podem ser sentidas na forma como as instituições policiais e jurídicas tratam os crimes de assassinato de mulheres.

Assim, o estudo da verdade jurídica, ou seja, a construção e a batalha de versões que é estabelecida durante o rito do processo, também contribuem para o objetivo de se analisar a influência do patriarcado



no julgamento do feminicídio. Ou seja, por meio da análise das escolhas e manifestações das autoridades policiais, dos operadores do direito, das manifestações da magistratura e do entendimento do júri, é possível observar como a sociedade brasileira enxerga o assassinato de mulheres cometido por homens com os quais elas tinham ou tiveram relações afetivas e conjugais.

A seguir, esse trabalho demonstra como é possível a execução dos objetivos da pesquisa aqui exposta por meio da análise de um dos processos penais que compõe o corpo e fontes da mesma.

Análise hermenêutica do processo penal

Na noite do dia 11 de maio de 2008 José chegou em casa sob o efeito de substâncias entorpecentes e durante uma discussão com sua esposa, Marta, ele disparou um tiro de revólver calibre 380 que atingiu o coração da vítima e a matou. Esse foi o ponto final de um casamento marcado pela violência, abuso, intimidação e opressão. O assassino disse que não sabia dizer os motivos que levaram ao seu ato, se reservando ao subterfúgio de ter tido suas ações guiadas pelo estado mental alterado pelo uso de substâncias químicas, cenário presente em todos os momentos em que agiu com violência contra sua companheira. Contudo, essa pesquisa desafia o senso comum que diz ser o uso de substâncias capazes de alterar o estado mental do indivíduo uma motivação para o crime. A análise do processo penal 03/2008 nos auxilia a colocar esse cenário em perspectiva e demonstrar como esses crimes são motivados por uma complexa cadeia de motivações, na qual as drogas, lícitas e ilícitas, são verdadeiros detonadores das ações de violência, mas não o “motivo” do crime.



Marta, mulher branca, tinha 25 anos quando foi assassinada, morava no bairro Morro do Cruzamento, era dona de casa e se dedicava a cuidar dos dois filhos que teve com José, os dois tento, na data do crime, 7 e 9 anos de idade. Ele, pardo, 26 anos à época e trabalhava como porteiro. O casal se conheceu quando ela era uma adolescente de 16 anos e ele tinha 17 anos, eles se relacionaram por nove anos ininterruptos. A princípio a descrição da relação conjugal dos dois se encaixar no molde perfeito do casamento tradicional de uma sociedade patriarcal, ele trabalhava e provia a esposa e os filhos, e ela se encarregava as tarefas domésticas e da criação da prole. Contudo, conhecer o cotidiano que antecede o crime aqui narrado se traduz em conhecer um cenário oposto a ideia de uma relação saudável e harmoniosa.

De acordo com os genitores de Marta, as agressões de José contra a filha deles era o verdadeiro cotidiano do casal. A constância da violência era tamanha que em depoimento a mãe da vítima disse que se mudou da casa que morava, e era próxima a residência do casal, por não suportar mais a situação, fato que levou o pai de Marta a formalizar uma denúncia contra seu genro, pois a sua filha “tinha muito medo dele **[José]** e não procurava providência policial” (Processo penal 03/2008, p. 48. Grifo nosso.), ao passo que a mãe de Marta revelou que ela teria lhe confessado o fato de que ela “[...] teria um problema de vista de tanto que apanhava do acusado” (Processo penal 03/2008, p. 199.). Tanto o pai, quanto a mãe de Marta afirmam que o motivo dos atentados de José contra a integridade física da filha deles era o ciúme que ele nutria por ela. De forma recorrente, esse sentimento do homem para com a mulher é elemento presente no



contexto da violência, a ideia do ciúme está coberta por uma máscara que esconde a sua intenção de dominação pela violência com a aparência de um sentimento afetivo de cuidado e bem querer.

Deve-se destacar que a dualidade entre a percepção de afetividade, normalmente associada ao ciúme, e a violência que ele manifesta, é uma das principais ferramentas da dominação masculina sobre as mulheres. De acordo com Bourdieu (2003), o poder que os homens exercem sobre as mulheres se configura como uma dominação simbólica, na qual construções sociais são colocadas em ação para legitimar o poder masculino, o qual passa a ser assimilado de forma inconsciente pelas mulheres que se veem submissas nas relações hierárquicas de gênero agindo, muitas vezes, como cúmplices do comportamento masculino. Diante desse quadro, manifestações de ciúmes podem ser encaradas como demonstrações de afeto, o que as distanciam da lógica de dominação e posse que marca as relações de gênero em uma cultura fortemente influenciada pelo patriarcado.

As relações conjugais e afetivas de homens e mulheres, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010), são marcadas pela contradição na qual os primeiros são incentivados a se atrair sexualmente pelas últimas, contudo, sentimentalmente, a cultura patriarcal de "produção de machos" impede que uma relação sentimental seja nutrida dentro da identidade masculina. Ou seja, se por um lado se espera que os homens se atraiam e se relacionem sexualmente com as mulheres, segundo o autor, também é ensinado a eles que os indivíduos do sexo feminino devem ser vistos como objetos sexuais que tem como finalidade servir aos seus desejos, e também devem ser dominados e completarem o prazer masculino ao se tornarem posse do homem.



Assim, o episódio de ciúme, em muitos casos, pode ser traduzido como manifestação do poder masculino que busca marcar a posse dos machos sobre as mulheres, garantindo o seu domínio e também corrigindo, ou evitando, qualquer desvio comportamental que sua companheira possa demonstrar em relação a outros homens. Dado o histórico de agressões de José para com Marta, é possível concluir que o ciúme relatado tanto pelo assassino, como pelos genitores da vítima, tem estreita reação com o quadro supracitado, no qual a posse e a dominação manifestada pela violência estão ancoradas no sentimento de posse dele sobre ela.

Urge destacar que as violências que marcam a relação aqui analisada obedecem ao quadro de silenciamento dessa problemática no seio familiar. Excluindo-se o fato de que esse padrão foi quebrado pelo pai de Marta, que denunciou a violência sofrida pela filha, o encobrimento desses acontecimentos mostra-se como o padrão a ser seguido. Mesmo reportando as agressões à família, quando agentes policiais compareceram à sua casa para verificar a denúncia do seu pai, “[...] a vítima disse que não tinha ocorrido nada” (Processo penal 03/2008, p. 48), o que, segundo o seu genitor, era resultado do medo que ela tinha de seu marido voltar a agredi-la por ter sido denunciado. Destaca-se também que fora do círculo familiar, as agressões não eram aparentes para quem convivia com o casal. A defesa de José arrolou como testemunhas um casal de vizinhos de José e Marta, os quais disseram nunca tiveram qualquer suspeita da relação abusiva na casa ao lado, afirmando ainda que conviviam mais com José e “[...] que nunca viu a vítima com um olho roxo ou aparentando ter sido espancada; que



nunca ouviu dizer que ele batesse nela" (Processo penal 03/2008, p. 200).

Chama a atenção que, mesmo afirmando perante o tribunal do júri que o desentendimento entre ele e a vítima foi gerado pela demonstração de ciúme da parte dele, em seu primeiro depoimento à polícia, José afirma que os acontecimentos que precederam o feminicídio de Marta se originaram no fato dela ter lhe repreendido por usar cocaína na frente dos filhos do casal. Assim como o ciúme, o uso de drogas como o álcool e a cocaína, era um grande fator de desentendimento entre José e Marta.

O pai da vítima afirma "[...] que o réu só batia na vítima quando bebia e quando estava sóbrio era uma excelente pessoa e um ótimo pai" (Processo penal 03/2008, p. 190). Antes que se discuta a problemática da relação entre a violência contra as mulheres e o consumo de substâncias psicotrópicas, chama-se a atenção para essa observação do depoente que demonstra a complexidade das relações de gênero quando estas estão sobre a forte influência do patriarcado. Ora, como é possível que o mesmo indivíduo que aflige sua companheira com constantes agressões a fim de marcar sua posse pelo processo de objetificação da sua companheira seja, ao mesmo tempo, uma "excelente pessoa" e um exemplo no desenvolvimento do seu papel social de pai? Mais uma vez recorre-se aos apontamentos de Nolasco (1995) acerca da identidade masculina, o desempenho do papel social dos homens e o poder que o patriarcado oferece a eles quando em plena posse de sua masculinidade. João, mesmo sendo usuário de drogas e agressivo com sua companheira, estava em conformidade com as principais demandas da sociedade patriarcal para com os



homens, sendo o provedor do lar e possibilitando que Marta pudesse também desenvolver o seu papel social de mãe, dedicando-se exclusivamente ao cuidado do lar e dos filhos. Esse quadro abona a violência por ele cometida permitindo que sua imagem social de exemplo de figura paterna permaneça intacta, mesmo que ele obrigasse seus filhos a conviver com a cultura de violência e abuso que ele promovia sem seu lar.

As afirmações supracitadas, que dão conta do comportamento dúbio do assassino de Marta, são ponto chave para entender como o uso de substâncias que alteram as funções cerebrais esta relacionada com a motivação para a violência, principalmente a cometida contra as mulheres. O senso comum faz acreditar que o fato do agressor estar sob a influência de substancias psicoativa no momento da agressão torna o uso de tais substâncias o motivador da violência. Entretanto, tal assertiva mostra-se uma contradição quando se contextualiza o uso de drogas e as reações dos diferentes indivíduos quando estão sobre a sua influência. Maria Cecília de Souza Minayo e Suely Ferreira Deslandes (1998), ao estudarem a complexidade da relação entre esses fatores, afirmam que, grosso modo, o consumo de drogas lícitas e ilícitas por homens tende a ter como resultado um número maior de episódios de violência se comparado com o mesmo quadro em reação ao consumo dessas substâncias feito por mulheres.

A princípio esse dado pode levar a precipitada conclusão de que os efeitos das drogas sobre os indivíduos do sexo masculino motivam o uso da violência, contudo, as autoras chamam a atenção para o fato de que esse consumo deve sempre ser contextualizado, uma vez que a simples tarefa de se analisar os grupos separados demonstra que tal



conexão não existe. Por exemplo, destarte fica inviável demonstrar que apenas as alterações cerebrais decorrentes do uso de drogas levam o individuo a agir com violência, pois para que se construa essa relação entre a composição biológica do corpo humano, as substâncias que alteram o estado psíquico e a violência, tal afirmativa deveria se comprovar tanto entre homens como entre mulheres. Mesmo que se assuma que as diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos fossem um fator determinante nessa relação, o estudo dos casos de forma separada leva a constatação da inverdade contida nessa teoria. De acordo com Minayo e Deslandes (1998), mesmo entre o grupo masculino que tende a interações de violência quando sob o efeito de drogas, as ocorrências dessa relação não obedecem a um padrão capaz de comprovar cientificamente que o consumo das substâncias *per si* seja capaz de gerar a agressividade.

Desta forma, os efeitos de substâncias psicoativas sobre os indivíduos se relaciona com o contexto social no qual o seu uso é feito. Ou seja, o consumo de álcool e drogas ilícitas se apresentam como condutores da violência, sua ação capacita a suspensão de controles sociais da subjetividade do indivíduo tornando possível a ação violenta. Contudo, a motivação para o uso da violência advém de outros fatores que antecedem os episódios de alteração das funções cerebrais. Por exemplo, na relação conjugal de Marta e José o ciúme era uma constante, mas a ação violenta do assassino só é possível quando seu estado psíquico é alterado permitindo o comportamento agressivo. Destaca-se que nesse caso, tendo em consideração o número de episódios de violência sofridos pela vítima, tem-se a relação de dependência do uso dessas substâncias pelo seu assassino, o que



aumentava a constâncias das violências, e, de acordo com o feminicida, Marta, apesar ser uma mulher boa “[...] estava impaciente com o consumo constante de bebia alcóolica pelo interrogado” (Processo penal 03/2008, p. 285), o que levava também a discussões e a agressões, sobre as quais não se pode afirmar que Marta não mais mostrava submissão e contentamento.

Tanto José quanto os genitores da vítima, ao relatarem o relacionamento violento do casal, dão informações acerca da resistência que Marta impunha ao seu agressor. Mesmo que Marta não tenha procurado os meios legais para denunciar José, motivada pelo medo que tinha dele, ela procurava resistir aos episódios de violência da maneira que podia e em alguns conflitos sua saída consistia em atirar objetos, como copos e pratos, tentando fazer cessar a violência. No dia do seu assassinato, independente da versão contada diante do tribunal do júri, é possível observar a ação da vítima em não se permitir sucumbir à violência em demonstrar qualquer tipo de ação.

De acordo com José, ele disparou contra a vítima após discutirem e ela tentar agredi-lo com uma tesoura, o que teria provocado um corte no ombro dele. Contudo, os pais de Marta trazem a luz que o filho mais velho do casal presenciou todo o crime, tendo informado a eles e à equipe de psicólogos que o acompanhou após o assassinato da mãe, um cenário diferente do narrado pelo seu pai. O filho do casal, que não prestou depoimento nem às autoridades policiais, nem em juízo, afirmou que durante a discussão sobre o uso de drogas por parte do pai, este apontou a arma no peito da vítima, ao passo que ela disse para que atirasse, desafiando a ameaça do assassino que concluiu o ato disparando contra o peito da vítima. A criança ainda relatou que sua



mãe levantou debilitada e só então tentou desferir um golpe de tesoura em José, porém foi levada a óbito.

A análise do caso narrado no processo penal 03/2008 leva a conclusão que, apesar da sustentação que o assassinato em tela tenha sido consequência do estado mental alterado no qual o seu autor se encontrava, a morte de Marta deve ser contextualizada dentro do conceito de feminicídio aqui explorado. A vida conjugal dos envolvidos sempre esteve permeada pela violência e o abuso, ambos traduzidos no sentimento de ciúme, sentimento esse que demonstra a perversidade das relações de gênero guiadas por valores patriarcais, sob os quais a posse de José sobre Marta era garantida por meio de agressões e ameaças. O patriarcado também foi responsável por abonar a conduta do assassino durante muitos anos, nos quais mesmo sendo algoz de sua esposa, sua imagem de bom cidadão e suas capacidades paternas não eram questionadas, uma vez que ao sustentar a sua família ele cumpria o seu papel social, levando ao encobrimento dos problemas na relação conjugal que oprimia Marta.

Juntamente com o quadro de terror no qual vivia, nos dois anos que antecederam a sua morte, juntamente com o uso abusivo de bebidas alcóolicas, Marta ainda teve que lidar com as complicações do uso abusivo de drogas ilícitas que José fazia. Esse comportamento do seu companheiro fez com que as agressões escalonassem, assim como as reações da vítima, que se via presa em um relacionamento abusivo, tanto psicologicamente como fisicamente. Por medo das ações de José, a vítima se recusava a procurar meios legais que, em tese, o responsabilizaria pela violência praticada dentro do lar. Por fim, em mais uma noite de desentendimentos a violência de José atingiu o último



patamar resultando do fim da vida de Marta, sendo esse o ponto final do terror que ele impunha a ela cotidianamente.

Por ter cometido o crime sob influência de substâncias psicotrópicas, a pena de José foi consideravelmente reduzida, tendo ele sido condenado a 1 ano, 9 meses e 29 dias de prisão, os quais já haviam sido cumpridos antes do julgamento, em razão dele estar sob o regime de prisão preventiva desde o dia do assassinato até a data do julgamento. Assim, apesar de condenado, ele foi liberado e saiu como homem livre após seu julgamento. A dosimetria do crime foi baseada Lei 11.346/06, a qual regulamenta políticas públicas sobre drogas e traz nos artigos 45 e 46 a seguinte regra:

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta Lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 2006)

Urge destacar que a suposta incapacidade de José de entender que seus atos levariam à morte de sua esposa se baseia unicamente no depoimento dele. Assim, um júri composto por sete homens, baseando-se unicamente no depoimento do assassino, teve que responder a



seguinte pergunta: “A conduta do acusado, causando a morte da vítima, decorreu de culpa, consistente no fato de haver ingerido bebida alcóolica e consumido drogas no dia dos fatos, discutindo com ela quando chegou em casa, portando arma de fogo?”(Processo Penal 03/2008, p. 401). A cédula de votação traz a informação que a maioria dos jurados entendeu que esse foi o quadro que levou à morte de Marta. Uma vez que não se aplicou o conceito de feminicídio, no qual as ações de José estariam fundamentadas no passado violento que marcava o casamento com Marta e seu atentado contra a vida dela deve ser integrado a esse histórico, o assassinato foi julgado levando em consideração apenas o momento do crime, resultado no entendimento que não havia culpa maior a ser imputada ao autor dos disparos por, segundo o próprio agente da ação, não ter condições de discernir seus atos devido ao alterado estado mental. Esse cenário representa a necessidade de se aplicar o conceito teórico do feminicídio para entendermos os assassinatos de mulheres e que assim se possa contextualizar esses casos. Essa proposta extrapola os limites da legislação e da ação do judiciário, as quais limitam a extensão do ato criminoso a ser julgado, podendo gerar os conflitos entre a lei, sua aplicação e a realidade social aqui observada.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças*. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.



BRASIL, Lei nº 1.973, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 13.07.1984. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art14> acesso em 14 de agosto de 2018.

_____. Lei nº 11.346, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 24.08.2006

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DROYSEN, Johan Gustav. **Manual de teoria da história**; tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio – Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

MINAYO Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. *Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência*. **Cad Saúde Pub**, Rio de Janeiro, v. 14, n 1, p. 35-42, 1998.

NOLASCO, Socrates. **O mito da masculinidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**. UNESP-CEDAP, 2009. p. 1-15. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/175>> acesso em 15 de set de 2018.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: homicídio de mulheres**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012.

_____, **Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015.



MONTAGEM E CORTE-COSTURA

NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE ALICE GUY-BLACHÉ E MAYA DEREN NA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CINEMATOGRAFICA

Aline Maria Dias
Professora Adjunta do Departamento de Artes Visuais UFES
alinemdias@hotmail.com

RESUMO: O artigo aborda o trabalho fílmico de Alice Guy-Blaché e Maya Deren, destacando a contribuição das realizadoras nos procedimentos e conceitos de montagem e propondo uma aproximação entre montagem cinematográfica e corte-costura. Guy-Blaché, pioneira na produção de filmes narrativos, propõe uma perspicaz crônica das relações sociais, destacando-se a abordagem singular de questões do cotidiano e gênero. Reagindo ao programado esquecimento da cineasta, Kuperberg (2016) aborda a presença feminina em diferentes esferas da produção cinematográfica até os anos 1920 e a redução da participação de mulheres quando da consolidação do cinema como indústria de entretenimento. O artigo também atenta para a contribuição teórica e fílmica de Maya Deren, contestando a autoridade da captação da imagem como realidade e propondo novas sintaxes entre corpo-gesto-câmera-montagem-observador. Considerando o olhar masculino dominante não apenas na recepção das imagens, mas no endereçamento e acesso aos meios de produção, difusão e reflexão (Mulvey 1983), o artigo visa contribuir para o estudo da produção de cineastas/artistas mulheres, reagindo a corrente omissão de seus trabalhos na história do cinema e da arte.

Palavras-chave: Alice Guy-Blaché; Maya Deren; cineastas mulheres; montagem, corte-costura.

O presente artigo compreende algumas notas de uma investigação em curso sobre montagem, intitulada “Montagens nos espaços fílmico, expositivo e impresso”¹ e aborda o trabalho fílmico de duas cineastas, Alice Guy-Blaché e Maya Deren, propondo uma aproximação entre o

¹ O artigo integra o projeto de pesquisa em curso “Montagens nos Espaços Expositivo, Fílmico e Impresso” realizada pela autora sob registro n. 7526/2016 PRPPG/UFES e FAPES/CNPq n. 04/2017.



corte e a montagem cinematográfica e o corte e a costura, atividade tradicionalmente atribuída ao espaço social da mulher.

Além de analisar a produção das realizadoras Deren e Guy-Blaché, atentando para as características e contribuições de suas obras especificamente nos procedimentos de montagem, a reflexão também inclui as repercussões do contato com seus filmes na prática docente da autora.

Which guy? Encontro com Alice

O percurso de contato, descoberta e encantamento com a obra da cineasta francesa Alice Guy-Blaché, radicada nos Estados Unidos no começo do século XX, começa em uma pesquisa recente, quando deparo-me com uma imagem das Guerrilla Girls. Com cartazes e outros meios impressos, este coletivo de artistas propõe uma imperativa revisão no campo da história da arte e da cultura contemporânea, através de estatísticas que evidenciam (e condenam) a discriminação de gênero em que os meios de produção de arte e cinema estão arraigados.



THE SUNDANCE CLASS OF 1996: WHERE ARE THEY FIVE YEARS LATER?

IN 1996, SUNDANCE FESTIVAL PRIZES BY:

- 42 men directors
- 21 women directors

SINCE 1996, MEN'S ODDS GOT TO MAKE AT LEAST ONE MORE FILM: 66% of the men

SINCE 1996, MEN'S ODDS GOT TO MAKE 2-5 MORE FILMS: 23% of the men

23% of the women

HEY, I'M JUST GLAD I GOT THE PART. YOU EXPECT ME TO COMPLAIN ABOUT THE WARDROBE???

(Stick this sticker on photos and posters of undebated actresses.)

Q. Which Guy Made the First Narrative Film?

a. The Méliès Guy
b. "The Great Train Robbery" Guy
c. Alice Guy Blache

Answer: Alice Guy Blache (1875-1968) made 700 films, founded the first U.S. movie studio, and has been almost completely forgotten.

DO YOU HAVE TO BE A MAN TO HAVE A SHORT ATTENTION SPAN?

Commercials provide some of the most lucrative work a director can do.

Only 8% of commercial directors are women.

71% of commercial production companies hire no woman directors.

Q. Which Guy Made the First Narrative Film?

a. The Méliès Guy
b. "The Great Train Robbery" Guy
c. Alice Guy Blache

Answer: Alice Guy Blache (1875-1968) made 700 films, founded the first U.S. movie studio, and has been almost completely forgotten.

Guerrilla Girls, cartaz, 2001.
(Pedrosa; Bechelany, 2017).

Nesta imagem, há um pequeno questionário, interrogando “Which guy made the first narrative film?”. A pergunta, em tradução livre, questiona quem fez o primeiro filme narrativo. Tirando partido do termo *guy* (que se refere informalmente a um homem em inglês), as opções elencadas incluem: Meliès Guy, “The Great Train Robbery” Guy e Alice Guy Blaché. Ou seja: o cineasta francês Georges Meliès, largamente conhecido como o inventor do cinema de ficção; Edwin S. Porter, diretor do filme “O grande roubo de trem”, 1903 e Alice Guy-Blaché (1873-1968), cujo sobrenome permite o trocadilho (*Guy / guy*).

A resposta correta é esta única mulher entre as alternativas: Alice Guy-Blaché, a mulher, ou melhor, a pessoa, que produz pela primeira vez um filme ficcional. O filme intitulado “La Fée aux choux” (A Fada do



Repolho), é baseado em uma narrativa popular sobre o nascimento de bebês, possui curta duração e foi escrito, dirigido e produzido em 1896².

Com a denúncia acidamente articulada no cartaz das Guerilla Girls é que eu, como artista, pesquisadora e professora, enfrento a constrangedora ausência desta cineasta nas histórias mais difundidas do cinema. Flagrando o espaço dominante ocupado por artistas/cineastas/autores homens na representação de mulheres, o cartaz mais emblemático deste coletivo de artistas, atuando anonimamente desde a década de 80, sinaliza: é preciso estar nua para entrar no museu de arte? E os dados, mesmo os mais recentes, respondem: no Museu de Arte de São Paulo, por exemplo, em 2017, apenas 6% das obras do acervo em exposição foram produzidas por artistas mulheres, embora 60% dos nus expostos sejam femininos (Guerrilla Girls Apud Pedrosa; Bechelany, 2017).

O encontro com este cartaz e com a lacuna de reconhecimento e visibilidade dos filmes de Guy-Blaché impulsiona um processo de pesquisa sobre a realizadora, visando mapear e assistir seus filmes, revisar a bibliografia, os documentários produzidos sobre o tema³ e, não

² A maioria dos historiadores identificam Guy-Blaché como a primeira diretora mulher e também sustentam a reivindicação de ser a primeira pessoa a dirigir um filme narrativo, conforme aponta o verbete biográfico sobre a cineasta na Enciclopédia Britannica. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Alice-Guy-Blache> Acesso 4 jan. 2019. Embora os filmes de Lumière tenham caráter documental e que a primeira versão do filme de Guy-Blaché anteceda o de Méliès ("Escamotage d'une dame au théâtre Robert Houdin"), ambos datados 1896, McMahan (2009) defende que *L'Arroseur arrose*, 1895, de Lumière provavelmente é o primeiro filme narrativo produzido, e não o de Guy-Blaché. McMahan também aponta que Guy-Blaché é precursora em definir separadamente a direção de filmes da função de operador de câmera.

³ Entre os documentários, notadamente realizados por cineastas mulheres ver: "Be Natural: The Untold Story of Alice Guy-Blaché", 2018, de Pamela Green, "E a mulher



menos importante, dar lugar a desdobramentos deste encontro na minha prática docente e investigativa.

Em sala de aula

A produção de Alice Guy-Blaché vem sendo insistentemente ignorada na história do audiovisual, cuja narrativa inaugural centra-se nos filmes dos irmãos Lumière e de Georges Méliès. Nos primeiros filmes produzidos (e na bibliografia que os aborda) são localizadas os dois principais legados do cinema: o documental e o ficcional.

Nas precursoras experiências de Auguste e Louis Lumière com a invenção de recursos técnicos para a captação de imagens em movimento, são enfatizados os vetores de movimentos (Michaud, 2014) que se desenrolam diante da câmera: pessoas caminhando, trem chegando na estação, deslocamentos dos objetos filmados. O desejo de *mostrar* paisagens, vistas de espaços urbanos, o movimento das pessoas, cenas e costumes, meios de transportes e lugares distantes e/ou exóticos *trazidos* das viagens orienta a produção de imagens dos Lumière, consonante ao intuito de uso científico e de inventário do mundo mediante os novos recursos imagéticos do século XIX. Integrando este contexto, os irmãos Lumière protagonizaram uma série de experimentações na captura das imagens, como mudanças de ponto de vista e deslocamentos da câmera, nos primeiros *travellings* tomados em um barco em Veneza e em trens em movimento, assim como o progressivo afastamento do espaço filmado a partir de tomadas no elevador da torre Eiffel e em um balão.

criou Hollywood”, 2016, de Clara e Julia Kuperberg e “No espelho de Maya Deren”, 2001, de Martina Kudláček.



Por outro lado, as imagens de Méliès mobilizam e reinventam a tradição dos espetáculos de ilusionismo deslocando-a para estes primeiros filmes. Recorrendo à lógica dos truques de mágica, Méliès funda uma outra vertente da imagem em movimento que, manipulada, permite visualizar cabeças e objetos que crescem, pessoas que se duplicam, móveis que somem, músicos que se multiplicam, referenciando o imaginário teatral e literário da época. Seu cinema de atrações compreende filmes produzidos em estúdio, com predomínio da câmera estática, planos que organizam os cenários ao fundo e as ações dos atores, vistos de corpo inteiro e com atuações exageradas, em uma derivação do formato e da relação entre apresentador/platéia dos espetáculos de entretenimento do final do século XIX.

Como Méliès, também Alice Guy-Blaché assistiu às projeções cinematográficas realizadas por Lumière em Paris⁴. Secretária desde 1894 na empresa de fotografia de Gaumont, Guy-Blaché esteve diretamente envolvida com a criação (e chefia de produção) do estúdio de Gaumont (1896 a 1906), sendo a única mulher diretora de cinema conhecida neste período. Posteriormente, foi a primeira (e única) mulher proprietária e diretora de um estúdio cinematográfico, o Solax Studio (Pereira, 2016, p. 30).

Há uma sintomática narrativa sobre como o interesse de Alice Guy-Blaché por experimentar os equipamentos da empresa em que trabalhava e a intenção de produzir um filme, foi condicionado pelo

⁴ Em 22 de março de 1895, Guy-Blaché assistiu uma demonstração do Cinematógrafo de Lumière, nove meses antes da exibição paga em Paris. Léon Gaumont, como outro inventores, desenvolveu um dispositivo similar, o *Biographe*, compreendendo uma camera de 60mm, utilizado por Guy-Blaché na produção de seus primeiros filmes, McMahan (2009).



chefe a não atrapalhar suas tarefas como secretária (Kuperberg, 2016). A tripla jornada está implícita nas tarefas de secretária, na gestão do espaço doméstico/maternidade e no desejo, visionário e empreendedor, de uma mulher fazer filmes – o que não foi/é estimulado ou acolhido com credibilidade e sem reservas no espaço profissional, eminentemente masculino, mas ‘cedido’ com a advertência: *desde que não atrapalhe*.



Alice Guy-Blaché, "La Fée aux choux" (A Fada do Repolho), 1896. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CYbQO6pwuNs> Acesso 4 jan. 2019.

Alice Guy Blaché filmou em um pequeno pátio, em 1896, sua primeira narrativa ficcional, com uma atriz amadora, cenários e objetos de cartão (Guy-Blaché, 1979). Por que os filmes de Alice Guy-Blaché foram esquecidos enquanto os de Lumière e Méliès são trabalhos de referência? – interroga Annabel Nicolson (1979, p. 118), criticando o processo de exclusão da produção de mulheres na história do cinema, constituída por homens em uma sociedade patriarcal. Seus filmes foram esquecidos, perdidos (aproximadamente 130 remanesceram de 1000 filmes escritos, dirigidos e/ou produzidos) e suas inovações creditadas a terceiros (muitos homens a quem ela treinara), segundo McMahan



(2009).

A inclusão de seus trabalhos na construção da narrativa inaugural do cinema é tarefa de fundamental importância e, inclusive, parece apontar uma desestabilização do dicotômico legado documental/ilusionista, pois Guy-Blaché explorou ambos os pólos, conciliando suas possibilidades de contato e negociando as vocações realista e ficcional da imagem em movimento, de modo pioneiro.

Diante das possibilidades técnicas e de linguagem que se iniciavam, Guy-Blaché apostou no potencial do cinema para contar histórias com as imagens, formulando uma série de crônicas, com uma perspicaz abordagem das relações sociais, destacando-se questões do cotidiano e de gênero. É notável que o primeiro filme narrativo produzido por uma mulher, tenha uma mulher como protagonista desempenhando o papel de uma fada. Diferentemente das mulheres de pernas de fora que acompanham os festejos da viagem à lua de Méliès, de suas dançarinas, bailarinas ou mulheres que passivamente se dispõem a esperar e ser objeto de demonstração das competências de mágicos, astrônomos e cientistas homens, nos filmes de Alice Guy-Blaché, as mulheres são protagonistas dos filmes. São frequentes os temas de maternidade e trabalho doméstico, envolvendo questões da burguesia branca da época, como o casamento ("A house divided", 1913), a gravidez ("Madame's Fancies", 1907), a infância e o cuidado de enfermidades. No delicado "Fallen leaves", 1912, uma menina amarra folhas com um barbante, em generosa e fabulosa estratégia de adiar morte da irmã cuja gravidade da doença, no diagnóstico médico, não lhe permitiria sobreviver ao outono, quando as folhas caíssem.



Alice Guy-Blaché, "Fallen Leaves", 1912.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_cYhqVbLLc Acesso 4 jan. 2019.

Seus filmes também colocam empregadas, lavadeiras, secretárias e outras trabalhadoras em cena. Na comédia "The Drunken Mattress", 1906, uma mulher enfrenta a tarefa de limpar um colchão e toda sorte de dificuldades quando, desavisada, costura em seu interior um homem bêbado.

O filme "Les résultats du féminisme", 1906, apresenta uma impressionante inversão de papéis de gênero: homens executam as tarefas domésticas no ambiente da casa, passando e costurando, enquanto mulheres, lêem jornais, fumam e figuram nos espaços sociais com as atitudes emblemáticas de humilhar e assediar. Evidenciando a acentuada e cultural divisão de competências e comportamentos, o filme explora a insatisfação que tal inversão gera nos homens e a sua decorrente reação.



Alice Guy-Blaché, "Les résultats du féminisme", 1906.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k4nu5FrOMmw> Acesso 4 jan. 2019.

A pesquisadora Ana Catarina Pereira (2016, pp. 30, 31) comenta que no filme: "o homem costura, cuida dos filhos, usa vestidos e age com delicadeza, promulgando uma essência feminina ultra-romantizada". Por sua vez, as mulheres aparecem no curta-metragem fumando, bebendo, tendo "um comportamento sexualizado", a mulher "é grande, brutal, controla o espaço em que se movimenta, toma iniciativas e provoca ações". A pesquisadora elenca três possibilidades interpretativas para esta narrativa cinematográfica produzida por Guy-Blaché em 1906, de retratar homens e mulheres desempenhando papéis opostos aos "rigidamente atribuídos pela sociedade": ou uma acusação aos movimentos feministas; ou uma representação grotesca dos medos masculinos; ou uma visão feminista que encara "a própria diferenciação de gêneros como supérflua" (Pereira, 2016).

Situar Alice Guy-Blaché como feminista é tarefa complexa, o que não pretendo desenvolver aqui, uma vez que suas declarações são ambíguas e historicamente situadas destacando "sensibilidade feminina" como característica inata, por exemplo e, ao mesmo tempo, defendendo a capacidade de mulheres, tanto quanto homens, produzirem filmes (Guy-Blaché, 1979). Seus filmes, abordam temas



menores, assuntos preteridos pela representação dominante, o que permite a exposição (senão a discussão de sua aceitação/subversão) e a potencial negociação das visibilidades. Considerando o caráter inaugural e a relevância de debate, no início do século XX e ainda hoje, podemos destacar em sua extensa filmografia, trabalhos como "Algje, the miner", 1912, que aborda estereótipos de masculinidade e as tensões de comportamentos de gênero; "A Fool and his Money", 1912, com um elenco de atores negros e "The Birth, the Life and the Death of Christ", 1906, uma grande produção com mais de 300 figurantes.

Realizando filmes de orçamentos, escalas de produção e gêneros variados (incluindo épicos e *westerns*, gênero convencionalmente masculino), são características importantes nos filmes de Guy-Blaché: o pioneirismo na construção narrativa em meio fílmico, a inclusão de temáticas do cotidiano, notadamente das relações sociais e do espaço doméstico, e o protagonismo feminino das personagens. A cineasta foi precursora na utilização de recursos como dupla exposição, tela dividida (*split screen*); *mirror gag*; cor; sincronização de som (McMahan, Kuperberg).

É também inovador o modo como Guy-Blaché explorou na direção de atores uma atuação naturalista. Espalhando no estúdio cartazes com as indicações: "be natural" para os figurantes, a cineasta aliava a via ficcional da narrativa com gestos e atuações realistas, convocando o espectador à imersão na história, em oposição à dinâmica do cinema de atrações que marca o primeiro cinema, cuja interpelação do herói-apresentador de Méliès é referencial. Embora esta relação entre ator/espectador proveniente do teatro e dos espetáculos do século XIX esteja presente em inúmeros filmes de Guy-Blaché, com gestos



marcados e atuação voltada para a câmera que coincide com a posição do olhar do espectador, sua produção antecipa e contribui para a constituição da linguagem cinematográfica, notadamente nas estratégias de direção de atores/figurantes e montagem.



Vista do set de filmagem. Pamela Green, "Be Natural: The Untold Story of Alice Guy-Blaché", 2018. Imagem disponível em: <https://www.kickstarter.com/projects/benatural/be-natural-the-untold-story-of-alice-guy-blache> Acesso 4 jan. 2018.

Montar = costurar = estabelecer conexões

No documentário "E a mulher criou Hollywood", Clara e Julia Kuperberg reagem ao programado esquecimento de Alice Guy-Blaché e de outras roteiristas, editoras, produtoras e diretoras mulheres. Realizadoras e pesquisadoras entrevistadas destacam a expressiva presença feminina em diferentes funções no período que antecede a consolidação da indústria hollywoodiana. O documentário conecta a presença feminina (assim como de imigrantes judeus do leste europeu) em diferentes esferas da produção cinematográfica norte-americana até os anos 1920, vide o status 'menor' que o cinema assumia até então. Com grandes investimentos, profissionalização e consolidação



do cinema como lucrativa indústria de entretenimento de massa, há uma radical redução da participação de mulheres nas principais atividades fílmicas, com interdição a funções de maior projeção, remuneração e/ou qualificação e valorização restritiva ao trabalho de atriz.

Neste cenário dos primeiros anos da produção cinematográfica, as editoras eram majoritariamente mulheres e Clara e Julia Kuperberg relacionam as atividades de costura (tradicionalmente atribuída às mulheres) e as de edição/montagem. O aspecto artesanal da tarefa, sua semelhança com a costura, no sentido de literalmente recortar os pedaços de filme com tesoura e os juntar, fez com que a tarefa de edição fosse compreendida como tradicional e potencialmente executada por mulheres, na demanda de “dedos hábeis”, precisão e delicadeza (atributos cultural e convencionalmente associados às mulheres).

Algumas das contribuições de Alice Guy-Blaché, especificamente, no que se refere à montagem podem ser localizadas no uso dos planos-detalhe e filmagens em locação (e não exclusivamente em estúdio). Seu pioneirismo no uso de *close-ups* para conferir efeito dramático, em “Madame a des envies”, 1906, por exemplo, antecede as inovações geralmente creditadas a D. W. Griffith, segundo McMahan (2009).

Guy-Blaché experimentou a fragmentação do espaço, a montagem paralela, proeminente em “Matrimony’s Speed Limit”, 1913 em que recorre a cenas simultâneas em lugares diferentes e a montagem de continuidade, em que articula a passagem de um quadro a outro, conferindo continuidade de movimento. Em “The Cleaning Man”, 1907, por exemplo, o empregado faz um furo, conectando os dois ambientes,



até então, mostrados separadamente na tela, tendo a conexão construída através de assoalho/teto – note-se, aqui, como em outros filmes, os personagens masculinos retratados como atrapalhados, ruidosos e desqualificados para a atividade doméstica.

Montagem = a imagem é apenas o começo: Maya Deren

Saltando algumas décadas no século XX, uma contribuição fundamental para a reflexão sobre a montagem cinematográfica localiza-se na produção de Maya Deren (1917-1961), artista ucraniana radicada nos Estados Unidos. A cineasta, como Alice Guy-Blaché, agregou uma multiplicidade de funções: Maya Deren foi responsável pela concepção de seus filmes, atuou neles como protagonista e assumiu a função de diretora e montadora. Além da produção fílmica, Deren foi teórica, produtora, organizadora de mostras de filmes, conjugando o interesse interdisciplinar em cinema, fotografia, arte, dança e etnografia.

O texto “Cinema: o uso criativo da realidade”, 1960 (Deren, 2013) é referencial para contestar a autoridade da captação da imagem como realidade. Sua abordagem propõe a captura, como ponto de partida, que permite construir e experienciar outros fluxos e movimentos não derivados indicialmente do real. A montagem assume em seus filmes o potencial de novas sintaxes entre corpo-gesto-câmera-montagem-observador.

São notáveis as suas experiências fílmicas em “Meshes of the Afternoon”, 1943 e “At Land”, 1944. Em “Meshes”, Deren formula tortuosas relações entre duplos de si mesma, como personagem. Em uma escada, filmada



em uma série de enquadramentos com extremada angulação, o movimento da protagonista é combinado à repetição e à justaposição de planos curtos e fragmentados, criando uma experiência espacial de instabilidade e flutuação.



Maya Deren, "Meshes of the Afternoon", 1943.



Maya Deren, "Meshes of the Afternoon", 1943. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N5UzI8er28&list=RDN5UzI8er28&start_radio=1&t=5

Acesso 4 jan. 2019.

"At Land" promove uma jornada da protagonista entre espaços-tempos e personagens. Na cena inicial, em uma praia, a personagem de Deren sobe galhos de uma árvore, e a diretora-editora, alterna os planos que



mostram os movimentos de suas pernas e braços nos galhos com planos que mostram seu corpo em uma mesa de jantar. A continuidade do movimento corporal se contrapõe à incongruência da localização espacial e das convenções sociais envolvidas. Alternando a presença da personagem que se desloca sobre a mesa do ambiente interno com planos em que ela se desvencilha de plantas no espaço natural, Deren articula o trânsito do corpo entre lugares inverossímeis a partir da continuidade do movimento, sem subordinar a montagem a uma costura que invisibiliza o corte, tampouco se evadindo de estabelecer uma conexão, evitando a mera disjunção entre os fragmentos recortados. “Uma pessoa começa um gesto num cenário, esta tomada é imediatamente seguida pela mão entrando noutro cenário e lá se completa o gesto” (Deren, 2013, p.147).



Maya Deren, “At Land”, 1944.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qogxeJfoRE4> Acesso 4 jan. 2019.

Deren formula com seus filmes uma complexa pesquisa sobre a variedade de relações no espaço-tempo da imagem, possibilitando movimentações, velocidades, repetições e continuidades exclusivas do/no espaço fílmico. Trata-se de não encerrar a imagem na concepção de registro passivo, mas de construir outras experiências:



“No filme, a imagem pode e deve ser apenas o começo, o material básico da ação criativa” (Deren, 2013, p.144).

Em filmes como “A Study in choreography for câmara”, 1945, “Meditation on Violence”, 1948 e “The Very Eye of Night”, 1958, Deren explora a relação do corpo que dança e o corpo que filma na própria formulação do movimento, questão central nas experimentações de vídeo-dança desenvolvidas a partir da década de 60, antecipando a discussão da implicação de um espaço fílmico da/para dança.

Propondo alternativas à centralidade do quadro renascentista e da hegemonia de um único olho que hierarquiza a visão, Deren desenvolve a complexidade da representação do real e da construção do personagem, escapando da subordinação a uma narrativa que supõe-se transparente. Suas personagens atravessam espaços, atravessam a si mesmas.

Alguns notas para pensar a montagem como corte e costura

Intrigada pela associação entre montagem e costura, tentando confrontar e reagir à violência simbólica da negação da contribuição de mulheres na produção cinematográfica, sobretudo na recorrência de mulheres na atividade de montagem, pontua-se aqui algumas questões que, longe de concluir ou encerrar a reflexão, norteiam as interrogações de uma pesquisa em processo sobre a montagem nos filmes de Deren e Guy-Blaché.

1. Maya Deren (2013) escreve que “a montagem de um filme cria a relação sequencial que proporciona um sentido novo ou particular para as imagens de acordo com sua função”. Neste sentido, interessa



perceber a imagem como um começo e, portanto, atribuir, à montagem um papel central na construção do sentido. A artista destaca o modo como a edição “estabelece um contexto, uma forma que as transfigura sem distorcer seu aspecto, diminuir sua realidade e autoridade, ou empobrecer aquela variedade de funções potenciais que é a dimensão característica da realidade” (Deren, 2013, p. 145).

2. Guy-Blaché e Deren desenvolvem com seus filmes uma preciosa contribuição para a problematização da relação dicotômica dos legados documental e ficcional, patente nas operações da montagem. Estas não derivam passiva ou transparente das imagens (tampouco as imagens de um real supostamente estável). Guy-Blaché também começa a investir em uma interpretação realista de atores e figurantes, visando a ‘credibilidade’ e imersão do espectador na narrativa ficcional.

3. A invisibilização do trabalho de montagem (atividade que requer e desencadeia operações conceituais centrais ao cinema) encontra respaldo e ressonância em uma linguagem cinematográfica que ‘disfarça’ a própria operação de corte/junção. Esta concepção é característica do cinema clássico dominante que privilegia a coerência e continuidade narrativa através de planos fragmentados e relaciona-se à ideia de que não se deve notar uma boa costura. O recalque da costura/montagem que justamente (e artificialmente) viabiliza o contínuo das imagens é estrutural na noção de transparência do cinema clássico?

4. A montagem constrói o sentido das imagens em um filme, como cortar e juntar tecidos transforma a superfície de um pano em roupa. Mas a natureza desta conexão compreende costura ou sutura?



Philippe-Alain Michaud (2014, pp. 200-201) aciona o termo *sutura* como central ao cinema, destacando a operação de *suturar* as imagens por meio da montagem, seja no plano (pelo enquadramento) seja entre os planos (por meio da continuidade). O autor destaca que “mais do que com o poder de pôr as imagens em movimento, o filme se confunde com o de dividi-las e recompô-las em novas organizações irreais” (Michaud, 2014, p. 201).

Numa sutura, a costura é temporária e justifica-se pela aproximação dos tecidos que, por sua vez, no contato e regeneração celular dispensam a linha que os juntava (retirada ou absorvida pelo organismo) quando a conexão é restituída. É ideal do cinema de transparência (Xavier, 2005), que a costura e o artifício não se façam aparentes, assim como as lingeriees sem costura anunciam superar o incômodo da junção.

O assombro que as imagens fílmicas vistas pela primeira vez provocam em uma jovem siberiana, horrorizada com o *desmembramento* dos corpos: “Vi cortarem pessoas em pedaços”, no relato de Bela Balazs, evidencia o modo como a abstração do corte (a sucessão de diferentes planos-detalhes) é transformada em uma operação real (Michaud, 2014, p.200).

5. Interrogando a relação entre cinema e pintura, Benjamin (1994) discorre sobre o caráter *cirúrgico* do cinema. Oposto ao mágico, que deposita as mãos sobre o doente para curá-lo, prescindindo de qualquer intervenção invasiva, o curandeiro preserva a distância com o paciente, sutil e ligeiramente diminuída ao estender a mão. Diferentemente, o cirurgião anula radicalmente a distância, penetrando, embora com movimentos cautelosos, o organismo do



paciente. A partir da observação da distância que estes procedimentos operam, Benjamin relaciona o pintor ao mágico/curandeiro, pois mantém a distância entre sujeito e realidade. Já o cinegrafista, como o cirurgião, “penetra profundamente as vísceras dessa realidade” (Benjamin, 1994, p. 187). Procedimentos e posturas opostas (mágico/pintor; cirurgião/cinegrafista) geram também imagens diferentes: enquanto o pintor formula uma imagem total, o cinegrafista trabalha mediante a montagem de “inúmeros fragmentos, que se recompõe, segundo novas leis” (Benjamin, 1994, p.187). E como lidar com os modos e medidas de distância crítica que estas imagens (e seus processos de produção) reverberam na recepção das imagens?

O corte, na costura, desenha a modelagem da peça, propondo modos de estruturar o tecido e de vestir cada corpo, no aspecto tátil do contato com a pele. Os cortes e as costuras, tomadas como invisíveis, viabilizam a construção de um volume a partir de um plano e mesmo a construção de um plano na junção somatória de partes, os retalhos. E, longe de reduzir-se à execução manual da junção, envolvem uma concepção e um planejamento do que será montado. E a cada singular montagem, constrói-se um sentido que afeta e altera o sentido das partes montadas.

Considerações provisoriamente finais: cineastas deliberadamente esquecidas

Este texto é perpassado por uma série de perplexidades, começando pelo caráter extraordinário dos filmes de Guy-Blaché e Deren em detrimento de seu deliberado e reiterado apagamento. É notável a confluência e pluralidade de atividades e papéis assumidos pelas duas



realizados e o impacto de suas atuações ativas na transição do século XIX e na década de 40. Guy-Blaché desempenhou as atividades de diretora, roteirista, produtora, montadora, dona e diretora do estúdio Solax, assumindo o lugar de única mulher detentora de meios de produção de filmes de modo industrial (Pereira, 2016).

Ambas recusam a redução da mulher à musa e objeto do olhar patente no cinema hegemônico. E, além de conferir protagonismo às personagens femininas nos seus filmes, o trabalho das realizadoras destaca que o olhar masculino dominante não se resume à construção dos heróis dentro da narrativa, mas inclui a projeção de um espectador masculino ao qual a recepção das imagens é endereçada e, ainda, num terceiro olhar masculino que é do sujeito que tem acesso privilegiado aos meios de produção, difusão e reflexão (Mulvey 1983).

Neste sentido, é fundamental revisitar o lugar dos trabalhos produzidos por Deren e Guy-Blaché entre espectadores e redimensionar sua inserção na história do cinema e da arte. Esta reflexão, em processo, visa contribuir para revisão crítica do discurso patriarcal que atravessa a construção da história da arte e do cinema, reivindicando a valorização dos enunciados de cineastas mulheres.

A tarefa de trazer à tona e estimular a reflexão sobre a produção de mulheres, na contracorrente do processo de construção histórica que as deslegitima, exclui e apaga, encontra especial relevo na esfera de ensino de cinema/arte/vídeo, inserindo seus filmes nos estudos de graduação em artes visuais, onde atuo como docente, como forma de resistência ao seu deliberado processo de invisibilização e esquecimento.



O recente encontro com a obra de Guy-Blaché, narrada no início deste artigo, não só desencadeia uma investigação em curso e a escrita deste texto, num esforço e demanda por sua inclusão na discussão acadêmica e valorização de suas contribuições na linguagem artística e cinematográfica, como também provoca uma revisão e reestruturação da filmografia/bibliografia por mim trabalhada em sala de aula – compreendida como instância privilegiada de partilha e debate crítico.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEREN, Maya. "Cinema: o uso criativo da realidade". **Revista Devires**: Dossiê: Cinema Brasileiro: engajamentos no presente. Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 128-149, jan./jun. 2012.

GUY-BLACHÉ, Alice. "Woman's Place in Photoplay Production". In.: **Film as film**. Formal experiment in film 1910-1975. Londres: The Arts Council, 1979.

KUPERBERG, Clara; KUPERBERG, Julia. **E a mulher criou Hollywood (Women who Run Hollywood)** Documentário, 52 min, Estados Unidos, França: Wichita Films, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1a99vUxFefQ>. Acesso 13 set 2018.

MCMAHAN, Alison. "Alice Guy Blaché." In.: GAINES, Jane; VATSAL, Radha; DALL'ASTA, Monica (eds.) **Women Film Pioneers Project**. Center for Digital Research and Scholarship. New York: Columbia University Libraries, 2013. Disponível em: <https://wfpp.cdrs.columbia.edu/pioneer/ccp-alice-guy-blache/> Acesso 4 jan. 2019.

MCMAHAN, Alison. "The Most Famous Woman You've Never Heard Of: Alison McMahan on Alice Guy Blaché," **Artforum**, nov, 2009, p. 81-82.



MICHAUD, Philippe-Alain. **Filme: por uma teoria expandida do cinema.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MULVEY, Laura. "Prazer Visual e Cinema Narrativo". In: XAVIER, Ismail (org.). **A Experiência do Cinema: antologia.** Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 437-454.

NICOLSON, Annabel; RHODES, Lis; SPARROW, Felicity; et ali. "Woman and the Formal Film". In.: **Film as film.** Formal experiment in film 1910-1975. Londres: The Arts Council, 1979.

PEDROSA, Adriano; BECHELANY, Camila (org.). **Guerrilla Girls: gráfica 1985-2017.** São Paulo: MASP, 2017.

PEREIRA, Ana Catarina. "As primeiras imagens em movimento". In.: PEREIRA, Ana Catarina. **A mulher-cineasta: Da arte pela arte a uma estética da diferenciação.** Covilhã: LabCom.IFP, 2016.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

A EXPERIÊNCIA DE SINDICALISTAS BRASILEIRAS NA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA ARGENTINA

Amanda Carolini Menconi Hornhardt
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
amandamenconih@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo de caso sobre como a luta pela legalização do aborto na Argentina, ocorrida em 2018, impactou um Sindicato Metalúrgico brasileiro. A escolha desde recorte se deu pela iniciativa deste sindicato em financiar a ida de suas seis diretoras para a mobilização em Buenos Aires. A importância de pesquisas nesta área se justifica pelo fato de se tratar de um tema que dialoga com um campo de pesquisa em desenvolvimento que busca analisar a relação entre o movimento sindical e outros movimentos sociais (Galvão, 2014; Moody, 1997), bem como a mobilização, por parte do sindicalismo, de reivindicações para além das suas



demandas tradicionais. A metodologia consistiu em etnografia da semana de mobilização na Argentina, onde pude acompanhar a atuação das diretoras do Sindmetal e entrevistas em profundidade para compreender os resultados dessa experiência a partir da visão dos sujeitos. Os dados revelaram que esta experiência se constituiu em um terreno fértil para a compreensão das possibilidades de relação entre o sindicalismo e as pautas feministas e os desafios da incorporação de temas feministas, como a legalização do aborto, no ambiente sindical.

Palavras-chave: Sindicalismo; feminismo; movimentos sociais.

1) Introdução

O presente artigo busca compreender como a luta pela legalização do aborto na Argentina, ocorrida em agosto de 2018, influenciou o sindicalismo brasileiro. Para isso, partimos das seguintes perguntas: como uma pauta que não é tradicional do movimento sindical é encampada por ele? Como uma demanda que surge fora dos espaços de trabalho começa a se fortalecer nesses locais? Como uma luta internacional é capaz de influenciar outros contextos nacionais?

Na busca por responder a tais perguntas, empreendemos uma análise qualitativa aprofundada de um caso significativo: a ida das seis diretoras de um sindicato metalúrgico brasileiro, localizado no Estado de São Paulo para acompanharem a mobilização pela Interrupção Voluntária da Gestação (IVE⁵) em Buenos Aires, no dia 8 de agosto de 2018. Os nomes, tanto do sindicato, quanto das diretoras foram preservados, atendendo às recomendações da ética em pesquisa. Utilizaremos para denominá-lo o termo "Sindmetal", termo êmico, utilizado pela base de muitos sindicatos para se referirem à organização que representa os metalúrgicos.

⁵ Campanha Nacional pela Interrupción Voluntaria de Embarazo (IVE) é o termo em espanhol utilizado pelas ativistas argentinas para denominar sua luta.



O Sindmetal é um dos principais sindicatos de uma Central Sindical brasileira que, segundo Galvão (2014), pode ser considerada um exemplo de Sindicalismo Político Radical, por se tratar de um sindicalismo militante e politizado, caracterizado por mobilizar seus membros a partir de uma forte oposição ideológica de esquerda aos empregadores e ao governo. (Galvão, 2014).

O Sindicalismo Político Radical é uma tendência bastante minoritária que surge com a crise do sindicalismo social democrata, contrapondo-se ao seu caráter politicamente moderado e conciliador. No caso brasileiro, esta central surge como um polo minoritário de oposição de esquerda com caráter internacionalista, anti neoliberal e socialista, contrário à prática de parceria social empreendida por algumas centrais (Galvão, 2014).

A importância do desenvolvimento de pesquisas nesta área se justifica, uma vez que estudos atuais sobre revitalização sindical apontam que esta relação pode contribuir para a reconstrução de um protagonismo social mais amplo e um projeto político mais abrangente (Frege e Kelly, 2004), porém ainda há poucos estudos que empreendem análises empíricas, qualitativas e etnográficas de tais interações.

O presente artigo se trata, portanto, de uma contribuição inicial que busca desenvolver algumas hipóteses que tenho trabalhado em minha pesquisa de doutorado que se iniciou em 2018. Não tenho, portanto, a pretensão de apresentar uma análise fechada dos acontecimentos recentes, mas apenas lançar luz à algumas indagações e caminhos possíveis de análise da relação entre o sindicalismo e o movimento feminista internacional, a partir do caso em questão.



2) A relação entre sindicalismo e outros movimentos sociais

A análise das relações entre movimentos sociais parte da compreensão de que os movimentos sociais estão socialmente inseridos em um campo movimentalista mais amplo e são impactados pelas ondas de ativismo surgidas dentro deste campo e que podem atualizar as práticas culturais das mais diversas organizações.

Pesquisas sobre movimentos sociais que operam na chave da dicotomia entre sindicalismo e demais movimentos, ou entre “pautas classistas” e “pautas identitárias” tendem a perder a riqueza que essas intersecções podem oferecer. Neste sentido, podemos considerar que a ação coletiva dos trabalhadores está inserida dentro de um campo de movimento social:

Não se trata de lutar somente pelo reconhecimento de identidades étnicas ou de “minorias”, pois as reivindicações vão além dessas questões. Também não se trata de novos movimentos sociais stricto sensu, não apenas porque alguns desses movimentos não são tão novos assim, mas porque também não constituem necessariamente uma oposição ao movimento operário e sindical, mas se associam a ele, de formas distintas (Galvão, 2008).

Dentre as mudanças ocorridas no sindicalismo no nível mundial, alguns autores destacam a busca por estabelecer parcerias com novos sujeitos políticos e movimentos sociais (Frege e Kelly, 2004; Moody, 1997); construir campanhas dirigidas a setores mais fragilizados da população trabalhadora, indo além da pauta corporativa e a tentativa de organizar trabalhadores não sindicalizados (Gagnon, 1991). A fala de Diretora Marta expressa com bastante nitidez esta preocupação:



Metalúrgico teoricamente não teria nada a ver com a pauta da legalização do aborto, mas acreditamos que tem sim. A legislação as vezes não ajuda. Por exemplo, dentro da fábrica a gente faz tudo junto com os terceirizados, mas legalmente não vamos representar ela. Apesar desse limite jurídico, temos uma atuação política fundamental e buscamos ajudar. A gente enquanto sindicato temos um princípio, que é a defesa dos trabalhadores e temos sim que extrapolar esse limite jurídico. A legalização do aborto, tem um perfil de classe, porque quem mais sofre o maior número de mortes são os setores mais pobres da sociedade (Entrevista com Marta, setembro de 2018).

Nesta fala, Marta reconhece que a necessidade do sindicato encampar a luta pela legalização do aborto se assemelha à necessidade sentida pelo sindicato de representar trabalhadores que estão fora da representação legal do Sindmetal, como é o caso dos terceirizados. Isso se justifica pois, ambos, mulheres e trabalhadores (as) terceirizados (as) são setores fragilizados da população trabalhadora e é um princípio do sindicato a defesa da classe trabalhadora em geral, indo além da pauta corporativa ou do grupo de sindicalizados. Assim, como salientou Galvão (2008), "é possível encontrar um caráter de classe nesses movimentos, o que permite pensar sua unidade, a despeito de sua heterogeneidade". (Galvão, 2008).

Não é apenas o movimento feminista que oferece formação política à mulheres, capacitando-as à encampar lutas relacionadas à questão das mulheres. Como os movimentos são influenciados mutuamente, ainda que de forma desigual, é possível que a compreensão da importância da luta pela igualdade de gênero se dê para além dos espaços que se organizam a partir do feminismo, chegando até mesmo a espaços mais tradicionais como o movimento sindical.



Este é o caso das Diretoras do Sindmetal. A maioria delas não conhecia o feminismo antes de começar a militar no sindicato e foi, a partir da militância sindical, que compreenderam a importância de lutar pelas pautas das mulheres. Ao responder sobre “Quando começou a se interessar pela pauta das mulheres”, a Diretora Beatriz afirmou:

Foi quando entrei no sindicato. Comecei a ir nas negociações com a patronal em São Paulo junto com outra diretora e brigar pra mudar na convenção coletiva. Já é meu quarto ano nessa função. Daí percebi que tinha temas específicos das mulheres, como a necessidade de ampliar a ausência justificada, que hoje tem só por motivo de falecimento e internação. A gente exige que se amplie pra casos de exames médicos Papanicolau e mamografia todo ano, que não haja nenhum desconto no hollerith das trabalhadoras (Entrevista com Beatriz, outubro de 2018).

Nesta fala, é possível perceber algo já bastante debatido na bibliografia sobre gênero e sindicalismo em relação à forma como o recorte de gênero aparece no debate sobre o trabalho feminino no meio sindical. A posição de sindicalista exige que as Diretoras constantemente se informem sobre os direitos das trabalhadoras e sobre os canais existentes para prestar auxílio às mesmas em diversas situações:

Trabalhando com muitas mulheres você se interessa mais em ter argumento. Sendo diretora do sindicato eu consigo auxiliá-las juridicamente, alertá-las para vários temas. Então hoje com a estrutura do sindicato a gente consegue auxiliar mulheres que ainda sofrem muito (Entrevista com Luísa, setembro de 2018).

A posição de dirigente sindical engloba muito mais do que a resolução de questões relacionadas à esfera produtiva. As Diretoras relataram situações em que foram procuradas para auxiliar mulheres da fábrica sobre questões aparentemente “pessoais”, mas que revelam a



condição social na qual a mulher trabalhadora está submetida na sociedade capitalista, relacionada à violência de gênero e a falta de equipamentos públicos:

Comecei a me interessar pela pauta das mulheres no segundo mandato da Cipa. A Cipa é um elo de amizade. Eu conhecia todo mundo e os dramas pessoais. Tinha muitos problemas específicos de mulheres dentro da fábrica. Tinha que prestar assistência à violência doméstica, acompanhar na delegacia da mulher, no psicólogo... tem que ouvir quando ela está abalada, abriga-las na sua casa... Muitas pediam a conta porque não tinha creche (Entrevista com Ana, outubro de 2018).

Alguns autores destacam a importância dos chamados “*bridge activists*” (Isaac e Christiansen 2002, p. 727), que são catalizadores das lutas sociais, responsáveis por construir as pontes entre diferentes lutas em diferentes espaços de militância política. Quando analisamos a relação entre movimento feminista e sindicalismo, podemos considerar a Diretora Marta como uma “*bridge activist*”, uma vez que sua conexão com sindicatos, partidos e movimentos sociais foi decisiva para a ida das Diretoras à mobilização na Argentina. Quando perguntada sobre “*Quando começou a se interessar pela pauta das mulheres*”, Marta afirmou:

Quando comecei a militar, não foi a pauta das mulheres que me ganhou, mas sim a discussão sobre a transformação da sociedade. Daí eu vi o quanto as mulheres são fundamentais nesse processo. Sem lutar pela igualdade entre os gêneros não é possível transformar a sociedade. Eu como militante socialista, dentro do partido, do sindicato, ainda mais agora com esse levante feminista no mundo, comecei a estudar esses processos e a mudar minha concepção. Hoje meu foco é mais nas mulheres, participo também do setorial da minha Central Sindical e da minha organização política (Entrevista com Marta, setembro de 2018).



Para esta diretora, a força da Campanha pela Interrupção Voluntária da Gestação reside justamente no fato de ter havido uma articulação entre diversas organizações de natureza e funções distintas, em torno de uma pauta comum. A Diretora Ana também destacou: “você via pessoas que estavam com filho, via homens, não era uma luta só das mulheres isoladas” (Entrevista com Ana, setembro de 2018). A Diretora Luísa afirmou que o papel das mulheres no sindicato é decisivo para que haja a conexão do sindicalismo com o movimento feminista:

Nós, como diretoras, queremos abraçar a causa de outras áreas e a gente se impõe pra que aconteça. Eu acho que agora 'tá' abrindo mais caminhos. Hoje eu estou vendo que o sindicato abraça essas causas, principalmente quando diz respeito às mulheres (Entrevista com Luísa, setembro de 2018).

Porém, para a Diretora Marta, esse aprendizado carrega também um sinal de alerta: se o sindicalismo não aprender a se conectar a essas pautas e com as formas atuais de articulação desses movimentos, o sindicalismo pode ficar “ultrapassado”. Neste sentido, podemos nos questionar sobre a possibilidade do movimento feminista contribuir para a revitalização sindical. Quando questionada sobre “O que você aprendeu na mobilização Argentina”, Marta novamente destaca a importância da ação conjunta entre diversas organizações, o que nos faz refletir sobre a potencialidade deste diálogo para a revitalização sindical:

Vi a força que tem uma pauta que teoricamente seria só das mulheres, que a gente chama de minorias, mas a gente viu uma frente que tem que servir de exemplo para qualquer pauta que deve ser travada. Movimentos políticos, anistia internacional, Paro Internacional de Mulheres, barracas nas ruas, a identidade visual dos *panuelos verdes*... Muitas meninas muito jovens foram pra rua e não vão retroceder na sua consciência. No médio, longo prazo vão trazendo outras discussões que são entrelaçadas e que tendem a se aprofundar. Se a gente não se conectar com essas pautas



vamos ficar totalmente ultrapassados. Sempre busco discutir envolver a secretaria de mulheres do sindicato com o movimento feminista da cidade, relacionar com o que está acontecendo fora (Entrevista com Marta, setembro de 2018).

Se é verdade que o sindicalismo brasileiro passou, nas últimas décadas, a debater questões de gênero, o que pode ser demonstrado pelo aumento de Secretarias de Mulheres em entidades sindicais, também é verdade que a seleção das pautas à serem encampadas geralmente privilegiava àquelas relacionadas à situação da mulher no mercado de trabalho e na esfera da produção. O estudo deste caso sugere que, a partir de 2018, pautas feministas que até então estavam alijadas total ou parcialmente do debate das reuniões das diretorias sindicais, podem ter alcançado lugar de destaque em determinados momentos a depender a Estrutura de Oportunidades Políticas.

No caso da legalização do aborto, a introdução deste tema nas reuniões de diretoria só poderia ser feita por uma *“bridge activist”*, uma vez que, na base da categoria e também em sua diretoria, imperam valores religiosos contrários à possibilidade da mulher ter autonomia para escolher se dará ou não prosseguimento a uma gestação. Segundo a Diretora Luísa, que é membro da Secretaria de Mulheres do Sindmetal e, assim como muitas, vem de uma formação religiosa familiar, a decisão de Marta em *“banciar a discussão com a diretoria”* foi fundamental para que elas pudessem ter essa experiência:

É um assunto muito polêmico, muito difícil, ainda mais pra mim pela vivência religiosa. Mas teve essa oportunidade, a Marta que levou o ponto, e eles não se opuseram, a gente até pensou que iam se opor. Foi toda a secretaria (Entrevista com Luísa, setembro de 2018).



No mesmo período em que a Argentina passava por um amplo processo de debate na sociedade e nas instituições políticas, como o Congresso Nacional e o Senado, sobre a legalização do aborto, no Brasil, a Ministra Rosa Weber convocou uma audiência pública para discutir a pertinência ou não do conteúdo dos artigos 124 e 126 do Código Penal que tornam crime a interrupção voluntária da gestação. Esta audiência é fruto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 442, encaminhada pelo Instituto de Bioética – ANIS e pelo Partido Socialismo e Liberdade -PSOL, que defendem a descriminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gestação.

O PSOL entende que estes dois artigos do Código Penal afrontam: a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, a saúde e o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos. Por isso, consideram ser necessário garantir às mulheres o direito à interromper a gestação sem serem consideradas criminosas, garantindo aos profissionais de saúde o direito de realizar o procedimento.

Durante as audiências, marcadas para os dias 3 e 6 de agosto, véspera da mobilização argentina do dia 8 de agosto, foi organizado por movimentos, sindicatos e partidos de esquerda o Festival pela Vida das Mulheres, em Brasília. Já havia sido realizada uma discussão na Diretoria do Sindmetal que autorizou a ida das seis diretoras à Brasília, para participarem do Festival, porém, decidiram tentar também uma liberação para a ida a Buenos Aires:

A gente já tinha discutido a liberação de Brasília, aí a gente achava que pra Argentina não mandaria todas por uma questão financeira, mas a gente conseguiu fazer uma



discussão tranquila e passar na diretoria pro sindicato bancar as seis. É uma luta diária porque ali temos muito homem, mas a maioria é a favor (Entrevista com Aline).

Após a autorização, decidiram priorizar a Argentina: “porque a maioria de nós tem filhos e não conseguiríamos participar das atividades no Brasil e também na Argentina” (Entrevista, com Ana, setembro de 2018). O argumento político que justifica essa escolha é que “era um movimento de massas mais desenvolvido e acreditamos que poderíamos aprender mais”. (Entrevista com Marta, setembro de 2018).

3) As dificuldades relacionadas à ida à Argentina

A Diretoria do Sindmetal conta com 40 diretores homens e 6 diretoras mulheres. Apesar de uma parte, ainda que minoritária, desses dirigentes ser filiada ou simpatizante a partidos de esquerda que tem como princípio a luta pelos direitos reprodutivos das mulheres, a discussão na diretoria não foi nada fácil. Duas diretoras explicaram as dificuldades e suas estratégias de debate interno à diretoria:

Toda reunião da diretoria tentamos levar um tema. O próximo vai ser feminicídio e o anterior foi a legalização do aborto. Pra levar pra fora, primeiro temos que educar nossa diretoria. Existe na diretoria pessoas que não aceitam falar de maneira nenhuma sobre aborto, acham que é como se eu fosse matar meu filho... disseram que nunca deixariam a mulher fazer um aborto. Tem que ir devagar, com a mente aberta pra abrir a discussão (Entrevista com Beatriz, outubro de 2018).

Outra dificuldade apresentada pelas diretoras é o fato de que a maioria delas vem de uma tradição familiar religiosa, onde este tema é considerado tabu. Das cinco diretoras entrevistadas, três revelaram que eram contrárias à pauta, devido a motivações religiosas, antes de sua ida à Argentina. Destaco aqui a fala de uma delas, que evidencia a



necessidade da defesa da vida ser compreendida como a necessidade de impedir a morte de mulheres por aborto clandestino, além de evidenciar como algumas práticas que estão enraizadas na cultura popular mostram que o desejo por interromper uma gestação indesejada acomete inclusive as mulheres que professam uma fé religiosa:

Nossa secretaria é composta por 6 mulheres e temos uma dificuldade muito grande de tratar sobre este tema, porque a gente é religiosa. Quando veio o convite eu fiquei assustada, como falar pros meus pais que eu ia pra Argentina? Eles são católicos... Eu estava muito resistente, eu era contra e dizia isso, mas voltei com uma outra visão. Muitas mulheres estão morrendo, não é porque eu não concordo que vou fechar meus olhos para o que está acontecendo. Vi estatística e onde foi liberado o índice caiu. O tempo todo estão confundindo sua mente, diziam que é pecado, mas aborto existe desde sempre. Agulha de crochê, chá de canela da bisavó... eu hoje vejo que estou lutando pela vida das mulheres, em conjunto com as minhas companheiras. E pensando, e se fosse comigo? (Entrevista com Ana, outubro de 2018).

Outra diretora destacou como ficou impressionada quando se deu conta de que "até na terra do Papa" as mulheres lutam para poder interromper a gestação sem correr o risco de serem mortas ou presas por isso:

Eu sempre tive uma vida religiosa que sempre falou muito alto na minha vida pessoal. Ir lá pra levantar uma bandeira sobre aborto? Eu fiquei em cima do muro, será que eu deveria ir? A gente já tinha participado de alguns debates e eu colocava minha posição que eu era contra. Mas lá tinha homens, mulheres crianças, e eu pensei: aqui é a terra do papa meu, e esse povo tá aqui lutando por isso! (Entrevista com Luísa, setembro de 2018).

A ida à Argentina foi, portanto, fundamental para que as Diretoras do Sindmetal passassem a refletir mais detidamente sobre o tema da



interrupção voluntária da gestação e a buscar formas de se informar sobre esta questão. Segundo a Diretora Beatriz:

Comecei a pensar nesse tema a partir do momento que veio o convite. Eu tinha uma cabeça mais fechada, não me interessava. Daí fomos pra Argentina, ouvimos depoimento de outras mulheres e percebi a importância de estar discutindo mais e mais. Quem era a favor estava convicto, porque sabia que o melhor a ser feito era legalizar para evitar outros abortos futuros, pra estar consciente do que está fazendo, não estar se matando nas vielas. (Entrevista com Beatriz, outubro de 2018).

Por ser tratar de um tema ainda considerado “tabu”, este problema de saúde pública permanece velado, devido ao peso do julgamento social que recai sob a mulher defende a legalização do aborto. Interromper voluntariamente uma gravidez é ainda um segredo, guardado à sete chaves, pelas mulheres brasileiras. Neste sentido, a possibilidade da fala sobre este tema é, em si, um indicador importante de empoderamento das mulheres, que pode ser evidenciado na fala da Diretora Luísa:

Antes eu não conseguia nem conversar, agora abriu mais a mente. Não é só porque é imposto pela religião. Eu creio que eu não faria e muitas mulheres não fariam, só que não é o governo que tem que estipular isso pra gente, a mulher que tem que saber. É incrível como é mais homem do que mulher que é contra, eles nem sabem como é o nosso corpo e ainda querem ser contra. (Entrevista com Luísa, setembro de 2018).

Em relação aos motivos para apoiar a pauta, são apontadas pelas diretoras a necessidade das mulheres terem autonomia para decidir se querem ou não dar prosseguimento a gestação, que esta não seja uma decisão do Estado ou dos homens próximos à esta mulher. Para isso, consideram necessária a ampliação da conscientização social sobre o tema e do acesso aos diversos métodos contraceptivos. A análise de dados que revelam que a taxa de mortalidade de gestantes diminuiu



em países onde o aborto foi legalizado é um importante argumento para que elas compreendam que lutar pela legalização do aborto é lutar pelo direito à vida:

Eu pensava que cada um é dono do seu corpo, mas eu só era a favor em caso de estupro. Depois que eu fui e comecei a conhecer, quando é legalizado, o índice de morte diminui bastante, a mulher começa a se cuidar mais pra evitar uma gestação que não queira, não corre risco de morte. Abriu minha mente, mas tenho muito o que aprender ainda. (Entrevista com Beatriz, setembro de 2018).

Como a decisão de ir à Argentina foi tomada na mesma semana em que elas embarcaram, não houve tempo para discutir a ida na base da categoria. Após a volta, as diretoras tiveram um ponto na reunião de Diretoria do Sindmetal para contar como foi a experiência. Fizeram também uma reunião da Secretaria de Mulheres para socializar seus depoimentos, que, segundo uma diretora, se assemelhou às rodas de conversa que elas participaram durante a manifestação: "lá na Argentina mesmo a gente viu alguns grupos, participamos de rodas de conversa, interagimos e na volta tiramos um dia pra debater sobre isso na secretaria". (Entrevista com Lúcia, setembro de 2018).

Neste processo, muitas dúvidas foram sanadas e muitas outras surgiram. Assim, elas organizaram um curso sobre o tema, onde puderam aprender mais sobre o assunto e planejam outro curso para o ano que vem. Tais iniciativas de formação são voltadas para preparar as diretoras para discutirem com a categoria. Neste sentido, as diretoras estão refletindo sobre como conscientizar a base sindical em relação a importância deste tema.

O diálogo das diretoras com o Setorial de Mulheres da Central Sindical a qual são vinculadas possibilitou a aprovação de uma cartilha da



Central, com o intuito de abrir a discussão com a base das categorias. A cartilha foi analisada pelas diretoras do Sindmetal, que deram sua opinião, enfatizando a importância da elaboração ser feita com base a uma linguagem bastante acessível. Foi aprovada no Sindmetal a compra de 600 cartilhas para serem distribuídas em quatro fábricas onde há maioria de trabalhadoras mulheres. Segundo uma diretora, a aprovação da cartilha não foi unânime, uma vez que foi rejeitada por alguns diretores homens.

Conclusão

A ida das Diretoras do Sindmetal à manifestação na Argentina foi fundamental para promover uma reflexão destas em relação a importância de uma pauta ainda considerada “tabu” na sociedade brasileira. Uma diretora comparou os processos políticos ocorridos na Argentina e do Brasil, enfatizando a importância de estimular o crescimento da luta das mulheres: “Na argentina eu vi que aqui começou igual, uma sementinha e depois foi aprimorando, esse trabalho temos que fazer aqui, ir crescendo, abrir o debate nas bases, trazer a trabalhadora pro sindicato”. (Entrevista com Ana, outubro de 2018).

O processo de discussão com a base da categoria sobre o tema do aborto, a impressão e distribuição da cartilha foi momentaneamente interrompido devido ao fato de outra pauta feminista ter se destacado dentro da Estrutura de Oportunidades Políticas. Um mês após o retorno das Diretoras, o Movimento Mulheres Contra Bolsonaro ascendeu, promovendo manifestações multitudinárias nos dias 20 de setembro e 28 de outubro, durante o primeiro e segundo turno das eleições presenciais



e as diretoras ajudaram a construir os atos do #elenao na cidade onde atuam. Segundo uma diretora, “o #elenao atropelou”, porém, após o término das eleições a discussão da cartilha será retomada.

Dentre os aprendizados desta experiência, a diretora Marta destaca a disposição de luta das mulheres argentinas, que mesmo em condições desfavoráveis na correlação de forças no Senado, permaneceram nas ruas. Além disso, foi ressaltada a capacidade de uma enorme quantidade de mulheres em se unificarem em torno de uma pauta comum: “Eu nunca vi tantas mulheres na rua lutando pelo mesmo objetivo, infelizmente não passou. Você aprende a ter brilho nos olhos por aquilo e tentar saber porque aquilo tudo está acontecendo”. (Entrevista com Ana, outubro de 2018).

As condições climáticas daquela data também são destacadas como demonstração de perseverança. O frio rigoroso e a chuva sem trégua que permaneceu durante todo o dia e noite da manifestação fez com que as mulheres compartilhassem muito mais que o mate e a água quente: “Choveu muito e as pessoas não saíram das ruas mesmo sabendo que o mais provável era que não iria passar e ninguém se sentiu derrotado por isso. É um movimento internacional sem volta”. (Entrevista com Marta, setembro de 2018).

Um mês após seu retorno, as diretoras se juntaram às mobilizações do #elenao com ânimo renovado. Neste sentido, a experiência da mobilização na Argentina é lembrada pelas diretoras como uma luta comovente que deu forças para que elas lutassem pelos seus direitos no Brasil.



Assim, este estudo de caso demonstrou como a luta pela Interrupção Voluntária da Gestação na Argentina impactou um sindicato brasileiro, contribuindo para a compreensão da rela o entre o movimento sindical e movimento feminista, bem como da incorpora o, por parte do sindicalismo, de pautas feministas que, até então, estavam alijadas do debate nas diretorias locais.

Bibliografia

ARAÚJO, A; LOMBARDI, M. *Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do início do século XXI*. Cadernos de Pesquisa (Funda o Carlos Chagas), v. 43, 2013.

BARKER, C; COX, L; KRINSKY, J; NILSEN, A. *Marxism and Social Movements*. Leiden: Brill, 2013.

BURAWOY, M. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transforma es e uma tradi o crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.

DARLINGTON, Ralph. The Marxist Rank-and-File/Bureaucracy Analysis of Trade Unionism: Some Implications for the Study of Social Movement Organisations. In: Barker Colin, Cox Laurence, Krinsky John, Gunvald Nilsen Alf, ed, *Marxism and Social Movements*, Leiden/Boston, Brill, 2013, p. 187-208.

DIAS, Hugo. Sindicalismo de Movimento Social: G nese e revisão de um conceito. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC*. n  4, 2010.

ESTANQUE, Elísio. Sindicalismo e movimentos sociais: A o coletiva e regula o social no contexto europeu e português, *Lutas Sociais* n.23, 2009, p. 55-67.

FAIRBROTHER, Peter; WADDINGTON, Jeremy. The politics of trade unionism: evidence, policy and theory. *Capital & Class*, n. 14, 1990, p. 15-56.



FANTASIA, R. *Cultures of Solidarity: Consciousness, action, and contemporary American workers*. Berkeley: University Of California Press, 1988.

FREGE, C.; KELLY, J. (2004). *Union Strategies in Comparative Context. In Varieties of Unionism strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GAGNON, Mona-Josée. Le syndicalisme: du mode d'appréhension à l'objet sociologique. *Sociologie et sociétés*, vol. XXIII, n° 2, 1991, p. 79-95.

GALVÃO, A. *Marxismo e movimentos sociais*. *Crítica Marxista*, n.32, 2011.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais na América Latina em questão. Dossiê Cultura, Política e Democracia. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 8-24, jul.-dez. 2008.

GALVÃO, A. *O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias*. In: 38º Encontro Nacional da ANPOCS, 2014, Caxambu. GT 14 entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e constestação nos movimentos sociais latino-americanos, 2014.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Crítica Marxista*, n. 38, 2014.

LEITE, Marcia de Paula. A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: SEUS TEMAS E PROBLEMAS (RE)VISITADOS. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 103-127, Dec. 2012

MISCHE, A. **Partisan publics**. Princeton Univ. Press, 2008

MOODY, Kim. Towards an international social movement unionism. *New Left Review*, n. 225, 1997, p. 52-72.

TARROW, S. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

UPCHURCH, M; TAYLOR, G; MATHERS, A. *The crisis of social democratic unionism*. *Labor Studies Journal* 34, 2009.



AS MULHERES NA LUTA QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE

Ana Paula Lyra
Graduanda do Curso de Serviço Social da UFES
ana.paula.lyra@hotmail.com

Fany Serafim Nascimento
Graduanda do Curso de Serviço Social da UFES e bolsista de iniciação científica da FAPES
fanyserafim@hotmail.com

Wakyla Cristina
Graduanda do Curso de Serviço Social da UFES
wakylacac@hotmail.com

RESUMO: Milhões de africanas e de africanos foram retirados de seu local de origem, sendo comercializados e tratados como mercadoria. Após o desembarque no Brasil, os africanos foram transformados em força de trabalho escrava para viabilizar o projeto colonial. Os negros escravizados, se organizaram, liderando rebeliões, em favor de sua vida e da liberdade. Uma das expressões de resistência negra foi a constituição dos quilombos, que se espalharam por toda a colônia. O papel dos quilombos, para além de protegê-los da escravidão, possibilitou que resgatassem modos de vida. Crenças, costumes e saberes africanos, que foram passados para as novas gerações e parte desses, a despeito da violência, conseguiu sobreviver até a atualidade. Nesse sentido, as mulheres assumem um papel importante, atuando na reprodução dos valores e costumes afirmados por meio da tradição oral. As atuais comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil são territórios que buscam preservar a memória dos seus antepassados, apesar do racismo vivenciado. No caso das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, no norte do Espírito Santo, as mulheres são sujeitos estratégicos não só na reprodução da cultura, mas na organização social e política de suas comunidades. Desde meados da década de 2000, as quilombolas se organizam por meio da Comissão Quilombola do Sapê do Norte. Elas se revelam grandes lideranças e com alta capacidade de articulação da luta política travada contra a Fíbria, empresa que se apropriou de parte expressiva do seu território. Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso das autoras e teve como objetivo estudar o papel das mulheres no processo organizativo das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. É uma pesquisa de caráter qualitativo que adotou como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, as pesquisas documental e empírica. Esta última se deu por meio de realização de grupo focal. Ela busca se somar aos esforços teórico-metodológicos



de produção de estudos sobre os processos de luta das comunidades do Sapê do Norte, com foco particular nas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; lutas sociais; racismo; comunidades quilombolas.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas do Sapê do Norte que envolve Conceição da Barra e São Mateus vêm sofrendo constantemente com impactos da monocultura do eucalipto em seu território por parte de empresas, como a Aracruz celulose, hoje Fibria. Atualmente existe cerca de 32 comunidades reconhecidas no Sapê do Norte que estão em constantemente embate com essa empresa.

A Fibria vem utilizando diversas táticas para a expropriação de parte do território quilombola, desde a ameaça até a violência. Como consequência dessa expropriação tem-se a perda territorial desencadeando impactos em vários aspectos nas comunidades quilombolas. Desde o ressecamento do solo, a perda de diversas plantas medicinais, frutas e rios. Tem-se a ocorrência do chamado imprensamento, que é quando a comunidade está cercada/sufocada pelo eucalipto, isso faz com que diversos quilombolas deixem suas comunidades e migre para as regiões urbanas, como Vitória no bairro de São Benedito onde se encontra hoje grande parte desses quilombolas. Ou seja, prejudicando sua forma de reprodução dos valores/tradições quilombolas. (FERREIRA, 2009)

A comissão quilombola do Sapê do Norte nasce nesse contexto de luta. Criada em 2005, Segundo Oliveira (2011) a comissão atua na reivindicação pela regularização territorial e por políticas públicas específicas para os quilombolas. Sendo assim, as mulheres são sujeitos



estratégicos que atuam na reprodução da cultura e também na organização social e política de suas comunidades. Se revelam grandes lideranças, com alta capacidade de articulação da luta política travada contra a Fíbria. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direitos (2018) em uma pesquisa realizada no período de 2008 á 2017, se reconhece o protagonismo das mulheres, das suas lutas para a sobrevivência de seus territórios. E relata que a invisibilidade da luta das mulheres, reforça um ciclo de violência sofrido.

O PROCESSO ESCRAVACROTA NO BRASIL

De acordo com Roberta Traspadini, “A conquista/invasora da colonização da América Latina demarca a separação do ser humano de sua conexão direta com a terra e institui uma mediação peculiar que fundamenta a originária acumulação precedente de capital no mundo [...]”. Explica a autora que o emissário dos vitoriosos de guerra no território colonizado atuou como “[...] potencializador interno das nascentes regras do jogo capitalista. Novos processos de trabalho que tendem sob o comando dos donatários e jesuítas a constituição da classe detentora do poder internamente”. (TRASPADINI, 2016, p.130).

No período colonial, a escravização dos negros constituiu “[...] um dos pilares do projeto de expansão e dominação européia sobre outros territórios, processo que viria a ser denominada colonização” (FERREIRA, 2009, p.33). A captura, o tráfico da população africana e a escravização foi o que impulsionou o mais lucrativo comércio colonial. A expansão do capitalismo garantido pelo processo de acumulação primitiva deu-se através da dominação dos territórios e dos seus povos



originários. Dominação essa que veio em conjunto com a servidão dos povos indígenas e da escravidão dos povos da África. Principalmente na América, esse trabalho escravo fundamentado na mais severa violência, no controle e no medo tornava-se condição para mover e fomentar o sistema colonial (FERREIRA, 2009).

O processo de acumulação primitiva é "mais que um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" (MARX, 1988, p. 961). Esse processo foi um fator importante para o surgimento do capitalismo, porém, como consequência, tem-se a escravização dos negros Africanos. Em resumo, sobre a acumulação primitiva, Marx escreve que o ouro e a prata levaram ao extermínio, à escravização e ao soterramento dos ameríndios. Também marcou o início das conquistas e o "[...] saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista" (MARX, 1988, p.998). Segundo ele, "Esses processos 'idílicos' constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1988, p.998). Os processos de colonização são seguidos, de acordo com Marx, por guerras comerciais "[...] entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco". (MARX, 1988, p.998).

No período colonial, em pleno auge da produção açucareira, era preciso mão de obra para dar seguimento a esse grande negócio com o propósito dos senhores de engenhos lucrarem. Nesse sentido, a escravidão foi muito funcional, porque permitiu que a terra colonizada pudesse produzir para atender ao mercado consumidor interno e



externo. Nesse regime, não havia a possibilidade de reconhecimento da condição humana negra, segundo Moura (1992). Para o autor, "[...] o negro escravo vivia com se fosse um animal. Não tinha nenhum direito e, pelas Ordenações do Reino, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir a seu favor". (MOURA, 1992, p. 15). Decerto, o negro...

[...] era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. [...] A jornada de trabalho era de catorze a dezesseis horas sob a fiscalização do feitor, que não admitia pausa ou distração. Quando um escravo era considerado preguiçoso ou insubordinado, aí vinham os castigos. (MOURA, 1992, p.15-17)

As/os negras/os eram traficadas/os de forma desumana, expostos a várias doenças e com uma alimentação extremamente precária nos porões dos navios, antes de chegarem ao destino: as terras colonizadas da América. Durante esse percurso, dentro dos porões desses navios, ocorreram muitas mortes, contando com os suicídios. Aqueles negros africanos e africanas que conseguiam sobreviver a tudo isso desembarcavam em um lugar totalmente diferente e estranho, sendo suas crenças, costumes, línguas, formas de viver, ignoradas e consideradas sem relevância, frente à sociedade escravista. (FERREIRA, 2009)

Após o desembarque deles nesse território, os africanos foram transformados em força de trabalho escrava para viabilizar o projeto colonial. Assim "A escravidão e o tráfico de negros africanos constituíram um dos pilares do projeto de expansão e dominação européia sobre outros territórios, processo que viria a ser denominada colonização" (FERREIRA, 2009, p.33).



Os traficantes e mercadores de negros escravizados, achavam que eles aceitariam todo aquele sistema de forma pacífica, que esqueceriam do seu passado, da sua identidade, origens, crenças, costumes, para apenas servirem aos senhores, de forma extremamente pacífica, sem vontade de enfrentar ou de se rebelar. Porém, mesmo com todo esse pensamento dos traficantes, os negros escravizados, se organizaram, liderando rebeliões, oposições, resistência e revoltas em favor de sua autonomia, frente aquele sistema. Reconstruíram lembranças de seu passado, da sua terra de origem, das suas crenças, seus costumes, recriam laços identitários e familiares, aproximando a partir disso, as suas experiências e seus processos de organização no Brasil com a África. (OLIVEIRA, 2011)

Segundo Oliveira (2011) Esses processos organizativos favoreceram para o surgimento de vários agrupamentos, entre eles os quilombos, que resgataram e disseminaram memórias, os costumes, as crenças, os saberes e a cultura, para determinar os modos de vida comunitários em seus territórios. Moura destaca a formação dos principais quilombos na Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Região Amazona, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Assim "os quilombos eram focos de concentração de demográfica e, ao mesmo tempo fator de mobilidade social horizontal permanente" (MOURA, 1992, p.31).

O papel dos quilombos, para além de protegê-los da escravidão, possibilitou que resgassem modos de vida. Crenças, costumes e saberes africanos, que foram passados para as novas gerações e parte desses, a despeito da violência, conseguiu sobreviver até a atualidade. Assim como nas sociedades africanas que de acordo com Moore



(2007), a matrilinearidade foi um dos elementos que ficou marcado, hoje ainda vemos essa característica nas comunidades quilombolas.

A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO

O Sapê do norte engloba os municípios de São Mateus e Conceição da barra que contém 32 comunidades, porém de acordo com a Coordenação Estadual das Comunidades do Espírito Santo há em torno de 70 comunidades em todo estado. O termo sapê originou de acordo com a história de uma gramínea, por ser resistente a diversos movimentos contrários a ela. Assim sua resistência se assemelha a resistência da comunidade quilombola do sapê do norte. Dessa forma Osvaldo descreve, "nem tratores das empresas que cultivam a monocultura dos eucaliptos na região, que arrasaram a vegetação nativa, conseguiram extirpar o sapê, visto que ele continua renascendo em meio aos eucaliptos" (OLIVEIRA, p.11, citado por BARCELLOS ET AL., 2010, p.54). Mesmo que essa gramínea seja extirpada, ela volta a renascer sem ser extinta, assim também são as comunidades quilombolas que continuam resistindo a diversas artimanhas das empresas.

O Brasil foi o último país das Américas a decretar o fim da escravidão. Destacamos aqui que no período de escravidão existiam muitas formas da população negra escravizada resistirem ao sistema escravista (BARCELLOS ET AL., 2010). Assim Ferreira (2009) descreve as formas de resistência utilizadas pelos negros escravizados.

O banzo era uma delas, talvez a que expressasse de forma mais profunda a dor do escravizado, acompanhado de outras cotidianas subversões da ordem que lhe era imposta, que



aconteciam tanto no espaço da casa grande, como na senzala e no espaço urbano das vilas: a negativa ao trabalho, os assassinatos de senhores, feitores e capitães-do-mato, os abortos provocados pelas escravas, e também a compra da alforria, as articulações das irmandades negras, as rebeliões, as fugas e a formação dos quilombos. (FERREIRA, 2009, p.34).

As comunidades quilombolas do sapê do norte nascem a partir das fugas e das heranças e doações de fazendas que os escravizados recebiam, e a partir disso se destaca a formação de agrupamentos na qual viviam “[...] sob a lógica produtiva familiar e com a apropriação e uso comum da terra e demais recursos naturais [...]” (BARCELLOS et al., 2010, p.50). No final do século XIX, tem-se a intensificação das fugas e atos relacionados à alforria tendo em vista a aproximação com o fim da escravidão. Ferreira (2009) demonstra que São Mateus possuía a segunda maior população escravocrata no estado do Espírito Santo, sendo metade da população total de São Mateus.

As pessoas negras chegaram ao Espírito Santo através do tráfico negreiro, tendo iniciado sua expansão no século XVI e crescendo até o final do século XIX. Milhões de africanas e de africanos foram retirados de seu local de origem, sendo comercializados e tratados como mercadoria. (FERREIRA, 2009)

A população negra do Sapê do Norte tem origem no período escravista, e tinha sua própria forma de organização e uso da terra até meados do século XX, quando empresas de grande porte viram nas terras quilombolas possibilidades de acumulação de riqueza, através da extração de madeira, da produção do carvão vegetal e da celulose. Porém, esse interesse na terra, gera vários conflitos entre a comunidade e empresas produtoras de celulose, principalmente. (FERREIRA, 2009).



A população quilombola e indígenas são inviabilizadas desde o período escravocrata, na tentativa de apagar vestígios de suas histórias. Percebe-se que há um interesse em silenciar as comunidades quilombolas e que esse interesse sempre existiu de acordo com a historiadora Francieli Marinato⁶ citada por Barcellos et al. (2010), tem-se diversos documentos produzidos pela província do Espírito Santo que demonstra que,

[...] os imensos espaços no entorno de São Mateus que o Presidente Pereira Júnior considerou como “devolutos”, estavam povoados por inúmeros habitantes que as autoridades continuamente se esforçavam para subjugar ou exterminar e o discurso oficial procurava desconsiderar ou mascarar – sobretudo índios e quilombolas.

O Estado por não reconhecer as “terras de preto” fez com que houvesse uma expropriação das terras negando o direito das comunidades quilombolas. Podemos destacar diversos outros movimentos que colaboraram para a negação do direito a terra para a comunidade quilombola são eles: com ciclo da madeira na metade do século XX, a maior parte da Mata atlântica que cobria região foi transformada em matéria-prima para sustentar o crescimento urbano/industrial; a monocultura de eucalipto no final dos anos 60; o crescimento das usinas de produção de álcool ocasionada pelo Programa Nacional do Álcool em 1975, na qual adquiriram várias terras para a plantação da cana-de-açúcar (BARCELLOS et al., 2010).

A Aracruz Celulose se instalou no Espírito Santo no ano de 1967, com isso teve o início do plantio de eucalipto no município de Aracruz. A introdução dessa monocultura consolidou a grande propriedade na

⁶ FERREIRA (Coord.). Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território das Comunidades Quilombolas de São Domingos e Santana. INCRA-ES, 2009.



região norte do Estado, com tendência à concentração fundiária desde o início de sua exploração. (FERREIRA, 2009). De acordo com Barcellos (2008, p. 215) "Nesse mesmo ano, ela iniciou a compra de terras no município de Aracruz daqueles que ela denominou pequenos proprietários e adquiriu 10 mil hectares de terra da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI)."

Foi nesse contexto que teve início o reflorestamento no município de Aracruz e a silvicultura (estudos de métodos naturais e artificiais) tornaram-se uma das principais atividades da região, uma região vista como adequada para o incremento do reflorestamento e, posteriormente, para abrigar uma das maiores fábricas de celulose do Planeta: grandes extensões de terras, uma localização estratégica e uma população com baixa representatividade política e sem qualquer influência nas decisões governamentais (índios, remanescentes de quilombos, posseiros, pequenos lavradores) que, naquele período, não conseguiram compreender nem se organizar para fazer frente ao novo modelo de desenvolvimento econômico que se instalava.

No processo de expropriação territorial de povos tradicionais houve um acordo entre empresa, agentes públicos, agentes midiáticos, providenciaram uma "arrumação" das informações institucionais e políticas, assim os sujeitos (indígenas e quilombolas) que ali viviam passaram a serem visto como sujeitos ausentes e tidos como obstáculos. Essa "arrumação" se caracteriza pelas ilegalidades cometidas pelas empresas para se apropriarem das terras quilombolas e indígenas. Assim a população indígena e quilombola buscam denunciar as diversas ilegalidades que essas empresas cometeram, dentre essas ilegalidades estão: a apropriação ilegal das terras (BARCELLOS et al., 2010).



A CRIAÇÃO DA COMISSÃO QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE E O PAPEL DAS MULHERES NO PROCESSO ORGANIZATIVO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SAPÊ DO NORTE

Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que essas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua, etc.(GOHN, 2008 p. 440)

Desde meados da década de 2000, as quilombolas se organizam por meio da **Comissão Quilombola do Sapê do Norte**. Elas se revelam grandes lideranças e com alta capacidade de articulação da luta política travada contra a Fíbria, empresa que se apropriou de parte expressiva do seu território.

[...] diante de todo o desrespeito a que estiveram submetidos durante séculos de exploração e indignados com o descaso com que vêm sendo tratados por grandes empresas e governos irresponsáveis, ficou decidido constituição da Comissão Quilombola formada por lideranças quilombolas a partir de encontros realizados nas comunidades do Sapê do Norte. O objetivo da Comissão é desenvolver um trabalho de inserção, interação, organização e empoderamento das comunidades na construção de uma estratégia de luta pela recuperação das terras. (NASCIMENTO, 2008, p.20)

A Comissão quilombola do Sapê do Norte foi criada em 2005 por pessoas que já militavam no movimento negro, na qual integra representantes quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, depois de uma série de reuniões que “[...] teve como ritual de instauração uma oficina oferecida pela ONG COHRE⁷ que defende o

⁷ Centro Pelo Direito A Moradia Contra Despejos (COHRE)



direito à moradia”, pois necessitavam da titulação dos territórios quilombolas” (SILVA, 2012, p. 234).

Nesse sentido, as mulheres assumem um papel importante, atuando na reprodução dos valores e costumes afirmados por meio da tradição oral. As atuais comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil são territórios que buscam preservar a memória dos seus antepassados, apesar do racismo vivenciado. No caso das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, no norte do Espírito Santo, as mulheres são sujeitos estratégicos não só na reprodução da cultura, mas na organização social e política de suas comunidades.

Almeida (2014) descreve sobre as mulheres quilombolas a partir de um documentário “*Mulheres Quilombolas* produzido, em 2009, pela ONG Koinonia”. Nesse documentário as mulheres respondem a pergunta “Mas o que é ser quilombola? Sendo assim,

Ao longo do documentário, a resposta para essa questão é construída por intermédio de imagens e depoimentos que transitam entre a idéia de força e resistência, relacionadas ao campo da virilidade masculina, e práticas de cuidado, típicas experiências atribuídas ao campo de atuação feminina. (ALMEIDA, 2014, p. 11).

Dessa forma ela descreve como as mulheres são vista pelas comunidades quilombola, das quais tem o papel de cuidar dos interesses da comunidade. As quilombolas possuem atributos que são força e resistência que são visto como qualidades dos homens pela sociedade. (ALMEIDA, 2014). A respeito desses interesses das comunidades a autora ainda revela que,

[...] esses interesses passaram a articular de forma sistemática o direito territorial à identidade étnica, cuja norma é dada pela noção de ancestralidade. Em outras palavras, práticas como dança, canto e a culinária têm sido peças chaves porque têm



o potencial de promoverem uma sutura entre as demandas contemporâneas e a idéia de ancestralidade, que emerge como uma norma que qualifica à identidade quilombola. (ALMEIDA, 2014, p. 12).

Dessa forma as mulheres são fundamentais para a manutenção das comunidades quilombolas. Os valores quilombolas dentre eles os culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitido através da oralidade para os mais jovens, e são as mulheres que tem esse papel de transmitir e preservar suas tradições, desde a utilização de plantas medicinais, o artesanato, a agricultura, a culinária e entre outros. As quilombolas têm o papel também de estabelecer vínculos e articulações. (COO., 2018)

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direitos (2018) em uma pesquisa realizada no período de 2008 á 2017 no seu prefácio da qual foi escrito por integrantes do coletivo de mulheres da CONAQ, as mulheres quilombolas somam 49 das mulheres negras, ou seja, um quarto da população. As quilombolas também se organizam nacionalmente em um coletivo, da qual, participam da construção de machas, um exemplo foi a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem viver que foi realizado em 2015.

Para o coletivo de mulheres quilombolas, ao afirmar a identidade de gênero e afro, se transmite o reconhecimento da luta ancestral, coletiva e cotidiana. Relatam que tem-se a preocupação com as novas gerações. Dessa forma elas falam que,

Com a participação expressiva de mulheres quilombolas de diversos contextos de luta, nós, mulheres quilombolas da CONAQ vimos, após 20 anos de existência da organização, nos afirmando com as protagonistas das nossas lutas e, assim,



reafirmando a luta por direitos das mulheres negras rurais dos quilombos. (COO..., 2018, p.186)

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direitos (2018), Algumas conquistas das mulheres foram os diversos encontros que foram realizados em vários estados, no Espírito Santo podemos destacar a Roda de Diálogos sobre a Violência Agrária contra as Mulheres Quilombolas que aconteceu no quilombo Divino-Espírito Santo no período de 09 a 12 de abril de 2018 em São Mateus. Elas vêm atuando em diversas frentes como da discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, direito das mulheres, as violências sofrida em relação aos corpos, políticas públicas, direitos humanos, e direito ao território.

Importante mencionarmos que há uma forte participação das jovens, adultas e anciãs, nas decisões, e na luta pelo território. Dessa forma a luta das mulheres é coletiva, essa luta passa pela luta de direito de toda a comunidade, assim “o seu corpo é defendido enquanto território, a ser protegido e defendido, tal quais os direitos à terra de seus ancestrais e de seus futuros filhos e netos” (COO..., 2018, p.188). Sendo assim elas relatam que,

Nosso direito de existir e de acesso às políticas está atrelado ao acesso às políticas está atrelado ao acesso à terra, base da sobrevivência e da manutenção de nossa identidade étnica. Queremos a garantia da propriedade de nosso território e sua proteção como patrimônio. Só assim teremos o direito de acessar todas as demais políticas desenvolvidas para as comunidades quilombolas conforme a lei que ampara nossos direitos. (COO..., 2018, p.189).

Dessa forma as mulheres vão atuar diretamente com as questões de reprodução dos valores quilombolas, sempre ponderando a relevância da ancestralidade nas comunidades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que demarcamos em nosso artigo é a centralidade da mulher na luta quilombola, como elas são importantes e cumprem um papel fundamental no combate aos conflitos socioterritoriais vivenciado por eles.

Sendo assim, as mulheres lutam para além do direito a vida, contra o machismo, o racismo e todas as formas de opressão que perpassam suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa de. 2014, Rio de Janeiro. **A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos.** Rio de Janeiro: Xvi Encontro Regional de História, 2014. 17 p. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BARCELLOS, Gilsa Helena; OLIVEIRA, Antônio Rodrigues de; MOREIRA, Eduardo; CORREIA, Jefferson Gonçalves; CASSIANO, Constância Nascimento; PENHA, Kátia Santos; SILVA, Sandro José da.; FERREIRA, Simone Raquel Batista; OVERBEEK, Winfridus Gerardus Johannes. **Estudo e relatório de impactos em direitos humanos de grandes projetos (eidh/ridh): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do espírito santo** Conceição da Barra/ São Mateus: Entidade Proponente: Movimento Nacional de Direitos Humanos (mndh) Entidade Executora: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (cddh) Apoio: Programa de Proteção Aos Defensores dos Direitos Humanos (ppddh)-espírito Santo Entidades Financiadoras: Cese e Instituto Marista, 2010. 394 p. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/conceicao-da-barra-sao-mateus-es-2010>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS; TERRA DE DIREITOS (Org). **Racismo e**



violência contra quilombos no Brasil. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. 192 p.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** S.Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Simone Batista. "**Donos do lugar**": a territorialidade quilombola do Sapê do Norte ES. 2009. 531 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/>>. Acesso em: 29 Set. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno Crh, [s.l.], v. 21, n. 54, p.439-455, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003>. Acesso em: 13 dez. 2018

MOURA, Clóvis. **QUILOMBOS Resistência ao Escravismo.** São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Zacimba Gaba Serafim. **A prática da proposta pedagógica de educação quilombola.** 2008. 86 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Escolar, Instituto Vale Cricaré São Mateus - Es, São Mateus, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Comunidades Quilombolas no estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural.** Ruris - **Revista do Centro de Estudos Rurais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.141-171, set. 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 01 Jun. 2017.

SILVA, Sandro José da. **Do fundo daqui: Luta política e identidade quilombola no Espírito Santo.** 2012. 357 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/.../SANDRO-JOSÉ-DA-SILVA_data-abril.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

ZORZAL e SILVA, Marta (2004). "Dilemas e perplexidades do modelo." In: VASCONCELLOS, J. G. (Org.). Memórias do desenvolvimento. Vitória: Multiplicidade. **Dimensões** • vol. 18 – 2006. p. 218-418.



O IMPACTO DA “HISTÓRIA DAS MULHERES” NA REDEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS FRANCESAS HOJE: OS LIVROS DIDÁTICOS, ENTRE ATENUAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Annabelle Bonnet
Doutoranda em sociologia histórica na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris
annabelle.bonnet7@orange.fr

RESUMO: Como o conhecimento histórico adquirido hoje no campo universitário francês sobre a chamada “história das mulheres”, é transmitido hoje em dia no ensino médio público? Em que medida, e até que ponto, esse conhecimento histórico mudou a cultura escolar e a história ensinada no ensino médio? Este trabalho se propõe medir essas mudanças através de uma análise dos livros didáticos. Um primeiro momento recordará as questões fundamentais colocadas pela “história das mulheres” e as mudanças essenciais que resultaram de tal campo de pesquisa desde os anos 1980. Essas pesquisas, juntamente com os movimentos pela emancipação das mulheres da época, levaram à institucionalização de questões feministas e à implementação de políticas educacionais que visavam, dentre outros objetivos, pôr fim à violência simbólica de exclusão das mulheres das narrativas históricas. Um segundo momento apresentará os resultados dessa política educacional, propondo uma síntese das análises existentes sobre os livros didáticos, explorados através de três aspectos: a presença quantitativa das mulheres, suas representações figurativas e seus papéis históricos.

Um último momento apontará explicações sobre a persistência dessas discriminações, problematizando a noção de “mentalidades”, atravessada por mediações, entre as quais estão: as condições de produção e as implicações econômicas em torno da comercialização dos livros didáticos; os limites implícitos do campo de ação da escola pública; e, por fim, a falta de conhecimento dos autores de livros didáticos sobre o assunto.

Palavras-chave: história das mulheres, memória coletiva, ensino público, violência simbólica.

Introdução



O objetivo da pesquisa é entender como o conhecimento histórico adquirido no campo universitário francês sobre a chamada “história das mulheres” (BARD, 2001, 2006, 2017; FRAISSE, 1999; PERROT, 2001; VIRGILI, 2002; THEBAUD, 2007) é transmitido hoje em dia no ensino médio público.

Trata-se, por um lado, de compreender em que medida e até que ponto esse conhecimento histórico mudou a cultura escolar (BOURDIEU, 1998) e a história ensinada no ensino médio. Trata-se, por outro lado, de medir essas mudanças através de uma síntese das análises existentes sobre os livros didáticos franceses, na medida em que esses “desempenham um papel na formação das normas e opiniões dos estudantes” (FONTANINI, 2007). Os livros didáticos constituem também “um objeto político-social” (MEMAI, 2017) para o pesquisador, já que eles podem exercer uma forma de “violência simbólica” (BOURDIEU, 1998) sobre o aluno no tocante à representação do mundo social.

O conceito de “violência simbólica” é parte da sociologia elaborada por Pierre Bourdieu, definido como uma relação de forças “suave, insensível, invisível” (BOURDIEU, 1998: p. 07) já que se exerce “não na ordem da força física, mas na ordem do significado do conhecimento” (BOURDIEU, 2002: p. 173). Ela tem também a particularidade de se dar “numa relação de comunicação” (BOURDIEU e PASSERON, 1970: p. 21) que estabelece um “arbitrário cultural” incorporado (*ibid.*, p. 20). Este arbitrário leva à criação de uma cultura que define o que é culturalmente e socialmente legítimo e ilegítimo. Além disso, a consequência certamente mais importante da “violência simbólica”, para Bourdieu, reside no fato de que ela “naturaliza relações significantes que são o produto da história”. (*ibid.*, p. 23).



O plano de exposição deste trabalho é dividido em três momentos, para além da presente Introdução e das Considerações Finais. Um primeiro momento recordará as questões fundamentais colocadas pela “história das mulheres” e as mudanças essenciais que resultaram de tal campo de pesquisa desde os anos 1980. Essas pesquisas, juntamente com os movimentos pela emancipação das mulheres da época, levaram à institucionalização de questões feministas e à implementação de políticas educacionais que visavam a, dentre outros objetivos, pôr fim à violência simbólica de exclusão das mulheres das narrativas históricas. Um segundo momento apresentará os resultados dessa política educacional, propondo uma síntese das análises existentes sobre os livros didáticos, explorados através de três aspectos: a presença quantitativa das mulheres, suas representações figurativas e seus papéis históricos. Cabe adiantar que as pesquisas revelam que os livros didáticos ainda funcionam como vetores de discriminação que apresentam as mulheres como exceções históricas. Um último momento apontará explicações sobre a persistência dessas discriminações, problematizando a noção de “mentalidades”, atravessada por mediações, entre as quais estão: as condições de produção e as implicações econômicas em torno da comercialização dos livros didáticos; os limites implícitos do campo de ação da escola pública; e, por fim, a falta de conhecimento dos autores de livros didáticos, devida à quase ausência de formação sobre este assunto na grade curricular obrigatória dos cursos de história.

Institucionalização da história das mulheres e políticas educativas



Em primeiro lugar, para entender melhor o tema da pesquisa, vale lembrar as características gerais do sistema de ensino na França, assim como as diferentes etapas de institucionalização da chamada “história das mulheres” e as suas políticas educativas respectivas.

As leis ditas de “Jules Ferry”, elaboradas em torno de 1882⁸, afirmam e implementam a responsabilidade estatal do ensino, enquanto ensino básico republicano laico, gratuito e obrigatório para todos de 6 a 13 anos (escolaridade que será depois estendida a 16 anos, em 1959). O ensino médio é instaurado com uma duração cuja forma última totaliza 7 anos de estudos, de 10 a 17 anos. O ensino da história, por sua parte, se torna, desde o fim do século 19, uma disciplina escolar obrigatória, uniformizada e centralizada. Ela tem como objetivos explícitos participar da construção de “um sentimento de identidade nacional” (PINGUE, 2004) e formar a chamada cidadania responsável, através do desenvolvimento de um espírito autônomo.

Os livros didáticos nacionais existem, portanto, desde aquela época. Hoje em dia, a sua produção é enquadrada por uma lei que diferencia as diferentes etapas de elaboração, dividida em 5 grandes momentos: os programas são elaborados por professores, que fazem parte de uma comissão chamada “Grupos Técnicos Disciplinares”; uma releitura dos programas é feita depois pelo chamado “Conselho Nacional dos Programas”, que fornece uma primeira avaliação. Após esta etapa é organizada uma consulta nacional que inclui análises de, entre outros, professores, sindicatos e famílias, que encontram ou não um consenso sobre o conteúdo dos programas. Uma vez o consenso encontrado, o Ministério da educação valida o programa. No entanto, é preciso notar

⁸ Lei de 16 de junho de 1881; Lei de 28 de março de 1882 ; Lei de 20 de junho de 1885.



que, se a elaboração dos programas é pública, a produção dos livros didáticos cabe, por sua parte, ao setor privado. De fato, a ausência de intervenção estatal na publicação dos livros didáticos corresponde à lei da liberdade de expressão e imprensa de 29/07/1881, que impede a atuação direta do Ministério da Educação na constituição dos livros.

Desde os anos 1970, a disciplina histórica tem sido o centro de um novo campo de pesquisa, chamado “história das mulheres”. As origens histórico-sociais do desenvolvimento dessa corrente de pesquisa têm sido muito estudadas pelos próprios historiadores da história das mulheres, entre os quais Geneviève Fraisse, através de seu livro *Les femmes et leur histoire* (1999), Michelle Perrot, através da obra *Il était une fois... l'histoire des femmes* (2001), ou ainda Françoise Thébaud e sua pesquisa *Écrire l'histoire des femmes et du genre* (2007)⁹.

Essas historiadoras, por um lado, põem em questão a narrativa histórica clássica, identificada como “pública e viril” (FRAISSE, 1999), mas também estruturada pelos “grandes homens” e caracterizada pelo “silêncio” sobre as mulheres (PERROT, 1998), ao referir-se a um universalismo republicano masculino (RIOT-SARCEY, 2010). Por outro lado, elas propõem resgatar as mulheres para reescrever esta narrativa e criar modelos de identificação, revelando que foram também atrizes da história (RIPA, 1999), como o mostraram, entre outros, a chamada história da vida privada e os estudos sobre os diferentes processos de afastamento da vida pública (ROGERS e THEBAUD, 2010).

Vários indícios permitem identificar a institucionalização deste campo de pesquisa: como livros, o principal e mais famoso é certamente A

⁹ Para aprofundar as origens de tal história, ver, entre outros, DOSSE (2012).



história das mulheres no Ocidente, dirigido por Georges Duby e Michelle Perrot (1992). Desde os anos 1970, houve também vários seminários e colóquios que testemunharam esta nova dinâmica, tais como « As mulheres têm uma história? » (1973), « Mulheres, feminismo, pesquisas » (1982), « Uma história sem as mulheres é possível? » (1997). Várias revistas foram também criadas, entre as quais *A revista do lado*, *O boletim de informação dos estudos femininos*, *Peñélope*, *para a história das mulheres* e também *CLIO, história, mulheres e sociedades*. Centros de especialidade foram criados na Universidade, como o Primeiro centro de Estudos femininos em 1972, vagas foram abertas na Universidade sobre o tema desde 1982, e em 1983 o CNRS abriu 68 programas para pesquisas sobre as mulheres. Foram financiados, além disso, um centro de arquivos, bibliotecas e livros didáticos feitos por historiadoras. Em 2000, a associação *Mnémosyne* foi criada para favorecer o desenvolvimento da história das mulheres (THEBAUD, 2004).

Esta institucionalização veio se somar a uma série de medidas públicas, desde os anos 1980, cujo objetivo tem sido lutar contra a discriminação historiográfica (tais como expostas em BRUGEILLES e CROMER, 2005 ; 2008). De fato, em 1980 foi criado um programa de estudos pela UNESCO para incentivar os governos a “eliminar os estereótipos”. Em 1982, o Ministério dos Direitos das Mulheres implementou uma lei para por fim à “imagem desigual da mulher” nos instrumentos pedagógicos. Em 1984 foi criada a Comissão Nacional de Leitura dos livros didáticos. Em 1996 foi votada uma lei para trabalhar “representações no que diz respeito às formações e aos trabalhos femininos e masculinos”. Em 2000, uma convenção entre o Estado e os editores foi elaborada “lembrando a contribuição das mulheres em todos os campos do saber”, e em 2006,



outra convenção foi elaborada para “incentivar os editores a reforçarem o lugar das mulheres nos livros didáticos”, limitada pelo fato de que não pode haver ingerência direta da parte dos poderes públicos. Mais recentemente, em 2010, o Boletim Oficial do Ministério da Educação incentivou a “mostrar o lugar das mulheres na história das sociedades”, e em 2013 foi admitida uma nova Convenção entre Estado e editores tendo como objetivo “adquirir e transmitir uma cultura da igualdade”. Vale adicionar a presença de políticas educativas não só em nível francês, mas também em nível europeu, em termos de promoção da igualdade no ensino, como o mostra o livro publicado pelo Conselho da Europa chamado *Enseigner l'histoire des femmes au XX ème siècle*, que atesta de uma preocupação similar.

Avaliação dos resultados das políticas educativas nos livros didáticos

Em segundo lugar, vale avaliar os resultados concretos dessas diferentes políticas educativas nos livros didáticos. Este trabalho propõe uma síntese de 7 grandes pesquisas realizadas entre 2000 e 2015 sobre este tema: 4 foram feitas para o Ministério da Educação e 3 são pesquisas acadêmicas¹⁰. Essas pesquisas permitem efetuar uma comparação dos

¹⁰ As pesquisas são, em ordem alfabética, as seguintes: RIGNAULT, Simone, RICHERT, Philippe, *Rapport au Premier Ministre sur la représentation des femmes et des hommes dans les livres scolaires*. Paris. La Documentation française, 1997. ; BERTON-SCHMITT, Amandine, “La place des femmes dans les manuels d'histoire du secondaire”. *L'Observatoire de la parité. Entre les hommes et les femmes*. IEP Grenoble: Université Pierre Mendès-France. 2005, BERTON-SCHMITT, Amandine, REYGROBELLET, Margaux. *Manuels de seconde et de CAP: l'histoire des femmes sous silence. La représentation des femmes dans les Manuels d'histoire de seconde et de CAP*, Centre Hubertine Auclert. 2011; COURTEAU, Roland. *Rapport d'information n° 645, au nom de la délégation aux droits des femmes et à l'égalité des chances entre les hommes et les femmes sur les stéréotypes masculins et féminins dans les manuels scolaires*, enregistré à la Présidence du Sénat le 19 juin 2014. SINIGAGLIA-AMADIO, Sabrina. “Place et



7 anos de ensino médio. Ainda que o número de livros comparados varie um pouco em função das pesquisas, há identidade metodológica suficiente para permitir a confrontação dos resultados, na medida em que, em todas elas, trata-se de comparar 12 grandes editores de livros didáticos, com um total de 35 livros. A síntese apresentada neste trabalho privilegia e é estruturada em 3 eixos de análise: a presença quantitativa das mulheres, suas representações figurativas e seus papéis históricos.

Cabe notar, antes de aprofundar mais esses eixos, a menção recente às mulheres nos programas educativos (WIEVIORKA, 2004) em alguns momentos históricos chave. É mencionada, hoje em dia, quase sistematicamente, a negação do direito de voto em Atena, a questão de Olympe de Gouges e dos direitos das mulheres durante a Revolução Francesa, mas também a redefinição dos modelos masculinos e femininos após a Primeira Guerra mundial, assim como o ano 1944 e a obtenção do direito de voto para as mulheres na França, e os Movimentos de emancipação das mulheres na França após os anos 1960. Afirma-se usualmente que a questão dos direitos políticos nacionais para as mulheres foi incentivada nesses períodos históricos, e que houve, portanto, uma introdução das mulheres na narrativa nacional tal como ela costuma ser apresentada.

Em relação à representação quantitativa das mulheres, cabe notar que, enquanto existem 51% de professoras de história no ensino médio e

représentation des femmes dans les manuels scolaires en France: la persistance des stéréotypes sexistes". *Nouvelles Questions Féministes*. 2010/2.; SUZAT, Eléna. *Les représentations du genre dans les manuels d'histoire du lycée, 1968-2008*. Mémoire pour le diplôme de IIEP de Lyon. Institut d'Études Politiques de Lyon. 2009. ; WIERVIORKA, Anette. *Quelle place pour les femmes dans l'histoire enseignée?* Editions Information du Conseil économique et social. 2004.



41% de professoras de história na Universidade (SUZAT, 2009), só 32% dos autores dos livros didáticos de história são mulheres. O Centro Hubertine Auclert (2013) apresenta resultados quantitativos reveladores sobre a presença das mulheres nos livros didáticos: sobre 339 biografias apresentadas na totalidade dos livros estudados, 11 são de mulheres, o que representa 3%. Do mesmo modo, 4% dos arquivos citados nos livros têm autores mulheres, dentre os quais 3,5% de arquivos políticos, 2,8% de arquivos artísticos, que incluem referências a mulheres pintoras, escritoras, filósofas, e 5,2% de arquivos sobre conhecimento e descobertas. Além disso, a filósofa Simone de Beauvoir se encontra citada 9 vezes em 35 livros didáticos e a cientista Marie Curie 3 vezes em 35 livros didáticos. Nenhuma pintora é citada, como se as mulheres artistas não existissem.

Em termos de representações figurativas, as mulheres se dividem em três grandes categorias. Por um lado, encontra-se o nu: nesta categoria, as mulheres são muito mais representadas que os homens, sobretudo na fase do Renascimento. Por outro lado, encontra-se a imagem da mulher da Idade Média, dividida em três modelos possíveis: a mulher tentadora, a virgem e a dama do *amour courtois*, três percepções tradicionais das mulheres. Por fim, é sem dúvida alguma a mulher como alegoria da liberdade e da República francesa que é a mais representada, sobretudo através da obra pictural *La Liberté guidant le peuple* do pintor Eugène Delacroix, reproduzida, adaptada e transformada até na primeira capa de vários livros escolares, como se a mulher do centro do quadro fosse, ela só, a encarnação de toda a história nacional francesa.



No entanto, esta representação pictural não corresponde à representação das mulheres e de seus papéis históricos. De fato, são poucos, em 35 livros, os papéis políticos das mulheres: elas representam 5 das 144 biografias políticas. Sobretudo, elas se encontram em anexos dos livros: em 35 livros, existem 36 *temas anexos* sobre as mulheres, dentre os quais temas tais como “mulheres e Revolução”, “mulheres e igualdade”, “mulheres e guerra”, criando assim uma separação entre narrativa histórica geral e narrativa histórica específica, centrada sobre as mulheres. Outro papel histórico negligenciado nos livros se encontra na pouca presença e menção do trabalho das mulheres. Este aparece explicitamente nos livros em 1848, com a ida das mulheres no trabalho do setor têxtil. Mas não há menção, de modo geral, ao trabalho no comércio, no artesanato ou ainda na agricultura. Os livros didáticos privilegiam de fato o foco das mulheres na vida privada: mãe, filha e esposa prevalecem sobre a questão do trabalho e dos direitos políticos e sociais, de modo que as mulheres seguem sub-representadas, à margem da história e, sobretudo, sem narrativa constante (FEVRIER e ROUQUIER, 1999; TISSERANT e WAGNER, 2009; SINIGAGLIA-AMADIO, 2011; MISSOF, 2015).

Apontamentos sobre a persistência da discriminação historiográfica

Esses estudos sinalizam um corte entre conhecimento teórico e transmissão, que o pesquisador precisa analisar. Como se produz essa persistência da sub-representação? Como explicar esse corte entre o conhecimento massivo adquirido e o desequilíbrio de representação nos livros escolares?



Uma das análises mais destacadas consiste em pensar a dificuldade da passagem entre conhecimento e mentalidades. Tratar-se-ia, assim, de um fenômeno de longa duração, difícil de superar, no sentido mesmo colocado pelo historiador Fernand Braudel (1958), de camadas de história coletiva que continuam nos atravessando: a interiorização coletiva e histórica seria tão antiga que poderia ser entendida como estrutural, e seria difícil usar outro ponto de vista para ler a história das sociedades.

No entanto, esta explicação pode ser combinada a outros níveis de análise que podem permitir entender melhor os mecanismos de reprodução de uma narrativa que segue masculina, tal como o exame da situação concreta da "história das mulheres" como campo universitário: de fato, ela se apresenta como um campo de especialização que a coloca numa posição de estudos para especialistas, já que se diagnostica a ausência de formação sobre este tema na grade curricular obrigatória dos cursos de história. Existem até hoje mestrados de especialização sobre o tema, mas o acesso na graduação e nos mestrados mais clássicos dependem antes de tudo da decisão dos professores, e não de um programa. Como consequência direta, vários professores de história do ensino médio se encontram sem noção ou sensibilização quanto à existência da história das mulheres.

Outro apontamento possível pode ser encontrado no deslocamento da "história das mulheres" para o campo midiático, como o diagnostica a historiadora Michelle Perrot (2001). O sucesso da história das mulheres, segundo ela, seria mais presente no mundo midiático e editorial do que dentro das próprias estruturas universitárias, que seguem organizadas em torno dos mesmos modelos e valores históricos, ou seja: a visibilidade



da história das mulheres, assim como o seu poder simbólico de mobilização, seriam maiores do que os seus sucessos concretos e duradouros. Do mesmo modo, Geneviève Fraisse (2010) tem apontado em várias obras e entrevistas a falha da história das mulheres em modificar as grandes narrativas, então obrigada, desde os anos 2000, a incentivar a questão das discriminações como explicação desta persistência. Ela aponta as dificuldades de tal discurso, dentro do qual a discriminação é pensada ao mesmo tempo como causa e como consequência.

Outro eixo também possível consiste em se interessar pelos problemas de profissionalização e de falta de oportunidades para os pesquisadores deste tema, o que teria como consequência um afastamento destas questões da parte dos próprios estudantes, interessados em construir uma carreira. Vale lembrar, neste sentido, que apenas 2% dos doutorados na França têm atualmente uma relação direta ou indireta com a história das mulheres.

Uma análise do contexto editorial francês seria bem-vinda para entender melhor a relação entre livros didáticos e programas escolares. Como explicado no início do trabalho, há uma separação entre a constituição dos programas escolares, sob responsabilidade estatal, e a publicação destes últimos nos livros escolares, sobre os quais o estado não tem controle. Assim, os editores se encontram sem obrigação legal de respeito aos programas escolares, e o Ministério da Educação trabalha, portanto, com uma expectativa baseada na vontade ou nas chamadas convenções com os editores. Deste modo, o livro escolar é definido como produção de um autor, e se encontra, portanto, juridicamente protegido pela liberdade de imprensa. Esta divisão tem



desdobramentos não negligenciáveis para o nosso tema, tais como as implicações econômicas em jogo: por um lado, o mercado editorial é submetido à concorrência e à pressão de vendas. Vale lembrar que, de 2000 a 2015, desapareceram 4 dos 12 editores de livros didáticos. O objetivo de vender mais é, portanto, um outro elemento a levar em consideração para entender a escolha do conteúdo dos livros didáticos vendidos. Além disso, a produção dos livros didáticos é submetida a uma pressão temporal: o tempo imposto de redação é de fato muito curto, entre o momento de divulgação dos programas escolares e o reinício do calendário escolar, o que tem como consequência que os editores tendem a não procurar novidades historiográficas.

Considerações finais

A modo de conclusão, pode-se dizer que os avanços em termos de conhecimento da história das mulheres são bem reais: as inúmeras pesquisas sobre o tema já mostraram a presença ativa e indiscutível das mulheres na história das sociedades (DERMENJIAN, JAMI, ROUQUIER e THEBAUD, 2010; FAURE, 1997). Pode-se afirmar que os livros didáticos incluíram certos elementos desde os últimos 50 anos, e que houve mudanças sensíveis, tal como a simples passagem nos programas escolares, em 2010, do chamado "sufrágio universal" para "sufrágio universal masculino", que mostra um cuidado quanto aos fatos históricos. Pode-se também dizer que as políticas públicas levam em consideração a questão.

No entanto, este campo de pesquisa se encontra encravado em várias contradições que diminuem o seu alcance a modificar, de maneira



profunda, a narrativa histórica clássica, cujos livros didáticos constituem um problema entre outros, de diferentes naturezas e importâncias. A conclusão desta pesquisa é, portanto, que nos encontramos em um claro-escuro de avanços e estagnações, já que os livros didáticos tendem a reproduzir inexactidões históricas que têm profundas consequências sobre a construção da identidade das sociedades, bem como das identidades individuais.

Referências bibliográficas

BARD, Christine, *Les femmes dans la société française au XXe siècle*. Paris: Colin, 2001.

BARD, Christine. METZ, Annie, NEVEU, Valérie (dir.). *Guide des sources de l'histoire du féminisme*. Collection Archives du féminisme. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006.

BARD, Christine, CHAPERON, Sylvie. *Dictionnaire des féministes. France - XVIIIe-XXIe siècle*. Collection: Hors collection. Paris : Presses Universitaires de France, 2017.

BERTON-SCHMITT, Amandine, REYGROBELLET, Margaux. *Manuels de seconde et de CAP: l'histoire des femmes sous silence*. Paris : Centre Hubertine Auclert, 2011.

BERTON-SCHMITT, Amandine, "La place des femmes dans les manuels d'histoire du secondaire". *L'Observatoire de la parité. Entre les hommes et les femmes*. Grenoble: IEP, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris : Seuil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Interventions, 1961-2001 : Science Social et Action Politique*. Paris : Contre-feux, 2002.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction : éléments d'une théorie du système d'enseignement*. Paris : Le Sens Commun, 1970.



BRAUDEL, Fernand, "Histoire et Sciences sociales : La longue durée". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 13^e année, N. 4. Paris, 1958.

BRUGEILLES, Carole, CROMER, Sylvie. *Comment promouvoir l'égalité entre les sexes par les manuels scolaires: guide méthodologique à l'attention des acteurs et actrices de la chaîne du manuel scolaire*. UNESCO. Division pour la promotion de l'éducation de base. Paris, 2008.

BRUGEILLES, Carole, CROMER, Sylvie. *Analyser les représentations du masculin et du féminin dans les manuels scolaires*. Paris : Ceped, 2005.

COURTEAU, Roland. *Rapport d'information n° 645, au nom de la délégation aux droits des femmes et à l'égalité des chances entre les hommes et les femmes sur les stéréotypes masculins et féminins dans les manuels scolaires*, enregistré à la Présidence du Sénat. Paris, 19 de junho de 2014.

DERMENJIAN, Geneviève, JAMI Irène, ROUQUIER, Annie, THEBAUD Françoise (dir.). *La place des femmes dans l'histoire. Une histoire mixte*. Paris : Belin, 2010.

DOSSE, François. "Crises des modèles universalistes et replis disciplinaires". *Histoire du structuralisme*, Tome II. Paris: La Découverte, 2012.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.). *Histoire des femmes en Occident* (I, II, III, IV, V). Paris : Plon, 1992.

FAURE, Christine (dir.). *Encyclopédie politique et historique des femmes*. Paris : Presses Universitaires de France, 1997.

FEVRIER, Chantal, ROUQUIER, Annie. "La part des femmes dans l'histoire enseignée". *Les cahiers pédagogiques*. Filles et femmes à l'école. N°372. Paris, Mars 1999.

FONTANINI, Christine. "Les manuels de lecture de CP sont-ils encore sexistes?". *Actualité de la recherche en éducation et en formation*. Strasbourg, 2007.

FRAISSE, Geneviève. *Les femmes et leur histoire*. Paris : Gallimard, 1999.



FRAISSE, Geneviève. *À coté du genre : sexe et philosophie de l'égalité*. Lormont : Éditions Le Bord de L'Eau, 2010.

MEMAI, Atfa, ROUA, Abla, "Le manuel scolaire: au-delà de l'outil pédagogique, l'objet politico-social". *Éducation et socialisation*. (s.l.), 2017.

MISSOF, Prune. "Stéréotypes, représentations sexuées et inégalités de genre dans les manuels scolaires". *La Revue des droits de l'homme*. Nanterre, 2015.

PERROT Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris : Gallimard, 1998.

PERROT Michelle (dir), *Il était une fois... l'histoire des femmes*. Arles : Editions Lunes, 2001.

PINGUE, Danièle, « Patrick Garcia et Jean Leduc, L'enseignement de l'histoire en France de l'Ancien Régime à nos jours », *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, 93. Paris, 2004.

RIGNAULT, Simone, RICHERT, Philippe, *Rapport au Premier Ministre sur la représentation des femmes et des hommes dans les livres scolaires*. Paris : La Documentation Française, 1997.

RIOT-SARCEY, Michèle. *De la différence des sexes, le genre en histoire*. Paris : Bibliothèque Historique Larousse, 2010.

RIPA, Yannick. *Les femmes actrices de l'histoire de France*. Paris : Sedes, 1999.

ROGERS, Rebecca, THEBAUD, Françoise. *La fabrique des filles. L'éducation des filles de Jules Ferry à la pilule*. Paris : Editions Textuel, 2010.

SINIGAGLIA-AMADIO, Sabrina. "Place et représentation des femmes dans les manuels scolaires en France: la persistance des stéréotypes sexistes". *Nouvelles Questions Féministes*. (s.l.), 2010.



SINIGAGLIA-AMADIO, Sabrina. "Le genre dans les manuels scolaires français. Des représentations stéréotypées et discriminatoires". *Tréma*. Montpellier, 2011.

SUZAT, Eléna. *Les représentations du genre dans les manuels d'histoire du lycée, 1968-2008*. Mémoire pour le diplôme de l'IEP de Lyon. Lyon : Institut d'Études Politiques de Lyon, 2009.

THEBAUD, Françoise (dir.). *Pas d'histoire sans elles: ressources pour la recherche et l'enseignement en histoire des femmes et du genre*. Association pour le développement de l'histoire des femmes et du genre - Mnémosyne Paris. Centre régional de documentation pédagogique (Orléans). SCEREN-CRDP de l'académie d'Orléans-Tours, 2004.

THEBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Lyon : ENS Editions, 2007.

TISSERANT, Pascal, WAGNER, Anne-Lorraine (dir.). *Place des stéréotypes et des discriminations dans les manuels scolaires*. HALDE. Metz : Université Paul Verlaine, 2009.

VIRGILI, Fabrice. "L'Histoire des femmes et l'histoire des genres aujourd'hui". *Vingtième Siècle*. Paris, julho-setembro de 2002.

WIEVIORKA, Anette. *Quelle place pour les femmes dans l'histoire enseignée?* Paris : Editions Information du Conseil Économique et Social, 2004.

APROXIMAÇÃO CRÍTICA AO DEBATE SOBRE AS CATEGORIAS CLASSE SOCIAL DE SEXO E CLASSE SOCIAL

Arellys Esquenazi Borrego
Doutoranda do PPGPS da UFES
Universidade da Habana
arelyseb@gmail.com

Célia Barbosa da Silva Pereira



*Doutoranda do PPGPS da UFES
Universidade Federal de Espírito Santo
celiabsp@gmail.com*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar, desde uma perspectiva crítica, o debate do feminismo radical, e especificamente do feminismo materialista francófono sobre às categorias de classe de sexo ou classe social de sexo; em relação a categoria de classe social desenvolvida pelo marxismo. Para dar resposta a este objetivo, o artigo foi estruturado em dois itens. Primeiro, aborda-se de forma sintética as principais contribuições do feminismo materialista francófono sobre a teoria das relações sociais de sexo na qual aloca-se a categoria classe social de sexo. Posteriormente, analisa-se dentro da perspectiva marxista as inter-relações entre a classe social (luta de classe) e relações de sexo (emancipação da mulher), desenvolvendo uma crítica a alguns mitos derivados de uma leitura não rigorosa do paradigma marxista sobre estes aspectos. Como resultados são destacados alguns elementos fundamentais para uma apropriação, desde uma perspectiva marxista do debate feminista sobre a categoria classe de sexo. Esta leitura é importante não apenas do ponto de vista teórico, mas também, da prática política, uma vez que estas interpretações acerca do tema se concretizam em projetos de transformação social. A crítica da economia política constitui o fundamento metodológico que perpassa todo o artigo, desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica a partir de autores(as) de perspectivas teóricas marxista e da feminista.

Palavras chave: feminismo; relações sociais de sexo; classe social; marxismo.

I. Introdução

O presente artigo dialoga com um debate transversal ao marxismo e ao feminismo, cuja polêmica, apesar da longa duração e dos variados encontros e desencontros entre ambas as perspectivas, continua a ser um elemento de ampla discussão e vigência. Um dos pontos nevrálgicos dessa polêmica aborda o sujeito da transformação social e, por conseguinte, desdobra-se em outras várias polêmicas igualmente relevantes como: a relação entre classe social (luta de classe, revolução socialista, emancipação geral) e mulher (classe de sexo, luta feminista, emancipação da mulher).



A complexidade dos debates e a grande quantidade de autores(as) que de alguma forma abordaram essa polêmica, ao longo de vários séculos, não permitem uma análise exaustiva e aprofundada de todos os seus desdobramentos neste espaço. Com o foco em apenas um ponto desta temática, este artigo objetiva analisar, desde uma perspectiva crítica, o debate do feminismo radical, e especificamente do feminismo materialista francófono sobre às categorias de classe de sexo ou classe social de sexo; em relação a categoria de classe social desenvolvida pelo marxismo. Para dar resposta a este objetivo buscou-se na crítica da economia política, o fundamento metodológico que perpassará todo o artigo, cujo desenvolvimento se deu por meio de uma revisão bibliográfica a partir de autores e autoras alinhados ao marxismo e ao feminismo.

O artigo foi estruturado em dois itens, além desta introdução e das reflexões finais. O primeiro aborda de forma sintética as principais contribuições feminismo materialista francófono (FMF) sobre a teoria das relações sociais de sexo, destacando a categoria classe social de sexo; e o segundo, analisa desde uma perspectiva marxista, as inter-relações entre a classe social (luta de classe) e relações de sexo (emancipação da mulher) e desenvolve uma crítica a alguns mitos derivados de uma leitura não rigorosa do paradigma marxista sobre estes aspectos. Com a intenção de contribuir para abrir este diálogo e não fechá-lo, neste item são destacados alguns elementos considerados fundamentais para uma apropriação, desde uma perspectiva marxista, do debate do FMF sobre a categoria relações sociais de sexo. Esta leitura é importante não apenas do ponto de vista teórico, mas também, da prática política,



uma vez que estas interpretações acerca do tema se concretizam em projetos de transformação social.

Apontar a necessidade de superar uma visão dicotômica, dualista, hierárquica e etapista, que tem prevalecido em determinados momentos nos debates sobre a transformação social, é uma das motivações deste artigo. A outra, é enfatizar a necessidade de um diálogo permanente entre marxismo e feminismo, que contribua tanto ao desenvolvimento de ambas perspectivas, como a construção de um conhecimento teórico-político e de práticas de luta em conjunto; como único caminho para a consolidação da emancipação das mulheres e para a construção de uma proposta de sociedade alternativa essencialmente anti-patriarcal, anti-racista e anti-capitalista.

II. O debate sobre relações sociais de sexo e classe social de sexo no Feminismo Materialista Francófono.

O chamado “feminismo materialista francês” ou “feminismo materialista francófono”¹¹ (FMF) se inscreve nos debates da segunda onda feminista¹², mais precisamente na década de 1970, quando

¹¹ “Na realidade o qualificativo de ‘francês’ é um abuso da linguagem, já que uma das teóricas centrais desta corrente é italiana (Paola Tabet, que escreve boa parte da sua obra em francês)” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 10). Por isso, mesmo que a tradução “feminismo materialista francês” (FMF) seja mais difundida, preferimos “feminismo materialista francófono” (FMF) adotado por Cisne (2014), pois consideramos que a expressão é mais rigorosa, pois, sugere o idioma utilizado e não a nacionalidade das autoras.

¹² A literatura feminista fala de três ondas feministas, nas quais as lutas das mulheres e/ou as elaborações teóricas feministas expressaram saltos qualitativos. A primeira onda demarca a consolidação do movimento feminista tanto do ponto de vista teórico como político, entre meados do século XIX até meados do XX, na qual se destacam as correntes liberal, anarquista e socialista. A partir da segunda metade do século XX começa a segunda onda, na qual o movimento feminista, sobretudo, na Europa e nos EUA, colocou ao lado das pautas históricas, como trabalho, educação e



inicialmente, um pequeno grupo de feministas que formavam parte da tendência “radical” do FMF nucleou-se em torno da revista *Questions Féministes* e passou a desenvolver suas teorias sobre as relações sociais de sexo, no sentido de compreender que o fenômeno da opressão das mulheres relaciona-se ao fato destas em conjunto formarem uma classe social (CURIEL; FALQUET, 2014). Como expoentes do desta corrente podem ser destacadas as seguintes autoras: Delphy, Wittig, Mathieu, Guillaumin e Tabet, entre outras. O artigo não tem intenção de recuperar as elaborações de cada uma dessas autoras, mas apontar traços gerais da compreensão do FMF sobre as relações sociais de sexo, que defende o uso da categoria classe social de sexo ou classe de sexo.

De maneira geral, três aspectos centrais caracterizam as teorias do FMF: o primeiro considera que mulheres e homens constituem grupos cujas identidades são definidas a partir de uma relação social estrutural, material/concreta e histórica; o segundo, indica que a relação entre homens e mulheres está fundada nas relações sociais de produção e, por isso, são marcadas pela exploração do trabalho de uma classe social por outra; e o terceiro, aponta que se trata de uma classe social de sexo, ou seja, classe social de mulheres e classe social de homens, pois, a relação entre estes expressa oposição de interesses, antagonismos, conflito, hierarquia, sendo permeada de tensão, visto que a exploração, opressão, dominação de uma classe (mulheres)

participação política, as questões ligadas a sexualidade, direitos reprodutivos, etc. Nesta onda, destaca-se a corrente do feminismo radical, que em debate crítico com o marxismo, faz uma reflexão sobre o poder patriarcal e a sua vinculação com as relações sociais de exploração de classe. E, sobretudo, a partir do início dos anos de 1990 fala-se da terceira onda do feminismo, quando começam a se consolidar desde um ponto de vista institucional, os chamados estudos da mulher ou de gênero, ao mesmo tempo em que segmentos expressivos do movimento feminista foram capturados e institucionalizados.



beneficia a outra que a explora (homens) (CURIEL; FALQUET, 2014; CISNE, 2014; 2015).

Nesse sentido, “relação social de sexo” tomada como uma categoria sociológica implica considerar a divisão sexual do trabalho como fundamento material das relações sociais entre homens e mulheres (CISNE, 2015). Com efeito a compreensão desta categoria impõe primeiramente indicar que existem duas expressões igualmente traduzidas do francês para o português como relações sociais, são elas: *relations sociales* e *rappports sociaux*. A primeira, faz alusão “às relações cotidianas, no nível micro e interpessoal. Podem ser experimentadas concretamente e transformada pela ação individual” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15), ao passo que a segunda, a qual se detém o artigo, indica relações estruturais, impessoais e alocadas no nível macro,

[...] por exemplo, as relações de classe que colocam a classe proletária e a classe burguesa em posições antagônicas, ou as relações sociais de sexos, que aludem a uma relação estrutural de poder [...], onde os indivíduos são profundamente marcados(as) por sua posição de classe, numa dinâmica de classes antagônicas (de sexo, de raça ou classe social) (N.T in GUILLAUMIN, 2014, p.31).

No que se refere às relações sociais de sexo, conforme esclarece Cisne (2015), o mais importante neste debate é compreender que “[...] não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas e coextensivas aos conflitos de classe e ‘raça’.”¹³

¹³ Cisne (2014) apoia-se em Kergoat (2010, p. 94), cuja tese defende que “[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente”. Por esse crivo,



Os argumentos das autoras que se apoiam na teoria das relações sociais de sexo e defendem o uso do conceito classe social de sexo ou classe de sexo, de modo geral, tem o intuito de destacar a particularidade que caracteriza a forma de antagonismo social entre os sexos e, com isso enfatizar a necessidade da luta específica das mulheres para romper com a relação de dominação/opressão/exploração em contraponto ao movimento de resistência dos homens que visa impedir essa mudança social; mas de maneira alguma desconsidera ou nega os antagonismos entre classes sociais e também entre raças (DEVREUX, 2005). Por outro lado, não pode se perder de vista que

Falar da dinâmica das relações sociais implica que essas relações se desenvolvem segundo sua própria lógica, mesmo que essa lógica esteja em interação com aquelas de outras relações sociais, sejam de classe, de raça ou de geração. Isso significa que elas não evoluem somente porque a relação capital e trabalho se modificava, como durante muito tempo os marxistas supunham. O progresso social em favor das classes trabalhadoras não significa, automaticamente, o progresso em favor das mulheres, enquanto mulheres dominadas pelos homens: a degradação do mercado de trabalho, por exemplo, frequentemente conduz a uma degradação acentuada no nível do desemprego para as mulheres, pelas desigualdades de sexo e pela inferiorização social das mulheres (DEVREUX, 2005, p. 574).

Nesse sentido, segundo Curiel e Falquet (2005), o FMF deu uma importante contribuição à polêmica em torno do debate sobre a opressão-exploração das mulheres, ao adotarem uma postura

exploração, dominação e opressão operam e se manifestam conjuntamente nas relações sociais de classe, de sexo e de "raça/etnia". Nenhuma dessas relações possui prioridade sobre a outra. Assim Kergoat rompe com a ideia de que as relações sociais de classe estão circunscritas unicamente na esfera econômica ou que as relações patriarcais são apenas ideológicas. Para ela, "relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder" (KERGOAT, 1986, p. 82).



completamente anti-naturalista, e criarem um conjunto teórico, que abordava as relações entre homens e mulheres como sendo relações de classe, ou seja, classe de homens e classe de mulheres. Por fim, é preciso mencionar que mesmo o FMF formando parte do feminismo radical, existem notáveis diferenças tanto nas suas propostas teóricas, como nas críticas realizadas ao marxismo por parte de outras feministas radicais. O próximo item ressaltará algumas destas diferenças, mostrando como o FMF se encontra mais próximo do marxismo, que do próprio feminismo radical, ainda que o conceito classe social de sexo defendido pelo FMF seja estranho ao marxismo clássico.

III. A teoria marxista da luta de classe e a sua inter-relação com a luta pela emancipação da mulher.

Nesta seção, se analisam as diversas articulações e/ou disputas que se estabelecem, desde o ponto de vista teórico como da prática política, entre classe social e classe de sexo ou classe social de sexo. Entretanto, diferente do item anterior, que abordou a temática desde o prisma do FMF, aqui o foco está no marxismo e nas feministas marxistas e socialistas. Especificamente, o debate que vai se estabelecer entre estes enfoques marxistas, em relação à corrente do feminismo radical, no qual o FMF está inserido. Tomada a crítica da economia política como embasamento teórico, atém-se ao polêmico debate sobre o sujeito da transformação social.¹⁴

¹⁴ Mesmo que o foco deste item seja analisar este debate desde a ótica do marxismo, é importante destacar que o diálogo com o feminismo (marxista, socialista, radical, materialista, liberal, etc.) será constante, uma vez, que tornou mais visíveis e aprofundadas as análises inicialmente feitas pelo marxismo. Também é importante destacar as contribuições do feminismo em relação a este tema, sobretudo, do



Num primeiro momento, serão abordados alguns dos mitos mais recorrentes que resultam de interpretações não rigorosas e aprofundadas da teoria marxista. Estes mitos tem sido desenvolvidos e reproduzidos por alguns marxistas (lembrando que o marxismo é bastante heterogêneo), por alguns autores que não são marxistas, mas que buscam aportes nesse paradigma, e por detratores do marxismo. O primeiro mito postula que apesar do marxismo ser uma teoria crítica e transformadora da realidade, está alheia ou subestima, consciente ou inconscientemente, a heterogeneidade existente dentro da classe trabalhadora, ocultando desta forma a opressão das mulheres. De maneira geral, o feminismo radical (onde se insere o FMF) defende que a opressão das mulheres permanece fora da mecânica de explicação do marxismo e da prática revolucionária socialista, alegando que a questão da mulher e toda a esfera reprodutiva constituem elementos periféricos dentro dessa perspectiva.

A reivindicação da emancipação da mulher e a demanda pela transformação das relações entre os sexos, abordada pelos socialistas utópicos, posteriormente, serão retomadas e desenvolvidas pela tradição marxista.¹⁵ Desta forma, produziu-se uma importante transição de uma crítica moral da situação da mulher dentro da família (do matrimônio) e da sociedade em geral, tal como é analisado pelos socialistas utópicos até chegar a uma perspectiva crítica, materialista e histórica, tal como é abordada desde o paradigma marxista. Assim, os fundamentos de uma interpretação científica sobre a situação das

feminismo radical no qual alocam-se as precursoras das teses que abordam explicitamente a inter-relação entre a sociedade de classes e sociedade patriarcal.

¹⁵ Entre os(as) marxistas que analisaram esta temática, estão: Marx, Engels, Bebel, Lenin, Luxemburgo, Zetkin, Kollontai, Guesde, Fréville, Trotsky, Mariátegui, Manchel, Marcuse, Bambirra, Mészáros, entre outros.



mulheres em todo o desenvolvimento histórico-social, bem como, algumas das premissas para sua libertação, seriam colocadas pela primeira vez pelo marxismo, que ainda, realiza uma profunda crítica e denúncia da situação vivenciada pelas mulheres na sociedade.

Ressalta-se que além do aspecto criticado pelas feministas radicais sobre a incorporação da análise da chamada "questão das mulheres" dentro de uma abordagem mais ampla de "questão social" feita pelo marxismo, é fundamental reconhecer os avanços produzidos pela exposição dos elementos científicos que fundamentam a emancipação das mulheres como parte da emancipação humana universal. Esta questão tem sido muito controversa, já que daí derivaram-se leituras não rigorosas ou reducionistas sobre o marxismo, inclusive dentro de algumas correntes marxistas.¹⁶ Entretanto, mesmo que os seguidores do materialismo histórico rejeitam a existência de uma questão da mulher específica, separada da questão social geral (KOLLONTAI, 2011 [1907]); isso não significa privar a luta pela libertação das mulheres de especificidade ou não perceber sua relevância. É exatamente o oposto, uma vez que a emancipação das mulheres deveria ser analisada como condição *sine qua non* da emancipação humana.

¹⁶ É importante notar que essas leituras não rigorosas ocorrem não apenas em correntes do marxismo, mas na esquerda de forma geral. Figuras como: Proudhon, Lassalle, Berstein, Kaustky, Stalin, Jean Kanapa, entre outros; são exemplos de posturas retrógradas, conservadoras e incluso às vezes misóginas em relação aos direitos das mulheres e seu processo de emancipação.

Do ponto de vista do feminismo, visões que não coincidem com esta abordagem marxista levaram a leituras extremas, que postulavam que o marxismo (como paradigma de ciência) não considerava a especificidade dos problemas femininos, uma vez que a "questão feminina" [que não é a questão feminista] estava inclusa [de forma subordinada, ou periférica] na generalidade da chamada "questão social". Essas abordagens podem ser encontradas, direta ou indiretamente, em autoras como: Simone de Beavoir, Juliet Mitchell, Shulamit Fireston, Heidi Hartmann, Batya Weinbaun, Zuleika Alambert, Andrea Nye, entre outras.



Interpretações com base no feminismo radical ressaltam também outras críticas em relação ao marxismo. Uma dessas críticas apontava que a perspectiva marxista estava caracterizada por uma elevada unilateralidade, pois o foco só se encontrava nas relações sociais de produção e negligenciava outros elementos subjetivos tais como ideológicos, afetivos, psicológicos, culturais, reprodutivos. As feministas radicais enfatizaram a existência de um monismo econômico por parte do marxismo, que tornava esta perspectiva muito estreita para analisar e transformar as problemáticas associadas à mulher, no capitalismo e em qualquer sociedade alternativa à esta. Este determinismo economicista do marxismo, segundo elas, se concretizava na identificação da classe social exclusivamente a partir da propriedade sobre os meios de produção, sem apontar qualquer outro aspecto que pudesse ser adicionado a este.

Como consequência dessa suposta análise totalitária e homogeneizadora por parte do marxismo, essas feministas afirmam que diferentes opressões particulares e identidades culturais, sociais, sexuais, geracionais, etc., seriam ocultada no interior dos debates e lutas da esquerda marxista. Assim, a defesa central da classe social e da unidade proletária seria o resultado do não reconhecimento pelo marxismo das diferenças e desigualdades dentro da classe trabalhadora. Estas críticas do feminismo radical -apesar de estarem nitidamente associadas a uma corrente específica do marxismo, caracterizada por uma abordagem economicista, simplista e estruturalista da realidade social- acaba por tomar a parte como o todo, "jogando fora a criança com a água do banho", não sendo adequada ou rigorosa em relação ao paradigma marxista em geral. Ao



fundamentarem-se em uma análise marxista reducionista para fazer suas críticas, acabam igualmente sendo reducionistas, incorrendo em equívocos em suas análises.

Vale a pena apontar que, mais do que “a propriedade”, o marxismo analisa a existência de relações de propriedade como determinante de última instância das relações sociais de produção no capitalismo. Importante destacar, que a propriedade não é o único e sim, o determinante mais essencial; e que as relações entre a produção e reprodução social, não são momentos desconectados ou opostos, mas que entre eles se estabelece uma relação dialética-orgânica, que deriva do enfoque ontológico e de totalidade que fundamenta ao marxismo. Em este sentido, destacar que,

[...] de acordo com Marx, produção e reprodução (latu sensu) da ordem social são processos inter-relacionados, que não podem ser concebidos como momentos isolados. O processo de produção, portanto, é considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, de modo que todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução (ANDRADE, 2015, p. 279).

De fato, entender as relações sociais de produção, e como parte delas, as relações de propriedade, como determinante determinado, implica assumir que existe uma retroalimentação, uma condicionalidade mútua, entre a base econômica e a superestrutura da sociedade. Ademais, a identificação das classes sociais antitéticas no capitalismo (capitalistas X trabalhadores) deve ser realizada a partir da posição do sujeito em relação à propriedade dos meios de produção da sociedade e, portanto, de acordo com seu papel dentro do processo de propriedade-produção-apropriação capitalista, que direciona a



uma noção muito mais ampla do que focar apenas na propriedade sobre os meios de produção.

Soma-se a isto, a análise de que o marxismo “[...] jamais poderia restringir o estudo da classe à simples oposição de interesses entre capital e trabalho na produção” (MATTOS, 2009, p. 64), uma vez que, Marx no livro III d’O Capital, destaca como “a [...] característica determinante da relação de classes passa a ser compreendida na dimensão ampliada da lógica do capitalismo” (ibidem). Portanto, apreender a questão da classe social desde uma perspectiva marxista deve ter como ponto de partida não reduzi-la à esfera/dimensão econômica, mas percebê-la também nas dimensões política, social, cultural, simbólica, ideológica, etc.

Por outro lado, embora seja compartilhado que “infelizmente, os problemas de estratificação [da classe social] pertencem à parte menos desenvolvida da teoria de classes marxista” (MÉSZÁROS, 2004 [1930], p.331); isto não implica que tenha sido negado dentro do marxismo como paradigma a existência de uma elevada heterogeneidade; assim como, relações conflitantes e multiplicidade de interesses parciais, mesmo contraditórias, dentro da classe trabalhadora.¹⁷

Por sua parte, o reconhecimento da existência da heterogeneidade e possíveis posturas/interesses contraditórios, não diminui a relevância da classe operária como classe universal¹⁸. Nesse sentido, é extremamente importante levar em conta a diferenciação que o marxismo faz entre identidade -com seu sentido totalitário e homogeneizador- e unidade

¹⁷ Sobre este debate consultar PETRAS (2017 [1997]).

¹⁸ No entendimento das necessárias medições entre o universal-particular-singular.



como síntese da diversidade; em outras palavras, unidade no sentido da totalidade, como síntese de múltiplas determinações.¹⁹

O aspecto acima discutido permite chegar a outro mito, trata-se da ideia de que o marxismo defende uma hierarquização das opressões. Desde esta perspectiva as reivindicações como classe trabalhadora defendidas pelos marxistas, anulariam, ocultariam, ou subordinariam em termos de importância as reivindicações da mulheres. Assim as feministas radicais destacam que os marxistas subestimaram a força e flexibilidade do patriarcado, e sobrestimaram a força do capital; levando a uma hierarquização secundária do sexo em relação à classe social.

Precisamente por esta apreciação, muitas feministas radicais vão defender como novas propostas teóricas tais como: “classe de sexo”, “classe social de sexo”, mulher como “casta” (Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole Claude Mathieu, Paola Tabet, Kate Millet, Shulamith Firestone) e “luta de sexos” (Sheila Rowbotham), como complementar à proposta marxista de classe social e luta de classes.

Devido à importância que a categoria luta de classes e o conceito classe social possuem para a teoria marxista, sentimos a necessidade de posicionarmos a fim de polemizar com as análises das feministas radicais sobre a ideia da mulher como “classe de sexo”, e mais especificamente com o FMF sobre o termo “classe social de sexo” (que é um ponto central dentro do análises destas autoras). No entanto, a intenção desta crítica é trazer algumas inquietações para abrir o diálogo com todo o

¹⁹ Uma discussão similar pode ser encontrada em CISNE (2018).



debate anteriormente apresentado, do que de fechar uma linha argumentativa.

Apesar de reconhecermos o avanço que as análises das FMF trouxe para a compreensão de temas como divisão social e sexual do trabalho, patriarcado, relações de dominação, etc.; consideramos que os termos "classe de sexo" (utilizados também por Danièle Kergoat, Jules Falquet, Mirla Cisne, entre outras autoras mais contemporâneas) e "classe de raça/etnia" podem ocasionar não só confusão teórica a respeito do conceito classe social, como também fortalecer uma leitura reducionista deste.

Neste sentido, consideramos que segmentar um conceito que tem validade explicativa da realidade, mais do que enriquecer teoricamente a proposta inicial, acaba por reforçar as posturas que as próprias autoras feministas queriam criticar, de fragmentação, desarticulação e dicotomias. Sobre este aspecto, ressalta-se a crítica feita por Reed (1970) às próprias feministas radicais:

Algumas mulheres do movimento de libertação criticam essas teses marxistas fundamentais. Falam que o sexo feminino representa uma casta ou classe diferente. Nem no sistema de castas, nem no sistema de classes - ou mesmo na combinação das duas - as mulheres constituíram uma classe ou casta separada [...] O fato de as mulheres terem uma posição inferior, como sexo, não implica, necessariamente, que sejam uma casta ou uma classe inferior (REED, 2012 [1970], p. 18, tradução nossa).

Para ser exatos e científicos, as mulheres devem ser definidas como um "sexo oprimido". A outra posição, que caracteriza as mulheres como uma "classe" especial, pode ser definida como ainda mais errônea [...] Em resumo, as mulheres, como os homens, são um sexo interclassista (REED, 2012 [1970], p. 20, tradução nossa).

Dizer que o marxismo hierarquiza as opressões não é rigoroso. O que o marxismo faz é a distinção entre exploração e opressão e, a partir disso,



identifica as determinações de última instância de ambas categorias. Concorda-se que todas as mulheres, de uma forma ou de outra, são oprimidas por causa de sua condição de mulheres, mas nem todas são exploradas como classe trabalhadora. De maneira que, [...] as mulheres constituem um grupo interclassista e a classe é uma categoria que se refere a um agrupamento intergenérico, ou seja, não são termos opostos porque não são categorias no mesmo nível explicativo (D'ATRI, 2013 [2004], p.6, tradução nossa).

Estas análises da "classe social de sexo" podem, na medida em que as FMF defendem a necessidade de entender sexo como uma classe social específica, fortalecer a ideia de que é preciso uma luta e uma emancipação separada-desconectada e inclusive antagônica em relação a lutas da classe trabalhadora (mesmo não sendo a intenção das autoras). Esta interpretação pode levar a não colocar as questões das relações de sexo dentro do marco mais amplo e complexo da luta da classes sociais e da emancipação humana de forma geral.

A esse debate se agrega a discussão sobre quais são as vias para realizar mudança estrutural da situação da mulher. O último mito/fetiche pretende problematizar a inadequada interpretação que supõe que o marxismo, ao defender primordialmente a luta de classes, procura adiar ou subalternizar a luta pela emancipação da mulher. Essa visão assume que o marxismo defende que a resposta a essas opressões particulares deve ser postergada, em uma espécie de letargia, aguardando sua resolução espontânea com a panaceia da chegada do socialismo.

A análise marxista enfatiza a importância não apenas de superar as formas de opressão e alienação específicas de sua condição de



mulher; senão também os mecanismos de exploração e alienação. Desta forma, desde o ponto de vista do marxismo a emancipação da mulher só é possível numa sociedade construída por oposição, ruptura e superação com a lógica do capital. Assim a emancipação da mulher colocada dentro de um contexto de emancipação de toda a sociedade implica necessariamente a luta pelo socialismo.

No entanto, embora para o marxismo estivesse claro que o horizonte era o socialismo, isso não significava que fosse um processo sem contradições ou espontâneo; nem trata-se de um sujeito passivo, que pode ser encontrar pronta, para ser usufruída, a mudança da sociedade e a sua própria. Assumir dialeticamente a relação entre o socialismo e a emancipação das mulheres é um ponto central neste debate.

Para os marxistas, a emancipação das mulheres não pode ser alcançada sem a destruição do sistema capitalista, portanto, o sujeito revolucionário é o proletariado (incluindo mulheres e homens). Mas nesta luta particular, as mulheres tem que liderar a luta pela sua própria emancipação e por conseguir que os homens da sua própria classe incorporem a luta contra a opressão no programa revolucionário das fileiras proletárias, como um dos aspectos integrados à luta de classes mais ampla. Todos os exemplos históricos mostram a relação existente entre o desenvolvimento da consciência emancipadora e o logro de conquistas relativas aos direitos de gênero, em situações mais gerais de luta de classes (D'ATRI, 2013 [2004], p 6, tradução nossa).

Pensar em qualquer ponto intermediário entre ambas as possibilidades pode apenas permitir defender a utopia de diminuir as opressões dentro de “um capitalismo mais democrático e igualitário”; ou condenar o socialismo a um sonho politicamente inatingível. Deste modo, tal como não existe hierarquia entre exploração e opressão, também não pode haver sequencialidade entre a luta pelo socialismo e a libertação das



mulheres. Pensar revolução nas duas direções supõe considerar que ambos são processos concomitantes, isto é, simultâneos e complementares.

Reflexões finais

De forma geral, defende-se que entre marxismo e feminismo existem mais encontros do que discordâncias em relação aos pontos essenciais de chegada relacionados à emancipação das mulheres. Ambas as teorias não se negam ou subordinam. Ao mesmo tempo em que as duas têm ainda muito a aportar para o desenvolvimento da outra. O fato de que o feminismo tenha colocado ao marxismo como um interlocutor necessário -mesmo no confronto agudo de posições divergentes- é um reconhecimento implícito da relevância das contribuições feitas pelos marxistas em relação à situação da subordinação estrutural da mulher na sociedade capitalista, as opressões vivenciadas pelas mulheres e as vias para sua superação.

Ao mesmo tempo, é preciso especificar dentro da polêmica quem é o interlocutor, em outras palavras, a maioria das críticas se realizam a um corpo teórico em geral, seja por parte do marxismo ou do feminismo, sem especificar as correntes ou autores tomados como referente, as críticas se amplificam para toda a perspectiva. O que leva, em muitos casos, não só a perder às particularidades dos debates, como também, a descartar ou deslegitimar todo um sistema teórico. Nesse sentido, é importante destacar que os referenciais teóricos específicos utilizados no debate deste artigo são: de um lado, o feminismo radical, com ênfases no feminismo materialista francófono; e de outro, a vertente



revolucionaria do marxismo; assim como, algumas feministas marxistas e socialistas.

Por isso, uma das principais críticas, apontadas no artigo, às críticas que por sua vez realizam as feministas radicais (incluindo às FMF) ao marxismo -que leva a estas autoras a toda uma construção de um sistema teórico e categorial em oposição ou "complementar" à tradição marxista-, é precisamente a escolha do seu interlocutor. Sobre este aspecto ressaltar que,

Na década em que surge o feminismo da segunda onda, as mulheres enfrentaram-se a discursos populistas, stalinistas y reformistas que -com justificações pretensamente de esquerda- desestimavam a luta contra a opressão de género. Lamentavelmente, o feminismo radical elegeu a versão caricaturada do marxismo para enfrentar à esquerda, sem advertir, que o que se presentava como dogma sagrado não era o marxismo revolucionário. Nada mais afastado do pensamento de Marx y Engels (D'ATRI, FUNES e MURILLO, 2006, p. 19).

Não obstante, destacar a necessidade de resgatar e dar mais visibilidade às contribuições das feministas em geral e, particularmente, do feminismo radical que inclui as FMF. Estas contribuições do feminismo radical se consideram importantes não só dentro do movimento feminista; senão também relevantes para a perspectiva marxista, entanto tributam à compreensão e transformação da situação da mulher na sociedade capitalista. Por isso também a ênfase dada em todo o artigo defende a necessidade de um diálogo renovado, eximido de velhas inimizades, mas aberto a debates honestos e respeitosos, que contribuam tanto ao desenvolvimento de ambas perspectivas, como a construção de um conhecimento teórico-político e de práticas de luta em conjunto. Assim, defende-se que, "a relação entre feminismo e marxismo é fundamental para a luta classista comprometida com uma



sociedade emancipada, sem opressões e explorações [...]” (CISNE, 2018, p. 211).

Nunca é demais reiterar enfaticamente que a classe trabalhadora como classe social, não implica “homogeneidade” ou “uniformidade”. Neste sentido, é relevante não considerar a classe como uma ubiquação estática em uma estrutura de ‘estratificação’, senão como uma relação social.

O sujeito que Marx e seus partidários têm em mente não se reduz às determinações do homem, branco, cristão e burguês; o proprietário-cidadão- consumidor individual. O sujeito do marxismo é um sujeito coletivo que se constitui como tal (incorporando as múltiplas individualidades e identidades de grupo) na luta contra seu inimigo histórico. É o conjunto da classe trabalhadora, por isso constitui um sujeito coletivo, não apenas um indivíduo (KOHAN, 2017, p.19, tradução nossa).

Também é importante ressaltar que, embora as classes sociais sofreram mudanças significativas nas últimas décadas não significa que o conceito de classe social [no sentido marxista], ou classe trabalhadora, tenha sido superado e por isso deva ser negado em relação a sua efetividade no campo teórico, nem em relação as condições objetivas que fazem necessária sua utilização. Não podemos cair na armadilha e deixar de enxergar que a perda da referência da classe social não é mais do que uma construção ideológica no sentido de mistificação da realidade, como acertadamente colocam Mattos (2009), Braz (2011) e Antunes (2015).

Neste contexto é uma prioridade continuar a defender a relevância da classe trabalhadora no processo da revolução socialista. Para isso, é importante pensar na classe social como: unidade do diverso, como síntese de múltiplas determinações; como resultado da unidade



dialética de determinações objetivas e subjetivas, internas e externas, micro e macro. Em suma, a partir da articulação entre o singular, particular e universal, de modo a estabelecer as mediações adequadas entre os interesses e lutas dos indivíduos, os grupos, as classes sociais e da sociedade, a partir de uma análise de complexidade e totalidade.

Defende-se uma utopia revolucionária fundamentada num socialismo que necessariamente inclui além da dimensão de classe, a dimensão de sexo/gênero, raça/etnia, orientação sexual e outras demarcações que resultam da discriminação, injustiça social e opressão na sociedade atual. Em suma, não se trata só de que as mulheres participam ativamente da luta emancipatória e no processo de transformação social. É também que o caminho para a construção do socialismo seja interpelado pelas mulheres e suas demandas por equidade e igualdade substantiva. Mas não de forma isolada ou individual; senão através da necessária articulação do movimento feminista e da classe trabalhadora na composição desse sujeito coletivo da transformação social.

Uma revolução socialista que não pretenda mudar radicalmente a exploração e as opressões não será essencialmente transformadora; não será uma revolução em todos os sentidos da palavra. Por isso insiste-se que a luta pelo socialismo não torna irrelevante o feminismo ou qualquer teoria/movimento/luta contra a opressão de raça, etnia, orientação sexual, nacionalidade, etc. A construção do socialismo cria bases mais amplas para que essas lutas não sejam apenas necessárias, mas também possíveis de serem superadas. Insiste-se também em que o socialismo não é *per se* o ponto de chegada complexo da



transformação social, mas um caminho através do qual a plena emancipação dos seres humanos é possível.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, J. E.-J. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, setembro - dezembro 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16 ed. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRAZ, M. **Partido e revolução: 1848-1989**. 1.ed. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CISNE, M. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. **CEMARX**, 2005. Disponível em:
<<http://www.unicamp.br/ce marx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: outubro 2018.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça"-etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Servicio Social & Sociedad**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CURIEL, O.; FALQUET, J. Introdução. In: GUILLAUMIN, C.; TABET, P.; MATHIEU, N. C. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, v. p. 7-26, 2014.

D'ATRI, A. Feminismo y Marxismo: más de 30 años de controversias. **Sin permiso**, 2013 [2014]. Disponível em:
<<http://www.sinpermiso.info/textos/feminismo-y-marxismo-mas-de-30-anos-de-controversias>>. Acesso em: outubro 2018.

D'ATRI, A.; FUNES, B.; MURILLO, C. **Luchadoras: historia de mujeres que hicieron historia**. 1ra. ed. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.



DEVREUX, A.-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Soc. Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, Dez 2005.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia da natureza. In: GUILLAUMIN, C.; TABEL, P.; MATHIEU, N. C. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-99.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.

Novos estudos. - **CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar 2010.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: agosto 2018.

KOHAN, N. Desafíos actuales de la teoría crítica frente al posmodernismo. **La haine.org**, 2017. Disponível em: <http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/nestor_desa.pdf>.

MATTOS, M. B. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. 1ra edição. ed. São Paulo: Boitempo, tradução Paulo Cezar Castanheira, 2004 [1930].

PETRAS, J. A Marxist critique of Post-Marxism. **Rebellion**, diciembre 2017 [1997]. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/petras/english/critique170102.htm>>.

REED, E. **Sexo contra Sexo o Classe contra Classe**. Cuaderno No 16. ed. [S.l.]: PSOCA Editorial, v. El Socialista Centroamericano, 2012 [1970].

TABEL, P. Mãos, instrumentos e armas. In: GUILLAUMIN, C.; TABEL, P.; MATHIEU, N. C. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 101-174.



AÇÃO DE EXTENSÃO COMO BOAS PRÁTICAS EM CAPACITAÇÃO PARA IGUALDADE DE GÊNERO²⁰

Áurea da Silva Garcia
*Bacharel em Turismo, Mestre e doutoranda em Ensino de
Ciências/Educação Ambiental pela Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul (UFMS), Diretora Geral da Mupan – Mulheres em
Ação no Pantanal.*
aureasgarcia@gmail.com

Icléia Albuquerque de Vargas
*Geógrafa, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento,
Professora e Orientadora do Programa de Pós-graduação em
Ensino de Ciências da UFMS.*
icleiavargas12@gmail.com

Rafaela Danielli Nicola
*Mestre em Ecologia e Conservação pela UFMS, Diretora Técnico-
Científica da Mupan, representante da Wetlands International no
Brasil*
rafaela.nicola.eco@gmail.com

Josiane Barbosa Felipe
*Acadêmica em Engenharia Ambiental pela UFMS, membro da
Mupan.*
josianebarbosa.engenharia@gmail.com

RESUMO: Várias agendas nacionais, intergovernamentais e não governamentais trazem prerrogativas de combate às violências de gênero, das tradicionais – física, sexual, patrimonial, moral, psicológica, à outras, ainda sem tanta visibilidade, dentre elas, o acesso aos bens naturais, em especial o acesso à água. A incorporação de gênero nas discussões socioambientais tem se estabelecido sistematicamente em documentos resultantes de eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas

²⁰ O presente trabalho baseia-se no pré-projeto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, linha de concentração Educação Ambiental da UFMS, e conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



(ONU) e por outros organismos. Assim, o presente artigo apresenta parte de uma iniciativa que tem como base uma pesquisa junto às lideranças envolvidas com a gestão das águas em municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP), no estado de Mato Grosso do Sul. A referida pesquisa apontou a baixa correlação dos participantes – graduandos, e mesmo pós-graduandos -, em relação a gênero e papel social, além da inexpressiva participação de mulheres nos espaços decisórios (GARCIA, 2015). Desta forma foi demandado à UFMS a realização de uma ação de extensão, materializada na Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA). A proposta pedagógica da Formação, coordenada pela organização não governamental Mupan, foi construída coletivamente com a participação de representantes de instituições de ensino e pesquisa, gestores ambientais e lideranças comunitárias. Com o encerramento do Curso de Extensão a proposta pedagógica foi selecionada pelo Centro de Capacitação da ONU Mulheres para compor o *Compêndio de Boas Práticas em Capacitação para Igualdade de Gênero*. O processo de seleção tornou-se objeto de pesquisa de doutorado, em andamento, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS.

Palavras-chave: gênero; água; Pantanal.

Contextualização

O contexto socioambiental atual tem suscitado discussões que emergem a partir de demandas locais. Pesquisadores, organismos governamentais e não governamentais – de agências internacionais aos coletivos locais -, têm buscado alternativas para as questões socioambientais.

A educação ambiental (EA) tornou-se norteadora de vários processos para discussões e difusão de informações. O campo da educação ambiental tem avançado de forma difusa e acelerada, apresentando uma multiplicidade de visões, consolidando-se em várias correntes, práticas e linhas de pesquisa, como um campo fértil, amplo, possibilitando e incentivando a reflexão a partir de diferentes perspectivas, tais como água e gênero.

A incorporação de gênero na gestão da água está estabelecido nas discussões dos Princípios de Dublin o qual destaca: as mulheres



desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água; dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), seguido dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030, os quais têm dentre suas metas o empoderamento de mulheres e meninas e acesso universal equitativo à água.

As discussões e políticas voltadas para a tríade – educação ambiental, água e gênero -, como enseja a sociedade, são contemporâneas, ainda em construção; registra-se pouco mais de 40 anos que as mesmas passaram a fazer parte das agendas governamentais, intergovernamentais e da sociedade civil, inclusive como estratégias para o enfrentamento de crises instaladas – política, econômica, cultural, ambiental, hídrica, entre outras.

Nas últimas décadas foram criados, no Brasil, comitês, grupos e comissões para a incorporação de gênero na gestão ambiental e das águas, por exemplo o Comitê Interno de Gênero do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Comitê Pró-Equidade de Gênero da Agência Nacional de Águas (ANA). Além de estruturas e espaços de discussões em outras instâncias governamentais voltadas para a igualdade de gênero, como a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa, o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero do Senado Federal, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, entretanto com a nova conjuntura política nacional não é possível saber o seguimento dessas agendas.

A sociedade civil também tem empreendido esforços para a incorporação de gênero nos diversos espaços. Iniciativas e parcerias de organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa



tem oportunizado espaços para reflexões e processos formativos sobre os temas – educação ambiental, água e gênero. As ONGs têm demandas direta das comunidades, e as universidades os seus pilares de sustentação – ensino, pesquisa e extensão.

No Pantanal, esses esforços materializaram-se em uma ação de extensão "Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA)", para atender demandas de educadores, gestores e lideranças da região transfronteiriça – Brasil, Bolívia e Paraguai. Uma parceria entre a ONG Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A proposta pedagógica dessa formação foi aprovada pela ONU Mulheres como Boas Práticas para Capacitação em Igualdade de Gênero, tornando-se um diferencial de projeção no cenário internacional, refletindo em impacto nas políticas públicas de educação ambiental, gênero e água. Com isso, busca-se ampliar as discussões, impactos e colaborações para o fortalecimento de parcerias e replicação da proposta pedagógica.

Diálogos em Construção: Gênero, Água e Educação Ambiental

As questões socioambientais são latentes, de forma que necessitam de uma resposta rápida dos diversos atores, sejam locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

O valor cultural, social e econômico da água está intrínseco à evolução da humanidade. As diferentes civilizações se organizaram ao longo dos cursos d'águas. Não temos como dissociar a relação que ocorre entre o uso da água e o desenvolvimento social e econômico. Assim, percebe-se que, recentemente, vários grupos buscam fortalecer, ou mesmo



resgatar, valores culturais e sociais – o pertencimento -, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com forte ligação e apelo para uma (re)conexão com os bens naturais a partir de diversos fatores, entre eles, a simbologia do feminino – a terra mãe.

A materialização da transversalidade de tríade – gênero, água e educação ambiental -, é desafiadora, e não se restringe separadamente aos militantes, ativistas e especialistas ou planos, programas e projetos governamentais, necessita de esforços conjunto: reflexões, processos formativos, empoderamento de lideranças, em especial as mulheres. Ainda, faz-se necessário ações afirmativas pela igualdade e equidade de gênero com uma compreensão, visão integradora do humano no ambiente.

Enquanto temas transversais – meio ambiente e relações de gênero, Moema Viezzer (2013) versa que se constituem em um binômio, torna-se pauta de especialistas e ativistas como um processo de formação humana-cidadã, tanto na educação ambiental formal como não formal, já que,

(...) em última instância, nos remete às relações entre os seres humanos de todas as idades, raças/cores/etnias, classes sociais, credos, nações e países em sua conexão com o Planeta Terra como Pachamama, Mãe Terra dos quéchuas e aymarás, Tekohá, a casa-mãe dos tupis-guaranis, Gaia, o Ser vivo que hospeda a comunidade dos seres, incluída a espécie humana (VIEZZER, 2013, p. 173).

Para Ferraro Jr (2014, p. 19), essas relações e transversalidade trata-se de uma “aprendizagem que, em última instância, se resume em aprender a partilhar o poder, o saber, o prazer e o bem querer entre mulheres e homens convivendo em sociedade e com os demais seres da Natureza” (FERRARO JR., 2014, p. 19).



Os bens naturais, em especial a água é essencial, sagrada, para a manutenção das tradições e culturas, como apontam Jacobi e Grandisoli (2017, p. 23): “parte da cosmologia de todos os povos nas suas mais diversas expressões culturais, nas quais o elemento água tem uma relação direta com a espiritualidade de cada povo e cultura”. Os autores registram ainda, que essas tradições têm como base a transmissão oral de povos originários das Américas, nas tradições espirituais de origem africana. No âmbito das discussões acadêmicas e científicas essa cosmologia e sacralidade estão em ascensão.

O campo da educação ambiental converge e abrange diferentes ciências, saberes e práticas, de forma que tem se tornado uma ferramenta de transformação social a partir da releitura do cotidiano, o contexto local. Leff (2001) contribui quanto à formação e as práticas dos educadores ambientais, imbuída do caráter político, destaca a permanente busca de novos conhecimentos e saberes articulados aos compromissos políticos de transformação social com a participação ativa dos sujeitos e o investimento na construção de valores e atitudes.

A reflexão-ação-reflexão – teorias, pesquisas e práticas -, incentiva que os participantes percebam o seu espaço como oportunidade, e busquem estratégias para o enfrentamento de questões socioambiental que afligem as comunidades, assumindo o protagonismo socioambiental.

Essas oportunidades e protagonismo são fundamentais para o empoderamento das mulheres. Diniz e Maranhão (2011, p. 76-77) destacam que, para que exista um sistema de gestão efetivamente descentralizado e participativo, é necessário que os entes do sistema estejam fortalecidos e engajados no desempenho de seus papéis.



Ressalta ainda: “o papel relevante e crescente da mulher na sociedade, e sua relação histórica e cultural com o elemento água”.

No debate contemporâneo no campo da educação ambiental, ainda em construção, aberto a novos diálogos, fortalece-se a relação e percepção do mundo, processo que também passa pela inserção das perspectivas de gênero. Neste sentido, Carvalho (2006, p. 53-54) afirma: o interesse público pelas práticas sociais e pedagógicas em torno da questão ambiental é uma construção histórica recente. Se analisarmos a trajetória evolutiva das discussões da educação ambiental constataremos que são múltiplas e não excludentes, que a partir do contexto local, a reflexão-ação-reflexão, como estímulo e inspiração, como destaca Sauv  (2005a, p. 319): “cont m rica diversidade de proposi es teóricas, de modelos e de estratégias, capaz de estimular a discussão e de servir de inspira o para os que trabalham na prática”. Essa mesma autora aponta algumas correntes da EA que dialoga diretamente com a perspectiva de gênero, principalmente a feminista.   importante ressaltar essas correntes não são excludentes.

Buscar alternativas e ferramentas para incorporar as perspectivas de gênero nos diversos contextos   fundamental, em rela o a água – elemento vital para a sobrevivência das espécies –, as longas estiagens ou mesmo enchentes afetam cada vez mais a popula o, em especial as mulheres. As perspectivas e cenários apontam para o agravamento dessa situa o, comprometendo a disponibilidade e qualidade da água, por vários fatores, dentre elas as mudanças climáticas. Em decorrência, popula es de países menos desenvolvidos, sobretudo do Hemisfério Sul, são diretamente afetadas. Considerando que, na maioria das vezes, a responsabilidade pelo uso doméstico da água  



atribuída às mulheres, crianças e idosos, os direitos desses grupos estarão severamente comprometidos.

As desigualdades promovidas pelo desenvolvimento, a exploração e a expropriação da natureza e das mulheres têm ampliado as violências e violações dos direitos, para Xavier (2012, p. 87), ao tratar de racismo ambiental, aponta: "fome, sede, falta de acesso à água potável, não reconhecimento dos territórios quilombolas, intolerância às religiões de matrizes africanas, depósito de lixo nas áreas onde estão assentadas a população negra, pobreza, são alguns dos exemplos da degradação humana e ambiental que vivemos".

Considerando que a conceituação de gênero ainda é pouco difundida, faz-se necessário iniciativas estratégicas para a ampliação do conhecimento com impactos nas comunidades, desta forma são imprescindíveis processos formativos que almejam a igualdade de gênero. A busca de alternativas, reconexão, pertencimento e envolvimento direto de mulheres para os cuidados e gestão da água são fundamentais para o empoderamento e difusão da igualdade de gênero.

Fortalecer diálogos entre gênero e água, ações mesmo que pontuais, estão contribuindo para a reflexão-ação-reflexão, para o acesso e difusão de informações a partir do contexto local, tendo a educação ambiental como uma ferramenta.

Esses diálogos podem ser observados na proposta pedagógica da Formação Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA) a partir das correntes de EA defendidas por Sauv  (2005b): Biorregional, Feminista e Prática. Os aspectos regionais, com base nas especificidades do



território, com o recorte para a bacia hidrográfica, o Pantanal – a Biorregional; voltando-se para o empoderamento e atuação de mulheres nos espaços constituídos – a Feminista, a partir das premissas da pesquisa-ação, convergindo para a reflexão-ação-reflexão – a Práxica.

Desta forma, a educação ambiental, enquanto uma ferramenta de transformação, torna-se um instrumento que possibilita e incentiva a reflexão e ação, a partir de diferentes perspectivas, principalmente à melhoria e manutenção dos modos de vida, o acesso equitativo aos bens naturais e à igualdade de gênero.

Alguns marcos legais

Dado a contemporaneidade, com significativo avanço nas últimas décadas, ainda são poucas as produções acadêmicas que abordam em conjunto as questões de educação ambiental, água e gênero. A construção de políticas públicas e conhecimentos, por vezes, estão pautadas em marcos legais, documentos e recomendações internacionais. Essa construção passa pelo protagonismo de atores sociais imbuídos de pertença e comprometimento, a partir de suas demandas locais, bem como das iniciativas públicas e privadas.

Nas instâncias intergovernamentais, nas agências internacionais, principalmente no âmbito da ONU, existem recomendações, ações e estratégias para universalização da educação, da igualdade de gênero e acesso equitativo dos bens naturais. Os marcos legais, recomendações e documentos internacionais, até então estavam



sendo base norteadora para as premissas das políticas públicas no Brasil.

Alguns documentos podem ser apontados como principais balizadores da tríade – educação ambiental, água e gênero: a publicação de Rachel Carlson – Primavera Silenciosa (1962); o Relatório Limites do Crescimento, conhecido como Clube de Roma (1972); a Carta de Belgrado que estabelece as metas e princípios da educação ambiental (1975); além de documentos resultantes de conferências realizadas pela ONU.

A Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972) apontou para a necessidade de superação da crise da água, destacando a educação e o meio ambiente. A Conferência de Tbilisi (1977) prescreve a educação ambiental com enfoque interdisciplinar, participação e responsabilidade de todos – indivíduos e coletividade. A Conferência sobre a Água, Mar del Plata (1977), confere destaque para o uso eficiente e múltiplos dos recursos hídricos.

O Congresso Internacional da UNESCO/PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental – Moscou (1987) destaca a importância e necessidade de pesquisa e de formação em educação ambiental. Ainda em 1987, é publicado o Relatório da Comissão Brundtland – Nosso Futuro Comum, lançando o conceito de desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar importantes marcos sobre gênero, no âmbito da ONU: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ou Carta Internacional dos Direitos da Mulher (1979); a Conferência Mundial da Mulher, Pequim (1995); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a



Mulher (CEDAW) – Convenção de Belém do Pará (1994); a criação da ONU Mulheres – Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (2011); dentre outras.

Na Declaração de Dublin sobre Água e o Desenvolvimento Sustentável (1992), um dos quatro Princípios, o de número 3 é norteador para a interrelação gênero, água e educação ambiental: "as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água". Referido Princípio destaca o papel da mulher, a implementação, capacitação para participarem dos processos para a implementação e tomada de decisão para a gestão dos recursos hídricos.

Também em 1992, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida por Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, destacou-se pela quantidade de discussões e documentos assinados, com lineamentos para a pluralidade, a universalidade, a equidade e diretos, como premissas para a efetivação de declarações, convenções e agendas, firmadas durante essa Conferência.

É importante destacar outros resultados oriundos de eventos paralelos da Rio-92: o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; a Carta da Terra; e a Carta Brasileira para a EA. Esses documentos, e mesmo os processos de construção dos mesmos, tornaram-se balizadores para os desdobramentos que corroboraram, por exemplo, para o Programa Nacional de Educação Ambiental (1994), por conseguinte, para a Política Nacional de Educação Ambiental (1999).



Representantes de governos, da academia, da sociedade civil, de empresas e de organizações não governamentais, em 1995, criaram o Conselho Mundial da Água (*World Water Council – WWC*). Esse conselho é responsável pela realização do Fórum Mundial das Águas. Desde o início, as temáticas educação ambiental e gênero compõem a agenda de discussão. Inclusive, no 2º Fórum, realizado em Haia, Holanda (2000), foi criada a Aliança de Gênero e da Água (*GWA – Gender and Water Alliance*). Essa Aliança conta com a participação de organizações e pessoas ao redor do mundo, as quais buscam alternativas, discussões e ações, tendo como corrente a perspectiva de gênero no gerenciamento de recursos hídricos. O 8º Fórum foi realizado em Brasília (2018), ocasião que um grupo de mulheres consolidou a Rede Coletivo Latino América de Mulheres pelas Água.

A Conferência Internacional de Água Doce, realizada em Bonn (2001), destacou o enfoque da ampla participação e a necessidade de capacitação para profissionais de água e saneamento em temas de gênero e água.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em resposta à Declaração do Milênio da ONU (2000), como uma agenda proativa, assinada por 191 países. Com oito grandes Objetivos, três deles, contemplam educação, gênero e água: Objetivo 2- atingir o ensino básico universal; Objetivo 3- promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; e Objetivo 7- garantir a sustentabilidade ambiental.

Em 2015 essa agenda foi revista, ampliada e intitulada de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como uma agenda até 2030, são 17 Objetivos, com 169 Metas, versando no Objetivo 4- assegurar a



educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; no Objetivo 5- alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; e, no Objetivo 6- assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

A jovialidade das políticas públicas no Brasil com enfoque mais humanístico e integrador, passa pelas recomendações e marcos legais, pelas recentes produções acadêmicas e técnicas, pelos esforços dos diversos seguimentos – público, privado e sociedade civil.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei 9.433/1997 e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/1999, e seus desdobramentos já consideram o enfoque humanístico e integrador, estabelecendo nexos e proposições diretas que atendem as premissas de educação ambiental, água e gênero, dentre outras recomendações internacionais. Um exemplo é a Resolução CNRH n.º. 98, de 26 de março de 2009, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), elaborado pela Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM, a qual tornou-se estratégica para a consolidação das políticas de educação ambiental e água voltadas para a incorporação de gênero.

Essa Resolução estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), destacando: o reconhecimento e a inclusão de diferentes saberes, culturas, etnias e visões de mundo, com equidade de gênero, nos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH e na



produção de material pedagógico; a valorização do papel da mulher e do homem, respeitando a equidade de gênero, no planejamento, nos processos decisórios e na gestão dos recursos hídricos. A promoção da incorporação da perspectiva de gênero como elemento essencial na implementação da gestão integrada de recursos hídricos.

A incorporação de gênero nas políticas públicas, principalmente na gestão das águas, no âmbito internacional os Princípios de Dublin, e no Brasil, a Resolução nº 98/2009, dentre outras, apontam a educação, a educação ambiental como ferramenta estratégica e como possibilidade para o desenvolvimento de capacidades e o empoderamento da mulher e lideranças nos processos decisórios e implementação da gestão das águas e dos bens naturais. Traduzir esses princípios e recomendações para os territórios é desafiador, passa pelo estabelecimento de parcerias entre organismos internacionais, poder público, organizações não governamentais e comunidades.

Algumas Contribuições

A criação da organização não governamental Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal em 2000, teve como impulsionador recomendações internacionais no âmbito do Projeto GEF Pantanal – Alto Paraguai²¹. Dentre 44 subprojetos, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, um deles teve uma ação específica, o Workshop Mulheres e Meio Ambiente, como um dos resultados, a organização da Mupan.

Desde a sua criação, a Mupan concentra-se no estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de capacidades com processos

²¹ Programa GEF/PNUMA/OEA/ANA.



formativos, geração de informações, e ações junto a lideranças a partir do contexto local – do território, da percepção, da identidade e do pertencimento. A instituição tem se dedicado a trabalhar com os temas geradores gênero e água, para a inserção e ampliação da participação de mulheres nos espaços decisórios e o empoderamento das mesmas.

Dentre as ações da Mupan, a Formação Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA) baseia-se em demandas de uma pesquisa sobre participação social realizada em municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP), no Estado de Mato Grosso do Sul – 2007/2008 (GARCIA, 2008).

A pesquisa focou-se em lideranças e gestores municipais e estaduais envolvidos em espaços de discussão e decisão sobre recursos hídricos (comitês, conselhos, grupos e executivo municipal). Constatando a inexpressiva participação de mulheres nos espaços de discussão e decisão na gestão do meio ambiente. Outra questão importante identificada, que a maioria dos participantes, com formações em cursos de graduação e pós-graduação, não estabeleceram correlação sobre a perspectiva de gênero, enquanto uma categoria de análise de relações sociais (GARCIA, 2015).

A partir destes resultados, iniciaram-se articulações e conversações com pesquisadores e organismos internacionais para atender as demandas da referida pesquisa. Como seguimento, aportes e fomento para a organização de grupos locais, instrumentalização com ferramentas para o desenvolvimento capacidades e produção de materiais de apoio a partir do contexto local.



De forma a atender essas demandas, em 2012 foi aprovado o projeto "Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental", pelo Programa Aliança para os Ecossistemas (*IUCN NL, Wetlands International e Both ENDS*), tendo como um dos componentes, o curso de formação para lideranças – Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA).

Em parceria com a UFMS, a Formação foi ofertada como um Curso de Extensão na modalidade a distância, com oferta de 150 vagas e carga horária de 180 horas (9 meses de duração). A construção e implementação da ação de extensão organizada em sete módulos, contou com a participação de mais de 30 especialistas, voluntários de instituições públicas, organizações não governamentais e lideranças comunitárias.

Com base nas premissas da pesquisa-ação em educação ambiental, a ação de extensão buscou suscitar reflexões sobre o contexto local, o território – a percepção, a identidade e o pertencimento. Para Vargas (2008, p. 101) em relação ao pertencimento e a questão de identidade territorial, "o conceito de territorialidade concebido enquanto um processo subjetivo da população de sentir-se parte de um território, pertencente ao lugar".

A Formação GAEA buscou a instrumentalização de indivíduos e coletivos, reflexão-ação-reflexão, para o empoderamento das comunidades em processos decisórios, a partir de seus territórios. Nesse sentido Thiollent (2012, p. 240-241) descreve a pesquisa-ação como uma estratégia para a auto formação: "é preciso uma profunda



autorreflexão sobre si próprio (autobiografia), sobre seu entorno e sobre as práticas sociais nas quais ele está engajado”.

O monitoramento e avaliação (sistêmicas e contínuas) deram-se a partir de observações e considerações dos cursistas nas atividades propostas em cada módulo; nos instrumentos de coleta durante os módulos; na análise dos relatos de experiências – último módulo; e durante um encontro presencial. Essas avaliações foram de extrema importância, principalmente para que a equipe de coordenação e responsáveis pelo projeto político pedagógico (PPP) pudessem contemplar na revisão alternativas para atender as demandas suscitadas.

Aportes metodológicos da pesquisa-ação permitiram ao mesmo tempo analisar o alcance da Formação GAEA a partir da vivência do processo investigativo e pedagógico, e contribuíram para desencadear de novas ações. Thiollent (2012, p. 242) ao fazer a leitura das concepções de Henri Desroche sobre processos de educação permanentes, voltadas para as comunidades no Brasil e América Latina, sinaliza que a pesquisa-ação e outros métodos participativos inspiram novas ações. As contribuições de Thiollent são importantes e corroboram com os lineamentos da Formação GAEA, desde a identificação das demandas; da proposição e construção da proposta pedagógica da formação; da oferta como curso de extensão; à inspiração para novos desafios. Desses desafios e seguimentos registram-se a seleção da Formação como Boas Práticas para a Capacitação em Igualdade de Gênero, e a construção do Processo Formativo dos Membros das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, da Capacitação de Gestores e Conselheiros das Unidades de Conservação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Programa Estadual de Educação Ambiental



de Mato Grosso do Sul, além de tornar-se objeto de pesquisa do Curso de Doutorado em Ensino de Ciências.

Boas Práticas em Igualdade de Gênero

Com o encerramento do Curso de Extensão, para atender as demandas e os desafios elencados durante o monitoramento e avaliação, a Formação GAEA foi inscrita em 2014 na seleção mundial do *UN Women Training Centre United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women* (Centro de Capacitação para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres). Durante o processo de seleção foram realizadas entrevistas para análise e posteriormente, o registro da Formação GAEA no *Compêndio de Boas Práticas em Capacitação para a Igualdade de Gênero* ²²(GARCIA, VARGAS, 2016).

O Compêndio é uma resposta a "Formação para a Igualdade de Gêneros: vinte anos depois", tendo como base a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e seus desdobramentos, até os dias atuais. O Compêndio reúne práticas de várias regiões do mundo, principalmente do Hemisfério Sul, com apresentação e análise buscando identificar o potencial transformador para a igualdade de gênero.

No processo de seleção observaram-se alguns critérios: significado; impacto mensurável; potencial de replicação; a inovação, a criatividade e originalidade; sustentabilidade; integração no trabalho e processos convencionais; eficácia e eficiência na obtenção de

²² *Compendium of Good Practices in Training for Gender Equality* disponível em: www.gaea.inf.br.



resultados; relevância social; parcerias; e reforço da capacidade dos parceiros locais para o empoderamento e igualdade.

Um importante momento no processo de aprendizagem sobre as Boas Práticas, como última fase, o intercâmbio das experiências no “Diálogo Virtual: compêndio de boas práticas no âmbito de capacitação para a igualdade de gênero”. Uma das atividades foi a participação nos fóruns da plataforma do Centro de Capacitação, nos meses de agosto e setembro de 2016, além dos *webinários*, um em inglês e outro em espanhol. Na ocasião dos diálogos virtuais para o intercâmbio das experiências selecionadas, as representantes da Boas Práticas tiveram a oportunidade de apresentar às demais e aos convidados, as motivações, os desafios, as oportunidades, e os vínculos entre as práticas – a pesquisa e a teoria.

Ao avaliar o percurso da Formação GAEA – desde a proposição para atender demandas, a construção da proposta pedagógica e a implementação da ação de extensão e seus resultados -, e desdobramento como Boas Práticas no cenário internacional por despertar e envolver mulheres e homens para as questões de igualdade de gênero, desde a concepção, proposição à implementação da Formação, em si, é desafiador. Esse percurso aclarou o caráter participativo, inovador e potencial de replicabilidade (materializado em outros processos formativos) para diferentes realidades: tema, estrutura, público, bioma, entre outros.

Formação GAEA – Objeto de Pesquisa



Analisar o alcance e o impacto da Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental, como Boas Práticas em Capacitação para a Igualdade de Gênero tornou-se proposta de tese Programa de Doutorado em Ensino de Ciências da UFMS.

Como problema de pesquisa a necessidade de inserção de novos atores na gestão de recursos hídricos, assim como o aprofundamento da importância do empoderamento de mulheres no campo da gestão da água, refletindo, portando, na necessidade de ofertas de formações em educação ambiental para esse público.

Na pesquisa em educação ambiental, a aproximação é estreita entre pesquisador/a com o objeto de pesquisa. As premissas, as metodologias participativas para a construção do conhecimento consideram o contexto e a vivência social, com viés reflexão-ação-reflexão, a pesquisa-ação, a pesquisa-participante e a pesquisa-ação-participante, possibilitam o envolvimento junto aos grupos de interesse.

Dessa forma, em um primeiro momento o relatório "Gênero, Água e Educação Ambiental: Relações com Diferentes Olhares" para a qualificação (março de 2019) está estruturado em quatro partes: as Descobertas, os Desafios, a Escala e a Utopia, que por vez desdobram em nove capítulos.

Considerações Finais

Existe a necessidade de igualdade e equidade de gênero, o empoderamento de mulheres na sociedade, a partir de discussões e incorporação nas diferentes políticas públicas – no cotidiano, de forma



transversal -, tem-se a premissas da educação ambiental como possibilidade.

Aproximações e parcerias entre organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa, inclusive com aportes de organismos internacionais, por meio de ações de extensões, possibilitam ações diretas junto às comunidades, o diálogo de saberes, colaborando assim, na busca dessa melhoria da qualidade de vida e manutenção dos bens naturais e modos de vida, em consonância com as premissas de documentos internacionais e políticas públicas.

Com base nas premissas da educação ambiental, a pesquisa-ação, a reflexão-ação-reflexão, a proposta pedagógica da Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA) tornou-se plausível de replicação em diferentes contextos – localidades, públicos, modalidades e temáticas. Os vários desdobramentos, o uso dessa proposta como base para outros processos formativos, a seleção como Boas Práticas, e o seguimento como objeto de tese de doutorado, demonstram que ações de extensão permitem a reflexão-ação-reflexão e ações locais, tornam-se motivadoras para outros cenários e contextos, inclusive internacional, com possibilidades de impactar políticas públicas de educação ambiental, gênero e água.

Entretanto, o novo cenário político do Brasil coloca em risco a continuidade dessas políticas públicas que até então, estavam, mesmo que de forma insuficiente, contando com esforços do poder público, do setor privado e da sociedade civil. Com esse novo cenário, torna-se incerto a continuidade e legitimidade das decisões dos espaços constituídos, como conselhos, comitês e comissões. Para o enfrentamento desse cenário, os processos formativos tornam-se mais



desafiador em busca de alternativas para o empoderamento de mulheres e lideranças comunitárias.

Referências

CARVALHO, I.C.M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação política-pedagógica. In: LOUREIRO, C.F.B. (coord.). *Sociedade e Meio Ambiente: a educação em debate*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 4ª ed. 2006 il. P. 53-65.

FERRARO JUNIOR, L. A. (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2014. 452 p.

GARCIA, Á. S. Contexto do GAEA: o porquê de gênero, água e educação ambiental. In: GARCIA, Á. S.; ZERLOTTI, P. H. (org); *GAEA – Gênero, água, educação ambiental*. Campo Grande: Mupan, 2015. 140 p. Disponível em: www.gaea.inf.br.

GARCIA, Á. S. Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos participação e cidadania na BAP. In. *II Seminário internacional América Platina*. Campo Grande: UFMS, 2008.

GARCIA, Á. S., VARGAS, I. A. Proposta pedagógica da formação GAEA selecionada como Boas Práticas para a Capacitação em Igualdade de Gênero pela ONU Mulheres. In. *VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços*: UEMS. Campo Grande. 2016.

JACOBI, P. R., GRANDISOLI, E. *Água e sustentabilidade: desafios, perspectivas e soluções*. São Paulo: IEE-USP e Reconnectta, 2017. 1ª Edição. 16 x 23 cm; 110 páginas.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DINIZ, N. S. M.; MARANHÃO, R. R.. Educação ambiental, participação e Gestão das Águas. In. PAULA, F. Jr; MODAELLI, S. (Org.). *Política de águas e educação ambiental: processos dialógicos e formativos em*



planejamento e gestão de recursos hídricos. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf>. Acesso em: jan/2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In. SATO, M. e CARVALHO, I. C. de M. (orgs.). *Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

THIOLLENT, M. Nota de leitura a educação permanente segundo Henri Desroche. *Pro-Posições*. v. 23, n. 3 (69), p. 239-243, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/17.pdf>. Acesso em: jan/2019.

VARGAS, I. A. Territorialidades e representações dos Terena da Terra Indígena Buriti (MS): possibilidades didático-pedagógicas. In SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 91-115. ISBN 978-85-232-1189-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-06.pdf>. Acesso em: jan/2019.

VIEZZER, M. Gênero. In. FERRARO JUNIOR, L. A. (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. 452 p.

XAVIER, L. Mulheres Negras por Justiça Socioambiental. In. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112p.

DITADURA MILITAR E GÊNERO: UMA OUTRA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MILITANTES POLÍTICAS



Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

Mirela Marin Morgante

*Doutorandas no Programa de Pós-Graduação em História Social das
Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo*

lalapelegrine@gmail.com

mirela_marin_@hotmail.com

RESUMO: O objetivo desta discussão é demonstrar a relevância do uso da categoria gênero nas pesquisas historiográficas sobre a violência perpetrada pela ditadura militar (1964-1985) contra as militantes políticas. Inicialmente, almeja problematizar a predominância de temas e abordagens masculinas nas análises, evidenciando os limites que essa tradição impõe ao conhecimento do lugar das mulheres no período. Em seguida, pretende evidenciar a importância da categoria violência de gênero para uma apreensão mais profunda da construção social patriarcal e das relações hierárquicas de poder que fundamentaram as práticas abusivas contra as mulheres durante o regime. Por fim, abalizada pelas conclusões do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e utilizando como fontes os testemunhos concedidos pelas militantes à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, utiliza a violência de gênero para revelar o caráter dos abusos sofridos pelas mulheres que se atreveram a desafiar a ordem hegemônica de gênero e os papéis sociais femininos durante o período mais crítico da ditadura, os *anos de chumbo* (1968-1973).

Palavras-chave: Ditadura militar; Gênero; Papéis sociais; Patriarcado; Violência de gênero.

O tema da ditadura militar brasileira (1964-1985) possui, atualmente, uma considerável produção bibliográfica no campo da historiografia. No entanto, é curioso observar que ainda há um largo predomínio dos assuntos de dimensão política nas análises. Discussões sobre o caráter militar ou civil-militar do golpe de 1964, a constituição e atuação do aparelho repressivo, a luta armada de enfrentamento ao regime, a resistência civil-democrática e o movimento pela anistia são clássicas e estão sendo frequentemente revisitadas pelos pesquisadores.²³

²³ A título de exemplo, se destacam as seguintes obras: ALMEIDA; WEISS, 1998; ALONSO; DOLHNIKOFF, 2015; AQUINO, 1999; CODATO, 2005; DREIFUSS, 1981; FICO, 2001, 2003, 2004 e 2014; MAGALHÃES, 1997; NAPOLITANO, 2011; REIS FILHO, 2000; RIDENTI, 2004; ROLLEMBERG, 2006.



Enquanto isso, o debate, sob uma perspectiva das relações gênero, acerca dos lugares ocupados pelas mulheres e, sobretudo, aos quais elas foram submetidas durante um período de claro acirramento das práticas discriminatórias e violentas permanece minorado. Refletindo sobre essa lacuna, Marcelino (2011, p. 22) observa que:

A memória construída sobre os anos da ditadura, de modo geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura que existia no período. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como o gênero e a sexualidade, e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida a história política da ditadura militar.

Conforme argumentam Ana Maria Colling (2017) e Margareth Rago (2013), além de política, a narrativa histórica da ditadura militar é androcêntrica, espelhando claramente as posições normativas de gênero socialmente construídas no interior da sociedade patriarcal brasileira. Da mesma forma, reflete a própria interpretação histórica dualista, a qual considera o sujeito humano universal masculino e, por isso, endossa a proeminência dos homens no desenvolvimento do espaço público e na politização da vida cotidiana, enquanto reduz as mulheres à esfera privada (PERROT, 1991, p. 27).

Mais recentemente, notam-se alguns avanços no sentido de romper com esse viés estritamente político e masculino das abordagens. O esforço pelo rompimento ocorre na esteira de um movimento maior de renovação historiográfica que vem ocorrendo nas últimas décadas e busca incorporar novos objetos e perspectivas analíticas. Conforme Soihet (1997, p. 399), nesse movimento os pesquisadores passaram a se debruçar sobre temáticas e grupos sociais até então negligenciados,



contribuindo para a expansão dos estudos sobre as mulheres a partir da ótica das relações de gênero que perpassam todas as relações sociais de poder.

É importante destacar que esse alargamento nos limites da historiografia e a consequente consolidação do feminino como campo de pesquisa são fenômenos favorecidos, reciprocamente, pela dinâmica social. Ambos estão relacionados à emergência das lutas feministas, a partir da década de 1970, nos Estados Unidos e em outras regiões do mundo – inclusive no Brasil, em pleno contexto autoritário. As campanhas feministas apresentaram às sociedades as reivindicações das mulheres e seus impactos também afetaram a produção do saber histórico. Sobre isso, Tilly (1994, p. 31) considera que:

(...) certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.

Na tentativa de acompanhar esse alargamento nas fronteiras da pesquisa histórica, muitas análises tentaram compreender o sujeito político feminino durante a ditadura militar adotando uma ótica descritiva. Concentram-se, principalmente, na participação feminina na resistência armada ao regime, focalizando o aspecto da importância numérica nas organizações de guerrilha ou da preponderância de algumas poucas nos postos de comando e na elaboração de



estratégias e ações contra o governo.²⁴ Não obstante sua importância, essas pesquisas apresentam algumas limitações. A principal delas se deve ao fato de não explorarem o tema a partir da perspectiva das relações de gênero.

De acordo com Scott (1995), o gênero é central porque permite compreender de que maneira as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens, enquanto seres sociais culturalmente construídos. Indo um pouco além, Saffioti (1999, p. 82) acrescenta que o gênero é uma categoria histórica, portadora de símbolos culturais evocadores de representações e conceitos normativos que permitem a produção de significados, de instituições sociais e de identidades subjetivas.

Portanto, o gênero dá sentido à organização social e cultural da diferença entre os sexos. Ele representa o conjunto de normas, estabelecidas pela sociedade e pela cultura, que modelam os seres humanos em homens e em mulheres, e se expressam nas relações de poder entre essas duas categorias e nos papéis sociais atribuídos a cada uma delas.

Segundo Nader (2002, p. 464-465), os papéis sociais possuem como forma elementar e mais efetiva as relações de gênero. Eles são duplamente determinados. A princípio, por fatores biológicos, já que antes mesmo do nascimento os pais delineiam a trajetória de vida dos filhos com base no sexo. Depois, por fatores culturais, uma vez que a família é o primeiro meio social a produzir no indivíduo os interesses

²⁴ Como exemplo, podem-se destacar as obras de CARBONARI (2005); FERREIRA (1996); RIDENTI (1990 e 2004);



culturais do ambiente histórico em que se insere, reforçando as diferenças biológicas entre machos e fêmeas.

Tais determinações influenciarão diretamente nos padrões comportamentais e no desempenho das funções determinadas pelo gênero. Elas potencializam as diferenças entre mulheres e homens, minimizando as características comuns entre ambos e definindo as hierarquias que serão, a todo tempo, manuseadas nas relações sociais de poder, inclusive naquelas que se estabelecem no viés institucional, entre Estado e cidadãos e cidadãs.

Ao desconsiderar as noções de relações de gênero e de papéis sociais, deixa-se de ponderar sobre como as distinções dicotômicas, estabelecidas para homens e mulheres, foram manipuladas pelo Estado autoritário. Mais do que isso, acaba-se não dando conta de questões fundamentais relacionadas à violência de gênero sofrida pelas mulheres.

Quando tratam da violência contra as mulheres, as abordagens descritivas a relacionam aos tradicionais conceitos da sociologia política, como controle social, violência de Estado ou violência institucional, e percebem o Estado como um órgão central de controle, detentor do monopólio legítimo da violência. Por essa ótica, não percebem a violência contra as militantes como uma violência sofrida não pelo fato de serem mulheres se levantando na luta política contra um Estado despótico, mas por serem mulheres motivadas a desafiar a hierarquia das relações sociais de gênero e ousar escapar do reduto privado e dos papéis sociais aos quais estão determinadas.



Conforme Bandeira (2014, p. 449), é preciso ir além disso, pois é pela perspectiva de gênero que se entende o fato da violência contra as mulheres cometida pelos agentes do Estado militar – majoritariamente homens, é preciso ressaltar – emergir da questão da alteridade. Essa violência não se referiu somente às ações políticas de aniquilação do “inimigo político”, um indivíduo visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. Ela foi, sobretudo, motivada pelas relações assimétricas de poder baseadas na condição de sexo, as quais se dissolvem em diferentes vetores no cotidiano de mulheres e homens.

O uso da categoria violência de gênero possibilita reconhecer que as ações violentas são produzidas em contextos sociais e históricos específicos, nos quais a centralidade das ações violentas – físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais – incide sobre a mulher, no âmbito privado ou público. Esse tipo de violência concentra-se, historicamente, sobre os corpos femininos e expressa as desigualdades marcantes das relações hierárquicas de gênero, as quais são frutos da construção social.

No seio da cultura patriarcal brasileira, a construção social é bastante rígida e os mitos da virilidade e da feminilidade funcionam como elementos substanciais na formação de homens e mulheres. Além disso, dão suporte e fortalecem as diferenças hierárquicas entre ambos (NADER, 2001, p. 106). O patriarcado estabelece como papel social feminino a atuação na esfera privada e familiar, com o direcionamento de sua sexualidade à reprodução de filhos legítimos e de seu padrão comportamental ao recato, passividade, submissão e honra. Por sua vez, associa o masculino à potência da sexualidade, ao poder, ao



domínio, ao sentimento de posse e à violência, concentrando na figura do homem o protagonismo público-social e os valores materiais.

De acordo com Nader et al (2016, p. 259), desde a extensa e rural família colonial, passando pela urbano-nuclear e burguesa do século XIX, o sistema de divisão e hierarquização dos padrões comportamentais e sociais conforme o sexo vem sobrevivendo às inúmeras mudanças sociais no Brasil. A conservação de uma rede de tradições, valores, costumes e hábitos garante a sobrevivência da lógica patriarcal, mantendo a mulher numa posição subalterna em relação à naturalizada dominação do homem.

O patriarcado tem como paradigma a ideia de que os homens dispõem do poder de usar da violência para submeter as mulheres (GROSSI, 1998, p. 303). No seio dessa dialética, sobrevivem, paradoxalmente, representações positivas e negativas das mulheres. De um lado, as positivas as apresentam como mães e esposas ideais, guardiãs da moral, criaturas frágeis, dóceis, incapazes de tomar decisões e, por isso, necessitadas de direcionamento e submissão. De outro, as negativas as definem como criaturas irracionais, desprovidas de senso crítico e tino intelectual, escravas de seu corpo e suas paixões, históricas e desobedientes. (COLLING, 2014, p. 45).

A permanência histórica do sistema patriarcal de divisão e representação conforme o gênero foi nítida durante a ditadura militar, especialmente durante os chamados anos de chumbo, no governo do general Emílio Médici (1969-1974). A violência que atingiu níveis absolutos adquiriu não somente caráter de política de Estado, mas instrumentou o poder e a dominação baseada no gênero. Por isso, é indispensável considerar o peso dos valores patriarcais e da ordem



normativa de gênero para entender como a violência dos militares operou no controle social e na violação do corpo das militantes durante esse período. Sobre isso, Carrera (2005, p. 64) observa que:

La dictadura exalta una única identidad femenina a la que deben ajustarse las mujeres, la identidad mariana, de madre-esposa, fiel compañera del soldado, salvadora de la "patria", figura femenina que se presenta como "gran madre" [...]. Esta representación de las mujeres será acompañada de una serie de mecanismos discursivos y de control (social, jurídico, y en muchos casos represivos) que harán efectivo el nuevo orden de género. La ideología militar en tanto expresión máxima de lo masculino, y con el poder del aparato del Estado en sus manos, configurará este mapa de tutela sobre los cuerpos de las mujeres [...].²⁵

O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta que, enquanto prática sistemática, a tortura apresentava alguns métodos físicos e psicológicos padronizados de maus tratos, a saber, xingamentos, ameaças, espancamentos, choques elétricos e palmatórias, afogamentos, sufocamentos, estrangulamentos, simulações de fuzilamento, aplicação de técnicas como o telefone²⁶, a geladeira²⁷ e o pau de arara²⁸, impedimento do sono, de comida e

²⁵ (Tradução livre) A ditadura enaltece uma única identidade feminina à qual as mulheres devem se ajustar, a identidade mariana, de mãe-esposa, fiel companheira do soldado, salvadora da "pátria", figura feminina que representa a "grande mãe" [...]. Esta representação das mulheres será acompanhada de uma série de mecanismos discursivos e de controle (social, jurídico e, em muitos casos, repressivos), que efetivarão a nova ordem de gênero. A ideologia militar, como expressão máxima do masculino e com o poder do aparato do Estado em suas mãos, impõe este projeto de tutela sobre os corpos das mulheres [...].

²⁶ Técnica de aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos, ao mesmo tempo, que poderia levar ao rompimento dos tímpanos e à surdez (BRASIL, 2014c, p. 369).

²⁷ Técnica de origem britânica em que o preso é confinado em uma pequena cela forrada com placas isolantes, sem orifício por onde penetre luz ou som externo. Um sistema de refrigeração alterna temperaturas baixas com temperaturas altas. Acendem-se, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, geralmente despida, é mantida por períodos que



água. Porém, apesar da aparente uniformização, homens e mulheres foram violentados de maneiras específicas em função de seu gênero.

[...] Os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas. Nesses mesmos espaços de violência absoluta, também foi possível feminilizar ou emascular homens [...] (BRASIL, 2014c, p. 366-378).

Sapriza (2005, p. 44) considera que, na tortura militar, ficou absolutamente clara a assimetria de poder entre homens e mulheres, além da relação entre poder, corpo, gênero e ideologia. Fundamentando essa prática, reside uma noção patriarcal chave, a saber, a de que os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e a autorização, ou ao menos a tolerância, para zelar e punir o que se apresenta enquanto desvio (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Às mulheres é dispensado um tratamento diferenciado no ato de informar: se consideradas subversivas, sua vida privada é quase sempre devassada, como se a atividade política fosse uma decorrência de sua moral sexual; se os homens conquistam adeptos para a sua causa por meio de técnicas de propaganda, aquelas se valem da sedução. Amasiam-se, prostituem-se, usam drogas. Pelo conteúdo dos registros, pode-se afirmar que a maioria dos informantes possui um radical desprezo pela mulher subversiva, considerada, a um só tempo, degradada e perigosa. Neste caso, o seu espaço de convívio privilegiado, - o lar, e o papel de esposa e mãe de família, foram sufocados em nome de uma postura agressiva, tipicamente masculina (MAGALHÃES, 1997, p. 207).

variam de horas até dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água (BRASIL, 2014c, p. 372).

²⁸ Técnica de suspensão do indivíduo através de um travessão de madeira ou metal, com pés e mãos atados, geralmente para aplicação de outras técnicas de tortura (BRASIL, 2014c, p. 373).



As mulheres que subverteram os papéis sociais de “moças de família”, esposas e mães, que, além de ultrapassar os limites do privado e questionar a ordem política, ousaram subverter os padrões normativos do feminino e se aproximarem do extremo oposto, o estereótipo masculino, foram categorizadas como subversoras, machos, duronas, resistentes, subversivas, terroristas. Em função disso, habilitavam-se enquanto alvo de violações psicológicas e morais por ações de discriminação, desrespeito, rejeição, depreciação, humilhação, agressão contra sua idoneidade, acusações falsas, insultos, agressões verbais, difamação e injúria.

Mas a principal forma de punição que sofreram por conta dos desvios aos padrões legitimados pelo patriarcado foi a transformação de seus corpos em objetos. As militantes presas sofreram, sobretudo, violações sexuais²⁹, sendo as mais comuns delas as agressões verbais e os xingamentos de cunho sexual, o impedimento do livre e privado acesso

²⁹ No capítulo dedicado à violência sexual e de gênero, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014d, p. 418-419) adota a definição preconizada pela Organização Mundial de Saúde, segundo a qual é considerada violência sexual quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidas, para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa e em qualquer ambiente. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obrigada a outra pessoa à prática sexual ou sexualizada por meio de força física, influência psicológica ou uso de armas e drogas. Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar nu ou seminua diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminua; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares ou estranhos; ausência de privacidade e negação de artigos de higiene no uso de banheiros.



ao banheiro, a nudez forçada, os choques elétricos nos seios, mamilos, vagina e as penetrações não consentidas.

As militantes gestantes foram igualmente submetidas às violações de gênero. O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta ter inclusive havido uma peritagem distinta na tortura dos corpos das grávidas, com a utilização de técnicas individualizadas para evitar ou efetivar o aborto, e até mesmo para esterilizar a mulher (BRASIL, 2014d, p. 412). Em muitas ocasiões, os crimes se davam na presença de filhos e filhas, familiares e outros militares, homens, como possível forma de potencializar constrangimentos, dores e sofrimentos.

Os depoimentos concedidos por ex-alunas e militantes políticas à Comissão da Verdade Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) dão a ler as peculiaridades da violência de gênero praticada pelos militares no período em debate. O relato de uma das militantes torturadas, a ex-aluna do curso de Odontologia Laura Maria da Silva Coutinho, sobre a ocasião de sua prisão, em março de 1971, denota com clareza a discrepância de poder baseada no gênero e as violações específicas experimentadas pelas mulheres:

Fomos levados para o hospital militar. Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada aconteceria comigo porque estava grávida [...]. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar [...]. Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só aguentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como



não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. "Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora" (COMISSÃO DA VERDADE UFES, 2016, p. 82).

Outras militantes também relataram os abusos que sofreram em função do gênero na ocasião de suas prisões, em dezembro de 1972. Ex-aluna do curso de Medicina, Maria Magdalena Frechiani descreveu que, mesmo grávida, ficou juntamente com outras mulheres numa cela escura e sem banheiro, além de ter sido alimentada com comida estragada. Quando precisava ir ao banheiro, era acompanhada por dois militares, homens, e dois cães treinados para o ataque, que ao comando da palavra "terrorista", avançavam sobre seu corpo. Ela chegou a ser forçada a abortar sob o argumento de que ficaria presa por muitos anos e a filha também (COMISSÃO DA VERDADE UFES, 2016, p. 99).

A militante e ex-aluna do curso de Medicina, Elizabeth Madeira, relatou o cenário "assustador" do Centro de Informações da Marinha, local de sua prisão e de outras mulheres, onde "tudo era escuro, povoado por sujeitos horríveis e orientado a impressionar, a infligir sofrimento". Ela foi vítima de interrogatórios agressivos, em que foi xingada e jogada contra um sofá por homens armados. Em seu depoimento à Comissão, recordou a existência de um capitão que chefiava a prática da tortura aos gritos de "mulher presa para mim é homem". Mantida numa cela sem banheiro, ela relatou a presença constante de homens e cães que



observavam seu corpo e a inibiam de urinar e defecar (COMISSÃO DA VERDADE UFES, 2016, p. 100).

A militante e ex-aluna do curso de Geografia, Ângela Milanez, relatou que teve as roupas rasgadas e foi deixada nua durante o período de sua detenção, inclusive em celas solitárias. Também foi mantida em celas sem banheiro, sob vigilância permanente de militares, homens, que a inibiam de ir ao banheiro ou tomar banho. A tortura que sofreu incluiu ser encapuzada e ameaçada com uma cobra, que seria enrolada em seu corpo caso ela se negasse a prestar as informações exigidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse debate, observa-se que o gênero viabiliza interpretar as manipulações praticadas pelo Estado militar em seus crimes contra as mulheres. Mais exatamente, a categoria violência de gênero oportuniza entender como a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transpareceu na violência cometida pelos militares, explicitando o caráter tradicionalmente patriarcal e sexista das representações compartilhadas acerca do feminino.

Os informes do relatório da Comissão Nacional da Verdade e os testemunhos das ex-alunas militantes à Comissão da Verdade UFES permitem afirmar que as mulheres foram as principais vítimas da violência de gênero praticada pelo Estado autoritário, sobretudo durante nos *anos de chumbo*, quando a tortura adquiriu caráter de política oficial. Ao se arriscaram a desafiar um regime político autoritário e, principalmente, a ordem social de gênero, as mulheres se elegeram



“merecedoras” das violações. O abuso do corpo feminino pelos militares – homens – revelou um viés muito específico, de natureza psicológica, moral, física e, principalmente, sexual.

Em um contexto no qual as mulheres reclamavam emancipação, liberdades no campo da sexualidade e direitos ao seu próprio corpo, as militantes políticas foram violentadas exemplarmente, como forma de serem silenciadas e, ao mesmo tempo, dizerem à sociedade o que poderia ocorrer caso mais mulheres ousassem subverter o modelo hegemônico do feminino.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte II, Cap. 3: Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 198. Brasília: CNV, p. 85-108, 2014a.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte III, Cap. 9: Tortura. Brasília: CNV, p. 328-398, 2014c.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte III, Cap. 10: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. Brasília: CNV, p. 400-435, 2014d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES**. Vitória: Edufes, 2016.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam. (Org.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo, Editora HEDRA, 2015.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – o Estado de São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1999.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

CARBONARI, Márcia. A atuação da mulher na resistência à ditadura militar. **Anais do II Congresso Sul-Americano de História**, Passo Fundo, RS, 2005.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, 2005.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas, RS, v. 10, n. 10, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, VOZES, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 167-207, 2003.



_____. **O Golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 146-155, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In. PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillar (orgs). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 293 - 313.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória.** Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no cone sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, 2010.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e Pornográficos.** Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões.** Vitória: n. 14, 2002.

_____. **Mulher:** do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião. **História, mulher e poder.** Vitória: EDUFES/PPGHIS, 2006.

_____ et al. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema. In: FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; RODRIGUES, Alexandre; MONZELI, Gustavo. **A**



política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil:** arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). Tese de Livre-Docência em História, Faculdade de História, USP, São Paulo, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v. 15, n. 3, p. 398-405, 2011.

PERROT, Michelle; HUNT, Lynn; HALL, Catherine. Ergue-se a cortina. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1991.

RAGO, Margareth. A AVENTURA DE CONTAR feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 341p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

____ et al. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru/SP: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e Barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAPRIZA, Graciela. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. **Historia, género y política en los 70**. Buenos Aires, Feminaria, 2005. Disponível em: <<http://www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos/temascontemporaneos.asp#007>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <www.disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.399-429.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <www.cppnac.org.br>. Acesso em 10 dez. 2017.

AQUI TEM MULHER FIRME ARREBENTANDO AS SUAS CORRENTES: aspectos da trajetória do movimento de mulheres negras e os seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil

Bruna Menezes Guedes
Graduanda do Curso de Serviço Social UFES
Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre



Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI/UFES)
brunamenezes.1@hotmail.com

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa que tem como objeto de estudo a trajetória do(s) feminismo(s) negros(s) e os seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil. Para tanto, foram adotados como objetivos – geral: estudar a história do(s) feminismo(s) negros(s) e alguns de seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil; e como específicos: compreender as imbricações da tríade classe social, raça/etnia e sexo, a partir da ideia de consubstancialidade e coextensividade das relações; elencar os principais eventos que marcaram a trajetória da organização do movimento de mulheres negras no Brasil; e, identificar as convergências e divergências das mulheres negras como o(s) movimento(s) feminista(s). Para a realização desta investigação nos apoiamos no método crítico-dialético proposto por Marx e, por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, adotamos como procedimentos metodológicos a revisão de literatura e a pesquisa documental. Este trabalho nos possibilitou compreender a consubstancialidade e coextensividade das categorias classe, raça e sexo: as três dimensões se articulam de forma complexa, sobrecarregando especialmente as mulheres negras e pobres. A investigação também nos aproximou do movimento feminista nos possibilitando maior compreensão dos desafios e eventos que marcaram a trajetória do feminismo negro no Brasil. Acreditamos que essa pesquisa irá contribuir para o aprofundamento dos movimentos sociais no Serviço Social e que a sistematização que fizemos sobre o processo de organização das mulheres negras no Brasil amplie o grau de informação sobre as lutas que essas mulheres travaram, principalmente na segunda metade do século XX. Em última instância, pretendemos que este trabalho contribua para o enfrentamento do racismo e do machismo que marcam fortemente a experiência de milhões de mulheres brasileiras.

Palavras-chave: classe-raça-sexo; movimentos sociais; feminismo negro.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com a Central de Atendimento à Mulher, em 2015, 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são mulheres negras (BRASIL, 2016a). Conforme indica o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil, do Ministério da Justiça de 2015, das mulheres mortas por agressão, 68,8% são negras (BRASIL, 2015). O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil aponta que entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2%. O



mapa também aponta que a taxa de homicídios por agressão entre mulheres brancas é de 3,2 a cada 100 mil mulheres e entre negras é de 7,2, ou seja, as mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas do que as brancas (WAISELFISZ, 2015).

As desigualdades entre brancas e negras não se limitam à violência doméstica e urbana, segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, mulheres negras correspondem a 60% das vítimas de mortalidade materna (BRASIL, 2016b). Elas também se revelam no mundo do trabalho. Em 2017, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que os rendimentos da mulher negra e do homem branco chegaram a valorizar 80% e 11% respectivamente, na década de 1995 a 2015. Todavia, de acordo com o mesmo instituto, “a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017, p. 1). Para as mulheres negras, essa dinâmica salarial se produz em meio a relações informais de trabalho, por isso, não conseguem acessar direitos básicos conquistados pela classe trabalhadora brasileira.

Estes dados configuram uma realidade dramática às mulheres negras, revelando que a sua condição racial³⁰ constitui um importante determinante social. Eurico (2013, p. 292) infere que “O sistema capitalista modifica profundamente a dinâmica das relações sociais [...]”. Nele, “As desigualdades são entendidas como discriminação

³⁰ De acordo com Guimarães (1999, citado por EURICO, 2013, p. 294), o racismo ocorre quando grupos humanos considerados raças ou identificados por traços raciais ou racializados (como, por exemplo, a cor) são tratados de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural.



racial quando se encontram e se comprovam mecanismos causais que operam na esfera individual e social e que possam ser retraçados ou reduzidos à ideia de raça". Para a autora,

[...] grupos considerados superiores obtêm privilégios em relação aos outros grupos, considerados inferiores. A discriminação racial materializa o preconceito racial que é a manifestação comportamental baseada no juízo de valor, socialmente construído e destituído de base objetiva (EURICO, 2013, p. 294).

Impactando assim, objetivamente, a vida de homens e mulheres. Por causa disso, o desvelamento da questão social e de suas manifestações implica a compreensão do *modus operandi* do racismo e do machismo. Nesse sentido, exige um esforço teórico-metodológico e político para compreender o que Saffioti nominou de "nó simbiótico". Escreve ela que, com o capitalismo, ocorre a simbiose entre três sistemas de dominação-exploração. Estes só podem ser separados para fins didáticos, porque "Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo" (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Se para Saffioti (1987) essa dinâmica relacional se constitui em simbiose, outras autoras a definem como consubstancial (KERGOAT, 2010; CISNE, 2014; HIRATA, 2014). Assim, para Kergoat,

A ideia de consubstancialidade [...], não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (KERGOAT, 2010, p. 100).



A configuração de uma realidade tão complexa tem exigido do movimento negro e, particularmente dos movimentos feministas negros, a construção de uma pauta ampla e uma capacidade de construção de alianças com outros sujeitos coletivos que integram a luta social brasileira. Contudo, esse processo é marcado por contradições, na medida em que as hierarquias que se produzem no interior e entre os diversos movimentos contribuem para fragmentar as pautas e até colocá-los, em alguns momentos, em campos opostos. Por isso, a necessidade dos sujeitos que o compõem da compreensão da totalidade social. A exigência de se compreender que as opressões não podem ser hierarquizadas, mas articuladas nas suas dimensões histórica, política, teórica e metodológica.

No geral, a luta das mulheres não se baseia apenas na capacidade de superação das desigualdades geradas pela hegemonia masculina, o patriarcado, mas exige também, a superação das desigualdades resultantes das condições de classe e raça. Partindo desse pressuposto, no ver de Carneiro (2003), a luta das mulheres negras contra a opressão de sexo e raça tem traçado novos caminhos tanto para o(s) Movimento(s) Feminista(s) quanto para o(s) Movimento(s) Negro(s), que tem passado por diversas reflexões; as mulheres negras tiveram que "enegrecer" a pauta do Movimento Feminista e "sexualizar" a do Movimento Negro, trazendo à tona a formação de novos sujeitos políticos, reconhecendo-os com suas diferenças e desigualdades com relação aos demais.

Entre as iniciativas do feminismo negro no Brasil, desde a década de 1980, estão: o aumento do seu poder de influência sobre a pauta do movimento feminista brasileiro; a construção de espaços autônomos



específicos de discussão da realidade das mulheres negras; a luta por políticas públicas e a sua participação em órgãos de controle social. Dessa forma, durante as décadas de 1980 a 1990, as mulheres negras se inseriram no sistema político institucional, a exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em 1983. Adquiriam maior consolidação e legitimidade política no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga/SP, em 1985. Em seguida, no ano de 1987, participam do IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns/PE. Todavia, mesmo estando presentes as mulheres negras não se viam contempladas, haja vista que os debates não se apropriaram da dimensão sobre raça durante as discussões. Partindo dessa inquietação, após um período de articulação, em 1988 realizam em Valença/RJ, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), conforme apontamentos de Lisboa (2010) e Ribeiro (2006).

Dando prosseguimento, em 1991, acontece o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Salvador – BA. E, com o intuito de estimular a participação das mulheres negras na 3ª Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento (CIPD) da Organização das Nações Unidas (ONU), o GELEDÉS³¹ organiza em 1993, o Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, em Itapeccerica da Serra, São Paulo. Em 1993, ocorre também, "I Seminário Nacional de Mulheres Negras" em Atibaia-SP, e, em seguida,

³¹ Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. [...] as áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas (GELEDÉS, 2018, s.p).



a CIPD é realizada no Cairo, em setembro de 1994, ano que data também o II Seminário Nacional de Mulheres Negras, em Salvador – BA, como forma de se auto-organizarem para a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Beijing, 1995 (ALVAREZ et. al, 2003; RODRIGUES; PRADO, 2010).

Também registramos, no Brasil, a luta por cotas raciais para a universidade pública. A grande marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995, em Brasília, em alusão aos 300 anos da morte da sua morte, constituiu um marco na luta negra no Brasil e as mulheres participaram ativamente do processo de organização e mobilização da marcha. A Marcha teve como uma de suas bandeiras principais as cotas. No ano 2000, também as mulheres engrossaram a luta pela inclusão da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares, resultando na mudança da LDB em 2003, por meio da Lei nº 10.639. Em 2003, a criação da Secretaria de Política Para Mulheres e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Estas já não existem mais, pois, no Governo Lula, elas foram criadas; no governo Dilma, elas foram reestruturadas; no governo Temer, elas foram extintas.

2. DIVERSAS MAS NÃO DISPERSAS³²: A CONSUBSTANCIALIDADE DAS CATEGORIAS RAÇA, CLASSE E SEXO

Partindo da premissa de que a realidade social é repleta de desigualdades sociais, concordando com a definição do conceito de classe social de Karl Marx, que a compreende como sendo, uma determinação “*central* porque é *fundante* do MPC”, como afirmam

³² Em alusão ao slogan do 14º Encontro Feminista Latino –Americano e do Caribe, realizado no Uruguai em novembro de 2017.



Duriguetto e Montañó (2010, p. 127, grifos dos autores), ao longo da história, as classes sociais se apresentam como uma categoria dialética e em movimento, sendo fundada num modo de produção específico.

Cisne (2014), chama atenção para a compreensão das particularidades e singularidades vivenciadas pela classe trabalhadora, em especial as mulheres, tendo em vista, que a heterogeneidade da classe não está no reconhecimento das especificidades que nela existem, mas sim, que as discriminações não se apresentam como especificidades das mulheres, mas como “elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 79 *apud* CISNE, 2014, p. 26).

Tendo em vista a dimensão central das classes sociais na estruturação da sociedade burguesa, e a importância das lutas de classe³³ em prol de uma transformação social. Entretanto, Mirla Cisne (2014) chama a atenção para a diversidade que se apresenta no interior da classe:

[...]são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e “raça”/etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais (CISNE, 2014, p. 23).

Por isso, a “desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos” (*idem*, p. 24) que daí emergem, consistem na contribuição do feminismo em dizer que a classe trabalhadora tem dois sexos³⁴. Reconhecer que a classe operária tem dois sexos implica

³³ Ver sobre em: Duriguetto e Montañó (2010).

³⁴ Parafrazeando a expressão utilizada por Elisabeth Souza-Lobo em “A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência” (2011).



em admitir que as relações que se realizam também no campo da produção são sexuadas: “As relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade dinamizam todos os campos do social” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 93). Por outro lado, também se faz necessário entender que as relações de sexo estão marcadas pela classe social ou seja, que elas também são classistas.

Na realidade relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais em qualquer lugar que se exerçam. Em outras palavras, não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado(a). As relações de classe devem pois ser analisadas como inculcando conteúdos e orientações concretas nas relações de sexo e inversamente as relações de sexo devem ser analisadas como fornecendo conteúdos específicos as outras relações sociais (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 93).

Mas, no decorrer do artigo, as autoras vão reconhecendo a importância da condição racial. Indagam elas: “Pois como lutar simultaneamente como mulher negra proletária? De fato, segundo os lugares e momentos da vida, segundo as oportunidades políticas luta-se primeiro como mulher ou como negra ou como proletária” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 93).

Cisne enfatiza que o racismo, também, é um dos elementos fundamentais para elucidar as formas de dominação e exploração de classe. Essa perspectiva de totalidade da classe permite compreender que as discriminações não devem ser atribuídas aos sujeitos e, sim, que sejam “consideradas um problema de toda a classe” (CISNE, 2014, p. 27). Conclui-se, portanto, que,

Cada uma das particularidades estruturais da classe – sexo - “raça”/etnia –, combinadas ou não imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. [...] Há portanto, uma nítida hierarquia que revela as desigualdades no interior de uma



mesma classe. Tal hierarquia da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras (CISNE, 2014, p. 27-28).

No que tange à classe social, enfatiza-se que

[...]muitas questões, como a racial, de gênero etc., são anteriores historicamente e precedem a questão de classe no MPC as incorpora e redimensiona, mas elas não caracterizam o sistema comandado pelo capital. [...] em essência ele pode subsistir sem essas formas de discriminação e desigualdade. Não pode subsistir, o MPC, um único minuto sem a contradição, sem a exploração do trabalho pelo capital. Isso confere *centralidade* à questão de classe, em função de ela ser fundamento da sociedade capitalista (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2010, p. 127, grifo dos autores).

Entretanto, destaca-se que as diferenças e desigualdades que se encontram no interior da classe no MPC devem ser percebidas conforme a dinâmica do movimento dialético, entre a produção e a reprodução social, e, consideradas como a diversidade da classe, todavia, sem perder de vista a “luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais” (CISNE, 2014, p.33).

3. AS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE DE CLASSES

De acordo com Ianni (1978), a fase de acumulação primitiva tornou-se um antecedente necessário para que a transferência de riquezas proporcionasse um ambiente favorável ao processo de industrialização pelo qual a Europa passava, ainda que esse desenvolvimento tenha se dado de modo desigual entre os seus diferentes países. O autor ainda afirma que,



[...] a sociedade escravista é uma configuração histórico-estrutural, que se forma e desenvolve no interior do mercantilismo, primeiramente, e no interior do capitalismo, em seguida. E são os desenvolvimentos do capitalismo mundial, mais ou menos entre meados do século XVIII e meados do século XIX, que estabelece as condições do declínio e colapso final do escravismo. Assim, a formação social escravista deve ser vista como uma estrutura peculiar de apropriação e dominação política; como um sistema de poder sem o qual não se pode compreender a especificidade da sua produção econômica, das técnicas de violência, dos padrões de organização e controle do trabalho escravo (IANNI, 1978, p. 98).

Sobre o processo de abolição da escravidão, Ianni (1978, p. 98-99) enfatiza que

A própria luta contra a abolição da escravatura, por parte dos senhores de escravos, somente adquire clareza quando vista no contexto do universo político-econômico e cultural peculiar do escravismo. [...] No Brasil, a escravatura não foi extinta porque se tornou improdutiva em si; mas sim em relação com outras formas de organização social e técnica das relações de produção, emergentes no país e em expansão no âmbito do capitalismo mundial. Em nível lógico, o colapso final da formação social escravista [...] seria o resultado do desenvolvimento de contradições político-econômicas configuradas nas seguintes categorias: escravidão e liberdade, escravo e mercadoria, cooperação e divisão social do trabalho, mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Sendo assim, o Brasil, na condição de ex-colônia de Portugal, paga até o hoje o preço dessas circunstâncias históricas e socioeconômicas que contribuíram para o seu baixo nível de desenvolvimento. Portanto, é imprescindível compreender as fases de desenvolvimento do capitalismo e suas implicações nas escolhas políticas do modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, "o trauma da escravidão teria sido um elemento importante na constituição da nova situação racial, na sociedade de classes. [...] o negro tende geralmente a ser considerado um cidadão de segunda classe" (IANNI, 1978, p. 116).



Não só no Brasil, mas, também, nos países que se apropriaram das mulheres negras e dos homens negros africanos como mão de obra escrava enxergavam o corpo negro somente como propenso ao trabalho, como “bens” rentáveis aos seus senhorios. Mulheres e homens escravizados realizavam, a nível de igualdade, os trabalhos forçados nos campos. Ou seja, tanto a mulher quanto o homem negro eram vistos como, exclusivamente, corpos fortes para realizarem trabalhos pesados, sem distinção de sexo. Conforme, Davis (2016, p. 19),

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo.

Entretanto, a autora relata que a exploração sobre o corpo da mulher negra ficava a cargo de seu senhor, segundo lhe cabia, pois,

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Portanto, devido ao seu caráter exclusivamente voltado para o trabalho forçado e pesado, ou para a exploração de seu corpo, não cabia as mulheres negras o tratamento de “sexo frágil” ou de “donas de casa”.

A escravidão, de tal modo, objetificou o corpo da mulher negra em três pólos: o primeiro como um bem de produção; o segundo, como um instrumento de reprodução biológica; e o terceiro, como objeto sexual.



Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta. Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. [...] As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido (DAVIS, 2016, p. 21-22).

O apelo à fertilidade da mulher negra não alterou o seu status, já que a nobreza da maternidade era reservada às mulheres brancas.

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe [...] (DAVIS, 2016, p.19).

Todavia, apesar das transformações ocasionadas pelo avançar das forças produtivas, a mulher vista sob a óptica da “dócil feminilidade”, como sinônimo de “mãe” não se aplicava as mulheres negras, haja vista que, a dicotomia estabelecida sobre o seu corpo recaí sobre a hiperssexualização e a sua força de trabalho, invisibilizando-a como um sujeito composto por vontades, desejos, perspectivas, sonhos e humanidade.



Sobre a hiperssexualização do corpo da mulher negra, advinda da época da escravidão, bell hooks³⁵ (1995, p. 469) esclarece que,

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Logo, a ideologia de branqueamento da população brasileira, sendo o estado conivente com a exclusão do negro ao incentivar a vinda do trabalhador estrangeiro, marginalizou a população negra:

Essa elite de poder que se auto-identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida quase aproxima do negro (MOURA, 1988, p. 62).

É nesse meio que o corpo negro, tanto da mulher quanto do homem, aparece polarizado entre o feio e o belo, o nojento e o exótico, o preguiçoso e o trabalhador. Onde o mesmo corpo que trabalha, cozinha, cuida, limpa e amamenta, também, serve para satisfazer os desejos sexuais, no caso das mulheres, que são vistas, também, como as “fogosas” e “boas de cama”; no caso dos homens, são vistos como os “bem-dotado”.

Essa objetificação do corpo negro hoje nada mais é do que os resquícios provenientes do período da escravidão que ainda sobrevive

³⁵ O nome bell hooks será escrito em letras minúsculas neste trabalho porque é desta maneira que a militante norte-americana Gloria Jean Walkins se apresenta. Ela desconsidera as diferenças entre os substantivos comuns e os nomes próprios, ressaltando a construção social das identidades. Neste sentido, hooks adota é o nome de sua bisavó materna.



e permanece no imaginário social e se reproduz por meio de novos aspectos do meio social, por isso, pensar sobre o corpo negro implica necessariamente em pensar o lugar do negro na nossa sociedade demarcada pelas fortes expressões do racismo.

Observa-se, também, no que concerne a dimensão cultural do racismo, em relação à mulher negra e ao seu corpo, que os papéis ora marginalizados ora hipersexualizados, que lhe são atribuídos é reforçado no discurso midiático, seja nas propagandas, nas telenovelas, nos programas de esporte, de auditório ou de humor.

Importante frisar que todas as mulheres são culturalmente marginalizadas e objetificadas na reprodução midiática. Contudo, quando a mulher é negra, a objetificação sexualizada e mercantilizada de seu corpo é ainda maior, além de ser apresentada como valorização, criando-se, então, uma “figura mítica, a mulata” (CORRÊA, 1996, p. 40).

Essa imagem da “mulata” que é difundida para o imaginário social pelos meios de comunicação em massa, “vende” o corpo da mulher negra como exótico, sendo ela, uma mulher que apresenta um “sabor diferente” e “mais apimentado”, mas também, é um corpo que não serve para o matrimônio ou monogamia, é apenas um corpo que pode ser “usado” e “descartado”.

Diante das questões abordadas, se faz imprescindível destruir o imaginário dicotômico no qual se forjou o imaginário social, oriundo dos anos da escravidão, em relação as mulheres negras. É preciso ter clareza de que essa polarização a qual é imposta ao corpo das mulheres negras não aparece inserida no meio social de forma nítida.



Ela é perpassada pelos diversos modos de camuflagem, que se constituem como uma estratégia do capital a fim de ocultar seu caráter racista, sem perder de vista que o consideramos, também classista e patriarcal.

4. EM RESISTÊNCIA AO MUNDO: O MOVIMENTO FEMINISTA

Como perspectiva teórica, o feminismo tem se constituído como uma teoria crítica e ativista, que estuda as relações de sexo e investiga a situação e as experiências de homens e mulheres sob a uma perspectiva centrada nas mulheres, considerando-as como sujeitos centrais do processo de investigação, tentando ver o mundo do distinto ponto de vista das mulheres, "com o objetivo de produzir um mundo melhor para as mesmas e, portanto, para toda a humanidade" (LENGERMANN: NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1993, p. 355).

O feminismo como um movimento social abrange as mais diversas experiências de auto-organização das mulheres, ou seja, todas as formas criadas e organizadas pelas mulheres a fim de lutar contra a dominação, exploração e opressão, como os grupos setoriais de mulheres de partidos, fóruns, grupos de bairros, secretarias de mulheres de centrais sindicais e sindicatos, organizações não governamentais (ONGs) e outros. Importante destacar que mesmo as mulheres que não integram nenhum destes grupos, mas que, assumem uma identidade política feminista na vida cotidiana ou/e em seu exercício profissional, também pertencem ao feminismo. E no que tange ao posicionamento diante da vida, materializa-se no sentido da postura assumida por cada mulher em contraposição ao que é imposto socialmente como "o papel da mulher" (SILVA; CAMURÇA, 2013).



De antemão, cabe ressaltar que o feminismo apresenta uma pluralidade de correntes teóricas, com diversas concepções e pontos de vista na luta contra o patriarcado e o sexismo. Ou seja,

O feminismo é um movimento plural, dentro do qual convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes “expressões” [...] Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação. Seja como for, todas elas são perpassadas por correntes políticas, algumas de tendência liberal e outras que se inserem no campo de esquerda. [...] Além dos diferentes modos de organização, das diversas expressões e das diversas correntes políticas, existem também no feminismo as diferentes visões teóricas que sustentam os diversos posicionamentos políticos. Isso quer dizer que a teoria feminista não é um “pensamento único” (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 12-13).

Sendo assim, o movimento feminista se constitui como um movimento sociocultural, político e econômico que luta pela equidade e justiça nas relações entre mulheres e homens, tendo como pressuposto ético-político denunciar um arcabouço de suposições socialmente construídas como “natural”, propondo ainda, a desconstrução social dos papéis impostos a mulheres e homens que se fundamentam no pressuposto de que a diferença sexual é o principal embasamento da subordinação feminina (LISBOA, 2010).

O feminismo classista, de acordo com o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (2015, p. 1), constitui “uma corrente do movimento feminista alinhada ao marxismo. Não se limitando à igualdade entre os sexos, o feminismo classista luta pela libertação das mulheres mediante o fim da propriedade privada e da divisão sexual do trabalho”. Ainda, segundo o Coletivo, é preciso derrotar o sistema capitalista patriarcal racista, para que ocorra a emancipação verdadeira das mulheres. “O feminismo classista diferencia as condições de vida das mulheres



trabalhadoras e burguesas e não exclui a participação e educação dos homens trabalhadores nesse movimento" (COLETIVO FEMINISTA ANA MONTENEGRO, 2015).

No Brasil, segundo Djamila Ribeiro (2017), a perspectiva de um feminismo negro emana a partir da década de 1980 com o intuito de enfatizar como sujeito central a mulher negra, trazendo à tona contra discursos e contra narrativas sobre a teoria feminista protagonizada predominantemente por mulheres brancas, com a finalidade de desmistificar a heterogeneidade da categoria mulher, expondo que as opressões referentes a sexo, raça e classe agem de forma combinada. Logo:

[...] uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista (BAIROS, 1995, p. 461).

Ou seja, mulheres negras vivenciam as opressões do sistema patriarcal-racista-capitalista de tal forma que as dimensões não podem ser consideradas de forma separada, não havendo hierarquização de opressão.

Dessa forma, desde década de 1980, as organizações de mulheres negras vão se conformando enquanto sujeito coletivos importantes e que passam a exercer influência sobre o movimento negro e sobre o movimento feminista. As suas lutas vão se espraiando para a educação, saúde, segurança pública, direitos humanos, trabalho entre tantas outras áreas. Elas também passam a incorporar órgãos de controle



social, com o objetivo de garantir que as pautas das mulheres negras cheguem aos formuladores e gestores de políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a trajetória traçada na construção deste trabalho, nos possibilitou detectar algumas das características do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, pois, contemplamos que os vestígios da escravidão resvalam sobre a população negra e, ao adentrarmos neste assunto, percebemos que a mulher negra, ao associá-la às categorias de classe social e sexo, adquire diversas outras formas de opressão. É neste sentido que, inicialmente, travam embates com o(s) movimento(s) feminista(s), pois, haja vista que, a partir da apropriação da noção de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, que formam um nó que não pode ser desatado na perspectiva da análise sociológica onde as relações sociais e reproduzem e se co-produzem mutuamente, suas pluralidades não são reconhecidas dentro do(s) movimento(s).

Por isso, as mulheres negras tencionaram os movimentos sociais, tanto o feminista quanto o negro. Podemos observar, perfeitamente, o movimento dialético que se estabelece, pois, demonstra contradição e conflito com os movimentos sociais.

Os ganhos sociais ocasionados pela organização das mulheres negras são imensuráveis, podemos vislumbrar o empenho, o interesse e a organização do movimento em criar estratégias coletivamente, e, por fim, consideramos que a visibilidade no cenário tanto nacional quanto no nacional das mulheres negras acarretou em um série de



contribuições para o(s) movimento(s) feminista(s), pois, tanto fez quanto ainda faz provocações com o intuito de instigar uma construção coletiva considerando a diversidade e pluralidade das mulheres.

6. REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia et. al. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. In: ALVAREZ, Sônia, FARIAS, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs) Dossiê feminismos e Fórum Social Mundial. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: Ed. UFSC, vol. 11, n. 2, 2003, p. 541-575.

BAIROS, Luíza. **Mulher negra: o reforço da subordinação**. In: LOVELL, P. (Org). Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BRASIL. **Balço 2015 do Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher**. Brasília, DF: **Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério de Direitos Humanos, 2016^a**.

_____. **Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

_____. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016b.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO. **O que é feminismo classista?** Partido Comunista Brasileiro. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anamontenegro.org/cfcam/sobr/>. Acesso em: 23 dez. 2017.



CORRÊA, Mariza. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos pagu (6-7) 1996: pp.35-50.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

GELEDÉS. **Geledés: missão institucional**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A classe operaria tem dois sexos**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em: 13 set. 2018.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, p. 61-73.

HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995

IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1978, 132 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília, 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 17 set. 2018.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.86, p.93-103.



LENGERMANN, P.M; NIEBRUGGE-BRANTLEY, J. **Teoria feminista contemporânea.** In: RITZER, G. Teoria sociológica contemporânea. Madri: Megraw-Hill, 1993, p. 353-409.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço social:** encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan. 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Matilde. 2006. **O feminismo em novas rotas e visões.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 801-811.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de mulheres negras:** trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, Dec. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres.** Recife: Sos Corpo, 2013.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Falcso, 2015.

GRUPO DE ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camilla Ramos Medalane Cravinho
Psicóloga efetiva do Município de Serra. Mestra em Psicologia (UFES)
camillamedalane@yahoo.com.br



Andrea Nascimento dos Santos
Profª Dra. da Universidade Federal do Espírito Santo
andreas@gmail.com

RESUMO: A violência contra a mulher tão antiga quanto à humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção do ser mulher. O resultado da última pesquisa DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil chama atenção para o aumento do número de mulheres que declaram ter sofrido violência, o qual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017. Esse aumento pode ser interpretado como o reconhecimento gradual da violência doméstica e familiar como uma questão de interesse público, e não como assunto privado, incentivado por movimentos da sociedade civil, projetos sociais, Organizações não governamentais (ONG's) e coletivos feministas diversos. Compreendendo que vivemos em um contexto mundial ainda de violações de direitos das mulheres e de crescente necessidade de viabilização e fortalecimento dos serviços e das políticas públicas para essa população, propusemos uma análise, a partir de um grupo de acolhimento terapêutico realizado por discentes e docentes de psicologia, da importância da (o) inserção da(o) psicóloga(o) nesse contexto, mais especificamente, sobre a relação estabelecida entre psicólogos (as) e mulheres que se encontram em situação de violência e para além disso, o impacto do acompanhamento psicológico na vida dessas mulheres. A partir disso, acredita-se que esse estudo pode encontrar respostas que agreguem conhecimento para o campo da Psicologia (tanto em seus aspectos sociais, metodológicos e éticos) e que se possa promover nos profissionais da área uma postura mais acolhedora e humanizada para lidar com o sofrimento de mulheres em situação de violência.

Palavras-chaves: gênero, violência doméstica, acolhimento, psicólogo.

CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A violência contra mulher é considerada como um problema social e de saúde pública, que afeta não somente o Brasil, mas o mundo inteiro (OMS, 2002). Numa conceituação mais bem definida é considerada como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado" (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994, artigo 1º).



Essa questão possui múltiplas causas e é considerada bastante complexa, tendo em vista que geralmente o agressor e a agredida estiveram ou estão ligados por laços de intimidade e afetividade (TAVARES; PEREIRA, 2007).

Apesar da ligeira queda no índice de homicídios de mulheres, o Espírito Santo continua a ser um dos Estados mais violentos, com a segunda maior taxa de mortes femininas, segundo o Mapa da Violência (WAISELFSZ, 2015) (são 9,3 mil vítimas para cada 100 mil mulheres). Ainda de acordo com este Mapa o município de Vitória/ES é o 1º no ranking nacional de capitais com as maiores taxas de homicídio de mulheres.

Para além dos números, o que é extrema relevância ressaltar é o sofrimento dessas mulheres. Os números de homicídios e, atualmente, de feminicídios, chocam, mas é importante saber que antes desse desfecho muitas das mulheres assassinadas por seus parceiros/ex-parceiros sofreram muito com outros tipos de violência (física, psicológica, moral, patrimonial, sexual³⁶). E muitas ainda sofrem.

Como dito anteriormente, o desfecho do ciclo da violência é o feminicídio, que se trata de um crime que envolve a discriminação à condição de ser mulher, a uma questão relacionada ao gênero,

³⁶ Nesse artigo a violência física será compreendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a violência psicológica como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento [...]; violência moral qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria; violência sexual como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força [...] e violência patrimonial enquanto conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006);



apenas. Apesar da Lei do Femicídio (2015) trazer a conceituação de feminicídio relacionada ao sexo, as autoras desse artigo entendem que essa questão não está relacionada simplesmente à biologia do sujeito, mas sim com à forma como a pessoa compreende sua existência na sociedade, ou seja, se há uma identificação com o gênero feminino e suas relações são permeadas por violência, a ponto de se chegar a um desfecho trágico como sua morte, também deveria ser considerado um caso de feminicídio.

Insta registrar que por trás do feminicídio existe um sistema machista e patriarcal que oprime, discrimina e enfatiza a desigualdade de condições e co-existência entre os gêneros, tornando a mulher menos importante e "garantindo" ao homem um lugar de privilégio sobre o corpo e a vida da mulher. O feminicídio é o ato final de um processo gradativo de violências ao qual a mulher/parceira é submetida (abusos verbais, físicos, sexuais, psicológicos) e silenciada ao longo de seu relacionamento (BRASIL, 2013)

No que refere-se à legislação, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), homologada em 2006, é considerada pela Organização das Nações Unidas a terceira melhor lei do mundo no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher (atrás da Espanha e Chile), possui natureza híbrida (criminal e cível) e é a principal base legal para a criação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher em situação de violência. São diversos os mecanismos de proteção à mulher em situação de violência propostos na Lei, entre os quais, as Medidas Protetivas de Urgência, diretrizes visando a não revitimização das mulheres nos diversos serviços, atendimento psicossocial.



Ressaltamos também que no ano de 2015 a lei supracitada alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos. Desse modo então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres "por razões da condição de sexo feminino". A partir do exposto, percebe-se que o a temática violência contra mulher tem tomado visibilidade no âmbito público, o que pode auxiliar/fortalecer essas mulheres a procurarem ajuda (tanto denunciando, quanto acessando os diversos serviços da rede de proteção). Entretanto, é preciso ainda garantir o apoio psicológico necessário visando o fortalecimento, reconhecimento e empoderamento das mulheres que se encontram em situação de violência.

GRUPO DE ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM VITÓRIA/ES

A proposta de grupos de acolhimento a essa população tão vulnerável surgiu do desmembramento de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em parceria com Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Vitória (Semcid/PMV). Desse modo, a universidade proporcionaria aos discentes a possibilidade de ter contato com as políticas públicas e a Prefeitura de Vitória conseguiria suprir a demanda de grupos de acolhimento a essa população como um suporte à crescente questão.

Logo, para além da parceria entre as instituições, as mulheres conseguiriam se beneficiar e minimizar o sofrimento, no sentido de que



ao longo do acompanhamento seria promovido o autoconhecimento, qualidade de vida e bem estar, por meio de técnicas grupais de intervenção, cuja base metodológica e epistemológica encontra suporte na Gestalt-terapia.

O grupo de acolhimento teve como referencial teórico a Gestalt-Terapia, cujo criador Friederich Salomon Perls, mais conhecido como Fritz Perls, psicoterapeuta e psiquiatra de origem judaica elaborou na década de 1970. A palavra "Gestalt" pode ser entendida como "dar forma", o que na Gestalt-terapia se remete às partes de um todo, partindo de uma visão de que o todo é maior do que as partes, considerando sempre uma visão holística (BERVIQUE, 2013) acerca das pessoas e dos fenômenos ao seu redor.

Segundo Bezerra (2007) a Gestalt-terapia apresenta seu referencial teórico-técnico fundamentado nas filosofias Existencialista, Fenomenológica e Humanista, na Teoria de Campo de Kurt Lewin, no Holismo de Smuts, no Zen-budismo/Taoísmo e na Psicologia da Gestalt. De maneira geral, o existencialismo responsabiliza homem por sua própria história, quem projeta seu próprio caminho e faz suas escolhas sabendo também de sua responsabilidade com o mundo e as pessoas (RIBEIRO, 1985).

A fenomenologia enriquece essa abordagem quando enfatiza a observação e descrição dos fenômenos sem um conhecimento prévio e sem um julgamento à priori do fenômeno. Abandona-se, em prol do sujeito que fala, todo conjunto de crenças, normas e atitudes, para descobrir novidades sobre o fenômeno, percebendo-o como é de fato, sem julgamentos ou normas pré-concebidas (RIBEIRO, 1985). O trabalho



em grupo se inicia desde os elementos que o grupo traz sobre si e de sua posição frente ao seu modo de ser e estar.

Segundo Ribeiro (1985), o humanismo reforça a pessoa como centro de todas as coisas, pois só ele é capaz de se autogerir e regular-se devido às suas especificidades. A filosofia humanista valoriza o homem e suas potencialidades de vida e de criação a partir da sua vivência.

A Teoria de Campo de Kurt Lewin descreve o campo como “teia de relacionamentos” que se relaciona com outras teias, resultando em um contexto complexo de relacionamentos mais amplo. Tal concepção associa-se a um campo psicológico denominado de espaço vital, onde todas as atividades psíquicas da pessoa ocorrem a partir da interação indivíduo-ambiente e de suas forças. Podemos estender a concepção de campo para o âmbito pessoal, familiar, do trabalho, de grupos sociais, cultural entre outros (EVANGELISTA, 2010).

O holismo, segundo Lima (2008) é definido por Jean Smuts como “uma tendência sintética do universo em evoluir por meio da formação de todos. A evolução não é nada além do que o desenvolvimento gradual em todos compostos por séries progressivas” (p.3). As formas que sustentam o todo são estruturas formadas pela composição das partes e essas se relacionam e interagem de forma bilateral. O organismo humano assemelha-se a um sistema que possui suas próprias normas de funcionamento na interação com o ambiente que coordena e regula suas próprias atividades conforme seu propósito. Isso nos dá uma ideia de como o nosso organismo “funciona” com os demais, inserido em nossa cultura, principalmente por meio da linguagem.



Continuando nas influências teóricas e práticas da Gestalt-terapia, trazemos para a cena o Taoísmo e o Zen-Budismo da cultura oriental. Perls foi em busca da cultura e do modo de ser nas religiões orientais à procura de uma melhor compreensão de si e do mundo.

Trazer a questão do *aqui-e-agora*, influência taoísta, muito utilizada como prática terapêutica, convoca o cliente a associar palavras e ideias e sentir no corpo e no presente, afetos diversos que muitas vezes não estão em contato. Essa experiência de presentificação permite que o cliente fale acerca dos seus medos, desejos, anseios, aspectos em geral sobre si, antes não conscientes, promovendo o autoconhecimento desses e de sua natureza.

Para Frazão e Fukumitsu (2015) "fazer terapia é uma aventura tanto para o cliente quanto para o terapeuta" (p.13). A entrada em terapia em grupo proporciona maior contato com suas questões, seus medos e fragilidades, ao mesmo tempo que proporciona se deparar com aspectos de si mesmo no outro. Exige do grupo sair da posição de conforto, de modo a fazer mudanças e aceitá-las, mesmo que a princípio causem muita angústia ou ansiedade.

O suporte psicoterapêutico em grupo, tendo como abordagem a Gestalt-terapia proporciona aceitação, autoconhecimento e autosuporte para as mudanças que possam ser necessárias na vida da mulher. Essa é a proposta desse grupo de acolhimento psicoterapêutico: o fortalecimento do autoconhecimento, da autoestima e da reconstrução identitária da mulher empoderada em si mesma e em seus desejos e, também, nos seus direitos.



METODOLOGIA

Diante do exposto, o objetivo desse artigo foi analisar, a partir de um grupo de acolhimento terapêutico realizado por discentes e docentes de psicologia, a importância da (o) inserção da(o) psicóloga(o) nesse contexto, mais especificamente, a relação estabelecida entre psicólogos (as) e mulheres que se encontram em situação de violência e para além disso, o impacto do acompanhamento psicológico na vida dessas mulheres.

DISCUSSÃO

Infelizmente, devido aos impasses burocráticos e dificuldades de acolhimento do serviço em relação ao projeto, não realizamos atendimentos/acolhimento em grupos tal como previsto inicialmente. De certa forma, a experiência dos extensionistas foi limitada e não obtivemos a oportunidade de visualizar as teorias na prática.

Pontuamos que tal experiência proporcionou maior domínio teórico em relação a abordagem Gestalt-Terapia e acolhimento/atendimento psicoterapêutico em grupo. Além disso, ampliou-se o conhecimento referente a questões históricas e culturais referentes aos grupos de mulheres em situação de violência doméstica.

Entretanto, vivenciamos como se constroem políticas públicas no âmbito burocrático, quais são as dificuldades, empasses e desafios. Também foi possível vivenciar quais são as técnicas e conhecimentos necessários para o atendimento grupal e para a atenção aos grupos politicamente minoritários. Observamos ainda que o retorno institucional foi muito rico, pois contribuiu-se para que alguns processos internos,



relacionados à implementação de políticas públicas da SEMCID fossem reconsiderados.

Apesar desse estudo não ter conseguido alcançar os objetivos inicialmente esperados, consideramos que é imprescindível responder a tais objetivos com base em outras pesquisas empíricas. Para além disso, é necessário que sejam considerados alguns aspectos teóricos em torno de temas relacionados à violência contra a mulher, como empoderamento e grupos minoritários, por exemplo, que não foram destrinchados ainda nesse artigo e que se fazem mister para melhor entendimento.

No que tange aos objetivos desse artigo, nosso interesse maior era conseguir comprovar empiricamente (através dos grupos de acolhimento com as mulheres em situação de violência) e corroborar com outros estudos na mesma linha teórica

Desse modo a pesquisa realizada pela autora Monteiro (2012) traz enquanto um dos objetivos delimitar, descrever e discutir as possibilidades de atuação do psicólogo no atendimento a mulheres em situação de violência e considerou fundamental a presença desse profissional diante desse contexto, considerando o aumento dessa população; ademais afirma que o psicólogo tem muito a contribuir para a melhoria da saúde integral dessas mulheres, tanto nas instituições públicas como no consultório privado.

Insta registrar que um dos pontos de extrema necessidade a serem trabalhados pelo psicólogo diante dessa demanda é o resgate da condição de sujeito, bem como sua autoestima, seus desejos e vontades que ficaram encobertos e anulados durante todo o período



em que conviveram em uma relação marcada pela violência. Este é um processo que continua ativo durante um longo período no psiquismo da mulher, mesmo que ela já tenha colocado um ponto final na relação (HIRIGOYEN, 2006).

Após breve explanação relacionada ao objetivo trazido por esse trabalho, alguns aspectos teóricos ainda não trazidos ao longo do texto serão discutidos a seguir. Ao falar de mulheres em situação de violência, é necessário trazer à tona também a conceituação de grupos minoritários (ou minorias, como dito mais comumente). Grupos minoritários, ao contrário do que pode se dar a entender, são grupos com grande quantidade de pessoas e que sofrem discriminação, intolerância e violência (SÉGUIN, 2002). E é chamado de minoria por se relacionar com o fato dessa população estar em desvantagem social, ou seja, no caso específico de mulheres, estas estão numa relação de desvantagem ao homem, pois historicamente há uma relação de poder/dominação/subjugação, daquelas para com estes.

A partir disso, podemos agora trazer a conceituação em torno do termo "empoderamento", que tornou-se uma palavra utilizada de modo indiscriminado e acabou por muitas vezes perdendo o seu real significado, as autoras trouxeram algumas considerações em torno desse conceito. A terminologia surgiu da "práxis" para a "teoria", tendo sido utilizada num primeiro momento por ativistas feministas e por movimentos de base para em seguida se tornar objeto de teorização (AITHAL, 1999) – a problematização dessa práxis se dividiu em dois caminhos bastante diferentes. De um lado, o conceito foi levado para área acadêmica, ganhando espaço nas perspectivas feministas sobre "poder" (ALLEN, 2005), enquanto, por outro, foi apropriado nos discursos



sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais (AITHAL 1999).

Dito isso, afinal o que é empoderamento? Esse termo é entendido como um processo da conquista da autonomia, da auto-determinação e incorre na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, a opressão patriarcal; além de possibilitar um maior controle sobre a própria vida e o próprio corpo (SARDENBERG, 2009).

Apesar de o movimento feminista também ter suas divergências conceituais em torno desse tema, percebe-se uma concordância no que refere-se a alguns pontos relevantes. De acordo com Mosedale (2005, p. 243-244):

a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo; b) ninguém “empodera” outrem –isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se” , ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto); c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas; d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente.

Por fim, o termo empoderamento tem sido usado por muitas feministas em detrimento de poder por muitos motivos, sobressaindo-se, dentre eles: foco maior nos oprimidos ao invés de nos opressores e a ênfase em “poder para” ao invés de “poder sobre”, sendo este motivo compreendido como um poder que te dá competência para realização de algo (aprender a escrever/ler, por exemplo) e não como



um termo relacionada à dominação /subjugação do outro (dominação x resistência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se verificar no levantamento teórico, não restam dúvidas sobre a relevância da temática principal abordada (violência contra mulher) e sobre o papel do psicólogo dentro desse contexto. Infelizmente, conforme dito anteriormente, não foi possível alcançar os objetivos propostos, o que pontuamos como uma lacuna desse trabalho e como uma proposta para estudos futuros.

Entretanto não podemos deixar de levar em consideração os aspectos positivos alcançados por esse artigo, tais como o engajamento da equipe em implementar o projeto; o preparo teórico alcançado e a interação das discentes com políticas públicas (algo que na graduação de Psicologia não ocorre de modo tão aprofundado).

Sendo assim, nós enquanto mulheres e autoras desse artigo continuamos na busca de encontrar respostas, através de novos estudos, que agreguem conhecimento para o campo da Psicologia (tanto em seus aspectos sociais, metodológicos e éticos) e que se possa promover nos profissionais da área uma postura mais acolhedora e humanizada para lidar com o sofrimento de mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITHAL, V. **Empowerment and Global Action for Women:** Theory and Practice. Document de trabalho. Kvinnforsk, University of Tromso, 1999.



Disponível em : <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2019.

ALLEN, Amy. **Feminist Perspectives on Power**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2005. Disponível em : <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>. Acesso em 13 de Janeiro de 2019.

BERVIQUE, J. de A. **Taoísmo e Zen-Budismo na Metodologia da Gestalt-terapia**. Revista Faef, 2013. Disponível em:< http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2x5OzapRlguUei7_2013-5-13-16-23-34.pdf> Acesso em 13 de Janeiro de 2019.

BEZERRA, M. E. S. **Um estudo crítico das psicoterapias fenomenológico-existenciais: terapia centrada na pessoa e gestalt-terapia**. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Social)- Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Final**. Brasília, julho de 2013.

BRASIL, Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm >. Acesso em 13 de Janeiro de 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. 1994. Disponível em: < <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 13 de Janeiro de 2019.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/06/DataSenado_RelatorioVDFCM2017_vfinal.pdf.> Acesso em: 29 de setembro de 2018.



EVANGELISTA, P. Interpretação Crítica da teoria de Campo Lewiniana a partir da Fenomenologia. Centro de Formação e Coordenação de Grupos em Fenomenologia , 2010. Disponível em: <<http://www.fenoegrupos.com/JPM-Article3/index.php?sid=14>>. Acesso em :13 de Janeiro de 2019.

FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **A clinica, a relação psicoterapêutica e o manejo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

HIRIGOYEN, Marie – France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIMA, P. V. A. O holismo em Jan Smuts e a Gestalt-terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.4, n.1, p. 3-8, 2008.

MONTEIRO, F.S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. 2012. 63f. Trabalho de conclusão de curso - Faculdade de Ciências e Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012.

MOSEDALE, S. (2005). Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, n.17, p.243-257, 2005.

Organização mundial da Saúde (OMS). **Folha informativa: violência contra as mulheres**. 2002. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia: refazendo um caminho**. Summus Editorial: São Paulo, 1985.

SARDENBERG, C. M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009.



TAVARES, F. A.; PEREIRA, G. C. Reflexos da dor: Contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 410-424, 2007.

WASELFSZ, J.J. **Mapa da Violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2015.

MULHERES QUE RIMAM: A RESISTÊNCIA FEMININA NO MOVIMENTO HIP HOP

Carolina Ofranti Sampaio
Mestranda na Universidade Federal do Espírito Santo
carolinaofranti@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho busca discutir o rap produzido por mulheres como uma ferramenta comunicacional de resistência feminina dentro do movimento hip hop. Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social das mulheres é normalmente estabelecida pelo olhar masculino, gerando duas grandes problemáticas: a exclusão das demandas sociais das mulheres do movimento e a construção de identidades femininas caracterizadas por idealizações masculinas, perpetuando a cultura do estupro. Sendo assim, o estudo dá conta de entender a reterritorialização feminina nesta territorialidade urbana por meio do discurso comunicacional do rap. Para isso, o trabalho intenta analisar o single *Meu Jeito*, do grupo de rap capixaba *Melanina Mc's*, buscando identificar elementos de subversão da lógica de produção e consumo do rap, que se opõe à uma cultura misógina do movimento por meio de processos de comunicação contra-hegemônica, caracterizado pelo estilo musical. É notável que toda mulher que aparece é devido a lutas contra forças patriarcais que desejam fazer ela desaparecer. Desta forma, percebeu-se que as mulheres rappers buscam discutir temas que só podem ser ditos por quem são, representando a subalternidade do coletivo feminino do movimento hip hop, através de uma narrativa que aborda temas comuns do grupo. Ao rap feminino é atribuído, então, a promoção da importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão. Assim, as mulheres utilizam o rap como ferramenta da luta ideológica de gênero, empregando formas de expressões marginais para a sua manifestação social.

Palavras-chave: Gênero; Rap; Cultura do Estupro; Movimento Hip-hop.



INTRODUÇÃO

O movimento hip-hop teve início na década de 1960, no contexto de um período que ficou marcado pela discussão sobre os direitos humanos e as condições de vida da população pobre em Nova Iorque. Foi um momento em que surgiram líderes negros como Martin Luther King e Malcom X e de grupos como os Panteras Negras, se constituindo como um período repleto de movimentos de direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

Como instrumento de resistência, o hip-hop se apropriou de lutas e reivindicações desses movimentos sociais, por meio da união dos seus elementos artísticos (rap, break e grafite). Como expressão de maior visibilidade do movimento, o rap se tornou uma importante ferramenta de produção de representações sociais, atribuindo seu discurso na construção de identidade por meio da identificação.

Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social feminina é estabelecida pelo olhar masculino, construindo as identidades de gênero dentro do movimento hip-hop sob a perspectiva masculina. Essa delimitação de mulheres rappers é agravado pela característica principal do hip-hop: a de ser uma cultura de rua, logo, esse espaço público e de manifestação é, por construção, reservado ao masculino.

Esse fato tem duas grandes problemáticas: uma é a construção da identidade feminina comumente caracterizada por idealizações masculinas; a outra é a falta de exposição das demandas sociais das mulheres do movimento, como a valorização da sua identidade, a exposição de seus pesares e suas reivindicações.



É notório que a vivência masculina é diferente das experiências femininas. Entendendo gênero como construção social (Simone de Beauvoir, 1980), tornar-se um sujeito masculino e feminino, não é uma coisa que aconteça em uma só vez, de um só golpe, mas implica uma combinação de elementos sociais. Sendo assim, a cineasta e autora feminista Despentes afirma que, durante as suas vidas, “o que as mulheres atravessaram não foi somente a história dos homens, como os homens, mas também a sua própria violência específica. Uma violência sem precedentes” (2016, p.116).

Se consolidando como um dos poucos grupos de raps formado por mulheres no Estado do Espírito Santo, o Melanina Mc's se torna o objeto deste estudo. Para isso, o single Meu Jeito do álbum Sistema Feminino, lançado em 2018, foi submetido para análise sob a perspectiva da Análise de Conteúdo de Bauer (2002), visando contextualizar através da reconstrução de representações, as letras das músicas como um meio de expressão.

Assim, quando no holofote e de posse do microfone, as mulheres rappers discutem demandas sociais específicas, tendo em vista a singularidade das suas experiências.

PATRIARCADO ESTRUTURADO

O conceito de gênero, enquanto categoria histórica, pode ser concebido em várias instancias, porém é de consenso geral de que gênero é a construção social do masculino e feminino, no qual é composto de símbolos culturais evocadores de representações. (Saffioti, 2015).



Entretanto, o conceito de gênero não explicita as desigualdades entre homens e mulheres e, muitas vezes, essa hierarquia é presumida. É aí que se encontra um grande problema. Quando se naturaliza a hierarquia, o patriarcado é entendido também como naturalizado e não como um problema estrutural da sociedade.

Para Saffioti, enquanto gênero é uma categoria geral, o patriarcado é uma categoria específica. Ele é um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, uma forma de expressão do poder político masculino. "Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado" (2015, p. 57) ³⁷.

Por isso, não dar a devida importância a essas expressões de dominação e colocar o termo patriarcado nas sombras significa operar de acordo com a ideologia patriarcal, de naturalizar a dominação masculina.

As palavras denominam todas as coisas e seus significados determinam a realidade. Dessa forma, se não há uma palavra para nomear tal acontecimento, esse fenômeno se torna inexistente. Para a jornalista Rebecca Solnit, a necessidade de dar nome para as situações de violência vividas por mulheres ao redor do mundo se relaciona diretamente com o movimento de mudança dessa realidade. "Se você não tem palavras para nomear um fenômeno, uma emoção, uma situação, não poderá falar a respeito, o que significa que não poderá

³⁷ Como exemplo da manifestação do patriarcado pelo Estado regulador está o controle do corpo feminino por meio da criminalização do aborto. Essa discussão, porém, não é foco da problematização deste artigo.



se reunir com outras pessoas para tratar do problema e muito menos mudar a situação" (2017, p.165 – 166)

Sendo assim, a luta feminista é uma luta por nomear, definir e falar, é uma batalha narrativa onde a linguagem é poder. E é assim que surge a necessidade do termo feminicídio: quando um homem mata uma mulher simplesmente por ela ser mulher.

Segundo o projeto italiano Ferite a Morte³⁸ (Feridas até a Morte), cerca de 66 mil mulheres são assassinadas anualmente por homens em todo o mundo. Na sua maioria são mortas pelo amante, marido, ex-parceiro, que buscam a forma mais extrema de repressão, de fazer desaparecer. Mas essas mortes não vêm do acaso, elas surgem após anos de silenciamento na vida diária.

Há inúmeras formas de silenciar uma mulher e essas maneiras se articulam através de um mecanismo social: a cultura do estupro. O patriarcado estrutural se cunha no cerne da cultura do estupro, denominado por Solnit como uma relação de poder em que os homens podem exercer sobre as mulheres a sensação permanente de medo.

"A cultura do estupro é um ambiente em que o estupro é predominante e a violência sexual contra as mulheres é normalizada e desculpada na mídia e na cultura popular. A cultura do estupro é perpetuada pelo uso da linguagem misógina, a objetificação do corpo da mulher e a glamorização da violência sexual, criando assim uma sociedade que ignora os direitos e a segurança das mulheres. A cultura do estupro afeta todas as mulheres. A maioria das mulheres e meninas limita seu comportamento devido à existência do estupro. A maioria das mulheres e meninas vivem com medo do estupro. Isso não acontece com os homens, de modo geral. É assim que o estupro funciona como meio poderoso pelo qual toda população feminina é mantida numa posição subordinada a toda a população masculina, apesar

³⁸ <http://feriteamorte.it/eng/> Acesso em: 22 de julho de 2018.



de que muitos homens não estupram, e muitas mulheres nunca são vítimas de estupros" (2017, p.167)

A expressão "cultura do estupro" é uma das formas de tirar o patriarcado das sombras. O termo nos ajuda a parar de perceber o estupro como uma anomalia, uma exceção a regra, e começar a pensar que a raiz do problema está na cultura como um todo.

A MISOGINIA NO MOVIMENTO HIP-HOP

Ativo na cultura popular, o hip-hop surge como um movimento de resistência, caracterizado pelo poder constituinte da territorialidade. Ele se apropriou das cidades, ruas e praças para que, segundo Rose (1997), reinterpretassem de modo simbólico a experiência da vida urbana através de seus elementos: dança, rap, grafite e estilo, marcando sua identidade na propriedade pública.

Exercendo o caráter discursivo e dialético do hip-hop, o rap (rhythm and poetry - ritmo e poesia) é o elemento de maior visibilidade do movimento. Muitas vezes vistos como griots³⁹ modernos, os rappers proclamam as realidades, que abordam a violência nos guetos e a dificuldade da população marginal perante a falta de serviços públicos. Mas, se de um lado as letras abordam as formas de opressão vivida pelos jovens, por outro os versos reproduzem violências misóginas.

Há muitas formas de não existência feminina, e o no movimento hip-hop o feminino é silenciado também pela falta de representatividade. Tradicionalmente, na cultura urbana, à mulher é atribuído ao papel de

³⁹ O griot são os porta-vozes da história e cultura de regiões como a África e a Jamaica, onde as palavras contadas criam os valores e a identidade de um povo. <http://www.pordentrodaafrica.com/> Acesso em: 13 de julho de 2018.



espectadora em detrimento ao protagonismo e falta de representações femininas no movimento muito se relaciona com a ordem social que faz uma divisão do que é masculino e feminino (Bourdieu, 2012), reservando os lugares públicos para os homens, desenvolvendo seu pensamento político, e deixa os lugares privados para as mulheres, construindo suas responsabilidades domésticas e de reprodução.

Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social feminina é estabelecida pelo olhar masculino, construindo as identidades de gênero dentro do movimento. Assim, as mulheres são caracterizado por idealizações opostas: as julgando como vulgares ou angelicais.

A dicotomia mãe-puta é traçada artificialmente sobre o corpo das mulheres, como fizeram com o mapa da África: sem levar em consideração a realidade do terreno, mas unicamente os interesses de seus ocupantes. Ela não acontece a partir de um processo 'natural', mas de uma vontade política. As mulheres são condenadas a serem cindidas em duas opiniões incompatíveis. E os homens se encontram presos dentro de outra dicotomia: o que os excita deverá continuar sendo um problema. (Despentes, 2016, p.70)

É interessante perceber que apesar de serem atributos encarados como contrários, a dicotomia mãe-puta se encontra na servidão feminina ao masculino, sendo ela sexual ou doméstica.

Segundo Margulies (2016), uma mitema é uma unidade de significação pronta para ser apropriada como significante. Sendo assim, o mito dona de casa *versus* prostituta está dotado de significado que faz com que o homem sinta respeito pela mulher que atua com restrição à sua atividade sexual.



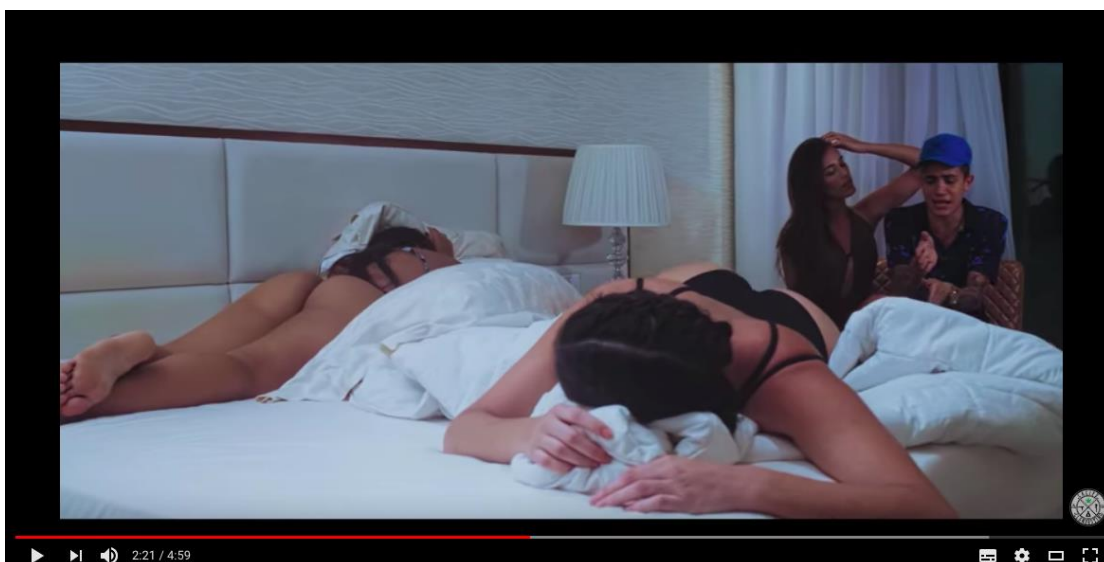
Como exemplo, na música do rapper Projota, o Mc explica em seus versos o que é uma mulher guerreira, que apesar das dificuldades financeiras acorda toda manhã para trabalhar e cuidar da família.

[Guerreira – Projota]
Trabalhadora, cabeça de toda a família
Acolhedora, estrela que a noite mais brilha
Tão protetora, tão mãe, tão filha, tão professora
Muito se enganou quem tentou limitá-la à uma vassoura

A sexualidade oprimida da mulher ideal faz com que o desejo feminino deva passar pelo olhar masculino. O controle da sexualidade também é uma ferramenta do patriarcado, fazendo com os homens se apropriem também do orgasmo feminino: é para elas que as mulheres sentem prazer.

Na música do WC no Beat, por exemplo, o refrão é marcado pelo Mc dizendo que não pode levar a menina descrita nos versos para casa, deixando explícito o que Despentés alega: eles se excitam com aquilo que os envergonha. “O desejo dos homens deve machucar as mulheres, ultrajá-las. [...] Mais uma vez isso não se trata de uma fatalidade, mas de uma construção política” (2016, p.71).

[Meu Mundo – WC no Beat]
Ela joga na cara e me estiga
Saciando minha tara e na brisa
Ela senta na vara e convida
As amiga safada





(clipe da música Meu Mundo de WC no Beat – print do trecho: *separa as interesseira, das que interessa, das interessante*)

Assim como descrito na música, o clipe é repleto de corpos femininos seminus. Também uma ferramenta do patriarcado, a estetização do corpo da mulher é uma forma de domínio. De acordo com Foucault (1987), o corpo dócil é aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Na apropriação do conceito pela autora feminista Susan Bordo (1997), os corpos femininos são subjugados frequentemente a padrões externos que visam sua disciplina.

RAP FEMININO E RESISTÊNCIA

Há diversas formas de anular uma mulher. Tornar seu corpo alvo de controle externo e silenciar sua sexualidade é uma de tantas expressões que auxiliam a invalidá-las.

Como exemplo está o desejo feminino, que permaneceu silenciado até os anos 1950. A primeira vez que as mulheres se declaram desejanter e atravessadas por paixões foi durante os primeiros shows de rock. Já o orgasmo feminino, até recentemente um tabu impensável, começa a aparecer na linguagem cotidiana a partir dos anos 1970. E, apesar dos anos terem avançados, as discussões entorno do corpo feminino continua a ser debate público e sofrer controle externo.

Para Angela Davis (2016), a emancipação é uma construção abstrata, de quebra de pequenas barreiras diárias. Como forma de resistir e quebrar essas barreiras no movimento hip-hop, as rappers, grafiteiras e



b-girls (dançarinas) ganham espaço na cultura urbana e a reterritorializam a partir de uma perspectiva de denúncia a desvalorização das suas experiências, pensamentos e atitudes.

Ao questionar essas bases das relações de poder através de ações político-culturais, essas mulheres recorrem às culturas de oposição e se tornam produtoras da mídia radical. Segundo Downing, a mídia radical se concentra na matriz da cultura popular e da malha social, sendo considerado um fenômeno misto, e não isolado e ordeiro. “A mídia radical nas culturas modernas inclui uma vasta gama de atividades, desde o teatro de rua e os murais até a dança e a música” (DOWNING, 2002, p. 39).

O grupo de rap capixaba Melanina Mcs, formado por Mary Jane, Geeh, Afari Mc e Loli, surgiu em 2013 com o objetivo de transmitir sua mensagem através do rap underground. Em 2018 o grupo lançou o seu primeiro álbum, Sistema Feminino, com 10 músicas autorais que dialogam e representam as experiências das mulheres que constituem o Melanina Mc's.

Na quinta faixa do disco, *Meu Jeito*, as *rappers* utilizam os versos para dizerem que não se desculpam por serem quem são. Assim, através do rap, elemento de maior visibilidade do movimento hip-hop, elas encontram uma forma de emancipação dos ditames disciplinadores do patriarcado.

[Meu Jeito – Melanina Mcs]
Independente da roupa, eu vou ter o seu respeito
Se quer olhar, cê pode
Na disciplina, cê pede
Mais respeito com as mina pra evitar estresse!



É notável que toda mulher que aparece é devido a lutas contra as formas que desejam fazer ela desaparecer. Desta forma, as mulheres *rappers* buscam discutir temas que só podem ser ditas por quem são, representando a subalternidade do coletivo feminino do movimento hip hop através de uma narrativa que aborda temas comuns do grupo, desenvolvendo sua autoestima.

“Enquanto os homens fazem uma crítica social que denuncia os modos de policiamento e violência sofridos pelos homens negros de classe social baixa, os temas das mulheres *rappers* fazem suas contestações principalmente na arena da política sexual” (Magro, 2003, p.63).

Como por exemplo nos versos da mesma música citada, as *rappers* se manifestam como sujeitos sexuais e não objeto sexuais:

[Meu Jeito – Melanina Mcs]
Se tãmo junto o seu tempo para
Não peço pouco, eu quero o dobro
Corpo com corpo
Nós... juntos nesse jogo

Ao rap feminino é atribuído, então, a promoção da importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão. Assim, as femininas utilizam o rap como ferramenta da luta ideológica de gênero, empregando formas de expressões marginais para a sua manifestação social.

[Meu Jeito – Melanina Mcs]
Me livra desse peso de ter que me limitar
Só por um julgamento que eu não quero escutar
Sou livre e quero a vida
Mover meu sonho em cantos de uma poesia

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O patriarcado é um regime de hierarquização e exploração de gênero. Um sistema de poder social, expresso também de forma política, que está no cerne das relações e enclausura mulheres cotidianamente em manifestações sutis e, muitas vezes, naturalizadas. O movimento hip-hop faz parte deste sistema, contribuindo através de silenciamentos e exercício de poder disciplinatório dos corpos femininos na "cultura do estupro", expressão que alerta para toda uma tradição de dominação e poderio masculino.

Para Spivak (2010) não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços no qual o subalterno possa se articular e também ser ouvido. De porte dessa informação, é possível entender que as mulheres do movimento utilizam o rap como uma forma de serem escutadas, exercendo contrapoder e questionando a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora", o "privado" e "público".

Tendo em vista toda a história de silenciamento de mulheres através de sutis manifestações de disciplina e controle, a capacidade de contar a própria história já pode ser considerada uma vitória. Assim, através de suas músicas as mulheres rappers promovem importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão, construindo novos limites simbólicos das identidades de gênero dentro do hip-hop.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual pratico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone. 1949. **O Segundo Sexo: Volume 1, Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** – 11ª edição. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

MAGRO, Viviane Melo M. **Meninas no grafitti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporânea**. Campinas, 2003, tese de doutorado: Faculdade de educação, Unicamp.

MARGULIES, Ivone. **Nada acontece: o cotidiano hiper- realista de Chantal Akerman**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MELANINA MCs. **Meu Jeito**. Vitória: Timeless Record. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J0MibJ-dpuM>. Acesso em 20 jul. 2018

PROJOTA. **Guerreira**. São Paulo: Universal: 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1FywBtdq9-w>. Acesso em 20 jul. 2018

ROSE, T. "Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop". Em M. Herschmann, (Org.), **Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010

WC NO BEAT. **Meu Mundo**. Rio de Janeiro: Medelín: 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v0BLQFLe8JI>. Acesso em 20 jul. 2018

DIÁLOGOS E CONEXÕES ENTRE GÊNERO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSELHEIROS TUTELARES

Celiane Pereira da Silva
Bacharel em Serviço social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)
celiane.silva1621@gmail.com

Débora de Paula Bolzan
Professora do Colegiado de Serviço Social da UFT
debora.bolzan@uft.edu.br

RESUMO: O presente trabalho busca analisar as construções sociais sobre gênero na atuação profissional dos/as conselheiros/as tutelares de Miracema do Tocantins. A pesquisa é baseada em uma metodologia qualitativa, adotando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo para a coleta de dados. Foram entrevistados cinco conselheiros/as tutelares através de entrevista semiestruturada. Os resultados apontam que os/as conselheiros/as tutelares explicitam um posicionamento ético-profissional que considera as mulheres como vítimas de um sistema repressor e desigual, que naturaliza e perpetua situações de violência contra mulheres, crianças e adolescentes. No entanto, este posicionamento não é unânime, pois há também posicionamentos mais conservadores e machistas que imputam responsabilidade à vítima pela violência sofrida.

Palavras-chave: Construções sociais de gênero; Violência Sexual; Conselho Tutelar de Miracema/TO; Violência Intrafamiliar; Gênero.

INTRODUÇÃO

Este estudo trás uma reflexão sobre gênero e violência, considerando que estas relações estão imbricadas em relações assimétricas de poder,



dominação e opressão, que resultam em relações desiguais entre sexos e não obstante culminam em alarmantes casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, etc. Por isso, é de suma importância analisar as relações sociais que vivenciam homens e mulheres, abarcando o contexto de opressão, discriminação e violência. Neste sentido, o presente trabalho tem como tema o estudo de gênero, interconectado ao tema da violência intrafamiliar contra criança e adolescente, e objetiva, de forma geral, compreender e analisar como as construções sociais de gênero influenciam a atuação profissional dos conselheiros tutelares dos conselheiros tutelares de Miracema do Tocantins no enfrentamento à violência intrafamiliar contra criança e adolescente.

Dados da ⁴⁰UNICEF apontam que há um alarmante índice de casos de violências contra crianças e adolescentes, pois em média é registrado mais de 129 casos por dia, isso quer dizer que, a cada hora cinco casos de violências são registrados em nosso país, casos como: negligências, violência física, psicológica e violência sexual. Esses dados podem ser ainda maiores, pois muitos casos de violências são velados e não chegam ao conhecimento das autoridades e instituições.

Segundo dados dos Conselhos de Proteção à Infância, cerca de 70% dos casos de abuso contra crianças e adolescentes acontecem dentro de casa. Conforme CEDECA/TO⁴¹ os principais tipos de crimes praticados contra a criança e o adolescente no Estado do Tocantins são: violência sexual, psicológica, física e negligência. As maiores

⁴⁰ UNICEF- Fundação das Nações Unidas para a Infância. Disponível <http://www.ebc.com.br/infantil>. Acesso no dia 07/05/2017.

⁴¹ CEDECA- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Tocantins. Disponível < <http://www.cedecato.org.br> > acesso no dia 07/05/2017.



vítimas são crianças/adolescentes do sexo feminino e os principais agressores são pessoas bem próximas ou são da própria família.

Percebe-se que há necessidade de entender a especificidade da violência, por ser uma latente expressão da questão social e de violação de direitos de crianças e adolescentes, que atinge todas as classes sociais. A violência destrói a infância e pode acarretar diversas consequências na vida adulta.

Este estudo foi desenvolvido numa abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14). Dessa forma, uma pesquisa qualitativa:

[...] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposições e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com as complexidades, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetos sociais apresentam (MYNAYO, 1994, p.25).

Para a pesquisa de campo optou-se por ir diretamente ao Conselho Tutelar de Miracema (CT), para conhecer as estruturas físicas do espaço e para entrevistar diretamente cada conselheiro/a. Segundo Gonçalves (2001, p.67), este tipo de pesquisa possibilita o contato com a realidade pesquisada e “exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.



Para a coleta de dados, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com cinco (05) conselheiros/as. As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a maio de 2017.

O próximo tópico aborda a temática da violência contra criança e adolescente, destacando os aspectos históricos da proteção à criança e adolescente e trazendo uma breve reflexão sobre os aspectos sociais de gênero e sua relação com a violência. Em seguida são apresentados resultados da pesquisa de campo.

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS DE GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A violência intrafamiliar contra criança e adolescente começou a ser discutida de forma mais contundente somente nos anos de 1960 e 1970, passando a ser considerada um problema de saúde pública por deixar graves consequências no desenvolvimento das crianças e adolescentes (FERRARI; VACINA, 2002). Nos anos 80, esse fenômeno ganhou mais visibilidade, passando a ser objeto de pesquisas tanto nas áreas de Ciências Sociais, História, entre outras.

Em toda sociedade ocidental, e mais particularmente no Brasil, é na década de 80 que o tema de violência entra com maior vigor na agenda de debates no campo programático de saúde. Tentando a se consolidar no final dos anos 90. Em nosso país tiveram papel fundamental para essa inclusão os movimentos sociais de democratização, as intuições de direitos, algumas organizações não governamentais (ONGs) de atenção aos maus tratos da infância e as organizações internacionais com poder de influenciar as pautas nacionais (MINAYO, 1999, p. 9).

Uma forte característica da violência intrafamiliar contra criança e adolescente é o silêncio instalado à sua volta, geralmente rompido



apenas quando atinge os limites da crueldade. Silva (2002) afirma que geralmente as pessoas próximas, vizinhos, etc., não querem se relacionar com a situação, pois seja por medo de ameaças ou por terem a opinião de que não devem se interferir em assuntos familiares. Esse aspecto sócio cultural instalado em nossa sociedade contribui para que o problema seja naturalizado e para que não seja notificado, podendo trazer consequências para a vida toda da criança/adolescente.

A violência contra criança e adolescente pode acontecer no ambiente intrafamiliar como também no extrafamiliar. Saffiotti (1997) aponta que a violência intrafamiliar ocorre entre membros de uma mesma família que tenham algum grau de parentesco ou afinidade. A violência doméstica/intrafamiliar é caracterizada como:

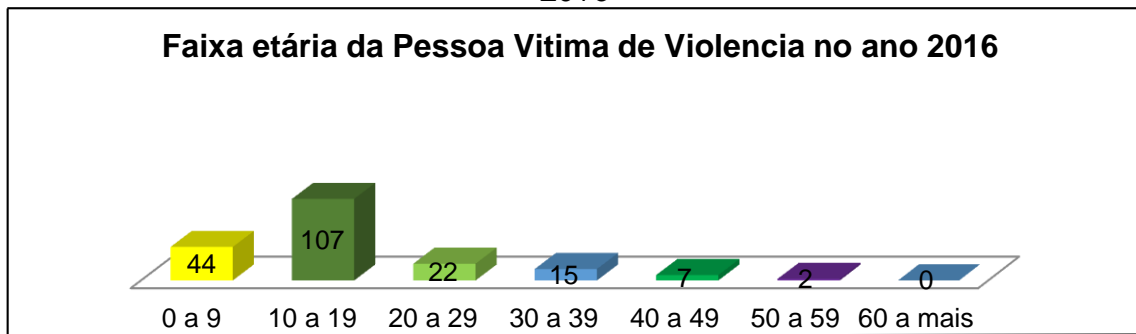
[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima- implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que a criança e adolescente têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA 2007, p. 32).

Já a violência extrafamiliar é uma forma de violência em que crianças são vitimizadas por adultos sem laços parentais (SAFFIOTTI, 1997). Definir a violência intrafamiliar pode provocar diversas reflexões no que se refere à questão de poder/dominação e a falta de proteção, pois “a violência por se caracterizar pela a ausência de proteção, aparece basicamente sob duas formas: por ação – incluindo a violência física, psicológica e a violência sexual; por omissão – incluindo a negligência e abandono” (FERRARI e VECINA, 2002, p. 278).



De acordo com a pesquisa realizada no Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS⁴²), que tem como objetivo promover a atenção integral e integrada as pessoas em situação de violência sexual, no ano de 2016 foram registrados 197 atendimentos no serviço, conforme gráfico a seguir. Esse serviço é ofertado no Hospital Dona Regina em Palmas/TO, de forma intermitente e é o único serviço público do Estado para atender vítimas de violência sexual. A equipe é composta por enfermeiro, assistente social, psicólogo, médico gineco-obstetra e farmacêutico.

Gráfico 1 – Faixa Etária da Pessoa em Situação de Violência Sexual-2016



Fonte: (SAVIS, SILVA, 2016, Apud FONTINELLE, 2016 p.129).

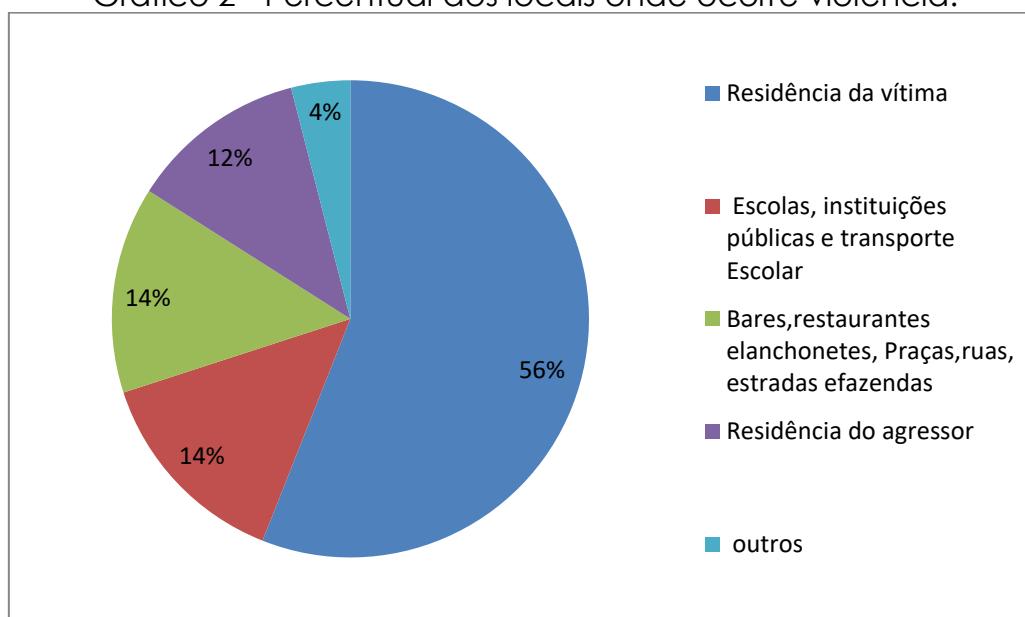
Pode-se verificar que a faixa etária de 10 a 19 anos de idade registrou 107 casos de violência, seguida da faixa etária de 0 a 9 anos com 44 casos, mostrando que crianças e adolescentes foram as maiores vítimas de violência atendidas no SAVIS.

⁴² SILVA, Ellen Cristina Santos. **Violência Sexual e Gênero: A percepção dos profissionais do Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) nos Casos de Aborto Previsto em Lei.** Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2017, 101p.



Conforme o Mapa da Violência Contra Criança e Adolescente do Tocantins⁴³ (2015/2016), os maiores índices de violência acontecem no ambiente familiar, como mostra o gráfico abaixo. Cabe ressaltar que esses são dados do Disque Cem⁴⁴.

Gráfico 2 - Percentual dos locais onde ocorre violência.



Fonte: Mapa da Violência Contra Criança e Adolescente do Tocantins (2015/2016).

Diante de dados alarmantes, podemos enfatizar que todas as formas de violência contra criança e adolescente devem ser enfrentadas e combatidas por toda a sociedade, bem como as construções sociais desiguais entre os gêneros, mostrando que a violência subjuga crianças e adolescentes, mas sobretudo meninas e mulheres, que são as mais

⁴³ Elaboração: Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Glória de Ivone, Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) 2015/2016. Disponível <http://www.cedecato.org.br> Acesso no dia 27/09/2017.

⁴⁴ Disque cem é o Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos Acesso no dia 09/10/2017. Disponível <http://www.sdh.gov.br/disque100/disque-direitos-humanos>.



atingidas e vitimadas pelas diversas formas de violência. Neste sentido, debater sobre gênero é extremamente importante nos dias atuais, pois este é um importante passo para desnaturalizar as diversas formas de violência que vitimizam, sobretudo meninas e mulheres.

A violência de gênero envolve essas atribuições alocadas no masculino e feminino, ou seja, as diferenças entre os papéis que são determinados a cada sexo se concretizam em papéis mais valorizados aos homens, mantendo-os com o “poder” em seus diversos aspectos, incluindo a política, a economia, o âmbito familiar, entre outras situações. Ou seja, a violência de gênero é qualquer conduta de dominação social propiciada por reações culturalmente desiguais entre os sexos. No caso de violência contra crianças e adolescentes, Saffioti, (2004) destaca que o gênero tem implicações diretas, pois “o gênero contém hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados”. Para Saffioti (2001), o conceito da violência gênero é amplo e vítima ambos os sexos:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

Os casos de violência contra a mulher que ocorrem dentro do ambiente familiar também atingem os filhos, pois são vítimas indiretas, presenciando a violência e sofrendo suas consequências. Schaiber



(2005) aponta que a violência no âmbito familiar é proveniente da radicalização das desigualdades na relação entre o homem e a mulher. Assim, podemos ressaltar que o ambiente doméstico reproduz as assimetrias de gênero, contribuindo para a perpetuação das desigualdades de gênero.

Diante do exposto, a pesquisa de campo realizada com conselheiros/as tutelares buscou responder a seguinte questão: como as construções sociais de gênero influenciam a atuação profissional dos/as conselheiros/as tutelares? No próximo tópico serão abordados resultados da pesquisa realizada junto aos profissionais do Conselho Tutelar de Miracema/TO.

CONSTRUÇÕES SOCIAIS SOBRE GÊNERO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS CONSELHEIROS/AS TUTELARES

A pesquisa foi realizada no município de Miracema do Tocantins, que conta com um campus da Universidade federal do Tocantins. A cidade está localizada a 74km da capital do Estado, Palmas. Conta com têm 19.340 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A entrevista semiestruturada foi aplicada com os/as cinco conselheiros/as, que estão enumerados de 01 a 06 com o objetivo resguardar as identidades dos/as conselheiros/as.

Um breve perfil da equipe aponta que os/as profissionais têm entre 25 a 43 anos de idade; a equipe é composta por três mulheres e dois homens, sendo que todos têm o ensino médio completo e dois entrevistados/as estão cursando o ensino superior. O Quadro abaixo compila as informações dos entrevistados, conforme a autodeclaração:



Quadro 1: – Identificação dos Entrevistados – 2017

Entrevistados	Sexo	Escolaridade	Religião	Situação Conjugal	Idade
01	Fem.	2º grau completo	Católica	União estável	29
02	Fem.	2º grau completo	Evangélica	Viúva	43
03	Masc.	Cursando o ensino superior	Evangélica	Solteiro	34
04	Fem.	Cursando o ensino superior	Evangélica	Casada	26
05	Masc.	2º grau completo	Não definida	Enrolado	.25

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa realizada junto ao Conselho Tutelar de Miracema do Tocantins (2017).

Sobre a escolaridade dos/as conselheiros/as, é importante ressaltar que o Artigo 133 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) resalta que para se candidatar ao cargo de conselheiro tutelar o profissional necessita de: "I – reconhecida idoneidade moral; II – idade superior a vinte anos; III – residir no município" (BRASIL, 2012, p.52). Portanto, não é obrigatório ter um curso de nível superior.

O Conselho Tutelar de Miracema atende 189 denúncias no ano de 2016, sendo que 31 casos eram denúncias de maus tratos, 10 de negligência e 06 de abuso sexual, as outras violações de direitos se discorrem em evasão escolar, disputa de guarda, acompanhamento familiar, conflito familiar, etc.

Quando perguntados/as sobre o perfil das vítimas de violência e sua classe social, os/as entrevistados/as responderam que: "assim, não é



que não acontece na alta sociedade, mas na família de baixa renda sempre acontece mais, infelizmente” (Entrevistada 01). A entrevistada 04 respondeu: “sempre que chega até nós é a classe baixa, o pessoal da classe alta sempre abafa o caso”. Já o entrevistado 05 respondeu que há mais registros de violência nas “famílias que não tem nenhum tipo de orientação. Nós até assustamos quando acontece em famílias de “alta sociedade”, porque sempre acontece em famílias desestruturadas, de baixa renda” (Entrevistado 05).

Os/as conselheiros/as verificam que as famílias mais pobres registram mais violências contra crianças e adolescentes, e que nas famílias de situação socioeconômica prestigiada os casos são “abafados”, subnotificados e por isso, não se tornam visíveis. No entanto, é importante salientar que a violência intrafamiliar em suas diversas modalidades, atinge todas as classes sociais, atinge ambos os sexos, extrapolando as fronteiras entre as classes econômicas, acontecendo em todos os níveis, conforme pontuam Azevedo e Guerra (2007):

No que tange aos maus tratos, à negligência e aos abusos - a exploração sexual, sobretudo quando tais ocorrências têm lugar no seio da família, o agente agressor situa-se em todas as classes sociais vitimizando não apenas crianças pobres, mas também crianças de classe média e rica. (*id., ib., p.15*).

Sendo assim, Chauí (1985) aponta que a violência é conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, que detêm a dominação, exploração e opressão de um gênero sobre outro. Buscando investigar as concepções de gênero dos/as entrevistados/as, perguntou-se: “na sua opinião, as adolescentes ou mulheres tem alguma culpa nos casos de violência sexual?” O entrevistado 03 respondeu: “Não. [...] ninguém tem culpa de ser



abusado". Já a entrevistada 02 reconhece que a culpabilização das vítimas é um costume enraizado na sociedade e representa um desafio profissional: "Não. É tão difícil colocar nas cabeças das pessoas que a mulher/adolescente não é culpada, porque para a população a culpada é a vítima por ser "assanhada". Jamais as vítimas são culpadas" (Entrevistada 02). Conforme as respostas apresentadas, tais conselheiros/as não imputam culpa ou responsabilidade sobre as vítimas, deixando explícitos seus posicionamentos ético-profissionais. Tais conselheiros/as observam que a sociedade repercute valores conservadores e opressores sobre as mulheres/adolescentes, imputando responsabilidade à vítima pela violência sofrida, mostrando que há permanência de traços culturais e sociais que inferiorizam a mulher, contribuindo para a perpetuação das situações de violência. No entanto, percebeu-se que os/as conselheiros/as não têm posicionamentos unânimes sobre os preconceitos que atingem as mulheres. Nesse sentido, o entrevistado 05 ressaltou que as roupas e a "moda" "expõem" as mulheres, que podem "se deixar levar":

Acho que, como a mulher segue muito a moda e a moda é uma coisa que pega e vira a cabeça da pessoa, assim, roupa muito curta, roupa que te expõe [...] dá muito espaço para os homens, então, vai do espaço que dá para o homem, porque homem é igual a minha mãe fala "o homem é igual urubu, come tudo que vê pela a frente", então, eu penso assim (Entrevistado 05).

Percebe-se que o conselheiro tutelar transmite para a mulher a responsabilização indireta pela violência, pois a mesma se "expõe" através de roupas curtas e "dá espaço" para o homem, que em sua concepção, é um ser "incontrolável" e "come tudo que vê pela frente". Um posicionamento conservador como este leva-nos a pensar em



como um profissional, que pelo seu trabalho deveria ser questionador dos preconceitos, pode, ao contrário, contribuir para que as explorações e dominações em suas diversas formas se perpetuem e se reproduzam. Assim, é evidente que a culpabilização da violência sofrida é uma prática que está instalada no machismo, instituindo relações de poder contribuem para a disseminação da violência de gênero. A tal afirmação reforça a premissa equivocada de que o homem não consegue controlar seus apetites sexuais e as mulheres seriam as principais culpadas por provoca-los. Nesse sentido, relações de gênero, construídas, social e culturalmente, tornam-se imprescindíveis para analisar a violência, sobretudo porque mulheres e crianças são as principais vítimas dessa violação, mostrando que o debate de gênero é fundamental para uma sociedade mais justa e equânime.

Os estudos de gênero recusam tacitamente as explicações biológicas que se fundam, por exemplo, na fragilidade feminina, voltada para maternidade, e na superioridade masculina baseada na força muscular superior (SCOTT, 1989, p.7). Dessa forma, o gênero se refere também a "construções sociais" e as "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres" (id., ib.). Por isso, "o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos" (id., ib.). Ademais, o conceito de gênero está relacionado às relações de poder e evocam, segundo Scott (1989) a tomada de decisões que afetam a vida social em conjunto, inclusive ditam normativas dirigidas às mulheres, tais como leis sobre aborto e violência doméstica. Dessa forma, fica claro que há "ligações explícitas entre o gênero e o poder", sendo que essas ligações são partes constitutivas do



gênero “como um modo primeiro de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.26).

Perguntou-se aos conselheiros/as se consideram que há diferenças no trabalho realizado por homens e por mulheres dentro do CT e na sociedade:

Sim, não tem jeito, assim, em certas situações pedimos que os meninos vão até o local, porque caso for algumas de nós, somos ignoradas aí quando ver que é os homens os meninos ficam recuados (Entrevistada 01).

Sim, acho que os homens são cobrados mais. E na questão salarial, o homem ainda está ganhado mais que a mulher, mas a mulher está lutando para que possa ficar igual é uma luta muito grande e acredito que vai dar certo (Entrevistado 03).

Hum...varia muito, porque assim, a sociedade tem que o homem sempre tem que ter força e a mulher tem que sempre trabalhar com fragilidade e ser meiga. Só que na minha opinião é meio variável porque aqui no CT as meninas são mais “brutas” que nós, aí eu fico sem saber [...] (Entrevistado 05).

Com base nas entrevistas, é possível perceber que há uma divisão de tarefas, uma separação na hora de fazer visitas, e em alguns casos os conselheiros homens são “escolhidos”, pois as mulheres são “ignoradas” em algumas situações, como desnudou a Entrevistada 01. Já o entrevistado 03 ressalta as diferenças salariais entre homens e mulheres.

Por mais que as mulheres tenham conseguido romper com algumas desigualdades de gênero, como conquistar espaço no mundo trabalho, o poder do voto, ter acesso à educação, entre outros, ainda persiste a ideia de que a mulher é um ser frágil e que tem atribuições mais voltadas ao papel de “dona de casa” ou para trabalhos mais frágeis, como coloca Leitão (1988, p.74):



O avanço da participação feminina no trabalho aumenta consideravelmente, porém a posição real da mulher não é das mais promissoras. Apesar de encontrar-se aberto para ela o mercado de trabalho, ainda é considerado mão-de-obra de reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional, é induzida a exercer profissões femininas (cf. Isto não é serviço para mulher) e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias.

As atividades e profissões consideradas femininas são as socialmente menos prestigiadas e reconhecidas, desvendando que as relações desiguais de gênero possuem uma dimensão laboral, material, histórica e cultural arraigada na sociedade. Essas assimetrias estabelecem que os trabalhos femininos devem ser “leves e adaptados à fragilidade das mulheres e suas experiências domésticas” (LOPES; LEAL, 2005, p.111). Sob a ideologia naturalista, um leque de ocupações é ofertado às mulheres, tais como: serviços de limpeza e conservação, secretárias, babás, empregos domésticos, mas também cursos que exigem formação universitária específica, como o Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia. Essa construção social do papel do homem e da mulher refere-se às relações desiguais de poder que se estabelecem entre os dois sexos.

Desde o nascimento, o homem é encorajado a ser forte, não chorar, não levar desaforo para casa, não ser mulherzinha. Precisa ser um super-homem, pois não lhe é permitido ser apenas humano. Essa errônea consciência de poder é que assegura, ao varão, o suposto direito de fazer uso da força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família. Venderam para a mulher a ideia de que ela é frágil e necessita de proteção, tendo sido delegado ao homem o papel de protetor, de provedor (DIAS, 2012, p. 19).

Sobre as representações dos gêneros na sociedade, perguntou-se aos conselheiros sobre a importância da mulher na sociedade. As respostas



foram diversificadas, como: “Todos os papéis que as mulheres desempenham são importantes, todos” (Entrevistada 01). “O mais importante é o papel de mãe” (Entrevistados 02). Para a entrevistada 04, a mulher desempenha na sociedade um importante papel de “de administradora, coordenadora”.

Verificou-se nas falas que as mulheres permanecem relacionadas ao tradicional papel ocupado âmbito doméstico, voltado à maternidade, administração e gestão da reprodução: são atividades vistas como menos qualificadas, geralmente, baseadas em atributos e “qualidades” femininas, como o cuidado e paciência, ou seja, e a mulher voltada ao trabalho reprodutivo, doméstico e valores a estes associados. Tal problemática apontada coloca em questão a gratuidade do trabalho doméstico, visto como uma qualidade natural das mulheres. Sorj (2000) observa que “a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários” (id., p.29)

Diante da pesquisa realizada, podemos analisar que as discussões sobre gênero deveriam ser inseridas e problematizadas no campo profissional através de capacitações e reuniões que possam ser debatidos e entendidos, pois são profissionais que trabalham com violações de direitos de crianças e adolescentes, que tem uma intrínseca relação de poder, opressão, exploração de gênero. Além disso, a análise das relações de gênero “permite compreender as relações hierárquicas de poder que se estabelecem na sociedade [...] o que possibilita uma visibilidade das desigualdades e das discriminações” (NEVES, 2012, p.15).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a busca de soluções para os casos de violência contra crianças e adolescentes é uma tarefa extremamente complexa, que envolve as relações de gênero, conhecimento sobre a realidade social, bem como depende outras redes de proteção para que possa garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, como está previsto no ECA. Neste sentido, esse trabalho enfatizou as concepções sobre gênero dos/as conselheiros/as tutelares de Miracema do Tocantins no enfrentamento a violência intrafamiliar contra criança e adolescente, tomando como base uma pesquisa de conclusão de curso.

A partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo foi possível analisar que a violência intrafamiliar é um fenômeno que está presente em toda sociedade, não pode ser naturalizada e desconsiderada, pois ela atinge mulheres, crianças e adolescentes todos os dias, causando efeitos devastadores sobre suas vidas. Por isso, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas universais, voltadas para atender as necessidades das famílias/crianças e adolescentes que estão em situações de vulnerabilidade social e sobretudo, a necessidade de mudanças culturais, históricas, sociais e econômicas que atinjam as construções sociais em torno dos gêneros, pois estas construções naturalizam a hierarquia e o poder masculino, que se manifesta em diversas formas de violência, de opressão e discriminação, principalmente sobre meninas e mulheres, que são as maiores vítimas de violência, conforme mostrou a pesquisa.

Observou-se que um conselheiro reproduz explicitamente uma visão conservadora e machista sobre as mulheres. Destaca-se que esse tipo de pensamento contribui para a perpetuação das situações de



violência e para a permanência de traços culturais e sociais que inferiorizam a mulher. Esta visão não é generalizável para todos os conselheiros, sendo que alguns ressaltam veemente um posicionamento consciente e crítico de que as mulheres não tem nenhuma responsabilidade sobre a violência sofrida, ao contrário, são vítimas de um sistema patriarcal, machista e opressor.

Além disso, percebeu-se que os/as conselheiros/as reproduzem uma concepção que relaciona a mulher ao campo doméstico. Sabe-se que este campo é historicamente desvalorizado, baseado em um trabalho gratuito e visto como pouco qualificado, ou seja, na percepção dos/as conselheiros/as a mulher é voltada para o trabalho reprodutivo, doméstico e valores a estes associados. Tal problemática apontada coloca em questão a gratuidade do trabalho doméstico, visto como uma qualidade natural das mulheres.

Merece pontuar que a violência como área de investigação tem ganhado proeminência no debate acadêmico e extrapolado as fronteiras militantes e acadêmicas, impulsionada por medidas jurídicas que classificam a violência doméstica e familiar como crime (Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha) e pela criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher, contribuindo para desnaturalizar a violência doméstica, extrapolando-a como problema político e público.

Toda a sociedade tem que ser envolvida no combate a todas as formas de violência. O combate de qualquer tipo de violência contra mulheres e contra criança e adolescente implica na "responsabilização legal dos envolvidos, a denúncia, a declaração formal, a instauração do devido processo e julgamento" (FALEIROS 1998, p.47). Assim, enfatiza-se a



necessidade e o dever de mais investimos do poder público local, estadual e federal, com objetivo de melhorar as condições de trabalho e as condições estruturais dos Conselhos Tutelares, bem como as políticas públicas, para que sejam, de fato, universais e eficientes, atuando em articulação com as redes de proteção, com profissionais valorizados e capacitados enfrentar esse fenômeno da violência e efetivar direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o ECA e outras legislações.

Como analisa Kergoat (2010), é preciso desnaturalizar as relações sociais de gênero, pois elas não se inscrevem unicamente na instância familiar ou na econômica, “estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica” (p.99), explorando, dominando e oprimindo por meio de gênero, raça, classe, ou seja, essas relações se entrecruzam e se interpenetram formando um “nó”.

Por fim, ressalta-se que o debate de gênero é urgente em nossa sociedade, pois esta categoria gênero explica as relações desiguais entre os sexos como relações sociais, culturais, políticas e econômicas (re)produtoras de relações sociais desiguais que legitimam e naturalizam desigualdades, ou seja, essa categoria questiona o lugar social e cultural ocupado pela mulher, lugar esse construído hierarquicamente como uma relação aparentemente natural de poder entre os sexos e aborda a dimensão social, cultural e material da desigualdade sexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. Heloisa. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo, 2007.



ALMEIDA, Suely Souza de. (org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Suely Souza de. (org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. (orgs.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro. EDUSU/AMAIS/Inst. Interam. Del Niño. 1995, p. 171-220. Capítulo. GEHPAI.

ARAÚJO, Clara. SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAUJO, J.C.S (Org.). **A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2001.

AZEVEDO, M. A. e Guerra, V, N, A. **crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo, Inglu, 2007.

CHAUÍ, Marilena. "**Participando do Debate sobre Mulher e Violência**". In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.<<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso no dia 04/08/2017 .

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS N°273/93, de 13 de março de 1993.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIAS, Maria Berenice Dias. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. 351p.

FERRARI e VECINA. **O fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática**, 2002, ed. Agora.



_____**Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da Republica.

FONTINELLE, Sabrina K. M. **“No começo, a gente ficava até mais abismada com a situação, hoje não dizemos que é comum casos de abuso, porque nunca vai ser, nunca é”**: Um estudo do atendimento do Conselho Tutelar nos casos de Abuso sexual de Criança e Adolescente no município de Miracema-To. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001. <https://books.google.com.br> Acesso em: 10-05-2017.

GUERRA, Yasbek. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n.91, p.5-33, set. 2007.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v.37, n.132, p. 595-609, 2007.

MINAYO, M. C. S. (ORG.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Editora, Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. - **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo, 1996. 269p.

_____**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Censo SUAS, Brasília, 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.11-28, mai./ago.2012.

_____**O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed. São Paulo, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. In: Cadernos Pagu 16, 2001, p. 115 a 136



<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades.pdf>> Acesso no dia 05/07/2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely, Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHAIBER, B. Lilia, **Violência dói e não é direito**: violência contra a mulher e os direitos humanos, ed. UNESP, 2005, São Paulo, p. 29 a 40.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dubat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, e. c. s. **Violência sexual e gênero**: a percepção dos profissionais do serviço de atendimento especializada às pessoas em situação de violência sexual (SAVIS) nos casos de aborto previsto em lei. Miracema-TO 2017.

SILVA, M. L. O. **O estatuto da criança e do adolescente e o código de menores: discontinuidades e continuidades**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 83, 2005.

SILVA, P. Lygia. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: Edupe, 2002.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS - São Paulo, vol. 15 nº 43, 2000.

ESTUDO COMPARATIVO DA VISÃO DE GÊNERO DO MUNDO MODERNO E DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Clarissa Alves de Oliveira
Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Especialista em Ginecologia e Obstetrícia pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Médica pela Universidade



Federal do Espírito Santo (Ufes). Obstetra da Maternidade de Carapina pela Secretaria Municipal de Serra – ES. oliveiraalves.cao@gmail.com

*Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Doutora e Mestra em Educação; Especialista em Políticas e Práticas Sociais em Saúde e Assistente Social, todos os cursos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Terapia Familiar Sistêmica – CRESCENT. Professora adjunta do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. angelacaulyt@yahoo.com.br*

RESUMO: Estudo comparativo entre escritoras e suas obras que construíram concepções sobre gênero nos períodos moderno e contemporâneo. Problematizou-se: Por que e quais mudanças correram nessas concepções e qual a relação com fatores sócios históricos, político-econômicos e culturais. Pesquisa bibliográfica com análise de diferentes abordagens e concepções sobre gênero aceitas pelos movimentos feministas. Gertrude Stein, Mary Wollstonecraft e Virginia Woolf participaram da primeira onda do feminismo, iniciada antes do século XX até meados da década de 1930. Na segunda onda do feminismo, integraram: Ursula K. Le Guin, que colocou o feminismo no centro de suas histórias, Simone de Beauvoir em “O segundo sexo” debate sobre o papel da mulher na sociedade e a opressão feminina no mundo masculino e Margaret Atwood, em “O conto de Aia”, narra um futuro apocalíptico em uma sociedade dominada por um movimento totalitário e fundamentalista cristão. A terceira e última onda do feminismo começou em 1990 e ocorre até hoje. Alexandra Kollontai em “Selected writings”, Heleith Saffioti em “A mulher na sociedade de classes”, Carole Pateman em “O contrato sexual”, Bell Hooks em “Feminist theory: from margin to center”, Iris Marion Young em “Justice and the politics of difference”, Christine Delphy em “L’ennemi principal”, Carol Gilligan em “Uma voz diferente”, Catherine A. MacKinnon em “Hacia una teoría feminista del Estado”, Susan M. Okin em “Justice, gender, and the family” e Patricia Hill Collins em “Black feminist thought”. Produções de grandes mulheres que lutaram na literatura e em movimentos sociais para direitos a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Concepção Moderna e Contemporânea.

Este artigo foi construído na avaliação da literatura que surgiu no período moderno e contemporâneo da história de nossa sociedade e dos porquês que ocorreu essa alteração e de ruptura de pensamentos e construções de ideias e teorias filosóficas e sócio- comportamentais.



Ao avaliarmos o mundo do pós-primeira grande Guerra Mundial (1914 a 1918), sofreu uma série de transformações entre elas o fim do império austro húngaro e o voto feminino, com a eclosão da Revolução Russa em 1917, desmoronou a ordem europeia dos países desenvolvidos, promovendo processos de descolonização.

Com o voto da mulher tornando-se realidade houve uma decadência dos movimentos feministas, pois se viu que muitas de suas demandas tinham sido sanadas e as sociedades viviam em uma situação de quase igualitarismo, assim muitas mulheres abandonaram a militâncias, enquanto outras continuaram trabalhando basicamente com os problemas econômicos e nas reformas das leis sobre a infância e a maternidade. As feministas nesse período, em que o triunfo da revolução bolchevique era real e o medo vermelho cresceu entre as classes médias, com medo de serem rotuladas como subversivas, não ousaram a competir com os homens nos partidos políticos institucionalizados mesmo com seu sufrágio já legalizado.

Desde o começo do século XX, nos países industrializados a taxa de natalidade estava em queda, e culpou-se a independência das mulheres cada vez maior, e as feministas de minar a nação e a família e assim termina a segunda onda feminista e o feminismo é dado como morto.

Foi com Simone de Beauvoir em sua obra "O segundo sexo" em 1949, ao abordar a consciência de sofrer a discriminação por ser mulher, composto de 02 volumes, onde o homem é o centro, a medida e a autoridade, andocentrismo, o homem como uma medida de todas as coisas.



E a mulher é a *outra*, nessa relação, de um mundo masculino onde os homens são detentores do poder e criadores da cultura. E essa condição é universal, pois existe em todas as culturas. A mulher precisa ser ratificada a todo o momento pelo homem, o homem é essencial e a mulher está sempre em relação de assimetria com ele, heterodesignação. Os homens lhe impõem que não assumam sua existência como sujeitos, e sim que se identifiquem com a projeção que nelas fazem seus desejos.

Considerava-se filósofa e não feminista, sem qualquer intenção política ou de reivindicação. Somente após conversar com mulheres de 40 anos, que tinham vivido o sentimento de "seres relativos", durante sua existência, a autora passou a pensar nas dificuldades, armadilhas e obstáculos que a maioria das mulheres encontrava em seu caminho. E ao completar 40 anos decidiu escrever sobre si e sobre o fato do que significava para ela o fato de ser mulher, e sua obra "*O segundo sexo*" constituiu um dos textos clássicos do feminismo moderno (BEAUVOIR, 1980).

Em "*A Mulher Desiludida*" Simone de Beauvoir apresenta três estilos narrativos entre as histórias que estava experimentando, diferentes modos fictícios, onde as três heroínas são vistas sob diferentes ângulos. Quando a vida dessas três mulheres começa a desmoronar, tudo que elas pensavam, tudo pelo que lutavam, acaba tornando-se hostil (BEAUVOIR, 2015).

A primeira história, "*A Idade da Discricão*" é sobre uma mulher de certa idade, escritora, que tem medo de que a velhice diminua sua criatividade para a escrita. Ela não pode suportar que seu filho escolha um caminho diferente do que ela sempre pensou para ele, ou seja,



uma carreira universitária. Seguem-se as brigas entre mãe e filho, mulher e marido, mãe e filha, ou seja, diferentes estados de espírito através do qual uma mulher pode se sentir traída, ao recusar-se a “ver” a verdade quando ela é apresentada. Em outras palavras, um autoengano. E a velhice vai sublinhando toda a história.

Em “O Monólogo”, o estilo de Beauvoir adquire tons amargos, divagações de uma mulher rica vivendo sozinha às vésperas de um Ano-Novo. Numa narrativa irada, implacável em relação às pessoas de sua convivência, que ela culpa. Nos seus quarenta anos, a consciência do narrador toma volta quando descobrimos a verdade terrível. Apesar das situações difíceis relatadas nesse conto, a mudança do estilo narrativo chama a atenção. É impressionante. Esse é o resultado de reflexões noturnas de uma mãe que foi privada da custódia de seu filho. Uma mãe que deixa seu veneno sobre tudo e todos, que despeja seu ódio e vingança contra seus parentes e seus filhos, que são suas próprias vítimas.

O terceiro conto é o nome do livro, “A Mulher Desiludida”, onde, sob a forma de um diário, Monique relata o declínio dia a dia de seu casamento. Depois de ter sido informada por seu marido, após vinte anos de casamento, que ele está tendo um caso com uma mulher mais jovem, o mundo de Monique é literalmente afetado, pois é completamente dependente de seu marido e ela tinha construído sua vida em torno desse homem, e toda a sua vida está ameaçada por essa notícia. Simone de Beauvoir escreve um relato sincero de algo que era muito mais devastador em um tempo em que as mulheres eram incapazes de se sustentar financeiramente, em particular, uma mulher de meia-idade que não gozava do benefício da juventude a seu lado.



É composta por uma série de diários escritos por Monique, uma mulher de meia-idade cujo marido é um médico trabalhador e cujas duas filhas crescidas já não vivem em casa. E quando Maurice, marido de Monique, sai completamente de cena, podemos sentir um lugar escuro e vazio. No quarto fechado do seu ex-marido, que eles haviam compartilhado durante tanto tempo, agora reside um sentimento de um futuro solitário, do qual ela tem muito medo.

Um tema universal, em que medos humanos como envelhecimento, perda, desespero assumem algo íntimo e pessoal, que continua atual, apesar das diferenças de épocas. Mesmo tendo sido Simone de Beauvoir a pioneira do feminismo moderno, outras autoras também foram identificadas com seus trabalhos como sendo de origem fundamental ou de inspiração feminista.

Virginia Woolf no seu livro "*Um teto todo seu*" (2014), que surgiu a partir de duas palestras chamadas "*As mulheres e a ficção*", proferidas por Virginia para a plateia essencialmente feminina da Sociedade das Artes, na Londres de outubro de 1928. Virginia Woolf trata do feminismo de forma levíssima, mesmo que afirme as coisas mais terríveis sobre a vida da mulher alegre, feliz e livre de todo rancor, e cria algumas imagens fortíssimas que ficaram marcadas. A primeira é a da irmã de Shakespeare, Judith. Tão talentosa quanto o irmão, ela teria vivido subjugada por tarefas domésticas e todos os seus esforços para demonstrar seu talento teriam sido esmagados pela família. Então, desesperada, ela foge, apresenta-se num teatro de onde é sem mais nem menos enxotada, para depois prostituir-se e suicidar-se. A outra é da escritora fictícia Mary Carmichael. Ela não é muito boa, sua frase é dura e seu romance, que Virginia finge ler, é mais ou menos chato. Só



que lá pelo meio há uma frase: “Chloe gosta de Olivia”. E então, finalmente, naquele livro bem ruinzinho, apareceu a Grande Mudança, pois às vezes mulheres gostam de mulheres, não?

Virginia Woolf parte das precursoras da literatura inglesa até chegar à grande explosão do século XIX, com o aparecimento de Jane Austen, das irmãs Brontë, Emily e Charlotte, e George Eliot que, em verdade, chamava-se Mary Ann Evans. Suas obras-primas nascem após anos e anos de trabalho conjunto. A experiência apresentada por estas escritoras dá forma perfeita à tradição. Woolf faz questão de deixar claro que, casualmente ou não, as escritoras que foram melhor sucedidas são aquelas que guardaram para si seu justo rancor. Se Austen ressentia-se contra sua sociedade e família, e ressentia-se, basta lê-la com profundidade, ao escrever seus livros sob as constantes interrupções das “coisas que são tarefas de mulher”, pois as mulheres do século XIX nasciam e morriam trabalhando para os homens. De George Eliot nunca se ouviu nada, pois ela se fingia de homem. Porém, em *Jane Eyre*, Charlotte Brontë teve seu pior momento ao escrever claramente um trecho rancoroso, o que não fez Emily, de coração de poeta e maior talento. Um livro, escrito nove anos após as mulheres obterem direito de voto na Inglaterra, é uma ampla análise da situação da mulher e de sua relação com o dinheiro. Virginia Woolf insiste em que as mulheres precisam de duas coisas para criar uma nova literatura: um teto todo seu, ou seja, um quarto que pudesse ser trancado à chave para escrever, e uma renda de aproximadamente 500 libras anuais. Para tanto, a mulher deveria trabalhar, Virginia fazia parte da Liga do Trabalho Feminino, a fim de obter alguma independência. Virginia demonstra que todos os bons poetas de sua época são abastados, mas



é o talento da autora para fazer nascerem seus argumentos e frases de um feminismo culto, fino, esclarecido.

Nos Estados Unidos as mulheres começaram a ser inseridas no mercado de trabalho com a Segunda Guerra, assim que a mesma terminou, tiveram que voltar para casa, seguindo o célebre discurso nazista, mesmo com Hitler perdendo a guerra, os famosos KKK alemães (*kinder, Kirche, Kurcher*: crianças, igreja e cozinha), que se estendeu praticamente por todo mundo. Passa então a reinar novamente a domesticidade obrigatória. As mulheres foram dispensadas de seus empregos para dar lugar aos homens que voltavam da guerra. Uma nova sociedade de consumo estava surgindo necessitando de donas de casa perfeitas, com eletrodomésticos perfeitos e de muitas mulheres dispostas a comprá-los.

Em 1963, Betty Friedan escreve "*A mística feminina*", que analisava a profunda insatisfação das mulheres norte-americanas consigo, com suas vidas e como elas expunham isso tudo em problemas pessoais manifestados através de ansiedade, depressão, alcoolismo e diversas patologias autodestrutivas. É de acordo com a autora uma reação contra todas as possibilidades que cerceiam as mulheres de suas realizações pessoais, contra a uma atitude patriarcal contra o sufrágio e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho durante a guerra, que culpabiliza todas as mulheres que não são felizes simplesmente como mães e esposas. Mas o livro se centrou somente em mulheres de classe média dos Estados Unidos.

Os anos 60 foram marcados por uma intensa agitação política, onde o sonho americano havia se tornado um pesadelo, com o assassinato de Kennedy, os protestos contra a guerra do Vietnã se espalharam pelos



Estados Unidos e o capitalismo inicia sua crise com perda de juros sobre o capital, Alexandra Kollontai (1977), decide reunir-se por conta própria e a organizar-se de forma autônoma, iniciando o Movimento de Libertação da Mulher, que resultou em um feminismo radical norte-americano que foi de 1967 a 1975. Embasava-se nos fundamentos teóricos de Kate Millet "*Política sexual*" e de Shulamith Firestone "*A Dialética do sexo*", publicados em 1970, baseando o feminismo num projeto radical, alterando as situações opressoras pela raiz, armadas pelas ferramentas teóricas do marxismo, da psicanálise e do anticolonialismo, revolucionando a teoria política nas relações de poder que estruturam a família e a sexualidade. Consideravam que todos os homens recebiam os benefícios econômicos, sexuais e psicológicos do sistema patriarcal, que ampliaram a dimensão psicológica da opressão. Essa ideia foi expressa pelo manifesto fundador do New York Radical Feminist (1969), "*Politics of the Ego*".

Junto com esses manifestos, outras autoras também expressaram suas ideias através da literatura como Helleith Saffioti "*A Mulher na sociedade de classes*" (2013), Bell Hooks "*Feminist theory: from margin to center*" (2000) e Carole Pateman "*O Contrato sexual*" (1993). Esse feminismo defendido passa a ser também um feminismo de outras lutas, como pelo direito a sua sexualidade, construção de sua identidade sexual, sua cor, sua classe sócio econômica e origem cultural.

No feminismo pós-moderno, ocorre um questionamento e confronto com as bases teóricas da visão empírica do ponto de vista feminino, desencadeando novas perspectivas de visão identificadas com o novo pensamento pós-moderno. Onde a abordagem feminista é muito diferente das abordagens anteriores, que tem como essência a



variedade dos pontos de vista feministas contraditórios e conflituosos, onde a possibilidade da existência de uma noção única da verdade é impossível.

Ao analisar os estudos e literatura de mulheres pós-modernistas observamos vários temas de debate como pós-feminismo, pós-modernismo, fim da ideologia e a emergência de um pluralismo neoliberal que tornaram as reivindicações tradicionais do trabalho feminista, totalmente arcaicas.

As feministas pós-modernas rejeitam o fato que existe uma grande teoria que pode explicar a posição das mulheres na sociedade, ou que exista uma categoria única e universal de mulher, ao contrário elas incentivam a aceitação de muitos pontos de vista diferentes, onde existe a importância na desconstrução da linguagem masculina e da visão masculina do mundo e tentam criar uma linguagem com termos mais abertos, que reflitam melhor as experiências das diversas mulheres do mundo. Tem em Judith Butler (2018) uma referência teórica, onde visa que desconstruir o sujeito feminino não é censurar seu significado, mas libertá-lo, emancipá-lo de suas origens maternais ou racistas do local anterior em que se encontrava aprisionado sem poder emergir, vindo a dar um novo significado a sua forma dessas mulheres existirem nessa nova realidade mundial, com pluralismo racial, cultural, e a reformulação de novos paradigmas, agora não mais gerais, e sim individuais, para que a luta possa contemplar e emancipar o pensamento de um todo respeitando suas individualidades.

A uniformização da categoria “mulher” necessita ser “desconstruída”, ou seja, todo o trajeto de construção da “mulher universal” necessita ser refeito, para que demonstrar que sua naturalidade e universalidade são



artificiais, e que “recuperando as tensões e os jogos de poder” na qual a mulher foi construída, podem assim ser revelados os interesses que a “mulher universal” representa (CHAMBOULEYRON, 2009).

A principal preocupação de Judith Butler no feminismo pós-moderno é o papel que o poder cumpre na constituição da identidade no feminismo. Já Nancy Fraser (1997) em seus pensamentos que combinar poder e autonomia na teoria feminista, misturando ingredientes modernos e pós-modernos, reunindo igualdade e diferença, procurando descrever a desigualdade de gênero em cada contexto social, e como as mulheres de tais contextos (CHAMBOULEYRON, 2009).

Apesar das diferenças de ideias entre os movimentos feministas: moderno e pós-moderno, toda essa enxurrada e lapidação de teorias e ideias, vem trazendo uma nova cara a vida cotidiana, assim como a produção cultural (LAMEGO, 1992).

E assim o feminismo segue sua proposta de reavaliação dos valores da razão, da verdade e igualdade, e atualmente tentando associar as ambivalências dos estudos feministas para a tentativa de síntese numa terceira alternativa que não é moderna e pós-moderna, mas uma justaposição, uma acomodação mútua entre diferentes narrativas culturais e políticas, procurando equalizar de forma mais coerente os pensamentos para tornar o mundo mais humano, livre e solidário, não somente para as mulheres (MENDES, 2002).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. 1. ed. Brasil: Nova Fronteira, 1980.



BEAUVOIR, S. de. **Mulher desiludida**. 1. ed. Brasil: Folha de S. Paulo, 2015.
BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Brasil: Civilização Brasileira, 2018.

CHAMBOULEYRON, I. C. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo**. 2009. 140 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

FIRESTONE, S. **A Dialética do Sexo**. 1. ed. Brasil: Labor do Brasil, 1970.

FRASER, N. **Justice interruptus**. 1. ed. New York: Routledge, 1997.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. 1.ed. Estados Unidos:Vozes,1963.

HOOKS, B. **Feminist theory: from margin to center**. 1. ed. Cambridge, MA: South End Press, 2000.

KOLLONTAI, A. **Selected writings**. 1. Ed. New York: Norton, 1977.

LAMENGO, V. Quando o feminismo é pós-moderno. **Estudos feministas**. 1992. p.219-220.Arquivo digital.

MENDES, M. A. Estudos feministas: Entre Perspectivas modernas e pós-modernas. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife. v. 18, n.2, jul/dez. 2002, p.223-238.

MILLET, K. **Política sexual**. 1.ed. New York: Rupert-Hart Davis, 1970.

PATERMAN, C. **O contrato sexual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. 1. ed. Brasil: Tordesilhas, 2014.



TRANSFEMINILIDADE E TRANSMASCULINIDADE VERSUS BINARIEDADE E HETERONORMATIVIDADE

Daniele dos Santos Francisco
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Campus Sorocaba/SP
danielesannfrancisco@gmail.com

RESUMO: As expressões sociais na construção de identidade, relações interpessoais, sexualidade e carreiras profissionais de transexuais configuram-se equivocadamente e de forma vulnerável em meio a definições de gênero binário e a heterossexualidade compulsória em uma busca incessante de pertencimento e encaixe ao novo gênero, posteriormente aos esforços primários para desprendimento ao gênero social atribuído ao seu momento de nascimento. O gênero constitui um estabelecimento social envolvido por diversos estigmas pautados em um sistema capitalista enaltecido do patriarcado por meio da opressão de grupos considerados inferiores e marginalizados através da misoginia, LGBTfobia e outras demonstrações de violência e desrespeito aos direitos humanos básicos. Esse processo estabelece uma herança do processo de colonização atribuindo-se desde o mesmo os “papéis sexuais e sociais” dos que são considerados homens ou mulheres. Essa regulação binária de gênero e sexualidade limitam as possibilidades da simples existência de indivíduos trans, uma vez que essa existência afronta e rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica, desestabilizando as bases opressoras por estabelecer um desafio a seus privilégios, injustiças e paradigmas pré-estabelecidos, pois coloca à prova sua eficácia e confiabilidade. Por essas razões entende-se a relevância do tema e a essencialidade de ações de grupos engajados em movimentos sociais considerando a transfeminilidade e transmasculinidade. O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e preliminar, almeja a análise das expressões sociais da transfeminilidade e transmasculinidade segundo as concepções da binariedade e heteronormatividade vigentes na sociedade brasileira. A transfeminilidade e a transmasculinidade buscam a desconstrução da concepção binária de gênero e da opressão heteronormativa.

Palavras-chave: Transexualidade, Feminilidade, Masculinidades.

Introdução

As expressões sociais na vida das pessoas transexuais perpassam pelas definições de gênero binário e a heterossexualidade compulsória na tentativa de se encaixarem num novo gênero apesar do desprendimento ao gênero social atribuído ao nascimento.



O gênero é uma construção social carregada de estigmas num sistema capitalista, com raízes no patriarcado, opressor e misógino, instituído no Brasil pelo colonizador.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003).

A sexualidade é entendida em diferentes níveis de importância para cada pessoa. A construção social e o valor do papel da sexualidade em diversos segmentos da sociedade são os fatores que contribuem para a diferenciação entre mulheres e homens, para além de diferenças físicas e/ou psicológicas, transformando os corpos em sexuais e socializados. Mas vale ressaltar que a identidade de gênero deve ser separada da sexualidade, pois esta última é apenas uma das variáveis dessa identidade.

Em nossa sociedade o gênero é um conceito que apresenta a construção social coletiva das singularidades da feminilidade e a masculinidade como “papéis sexuais”. A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica.

Uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro, pressupondo e impondo a restrição do gênero dentro dessa binariedade (BUTLER, 2003).

A binariedade e suas concepções de fêmea e macho, feminino e masculino são apenas performatividade e regulação/dominação social.



Butler (2003), com base em Foucault (1988), analisa e afirma que as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino são nada além de efeito performático e regulatório.

O pensamento biologicista determina apenas duas divisões possíveis, fêmeas e machos, reforçando a binariedade, legitimando-a, definido a coerência entre sexo-gênero, sexualidade humana e a reprodução, estabelecendo a heterossexualidade compulsória.

Segundo Butler (2003) "o sexo não limita o gênero, então talvez hajam gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo".

A Heteronormatividade é opressora e detém o controle das divisões sociais e a manutenção da estrutura política, econômica e social, configurando um modelo universal, biologicista, regulatório e obrigatório.

Define-se a Heteronormatividade como um padrão de sexualidade que determina a organização social e suas posturas e papéis pré-estabelecidos. Entretanto, há exceções a esse comportamento e essa "inadequação" recebe como resposta a marginalização, violência, perda de direitos básicos e criminalização (PETRY & MEYER, 2011).

Entretanto, apesar da força dessa regulação há exceções, como os transexuais, rompendo com a norma heterossexual reconstruindo seus corpos através da cirurgia de redesignação sexual. Ainda que esses indivíduos não se identifiquem com o padrão socialmente designado para os seus corpos, há uma busca pela adequação a norma heterossexual, redefinindo seus corpos e seus comportamentos. Esse



paradoxo estabelece uma grandiosa temática de pesquisa (PETRY & MEYER, 2011).

Para Witig (1992) a categorização funciona como primitivos conceitos numa teorização corrente, denominado pensamento hétero, dizem respeito a gênero, sexo, diversidade, e outros que são influenciados por este pensamento, incluindo história, cultura e realidade.

No pensamento hétero a relação heterossexual é entendida como social obrigatória, destacando o caráter opressivo desse pensamento em sua tendência de universalização da produção de conceitos em leis gerais, aplicada a todas as sociedades e épocas, com significância absoluta a estes conceitos fundados na heterossexualidade, produzindo diferenças entre os gêneros como um dogma político e filosófico, inviabilizando culturas contrárias, ordenando portanto as relações humanas, sua própria produção de conceitos e processos inconscientes, corroborando para a mitificação, linguagens metafóricas e enigmáticas poetizando o caráter compulsório da heterossexualidade (WITIG, 1992).

No caso da 'identidade de gênero', desde a infância, os sujeitos são ensinados a se enquadrar em padrões normativos, demarcando fronteiras do que é esperado ou não de uma menina ou menino. Esses corpos são vigiados pela sociedade (família, escola, mídia), de forma a não apresentar ambiguidades e se ajustar a comportamentos percebidos como 'normais'. (MISKOLCI, 2014, p. 60).

Para Rich (1993), a heterossexualidade compulsória está intimamente ligada à dominação masculina e o casamento heterossexual como instituição.

A significância das identidades está sujeita às relações de poder sociais e a "naturalidade da heterossexualidade". Esta heteronormatividade



vigente na metrópole, a Europa, foi inserida compulsoriamente nas colônias, causando um verdadeiro epistemicídio das culturas.

O sistema colonial/moderno de gênero estabelece apenas os gêneros homem e mulher, categorias extremamente limitadas. Ainda permanece na intersecção gênero/classe/raça os construtos centrais do sistema de poder do capitalismo. Dessa forma, é essencial incluir o gênero como categoria de dominação. (LUGONES, 2014).

Pensar na colonialidade do gênero é pensar na opressão unilateral, historicamente complexa a partir da "diferença colonial". Descolonizar o gênero é intrinsecamente uma prática, decreto à crítica da opressão de gênero radicalizada, colonial, capitalista heterossexualizada, buscando uma transformação vivida do social (LUGONES, 2014).

A colonialidade do gênero exprime o modelo eurocêntrico heteronormativo, ideologicamente estabelecido no marianismo e patriarcado, massivamente instituído nas colônias, enraizando-se culturalmente, determinando os saberes, comportamentos, sentidos comuns e auto-imagens, incorrespondentes as realidades destas colônias, influências que refletem até os dias de hoje.

Portanto não há como desconsiderar os efeitos da colonialidade do gênero para nossa sociedade, reforçando a binariedade e a heteronormatividade trazida no contexto do processo "colonizador", reforçando que a pessoa transexual deva "se encaixar" nos gêneros feminino ou masculino e orientação sexual heterossexual.

A incongruência entre o corpo e o gênero identificado é traduzido ao gênero transexual e o acolhimento social destes corpos ainda é um



tabu na sociedade moderna e coloca em risco sua efetivação como seres humanos.

A transexualidade é considerada um fenômeno complexo, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e bases orgânicas (CASTEL, 2001).

Neste contexto as expressões de feminilidade e masculinidade trans têm sido reforçadas como exigência social da binariedade e heteronormatividade em que as pessoas devem expressar as “essências” do “novo gênero”, embora a transmasculinidade esteja buscando desatrelar à binariedade.

Desatrelar as expressões de gênero dos conceitos binários e heterossexuais contribui para a liberdade dessas expressões e composições de novas performances.

As feminilidades e masculinidades trans contribuem para novas concepções de mulheres e homens na sociedade, desconstruindo os modelos “universais”.

Os movimentos transfeministas coletivos apresentam objetivos semelhantes e apontam para uma consciência social e política, criticando o sexismo e afirmando o benefício coletivo para todas as mulheres.

A quebra da hegemonia de construção, representação e performance social é extremamente importante para a desconstrução dessa imposição.



Falar sobre temas “polêmicos” contribui para o rompimento do silenciamento e transgressão das barreiras para promoção de discussão acerca de problemáticas “protegidas” pelos sistemas machista, capitalista, racista, opressor e LGBTfóbico, uma vez que a igualdade de direitos não deveria se tratar de uma polêmica (HOOKS, 2013).

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e de análise preliminar, sendo utilizadas plataformas e bases científicas reconhecidas na comunidade acadêmica na composição desta como SCIELO, CAPES, LILACS. Futuramente serão aprofundadas as concepções da transfeminilidade e transmasculinidade em detrimento da binariedade e heteronormatividade instituída.

Objetivos

Analisar as expressões sociais da transfeminilidade e transmasculinidade segundo binariedade e heteronormatividade vigente na sociedade brasileira.

Transfeminilidade

O transfeminismo é uma corrente feminista que considera a transgeneridade. Até então as mulheres trans eram excluídas dos movimentos feministas, buscando a emancipação. O fomento das discussões da transfeminilidade traz a luz novos conceitos de feminismos e abarca mulheres para esses movimentos e pensamentos feministas sem exclusão alguma.

A conceituação de gênero aplicado ao feminismo contribuiu para a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher,



tornando possível a construção das identidades de gênero (BENTO, 2006).

O feminismo mudou a percepção sobre quem são as mulheres, ampliando a definição que antes contemplava apenas as mulheres brancas, abastadas, casadas e com filhos, congregando a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, portadoras de necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e, as transexuais (JESUS, 2013).

Segundo Jesus (2013), o transfeminismo no Brasil vem se consolidando através de grupos de pessoas com objetivos comuns e consciência política, sendo o meio virtual bastante utilizado para alcançar a chamada "mulheridade" e inserção nos movimentos feministas como empoderamento, visibilização e emancipação. Porém, é patente que em nossa sociedade as mulheres transexuais não recebem o mesmo tratamento e oportunidades, ou garantia de direitos dado às mulheres cisgênero equivocadamente chamadas no popular "mulheres de verdade", além de vitimização pelo machismo, sexismo de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade.

O transfeminismo é definido primordialmente como um movimento feito por e para mulheres transexuais que entendem que a sua libertação está intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (KOYAMA, 2001 apud JESUS, 2013).

O transfeminismo surge como uma crítica ao cissexismo e a falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da categoria de sexo e das relações entre homens e mulheres, reconhecendo a intersecção entre as variadas



identidades e o caráter opressivo sobre corpos não conformes com os ideais racistas e sexistas da sociedade, empoderando os corpos das pessoas como eles são (JESUS E ALVES, 2012).

As principais pautas do transfeminismo segundo Alves (2012) são:

- 1) As questões da feminilidade;
- 2) A despatologização das identidades trans;
- 3) Cissexismo;
- 4) A separação da ideia de identidade de gênero como sendo sinônimo de sexualidade, e a visibilidade das pessoas trans não heterossexuais;
- 5) Direitos Reprodutivos e politicamente são enumerados sete pontos: 1) combate à violência cissexista/transfóbica; 2) direitos reprodutivos para todas/os; 3) princípio da agência; 4) desconstrução das identidades binárias; 5) corpo-positividade e/ou empoderamento; 6) livre sexualidade; e 7) terminologia não essencialista.

O movimento transfeminista busca incluir as mulheres trans nas discussões de gênero, direitos e para o empoderamento destas, contrariando o cissexismo, identidades binárias e heterossexualidade compulsória essencialmente.

A binariedade e a heteronormatividade exprime um apagamento da diferença, apoiada na cisgeneridade.

Transmasculinidades



A transmasculinidade abrange identidades com expressões masculinas que divergem da binariedade e vêm se constituindo como "novas" identidades sociais e políticas no contexto brasileiro.

As transmasculinidades caracterizam-se por expressões de gênero masculinas, que não se encerram em um modelo hegemônico, são múltiplas, rompendo e desconstruindo as verdades naturalizadas e essencializadas dos sexos e gêneros binários (PAMPLONA, 2016).

A nomenclatura transhomens busca "fugir" da opressão da binariedade e cisgenenridade da corporalidade. O transhomem, portanto, é erroneamente lido como "lésbica masculinizada".

A transmasculinidade é uma forma diferente de se pensar masculinidade, fato relacionado à existência de pessoas que nascidas em uma identidade de gênero oposta reivindicam um tipo de masculinidade distinta ao padrão heteronormativo cisgênero que atrela a hombridade a genitálias e características físicas (UCHÔA, 2017).

É a sua rápida capacidade de passing, estreitamente vinculada ao desconhecimento social da condição FTM, mas também relacionada á bem elaborada construção de "corpos sociais masculinos", que se torna especialmente eficaz após a realização da mastectomia e do uso prolongado de testosterona. Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres transexuais, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilidade adquirida com frequência à duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero (ALMEIDA, 2012, p.519).

O drama vivenciado pelos homens trans durante a transição entre a comunidade lésbica e a masculina para inserção em uma delas é bastante complexo (BERUTTI, 2002 apud UCHÔA, 2017). O transhomem,



por exemplo, enfrenta dificuldades de inserção nos movimentos de lésbicas, pois no contexto binário e heteronormativo, a figura do homem é vista como dominador/opressor.

Existem pluralidades no “universo masculino” e para tanto se utiliza a nomenclatura masculinidades para abarcar todas as expressões masculinas, e o mesmo ocorre com a transmasculinidade.

A relevância da discussão da transmasculinidade está na reflexão e quebra de paradigmas acerca do conceito de masculinidade e garantia da visibilidade do transhomens trans para garantir a elaboração de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e de trabalho.

A busca pela cidadania é um dos preceitos dos movimentos transmasculinos. **Considerações finais**

As expressões sociais são determinadas pelas definições de gênero binário e da heteronormatividade/heterossexualidade compulsória, esta última uma tecnologia social, vigente em nossa sociedade que limitam a liberdade de novas expressões de gênero e performances sociais.

O gênero colonial é uma categoria de dominação que estabelece apenas a binariedade como aceitável e impressa desde a colonização brasileira, invisibilizando as diferenças.

A transexualidade desfaz a lógica causal entre sexo-gênero e orientação sexual, sacodem os espaços fixos de entendimento do universo masculino e feminino, conferidos de forma basililar.

A transfeminilidade e transmasculinidades são expressões sociais de identidades de gênero que buscam desconstruir determinações



binárias, que exigem que esses corpos pertençam e exalem as performances da dualidade existente no sistema binário e heteronormativo constituídos no processo de colonização brasileira, visando à liberdade dessas expressões, garantia de inclusão de direitos e acesso social e ao empoderamento das pessoas trans.

Existem expressões não essencialmente binárias na transexualidade, essa pluralidade contribui para a queda da hegemonia binária e heterossexual que exige que seja expressa a corporalidade nessa visão.

O gênero é uma tecnologia capaz produzir e de reiteras as dicotomias entre feminino e masculino, bem como de desconstruí-la.

A crítica à heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória que mantém a obrigatoriedade da coerência entre corpos, desejos, gêneros e identidades é de extrema importância para a liberdade dos corpos.

As transidentidades precisam urgentemente sair da "clandestinidade" e assumir o espaço da cidadania, reconhecendo o gênero politicamente para a garantia da inteligibilidade deste gênero e, universalidade, equidade e integralidade de direitos.

As feminilidades e masculinidades dizem respeito à percepção social de si próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

PETRY, AR; MEYER, DEE. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Textos & Contextos. Porto Alegre: v. 10, n. 1, 2011, p. 193 – 198.

WITTIG, M. The Straight Mind and other Essays, Boston: Beacon, 1992.

MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). Marcas da diferença no ensino escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). Adrienne Rich's Poetry and Prose. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200005>.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2017.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

JESUS, JG. FEMINISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA TEORIA TRANSFEMINISTA. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em:



http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acessado em: 22 Jun. 2018.

JESUS, JG; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais .Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN dossiês 8. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acessado em: 22 Jun. 2018.

ALVES, H. Introdução ao transfeminismo. *Transfeminismo*, 1 Outubro 2012. Disponível em:<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>. Acessado em: 23 Jun. 2018.

PAMPLONA, RS. Transmasculinidades: novas visibilidades frente à normatividade dos gêneros. Congresso Nacional de História. *Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas*. UFG – Regional Jataí. Jataí-GO, 2016. Disponível

em:http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477921340_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOOFICIAL.pdf Acesso em: 23 Jun. 2018.

UCHÔA, LFP. Transmasculinidade e os Desafios Cotidianos. *Revista Educação – UNG-SER*. v.12, n.1. 2017 (ESP). Disponível em:

<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2884> Acesso em: 23 Jun. 2018.

ALMEIDA, G. 'HOMENS TRANS': NOVOS MATIZES NA AQUARELA DAS MASCULINIDADES? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20 (2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012> . Acesso em: 23 Jun. 2018.

VIOLÊNCIA SEXUAL E GÊNERO: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL (SAVIS) NOS CASOS DE ABORTO PREVISTO EM LEI



Ellen Cristina Santos Silva.
*Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema do
Tocantins – TO*
ellenelara2012@gmail.com

Débora de Paula Bolzan.
*Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema do
Tocantins – TO*
debora.bolzan@mail.uft.edu.br

RESUMO: O presente trabalho intitulado: “Violência Sexual e Gênero: A Percepção dos Profissionais do Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) nos casos de Aborto Previsto em Lei” tem como tema o debate sobre a desigualdade de gênero, aborto e o fenômeno da violência sexual, fazendo uma análise nos casos de aborto previsto em Lei atendidos no SAVIS, serviço ofertado pelo Hospital e Maternidade Dona Regina em Palmas -TO. Tem como objetivos específicos: verificar de que maneira tem se realizado o atendimento às vítimas que buscam o aborto previsto em Lei; Identificar quais os procedimentos junto às vítimas após o aborto previsto em Lei. Para tanto, a pesquisa buscou trabalhar os conceitos de violência sexual, gênero e aborto previsto em lei. Desse modo abordaremos o contexto do SAVIS, destacando o fenômeno da violência sexual. Como procedimento metodológico utilizou-se uma metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Portanto, podemos perceber que a violência de gênero tem se tornado cada vez mais pública, e que a sociedade perpetua cotidianamente a cultura do estupro, que resulta, em muitos casos, nos procedimentos de aborto previsto em lei realizados pelo SAVIS. Por fim, a pesquisa reitera a necessidade urgente de descriminalizar o aborto, pois este é um dos principais causadores de morte materna no país, além de atingir principalmente mulheres pobres e negras.

Palavras-chave: Violência Sexual; Gênero; Aborto Previsto em Lei e SAVIS.

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “Violência Sexual e Gênero: A Percepção dos Profissionais do Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) nos Casos de Aborto Previsto em Lei” tem como tema o debate sobre a desigualdade de gênero, aborto e o fenômeno da violência sexual, fazendo uma análise dos profissionais nos casos de aborto previsto em Lei atendidos no Serviço de Atenção



Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS), do Hospital e Maternidade Dona Regina em Palmas – TO.

O “Dona Regina” oferece o Serviço de Atenção Especializada as Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS), e que dentro do serviço temos o Projeto Margarida⁴⁵. Primeiramente no Art. 3º da 1ª portaria do Diário Oficial nº 3.470 - O SAVIS é referência para mulheres a partir de 12 anos de idade em situação de violência sexual ocorrida até 72 horas.

Art. 4º O SAVIS é referência às pessoas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias (criança, adolescente, mulher, homem e idoso) em situação de violência sexual, com atendimento de urgência, emergência e o acompanhamento ambulatorial por no mínimo 6 (seis) meses.

O SAVIS tem como objetivo promover a atenção integral e integrada às pessoas em situação de violência sexual, de forma humanizada e segura, evitando a revitimização, de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde e com a Portaria Nº 485, de 1º de abril de 2014, que redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em

⁴⁵ O que é o projeto Margarida? É o atendimento especializado pelas pessoas exclusivas do SAVIS a equipe multiprofissional que é: médico, enfermeiro, assistente social e psicólogo. Toda e qualquer pessoa que sofre a violência sexual desde o primeiro momento dela, desde a classificação de risco, já tem que ter um profissional do SAVIS do projeto Margarida para acompanhar, porque isso? Para evitar a revitimização. Primeiro que a forma de acolher é diferenciada que o profissional está capacitado para isso e segundo para evitar que ela fique contando o ocorrido na recepção ou depois conta pro enfermeiro, conta para outro médico, então por isso que é acolhido por essa equipe especializada. E o projeto Margarida ele atende a parte ambulatorial de segunda a sexta feira ele atende admissões e ambulatorial, agora final de semana e noite, não é o projeto Margarida sozinho a assistente social e psicólogo ainda continua do Margarida mais o médico do plantão que faz o atendimento. Então o que faz diferença do SAVIS todo no geral e do projeto Margarida que é um adentro no projeto do SAVIS é que, é um projeto que atende admissões, violência aguda e crônica, mas que são atendidos pela primeira vez de segunda a sexta feira pela equipe completa. No final de semana o assistente social e o psicólogo continuam do projeto Margarida do SAVIS, mais os demais são plantonistas do Hospital.



Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do próprio serviço⁴⁶.

O interesse em pesquisar esse tema se deu através da realização do estágio no SAVIS, com a preocupação e indignação frente aos episódios de violência praticados contra estes sujeitos, tendo como principais agentes da violência pessoas, em geral, pessoas próximas da criança/adolescente, ou seja, familiares e indivíduos nos quais as vítimas confiam e conhecem, ou seja, via-se no cotidiano de estágio que a casa era o lugar de maior vulnerabilidade para este segmento social, mesmo sendo indiscutível a relevância da família para o desenvolvimento dos mesmos.

Portanto, é importante destacar que a categoria gênero⁴⁷ explica as relações desiguais entre os sexos como relações sociais, culturais, políticas e econômicas (re) produtoras de relações sociais desiguais que legitimam e naturalizam desigualdades, estabelecidas historicamente com base em construções culturais e sociais que diferenciam e hierarquizam os sexos, ou seja, essa categoria questiona o lugar social e cultural ocupado pela mulher, lugar esse construído hierarquicamente como uma relação aparentemente natural de poder entre os sexos e aborda a dimensão social, cultural e material da desigualdade sexual. Ademais, temas como a igualdade de gênero, a luta pela equiparação salarial de homens e mulheres, pela valorização do trabalho feminino

⁴⁶ Como a portaria interna do SAVIS ainda não foi publicada, não pode ser fornecido a ninguém. Informação concedida pela coordenadora do Serviço.

⁴⁷ A análise da categoria gênero deve ser entendida como uma relação entre sujeitos históricos e participantes de um padrão de acumulação capitalista que se apropria das relações de gênero para explorar as diferenças socialmente construídas a seu favor. Assim, “os sujeitos históricos têm suas relações reguladas pelo gênero, conjunto de representações absolutamente central na sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 74).



remunerado e não remunerado, dentre outras, são inclusive, bandeiras do Serviço Social. Isso porque essa profissão é caracterizada pela feminização persistente historicamente e, ao falar de mulheres, estamos falando também majoritariamente das usuárias das políticas públicas.

TIPOS DE VIOLÊNCIAS MOTIVADOS POR DESIGUALDADE DE GÊNERO

O debate acerca do fenômeno da violência sempre esteve presente no processo civilizatório da humanidade, porém, a mesma, não é um fenômeno natural, mas sim uma construção social, fazendo com que a questão em discussão apresente-se carregada de complexidade, enfatizando que se tem um desafio a ser problematizado. Evidentemente, qualquer que seja a definição de violência, a mesma é sempre caracterizada como violação da dignidade da pessoa humana. Elenca-se que,

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser ou contra sua própria vontade. Por meio da força e da coação psíquica, obriga-se alguém a fazer algo contrário a si, aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. (CHAUI, 2009, p. 308).

Saffioti (2015) enfatiza que conceito de violência é a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.

Concernente a este aspecto, ao cabo de desenvolvimento da sociedade em que vivemos que é eminentemente capitalista, trazendo em seu bojo a riqueza concentrada nas mãos de poucos, endossando



um grau de miséria de parte significativa da população, verifica-se que ao lado deste quadro estão o patriarcado e o racismo, representando elementos que constituem determinantes para a perpetuação de relações sociais desiguais de poder. Logo, a subalternidade de países como o Brasil tem nos segmentos sociais: mulheres, crianças, negros e pobres, figuras concretas para o acometimento da violência (SAFFIOTI, 2007).

Saffioti (2007) pondera que a vitimização de crianças é bastante propagada, devido ao fato de que o agressor é detentor de pequenas parcelas de poder, almejando o grande poder, com isso não se dá por satisfeito por estar neste patamar inferior e num sentido de se tornar apto a exercer esse grande poder, que ultrapassa sua autoridade, ou seja, o que a autora denomina de *síndrome do pequeno poder*.

Essa síndrome do pequeno poder é a violência como expressão do excesso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, que faz da vítima um objeto, desrespeitando seus direitos fundamentais, à vida, à liberdade, à integridade física e a segurança. As consequências decorrentes deste tipo de vivência parecem ser inúmeras, porém há certa dificuldade em descrevê-las de modo sistemático, porque, dependendo do caso, as sequelas são agravadas ou amenizadas com o tempo.

Exemplo alusivo disso segue abaixo:

[...] Trata-se do trabalhador que, com raiva de obedecer às ordens de seus superiores hierárquicos, maltrata a mulher e os filhos, quando volta a casa. Trata-se da mãe que, oprimida e espezinhada pelo marido exerce seu pequeno poder contra os filhos, maltratando-os quando atacada pela síndrome do pequeno poder. Trata-se do assaltante jovem, que estupra uma mulher de mais de 70 anos. Obviamente, o móvel do



crime não foi o desejo sexual, mas a síndrome do pequeno poder. (SAFFIOTI, 2007, p.18).

Mesmo com os exemplos supracitados, é importante ressaltar que a síndrome referenciada neste debate não acontece com exclusividade nas classes empobrecidas. Afinal, trata-se de um fenômeno que ultrapassa classes, religião, etnia, entre outros. Concomitantemente a esta colocação, o poder está presente e é evidente em todas as relações sociais, o que na compreensão de Saffioti (2007) relaciona – se com seu caráter extremamente desigual frente aos indivíduos, seja a criança, tida como inferior pelo adulto, até mesmo a mulher considerada inferior aos homens, ou mesma a relação social iníqua entre negros e brancos ou ricos e pobres.

A questão central dos pressupostos aqui salientados é demonstrar o quanto a dominação do adulto, em especial o homem, está peculiarmente associada ao alarmante número dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente com atenção voltada ao público feminino, não significa que não ocorre esta violência contra meninos, mas é evidente o grau de ocorrência contra meninas. À luz desta discussão afirma-se que são praticamente inexistentes notícias deste fenômeno tendo como precursora a mulher, ou seja, "quanto à violência sexual, raramente se tem notícias deste tipo de violência sendo praticado por mulheres" (SAFFIOTI, 2007, p. 56).

À luz da teoria marxiana, sobretudo da categoria historicidade, pode-se afirmar que essas situações são assim desencadeadas por que historicamente a figura masculina (o homem) foi concebido como um ser superior à mulher, maior/ detentor de poder, conferindo-lhe



autoridade e dominação, que por sua vez, configura-se em relações desiguais entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2007).

É necessário considerarmos que existem diferentes tipos e formas de violência – dirigida a si mesmo, interpessoal, ou coletiva. Entretanto, a violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres. Enquanto o homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, em geral praticados por outro homem, a mulher sofre a violência masculina, dentro de casa, no espaço privado e seu agressor, em geral, é (ou foi) o pai, o namorado, o marido, o companheiro, o vizinho, o irmão, o tio ou o amante.

Tipos de Violência Contra Mulher – Lei Maria da Penha

Violência doméstica – é uma forma de violência entre pessoas que coabitam um determinado espaço. É, também, um abuso físico ou psicológico de um membro de um núcleo familiar em relação a outro, com o objetivo de manter poder ou controle. Esse abuso pode acontecer por meio de ações e de omissões. A maioria das vítimas desse crime são mulheres.

Violência física – qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal.

Violência psicológica – entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto,



chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência patrimonial – entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Violência moral - entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Violência Sexual – de acordo com a Lei nº 11 340 de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, violência sexual é qualquer ato sexual não desejada ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional. E, de acordo com esta Lei, considera-se uma violência sexual contra mulher qualquer conduta que: - a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; - a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; - a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; - limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Outros Tipos de Violências

Violência institucional – é aquela exercida nas/pelas instituições dos serviços públicos, tanto por alguma ação discriminatória, quanto pela omissão do atendimento. Por exemplo, uma garota de 15 anos vai a um



posto de saúde para solicitar um método contraceptivo e quem a atende diz que ela não tem idade para fazer sexo e que irá contar para a sua mãe.

Violência intrafamiliar – é o tipo de violência física ou psicológica que acontece no âmbito familiar. No caso das meninas, por exemplo, elas podem ser responsabilizadas pelos cuidados com os irmãos ou irmãs mais novas e pela arrumação da casa.

Violência simbólica – é um tipo de desvalorização das meninas e mulheres, colocando-as em posição de inferioridade frente aos meninos e homens. Por exemplo: dizer que as meninas não são boas em matemática porque não possuem as mesmas capacidades abstratas que os meninos.

Bullying – são violências recorrentes por meio de insultos e humilhações presenciais e constantes. Entre os meninos, as manifestações de bullying tendem a serem mais expansivas, agressivas. Já no universo feminino este tipo de violência se apresenta de forma mais velada. As manifestações entre elas podem ser fofocas, boatos, exclusão.

Cyberbullying - pesquisas mostram que o cyberbullying – em que uma pessoa usa internet e aplicativos para telefones celulares para intimidar o outro – tem aumentado nos últimos tempos. Muitos são os relatos em que as meninas deixam de ir à escola e até mesmo tentam o suicídio ao ver suas fotos ou vídeos postados na rede.

São diversos tipos de violência que o agressor perpassa na nossa sociedade que são eles: mora com a vítima; é financeiramente dependente dela; abusa de álcool e drogas; vínculos familiares frouxos; pouca comunicação e afeto; histórias pregressas de violência na família



que culmina nas mulheres e adolescentes sejam no ambiente ou na própria residência. Ocasionalmente na violência sexual que traz sofrimento mental ou psiquiátrico a vítima.

O ABORTO E SEUS ASPECTOS LEGAIS

O aborto previsto em lei é um direito em que permite a mulher à “liberdade” da escolha e de seu corpo sobre a maternidade, portanto, para ser realizado, depende apenas do consentimento da vítima. No entanto, essa “liberdade” é relativa, pois deve se adequar ao que prevê a legislação brasileira, não sendo, assim, um direito de qualquer mulher. Em 1º de Setembro de 2005 foi publicado na PORTARIA Nº 1.508, que “dispõe sobre o procedimento de justificação e autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”.

Considerando-se que nos últimos anos a discussão acerca da temática do aborto previsto em lei tem ganhado uma forte visibilidade, além de ser um debate de suma importância e necessidade, é preciso que sujeitos sociais estejam articulados em prol da prevenção, atendimento e responsabilização das vítimas de violência. Viana (2008) irá ressaltar que a garantia do atendimento é direito das pessoas em situação de violência, e esses serviços devem ser implantados e amplamente divulgados para a sociedade.

Segundo Santiago (2008) “o aborto é definido pela terminação da gravidez antes de completar 20 semanas e pode ser espontâneo ou induzido”. O aborto espontâneo é aquele que quase não pode ser



prevenido, tendo que passar pela curetagem depois da perda. Santiago irá ressaltar que:

Para se ter ideia da importância deste tema na saúde mundial, estima-se que ocorram entre 46 e 55 milhões de abortos espontâneos e induzidos, por ano, no mundo inteiro. Isso significa aproximadamente 126.000 abortos diários, ou 5.000 por hora. Desses, cerca de vinte milhões são realizados de maneira insegura. (SANTIAGO, 2008, p.33).

Compreende-se que existem outros tipos de aborto, como resalta Senatus (2008, p.50):

O aborto pode ser natural, acidental, criminoso, legal ou permitido. O aborto natural não é crime e ocorre quando há uma interrupção espontânea da gravidez. O acidental, também não é crime, e podem ter por origem várias causas, como traumatismos, quedas etc. O aborto criminoso é aquele vedado pelo ordenamento jurídico. O aborto legal ou permitido se subdivide em: a) terapêutico ou necessário: utilizado para salvar a vida da gestante ou impedir riscos iminentes à sua saúde em razão de gravidez anormal; b) eugenésico ou eugênico: é o feito para interromper a gravidez em caso de vida extra-uterina inviável. O aborto miserável ou econômico social praticado por motivos de dificuldades financeiras, prole numerosa. O aborto honoris causa é feito para salvaguardar a honra no caso de uma gravidez adúltera ou outros motivos morais.

Debater sobre a legalização do aborto necessariamente implica falarmos de direito de escolha e de direitos humanos. No atual contexto, esse debate vem se tornando uma polêmica. Oliveira (2005:132-133) enfatiza que “[...] neste raciocínio, a questão do aborto é uma questão de direitos humanos para as mulheres. E essa luta pelo direito ao aborto foi uma luta muito solitária das mulheres feministas [...]”.

A luta pelo direito ao aborto tem sido protagonizada por movimentos feministas e por movimentos ligados à saúde, com objetivo de



combater o crescimento dos abortos clandestinos através da autonomia individual da mulher, tomando como base o cenário atual de morte de mulheres por fazerem o aborto ilegal, muitas vezes pelo uso de medicamento abortivo, como misoprostol (Cytotec) sendo usado por 50% a 80% das mulheres que praticam aborto (VIANA, 2008). Segundo Viana (2008) apesar das proibições legais e religiosas, o aborto continua existindo e constitui uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil. São eles os três casos de mortes através do aborto clandestino:

“A morte de Tatiana Camilato, de 31 anos, está sendo investigada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. De acordo com a família, ela teria saído de casa para fazer um aborto clandestino na quinta-feira (9). Levada para uma UPA no Engenho Novo por uma desconhecida após o procedimento, Tatiana não resistiu e morreu na sexta-feira (10)”. “Ela contou [sobre o aborto] apenas para uma amiga e para a minha filha de 15 anos. Essa amiga ainda tentou tirar essa ideia da cabeça dela, mas a Tatiana disse: 'Eu não tenho saída, preciso fazer isso, sou mãe solteira. Preciso tirar'”, conta Daniele Camilato, de 35 anos, irmã de Tatiana, que deixa três filhos, de 9, 12 e 13 anos. A 25ª DP (Engenho Novo) investiga o caso”. (COELHO, 2015).

“Uma mulher de 28 anos morreu ao ser submetida a um aborto em uma clínica clandestina em Benfica, na zona norte do Rio de Janeiro, na última sexta-feira, dia 19. O corpo da vítima, grávida de cinco meses, foi encontrado naquela noite, com um corte na barriga, em uma rua deserta na Favela Parque Senhor do Bonfim, na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a cerca de 20 quilômetros da clínica”. (NEUMAM, 2016).

Jandira, de 27 anos, está desaparecida desde o dia 29 de agosto. De acordo com os parentes da jovem, ela decidiu interromper uma gravidez de três meses e duas semanas e conseguiu, por meio de amigas, o contato de Rose, que seria responsável por administrar uma clínica clandestina de aborto. Segundo o ex-marido dela, Leandro, Jandira pediu para ser levada naquele dia à Rodoviária de Campo Grande, local que teria sido escolhido como ponto de encontro para que ela fosse encaminhada até a clínica. Segundo ele, o carro que foi buscá-la — um Gol branco, de quatro portas — era conduzido



por uma mulher magra, de cabelos louros, que teria lhe dito para esperar na rodoviária que a jovem seria levada de volta ao mesmo local. (PRAGMATISMO, 2014).

A luta pela legalização/descriminalização do aborto nos aponta quatro princípios éticos, como muito bem sinaliza Oliveira (2005, p.134):

a) o princípio da integridade corporal, que é o direito à segurança e ao controle do próprio corpo, como um dos aspectos mais importantes do conceito de liberdade reprodutiva e sexual; b) o princípio da igualdade, segundo o qual todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e esse princípio incluem a igualdade de direitos entre todas as mulheres, [...]; c) o princípio da individualidade, o respeito à capacidade moral e legal das pessoas, que implica o direito à autodeterminação, [...]; e d) o princípio da diversidade, que se refere ao respeito pelas diferenças entre as mulheres, em termos de valores, cultura, orientação sexual, condição familiar e de saúde e quaisquer outras condições.

Dessa forma, o debate sobre o aborto não pode sofrer interferências religiosas ou ideológicas e deve, sobretudo, partir de princípios éticos e com base nos direitos humanos das mulheres. Segundo Corrêa e Ávila (2003) o aborto pode ocorrer pelas mais diversas situações, como pontuam:

Um aspecto crucial da gravidez indesejada, frequentemente obscurecido no debate ideológico sobre o aborto, é que, na maioria dos casos, ela ocorre em situação em que a mulher desconhece o funcionamento do seu corpo, não tem poder de negociação em relação à sexualidade e não pode arcar psicológica ou financeiramente com os custos da reprodução. [...]. (CORRÊA E ÁVILA, 2003.p. 38)

Diante desta discussão acerca do aborto previsto em lei, o Conselho Federal de Serviço Social publicou o “CFESS Manifesta⁴⁸” (2011 - 2014 p. 46) enfatizando que “o conjunto CFESS-CRESS defende, desde 2009, a

⁴⁸ CFESS Manifesta é uma coletânea publicada na Gestão Tempo de Luta e Resistência, no período entre 15 de maio 2011 e 14 de maio de 2014.



descriminalização do aborto, e desde 2010, a legalização do aborto no Brasil". Foi através desta defesa e debate protagonizado pelas instâncias representativas do Serviço Social que a categoria se posicionou explicitamente favorável à legalização do aborto. No entanto, cabe ressaltar que nem todos os assistentes sociais defendem essa bandeira, sendo ainda uma temática bastante controversa na categoria.

No 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF), entre os dias 8 e 11 de setembro de 2011, o conjunto CFESS-CRESS deliberou coletivamente diversas ações para integrar a agenda política da categoria na luta pela legalização do aborto. São elas:

- Dar continuidade às ações políticas para divulgação do posicionamento favorável à legalização do aborto, considerado como questão de saúde pública e como direito das mulheres, propondo políticas públicas que considerem os vários aspectos que envolvem estas questões, bem como contemplando as implicações éticas e as normativas profissionais do Serviço Social, contextualizados pelos recortes de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, pelo caráter laico do Estado, realizando campanha de âmbito nacional;
- Acompanhar os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, manifestando posição favorável aos que descriminalizam o aborto e contrária aos demais, mobilizando o Conjunto CFESS-CRESS com os movimentos feministas, de mulheres negras, de mulheres lésbicas para: a) Realizar audiências públicas e debates com os diversos setores acerca da temática, denunciando a questão da mortalidade materna em virtude da ausência de política de saúde voltada para o atendimento à mulher que realiza o aborto inseguro; b) Fazer incidência política junto aos gestores públicos para garantia da implantação e implementação do atendimento em hospitais, em especial da rede SUS, para atendimento referente ao aborto previsto em lei; c) Compor/fortalecer comitês em defesa da descriminalização e legalização do aborto...; d) Criar material para difundir a norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro como um direito reprodutivo... (CFESS Manifesta, 2011 - 2014 p. 46 - 47).



O CFESS defende que a garantia de direitos para aquelas mulheres que, por decisões que somente elas sabem a complexidade, recorrerem a um aborto, sem risco de morte, sequelas a sua saúde e prisão. O CFESS Manifesta (2011 – 2014 p. 47) entende e apóia a agenda de lutas do movimento feminista e de mulheres, que lutam para:

- Alterar a legislação punitiva do aborto (Código Penal de 1940) para que o aborto deixe de ser considerado crime;
- Respeitar à autodeterminação reprodutiva das mulheres: não à maternidade compulsória, sim à maternidade livre, voluntária e desejada;
- Assegurar que todo hospital da rede pública coloque em prática a regulamentação do Ministério da Saúde que dá direito à mulher a fazer o aborto nos casos previstos em lei, pois a maternidade é um direito, e não pode ser resultante de um ato de violência;
- Que o Estado garanta a Política de Saúde Integral e Universal para as mulheres, possibilitando o pleno exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, em especial, a efetivação do direito das mulheres de decidirem se querem ou não engravidar e, no caso de uma gravidez indesejada, poderem interrompê-la no serviço público;
- Implantar em toda a rede pública o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM);
- Ampliar a sensibilização de profissionais de saúde para garantia do aborto previsto em lei;
- Ampliar divulgação da Norma Técnica “Atenção Humanizada ao Abortamento”, produzida pelo Ministério da Saúde, em 2005, que trata de um guia para apoiar gestores/profissionais de saúde e introduzir novas abordagens no acolhimento e na atenção às mulheres em processo de abortamento (espontâneo ou induzido), buscando, assim, assegurar a saúde e a vida. (CFESS Manifesta 2011 – 2014 p. 47 - 48).

Desde a década de 70 o movimento feminista e movimentos sociais ligados à saúde têm lutado com intensidade para que houvesse uma reforma no código penal sobre a punição do aborto, essa luta veio buscar a legalização e o direito da mulher ao seu corpo.

O Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) foi criado em 2011 com a 1ª PORTARIA/SESAU/ Nº 601, de 16 de Junho, publicada no (DOE nº 3.470 em 22 de Setembro



de 2011) que “Institui o Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Hospital e Maternidade Dona Regina”, tendo seus artigos⁴⁹ como suporte. Assim, o objetivo do serviço é prescrito no Art. 2 da Portaria citada é “promover a atenção integral e integrada às pessoas em situação de violência sexual, de forma humanizada e segura, evitando a revitimização, de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde e do próprio Serviço” (PORTARIA/SESAU/ N° 601, 2011). O público alvo do serviço está descrito no Art. 3, sendo “referência para mulheres a partir de 12 anos de idade em situação de violência sexual ocorrida até 72 horas” (*id.ib*). Além disso; o serviço prevê que as usuárias devam ser acompanhadas por no mínimo 6 meses pela equipe multiprofissional: “Art. 5° - O SAVIS é composto por equipe multiprofissional sendo formada por no mínimo: enfermeiro (a), assistente social, psicólogo (a), médico gineco-obstetra (a) e farmacêutico (a), nomeada em Portaria pelo Secretário de Estado da Saúde” (*id.ib*). Sendo que no Hospital Dona Regina, de acordo com essa portaria, o SAVIS só poderia atender mulheres a partir de 12 anos em situação de violência sexual ocorrida até 72 horas; homens eram atendidos no Hospital Geral de Palmas e crianças no Hospital Infantil.

Apenas em 2014 com a segunda PORTARIA/SESAU/N° 817, de 14 de Julho, publicada no (DOE n° 4.171 em 16 de Julho de 2014). Que o serviço passou a atender às pessoas em situação de violência sexual. Como: crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e homossexuais. No entanto, o SAVIS é o único serviço que atende de forma gratuita, pelo SUS, pessoas em situação de violência no Tocantins

⁴⁹ Art. 1° - Instituir no Hospital e Maternidade Dona Regina o Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS).



de todas as classes sociais, com uma equipe de saúde completa e obedecendo todas as recomendações de saúde. O SAVIS foi implantado através do Projeto Margarida para acolher e atender as vítimas de violência sexual, a PORTARIA Nº 528, DE 1º DE ABRIL DE 2013 “Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Art. 2º O Serviço de Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Violência Sexual é um dos pontos de atenção das redes intersetoriais de atendimento da violência contra mulheres, previstas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, que tem como função precípua a preservação da vida e a continuidade do cuidado pelos componentes da Rede de Atenção à Saúde nas regiões de saúde. Parágrafo único. Compete aos estabelecimentos de saúde que compõem o Serviço de Atenção Integral para Mulheres em Situação de Violência Sexual realizar em favor das mulheres vítimas de violência sexual:

- I - acolhimento;
- II - atendimento clínico;
- III - atendimento psicológico;
- IV - dispensação e administração de medicamentos para profilaxias indicadas conforme as normas, regras e diretrizes técnicas do Ministério da Saúde;
- V - notificação compulsória institucionalizada;
- VI - referência laboratorial para exames necessários;
- VII - referência para coleta de vestígios de violência sexual; e
- VIII - referenciamento na rede do SUS para acompanhamento psicossocial e interface com estabelecimentos de referência definidos na região de saúde.

Nota-se que a portaria se refere especificamente às “mulheres vítimas de violência sexual”, fazendo referência às questões de gênero que estão imbricadas no atendimento as vítimas de violência. A portaria também reconhece a importância do acompanhamento psicossocial após o procedimento, pensando assim, nas consequências físicas, psicológicas e sociais que a violência pode acarretar.



A PORTARIA Nº 528 DE 2013 estabelece que o SAVIS atende exclusivamente os casos de aborto previsto em Lei, obedecendo as prescrições da Organização Mundial da Saúde e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 5º O Serviço de Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei é composto por estabelecimentos de saúde hospitalares que realizam atendimento ginecológico e obstétrico para mulheres, adolescentes e crianças até 12 anos de idade, de acordo com as faixas etárias orientadas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para fins de interrupção de gravidez nos casos previstos em lei.

Parágrafo único. Compete aos estabelecimentos de saúde que compõem o Serviço de Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei realizar em favor das mulheres, adolescentes e crianças para fins de interrupção de gravidez nos casos previstos em lei:

- I - atendimento clínico, ginecológico, cirúrgico e psicossocial, contando com serviço de apoio laboratorial;
- II - apoio diagnóstico e de farmácia hospitalar;
- III - coleta e guarda de material genético; e
- IV - notificação compulsória institucionalizada.

O serviço de saúde do SAVIS proporciona ao usuário um atendimento de saúde contando com uma equipe multiprofissional treinada e qualificada para esse tipo de atendimento, composta por médicos, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e farmacêutico. Uma equipe qualificada e multiprofissional é extremamente importante no serviço do SAVIS, uma vez que as vítimas chegam, em sua grande totalidade, fragilizadas, sobretudo pela violência sofrida e seus efeitos, evitando, assim que a mesma tenha que repetir e reviver o episódio da violência em cada atendimento profissional. O papel da equipe multiprofissional não é de investigação e sim de acolhimento à mulher vítima de violência sexual que chega ao serviço relatando que está grávida de um estupro e que deseja realizar o aborto previsto em lei.



Podemos afirmar que é indispensável a participação das autoridades legais no combate a violência sexual esclarecendo a população dos seus direitos sociais na perspectiva de que a mulher tenha sua liberdade sem preconceito, sem intervenções de instituições religiosas e conservadoras. Dessa forma, são necessários um conjunto de esforços entre Estado, através de políticas públicas, e sociedade, pois enfrentar a violência e suas consequências implica lidar com questões complexas que envolvem a moral, ética, ideologia, política e cultura, entre outros fatores.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Concluimos que a violência contra as mulheres tem se tornado cada vez mais pública. Por isso, debater e refletir sobre violência de gênero em uma sociedade machista como a brasileira ainda é um desafio.

No que tange os aspectos, ao cabo de desenvolvimento da sociedade em que vivemos que é eminentemente capitalista, trazendo em seu bojo a riqueza concentrada nas mãos de poucos, endossando um grau de miséria de parte significativa da população, verifica-se que ao lado deste quadro estão o patriarcado e o racismo, representando elementos que constituem determinantes para a perpetuação de relações sociais desiguais de poder.

Percebemos que a prevenção é capaz de reduzir a quantidade de abortos de forma significativa, como provam os países que executam seriamente esta política, como pontua Vieira (2010, p.103), a gravidez não planejada poderia ser prevenida “pelo menos em parte ou em sua maioria, já que um amplo acesso a métodos contraceptivos deveria



estar na agenda da atenção básica à Saúde em todos os municípios brasileiros, que são os verdadeiros executores do SUS". Dessa forma, além de o aborto ser uma questão de saúde pública, "já que os custos financeiros, sociais, emocionais e físicos de 250 mil internações hospitalares anuais de mulheres poderiam ser evitados ou ao menos minimizados se a prevenção da gravidez indesejada estivesse acessível a todos". (VIEIRA, 2010, p.104).

O conjunto CFESS/CRESS se posiciona explicitamente a favor da descriminalização do aborto, uma vez que a "os atuais limites excludentes da ilicitude do aborto previsto no Código Penal de 1940 são incoerentes com compromissos humanísticos e humanitários, pois a proteção do indivíduo não pode ser definida sem o auxílio dos princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça ou imparcialidade." (Santos, *et al*, 2013, p.503).

Consideramos que o SAVIS apresenta avanços no acesso ao direito ao aborto previsto em lei, sendo um serviço humanizado, no qual a vítima não sofra com a revitimização. Podendo perceber que os profissionais do serviço realizam com ética, sigilo e dedicação seu trabalho, observando princípios do código de ética de sua respectiva profissão e o que prevê a legislação brasileira.

Para finalizar:

Espera-se que a sociedade brasileira e o Poder Legislativo possam refletir sobre a descriminalização do aborto no Brasil e entendam que a proibição não impede que seja realizado. Sob o ponto de vista ético, a mulher, como qualquer outro indivíduo, independentemente de raça, etnia ou classe social, tem o direito sobre o próprio corpo. (Santos, *et al*, 2013, p.503).



Portanto, é grande a necessidade de avançamos nessa temática apresentada, pois é uma discussão muito importante para esclarecimento do sujeito atuante na sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

CFESS. Manifesta. Gestão Tempo de Luta e Resistência. (2011 - 2014). Brasília (DF) 2014.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2009. 424 p.

COELHO, Henrique. **Morte de mulher após suposto aborto clandestino é investigada no Rio**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/morte-de-mulher-apos-suposto-aborto-clandestino-e-investigada-no-rio.html> Acesso em: 04/03/2017.

CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos pauta global e percursos brasileiros. In: **Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil/ Elza Berquó (org.)** – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003

NEUMAM, Camila. **Jovem de 28 anos morre após fazer aborto em clínica clandestina no Rio**, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/08/24/jovem-de-28-anos-morre-apos-fazer-aborto-em-clinica-clandestina-no-rio.htm> Acesso em: 04/03/2017.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Os sujeitos da luta pela legalização do aborto. ÁVILA, Maria Betânia; Et. Ali. (org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PORTARIA Nº 1.508, DE SETEMBRO DE 2005, que dispõe sobre o procedimento Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei.

PORTARIA Nº 528, DE 1º DE ABRIL DE 2013, Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em



Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PRAGMATISMO, Redação. **Jovem envia mensagem desesperada antes de aborto clandestino**, 2014. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/09/jovem-mensagem-desesperada-aborto-clandestino.html> Acesso em: 02/03/2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Orgs). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007. 236 p.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª Ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2015. 160 p.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, V. C., et.al. **Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública**. Rev. Bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 494-508.

SANTIAGO, Ricardo Cabral. Saúde da mulher e aborto. In: MAIA, Mônica Bara (org.). **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SENATUS, **A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008.

TOCANTINS. **PORTARIA/SESAU/Nº 601**, de 16 de Junho, publicada no DOE em 22 de Setembro de 2011.

_____. **PORTARIA/SESAU/Nº 817**, de 14 de Julho, publicada no DOE em 16 de Julho de 2014.

VIANA, Francisco José Machado. Serviços de atendimento ao aborto legal. In: MAIA, Mônica Bara (org.). **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.



VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A questão do aborto no Brasil.** Rev Bras Ginecol Obstet. 2010; 32 (3):103-4

A "ROTA CRÍTICA" DA MULHER CAPIXABA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Emilly Marques Tenorio
Assistente Social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
emillypmarques@gmail.com

RESUMO: O presente artigo aborda as violências contra as mulheres no Espírito Santo, principalmente, as tipificadas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), trazendo elementos acerca da formação sócio-histórica do conservadorismo e patriarcado capixaba. A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, naturalizado e legitimado pelo patriarcado e, durante um longo período, ignorado pelo Direito. O alto índice de violência no estado figura, desde o primeiro Mapa da Violência, em 2012, nos rankings nacionais. No ano de 2018 o Atlas da Violência exalta o decréscimo dos homicídios de mulheres e de negros no estado do Espírito Santo. Esse último documento confere a redução das taxas de homicídios ao programa "Estado Presente", enquanto os movimentos sociais denunciam o austericídio dessa gestão governamental. O caminho percorrido pelas mulheres em busca da superação da situação de violência vivida por elas entre os serviços (policiais, socioassistenciais, jurídicos, de saúde, dentre outros) tem sido conhecido como "rota crítica". Os estudos apontam o longo percurso feito por elas, com elementos facilitadores ou dificultadores do rompimento da violência, e indicam, muitas vezes, a revitimização que sofrem nos serviços em que buscam apoio. O artigo problematiza a "rota crítica" e os serviços ofertados pela rede socioassistencial de atendimento à mulher capixaba e sinaliza a fragilização também do atendimento judicial, esfera onde a requisição das medidas de proteção são deferidas. Nos deparamos com os limites da proteção social e do tripé previsto na lei em questão (proteção, assistência e prevenção) diagnosticando que a insuficiência/sucateamento dos equipamentos, impacta na persistência dos graves índices de violência contra a mulher neste estado.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, violências contra as mulheres, proteção social.

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados de 2014, uma mulher foi agredida a cada cinco horas no Espírito Santo, tendo sido registrados 1.590 boletins de ocorrência de



agressão contra a mulher no estado⁵⁰. A violência contra a mulher e a proteção social desse público, (não) ofertada no estado, eram inquietações cotidianas que foram transformadas em um percurso investigativo desenvolvido na dissertação de mestrado em Política Social da UFES (TENORIO, 2017).

A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, naturalizado e legitimado pelo patriarcado e, durante um longo período, ignorado pelo Direito. Tem sido mais comum o termo “violência de gênero”, pois compreende-se que este termo também poderia ampliar a discussão das relações violentas para as assimetrias de poder construídas em nossa sociedade em virtude do heteropatriarcado, como ocorre com as violências contra a população LGBT, por exemplo.

Neste trabalho, concentramo-nos na violência doméstica e familiar contra a mulher, em virtude da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) abranger violências familiares, domésticas e em relações íntimas de afeto que independem da orientação sexual e, obviamente, por defendermos que as mulheres trans também estejam contempladas pela legislação.

O alto índice de violência no estado figura, desde o primeiro Mapa da Violência, em 2012, nos rankings nacionais. O Espírito Santo já esteve no topo como o estado mais violento para mulheres, cujo índice de violência letal era de 9,4 para cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012). O último Mapa da violência expôs que o estado decaiu para segundo lugar no ranking de violência letal feminina, com o índice de 9,3, atrás

⁵⁰ Dados apresentados pelo secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, em discurso no plenário da Assembleia Legislativa, durante sessão ordinária em 17 de março de 2015 (UMA MULHER É AGREDIDA..., 2015)



somente do estado de Roraima, com o índice de 15,3 (WAISELFSZ, 2015).

Porém, destacamos que, ainda conforme Waiselfisz (2015) se nos detivermos ao recorte étnico racial, o Espírito Santo, ao lado do Acre e Goiás, é uma das unidades com maiores taxas de homicídio de negras, com taxas acima de 10 por 100 mil. Nos homicídios de mulheres brancas, o estado figura em 5º lugar nacional, porém no de mulheres negras, assume a triste liderança no *ranking*, com a taxa de 11,1 a cada 100 mil mulheres, ficando o 2º colocado, Acre, com a taxa de 10,4.

Segundo Waiselfisz (2015), o estado capixaba, além de permanecer no *ranking* de homicídios femininos sua capital, Vitória, *capital brasileira com nome de mulher*, foi avaliada como a mais violenta entre as capitais brasileiras. Alarmante é o fato de que um estado relativamente pequeno, formado por 78 municípios, possua 10 destes na lista dos 100 municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino figurando com os maiores índices de violência letal contra as mulheres do Brasil.

Os outros municípios capixabas destacados como mais violentos são tanto os mais próximos à capital, a exemplo de Serra (14º), Cariacica (22º lugar), Vila Velha (70º lugar) e Viana (83º lugar), quanto também os afastados da região metropolitana, como Sooretama (3º lugar), Pinheiros (11º lugar), Jaguaré (16º lugar), Baixo Guandu (23º lugar), Linhares (42º lugar), Barra de São Francisco (51º lugar) indicando, inclusive, o fenômeno da interiorização da violência (WAISELFSZ, 2015, p. 19) e ainda, a alta concentração na região norte do estado.

De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 2015, o Espírito Santo também lidera o ranking de estados



brasileiros com os maiores índices de crimes contra a dignidade sexual, tendo sido o número de ocorrências total de 1.256 naquele ano, entre tentativas e consumações. O dado não especifica a quantidade de casos que envolvem o sexo feminino, no entanto, demarca-se a gravidade da violação da sexualidade no âmbito capixaba.

Outra pesquisa nacional, o Atlas da Violência, divulgado em 2016, organizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) afirmou que o Espírito Santo reduziu em 14,8% sua taxa de violência letal geral, sem considerar aí um recorte etário, de "raça"/etnia ou de sexo. Porém, sobre a violência letal contra mulheres, o mesmo identificou que o Espírito Santo, no período de 2004 a 2014, ainda figurava entre os 18 estados que apresentavam uma taxa de homicídio de mulheres acima da média nacional (4,6), com o índice de 7,1.

Sobre os dados da versão do Atlas da Violência de 2017 indicou que o Espírito Santo sairia da lista dos cinco estados mais violentos do país, espaço ocupado desde 1980, caindo para a 15ª posição nacional, com uma diminuição do índice de homicídios de forma genérica em 27,6%. Porém, essa pesquisa dedica importantes sessões de análise dos dados referentes à evolução da letalidade da população jovem, negra e de mulheres no Brasil.

Diante disso, o estado conserva-se no topo do ranking, com as maiores taxas de letalidade entre mulheres negras, com o índice de 9,2 (IPEA; FBSP, 2017, p.37). Apesar disso, o Atlas tece comentários elogiosos à política de segurança pública do estado capixaba. O mais atual, o Atlas da Violência de 2018 exalta o decréscimo dos homicídios de



mulheres (-43,2%) e de negros (-23,8%) no estado do Espírito Santo (IPEA; FBSP, 2018).

O Atlas da Violência de 2018 confere a redução das taxas de homicídios ao programa “Estado Presente”, enquanto os movimentos sociais denunciam o “austericídio” dessa gestão. Ao observarmos os noticiários e as denúncias dos movimentos sociais relacionados às mulheres, à questão étnico-racial e a juventude, percebemos “onde” e “para quem” o Estado está “presente” ou “ausente”, ou ainda, somente presente com políticas de segurança pública.

Torna-se difícil uma comparação do “Atlas” com o “Mapa” da violência, já que as formas de coleta de dados são diferenciadas⁵¹. Ademais, tais estatísticas trabalham com a violência denunciada, ou seja, a que aparece nos aparatos policiais ou em serviços de saúde, porém a subnotificação nos faz refletir que o cenário é bem mais violento que o mapeado. Porém, a permanência do “femigenocídio” das mulheres negras no Espírito Santo aparece em destaque.

Mesmo diante de diferentes bases de dados, resta-se comprovado que, o Espírito Santo permanece com um importante lócus de análise, que justifica a importância de lermos tais pesquisas, a partir da imbricação entre sexo, “raça”/etnia e classe social.

⁵¹ As análises do Atlas da Violência se baseiam nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, com informações até 2014. Em alguns tópicos, cruza-se as informações do SIM com outras provenientes dos registros policiais (IPEA; FBSP, 2016, 2017). Já o Mapa da Violência, utiliza como fonte de dados o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e também traz a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), uma pesquisa de base domiciliar, de âmbito nacional, realizada pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Cabe-nos uma indagação: quais elementos da formação sócio-histórica fazem do Espírito Santo um estado reconhecido no cenário nacional por sua violência e conservadorismo?

2. BREVES ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO ESPÍRITO SANTO

Percorrendo uma visão historiográfica do Espírito Santo, Nader (2002, p. 08) expõe que, na sociedade capixaba, a imigração europeia no século XIX situada nas pequenas propriedades cafeicultoras reforçaram o casamento como “objetivo natural feminino”, sendo que o espaço da mulher era o doméstico, vinculado ao trato familiar da terra, e “trabalhar fora de casa, ler e escrever não faziam parte do universo feminino até meados do século XX”.

Expõe que até a década de 1940, 80% da população capixaba vivia na zona rural e o estado possuía um modelo econômico primário-exportador, dependente do desenvolvimento agrário. A historiadora destaca que a Igreja, a família e a educação, foram instituições de grande influência no cotidiano capixaba na construção da visão de que o casamento era a forma de alcançar a felicidade e a proteção econômica necessárias às mulheres:

Essas instituições se organizaram em torno da manutenção desse imaginário e se utilizaram da cultura e da disciplina para convencerem as mulheres que o espaço doméstico era naturalmente feminino e que toda mulher deveria acreditar que só seria feliz se fosse uma “mulher de respeito”, “bem casada” e sustentada pelo homem, mesmo quando trabalhava na lavoura e ajudava no sustento da família (NADER, 2002, p.07).



Na década de 60, a falência deste modelo de desenvolvimento agrário e a política federal de erradicação do café levou o estado a um intenso êxodo rural e, depois da década de 70, a dinâmica da expansão do mercado de trabalho urbano-industrial. Em um esforço de modernização, as terras capixabas sofreram um processo de urbanização desordenada, com a expansão de favelas e a capital transformando-se num aglomerado de valores e hábitos do mundo rural conjugados com o de migrantes de diferentes locais (NADER, 2002).

Segundo Siqueira (2009, p. 10), a grande mobilidade espacial da população provocou mudanças tanto demográficas quanto socioeconômicas: "as contradições sociais no interior da sociedade capixaba intensificaram-se de maneira rápida, deu-se o acelerado 'inchamento' da periferia, e um processo de urbanização desordenado e desigual". Dessa forma, para Morgante (2015, p. 59) a violência contra as mulheres é uma das expressões de uma violência geral e isto ocorreu pois

a grande corrente migratória que se direcionou para a capital do estado, e o inchaço demográfico nesta principal zona urbana, daí decorrente, associado à falta de estrutura econômica, social e de habitação para receber esse contingente migratório, contribuíram para a propagação da violência na metrópole capixaba.

A pobreza urbana aumentou e mais mulheres viram-se incorporadas ao mercado de trabalho, já que o homem não poderia mais ser a única fonte familiar de renda. Cabe destacar que de acordo com a divisão racial do trabalho, as mulheres negras sempre trabalharam. Nader (2002, p. 08) compreende que tal fenômeno, com a abertura de um número elevado de empregos na indústria, levou a uma substituição dos papéis sexuais:



Aquelas mulheres que antes detinham o domínio do espaço doméstico e atuavam junto ao marido no campo passaram a competir com os homens na ocupação do mercado de trabalho e as mudanças no perfil desse mercado favoreceram a demanda feminina à medida em que abriram espaços para o seu engajamento.

Isto ocorreu também porque, em geral, seus salários são bem mais baixos. Rangel (2011) pondera que, nesse início do processo de modernização da estrutura urbana e econômica do Espírito Santo, a lenta expansão do setor de serviços concentrava-se na capital e as mulheres podiam concorrer às vagas para as tarefas burocráticas, obtendo um trabalho assalariado, até então restrito aos homens, mas lhes era exigido “um maior nível de instrução, o que automaticamente restringia o número e a origem social das mulheres aptas a ingressarem em tais atividades” (RANGEL, 2011, p. 128).

Rangel destaca que o mercado de trabalho feminino capixaba encontrava um dilema:

[...] todo o problema se esgueirava pela dúvida de como conciliar a demanda por mão-de-obra feminina, intensificada com o desenvolvimento urbano-industrial, com a necessidade de se manter inalterados os deveres familiares milenarmente desempenhados pelas mulheres. [...] E, de um modo geral, a participação feminina na força de trabalho definia-se exatamente como uma extensão de seus papéis domésticos, em qualquer dos ramos de emprego para o qual se dedicasse. [...] A exemplo do que ocorreu em outras localidades, o magistério primário foi uma das primeiras áreas abertas às mulheres espírito-santenses com o intuito de lhes proporcionar uma fonte de trabalho assalariado (RANGEL, 2011, p. 133, 134).

Rangel (2011) fez uma análise de impressos capixabas e sua produção textual (artigos, crônicas e ensaios), entre os anos de 1924 a 1934, de mulheres intelectuais da capital Vitória, consideradas feministas, que colaboraram com a revista “*Vida Capixaba*”, uma revista do início do



século XX. Considera-se a pesquisa interessante para demonstrar quais as particularidades das reflexões que estavam sendo feitas no estado, ou especificamente em Vitória, conhecida pelo conservadorismo⁵², já que o próprio fato da mulher escrever nesta época já era uma forma de resistência e superação de seu confinamento ao espaço doméstico⁵³. A autora aborda que não era incomum que as mulheres na literatura brasileira tivessem escritos paradoxais, “ora se inclinavam a transgredir, ora a manter e conservar” (RANGEL, 2011, p. 15) e pontua que o feminismo do século XIX e início do século XX já era multifacetado.

A pesquisadora disserta que “trabalho”, “educação” e “sufrágio” eram os principais temas abordados, e encontrou pelo menos três vertentes discursivas: “o feminismo ‘ideal e sadio’, dotado de um discurso moderado, o feminismo ‘avançado’⁵⁴, dono de uma posição mais controversa e o feminismo ‘difuso’, que transitava entre uma e outra orientação” (RANGEL, 2011, p. 09). Importa destacar que a

⁵² Almeida Cousin em 1932 descrevia “Já descobriram que Victoria é ilha; que continúa ilha, apesar da ponte Florentino Avidos. Ilha quer dizer confinamento, rotina, circulo, estreito, mesmice. Ilha é conservadora, estacionaria, embora linda, igualzinha, pequena, ingenua, em todos os tempos, brincando de pescaria pelas marés que sobem. Mas ha tambem os que pretendem ter descoberto que Victoria é porto. Porto é animação, é tumulto, é vida, é cosmopolitismo, é renovação, é choque de idéas e de gentes, é a integração no espirito do seculo e do mundo, que passa a bordo dos navios...” (RANGEL, 2011, p.27). Mantivemos na citação o português da época.

⁵³ O início da participação de mulheres na imprensa no Espírito Santo também foi tardio: “o registro mais remoto de que se tem notícia pontua a colaboração da mulher capixaba na imprensa somente a partir do ano de 1882, data distante há trinta anos das precursoras que tiveram seus textos publicados em jornais e revistas de outras regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (RANGEL, 2011, p. 29).

⁵⁴ A análise da pesquisadora demonstrou que, na corrente do “feminismo avançado”, cujas principais representantes foram Lydia Besouchet e Haydée Nicolussi, já ocorriam articulações com as lutas gerais da classe trabalhadora, apresentando ideais de liberdade e de emancipação das mulheres (RANGEL, 2011).



pesquisadora estudou um estrato social específico de mulheres letradas, intelectuais, escritoras, moradoras da capital, o que possui um recorte de classe.

O mais aceito entre as/os leitoras/es da elite capixaba, foi o denominado feminismo "ideal e sadio", mais conciliatório e vinculado ao catolicismo e ao positivismo, abordando "a conduta digna e irrepreensível que deveria ser seguida pelas mulheres em relação à família e quando nos espaços de sociabilidade da vida pública" (RANGEL, 2011, p. 153)

Consideramos que um dos elementos a serem pensados quanto ao conservadorismo e o fortalecimento do poder patriarcal capixaba é o seu alto índice de religiosidade⁵⁵. De acordo com o Mapa das Religiões de 2011, o Espírito Santo é o estado com maior quantidade de evangélicos/as do Brasil, com 15,09%, seguido pelo Acre, com 12,46%. Este último também possui a maior concentração de pentecostais. A capital, Vitória, dentre as demais capitais, lidera o número de evangélicos/as não pentecostais, com o número de 18,13%, à frente de Rio Branco que possui 14,63%. A pesquisa aponta que o Espírito Santo tem ainda 57,04% da

⁵⁵ Marx abordou a temática da religião bem como da emancipação política e emancipação humana em "Sobre a Questão Judaica". Nessa obra, faz uma crítica a dois ensaios de Bruno Bauer, um jovem hegeliano. Para ele, Bauer analisou a questão judaica da época restrita à ótica da religião, reduzindo-a a uma questão teológica. Segundo as análises de Santos (2008, p. 53): /'Marx critica a religião como uma crítica da concepção de Estado que se constitui como base e estrutura do Estado Alemão do séc. XIX. A religião é dentro desta estrutura um instrumento que não permite que os homens [e as mulheres] tomem consciência de sua verdadeira situação, fazendo com que estes passem a se preocupar basicamente com outro mundo (o céu, o paraíso, o inferno, etc.) e percebam a opressão e exploração pelas quais passam aqui neste mundo (terra), como vontade divina e não como fruto de um processo histórico-social". Nesse sentido que fazemos uma alusão ao alto índice de religiosidade e o risco da naturalização dessas relações de inferiorização da mulher e de sua subordinação ao homem".



população declarada católica; 0,72% se identificaram como espiritualistas, apenas 0,05% como devotos/as de religiões orientais ou asiáticas e religiões afro-brasileiras apresentaram o mesmo índice, 10,28% consideraram-se sem religião (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011).

Não podemos fazer uma relação direta de que, quanto mais religioso um local, maior a violência. Contudo, tratando-se de violências contra as mulheres, elementos de diversas religiões trazem impacto no desvencilhamento ou perpetuação de relações violentas, como a não aceitação da separação e divórcio e do ensinamento da submissão da mulher ao patriarca da família. Acrescem-se os entraves religiosos aos direitos sexuais e reprodutivos, com o repúdio à prática do aborto e também ao uso de métodos contraceptivos, incluindo a pílula do dia seguinte.

No processo sócio-histórico capixaba podemos analisar questões como urbanização, industrialização tardia, migração, religiosidade e demais elementos que dialeticamente se entrelaçam e reforçam o patriarcado e o conservadorismo capixaba, desembocando em uma violência específica que não se direciona só às mulheres.

3. A ROTA CRÍTICA E A REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES CAPIXABAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O caminho percorrido pelas mulheres em busca da superação da situação de violência vivida por elas entre os serviços (policiais, socioassistenciais, jurídicos, de saúde, dentre outros) tem sido conhecido como "rota crítica". Tal termo foi cunhado em estudo realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) em dez países na



América Latina, denominado "A Rota Crítica de Mulheres Afetadas pela Violência Intrafamiliar na América Latina", iniciado na década de 80 (MENEGHEL et al, 2011). Os estudos apontam o longo percurso feito por elas, com elementos facilitadores ou dificultadores do rompimento da violência, e indicam, muitas vezes, a revitimização que sofrem nos serviços em que buscam apoio (MENEGHEL et al, 2011).

A Lei Maria da Penha prevê uma rede de enfrentamento e uma rede de atendimento. Necessariamente a rede de atendimento insere-se na rede de enfrentamento, porém o inverso não ocorre sempre. A *rede de enfrentamento* é formada por órgãos de controle social, como os conselhos de direitos e órgãos governamentais e não-governamentais que formulam e executam as políticas para as mulheres, além da rede de atendimento, voltada para a assistência das pessoas envolvidas, composta por serviços especializados e não-especializados de atendimento (BRASIL, 2011).

A *rede de atendimento* é fundamental no acolhimento e acompanhamento da demanda, constituindo-se por diferentes serviços e políticas públicas que atendem as mulheres, identificam e encaminham suas demandas nas situações de violência, dividindo-se em serviços especializados e não especializados (BRASIL, 2011).

Os serviços não-especializados atendem outras demandas além das situações de violência contra à mulher e, geralmente, constituem-se como "porta de entrada". Principalmente os equipamentos vinculados às políticas de assistência social ou de saúde, que possuem "porta aberta" de atendimento e vinculação cotidiana com as mulheres, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) que podem identificar a situação e



encaminhá-las para a rede especializada de serviços. Porém, podemos acrescentar também os hospitais gerais e de emergência, outras delegacias comuns e atendimentos policiais, o Ministério Público e as defensorias públicas (BRASIL, 2011). Apresentamos brevemente alguns dos serviços ofertados pelo poder público do Espírito Santo⁵⁶.

Segundo informações do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Elaboração de ações para enfrentamento à violência contra à mulher da Polícia Civil, existem treze Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS), sendo seis na grande Vitória: Serra, Vila Velha, Cariacica, Vitória, Guarapari, Viana e sete no interior: Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Colatina, Aracruz e Venda Nova do Imigrante. Porém cabe uma avaliação se todas estão em funcionamento e em quais condições. Também existe o plantão 24 horas na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher em Vitória. Há apenas uma assistente social em cada uma das quatro delegacias da região metropolitana.

O Ministério Público do Espírito Santo MPES, possui o Núcleo de Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher (NEVID), sediado na capital e se subdivide em seis regiões (Vitória, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Colatina e Linhares). A equipe técnica concentra-se na coordenação estadual, e é formada por uma assistente social e uma psicóloga, destinadas a atender o estado inteiro.

⁵⁶ Esse levantamento tem caráter inicial expositivo, não apresentando elementos que precisam ser aprofundados em pesquisa como dados sobre recursos financeiros repassados aos serviços, precarização da estrutura física, número de trabalhadores/as, seus respectivos vínculos empregatícios e as especialidades disponíveis para atendimento que compõem a equipe multidisciplinar.



No que se refere ao Poder Judiciário⁵⁷, atualmente, existem seis Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher⁵⁸, sendo cinco situadas na comarca da capital: 6ª Vara Criminal do Juízo da Serra, 5ª Vara Criminal do Juízo de Cariacica, 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e familiar contra a mulher do Juízo de Vitória, 5ª e 9ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha, esta última a mais recente instalada, e apenas uma no interior, a 4ª Vara Criminal da Comarca de Linhares.

Nem todas as cidades possuem Defensoria Pública, o que dificulta o acesso da população à justiça. Na capital a temática era incorporada ao Núcleo Especializado de Defesa e dos Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública, porém ocorreu avanço recente, em dezembro de 2018, com a criação do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher, o NUDEM. Percebe-se que alguns municípios criam uma assistência judiciária municipal ou ocorrem as nomeações de advogados/as dativos/as. Algumas mulheres também recorrem aos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito.

Nos municípios existem somente três centros especializados⁵⁹: Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

⁵⁷ A Lei Maria da Penha expõe em seu artigo 1º que, dentre os mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, está “a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). O ES não possui nenhum juizado de competência híbrida (causas cíveis e criminais), conforme prevê a lei.

⁵⁸ Nos outros municípios, o atendimento desta demanda cabe às varas criminais (ou varas únicas), que, além desta matéria, devem processar e julgar as infrações penais contida no rol taxativo de delitos do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689/1941), ficando para os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), os demais tipos penais que são classificados como de menor potencial ofensivo (GOMES, 2010).

⁵⁹ Em Guarapari existe o Centro de Apoio à Mulher “De todas as Marias”, porém no local funciona apenas a Delegacia da Mulher, não fornecendo outro serviço especializado, por isso não contamos como serviço de atendimento.



(CRAMSV) de Vitória, Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher Víctima de Violência em Vila Velha (Cramvive) e a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres⁶⁰ (Serra), nos demais municípios as mulheres são referenciadas nos Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS) ou na inexistência desses nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS)⁶¹.

Há apenas uma Casa Abrigo Estadual, chamada “Maria Cândida Teixeira”, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Embora medida excepcional é uma alternativa necessária diante de “fatores como a falta de recursos materiais, a dependência econômica, isolamento social, ausência de apoio à mulher em seu meio (família, amigos, vizinhos)” (PINHEIRO, 2012, p. 95).

Na Saúde, o Programa de Atendimento às Víctimas de Violência Sexual (Pavivis), situa-se no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM), sendo referência para as situações de abortamento legal.

⁶⁰Notadamente, uma Secretaria possui atribuição mais ampla que um Centro de Referência, inclusive na gestão e planejamento das políticas públicas a serem implementadas, porém, em Serra, esse espaço abriga um centro para atendimento especializado às mulheres. No site da Secretaria, entre as atribuições, consta: “A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPOM) é responsável por formular, desenvolver, articular e coordenar as ações de voltadas para as mulheres no município, executando medidas que garantam seus direitos. Entre nossas atribuições estão: Atender a mulher com qualidade, fazendo valer o seu direito de cidadã enquanto sujeito de suas ações; Oferecer ações e serviços como o Grupo de Reflexão para as mulheres; as campanhas educativas nas comunidades, escolas e empresas; e a Roda de Educação permanente; Executar o programa Pró-vida, que oferece acolhimento, orientação e atendimento às mulheres em situação de violência; atendimento psicossocial; atendimento de serviço social; atendimento psicológico; atendimento jurídico; brinquedoteca; mediação de conflito; grupo de mulheres; acompanhamento social, entre outros”. Informações disponíveis em: <http://www.serra.es.gov.br/site/secretaria/SEPPOM> . Acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁶¹ O MPES criou uma ferramenta que reúne informações dos diferentes serviços da rede socioassistencial capixaba que pode ser acessada em: <https://mapadaassistenciasocial.mpes.mp.br/?cm=mpes>



Destacamos que os serviços públicos e privados que possuem usuárias mulheres, independentemente de seu direcionamento e temática, precisam estar atentos a essa demanda das violências em suas diversas manifestações (física, sexual, patrimonial, psicológica ou moral) - que não se dão de forma isolada - para realizarem o acolhimento e as orientações necessárias, sabendo que a escolha dos caminhos a serem adotados deve ser da própria mulher que precisa ser respeitada enquanto sujeito de sua própria história.

Abordar as políticas públicas e a rede de serviços é essencial, pois consideramos que a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) prevê que para o rompimento da violência precisa ser ofertado à mulher **um tripé na proteção social** constituído por ações e políticas públicas de **contenção, assistência e prevenção**. Em outubro de 2017, as Secretarias de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e de Direitos Humanos (SEDH) do Espírito Santo lançaram campanha de combate à violência contra a mulher, a qual foi criticada pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Espírito Santo (Cedimes), que apontou que a campanha, com viés publicitário e de responsabilização das famílias e da sociedade, não modifica as políticas de austeridade fiscal impressas pelo governo que atingem, principalmente, as negras e as pobres, e denunciou a ausência de políticas públicas, a precarização e o sucateamento dos equipamentos públicos voltados para o atendimento às mulheres em situação de violência no estado⁶², o que reverbera na proteção social (não) fornecida às mulheres.

⁶² Para acessar o conteúdo completo da carta de repúdio do Cedimes em Francez (2017).



PODER JUDICIÁRIO CAPIXABA E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou, em 2010, um Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (JVDFMs), com vistas à adoção de medidas que garantissem a efetividade da aplicação da Lei 11.340/2006, devido à função desse conselho de promover a “eficiência dos serviços judiciais por meio de ações de planejamento e proposições de políticas judiciárias que garantam o acesso à Justiça sem, com isso, interferir na esfera autônoma de cada Tribunal” (CNJ, 2010, p. 17).

O documento do CNJ disserta ainda sobre a diversidade estrutural entre os JVDFMs existentes, porém conclui que

em sua quase totalidade carece da estrutura apropriada para a aplicação da Lei 11.340/2006, seja pela inadequação das instalações físicas, pelas deficiências materiais ou pela insuficiência de magistrados e servidores que atuam nestes juízos especializados (CNJ, 2010, p. 17).

Destaca também que nesses Juizados ou Varas, há uma natureza híbrida, tendo em vista que atuam sobre ações de caráter penal e não penal em ações de conhecimento, medidas protetivas, inquéritos policiais e de ações penais e de execução penal (CNJ, 2010). Reflete sobre a atuação do/a magistrado/a e que seu papel deve ultrapassar “a adequação da norma ao caso concreto e do qual se exige uma visão abrangente acerca do complexo fenômeno da violência e da necessária integração com todas as atividades, meios e instituições que atuam sobre a questão” (CNJ, 2010, p. 16).

O Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal do CNJ, prevê que uma vara criminal com dois mil



processos seja atendida por dois juízes/as, assim como assinala que cada servidor/a conduza entre 200 (duzentos) e 300 (trezentos) processos" (CNJ, 2010). Sugere ainda que haja "proximidade de outros serviços como Delegacia de Polícia, Instituto Médico Legal, Centros de Referência, entre outros que devem compor a rede de atendimento à mulher em situação de violência" (CNJ, 2010, p. 21).

Durante a pesquisa de campo, a vara estudada, embora a mais estruturada dentre as varas especializadas, também está em conformidade com os requisitos sugeridos pelo CNJ, o que dificulta a promoção articulada dos três eixos sistematizados na Lei Maria da Penha. A vara possuía 5994 processos, desses 3154 são requisições de medidas de proteção de urgência. Conta com um/a magistrado/a e em seu gabinete trabalham um/a assessor/a e um/a estagiário/a voluntário/a. A equipe do cartório é formada por quatro servidores/as efetivos/as e quatro estagiários/as, dentre esses três são voluntários. A equipe técnica⁶³ é composta por dois/duas assistentes sociais e dois/duas psicólogos/as, sendo estes/as lotados/as na vara por resolução.

Percebemos que o processo de trabalho da vara especializada volta-se principalmente para as medidas que englobam as decisões de **contenção** com medidas, em sua maioria, de proibição de contato e aproximação, frequência a determinados lugares e, em determinados

⁶³ A equipe de atendimento multidisciplinar, geralmente, mas não somente, composta por profissionais de Serviço Social e/ou Psicologia, é comumente chamada de setores ou equipes "psicossociais". De acordo com mapeamento dos tribunais estaduais feito pelo CNJ, há 2.440 profissionais atuando nas varas e juizados em violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo as especialidades de serviço social, psicologia, medicina, pedagogia e ciências sociais. Em relação ao Serviço Social e Psicologia, existem, respectivamente 1189 e 804 inseridos/as (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).



casos, afastamento do lar (TENORIO, 2017). Porém, como possui equipe técnica localizada na vara, tem como procedimento padronizado intimar “as partes” a procurarem a equipe multidisciplinar. Quando assim o fazem, tem um atendimento agendado com as/os profissionais de Serviço Social ou Psicologia e esta tem sido a ação que se volta para assistência e, em menor escala, para a prevenção.

A equipe técnica multidisciplinar promove, na maioria dos casos, o que consideramos as medidas de assistência, pois realizam articulações com a rede de atendimento, em sua maioria serviços de saúde (UBS e CAPS) e assistência social (CRAS, CREAS, centros de referência da mulher), e voltam-se para orientação de outros direitos, como acesso à benefícios, políticas e serviços públicos e encaminhamentos para assistência judiciária para resolverem situações cíveis, que não têm sido contempladas⁶⁴ nas varas especializadas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra à mulher, como separação, guarda e alimentos.

Ademais, a equipe da comarca, embora com dificuldades devido ao quantitativo de profissionais, a sobrecarga de trabalho e a exiguidade dos prazos, consegue desenvolver **ações de prevenção**, conforme tipificamos de ações educativas que interferem nos padrões sexistas. Possuem o projeto de sala de espera com divulgação de informações da temática na recepção da vara, o “grupo reflexivo de gênero”, em parceria com o centro de referência para atendimento às mulheres, e, mais recentemente, em 2016, desenvolveram um Projeto de

⁶⁴ O fato das varas especializadas não assumirem a competência híbrida prevista na lei, dificulta ainda mais o acesso da mulher a resolver suas demandas que necessitam de judicialização.



Capacitação de Educadores/as Sociais com instituição de ensino, sobre a temática “Gênero e Violência contra a mulher”.

A nível de gestão, cabe destacar que o TJES implantou a Coordenadoria de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (COMVIDES)⁶⁵, em conformidade com a Resolução nº 128 do CNJ, e projetos piloto como “Programa Botão do Pânico” e “Justiça Itinerante” que ainda necessitam de avaliação e estudos sobre sua efetividade, avanços e limitações, mas já pontuamos que um dos desafios é a não existência de equipe técnica na COMVIDES, para o planejamento e execução das ações. Ainda, sinalizamos que conforme já demonstrado, embora os altos índices de violência letal contra as mulheres também ocorrem no interior do estado, as varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher se concentram mais próximas a capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a violência letal não seja julgada nas varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo matéria de crime contra a vida, de competência nos tribunais do júri, percebe-se que mesmo o homicídio feminino ou feminicídio, que ocorre em maior número na rua (31,2%), possui 27,1% de violências fatais em

⁶⁵ Em 2016, tivemos aparentemente mais um retrocesso, com a publicação do Ato Normativo nº 131/ 2016, publicado em 24 de novembro no DJES, que informa que a Coordenadoria de Violência Doméstica integrará a estrutura administrativa da Supervisão das Varas Criminais e de Execuções Penais, em virtude de “restrições financeiras e orçamentárias enfrentadas pelo Poder Judiciário do Espírito Santo [que] neste momento inviabilizam a criação e manutenção de estrutura material e humana própria para a Coordenadoria de Violência Doméstica”. Além de possível perda de autonomia da Coordenadoria, tendo em vista sua absorção pela supervisão criminal, temos questões para além da instância de gestão.



domicílio, indicando sua alta domesticidade (WAISELFISZ, 2015, p. 39), o que denota a relevância de trabalharmos com a proteção, prevenção e contenção da violência familiar e doméstica contra a mulher. Para tanto consideramos que a existência de uma equipe técnica multidisciplinar, pode ter um impacto fundamental na consolidação deste tripé.

Destacamos a necessidade de se trabalhar na esfera da prevenção e da educação, por considerar que o sistema penal não a proporciona, pois, interdita, de certa forma, a violência sem problematizá-la, criando outras violências e não fornecendo suporte à mulher, nem possibilitando reflexões/transformações à pessoa que a comete. Porém, cotidianamente, nota-se a impossibilidade ou dificuldade em se trabalhar nesta esfera educativa em virtude da falta, da precariedade ou da escassa oferta destes espaços de reflexão e suporte.

Necessita-se de investimentos e da transversalização das políticas públicas, contudo, os/as trabalhadores/as encontram, por exemplo, dificuldades de acompanhamento integral na saúde e precarização dos equipamentos da assistência social. Assim como falha diante de necessidades emergenciais como, por exemplo, o abrigamento de mulheres e seus filhos e filhas devido à escassez de equipamentos para esse acolhimento.

Assim, estamos diante de um longo caminho a ser construído, de novas alternativas que precisam ser pensadas. Esse breve ensaio esperar contribuir para incentivar a necessidade sobre pesquisa referente a rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher no Espírito Santo, pois precisamos fugir de saídas simples que desembocam



na culpabilização individual e na perpetuação de um sistema que, *a priori*, não protege e não transforma de forma profunda e radical. Nosso horizonte é que não haja rotas críticas para as mulheres e sim reais escolhas entre alternativas pautadas na liberdade e caminhos voltados para a emancipação real dos indivíduos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher**. Brasília: CNJ, 2010.

_____. **O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, 2018

FRANCEZ, Livia. Cedimes questiona propaganda institucional de enfrentamento à violência contra a mulher. In: **Século Diário**, 29 de outubro de 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Novo Mapa das Religiões**. Marcelo Côrtes Neri (coord.). Rio de Janeiro: CPS, 2011.

GOMES, Carla de Castro. **A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da “violência contra a mulher” em um Juizado do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2016**. Brasília, 2016.

_____. **Atlas da Violência 2017**. Brasília, 2017.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Brasília, 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, abril, 2011, p. 743-752.

NADER, Maria Beatriz Nader. Mudanças Econômicas, Mulher e Casamento em Vitória 1970-2000. **Anais** do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

SANTOS, Ivanaldo. A crítica de Karl Marx à religião na obra A Questão judaica. In: **Trilhas Filosóficas**, Ano 1, nº 1, jan/jun, 2008, p. 53

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A Questão Regional e a Dinâmica Econômica do Espírito Santo - 1950/1990. In: **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, 2009 Vol. 6 Ano VI nº 4.

MORGANTE, Mirela Marin. “Se você não for minha, não será de mais ninguém”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-es (2002 a 2010). **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

PINHEIRO, Maria Jaqueline Maia. **Mulheres abrigadas**: violência conjugal e trajetória de vida. Fortaleza: EdUECE, EDMETA, 2012.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. “**Feminismo Ideal e Sadio**”: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

TENORIO, Emilly Marques. Entre a polícia e as políticas: Análise crítico-feminista da Lei Maria da Penha e das medidas de proteção de



urgência judiciais. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017

UMA MULHER É AGREDIDA A CADA CINCO HORAS NO ESPÍRITO SANTO. **Folha Vitória**, 17 de março de 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2015**. OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015.

ROMPENDO SILENCIAMENTOS: SOCIABILIDADE E VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CARANGOLA-MG

Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim
*Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista CAPES.*
erikaoamorim@hotmail.com

Maria Beatriz Nader
*Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das
Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência
(LEG/UFES).*
marxis@terra.com.br

RESUMO: Este trabalho apresenta parte dos dados da pesquisa que investiga a violência contra a mulher em Carangola, município da Zona da Mata mineira, no período entre 2006 e 2016. O objetivo principal é analisar a violência conjugal com abordagem associada ao tipo de sociabilidade local e a maneira como as relações interpessoais reforçam a posição de dominação simbólica masculina, motivando o silenciamento das agressões. A proximidade entre os moradores da cidade contribui para o mútuo controle social, vigilância e julgamento moral de comportamentos e ações, sobretudo das mulheres, e acredita-se que essas particularidades podem persuadir aquelas que vivem em contextos de violência conjugal, levando-as a viver sob um *continuum* de agressões dos diversos tipos e a não denunciarem as violências cometidas por seus companheiros. A fim de ampliar os debates sobre o tema da violência contra a mulher com enfoque em uma cidade do interior, este estudo de



caso aliou metodologias qualitativas e quantitativas, já que a escolha de metodologias quali pode ser subordinada às necessidades de respostas de relações causais, nem sempre possíveis a partir de abordagens quanti. Para tanto foram entrevistadas dez mulheres que vivenciaram contextos de violência conjugal e ainda foram aplicados 376 questionários fechados em diferentes pontos da cidade de Carangola no intuito de conhecer a realidade da violência contra a mulher e encontrar casos não notificados/denunciados. Neste texto apresentam-se parte dos dados quantitativos produzidos pelo estudo, os quais identificam que há silenciamento da violência conjugal na cidade de Carangola determinado pelo tipo de sociabilidade local.

Palavras-chave: Violência de gênero; violência conjugal; patriarcado.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte dos dados da tese de doutorado “Mulher e Patriarcado: um estudo de caso sobre a violência contra a mulher em Carangola – MG (2006-2016)” da primeira autora, sob a orientação da segunda autora. Investiga a violência contra a mulher em Carangola, município da Zona da Mata mineira e analisa como o fenômeno do patriarcado enquanto sistema de dominação-exploração ainda influi no comportamento de homens e mulheres e de que maneira o tipo de sociabilidade local determina o silenciamento dos casos de violência conjugal⁶⁶.

A presença das violências física, sexual, emocional ou psicológica nas relações afetivo/conjugais é inerente às contradições do modelo hegemônico de conjugalidade ocidental na modernidade e está atrelada ao confinamento das mulheres nos espaços privados. Historicamente vinculadas à instituição familiar, tiveram seus papéis

⁶⁶ A definição de violência conjugal é dada por Miriam Pillar Grossi (1998, p. 293) como o “projeto afetivo/emocional de duas pessoas não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filhos” e se fundamenta nas categorias amor e paixão, tidas, segundo a autora, nas culturas individualistas ocidentais modernas como “naturais” e como sentimentos obrigatórios para a união afetivo/conjugal.



sociais definidos em torno da subordinação ao poder masculino. Instruídas a estarem submetidas à ordem socioeconômica, política e cultural de seus maridos, se deparam com a violência como mecanismo de controle de pensamentos, sentimentos, ações e corpos, o que faz com que sejam registradas no Brasil, por dia, treze mortes violentas de mulheres, segundo dados do Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

A violência contra a mulher é considerada uma violação aos Direitos Humanos, contudo, o silenciamento ou a subnotificação de casos de violência conjugal é uma realidade e um grande obstáculo ao enfrentamento desse problema social e à implementação de uma rede de apoio e combate a esse fenômeno. Por ser considerado um problema de foro privado, é favorecida pela invisibilidade ou subnotificação de casos. Pouco se sabe a respeito daquelas mulheres que vivem em contextos rurais ou em locais situados no interior do Brasil. A inconsistência de dados efetivos sobre a violência de gênero é ainda maior em cidades localizadas no interior do país. Mesmo com a criação de mecanismos de denúncia e da agenda de políticas públicas e programas vinculados à mulher, muitas vivem silenciadas, sob um *continuum* de agressões de diversas formas.

Saffioti (2015, p. 84) afirma que “raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo” e que por viverem envolvidas à situações de violências, muitas recebem tratamento de não-sujeitos, o que não significa que seja cúmplices de seus agressores, como defendem Chauí (1985) e Gregori (1989). Outro fator que corrobora com a subnotificação dos casos de violência está



relacionado ao ordenamento familiar e ao fato de o agressor ser, possivelmente, o único provedor da família. Sua ausência, caso seja recluso em decorrência da denúncia por cometer violência contra a mulher, dificultaria a sobrevivência do núcleo familiar. Agregam-se ainda os valores morais impostos pela sociedade, e desse modo, a fim de dar respostas ao imaginário social⁶⁷ do casamento perfeito e feliz, muitas mulheres submetem-se, silenciadas, a situações rotineiras de violência, “mostrando que a família é mais importante do que o sujeito”, conforme salienta Nader (2006, p.236).

VIOLÊNCIA CONJUGAL E SOCIABILIDADE

A condição feminina e os diversos tipos de opressões e violências contra as mulheres são objetos de inúmeros estudos, sobretudo em regiões metropolitanas. Contudo, poucas são as investigações que se debruçam a conhecer a realidade de cidades menores. Desse modo, este estudo buscou investigar a violência conjugal em Carangola, partindo da hipótese de há um alto índice de violência na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico, contudo predomina o silêncio que permeia essas relações violentas entre muitos homens e mulheres. Crê-se que tal fato sustente-se no sentido hierárquico do patriarcado, presente na convivência entre as pessoas dessa cidade, a qual reforça a presença da violência de gênero e, ainda, por inexistir uma Delegacia Especializada de Atendimento à

⁶⁷ O historiador polonês Bronislaw Baczko define o imaginário social como um conjunto de representações coletivas constituindo pontos de referência pelas quais a coletividade direciona regras e comportamentos. Sobre o assunto ver BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.



Mulher (DEAM) no município. Acredita-se também que o tipo de sociabilidade local possa interferir nas ações de homens e mulheres, dadas às especificidades da estrutura rural do lugar, com certa tendência a cristalização dos traços agrários. Por esses traços, nos quais os papéis sociais de homens e mulheres são ainda fortemente delimitados, os valores patriarcais atravessam os tempos e deixam suas marcas nas famílias, onde a dominação masculina prevalece oprimindo as mulheres.

A análise da violência contra a mulher em Carangola, no que se refere a sociabilidade, se ampara nas discussões teórico-conceituais de Norbert Elias, pois oportuniza a reflexão de como a proximidade e/ou a presença constante das pessoas representam o controle do comportamento individual e o crescente autocontrole e vigilância em todas as esferas da vida. Essas pessoas que estão sempre presentes nas relações sociais dos moradores de Carangola são atores sociais que representam a comunidade, tais como vizinhos, comerciantes, e mesmo os próprios parentes que convivem entre si. No caso específico da violência contra a dignidade da mulher, tais atores podem, por alguma razão, terem presenciado ou apenas terem conhecimento do processo de violência de uma mulher, uma vez que a proximidade entre as pessoas, dado o reduzido número de habitantes, faz com que os indivíduos dividam os mesmos espaços de convivência e se conheçam, apesar de não serem amigos próximos.

Outro aspecto relevante para se observar a ocultação sobre a convivência conjugal violenta em uma cidade pequena se ampara em comentários maliciosos, tais como os apresentados por Elias e Scotson (2000) na obra "Os estabelecidos e os Outsiders". Os autores registram a



pesquisa feita no final dos anos 50, numa pequena escala de análise, que chamam de microcosmo, de uma comunidade de periferia urbana, nomeada ficticiamente de Winston Parva. Nesse povoado industrial a população estava dividida em dois grupos: um que se reconhecia como “estabelecido”, fundado na concepção de antiguidade na ocupação do lugar, e outro grupo formado por recém-chegados, denominado “outsiders”. Entre eles havia relações de poder e o controle social⁶⁸ era feito por meio da fofoca, termo utilizado pelos autores.

O estudo que os autores realizaram sobre a especificidade de Winston Parva é norteador para a análise das relações sociais na cidade de Carangola, sobretudo a respeito de como determinam o silenciamento das violências de gênero. O uso da escala reduzida de análise para estudar a comunidade pequena de Winston Parva constitui um paradigma para investigar a violência de gênero em Carangola, pois, segundo Elias e Scotson (2000, p. 20-21)

o uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. Nesse sentido, o modelo de uma figuração estabelecidos-*outsiders* que resulta da investigação de uma comunidade pequena, como a de Winston Parva, pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico”.

⁶⁸ No que se refere ao controle social leva-se em conta o papel das instituições (família, escola, religião) que influenciam nas relações de sociabilidade e na reprodução de valores e orientações para a ação social. Nader destaca que tais instituições promoveram, na História do Brasil, o processo moralizante e o destino biológico da mulher. Sobre o assunto ver NADER, 2001, p. 71.



Ou seja, para os autores, o paradigma empírico de relações estabelecidos-*outsiders* contribui para uma compreensão melhor da dinâmica das relações sociais

uma vez que esse tipo de estudo engloba num mesmo conceito guarda-chuva certos tipos de relações que tradicionalmente só são percebidos como diferentes (...) e pode-se ver com clareza, por exemplo, o papel desempenhado nas relações estabelecidos-*outsiders* pelas diferenças entre as normas e, em especial, entre os padrões de autocontrole (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 49).

Naquela investigação, os estudiosos destacam a função dos mexericos como instrumento de rejeição infalível assim como realçavam, em alguns casos, a superioridade da conduta, dos valores e do estilo de vida de determinados segmentos dos dois grupos pesquisados, dentro da dinâmica de controle social.

No capítulo que os autores intitulam "Observações sobre a fofoca", Elias e Scotson (ELIAS e SCOTSON, 2000) fazem considerações sobre mexericos e como a boataria representa um fator de entretenimento para determinadas sociedades. Definem a fofoca como "informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas uma às outras" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 121). Conforme destacam, a informação veiculada pela fofoca é transmitida oralmente entre os membros da comunidade e com uma velocidade considerável, a fim de permitir que as notícias se espalhem pela comunidade na qual é gerada.

Assim, cada mulher que silencia a violência sofrida, além dos fatores relacionados com a convivência pessoal com o agressor, afetividade, medo ou dependência financeira, o julgamento da sociedade



veiculado através de comentários maliciosos pode representar, para essa moradora da cidade, o principal fator de ocultação sobre as agressões, já que reconhecer a violência conjugal pode significar rejeição e estigmatização por parte do grupo estabelecido, isto é, por parte da comunidade. Afirma-se, portanto, que o silenciamento da violência reside no aspecto de sociabilidade da cidade propenso a fofoca depreciativa, que emerge como fator de censura.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E DADOS DO ESTUDO

No que se refere aos aspectos metodológicos, este estudo aliou metodologias qualitativas e quantitativas, já que essa abordagem metodológica tem sido adotada por uma crescente comunidade de pesquisadores em Ciências Sociais e opõe-se a ideia antitética entre os dois métodos (KIRSCHBAUM, 2013).

Foram entrevistadas dez mulheres que vivenciaram contextos de violência conjugal e, ainda aplicou-se 376 questionários fechados em diferentes pontos da cidade de Carangola em um mesmo período (corte transversal) no intuito de conhecer a realidade da violência contra a mulher e encontrar casos não notificados/denunciados formalmente.

A indicação da maioria das entrevistadas do estudo foi intermediada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁶⁹, já que o município não possui Delegacia Especializada no

⁶⁹ O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sobre o assunto ver BRASIL.



Atendimento à Mulher (DEAM) e os casos são atendidos pela única Delegacia de Polícia local e encaminhados para o Ministério Público, que por sua vez, direciona as mulheres para atendimentos psicossociais no CREAS. Este estudo optou por acessar a rede de atendimento do CREAS, a qual atende vítimas de violência de gênero, não pela crença na judicialização dos casos, mas por acreditar que essa instituição engendra uma rede de apoio ao enfrentamento à violência, fundamentais contra o isolamento que dificulta ainda mais a situação das mulheres da cidade de Carangola. Por se tratar de uma cidade do interior de Minas Gerais, o acesso aos serviços de atendimento especializado torna-se mais penoso, especificamente quando se trata de assistência social pública. As dez mulheres que compõem o grupo estudado narraram suas experiências em relacionamentos conjugais violentos, sendo que a maioria vivenciou a violência psicológica e sutil⁷⁰. Dentre os dez casos estudados constam ainda relatos de violência física, moral, patrimonial e sexual cometida pelos companheiros e, também, duas tentativas de feminicídio. As narrativas são densas e apontam aspectos que corroboram com a afirmação de que a dominação masculina se faz presente de forma incisiva nos relacionamentos conjugais das entrevistadas.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília, 2011. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

⁷⁰ Trata-se de um tipo de violência abstrata, impalpável, que não deixa marcas no corpo físico e apenas é percebida pela pessoa que a experimenta. Traduz-se também pela solidão no casamento, resultado do desprezo do parceiro e que se transforma na violência sutil do distanciamento e da separação dentro de casa. Firma-se em "tratamentos grosseiros dos homens para com as mulheres e práticas humilhantes e constrangedoras dentro do próprio espaço doméstico". Sobre o assunto, ver: NADER, 2006, p. 241.



Para a aplicação dos questionários realizou-se cálculo amostral com margem de confiança de 95%⁷¹, considerando a população feminina local, estimada pelo IBGE (2010), em 16.604 mulheres. Neste trabalho, optou-se por exibir parte dos dados quantitativos que apontam para o silenciamento da violência conjugal.

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Destacou-se desses números que aproximadamente 40% das mulheres que compõem a amostra têm idades entre 20 a 29 anos e a maioria é casada ou vive em união estável (50,41%). As solteiras compõem um universo de 36,86%; apenas 7,32% são divorciadas/separadas e o percentual de 5,41% agrupa as respostas de viúvas e daquelas que não responderam.

No que se tange aos dados referentes às ocupações profissionais, identificou-se que 94,37% das entrevistadas possuem alguma ocupação profissional e desse percentual, 23,5% atuam no comércio; 12,3% são estudantes e somente 1,09% se declararam desempregadas. Entretanto, apesar do alto percentual na ocupação, 62,15% ganham no máximo um salário mínimo. Os dados relativos à renda das participantes do estudo corroboram com as informações estatísticas do IBGE (2010) para a cidade, as quais expõem que o salário médio mensal dos trabalhadores formais carangolenses é de 1,6 salários mínimos. A renda salarial das entrevistadas demonstra ainda os baixos rendimentos

⁷¹ Para o cálculo amostral utilizou-se a fórmula da proporção finita dada por Bolfarine e Bussab. Sobre o assunto ver: BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.



salariais auferidos pelas trabalhadoras carangolenses já que recebem remuneração salarial mínima ao exercerem seus ofícios.

Quanto ao nível de escolaridade, 34,53% tem o ensino superior completo; 20,17% ainda não concluíram a graduação; quase 40% possuem apenas o ensino médio completo e as demais, 7,73%, tem no máximo o ensino fundamental completo. A maioria das entrevistadas reside na zona urbana da cidade (93,1%). A cidade de Carangola abriga uma das Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) há mais de quarenta anos, que antes de se tornar uma Instituição Pública, constituía-se como Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE). Tal fato estimula a formação em nível superior de ensino e faz com que os indicadores educacionais referentes ao Ensino Superior sejam relativamente positivos, conforme demonstrado pela amostra que participou da pesquisa.

DADOS SOBRE CASAMENTO E A RELAÇÃO CONJUGAL

A fim de obter números que possibilitassem conhecer a realidade da violência de gênero em Carangola, especificamente na relação conjugal, elaborou-se o questionário fechado buscando inserir nesse instrumento de pesquisa questões que versavam sobre casamento e vida conjugal. Tais instrumentos foram distribuídos aleatoriamente em diferentes pontos da cidade de Carangola.

Perguntadas sobre a relevância do casamento para a vida da mulher obteve-se que aproximadamente 75% das entrevistadas consideram-no “importante” ou “muito importante”. No que tange a satisfação na vida conjugal, 81,65% disseram que estão “satisfeitas” ou “muito satisfeitas”. A



respeito do que mais agradam na vida conjugal, destacaram-se “o amor” e “o companheirismo do parceiro”, que somados atingem 67,13%. Quanto ao que mais desagradam no relacionamento apontaram “o ato de os companheiros falarem alto”, com 60,22%.

Na seção do questionário que abordou especificamente sobre a violência de gênero, perguntou-se na questão cinco: “Ele te bateu?”. Foram obtidas 12,06% de respostas afirmativas sendo que desse percentual, 55,17% denunciaram o companheiro e 93,33% pensam em se separar. Ou seja, a agressão física pode ser um dos principais fatores que contribuam para que se tenha vontade em se desvencilhar da relação conjugal.

Ao se observar as respostas totais da questão seis: “Já sentiu vontade de se separar?”, tem-se um percentual de 58,67% de respostas positivas. Objetivando compreender o que levam essas mulheres a terem vontade de se separar, as respostas da questão sete: “O que te levou a pensar numa separação?” mostram que “o menosprezo” e “a humilhação” são as principais razões, com respectivamente, 36,93% e 21,57%. Esses dados atestam a opressão sofrida na vida conjugal e confirmam a presença da violência sutil nos relacionamentos conjugais das carangolenses. Nader (2006) esclarece que a violência sutil é abstrata, impalpável, que não deixa marcas no corpo físico e apenas é percebida pela pessoa que a experimenta. Traduz-se também pela solidão no casamento, resultado do desprezo do parceiro e que se transforma na violência sutil do distanciamento e da separação dentro de casa.

Seguindo essa mesma premissa, Mary Miller (1995, p. 99) alerta que os profissionais que trabalham com mulheres vítimas de abuso relatam que



o dano do abuso psicológico é muito mais difícil de ser eliminado do que o abuso físico, pois nesse ela coloca ataduras nos ferimentos; no abuso não-físico ela não pode alcançá-los.

Ainda no que diz respeito às razões para que levassem as entrevistadas a pensar em separação, os motivos menos apontados em suas respostas estão "as bebidas" (0,33%) e a "desilusão com o casamento" (0,65%). Além disso, 11,44% relataram que já sofreram algum tipo de ameaça e 6,54%, violência sexual.

Considerando o fato que mais da metade das entrevistadas já pensaram em se separar, é fundamental compreender as principais razões que fizeram com que elas tenham desistido. Desse modo, a questão oito arguia "Caso tenha pensado em separação, por que não se separou"? Dentre as respostas obtidas, a principal razão é "a vergonha perante a família e a sociedade" (30,51%), sendo ainda que 11,06% relataram que desistiu devido serem "financeiramente dependentes" do companheiro. Das mulheres que disseram que não se separaram por "medo do companheiro", todas foram agredidas fisicamente ou ameaçadas. Do grupo de mulheres que sofreram qualquer tipo de agressão, quase metade delas (47,5%) disse que não se separaram por "vergonha da família e da sociedade".

A respeito do oferecimento de denúncia em caso de agressões foi questionado na questão nove: "Se você já sofreu alguma agressão de seu companheiro (ou ex-companheiro), já realizou alguma denúncia na Delegacia de Polícia Civil?" e 30,81% das mulheres alegaram que não sofreram qualquer tipo de agressão do companheiro, sendo que as que sofreram (69,19%), apenas 8,5% relataram que fizeram denúncias. Dentre as mulheres que denunciaram seus companheiros e pensam em



se separar, os motivos são a agressão física (30%) e ameaças (15%). As mulheres que alegaram pensar em se separar devido à violência sexual não prestaram denúncia.

O que mais chama atenção nos números levantados pelo *survey*⁷² foi o cruzamento das respostas da questão nove “Se você já sofreu alguma agressão de seu companheiro (ou ex-companheiro), já realizou alguma denúncia na Delegacia de Polícia Civil?” com a questão sete “O que te levou a pensar numa separação?”. Conforme já apontado anteriormente, foi identificado o percentual de 30,81% de mulheres que relataram não terem sofrido nenhum tipo de violência, ao responderem a questão nove. No entanto, ao responderem a questão sete (“O que te levou a pensar numa separação?”) mencionaram a ocorrência de situações de violência.

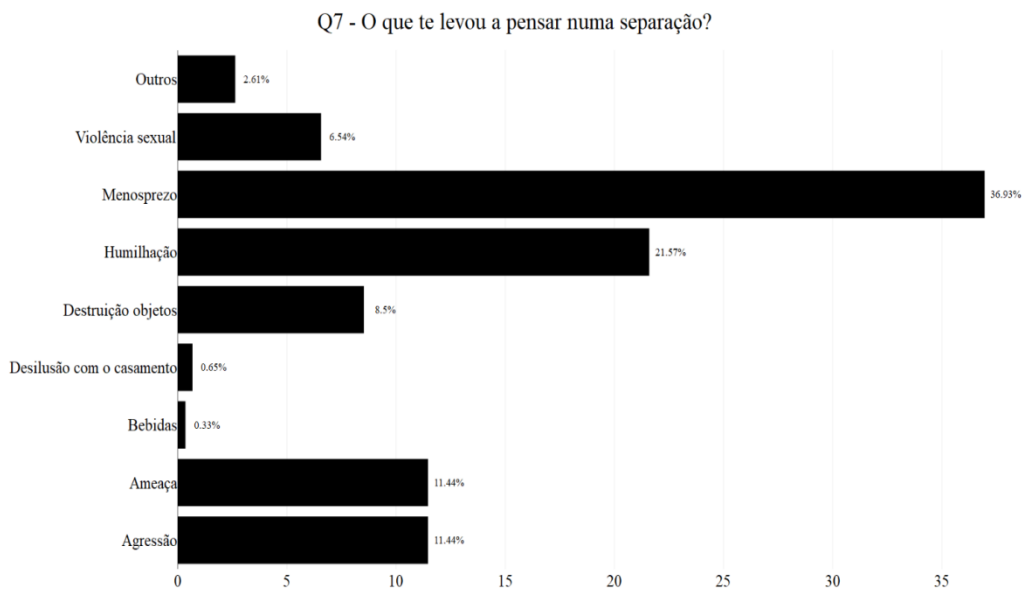
Ressalta-se que, ao elaborar o questionário aplicado à amostra do estudo, pensou-se em facilitar a compreensão das entrevistadas no que diz respeito às diferentes formas de violências, tendo-as como ruptura de diversos tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral. Seguiu-se a orientação dada por Babbie (2005, p. 193) para a elaboração dos instrumentos de pesquisa de *survey*, o qual destaca que, “em geral, você deve supor que os entrevistados irão ler os itens rapidamente e dar respostas rápidas, você deve fornecer itens claros e curtos que não serão mal interpretados sob tais condições”. Desse

⁷² O método de pesquisa *survey* oferece de maneira vantajosa a possibilidade de aplicar as análises estatísticas juntamente com os pensamentos lógicos, visando explicar as razões para as fontes de eventos, assumindo uma postura determinística de causa e efeito. A pesquisa do tipo *survey* pode ser definida como uma coleta sistemática de informações a partir dos respondentes com o propósito de compreender e/ou prever alguns aspectos do comportamento da população em estudo. Sobre o assunto ver BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.



modo, levou-se em consideração a classificação dada pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que em seu artigo sete, define as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, mas, no questionário, tais tipificações foram expostas de maneiras mais simples e de fácil identificação para as participantes do estudo. Conseqüentemente, a questão sete captou a realidade das entrevistas, já que apontaram os tipos de violência que vivenciaram em seus relacionamentos conjugais, conforme demonstra a Figura 1:

Figura 1 – gráfico de frequência das respostas quanto à questão 7.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Pode-se perceber pela Figura 1 que as respostas das entrevistadas indicam que elas vivenciam situações de violência, o que contradiz suas respostas para a pergunta de número sete, fazendo cair o percentual de 30,81% para 4,76% de mulheres que não sofreram nenhum tipo de



violência. Claramente, nota-se que existe uma tentativa de mascarar a realidade ou ainda uma tolerância com as agressões. As respostas também levam a crer que as mulheres somente consideram as agressões físicas como violência. Além disso, o percentual de mulheres que sofreram algum tipo de violência e que mesmo assim mantêm a relação conjugal e não denunciam o cônjuge é de 98,18%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romper uma relação conjugal violenta não é nada fácil para quem mantém um vínculo íntimo com o agressor, pois o rompimento envolve questões emocionais, afeta diretamente o cotidiano das mulheres aumentando a exposição às agressões num convívio com sentimentos de medo, culpa e vergonha. Tais sentimentos são internalizados pela inculcação da dominação masculina que interioriza na mulher atributos como abnegação, resignação e silêncio.

O contexto no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas acarreta singularidades que refletem a construção social de culturas masculinas e femininas marcadas por relações de poder assimétricas e, ainda uma imagem idealizada sobre as relações conjugais. A esse cenário soma-se à situação de submissão e dominação, o espectro da vergonha e a dificuldade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo.

Em cidades menores há um crescente domínio comportamental pelos membros das famílias, da vizinhança e da comunidade em todas as esferas da vida. Dado a essa característica, reconhecer a violência sofrida, falar a respeito dela e denunciar agressões representam atos de



rupturas com os padrões sociais da localidade. Do mesmo modo, agir com violência para disciplinar ações é dar uma resposta ao papel social masculino, exigido pela comunidade, que direta ou indiretamente, cobra do homem um posicionamento viril a respeito de atos e condutas disciplinares, seja entre homens ou entre homens e mulheres.

Além disso, o recomeço, palavra de ordem na dinâmica da violência conjugal torna-se mais penoso em uma cidade pequena, dado ao problema estrutural de falta de rede de apoio, majorados pelo comportamento social da comunidade, carregado de julgamentos decorrentes de uma estrutura social pautada em rígidos códigos patriarcais. Essas características e a proximidade entre as pessoas reforçam um dos medos que impedem algumas mulheres de abandonarem maridos violentos: o impacto da pergunta “O que as pessoas vão dizer?” (MILLER, 1995). Em resposta a temida pergunta, a sociedade poderá julgar que a mulher não cumpriu seu papel de subserviência, tolerância, submissão. Que não foi uma boa mãe, uma boa esposa e, por isso, envergonha a família e a comunidade e representa risco de influenciar o comportamento de outras mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.



BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília, 2011. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 18 jun. 2018, p. 1.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, pp.25-62.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos**. CEBRAP, nº 23, 1989, pp.163-175.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**, Florianópolis, Mulheres, 1998, p. 293-313.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas *quali* e *quanti* sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis:** abuso não-físico contra mulheres. Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1995.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Dutra da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

A BARREIRA HETERONORMATIVA: A IMAGEM DO SER INVISÍVEL E O SEU GRITO NO SILÊNCIO.

Fernanda Cristina dos Santos Francisco
Departamento de Pediatria Unifesp
fehcsanfrancisco@gmail.com

*Gritos, gritos, mas eu só ouço sua voz!
Olhares tortos, mas eu só vejo o seu olhar!
Ofensas, ódio, mas eu só vejo a sua boca!
Dores, tapas, socos. Mas eu só sinto seu abraço!
O mundo esta caindo, balas, sangue... Mas eu só quero segurar a sua mão!*

RESUMO: A educação promove a análise e reflexão da realidade vivenciada pelos indivíduos e esses exercícios críticos e de autonomia de pensamento estabelecem desafios complexos os quais exigem processos sistemáticos aprimorados através da prática e superação da educação bancária que historicamente prevê, prioriza e conserva a aceitação aos dogmas vigentes de seu tempo e o silenciamento dos temas polêmicos e afrontadores desse sistema. Por esse motivo é necessário interpretar, refletir, afrontar e romper com esse silenciamento típico e buscar transgredir as barreiras para promover uma discussão acerca de problemáticas "protegidas" pelos sistemas opressores, uma vez que a igualdade de direitos básicos não deveria se tratar de uma polêmica. A Heteronormatividade detém um eixo transformador e opressor fortalecendo-se, dessa forma, o controle das divisões sociais e a manutenção da estrutura política, econômica e social favoráveis às classes dominantes. Define-se a Heteronormatividade como um padrão de sexualidade que prevê e determina a organização social e suas posturas e papéis pré-estabelecidos. Entretanto, há exceções a esse comportamento e essa "inadequação" e/ou "desrespeito" recebem como respostas a marginalização, violência, perda de direitos básicos e criminalização. Devido essencialmente a perda de direitos básicos e a violência (física, sexual ou psicológica) impostas aos grupos marginalizados pelas políticas públicas e aspectos sociais demonstra-se a necessidade de discussões sobre a temática de forma não utópica para a visibilidade e promoção de garantia dos direitos básicos, principalmente, a vida. Assim, o presente trabalho detém o objetivo de discutir assuntos socialmente e academicamente considerados polêmicos por meio da criação e exposição de materiais didáticos reflexivos, um educar para a tolerância.



Palavras-chave: Educação, tolerância, LGBTfobia.

INTRODUÇÃO

Entende-se o estudo como uma análise e reflexão, em que as leituras aprofundadas e críticas são desafios complexos exigindo um processo sistemático aprimorado através da prática e superação da educação bancária que prevê a aceitação aos dogmas e silenciamento dos temas polêmicos (Freire, 1977).

Deve-se romper com esse silenciamento e transgredir as barreiras para promover uma discussão acerca de problemáticas “protegidas” pelos sistemas machista, capitalista, racista, opressor e LGBTfóbico, uma vez que a igualdade de direitos não deveria se tratar de uma polêmica (HOOKS, 2013).

A Heteronormatividade detém um eixo transformador e opressor fortalecendo-se, dessa forma, o controle das divisões sociais e a manutenção da estrutura política, econômica e social. Define-se a Heteronormatividade como um padrão de sexualidade que determina a organização social e suas posturas e papéis pré-estabelecidos. Entretanto, há exceções a esse comportamento e essa “inadequação” recebe como resposta a marginalização, violência, perda de direitos básicos e criminalização (PETRY & MEYER, 2011).

Devido essencialmente a perda de direitos e a violência (física, sexual ou psicológica) impostas aos grupos marginalizados pelas políticas públicas e sociais demonstra-se a necessidade de discussões sobre a temática de forma não utópica para promoção de garantia dos direitos básicos, principalmente, a vida.



OBJETIVOS

Analisar criticamente textos específicos e relevantes e suas interações temáticas através de discussões em relação a assuntos socialmente e academicamente considerados polêmicos criando-se materiais didáticos reflexivos.

História, uma repercussão midiática?

A construção da sociedade brasileira, da ocupação à “libertação”, ocorreu de forma hierarquizada baseada em relações de poder sobre grupos “inferiores” como as mulheres, homossexuais e negras e negros, estabelecendo um sistema de pirâmide “respeitável”. Considerava-se como “respeitável” o comportamento heterorreprodutivo baseado em moralismos, privilégios “brancos” e masculinos, recato sexual da mulher branca e uma imposição doméstica e maternal além da exploração sexual da mulher negra e do trabalho do homem negro (BALIEIRO & RISK, 2014).

A hierarquia igualmente configura-se em meio a um grupo marginalizado como o LGBT, em que homossexuais brancos e/ou privilegiados economicamente detém maior “aceitação” do que homossexuais negros (BALIEIRO & RISK, 2014).

Essa estratificação social resultou em profundas desigualdades de qualidade de vida, proteção, liberdade e ausência de oportunidades de uma condição financeira favorável e uma educação privilegiada com reflexos atuais (BALIEIRO & RISK, 2014).



Um reflexo relevante estabelece a mídia, uma ferramenta de reprodução social em massa (assim como a escola) que atinge grande parcela da população e seus estratos. Devido a interesses econômicos, sociais e políticos, a mídia geralmente restringe-se ao modelo heteronormativo para a sua própria “sobrevivência” uma vez que necessita manter os privilégios dos grupos dominantes para sua continuidade. A publicidade, matérias jornalísticas, produções fictícias e as redes sociais tendem a demonstrar os valores do padrão heteronormativo e reforçar os danos oriundos do Brasil Colonial (BALIEIRO & RISK, 2014).

Esse cenário enfraquece a ideia de sexualidade em termos privados, uma vez que os comportamentos pertencem a uma ordem social e coletiva (BALIEIRO & RISK, 2014).

Assim, a mídia detém um papel essencial para a realização de discussões abrangentes além da desconstrução de conceitos e preconceitos. Entretanto, a aceitação populacional determina o poder da mídia (BALIEIRO & RISK, 2014).

Portanto, a divulgação midiática necessita do apoio populacional e a população necessita da mídia para receber informações, estabelecendo um esforço em uma via de mão dupla (BALIEIRO & RISK, 2014).

Apesar desses desafios observam-se os esforços dos movimentos sociais para destacar as demandas sociais dos grupos marginalizados, como a quebra de discursos machistas, redução de comerciais com objetificação da mulher (essencialmente a mulher negra), valorização



dos casais homoafetivos, a luta contra o racismo e reivindicações de direitos ao próprio corpo (BALIEIRO & RISK, 2014).



Figura 1: A manipulação midiática e a liberdade de pensamento.

VIVA

José é um bom menino, mas um menino pobre. João é um bom menino, mas um menino rico. José é um menino negro, João, branco. José é um menino pequeno, João também. João dormiu muito bem, confortável e quentinho, dormiu até tarde, José não. De manhã João tomou um bom café, José, não... Hoje não tinha farinha e leite. João já está no carro, vai para escola. José vai para escola, andando. João é um bom aluno, tem energia, não fica doente, tem ajuda nos deveres de casa, José não, ele espera a hora da merenda, enquanto é castigado por não prestar atenção: "José, por que você não é igual ao João?". João é bem tratado, está limpinho, cabelo arrumado, José não, roupas sujas e velhas, José não se cuida, por isso sempre fica doente. Quando José fica doente ele vai ao posto, nem sempre consegue ser atendido, João, não. Bate o sinal, hora do lanche, José corre, mais uma vez sua atenção é chamada, quer ser o primeiro da fila, João também está em um dilema, "lanche de casa ou da cantina?". José pensa na mãe Rita, deve estar com fome, mas José não tem mochila para levar comida para ela, apenas cadernos usados e o que encontrou, João sempre perde os materiais, tem tanto que o coitado não se lembra de cuidar de tudo. O caderno de João é 10, o de José....

Ao chegar em casa João é recebido pelos pais, faz os deveres com eles, o jantar é servido, depois brinca e sua empregada guarda seus brinquedos. José cuida dos irmãos, a mãe traz pouca comida, dividida entre eles, por ser o mais



velho José come menos, a mãe solteira está cansada, ela vai dormir. João dorme feliz, José dorme de barriga vazia, João está confortável, José escuta o choro da mãe, mas ainda é melhor que os gritos quando seu pai estava lá.

O tempo passa, mais um aniversário, João tem uma festa, com presentes e mágicas. José tem um bolinho de fubá que divide com os irmãos. João ganha livros de presente, sapatos, bicicleta, videogame. José também ganhou presente, uma arma, ganhou um trabalho "moleque você é meu garoto, o céu é o limite para você meu aviãozinho". José nunca foi bem tratado na escola, mas agora ele era querido pelos chefes, tinha valor. José nunca atirou, José só queria o dinheiro, dormia feliz agora, de barriga cheia, sua mãe preocupada...

A rebeldia da adolescência chega, João está numa boa escola, quer ser médico, apronta no colégio e na rua, mas isso é normal nessa idade. José também sonha em ser médico, ajudar os pobres, está numa escola do bairro, ponto de tráfico, ele também apronta, isso porque ele é marginal, "médico? Só se nascer de novo meu caro aluno". O amor também chega, João tem Amanda, boa família, seus pais controlam o namoro, tem planos para o futuro, aconselham os dois, cuidam. José tem Aline, mesma situação, os pais não estão presentes. João e Amanda vão bem, Aline está grávida. José vai largar essa vida, ser honesto. José pega um terno velho de um tio e sai à luta, mas volta sem nada, destruído pelas palavras da sociedade. José segue seu trabalho no morro, vai bem, nunca precisou usar a arma, tem medo, só faz seus esquemas rápidos, já levou duras da polícia, João apesar de suas aventuras típicas da idade, não.

É hora do vestibular, João passa em medicina, "lutei muito para chegar aqui, se eu consigo todos podem, sou contra bolsa família e cotas, temos que conseguir por esforço, sem sofrimento não tem graça". Aline torce para José, José não passa, ficava trabalhando, não conseguia estudar, "José você ainda vai ficar famoso em jornais, teremos nosso bebê". José enfim consegue trabalho de lixeiro, vai ser um bom pai, agradece a Deus por sua sorte.

João está na festa da faculdade, bebe para comemorar, bebe muito, pega o carro que ganhou do pai, quer fazer história, acelera, acelera. João saiu no jornal "estudante de medicina atropela moradora de favela", com a ajuda de um bom advogado e de alguns favores João pagará cestas básicas, ficha limpa novamente, pode até ser candidato, morreu o assunto. Morreu também dona Rita, a moradora da favela, não resistiu ao impacto do carro importado. Sim dona Rita mãe de José, não era nada, só uma moradora da favela. João seguirá sua felicidade, irá casar com Amanda e ter filhos em uma casa com cerca branca, no bairro nobre, pois se ele conseguiu qualquer pessoa também



consegue. Sua vida será um ciclo de felicidade passado entre as gerações.

José está acabado, pensando nos irmãos, José sempre deixou de estudar para cuidar deles, para trabalhar, José não teve infância, só soltava pipa, como seria um pai agora? José abandonou o tráfico. José está andando transtornado pela rua, a metros dali acontece um assalto, a polícia procura o assaltante. Um policial vê José transtornado, José é inocente mas bate com a descrição do bandido: é negro!. Os policiais capturam José, levado para um beco escuro, e assim como em vida é bela acaba a jornada de José. Aline tinha razão, José ficou famoso no jornal "morre bandido em ação policial em favor da justiça".

Aline está sozinha agora, pensa em um aborto, está desesperada, mas os irmãos de sua igreja a condenam ao inferno. Ela não tem dinheiro, tem medo de morrer. Aline decide ter o bebê, abandona a escola, conhece alguns homens do tráfico, podem ajudá-la. O menino nasce, seu nome, José, mais um José, sem pai, com fome e frio.... mais um ciclo... um ciclo diferente, intimidador, opressor... uma nova história será contada, ainda que com finais parecidos...

Mas viva a igualdade! Viva José, viva João!



Figura 2: A "Política do Xadrez" e a desigualdade social.

A escola e a preparação para a guerra

As divisões entre grupos, meninos e meninas, inicia um processo de competição e negação de pertencimento ao outro universo.



Entende-se a escola como uma máquina pré-configurada de reprodução social e suas normas de condução dos indivíduos transmitindo regras e um conhecimento formal. Entretanto, há linhas de pensamento que sugerem a escola como um espaço de desconstrução de conceitos opressores e a interação entre os indivíduos e suas diferenças (BALIEIRO & RISK, 2014).

A “neutralidade” intrínseca das escolas baseia-se no padrão heteronormativo social estabelecendo-o como resultado esperado e único dos estudantes em formação, caracterizando-se assim esse espaço como limitante e gerador de invisibilidade a qualquer postura considerada inadequada ao padrão geral (desvios) (BALIEIRO & RISK, 2014).

Questões de sexualidade limitam-se de forma curricular a conceitos biológicos de reprodução, prevenção de doenças e gravidez não planejada (problemas de saúde pública), envoltos em ideais de uma condição binária, sem reflexão ou reconhecimento da diversidade sexual e/ou afetiva, gerando situações de intolerância e violência (BALIEIRO & RISK, 2014).

O ambiente escolar reflete os aspectos sociais, políticos e econômicos de uma cultura, inclusive seus preconceitos, discriminações e alvos da violência visível e invisível. Dessa forma, a escola não constitui naturalmente um ambiente seguro e acolhedor, necessitando-se de debates e conscientização para quebra das hierarquias impostas do lado fora de seus muros e grades (BALIEIRO & RISK, 2014).

Esse papel reprodutor adentra no espaço escolar e promove a continuidade da vulnerabilidade social, física e psicológica dos grupos



“inferiores” nas hierarquias sociais por meio de expressões de racismo, machismo, e LGBTfobia. Essas perseguições estabelecem resultados como evasão escolar (expulsão) e queda de rendimento dos estudantes vítimas de bullying (BALIEIRO & RISK, 2014).

Devido à homosociabilidade (união social masculina por sua “superioridade”) há uma negação de feminino e do homossexual por meio de desqualificação psicológica ou física, das “piadas” aos ataques violentos, pois a virilidade e a heterossexualidade dependem dessa negação do “inferior”, do “outro”, do doente e incorreto e que fere os conceitos patriarcais e religiosos vigentes, mantendo o diferente “preso no armário” (BALIEIRO & RISK, 2014).

Essa heterossexualidade compulsória imposta por diversas direções da sociedade estabelece uma única escolha para homens e mulheres: o sexo oposto, de forma inata. Qualquer desvio a esse propósito enfrentará consequências infringidas por seus pares e de forma autocorrecional devido ao sentimento de culpa (inconscientemente apreendido pelas relações sociais e de poder) (RICH, 2010).

Anteriormente a vida escolar os estudantes encontram-se em um lócus familiar (geralmente de proteção) recebendo as tradições de seu grupo. Entretanto, ao iniciar o contato com novos indivíduos e com as regras sociais ocorrem distanciamentos e situações de sentimento de inadequação e respostas pré-programadas socialmente ao “diferente” (BALIEIRO & RISK, 2014).

Nesse cenário se consolida com essencial a intervenção escolar rompendo-se a barreira da omissão, silenciamento e cumplicidade ao padrão heteronormativo oculto. Um desafio a essa quebra consiste na



ausência de preparação de profissionais da educação, preconceitos e elevada resistência social ao tema, devido à falta de informação e/ou moralismos (BALIEIRO & RISK, 2014).

Apesar de as reivindicações sociais a partir dos anos 60 como o feminismo e o movimento homossexual criarem novas demandas de discussão como os privilégios masculinos, "o privado é político" e a despatologização da homossexualidade a sociedade apresenta grande rejeição por assuntos controversos, inclusive a sexualidade e liberdade (BALIEIRO & RISK, 2014).

Segundo Foucault há um dispositivo de sexualidade socialmente controlado iniciado com o ato de disciplinar o corpo infantil e estabelecer normas e comportamentos "adequados" para cada gênero. Através dessas concepções o comportamento divergente como a homossexualidade ou transexualidade são tratados como crimes e/ou doenças ocasionando perseguições sociais observadas inclusive, devido ao fenômeno da reprodução, na escola (BALIEIRO & RISK, 2014).

Pesquisas desenvolvidas entre as décadas de 70 e 80 possibilitaram o surgimento da Teoria Queer e sua perspectiva sócio histórica e a conexão com as relações de poder. Entretanto, entre os anos 80 e 90 o ápice da aids gerou uma culpabilização dos homossexuais pelo grave problema de saúde pública, fato auxiliado pela mídia e sua abordagem preconceituosa e sensacionalista com nuances de moralismo. Assim, desafiar o moralismo consiste em uma ferramenta fundamental para desconstrução das temáticas (BALIEIRO & RISK, 2014).



A década de 90 representou um período de intensos movimentos e produções acadêmicas marcando o aparecimento do termo heteronormatividade (forma mais elevada e correta do comportamento sexual e afetivo) destacando-se igualmente o Regime do armário e o privilégio de manifestações afetivas aos casais heteroafetivos mantendo os companheiros e companheiras homoafetivos em segredo para fortalecer o controle de expressões de afeto e expressões de gênero (BALIEIRO & RISK, 2014).

Esse controle reside na coerência entre sexo anatômico, gênero, desejos e práticas sexuais, e qualquer transgressão a norma resulta em discriminação e violência (BALIEIRO & RISK, 2014; BUTLER, 2016).

Devido a inúmeras razões torna-se essencial desenvolver uma "outra escola" com o reconhecimento e respeito às diferenças como condições naturais à existência humana (BALIEIRO & RISK, 2014).



Figura 3: Morte, o castigo LGBT.

Entre os grupos marginalizados igualmente encontram-se os soropositivos. O HIV/aids representa um fenômeno atingido pela Heteronormatividade uma vez que entende-se como uma infecção



essencialmente homossexual, criando-se de maneira imaginária a conhecida “barreira hétero” mito que facilita a transmissão do vírus e a continuidade do preconceito e situações como a “peste gay” (MOREIRA, 2003).

Quem sou eu?

O meu mundo, na verdade é o mundo dos outros.
O que eu toco não pode ser vendido.
Não posso dar abraços, beijos.
Não posso ter filhos.
Não se sentam na cadeira onde sentei.
Não querem o ar que eu respiro, ou a água que eu bebo.
Não posso escolher minha profissão, não sou bem vindo em qualquer lugar, mas posso estar em qualquer... Lugar!
Sou diferente por fora? Não.
Sou diferente por dentro? Talvez.
Falam como se eu não estivesse lá! Sou invisível? Não, não sou, pois recebo olhares tortos. Então como isso seria possível?
Se eu falo, minha voz não é ouvida, falam por mim, nem mesmo minha voz é minha.
Apesar de eu não poder falar preciso contar quem sou e o que eu tenho, pois, do contrário estaria mentindo e enganando, preciso me expor para existir, mas quando me exponho, não existo mais.
Não posso mentir, nem dizer a verdade.
Só posso ser percebido quando me escondo...
Que sou eu?
Parece uma história exagerada, não? Mas esse pode ser o cotidiano de uma pessoa com HIV/aids!

O preço ou o valor de uma mulher?

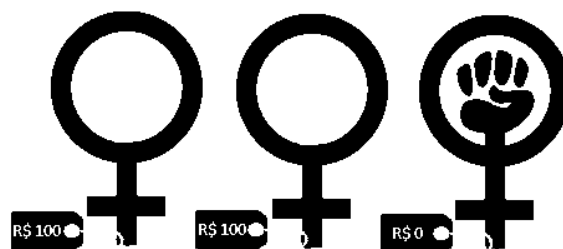


Figura 4: O preço do feminismo.



A complexidade do cenário de opressão às mulheres desafiou diversos estudiosos ao longo dos anos buscando-se explicações plausíveis para as relações sociais e de poder. A opressão presente no “Sistema de sexo/gênero” relaciona-se ao capitalismo e seu conceito de mais-valia, entretanto, esse sistema econômico de exploração simplesmente reforçou seus ideais por meio de padrões de comportamento estabelecidos por sociedades e sistemas anteriores e as diferenças entre os papéis de cada gênero um “elemento histórico e moral” (RUBIN, 1993).

Em meio a essas relações compreende-se o sexo como um produto social (não privado) e as forças econômicas ou a reprodução em termos biológicos não atingem a complexidade do tema, devendo-se expandir as definições, diferenças culturais e a análise das sociedades estratificadas pelo gênero e suas relações de submissão e poder (RUBIN, 1993).

Para isso temáticas de parentesco, casamento, patriarcado, e exposição do feminino como mercadoria para uso masculino e capitalista, incesto e a violência sexual e submissão feminina presentes na pornografia necessitam de maiores destaques em discussões atuais (WITTIG, 1980; RUBIN, 1993).

Antes mesmo da apropriação do capitalismo as desigualdades sociais, educacionais, econômicas e políticas entre homens e mulheres (oferecendo menores salários às mulheres devido ao período de gestação, domesticá-la para economia devido à ausência de salários para serviços domésticos e para o conforto masculino, entre outros



fatores) as relações de parentesco desempenhavam um papel opressor evidenciado pelo incesto, troca de mulheres para manutenção de relações comerciais e sociais, exploração sexual e tráfico de mulheres e crianças e violência doméstica, objetificando a mulher a condição de moeda de troca e/ou mercadoria de baixo custo: a demonstração de poder e virilidade masculina (RUBIN, 1993; BALIEIRO & RISK, 2014).

Nesse sistema as mulheres “inadequadas”, feministas, que negam o recato, submissão, maternidade e dependência financeira e emocional para um indivíduo masculino, essencialmente o comportamento lésbico, extrapolam as regras divinas e sociais, assim, não são mulheres (WITTIG, 1980).

Devido à concepção inata da atração e desejo pelo sexo oposto as mulheres lésbicas especialmente são violentadas em sentido psicológico, físico e sexual para “correção” de seu “estilo de vida alternativo” para que a mesma compreenda e honre seu papel social de mulher. Entretanto, quando não há uma possibilidade por meio da violência ocorre o fenômeno do silenciamento e tentativa de apagar a existência lésbica. A simples existência lésbica fere os ideais masculinos e heteronormativos uma vez que negam sua “superioridade” e evidenciam a possibilidade de sua sobrevivência e alcance de seu potencial sem sua submissão ao patriarcado, compreendido por grande parcela populacional como o “salvador das famílias, da moral e dos bons costumes”. Negar esse sistema significa negar todo o poder do patriarcado e do sistema de sexo/gênero (WITTIG, 1980; RICH, 2010).

Ainda que romper essas barreiras demonstre uma incansável luta rejeitada pelo conservadorismo e preconceitos sociais a questão de igualdade de gênero esta tomando força nas últimas décadas, mesmo



que a passos lentos, mas qualquer mudança ou simplesmente sua existência na “boca do povo” demonstram uma grande conquista em meio a um sistema de paredes de concreto que cercam a liberdade e direitos dos seus e dos “outros” (RUBIN, 1993; BALIEIRO & RISK, 2014).

Pensar uma sociedade sem essas barreiras significa deixar de “pensar como homem” ou “pensar como mulher”, pois o pensamento é simplesmente um estado humano, sem gênero, o bem imaterial que diferencia o humano do animal. Sem essa bifurcação do caminho em homem ou mulher, masculino ou feminino haveria apenas um mesmo caminho para todos e os sofrimentos dos “outros” talvez ficassem em uma estrada passada (WITTIG, 1980; BUTLER, 2016).



Figura 5: Mente e corpo.

Você é o cara legal

Você é o cara que se considera legal, afinal, você faz o mínimo esperado de uma pessoa, e isso é louvável, deveria haver uma premiação ao mínimo, com o máximo de esforço.

Você é o cara legal, mas acha que os homens são mais aptos para determinados trabalhos e para representar os demais em manifestações, inclusive em termos de feminismo, porque como um cara legal, você acredita no poder do feminismo, essencialmente com uma voz masculina, afinal, é mais alta e forte.



Você é o cara desconstruído, aceita as diferenças, escuta a Madonna, posta mensagens lindas no Facebook, mas para os seus amigos legais você admite que isso te ajuda a “pegar mais mulheres”, e você acha que elas te devem algo em troca, porque você é um cara legal.

Você é um cara bem criado, puxa a cadeira, fala o jantar todo que mulher é inferior, claro, tudo brincadeira, tudo piada inofensiva, piadas que matam, mas são inofensivas, e apesar de deixar claro o quanto é superior na hora da conta prefere dividir, afinal, igualdade de direitos né, você é legal, você entende isso muito bem. Feminismo é mulher carregar saco de cimento, olha, outra piada engraçada, apesar de você, homem de verdade nunca ter nem ao menos carregado um, apesar de ser homem de verdade nem sabe a cor do cimento.

Você é um bom filho, mas gosta de oferecer bebida para a filha dos outros, porque você é gentil.

Você é educado, mas se ela estiver de roupa curta automaticamente recebe um convite mental.

Você cerca sua esposa para ter filhos, mas concorda que mulheres devem ganhar menos... Ironicamente, porque ela tem filhos. E apesar de seus pedidos incansáveis, quando seu filho chega, você, apesar de legal, pensa que não é sua obrigação cuidar dele...

Você se diz chocado com os números de violência contra a mulher, mas quando alguém posta uma mensagem sobre o assunto você ignora, afinal, você se concentra na postagem de quem teve o iphone roubado no metro, afinal, o mundo está no fim, já estão até roubando algo importante dos homens! Seus bens preciosos, algo que era só para ser deles, e alguém vem, sem perguntar e leva, sem piedade, sem remorso...

Mas a culpa não é dele, ele não provocou com o celular na mão... É diferente quando alguém provoca, é diferente quando a saia é curta, é diferente quando alguém bebe... A culpa não foi dele... Mas foi dela!

Você diz que tem medo de andar na rua, mas nunca se preocupou em sentir o medo dela.

Você é o cara legal, afinal, até mesmo mulheres te defendem, elas acham que fazendo isso estão do seu lado, à sua altura! Mal elas mal sabem que nenhuma mulher estará ao seu lado, ainda que defenda suas atitudes, pois lugar de mulher... É abaixo de você!

Você fala da moral e dos bons costumes, que Deus castiga, mas em finais de semana tudo bem se encantar pela travestir e no dia seguinte bater nelas para agradar os amigos e manter essa tal moral.

Mas se ela não quiser é porque é lésbica! E se for, você tem a cura, porque com certeza ela nunca teve um homem



de verdade como você. Se ela estiver acompanhada de outra então... que tal você no meio? Você pede para elas se beijarem, você quer as duas ao mesmo tempo, ainda que seja fisicamente impossível, e o que deixa tudo ainda mais impossível é que elas não te querem...

Você é contra violência, é puro amor, mas já disse em festas da faculdade que feminista precisa de homem ou de apanhar. Ou ambos, isso foi engraçado né, eu sei que você riu na hora também.

Você é pura tolerância, mas não assume "aquela pessoa". Afinal, ela é trans.

Você achava que ela queria, apesar de estar desacordada ou tentando se afastar, mas isso é só charme, afinal, quem não iria te querer? Um cara legal como você... Você é quase um presente... Um presente que ela não queria... E apesar de ser o cara legal nem imagina quantos banhos ela tomou para se livrar... De você!

Você é um bom marido, mas você bate nela, e quando alguém te pergunta você diz que é o feminismo que vai acabar com as famílias e que é uma doença.

Mas apesar de tudo isso, ELAS não são para namorar! Elas bebem muito, ficam muito, saem muito... Mas os seus amigos homens são pessoas incríveis as quais você dedica todo o seu tempo, elogios e respeito! Amor de irmão! Onde está o erro?

ELAS não são para namorar, afinal, quem define isso é você e não a própria, alguém lhe concedeu o título de juiz e ninguém sabia... E namorar com alguém como você é para poucas, é uma dádiva.

ELAS não são para namorar... Mas você, apesar de tudo, você é! Porque você. Você é o cara.



Figura 6: Uma resposta lésbica?.



A Educação Bancária e suas consequências instituem um muro entre os conteúdos, conexões de ideias e relações interpessoais, desenvolvendo a educação de forma mecânica reduzida a compartimentos e não reflexiva para minimizar críticas ao sistema vigente e produzir a divisão social do conhecimento, processo em que apenas alguns indivíduos privilegiados detêm acesso aos saberes (FREIRE, 1977).

Compreende-se a necessidade de quebra dessas barreiras por meio de uma educação como prática de liberdade e uma análise profunda dos contextos por meio de uma conscientização e engajamento, de ação e reflexão com o objetivo de alcançar mudanças significativas (HOOKS, 2013).

Entretanto, entende-se a transgressão como um desafio, uma vez que a participação ativa de estudantes enfrenta o modelo educacional vigente, sendo necessária a preparação de professores para recepção desse processo de maneira efetiva rompendo-se com o ideal de poder e superioridade frente ao "aluno" e ao mesmo tempo não tomar com naturais práticas sociais rotineiras sem sua devida indagação afrontando-se o status quo (HOOKS, 2013).

O ataque a esse modelo social conservador, entretanto, necessita ocorrer em todos os campos sociais, da escola à família, do bairro à sociedade como um todo. Um dos principais questionamentos seria a imposição do patriarcado como ordem social e suas consequências negativas no cotidiano, sua violência velada e essencialmente, a perda de direitos básicos (HOOKS, 2013).

Esse sistema de dominação determina as vozes ouvidas e a sua língua. Entende-se a dificuldade de comunicação e de fala dos grupos



marginalizados uma vez que a educação e a construção social ocorrem pela “língua do opressor”, durante muito tempo a única língua falada e ouvida, a língua do colonizador, do professor, do marido, do pai (RICH, 2010; HOOKS, 2013).

A língua do colonizador interfere inclusive em estudos atuais sobre gênero. A partir dos anos 2000 uniram-se temas de pesquisa como gênero e globalização, bem como a análise do ativismo, feminismo, violência e guerras, reconhecendo-se estes como questões globais. Todavia, há uma hierarquia entre estudos destacando-se os olhares ocidentais devido a conquistas coloniais ocasionando uma periferia global com teorias que por vezes não refletem a realidade (CONNEL, 2016).

A discussão do gênero envolve duas categorias: masculino e feminino. Assim, há uma divisão dos papéis e aspectos físicos entre as categorias destacando-se as diferenças entre as mesmas e suas normas sociais (CONNEL, 2016).

Dessa forma, é preciso confrontar as perspectivas metropolitanas em diálogo global para transformação da temática e destacar a luta política das mulheres e o feminismo, a violência generificada nas sociedades coloniais e pós-coloniais por meio de um esforço cultural e organizacional, a diversidade e a multiplicidade das formas de gênero, o sacrifício materno, os direitos básicos como a moradia, e as formas de reconstrução desses ideais (CONNEL, 2016).

Portanto, para desafiar e romper com um modelo dominante e conservador em sala de aula ou em debates públicos necessita-se “estar por inteiro”, em corpo e mente e reconhecer os indivíduos como



um conjunto de características, conhecimentos, desejos e a diversidade, estabelecendo uma existência real. Essa compreensão auxilia na imaginação crítica facilitando os processos de ensino e interação social (HOOKS, 2013).

Eu não escolhi meu nome...

Nem meu corpo
Meu corpo foi um acaso...
Meu nome foi uma escolha... Mas não escolha minha
Não escolhi minhas cores, meus brinquedos, minhas roupas...
Não escolhi minha vida
Duas opções... Homem ou mulher... Azul ou rosa... Certo ou errado
Isso e brinquedo de menino... Isso e brinquedo de menina... o que fazer quando só se quer brincar? Por que um menino não pode carregar uma boneca e uma menina não pode chutar uma bola? O que impede?
Eles... Eles impedem... Acham que nos protegem? Protegem de que? Deveríamos ser protegidos deles!
Eu não os escolhi. Por que estou apanhando?
É fácil quando você se enquadra... As decisões já são tomadas por você... Você se aceita e é aceito... Mas e quando suas peças não batem... Não funcionam... Não se encaixam... Em nada... O que fazer quando você não se encaixa em você mesmo
Como amar o próprio corpo quando ele parece não ser seu...
Quando essa vida parece não ser sua... eu não escolhi minha vida
Isso e boca de menina... Isso e boca de menino... um beijo não e simplesmente um beijo... o beijo tem de ser dado na boca certa... a sua própria boca não e sua!
Uma imagem... Um nome... Parece não combinar!
Eu escolhi o que quero do meu corpo, o oposto... O oposto do certo
Eu não escolhi meu nome!
Mas quando escolhi precisei da aceitação de outra pessoa que se formou e passou em um concurso para isso... Conhece minha vida? Não. Conhece minha dor? Não... mas e capaz de escolher por mim sobre algo que nem mesmo eu posso...
Azul ou rosa?
Eu, eu não escolhi meu nome.

CONCLUSÃO



Posteriormente as análises dos textos e suas informações relevantes entende-se a complexidade do processo de Heteronormatividade bem como suas consequências negativas para os indivíduos que enfrentam esse sistema, e por vezes o enfrentamento ocorre apenas por sua existência, por sua vida.

A educação detém um grande poder nesse cenário quando a mesma encontra o espaço e aceitação necessária, sem ser encarada como um dever. A mesma representa um direito de todos, e não o privilégio de alguns.

Ser diferente eleva a riqueza do saber, da cultura e das relações interpessoais, pois as pequenas diferenças tornam cada indivíduo único.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIEIRO, F. de B. Escola e Sexualidade: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, R. e LEITE Jr. J. Diferenças na educação: outros aprendizados. São Carlos, EdUFSCar, 2014, p. 149-196.

BUTLER, J. Sujeitos do Sexo/Gênero/Desejo. In BUTLER, J. Problemas de Gênero – Feminismos e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 17-70.

CONNEL, R. A colonialidade do Gênero. In: CONNELL, R. Gênero em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016, p. 25-44.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. In: FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. 9ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2017.

MOREIRA, C. E. F. A. A. Interfaces da AIDS. Tese (Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.



PETRY, A.R; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*. Porto Alegre: v. 10, n. 1, 2011, p. 193 – 198.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf.

RUBIN, G. O. Tráfico de Mulheres. Notas sobre a "Economia Política" do Sexo. In: RUBIN, G. *Política do Sexo*. São Paulo: UBU Editora, 2017. p. 9-61.

WITIG, M. O pensamento hetero. EUA: 1980. Disponível em: <http://www.geocities.com/girl_ilga/documentos.htm>, Acesso em: mai. 2018.

RELAÇÕES DE GÊNERO E PODERES: TRABALHO NO IFES/CAMPUS MONTANHA, 2019

Francesco Suanno Neto
*Professor EBTT de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)*
francescosuanno@gmail.com

Ana Claudia Fehelberg Pinto Braga
*Professora EBTT de Artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)*
anafehelberg@gmail.com

RESUMO: A pesquisa *Relações de Gênero e Poderes: trabalho no Ifes/Campus Montanha, 2019*, investiga as características do trabalho das mulheres e dos homens no contexto do Instituto Federal do Espírito Santo, em específico no campus localizado na cidade de Montanha, extremo norte do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que envolve estudantes do Ensino Médio Integrado ao curso técnico em Administração e o integrado ao curso técnico em Agropecuária, do Ifes/Campus Montanha. O projeto possui a perspectiva teórica dos estudos de Gênero atuais e, dessa forma, esse aspecto pressupõe estudos relacionais, ou seja, não tratam apenas do feminino, mas também do masculino: o trabalho executado por homens, ou os reflexos nele, são abordados e analisados. Com a finalidade de averiguar as relações de gênero, oportuniza-se a visualização de um ambiente desigual ou paritário entre homens e mulheres na instituição em questão. Permite-se, assim,



importantes considerações a respeito da divisão sexual do trabalho, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da relação entre sexo e acesso a cargos de chefias, a exemplo. O aporte metodológico da pesquisa, para tal, prevê a produção e aplicação de um questionário às servidoras e aos servidores do Ifes, e posterior compilação e análise dos dados com o intuito de observar os obstáculos impostos pela maternidade e paternidade na vida profissional; a razão entre chefias masculinas e femininas no campus; a divisão sexual do trabalho e a multiplicidade de jornadas enfrentadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da instituição. A pesquisa repercute uma observação das relações de gênero dentro de uma instituição de ensino e, a partir dos resultados encontrados, exaltar a paridade ou a desigualdade dessas relações. Por fim, a pesquisa irá propor reflexões que busquem manter, estruturar ou estimular relações de gênero mais equitativas em um ambiente complexo, de trabalhos múltiplos, com objetivos de ensino, pesquisa e extensão institucional.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Poderes, Trabalho, Escola de Educação Profissional.

A pesquisa *Relações de Gênero e Poderes: trabalho no Ifes/Campus Montanha, 2019*, compõe parte das atividades do projeto de Iniciação Científica Júnior em andamento, modalidade que envolve alunos de Ensino Médio, do Instituto Federal do Espírito Santo/Campus Montanha, e está associado ao grupo de pesquisa DIVERGEN (Grupo de Pesquisa em Diversidades e Gênero).

O projeto de pesquisa, sob orientação da professora Ana Claudia Fehelberg Pinto Braga e do professor Francesco Suanno Neto, teve início em julho de 2018 e completará seu ciclo em julho de 2019. Trata-se de uma segunda edição de uma pesquisa iniciada pelo professor Francesco, realizada no intervalo 2016-2017, que foi divulgada e publicada no 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) e no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG), de 2017, com o título *Relações de Gênero e Poderes: trabalho e mulheres no Ifes/Campus Montanha, 2016*.

Na primeira investigação, foram foco de análise questões relativas ao



trabalho, no Ifes/Campus Montanha, empenhado exclusivamente pelas mulheres, abordando, assim, o tema da maternidade na vida profissional da mulher, a presença e/ou ausência das mulheres em cargos de chefia, e as múltiplas jornadas e a divisão sexual do trabalho enfrentadas pelas mulheres na instituição.

Na segunda edição, 2018-2019, o projeto propõe identificar as características do trabalho executado pelas mulheres e, também, pelos homens no Ifes/Campus Montanha, por meio de estudos comparais das relações de gênero no ambiente profissional de uma instituição de ensino, constituída por diferentes funções: entre técnicos-administrativos e docentes, no âmbito dos servidores, além de profissionais que trabalham como estagiários e terceirizados.

Cabe ressaltar, que o recorte espacial da pesquisa é o campus Montanha, do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal de Ensino, tendo iniciado suas atividades com Ensino Médio em 2014. O município de Montanha fica localizado no extremo norte capixaba, e, atualmente, oferta os cursos de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Assim, o objeto do empreendimento investigativo se estabelece como local estratégico para investigações acadêmicas no que diz respeito as relações de gênero e a História das Mulheres, haja vista seus objetivos múltiplos de ensino, pesquisa e extensão. Essa complexidade, de funções e intenções, tornam o ambiente diverso culturalmente e a ocupação de seus espaços, acadêmicos ou não, amplamente concorridos.



Dentre os objetivos desse novo formato da pesquisa, estão seis principais pontos que darão substância ao projeto: 1. investigar as relações entre a maternidade e os cargos e salários das servidoras do campus; 2. apurar as relações entre a paternidade e os cargos e salários dos servidores do campus; 3. analisar a relação entre homens e mulheres nos cargos de chefia do campus e caracterizar o perfil dessas chefias; 4. pesquisar a multiplicidade de jornadas de trabalho femininas; 5. averiguar a multiplicidade de jornadas de trabalho masculinas; 6. examinar a divisão sexual do trabalho no campus.

Para tanto, formou-se uma equipe de pesquisa que, além da professora pesquisadora e do professor pesquisador citados, conta com seis estudantes, de 15 a 17 anos, matriculadas no Ensino Médio Integrado ao curso técnico em Administração do Ifes/Campus Montanha. São elas: Caroline Damascena Cardoso, Karina de Oliveira Paschoal, Laila Lopes dos Santos, Maria Júlia Pereira Barbosa, Thais Fontes Silva Oliveira e Victória Zanete de Melo.



Estudantes Pesquisadoras (PIBIC-JR IFES), da esquerda para a direita: Thais Fontes Silva Oliveira, Laila Lopes dos Santos, Maria Júlia Pereira Barbosa, Karina de Oliveira Paschoal, Victória Zanete de Melo e Caroline Damascena Cardoso.

Grande mérito da modalidade Iniciação Científica Júnior, além do material levantado e interpretado pela pesquisa em si, é o aprofundamento da pesquisa como ferramenta de ensino. As estudantes dedicam parte de sua carga horária a experiências que, com frequência, são vividas apenas no Ensino Superior, e isso promove visível rendimento estudantil das envolvidas.

Com a intenção de se alcançar os objetivos apontados no projeto, foi elaborado um cronograma de atividades para as estudantes pesquisadoras. A partir dos inícios do convívio acadêmico do grupo, em 2018, o projeto segue o andamento em três etapas: de Formação, com a leitura e discussão de bibliografias básica e específica sobre a História das Mulheres e Relações de Gênero, como forma de instrução sobre o tema eixo da pesquisa; de Produção, com a preparação e aplicação dos questionários e posterior catalogação dos dados colhidos; e de



Interpretação, com a análise reflexiva das informações coletadas e escrita de texto final, como uma das formas de divulgação dos resultados da pesquisa.

Na primeira etapa do projeto, a de Formação, estabelecida para ocorrer durante todo o período de 2018, foram selecionadas obras que dessem sustentação teórica para a pesquisa. Os encontros do grupo aconteceram de forma presencial e, semanalmente, eram indicados capítulos de livros, artigos acadêmicos, partes de dissertações e teses para as estudantes pesquisadoras procederem com atividades de leitura e fichamento do texto, seguidos de discussão em grupo e orientação dos professores.

Ao longo das reuniões da Iniciação Científica, foram lidas e discutidas publicações, tais quais: *Minha história das mulheres* (2008), de Michelle Perrot, *Nova história das mulheres* (2012), organizada por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, *Dicionário crítico do feminismo* (2009), organizada por Helena Hirata e outros, *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica* (2005), de Joana Maria Pedro.

Na presente fase que a pesquisa se encontra, a de Produção, a equipe se prepara para elaborar o questionário a ser aplicado às trabalhadoras e aos trabalhadores que compõem o quadro de 2019 do campus. O questionário, como instrumento escolhido para a coleta de dados, permitirá o levantamento de informações para pesquisa quantitativa e possibilitará, também, indicadores qualitativos a serem analisados.

A partir dos primeiros meses de 2019, então, as atividades seguirão por, primeiro, elaboração da proposta piloto com realização de questionário



pré-teste para validação; posterior planejamento e redação do questionário definitivo; seguindo para a realização de campo; no quarto momento, a obtenção de dados, com seleção, categorização e tabulação, para sequente fase final do projeto de pesquisa, que inclui análise estatística, discussão dos resultados e relatórios conclusivos.

Pesquisas com a finalidade de averiguar as relações de gênero no campus Montanha, podem oportunizar a visualização de um ambiente desigual ou paritário entre homens e mulheres. Permite-se, assim, importantes considerações a respeito da divisão sexual do trabalho, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da relação entre sexo e acesso a cargos de chefias, e muitas outras reflexões.

A pesquisa pretende, também, possibilitar o estudo da História das Mulheres, negligenciada pelos livros didáticos, periódicos e mesmo por profissionais do ensino de História. O surgimento da demanda pelo estudo da História das Mulheres se relaciona diretamente com as pautas do Movimento Social Feminista e tem início por volta das décadas de 1960 e 1970. São mulheres acadêmicas que dão início a um interesse coletivo na produção e consumo de textos, artigos e livros sobre a presença da mulher nos eventos do passado.

Uma das questões mais debatidas nesse contexto foi a presença feminina no mercado de trabalho. Concluiu-se que, a inserção do trabalho feminino no mercado formal, consolidou-se no século XX, no entanto, nos mais diversos contextos históricos, a mulher sempre trabalhou. Se estavam restritas ao ambiente doméstico, trabalhavam com tais demandas. Mas, de forma geral, a mulher pobre trabalhou, inclusive, nos ambientes públicos, das mais diversas sociedades do passado.



A observação da divisão sexual do trabalho, das questões envolvidas a maternidade e as dificuldades ocasionadas por tal momento da vida, o alcance de cargos de liderança e chefia, entre tantas outras, tornaram-se frequentes e, infelizmente, os obstáculos para pesquisas com essas questões foram se multiplicando. Entre esses obstáculos, pode-se destacar o silêncio das fontes, que muitas vezes foram produzidas por homens e ignoravam a presença feminina nos diversos ambientes.

A partir dessas questões, destaca-se a importância de pesquisas que driblem as adversidades a partir da análise das entrelinhas dos documentos tradicionais, ou mesmo produzam dados a partir da coleta direta, como é a proposta dessa pesquisa.

Tendo em vista que o estudo em questão possui um recorte espacial e temporal bem definido, o procedimento metodológico adotado para execução desta pesquisa será o monográfico. Assim, o aporte metodológico escolhido assegura o respeito às singularidades presentes. A especificação da problemática e a redução na escala de perspectiva da abordagem garante a rigorosidade necessária para o cumprimento da pesquisa e promovem, diretamente reflexões acerca da presença feminina no mundo do trabalho contemporâneo.

Apesar dos significativos avanços metodológicos vislumbrados pela historiografia durante o século XX, alguns personagens são com frequência ofuscados ou mesmo subapresentados nas fontes. Esse é, muitas vezes, o caso das mulheres. Andréa Lisly Gonçalves, na obra *História & Gênero*, de 2006, frisa que a subapresentação das mulheres nas fontes demográficas, por exemplo, é devido ao fato de os "recenseadores" associarem a mulher ao trabalho doméstico, socialmente menos valorizado. A autora também aponta que os sub-



registros, os quais podem ser observados tanto no Brasil quanto em países europeus, expõem os preconceitos dos responsáveis pela contagem, no que diz respeito ao espaço feminino de atuação, circunscrito no âmbito doméstico.

A apresentação das mulheres nas fontes, por vezes, desconsidera a identidade ou o nome das personagens, sendo mencionadas de forma trivial e destacadas apenas por sua cor, profissão ou grupo pertencente (negras, lavadeiras ou mães, por exemplo). Essa ressalva esclarece a forma como as fontes históricas tradicionalmente descrevem as mulheres e alerta o pesquisador para os estereótipos.

Faz-se necessária uma leitura nas entrelinhas das fontes, com o intento de levantar contestações diante da simplicidade com que se trata a questão das mulheres na História. Enfim, a releitura das fontes tradicionais e a seleção de novos volumes documentais podem oferecer parâmetros para uma crítica interna e externa mais eficaz, além de possibilitar a escrita de uma História da Mulher mais factível.

Para a condução da História das Relações de Gênero, é preciso entender que o conceito de gênero é eminentemente político, pois foi cunhado e começou a ser utilizado a partir do Movimento Social Feminista. Segundo Carolina M. S. Coelho (2009, p. 16), as feministas “reconheceram as determinações biológicas implícitas no termo sexo e buscaram um conceito que abrangesse as dimensões psicológicas, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade”. Isso significa que esse movimento assumiu o entendimento das relações entre homens e mulheres como construídas socialmente e que estas são, antes de tudo, relações de poder. Tal perspectiva foi impactante no interior da disciplina histórica, uma vez que colocou em debate as diferenças



entre os sexos e as formas como se estabeleciam as relações de poder em diferentes escalas. Por fim, constatou-se que os estudos com a perspectiva de gênero são também um modo de dar significado às relações de poder existentes na sociedade.

Para Joana Maria Pedro (2005, p.88), o uso da categoria “Gênero” por historiadores permitiu um foco nas relações entre homens e mulheres, bem como nas relações específicas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Para a autora, há a possibilidade de se verificar que, “em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”.

O caráter relacional destacado proporcionou uma ampliação significativa no leque de fontes para a história das mulheres. Nesse momento, foi abandonada a estratégia de procurar fontes nas quais as mulheres se faziam protagonistas, e as lacunas foram transformadas em oportunidades de verificação do papel desempenhado pelas mulheres em contextos diversos (GONÇALVES, 2006).

Enfim, no século XX, antigos campos foram reformulados, e novos campos, estabelecidos. A interdisciplinaridade, mais que incentivada, foi exigida para a condução de uma história-problema. Especificamente no caso da História das Mulheres, a busca de fontes e modelos para expressar os papéis e relações sociais das mulheres, antes silenciadas, fez-se também, entre distintas opções, a partir das variedades de fontes quantitativas, como nessa pesquisa.

Com a intenção de produzir documentação, a definição dos aportes metodológicos da pesquisa pautou-se na problemática e no objeto tratados. Nesta perspectiva, serão utilizadas as abordagens quantitativa



e qualitativa. Do primeiro, justifica-se o emprego dado ao caráter estatístico objetivado, questionários aplicados às trabalhadoras e aos trabalhadores do campus Montanha.

O estágio de preparação dos questionários e sua aplicação, que está previsto para o primeiro trimestre de 2019, contará com a perspectiva quantitativa, buscando a produção de dados referentes as questões objetivadas na pesquisa.

Entretanto, a abordagem qualitativa também permeará o estudo, tendo em vista as problematizações colocadas junto às fontes. Entre os usos dessa investida destaca-se a necessidade de analisar a interação dentre variáveis verificadas na fonte, compreender e classificar processos dinâmicos vividos pelo grupo social estudado, e, por fim, interpretar os dados e as hipóteses propostas. Assim, os procedimentos citados servirão de forma complementar um ao outro.

Tendo em vista que o estudo pretende dedicar-se apenas a um dos campi do Ifes, o procedimento metodológico adotado para execução desta pesquisa foi o monográfico. Assim, o aporte metodológico escolhido assegura o respeito às singularidades presentes.

Se a finalidade do método está em obter generalizações a partir de estudos de casos particulares, logo, indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades podem ser examinados singularmente por meio da perspectiva monográfica (MARCONI, 2004, p. 83).

Ressalta-se que o uso do método monográfico, para buscar compreender melhor nosso objeto de estudo, não significa perder de vista o panorama da História das Relações de Gênero, afinal, só se



explica ou entende-se um assunto de forma complexa quando o mesmo é inserido em um panorama (ECO, 2008, p. 10).

Dado que a pesquisa possui a perspectiva teórica dos estudos de Gênero atuais, e essa perspectiva pressupõe que estudos nessa área são relacionais - ou seja, não tratam apenas do feminino, mas também do masculino - o trabalho executado por homens, ou reflexos dele, também serão abordados e analisados.

Para debater tais questões, pretende-se investigar a relação histórica existente entre homens e mulheres a partir do viés de seis eixos de pesquisa, cada um sob a responsabilidade de uma das estudantes pesquisadoras, seguindo as orientações dos professores pesquisadores.

O primeiro eixo tratará da maternidade e seus efeitos na vida profissional da mulher. A maternidade, vista como destino biológico feminino, pode se tornar um desafio na carreira profissional e, assim, reflexões sobre tal temática contribuem para criação de estratégias quanto à condução da vida profissional, conjunta ou não à maternidade. Serão levantadas indagações sobre o direito do trabalho da mulher e a maternidade, e as medidas legais que visam a proteção da mãe e trabalhadora, como a garantia do emprego à gestante, a licença-maternidade e o salário-maternidade, o auxílio-creche, entre outros. Pretende-se desnudar tais questões e avaliar como a maternidade é conciliada com a vida profissional das mulheres do Ifes/Campus Montanha, e se traz impactos no progresso da carreira, nas conquistas de cargos e salários desejados por elas.

Já o eixo seguinte, pretende investigar a relação entre a paternidade e a vida profissional do homem. Serão questionados os impactos da



legislação direcionada ao pai e trabalhador, como a licença-paternidade e o direito ao afastamento para assistência especial ao filho. Assim, pretende-se criar condições para analisar se existe distinção entre paternidade e maternidade na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

O terceiro eixo averiguará a razão entre homens e mulheres nos cargos de chefia do campus. Observa-se que, tradicionalmente, os cargos de chefia são ocupados majoritariamente por homens. No entanto, a chegada da mulher em patamares educativos mais elevados e a contínua luta por paridade nas relações profissionais, sugerem que as ocupações dos cargos de chefia sejam divididas igualmente. Será, então, analisada a conjuntura da ocupação das funções de lideranças, sejam elas por indicação ou por nomeação eletiva.

O quarto eixo trata das múltiplas jornadas de trabalho feminino no campus. Serão averiguados como se constituem as múltiplas jornadas de trabalho femininas, se mesclam atividades domésticas, o trato familiar e o labor formal, e se constroem uma realidade cotidiana distinta da masculina.

Tendo isso em vista, o quinto plano buscará pesquisar as múltiplas jornadas de trabalho masculinas no campus, pela necessidade de verificar se homens acumulam múltiplas jornadas de trabalho, mesclando atividades domésticas, trato familiar e labor formal. Assim, procederá à análise dos impactos dessa múltipla jornada no cotidiano e na carreira dos homens.

O sexto e último eixo da pesquisa investigará a divisão sexual do trabalho dentro do campus. Em casos, a naturalização dessa múltipla



jornada e da divisão sexual do trabalho, contribuem para formação de ambientes de trabalho com funções segregadoras, impedindo mulheres e homens de seguir carreiras específicas. Na oportunidade, será verificado se existe algum tipo de divisão sexual do trabalho, definindo se espaços são ocupados apenas por um gênero.

A pesquisa repercute uma observação das relações de gênero dentro de uma instituição de ensino e, a partir dos resultados encontrados, exaltar a paridade ou a desigualdade dessas relações. Por fim, irá propor reflexões que busquem manter, estruturar ou estimular relações de gênero mais equitativas em um ambiente complexo, de trabalhos múltiplos, com objetivos de ensino, pesquisa e extensão institucional.

Referências bibliográficas

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Vitória, nº23, p. 13-27, 2009.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 21º ed., São Paulo: Perspectiva, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4.ed.São Paulo: Atlas, 2004.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: EDUFES, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol. 24, n.1.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.



AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

Gabriela Pinto de Moura
Arquiteta Urbanista/UFES
gabrielapdm15@gmail.com

Karla do Carmo Caser
Professora doutora do PPGAU/UFES
karlacaser@gmail.com

RESUMO: Historicamente, a associação do gênero feminino à prática da jardinagem é descrita como um facilitador para o ingresso das mulheres na profissão de Arquitetura Paisagística. Contudo, a partir da década de 1970, surgem estudos internacionais sobre as relações de gênero em distintos campos profissionais, sendo um deles Arquitetura Paisagística, nos quais se evidenciam mecanismos de ação desvantajosos para a atuação das arquitetas paisagistas desde os primeiros anos de institucionalização da profissão até o período atual. O fato de, no exterior, a Arquitetura e a Arquitetura Paisagística serem profissões institucionalizadas e com cursos de graduação independentes, enquanto, no Brasil, Paisagismo ainda ser um campo de atuação dentro da Arquitetura, aponta para a necessidade de um estudo mais acurado do tema para a realidade nacional, analisando-se sua relação com os resultados de pesquisas internacionais. Nesse contexto, objetiva-se investigar as relações de gênero na prática profissional em Arquitetura Paisagística, a níveis nacional e internacional. Para tanto, após breve introdução da inserção da mulher nos primeiros anos da institucionalização da profissão, apresenta-se panorama atual da percepção das arquitetas paisagistas acerca das relações de gênero, contrapondo dados de pesquisas internacionais à realidade brasileira, representada por relatos da experiência de três paisagistas capixabas. Os procedimentos metodológicos adotados incluem levantamento bibliográfico de dados quantitativos e censitários, e pesquisa empírica com o uso de entrevistas e questionários. Com isso, pretende-se contribuir para uma maior conscientização das relações de gênero e dos mecanismos engendrados nas relações de trabalho da Arquitetura Paisagística no Brasil.

Palavras-chave: gênero; prática profissional; arquitetura e urbanismo; arquitetura paisagística.



1. Introdução⁷³

Com os movimentos feministas desencadeados a partir da década de 1970, surgem diversos estudos internacionais sobre as relações de gênero em distintos campos profissionais, sendo um deles a Arquitetura Paisagística, que também é impactada, no mesmo período, pelo avanço dos movimentos ecológicos (STREATFIELD, 2012). Nesse contexto, Schauman (2012) narra um episódio no qual ela e mais uma colega paisagista se reuniram com um funcionário da *Landscape Architecture Foundation* (LAF) que se comprometeu a financiar a primeira conferência sobre mulheres paisagistas dos Estados Unidos, em 1976:

[...] após várias bebidas, esse homem disse “Nós sempre tivemos mulheres na profissão, mas eu realmente espero que mulheres não ingressem em grandes números. Arquitetura Paisagística já é suficientemente desconhecida e desrespeitada. Se houver muitas mulheres, a profissão será vista como o design de interiores – cheia de bichas e fêmeas.” (SCHAUMAN, 2012, p. 217, tradução nossa).

Esse relato inicial já evidencia um grande obstáculo a ser vencido pelas arquitetas paisagistas feministas em direção a uma maior conscientização das relações de gênero e dos mecanismos engendrados nas relações de trabalho de seu campo profissional que desfavorecem a atuação da mulher.

Ainda na década de 1970, uma pesquisa da *American Society of Landscape Architecture* (ASLA) apontou que dois terços das paisagistas

⁷³ Este artigo resulta da pesquisa de iniciação científica “Relações de Gênero na Prática Profissional em Paisagismo”, de Gabriela Pinto de Moura (Bolsista Edital PIBIC 2014-2015), com orientação da professora doutora Karla do Carmo Caser. Trata-se de estudo vinculado ao projeto de pesquisa “Relações de Gênero em Arquitetura”, registrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PRPPG - sob n.4327/2013 e coordenado por Karla do Carmo Caser.



norte-americanas entrevistadas já haviam sofrido discriminação na profissão (WAY, 2009). Desde então, diversas conferências e simpósios que discutem o papel da mulher na Arquitetura Paisagística foram realizadas nos Estados Unidos, conforme identificam Acuna (2006) e Schauman (2012):

- "*Landscapes and Gardens: Women Who Made a Difference*" (1987), na Universidade de Michigan;
- "*Women, Land, Design*" (1993), na Universidade de Harvard;
- "*Gendered Landscapes: An Interdisciplinary Exploration of Past Place and Space*" (1999), na Universidade Estadual da Pensilvânia;
- "*Groundwork: The Annual Meeting of the Council of Educators in Landscape Architecture*" (2002), na Universidade do Estado de Nova Iorque;
- "*A century of Women: Evaluating Gender in Landscape Architecture*" (2002), na Universidade da Califórnia, Bekerley;
- "*Women And Modernism in Landscape Architecture: A Colloquium, Parts I, II e III*" (2011), na Universidade de Harvard;
- "*Landmark Women in Landscape Architecture*" (2012), na Universidade de Michigan.

Os estudos internacionais sob a perspectiva de gênero aplicados na Arquitetura Paisagística evidenciam mecanismos de ação desvantajosos para a atuação das arquitetas paisagistas, além de incentivar o resgate e o reconhecimento da contribuição feminina para o Paisagismo, desde os primeiros anos de institucionalização da profissão até o atual (NASSAUER, 1985; BROWNE, 1994; KOMARA, 2000;



TANKARD, 2001; ACUNA, 2006; STREATFIELD, 2012). Nesse sentido, recorre-se, por exemplo, a estudos sobre o pioneirismo de arquitetas paisagistas, cujas trajetórias visibilizam os obstáculos enfrentados por mulheres nos primeiros anos da prática do Paisagismo, e os mecanismos usados para contorná-los, evidenciando a importância deles para o estabelecimento inicial da profissão (MOURA; CASER, 2016). Contudo, conforme Acuna (2006) destaca, há um número crescente de estudos sobre os trabalhos individuais de arquitetas paisagistas históricas, enquanto há poucas pesquisas qualitativas focadas na percepção das mulheres a respeito da prática profissional e as relações de gênero, sendo esse, portanto, o foco deste artigo.

E até que ponto os estudos internacionais sob a perspectiva de gênero refletem ou se relacionam com a realidade do Paisagismo brasileiro? Sabe-se que, enquanto no exterior a Arquitetura e a Arquitetura Paisagística são profissões institucionalizadas e com cursos de graduação independentes, no Brasil, o Paisagismo ainda é um campo de atuação dentro da Arquitetura. Especula-se que essa especificidade colabora para que a profissão seja pouco estabelecida no país, com apenas 3,36% de arquitetos atuando na área de Paisagismo (CAU, 2012). Numericamente, isso significa um total de 2.814 arquitetos paisagistas brasileiros, o que é quase metade da quantidade de paisagistas mulheres nos EUA (ASLA, 2014), onde o Paisagismo é profissão institucionalizada – são 5.391 arquitetas paisagistas, num total de 15.186 profissionais cadastrados. Também essa especificidade aponta para a necessidade de um estudo mais acurado das relações de gênero em Arquitetura Paisagística para a realidade nacional,



analisando-se sua relação com os resultados de pesquisas internacionais.

2. Objetivo e metodologia

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo investigar as relações de gênero na prática profissional em Arquitetura Paisagística, comparando os contextos nacional e internacional. Para tanto, após breve introdução da inserção da mulher nos primeiros anos da institucionalização da profissão, apresentam-se pesquisas internacionais sobre a percepção atual das profissionais acerca das relações de gênero na atuação em Paisagismo, contrapondo seus dados à realidade brasileira, através de relatos da experiência de três profissionais relacionadas ao paisagismo, sendo uma atuante no setor privado e duas na área acadêmica.

Os procedimentos metodológicos adotados são o levantamento bibliográfico analítico, de dados históricos e quantitativos, e a pesquisa empírica, com o uso de entrevistas aplicadas em profissionais relacionadas à área de Paisagismo. No levantamento bibliográfico, houve consulta a livros, artigos de revistas científicas, dissertações de mestrado e sites oficiais de instituições, em fontes nacionais e internacionais. Para este artigo, a produção bibliográfica adotada referente ao contexto internacional se restringiu praticamente ao contexto dos Estados Unidos, posto que esse seja o país estrangeiro com maior quantidade de produção científica sobre o tema.

Na pesquisa empírica, foram entrevistadas duas professoras da disciplina de Paisagismo dos cursos de graduação em Arquitetura e



Urbanismo de Faculdades do Espírito Santo e analisadas as respostas ao questionário de uma arquiteta que atua na área de Arquitetura Paisagística no estado. Este questionário foi enviado para profissionais arquitetos do Espírito Santo em 2014, via Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/ES), durante desenvolvimento da pesquisa "Relações de gênero em Arquitetura e Urbanismo". O questionário foi elaborado com total de 74 perguntas, divididas em 6 seções: 1) Dados pessoais; 2) Formação/curso; 3) Inserção no mercado de trabalho; 4) Atuação em a) Docência e/ou b) Projetos de Arquitetura; 5) Honorários; e 6) Balanço geral/Perspectivas futuras.

3. Relações de gênero nos primeiros anos da Arquitetura Paisagística

Acredita-se que a inserção da mulher no campo profissional de Arquitetura Paisagística ocorreu de forma menos problemática do que na prática de Arquitetura e Urbanismo, conforme afirma o trecho abaixo:

Em termos de fama e influência em seu tempo, as arquitetas paisagistas estavam muito à frente de suas irmãs na arquitetura, sem dúvida em parte porque as mulheres e a jardinagem, em oposição às mulheres e a construção, estavam naturalmente ligadas à mente do público. Não havia problema em pagar às mulheres uma comissão por um jardim, mas as mulheres não deveriam saber nada sobre construção. (NIVENS apud BEN-JOSEPH; BEN-JOSEPH; DODGE, 2006, p. 13, tradução nossa).

De fato, no exterior, ao longo do século XIX, houve o incentivo à mulher da classe média a desenvolver diversas atividades, como decoração e jardinagem, relacionadas à casa e a seu espaço livre imediato, o jardim, a fim de reforçar seu papel como guardiã do lar. Isso culminou na proliferação de publicações de livros de jardinagem destinados às



mulheres de classe média, tais quais: “*Elisabeth and her german garden*” (1898), de Mary von Arnim; “*A Woman’s Hardy Garden*” (1903), de Helena Rutherford; e “*The Garden You and I*” (1906), de Mabel Osgood Wright (TANKARD, 2001). Quando da institucionalização da profissão de Arquitetura Paisagística nos Estados Unidos, no início do século XX, as mulheres já possuíam alto nível de conhecimento e experiência sobre plantas ornamentais e estética de jardins, e participavam em clubes de hortas e organizações cívicas de melhoria da paisagem (KOMARA, 2000).

Contudo, Komara (2000) aponta que a criação da *American Society of Landscape Architecture (ASLA)*, em 1899, ao estabelecer o Paisagismo como um campo particular e distinto de conhecimento, pretendia, por um lado, distanciar-se de associações com a prática de jardinagem e, por outro, aproximar-se da arquitetura e da engenharia em sua definição de currículos e códigos de práticas, numa preocupação de evitar que a nova profissão ganhasse feições femininas. O próprio uso do termo “*landscape architecture*” (arquitetura paisagística), em substituição a “*landscape gardening*” (jardinagem paisagística), pretendia “[...] aliar-se ao domínio “masculino” da arquitetura para se apresentar como uma profissão “moderna” voltada para o futuro” (KOMARA, 2000, p. 26, tradução nossa).

Desse modo, a formação e a prática paisagísticas do início do século XX se conformam como campo de conhecimento voltado para concepção e construção de projetos de espaços públicos de grande escala, vestindo-se de um caráter masculino ao mesmo tempo em que limita o envolvimento da mulher na prática profissional, relegada à posição amadora de projetista de jardins privados, ou “jardineira



paisagista", mesmo que ela detivesse conhecimento técnico e experiência (STREATFIELD, 2012). Junto a isso, soma-se a restrição do acesso da mulher aos programas de ensino superior de Arquitetura Paisagística⁷⁴, responsáveis por capacitar os alunos ingressos do conhecimento técnico necessário para executar o aporte de trabalho imaginado para os novos arquitetos paisagistas (STREATFIELD, 2012).

Mesmo as mulheres que conseguiam adquirir o conhecimento técnico em Arquitetura Paisagística, passavam pelo impedimento de ganhar experiência profissional, devido ao preconceito de escritórios da época em contratar mulheres. Acreditava-se na incapacidade feminina para a execução do trabalho, inclusive na incapacidade física para trabalhar em atividades ao ar livre, e na perda de moral que a presença da mulher traria para um escritório com funcionários homens. Nesse contexto de impedimentos diversos, usualmente as paisagistas bem-sucedidas vinham de famílias de classe alta que possuíam boas conexões sociais, através das quais estas pioneiras garantiam comissões de clientes importantes (TANKARD, 2001). E foi a partir das primeiras arquitetas paisagistas que conseguiram ascender na profissão que foram oferecidas oportunidades de permanência para uma nova geração de profissionais, através da contratação exclusiva de funcionárias mulheres em seus escritórios. Estas obtinham, por meio de

⁷⁴ O primeiro programa de Arquitetura Paisagística nos EUA, da Universidade de Harvard, recusou a admissão de mulheres de 1900 até 1942. Algumas universidades ofereceriam o curso de Arquitetura Paisagística somente para mulheres, como: *Lowthorpe School of Architecture for Women*, em 1901; *Pennsylvania School of Horticulture*, em 1910; e *Cambridge School*, em 1915 (STRATFIELD, 2012). Entre 1900 e 1910, o curso de Paisagismo do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* permitiu o acesso de mulheres a disciplinas relacionadas à engenharia e à ciência avançada, em ambiente onde conviviam ambos os sexos (BEN-JOSEPH; BEN-JOSEPH; DODGE, 2006).



experiências práticas, como a preparação de desenhos e documentos de construção, a supervisão do trabalho de campo e a operação de um negócio de sucesso, um conhecimento da práxis paisagística. (TANKARD, 2001; STREATFIELD, 2012).

Desse modo, percebe-se que o estabelecimento da Arquitetura Paisagística ocorreu de modo a buscar paridade com profissões antigas relacionadas, como a arquitetura e a engenharia, onde as mulheres eram amplamente excluídas dos programas educacionais e profissionais, bem como de posições de influência nas principais organizações profissionais. Essa discriminação de gênero forçou as primeiras arquitetas paisagistas a atuarem em uma rede de relacionamentos bem diferente de seus colegas do sexo masculino (STREATFIELD, 2012).

4. Panorama atual das relações de gênero em Arquitetura Paisagística

Para Streatfield (2012), o evento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) atua como um divisor de águas na prática profissional de Arquitetura Paisagística, separando um período de forte discriminação de gênero, marcado pelas primeiras décadas do estabelecimento da profissão, do período do pós-guerra, em que grandes mudanças sociais desmancharam algumas barreiras de gênero: as mulheres passaram a frequentar universidades, inseriram-se no mercado de trabalho e começaram a assumir cargos em organizações. Schauman (2012) reconhece que as arquitetas paisagistas alcançaram algum grau de paridade em 2010, e que o gênero feminino ganhou muito na profissão desde o episódio da década de 1970 (SCHAUMAN, 2012). Contudo, ela questiona:



Se a maioria dos nossos direitos profissionais foram alcançados, por que centenas compareceram à conferência da Universidade da Califórnia, Berkeley, "A century of women: evaluating gender in Landscape Architecture", em novembro de 2002? Por que muitas de nós sentem a necessidade de falar em uma comunidade de mulheres sobre nossa profissão? (SCHAUMAN, 2012, p. 220, tradução nossa).

Neste tópico, analisa-se como as arquitetas paisagistas percebem as relações de gênero na profissão, nos dias atuais, confrontando os contextos internacional e nacional. Para isso, utiliza-se dados de três pesquisas internacionais: 1) dissertação de mestrado de Acuna (2006), pesquisa qualitativa com entrevistas de oito paisagistas contemporâneas de destaque nos âmbitos privado, público e acadêmico; 2) pesquisa de Browne (1994), com questionários de 688 mulheres membros da ASLA, com foco em percepções, status e preocupações de mulheres na arquitetura paisagística; e 3) pesquisa de Nassauer (1985), com questionários de 196 mulheres profissionais paisagistas atuantes, com foco nas relações entre experiência familiar e estabelecimento de carreira.

No contexto nacional, foram coletados dados em pesquisa empírica realizada através de entrevistas e questionários com três profissionais relacionadas à área de paisagismo no Espírito Santo. Eram requisitos para as entrevistadas: 1) ser mulher; 2) ter formação em curso de Arquitetura e Urbanismo; e 3) ter experiência na prática de Paisagismo.

A **entrevistada nº 1** é professora de Paisagismo em faculdade particular por tempo parcial, mãe solteira, formada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, dirigiu uma empresa de projeto e execução de obra junto com uma sócia e foi funcionária da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde trabalhou no programa Favela-Bairro.



A **entrevistada nº 2** é professora de Paisagismo em faculdade particular, casada, formada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Espírito Santo, trabalhou em escritórios de projeto urbano no Rio de Janeiro e teve escritório junto com mais duas sócias.

A **entrevistada nº 3** é arquiteta paisagista autônoma, solteira, formada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa, com sete anos de prática em projetos residenciais e design de interiores, majoritariamente.

Apesar da pequena amostragem da pesquisa empírica, a riqueza de dados e experiências permitem comparativos com as pesquisas no exterior, mas o tamanho da amostra deve ser levado em consideração ao interpretar os resultados. A seguir, apresenta-se breve análise dos resultados obtidos, através de oito categorias: 1) paisagismo no Brasil; 2) prática no escritório; 3) prática na academia; 4) casamento e maternidade; 5) assédio; 6) avanço na carreira; 7) oportunidades; e 8) satisfação.

4.1. Paisagismo no Brasil

Primeiramente, apresenta-se a percepção das entrevistadas quanto à carreira de paisagismo no Brasil. O histórico das duas professoras entrevistadas reflete a carência de arquiteto paisagista no Espírito Santo, inclusive para lecionar a disciplina de Paisagismo nos cursos de graduação. Ambas as professoras não possuem especialização em Paisagismo, porém carregam experiência com desenho urbano concretizadas na cidade do Rio de Janeiro, além de terem tido oportunidade de realizar projetos paisagísticos também nessa cidade.



Isso, aliado à falta de Arquiteto Paisagista para compor a docência de cursos de graduação das faculdades capixabas, as direcionaram para a cadeira de Paisagismo.

A entrevistada nº 1 aponta o fato da profissão ainda estar associada ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo como um dos motivos para ser pouco estabelecida no Brasil: "Você não é específico arquiteto paisagista. Você está no CAU, você está envolvido no CAU" (entrevistada nº 1). Em 2011, foi criada Proposta de Lei 2.043/2011 para a regulamentação da profissão, mas ainda está em tramitação no Congresso Nacional e o CAU-BR se opôs à proposta. Nesse contexto, destaca-se Rosa Grena Kliass, não apenas pioneira da Arquitetura Paisagística no Brasil, com prática de escritório voltada para projeto de espaços livres públicos, como também essencial para o estabelecimento e o reconhecimento do Paisagismo no país, por ser fundadora e primeira presidente da Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas (ABAP), em 1976 (CASER, 2014).

Já a entrevistada nº 2 acredita que a forma como o paisagismo é ensinado nas escolas de arquitetura brasileiras, como se o projeto paisagístico fosse complementar ao arquitetônico, contribui para uma formação insuficiente para a atuação na Arquitetura Paisagística dos arquitetos: "Não conheço um curso que consiga fazer essa mescla paisagismo e arquitetura desde o início. Então, talvez por isso a gente tenha poucos paisagistas ainda" (entrevistada nº 2). Nesse cenário, destaca-se a professora de Paisagismo na Escola de Arquitetura da USP, Miranda Magnoli, também pioneira na atuação do paisagismo brasileiro do pós-guerra e reconhecida por contribuir para tornar o paisagismo uma área de conhecimento sólida na graduação, com alteração do



método de ensino, por exemplo, ao mudar o foco do estudo de design de jardins para espaços livres públicos (CASER, 2014).

4.2. Prática em escritório

Com relação à prática profissional, a conciliação entre responsabilidades familiares e a carreira ainda impacta consideravelmente a decisão da mulher na escolha do tipo de atuação. Entrevistada de Acuna (2006) aponta a prática em escritório como uma opção que garante flexibilidade de horários e, por isso, facilita a conciliação entre trabalhos produtivo e reprodutivo:

As praticantes têm a opção de projetos pequenos ou grandes. Mulheres com famílias podem controlar suas horas mais facilmente, até certo ponto. A arquitetura paisagística não é um trabalho normal de quarenta horas, mas oferece alguma flexibilidade com os cronogramas. Não é um tipo de trabalho das nove às cinco. (ACUNA, 2006, p. 76, tradução nossa).

Contudo, ela não menciona se é trabalho como autônoma ou empregada dentro de um escritório. Anthony (2001) afirma que as firmas de arquitetura tradicionais raramente possibilitam à mulher conciliar trabalho e obrigações familiares, principalmente pela carga horária pesada, e, para a maioria, a única forma de praticar a profissão e trabalhar meio período é como autônomas. A entrevistada nº 2 indica que, em sua prática no escritório, havia instabilidade, baixo salário e carga horária pesada, o que a levou para a prática na academia, que considera oferecer flexibilidade de horário e estabilidade financeira. A entrevistada nº 3, que atua na prática privada, iniciou carreira como empregada em escritório de arquitetura e atualmente trabalha como autônoma. Quando perguntada sobre o motivo da mudança de forma



de inserção institucional, afirma: “Decidi trabalhar como autônoma por Necessidade” (entrevistada nº 3), sem descrever com detalhes qual o tipo de necessidade percebida na época. Contudo, em outro momento do questionário, ela afirma ter carga de trabalho flexível, numa média de 20 horas trabalhadas por semana, o que pode estar relacionado com o fato de trabalhar como autônoma.

4.3. Prática na academia

Internacionalmente, no âmbito acadêmico, as mulheres costumam seguir carreiras distintas das dos colegas homens, e demoram mais para ganhar promoção e atingir o cargo de tempo integral dentro da instituição, novamente, tendo como fator principal o conflito entre realizar as tarefas que requer o cargo e cumprir as responsabilidades familiares. Mais paisagistas têm entrado para a academia atuando no setor privado e como professora temporária (ACUNA. 2006):

As exigências de trabalho necessário, publicação e ensino, conflitam com responsabilidades familiares. O impulso para as mulheres na academia é não buscar uma posição de titular devido a esse conflito. Não há estatísticas sobre isso que eu saiba. As mulheres tendem a abandonar a academia quando têm família devido a demandas conflitantes. (ACUNA, 2006, p. 73, tradução nossa).

Por outro lado, no Brasil, as professoras entrevistadas indicam como motivo para se direcionarem para a academia, além da vocação, flexibilidade de horário e estabilidade financeira. Contudo, deve-se levar em consideração que as professoras entrevistadas não trabalham por período integral, mas também não citaram esse fato como um impedimento ao avanço na carreira, como as paisagistas internacionais: “Acho que é flexível porque você consegue conciliar.



Quer dizer, eu dou aula de manhã, de tarde eu tenho minha vida, faço o que eu quero, depois eu tenho aula à noite. Nesse aspecto é flexível. [...] Eu sou parcial, eu não sou integral" (entrevistada nº 1).

4.4. Casamento e maternidade

A pesquisa de Nassauer (1985) conclui que mulheres casadas e com filhos possuem menos status profissional do que suas colegas solteiras ou casadas sem filhos, principalmente nas idades entre 30 e 44 anos, quando 50% das mulheres trabalham parcialmente, devido à falta de flexibilidade de horário e de benefícios que mantenham as práticas profissionais das mães, como auxílio maternidade e licença para cuidar de parente doente. Já o casamento não afeta a possibilidade de um trabalho integral, mas afeta a possibilidade de mulheres casadas procurarem oportunidades de trabalho em outras cidades, fator principal para que 30,5% das paisagistas casadas acreditem que suas obrigações pessoais afetam seu avanço de posição na carreira, enquanto apenas 4,4% das paisagistas solteiras pensam isso (NASSAUER, 1985).

As entrevistadas nº 1 e nº 2 afirmaram que maternidade e casamento não impactaram negativamente suas carreiras. Provavelmente porque a entrevistada nº 1, que teve filho aos 41 anos de idade, recebeu suporte de familiares, pai da criança e babá, para ter condições de trabalhar e finalizar o mestrado. Mesmo assim, ela trabalhava parcialmente, apenas um turno: "Minha mãe e meu pai estavam lá comigo. Então, eles pegavam o carrinho, iam empurrando o carrinho para eu dar de mamar. Então, eu dava um intervalo na aula [...] No primeiro ano dela, eu dava aula só de manhã." (entrevistada nº 1). Já a



entrevistada nº 2 conseguiu, apesar do casamento, aproveitar oportunidades em outras cidades, como a experiência que teve de se mudar para o exterior para realizar o mestrado, levando o casamento à distância, o que a maioria das paisagistas não consegue, segundo Nassauer (1985). A própria entrevistada aponta as experiências de estudo e trabalho que teve fora da cidade natal como impactos positivos no avanço da carreira: “acho que as minhas saídas daqui de Vitória foram muito boas pra mim, todas elas. [...] Foram saídas que me fizeram subir na carreira.” (entrevistada nº 2).

4.5. Assédio

A pesquisa de Browne (1994) demonstra que 86% das arquitetas paisagistas entrevistadas acham que discriminação por gênero ainda é um problema e, dentro dessa temática, situações de assédio sexual foram detectadas em diversos momentos da pesquisa empírica. A entrevistada nº 1 mencionou certas aproximações físicas de alunos, assim como elogios e envio de mensagens pessoais, que ela normalmente corta e define limites, por entender que “quem dá o tom da relação é a mulher” (entrevistada nº 1). Além disso, a entrevistada nº 2 sofreu investida de engenheiro casado durante o estágio: ele a convidou para viagem à Europa. Convite recusado, o superior passou a tratá-la de forma indiferente. Também aconteceu de cliente beijar a entrevistada nº 2 sem consentimento após carona; ela se sentiu desconfortável e desistiu do projeto.

Sobre presenciar discriminação de gênero direcionada a colegas de trabalho: “Eu acho, por exemplo, que eles, às vezes, faziam uns comentários muito maldosos, e para as mulheres ouvirem mesmo. E...



pra causar desconforto. Isso aconteceu sim, isso aconteceu de eu ter presenciado, inclusive. Mas na hora a gente fica meio sem ação" (entrevistada nº 1).

4.6. Avanço na carreira

A pesquisa de Browne (1994) mostra que 65% das entrevistadas acredita que há ainda na profissão um teto de vidro ("*glass ceiling*") para atuação de mulheres em escritórios de paisagismo, explicitada principalmente através da discriminação baseada em gênero, da disparidade salarial, da dificuldade de promoção de cargos para as mulheres e da dificuldade de interação da mulher com outros colegas de trabalho em ambientes com predomínio de homens. Conforme confidenciado por entrevistada nº 1, durante trabalho dentro de um escritório: "A mulher mais próxima do poder era a secretária do chefe" (entrevistada nº 1). As três entrevistadas relataram que, dentro da prática em escritório, os cargos de liderança ainda são ocupados por homens e há dificuldade para a mulher de ser respeitada por funcionários homens. Para contornar os problemas recorrentes ao avanço de carreira na profissão de paisagismo, algumas mulheres buscam abrir ou se tornar sócias de escritórios. Conforme afirma entrevistada de Acuna (2006): "Ser autônoma é o meu método de avançar na carreira." (ACUNA, 2006, p. 80, tradução nossa). De fato, a pesquisa empírica no Espírito Santo demonstra que as três profissionais trabalham atualmente como autônomas ou já tiveram escritório próprio.

Um dos motivos apontados como impedimento de avanço na carreira é a mulher não ser facilmente inserida em redes de contatos, como os homens, e entrevistada nº 2 traz o questionamento: "Porque será então



que a gente não fez em paralelo um nicho feminino?” (entrevistada nº 2). No caso dos Estados Unidos, organizações voltadas para mulheres paisagistas surgem como suporte: a ASLA, por exemplo, possui seção chamada *Women in Landscape Architecture Profesional Network* (WILA), que possibilita que as arquitetas paisagistas ampliem sua rede de contatos, além de ser um canal de discussão sobre mecanismos de alcance da igualdade de gênero na profissão (ASLA, 2014).

4.7. Oportunidades

Acuna (2006) aponta que, para a maioria das entrevistadas, apesar de as mulheres no passado terem enfrentado obstáculos para atuar no setor privado, isso não acontece nos dias atuais: “Não se limite por gênero em sua mente. Este problema não me ocorreu como um fator limitante. O gênero era mais um problema durante os anos setenta do que é agora.” (ACUNA, 2006, p. 72, tradução nossa). Na percepção geral feminina, atualmente, há uma igualdade de oportunidades para homens e mulheres: “As oportunidades estão abertas. Há ótimas oportunidades para homens e mulheres em todas as áreas de prática. Nenhuma empresa está procurando especificamente homens ou mulheres para ocupar mais posições.” (ACUNA, 2006, p. 72, tradução nossa).

Na pesquisa empírica, exaltam-se a competência, a firmeza, a segurança e o conhecimento como fatores principais para as mulheres conquistarem o espaço na profissão: “se você abrir a boca e só arrumar o cabelo, pentear ou passar o batom, não vai conseguir o respeito e o que eles precisam. Não que passar o batom e ver o cabelinho não seja importante. Mas aí passa o batom e fala o que tem que falar”



(entrevistada nº 1). Para entrevistada nº 2, na sua carreira, não houve perda de oportunidades por ser mulher, mas “se você olhar o mercado, a força do mercado é masculina” (entrevistada nº 2), no sentido de que os que mais se destacam e ganham reconhecimento dentro do campo profissional ainda são os homens.

4.8. Satisfação

Por fim, a pesquisa de Nassauer (1985) identifica que arquitetas paisagistas casadas e com filhos possuem menos status profissional do que suas colegas solteiras, e que as paisagistas casadas tendem a estar menos satisfeitas com o avanço na carreira do que as solteiras. Contudo, no caso do Espírito Santo, a que demonstra maior insatisfação financeira e profissional, que nunca atuou em cargos de chefia e possui baixo salário (1 salário mínimo mensal) é a entrevistada nº 3, de 32 anos, solteira e sem filhos. Por outro lado, a entrevistada nº 1, mãe solteira, demonstra 100% de satisfação com a profissão, mesmo que não trabalhe em período integral na faculdade, e a entrevistada nº 2, casada, também demonstra satisfação profissional e contribui em 50% com a renda familiar.

5. Considerações finais

A inserção da mulher nos primeiros anos de institucionalização da Arquitetura Paisagística não ocorreu de modo facilitado, e as pioneiras tiveram que criar meios de contornar os obstáculos e garantir sua permanência na profissão, como criar rede de suporte de escritórios de arquitetas paisagistas que apenas contratavam mulheres. Já no



panorama atual, percebem-se alguns pontos convergentes e divergentes entre as percepções de arquitetas paisagistas no Brasil e no exterior. Por exemplo, a opção pelo trabalho autônomo é um método utilizado, tanto no Brasil como no exterior, para contornar impedimentos de avanço na carreira, dentro da prática no âmbito privado. Quanto à prática na academia, no Brasil, ela é vista como boa opção pela flexibilidade de horário, enquanto, no exterior, percebem-se como conflitantes as responsabilidades familiares e as atividades acadêmicas, principalmente durante o processo de se tornar um professor titular. As professoras entrevistadas não perceberam maternidade e casamento como fatores que impactaram negativamente a carreira, provavelmente por terem uma rede de suporte na família, e estão satisfeitas com a profissão, mais do que a profissional paisagista autônoma, solteira e sem filhos, o que diverge da percepção geral das paisagistas internacionais.

Por fim, as pesquisas internacional e empírica apontam uma percepção geral de igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho atual, em Arquitetura Paisagística, apesar de diversos relatos indicarem que a maioria dos cargos de liderança ainda é ocupada por homens e que ainda existem situações de assédio e desconforto para a mulher no local de trabalho. Isso confirma a necessidade de ainda se discutir e buscar melhorias das condições de bem estar da arquiteta paisagista. Afinal, o sucesso da profissão Arquitetura Paisagística também passa pelo apoio à diversidade e pela garantia de igualdade de direitos entre gêneros.

6. Referências bibliográficas



ACUNA, Catherine. **Career influences for women in landscape architecture**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) - University of Texas, Arlington, 2006.

ANTHONY, Kathryn H. **Designing for Diversity: gender, race, and ethnicity in the architectural profession**. Champaign: University of Illinois Press, 2001.

ASLA - American Society of Landscape Architecture, 2014. Disponível em:
<https://www.asla.org/FAQAnswer.aspx?CategoryTitle=%20About%20the%20Profession&Category=3150#DispID3132>. Acesso em: nov. 2018.

BEN-JOSEPH, Eran; BEN-JOSEPH, Holly D.; DODGE, Anne C.. **Against all Odds MIT's Pioneering Woman of Landscape Architecture**. Cambridge: MIT Press, 2006. Disponível em:
<http://web.mit.edu/ebj/www/LAatMIT/LandArch@MITlow.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BROWNE, Charlene. The Status of Women in Landscape Architecture: Findings, Perspectives, and Strategies for the Future. **Landscape Journal**, v. 13, n. 2, p. 102-106, 1994.

CASER, Karla do Carmo. Mulheres e Arquitetura Paisagística: Uma perspectiva feminista e suas contribuições para ensino de história do paisagismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 12, 2014, Vitória. **Anais... 12º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA**. Vitória, ES, 2014.

CAU/BR. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**, 2012. Disponível em:
http://www.iab.org.br/sites/default/files/01_CENSO%20CAU%20BRASIL.pdf. Acesso em: nov. 2018.

KOMARA, Ann. The Glass Wall: Gendering the American Society of Landscape Architects. **Studies in the Decorative Arts**, New York, v. 8, n.1, p. 22-30, 2000.



MOURA, Gabriela Pinto de; CASER, Karla do Carmo. As pioneiras na arquitetura paisagística. **Revista Arquitetas Invisíveis** - Pioneiras, v. 01, p. 41 – 45, 2016.

NASSAUER, Joan Iverson. Managing Career and Family: The Experience of Women Landscape Architects. **Landscape Journal**, v. 4, n. 1, p. 31-38, 1985.

SCHAUMAN, Sally. Landscape Architecture: A gendered past, a potential feminist future. In: MOZINGO, Louise A.; JEWELL Linda L.. **Women in Landscape Architecture: Essays on History and Practice**. North Carolina: McFarland & Company Inc., p. 217-226, 2012.

STREATFIELD, David C.. Gender and the history of landscape architecture, 1875-1975. In: MOZINGO, Louise A.; JEWELL Linda L. **Women in Landscape Architecture: Essays on History and Practice**. North Carolina: McFarland & Company Inc., p. 05-31, 2012.

TANKARD, Judith B.. Defining their Turf: Pioneer Women Landscape Designers. **Studies in the Decorative Arts**, v. 8, n. 1, p. 31-53, 2000-2001.

WAY, Thaïsa. **Unbounded Practice: Women and Landscape Architecture in the Early Twentieth Century**. University of Virginia Press. 2009.

A FIGURA DA MULHER CRIMINOSA E A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE À LUZ DO JULGADO NO PROCESSO DE Nº 0018790-25.201.0004 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Geórgia Thâmisa Malta Cardoso
Universidade Federal do Espírito Santo
Bolsista de iniciação científica com financiamento do CNPq
georgiamalta@gmail.com

Rayanne Rodrigues Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo
rayanne.rmiranda@gmail.com



RESUMO: A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) foi criada no intuito de reprimir a violência contra a mulher no âmbito familiar, doméstico e afetivo, abrangendo tanto violações de ordem física, psicológica e sexual. Tendo como escopo resguardar pessoa que figure no papel de mulher dentro da sociedade, para além das que são biologicamente, a Lei ainda abrange às transgêneros e às transexuais. Conquanto os crimes previstos na Lei Maria da Penha (LMP) também possam ser praticados por sujeito ativo feminino, o judiciário brasileiro apresenta relutância na aplicação das medidas dispostas na LMP aos casos em que o sujeito ativo do crime seja mulher. Nesse ínterim, o escopo deste artigo é propiciar a discussão, a partir da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004, em que o Magistrado determinou a aplicação de medidas protetivas fundadas na LMP a vítima transgênero agredida por sua genitora, por entender ser a violência fruto do exercício do pátrio poder sobre a filha, demonstrando a mãe ter assumido a personalidade autoritária patriarcal da família e reproduzido o modelo de agressão esperada de um homem machista, sexista e preconceituoso, quando violentamente forçou a vítima a internação em clínica psiquiátrica a fim de ver curada sua homossexualidade.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência de Gênero; Mulher Agressora; Mulher Criminosa.

INTRODUÇÃO

Ao se estruturar em torno da categoria gênero, a Lei nº 11.340, denominada Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, destina em seu diploma uma vicissitude de formas de violências dirigidas, mormente, contra as mulheres, assim, fixa-se um sujeito passivo, diferentemente do sujeito ativo, que, poderá ser homem, mas também outra mulher, rompendo com as concepções binárias de gênero.

A nova Lei, inspirada nas conquistas dos movimentos feministas que remontam desde meados dos anos 70 (Soares e Sardenberg, 2011, p. 1), visam a evidenciar a violência praticada contra as mulheres. É salutar asseverar que, ao longo do espaço-tempo histórico houve uma ressignificação do reconhecimento da tutela desta violência do espaço, convencionalmente, privado, isto é, pertinente à família; para o âmbito público, este entendido com Estatal. Deste modo, houve “o



deslocamento do controle informal materializado na família para o controle social formal materializado no sistema penal” (Andrade, 2003, p. 115).

Este estudo tem por escopo analisar o posicionamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) proferido no julgamento em primeira instância, na Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Gonçalo, nos autos do Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004, além de compreender como a Lei nº. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, ensejou contemplar as distintas emanções de violências dirigidas contra as mulheres, seja em episódios domésticos e familiares, inclusive em contextos em que a mulher integra o polo ativo do conflito criminoso.

Nesse sentido, um dos objetivos deste estudo é trazer uma breve análise histórico-social acerca da figura da mulher enquanto criminosa e a negação pela sociedade patriarcal do perfil criminoso em uma mulher, de modo a exercer, até por via do âmbito criminal, o controle social sobre as mulheres.

Nada obstante, em torno das inovações trazidas pela Lei neste tema, destaca-se que o seu artigo 5º, parágrafo único, prevê que “As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”. A prospecção trazida no referido dispositivo serviu, também, de norte às análises deste estudo, cuja metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, tanto nas referências das ciências sociais, quanto no direito, subsidiará as elucubrações acerca da análise da decisão do TJ-RJ do Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004.



1. MULHER AGRESSORA: A DESCONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO DE GÊNERO

A ideologia do patriarcado se alicerça como dominante nas relações interpessoais e sociais desde sua conexão sistema capitalista, o qual, para Nascimento (2015, p. 169) cuja edificação está “em engrenagens de dominação e exploração, consequentes da luta entre as classes sociais, proletário e burguesia”. Ante a isto, ao longo do curso histórico as mulheres foram alvo do controle social opressivo, seja ele formal ou informal, visando a conformidade das pessoas às expectativas dos constructos sociais. Não raro o ordenamento jurídico-penal “não é outra coisa senão um dos instrumentos destinados à socialização do homem” (QUEIROZ, 2018, p. 61).

Neste afã, o homem constituiu-se como o protagonista das funções sociais públicas, bem como o provedor, o viril. Em contrapartida, à mulher reduziu-se sua atuação ao âmbito privado, isto é, familiar, sendo ela a reprodutora, o sexo frágil. Para além disto, “o que demarca estas condições diferenciadas não é fato de se ter nascido macho ou fêmea e sim de ter se tornado homem em mulher em uma sociedade onde as relações de gênero são desiguais e opressoras” (NASCIMENTO, 2015, p. 168).

Ainda na visão de Nascimento (idem), o papel socialmente destinado às mulheres, tangido pelo patriarcado e no machismo, por milênios de anos “anulou a mulher frente à historicidade e às transformações sociais, deixando-as à margem dos fenômenos e instituições da sociedade, como o crime”. Deste modo, não lhes é permitida a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto, o uso de violência por parte das



mulheres choca, pois demonstra, em verdade, a equivalência dos seres na espécie humana” (LIMA, 2017, p. 317-318). Ao passo que a mulher conquista esferas anteriormente destinados aos homens, ela também se vê condicionada aos reveses e às consternações consequentes destes.

Dito isto,

[...] os criminalistas do século XIX entendiam que as mulheres delinquiriam em função dos aspectos biológicos e, quando muito, sociais, em se tratando da vulnerabilidade por que passaram nesse século com a sua inserção no mundo do capital, por sua vez, as exclui cada vez mais do mundo harmonioso das relações tradicionais da família (ALMEIDA, 2001, p. 75).

Historicamente, vista como dependente do homem, submissa e amável, a mulher ao cometer um crime, promove uma guinada social, pois “com todas essas especificidades à construção criminal feminina, se dá de forma distinta aos homens” (NASCIMENTO, 2015, P.169). No entender da autora supracitada, diante do exposto, o cometimento de um crime é, portanto, uma forma da mulher se rebelar e impor sua força sobre o homem e sobre a sociedade que a oprime, saindo do estado de anulação que a colocaram.

Corroborar com este entendimento Salmasso (2004, p. 17), ao salientar que “é nesse contexto que a criminalidade feminina vem tomando forma crescente no cenário criminal, tendo em vista o fato de sua integração na sociedade ser cada vez mais visível e essa integração pode vir a colaborar com este crescente aumento. A interpretação da criminalidade feminina a partir de aspectos biológicos, sociais e morais, de que a mulher é um ser mais frágil do que o homem em todos os âmbitos da vida, disseminou a concepção de que a mulher não teria condicionantes subjetivos para cometer crimes.



É notória uma transposição de barreiras socialmente impostas ao sexo feminino, e, com isso, ela também adentra o universo da ilicitude tanto mais por necessidade do que por oportunidade.

A mulher quando comete um crime “descaracteriza” o papel feminino socialmente determinado a ela, essa realidade ainda é fundamentalmente deslegitimada nos âmbitos social e jurídico, refletindo-se nas legislações penais generalizadas que não abarcam as particularidades das mulheres e as condicionam a reclusão balizada no masculino. [...] Isso porque, à mulher ainda cabe o papel de vítima, devido à condição doméstica e de “fragilidade” (NASCIMENTO, 2015, p.177).

Foi no curso do século XIX que emergiram as primeiras teorias acerca da desviância feminina, esta visão, oriunda da criminologia positivista em que o comportamento do homem era tido como a norma social, estava impregnada de construções alicerçadas na determinação biológica e psicológica deste comportamento desviante.

O nascedouro dos estudos da criminalidade feminina remonta ao final do século XIX e despertar do século XX, com os trabalhos de Lombroso. Nesse viés, surgem as concepções de “biologização, sexualização, patologização e masculinização dos comportamentos desviantes das mulheres” (BEÇA, 2012, p. 2). Analisando a masculinização sob dois prismas, para Matos (2007): (i) no aspecto biológico a mulher ofensora é vista como portadora de um biótipo masculino; (ii) no âmbito sociológico a delinquência feminina se justifica pela conquista da autonomia feminina e do exercício de papéis outrora executados exclusivamente por homens.

Por mais que os estudos de Lombroso tenham inovado ao trazer a mulher como o sujeito ativo do crime, eles também fomentaram uma visão estereotipada da mulher: ainda dependente e normatizada pelo



padrão masculino de desviância. É nesse ínterim, que nos primórdios do século XX que despontam teorias sociológicas acerca da transgressão feminina.

De forma sucinta explana Matos (2008), as perspectivas sociológicas do crime: (i) uma vertente tratou de entender a transgressão feminina atrelada à família e na conformidade aos papéis de gênero; as constatações pertinentes a este campo vincularam as experiências familiares de violação física, sexual e/ou emocional sofridas pela mulher, cujas situações abusivas vinculavam a uma maior probabilidade da mulher delinquir, de um modo geral; (ii) a outra vertente tratou sobre o controle, a conformidade e a delinquência feminina, algumas delas asseveraram que o controle social informal, isto é, família, escola, instituições religiosas, imputavam maior controle e opressão sobre as mulheres, que por sua vez eram mais conformadas com as normas impostas, portanto, desviavam-se menos, por conseguinte, explicando assim o menor cometimento de delitos por elas.

Com o advento do movimento feminista, nos anos 70 do século passado, ocorre uma ressignificação acerca da hegemonia masculina, sobretudo no que diz respeito à associação entre o sexo feminino e os atos criminosos. Deu-se, assim, a passagem da mulher de vítima à agressora explicada por distintas correntes. De uma forma genérica elas associam os atos transgressores da mulher como uma resposta libertadora frente às opressões sofridas pelas mulheres ao longo da história. Ainda reforça a ideia de que a inserção da mulher e sua conquista em diversos ambientes laborais, promove um maior acesso da mulher às atividades delituosas (MATOS, 2008). Em suma, a



emancipação feminina levaria a um aumento do comportamento criminoso.

2. CRIME

O crime se configura com um fenômeno complexo, resultado de vários fatores que envolvem aspectos morais, religiosos, econômicos, político, jurídicos, culturais e históricos. Compreendendo essa gama de fatores como construções sociais, pressupõem-se suas mudanças de acordo com o tempo e o espaço, à medida que se modificam os sistemas políticos e jurídicos da sociedade (ALMEIDA, 2001).

Portanto, o crime é uma *práxis* resultante de uma complexa interação de “uma sociabilidade e só se aplica a ela, pois os valores e normas que são impostos refletem toda a engrenagem da ordem, do sistema vigente, o crime e suas consequências são resultados de uma totalidade social” (NASCIMENTO, 2015, p. 166). Coaduna a isto Arthur Schopenhauer (2004) ao lecionar que o mundo é a um constructo da representação subjetiva de um indivíduo, assim, o mundo que o cerca existe apenas como representação, na sua relação com um ser que percebe, que é próprio do homem.

Dito isto, concebe-se que a conduta desviante é determinada pelo sistema, que constrói regras e normatizam as relações sociais. A aplicação dessas regras, então, é direcionada para pessoas específicas que são rotuladas como criminosas, pois se enquadraram no perfil de desviante da lei e da ordem imposta.

Nesta senda, entende Paulo Queiroz (2018, p. 49) que “consequentemente, não existem fenômenos criminosos[...], mas sim



uma interpretação criminalizante dos fenômenos [...]”. Neste contexto, a lei, enquanto instrumento estabilizador e mantenedor da ordem social, “precede o ato criminoso, tendo a função de proteção e consolidação de uma sociabilidade ordenada por uma ideologia hegemônica”.

Dito isto, Sandro César Sell entende que,

[...] o criminoso é aquele a quem, por sua conduta e algo mais, a sociedade conseguiu atribuir com sucesso o rótulo de criminoso. Pode ter havido a conduta contrária ao Direito Penal, mas é apenas com esse “algo mais” que seu praticante se tornará efetivamente criminoso. Em geral, esse algo mais é composto por uma espécie de índice de marginalização do sujeito quanto maior o índice de marginalização, maior a probabilidade de ele ser dito criminoso (2007, p. 40).

É neste íterim que o Direito Penal concebe o delito a partir de conceitos formais e normativos, que para Foucault (2000), trata-se de toda conduta prevista na lei penal e só aquela que a lei penal castiga.

3. ANÁLISE DO JULGADO NO PROCESSO Nº. 0018790-25.2017.8.19.0004

Conforme relatório da sentença proferida aos autos do Processo nº. 0018790-25.2017.8.19.0004, o caso que estimulou as análises realizadas neste estudo foi levado à apreciação do judiciário por ocasião de uma filha, assumidamente transgênero feminina desde o início do ano de 2016, embora não submetida à cirurgia de transgenitalização, ter sofrido em 2017 uma série de violências físicas e psicológicas de sua mãe.

A vítima, assistida pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, trouxe aos autos elementos que comprovam que a genitora, sempre fortemente contrária e intolerante à identidade de gênero assumida pela vítima aduzindo que isso seria decorrente de uma doença mental



adquirida pelo convívio com más influências, contratou um serviço particular de ambulância e profissionais de enfermagem que, submetendo à vítima à um tratamento extremamente humilhante e vexatório, a doparam e forçaram sua entrada ambulância, tendo, durante a desesperada e vã tentativa de resistência da vítima, deixado-a quase nua perante toda a vizinhança para então, levá-la à clínica especializada em tratamento de drogas em outro Estado. Tudo isso sem que houvesse qualquer laudo médico que atestasse enfermidade mental ou incapacidade civil da vítima.

Após sua entrada na clínica, a vítima sofreu toda sorte de constrangimentos e violações a direitos fundamentais, como, por exemplo, ter seu cabelo raspado, numa forma de obrigá-la a retornar à forma masculina. Socorreu-se a vítima, então, ao Judiciário, com fulcro nas disposições da Lei Maria da Penha, para fazer cessar através de medidas protetivas os atos violentos de sua mãe.

O Juiz de Direito responsável pela Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de São Gonçalo, para a qual foi distribuído o processo, numa decisão que ainda destoa de muitas outras proferidas por seus pares, entendeu pela competência do Juízo para apreciação do caso.

A decisão em comento diferencia-se de outras pois, o julgador fugiu do senso de que a violência de gênero tratada na Lei Maria da Penha suporta como sujeito ativo dos crimes de violência doméstica apenas o homem. O Julgador, desviando-se a ideia de que somente um homem poderia ter superioridade de forças sobre a mulher e de que uma mulher não poderia discriminar e subjugar outra em razão de seu



gênero, entendeu que a LMP serve à violência fundada no gênero, sendo irrelevante a presença de uma mulher no polo ativo do crime.

Nesse sentido, para o Juiz, “a cultura machista e patriarcal se estruturou de tal forma e com tamanho poder de dominação que suas ideias foram naturalizadas na sociedade, inclusive por mulheres”, e, portanto, comumente “mulheres assumem comportamentos machistas e os reproduzem, assumindo, não raro, o papel de opressor, sendo instrumentalizadas pelo dominador”, como à exemplo do negro que se tornava capitão do mato e perseguia e açoitava outros escravos no período da escravatura.

Ainda sob esta ótica de reprodução das ideias do opressor, temos a exemplo a criação diferenciada dispensada pelas mães aos irmãos de sexos opostos. Aos meninos, vemos não raramente a concessão de liberdades e direitos que a mãe sequer consegue imaginar dando às filhas, como, desde ao direito de não contribuir nas tarefas domésticas à liberdade de praticar atos sexuais com quem desejar.

Olhando por outro viés, se faz necessário, ainda, a análise histórica da posição social determinada à mulher ao longo do tempo. Ao feminino sempre foram associadas características de fragilidade, bondade, docilidade, que influenciaram na formação do estereótipo das mulheres como seres de menor capacidade, inclusive, para o cometimento de crimes.

Em decorrência desse aspecto da docilidade, no âmbito criminal, as mulheres eram vistas como tendo um grau de capacidade para o cometimento de crimes muito menor em relação aos homens e, quando chegava à cometê-los, sua razão era atribuída à influência de



um homem ou em decorrência de paixão (FARIA, 2008, p. 163). Ainda, essa construção de incapacidade da mulher para o mundo do crime é um dos elementos que reforça e retroalimenta as ideias de inferioridade da mulher nos outros campos sociais (FARIA, 2008, p. 163).

Quanto negação à capacidade da mulher de fugir ao padrão da docilidade para alcançar objetivos maléficos, Lima (2007, p. 317/318) afirma que “Não lhes é permitida a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto”, justamente porque “o uso de violência por parte das mulheres choca, pois demonstra, em verdade, a equivalência dos seres na espécie humana”, o que não é interessante à lógica do sistema patriarcal.

É por tais razões que, quando as pessoas, especificamente os operadores do direito, se deparam com mulheres no polo ativo dos crimes trazidos no bojo da Lei Maria da Penha, tentam desqualificá-las, mormente por enxergá-las como incapazes de cometê-los, pois, a aptidão tais condutas não lhes seria “nata”, além de percebê-las como sujeitos de subordinação necessária a um homem.

Assim, as mulheres são comumente aceitas e posicionadas apenas na condição de vítimas de violência doméstica, o que tem por consequência a negativa de acesso à via jurisdicional garantida pela Lei Maria da Penha e garantia de proteção e justiça a outros tipos vítimas que também sofrem desse mesmo tipo de violência, como idosos, pessoas incapazes, crianças e, inclusive, homens, apenas pelo fato de o crime ter sido cometido por uma mulher.



Portanto, assumindo a existência da figura da mulher criminosa, livre de docilidade, tão violenta e obstinada a fins maléficos e propícia à prática criminosa tanto quanto um homem, a Lei Maria da Penha e sua aplicação deve ter em foco a figura da vítima e a natureza da violência praticada, e não do agressor ou agressora, pois estes últimos podem ser de qualquer sexo, identificados em qualquer gênero.

CONSIDERAÇÕES

Pode-se inferir, conforme exposto ao longo deste trabalho, que no curso dos anos, houve uma resignificação paulatina acerca da criminalidade feminina. Em nosso entender a jurisprudência tem convergido com a proposta instituída pelo Legislativo, que buscou frisar a garantia de proteção às diversas emanções de violência dirigidas às mulheres, consideradas em sua individualidade, inclusive nos limites e manifestações de sua sexualidade.

O âmbito jurídico é um constructo histórico-cultural profuso e complexo, cuja constituição cíclica reforça e inspira valores culturais e hierarquias sociais. A partir da análise do julgado no processo nº. 0018790-25.2017.8.19.0004 notou-se que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ao proferir sua decisão rompeu com os paradigmas binários de gênero no que tange o sujeito ativo da violência doméstica, ao aplicar, no contexto de incidência da Lei Maria da Penha, demonstrando habilidade em compreender a mulher como agressora em cenários de violência doméstica, tendo como parâmetro a categoria gênero.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam:** universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001. (Coleção Antropologia da política).

ANDRADE, Vera Regina Pereira. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2003.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004. Rio de Janeiro, RJ, 26 de maio de 2017. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/lei-maria-penha-tambem-protege-mulher.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. . Brasília, ES, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 03 dez. 2018.

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 31, p.151-172, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a08.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (Organização e tradução Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **A Mulher Delinqüente** – Algumas Perguntas e Algumas Considerações. In: REALE JÚNIOR, Miguel e PASCHOAL, Janaina. (coords.) Mulher e Direito penal. Rio de Janeiro, Forense, 2007.

MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. **Vidas Raras de Mulheres Comuns:** Percursos de Vida, Significações do Crime e Construção da Identidade em Jovens reclusas. Braga: Almedina, 2007.

NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. A (In)Visibilidade da Mulher Criminosa e a Desigualdade de Gênero no Espaço da Prisão: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no complexo penal estadual agrícola drº mário negócio em m



Mossoró/RN. **Transgressões: Ciências Criminais em Debate**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 2, p.164-185, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6582>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NOTÍCIAS, Senado (Ed.). **Comissão aprova projeto que protege mulheres transgênero com a Lei Maria da Penha**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/21/comissao-aprova-projeto-que-protege-mulheres-transgeneras-com-a-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 15 out. 2018.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal: Parte Geral**. 13. ed. Salvador: Juspodvim, 2018. 635 p.

RODAS, Sérgio. **Lei Maria da Penha protege também mulher transgênero ou transexual e homem gay**. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/lei-maria-penha-protege-tambem-mulher-transgenero-homem-gay>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SALMASSO, Rita de Cássia. Criminalidade e Condição Feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília - SP. **Revista de Iniciação Científica da Ffc**, Marília, v. 4, n. 3, p.16-31, out. 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/97>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação**. São Paulo: Contraponto, 2004.

SELL, Sandro César. **A etiqueta do crime: considerações sobre o "labelling approach"**. Teresina: Jus Navigandi. Ano 11. 2007.

SOARES, Gilberta Santos; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista. **Anais eletrônicos do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=185&Itemid=171>. Acesso em: 08 jan. 2019.



O PAPEL DAS FEMINISTAS BRASILEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Gianna Maria Almeida Marques

Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo

gianna.almeida@yahoo.com.br

Renata Kelly de Souza Dias

Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo

renataksd@hotmail.com

RESUMO: Esta pesquisa trata do papel do movimento feminista na construção das políticas de atenção as mulheres em situação de violência no Brasil. A violência contra a mulher passa a repercutir no Brasil a partir da década de 1980. No entanto, até esse período já se registravam lutas importantes, a exemplo das sufragistas pelo direito ao voto na primeira metade do século XX. Compreendiam que a participação das mulheres na vida política do País era necessária para mudar a configuração das relações sociais, marcadas pelo patriarcado, dentro e fora de casa. A descoberta da pílula e a sua entrada no mundo do trabalho, particularmente a partir da segunda metade do século XX, foram insuficientes para protegê-la do machismo no espaço doméstico. Na década de 1970, a morte de Ângela Diniz foi um marco na luta feminista contra violência, porque articulou-se à luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres, ao mesmo tempo, denunciou a face do Estado brasileiro de convivência com o espancamento e morte de mulheres. Na década de 1980, as mulheres lutam por políticas de enfrentamento a violência. No entanto, as políticas implantadas de forma fragmentada não conseguiam reduzir a violência, por isso, o caminho adotado foi à luta por políticas articuladas. Nos anos 2000, com a Maria da Penha, observou-se que era possível a instituição de ações em rede, com vistas a potencializar as ações no âmbito do Estado brasileiro, no entanto constata-se um hiato entre a existência formal e real da lei. Este trabalho resulta de uma revisão de literatura e compõe o Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como objeto o mesmo título do presente trabalho.

Palavras-chave: Feminismo. Violência. Políticas Públicas

1 – Introdução

No Brasil, o crescente número de violência contra a mulher tem mostrado o quanto este fenômeno ainda precisa ser enfrentado e



combatido. No ano de 2017, o Anuário Brasileiro de Segurança⁷⁵ pesquisou entre todos os Estados brasileiros os números de violência letal contra mulheres e constatou que as mortes em razão do menosprezo ao gênero da vítima – feminicídio – tiveram um aumento de 6,1% entre 2016 e 2017. O mais assustador é que ainda se ouvem, no tempo presente, discursos que justificam a violência contra mulheres ou acham que ela é um problema de ordem privada, a exemplo dos dados encontrados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por meio da *Pesquisa Tolerância social à violência contra as mulheres, realizada entre março e abril de 2014*:

As pessoas concordam que “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”. 91% concordam que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. Além disso, 89% dos entrevistados pensam que “a roupa suja deve ser lavada em casa” e 82%, que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. (BRASIL/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p.2).

A violência contra a mulher é atravessada por determinantes econômicos, políticos e culturais. Algumas pesquisas apontam que há forte correlação entre as péssimas condições de vida e o aumento da violência contra a mulher. No entanto, Saffioti (2004) alerta que a violência doméstica não é uma particularidade das classes populares na medida em que os dados indicam que mulheres das classes intermediárias/médias e burguesas também são vítimas de violência. A diferença entre elas, apontado por Mirla Cisne (2012), é a base material e subjetiva que dispõem para romper com as relações violentas.

⁷⁵ Dados atualizados anualmente em documento público. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 11 out 2018.



No Brasil, os movimentos feministas têm grande destaque nas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, revelando a mesma garra de quando foi para as ruas e lutou pelo sufrágio feminino, nos anos 20 e 30 e, como escreve Mônica Ribeiro (2010, p. 43); [...] são muitos os exemplos que mostram que as mulheres não aceitavam passivamente seu destino de subordinação feminina". Por causa da disposição dessas feministas, o rol de lutas do movimento feminista foi aumentando com o passar das décadas, no entanto, talvez a sua mais desafiadora luta seja a do enfrentamento à violência.

2 – As feministas brasileiras na luta contra a violência

Para fins de pesquisa, datamos essa parte de nossa revisão de literatura a partir do século XX, quando as mulheres foram às ruas lutar pelo sufrágio feminino: "Em 1934, as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres" (CID..., 2018, p. 1). E, como escreve Mônica Ribeiro (2010, p. 43), Bertha Lutz foi uma das grandes sufragistas brasileiras, articulando-se internacionalmente com a luta feminista: "Já no início do século XX, Bertha Lutz, pesquisadora e fundadora da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, representou o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho". Ribeiro também cita Indá Soares Casanova, que, por influência de Bertha Lutz, publicou vários artigos em defesa do sufrágio feminino. Escreve a autora, "Ou seja, são muitos os exemplos que mostram que as mulheres não aceitavam passivamente seu destino de subordinação feminina".



As mulheres também se fizeram presentes nas Ligas Camponesas entre o final da década de 1940 e década de 1960. “Passados mais de 50 anos, as Ligas Camponesas que “incendiaram” o interior da Paraíba em combate aos latifúndios em meados de 1960, têm nomes de mulheres. Elizabeth Altino Teixeira, hoje com 93 anos, participou de atos políticos em prol dos camponeses na busca por terras. Ela concede uma entrevista a Resende (2018): “Conversava muito com a companheira Margarida depois de assumir a luta de Pedro”. Margarida Maria Alves, foi líder sindicalista, sendo uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas, que foi criada em 2000. Ela foi assassinada em 1983. Dizia ela que a mulher tem que lutar, “[...] cobrar seus direitos, tem que ter coragem. Eu tive que ter coragem para continuar a luta e buscar uma vida melhor para os trabalhadores, para os camponeses. Tive também que ter força para aguentar as prisões e ameaças. Não podia ter medo” (RESENDE, 2018, p. 1).

Nos anos 70, a luta contra violência tornou-se uma das principais pautas do movimento feminista internacional, também as mulheres brasileiras se posicionaram diante da naturalização e impunidade de assassinatos de mulheres. Por trás do repetitivo ditado de que *em briga de marido e mulher não se mete a colher* se acobertavam tragédias como o assassinato da *socialite* Ângela Diniz, no Rio de Janeiro, em 1976, pelo seu então companheiro Doca Street. Prontamente a defesa do assassino alegou legítima defesa da honra como motivação do crime. o que foi referendado pelo Juiz, que o absolveu. Isso resultou que o criminoso ficasse em liberdade por dois anos. O movimento feminista diante da impunidade foi para as ruas clamando por justiça, quando



propagou a palavra de ordem “*quem ama não mata*” e, através de grande repercussão e pressão popular, num segundo julgamento, após dois anos, o assassino confesso foi condenado a 15 anos de prisão.

A autora Nader (2006) relata que no fim da década de 70, as denúncias eram crescentes sobre violência doméstica, maus tratos, ameaças e mesmo homicídios. Estes eram tratados pelo Judiciário como legítima defesa da honra, para os quais homens ofendidos tinham amparo na sociedade e no Estado para serem absolvidos. À época, o silêncio diante da violência no âmbito familiar era mantido por vários fatores, entre eles, segundo Nader (2006), estavam a “[...] a necessidade de resguardar a privacidade da família, diferenças culturais sobre a concepção de violência, medo de expor e falar o fato” (NADER, 2006, p. 255).

No final dos anos 70, uma grande emissora de TV aberta lançou a minissérie *Malu Mulher* em rede nacional⁷⁶, era a repercussão das bandeiras feministas. Pela primeira vez, temas tabus eram tratados na TV brasileira como divórcio, aborto, violência doméstica, uso da pílula anticoncepcional e sexualidade. As idéias de liberdade e igualdade entre homens e mulheres a partir das lutas feministas atingiam também o meio televisivo. Também destacam-se nos anos de 1970 e 1980, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que contavam com uma forte participação das mulheres. Elas eram um espaço seguro de

⁷⁶ Retratava a condição da Mulher brasileira no final dos anos 70 através do cotidiano de Malu, uma socióloga paulista divorciada e mãe de uma menina de 12 anos. Disponível em: <http://www.memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher/episodios.htm>. Acesso em: 11 out 2018.



participação política também para mulheres da classe trabalhadora que viviam em bairros populares.

Frei Betto (1981) relata que a Igreja Católica passou por grande reestruturação após o Concílio Vaticano II, ocasionando, em 1968, a Segunda Conferência geral do episcopado latino-americano em Medellín, no qual foi proposto medidas de acolhimento às populações negligenciadas pelo Estado. Isso possibilitaria maior aproximação do Clero com comunidades periféricas.

A Igreja passou a ser "a voz dos que não têm voz", empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos. O terror repressivo estendeu-se sobre ela: religiosos foram condenados por tribunais militares; padres foram assassinados pela polícia; um bispo foi sequestrado e seviciado por grupos direitistas. O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização. (FREI BETTO, 1981, p. 8)

Segundo Frei Betto (1981), as comunidades Eclesiais de Base em meio à ditadura civil-militar proporcionaram autonomia à necessidade das mulheres se auto organizarem. A nível nacional, foi a partir de um Clube de Mães da zona sul de São Paulo que aconteceu uma das maiores manifestações formadas por mulheres em meio a ditadura civil-militar. Segundo Chagas (2010), indo além das aulas de bordado e crochê oferecidas pelas esposas dos empresários do Lyons Clube, elas se auto organizaram e passaram a discutir o custo de vida em um período de inflação galopante, iniciando o Movimento Custo de Vida (MCV).

Em 1975, realizou-se a I Conferência Mundial da Mulher no México, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), instituindo-se a Década da Mulher. Chagas (2010) relata que foi também o ano que o Clube de Mães realizou uma pesquisa com aproximadamente mil



famílias a fim de relatar os impactos da inflação sobre os salários. O resultado da pesquisa foi transformado em carta-denúncia e enviado ao então presidente Ernesto Geisel. A carta foi lida em Congresso Nacional iniciada pela frase “Somos mães de família em desespero e, mais do que ninguém, sentimos os preços altos dos alimentos...” Sendo assim divulgada em pela imprensa. (CHAGAS,2010). Em 1976, as mulheres passaram a articular assembléias em colégios da região passando a atingir o número de 5mil pessoas.

Na crise de abastecimento de 1978, o Movimento do Custo de Vida juntou outras cinco mil pessoas no Colégio Arquidiocesano para a divulgação de um abaixo-assinado reivindicando congelamento dos preços e aumento salarial. Enquanto coletavam assinaturas em feiras, supermercados, igrejas e praças, as mulheres preparavam uma grande assembleia para a entrega simbólica do texto, na Praça da Sé. (CHAGAS, 2010, p. 1)

Frei Betto (1981) descreve que em meio às greves dos trabalhadores das fábricas em 1978, no grande ABC Paulista, em São Paulo, eram as esposas destes operários as responsáveis pela confecção dos boletins para divulgação em massa do movimento e por recolher abaixo assinados, tendo, assim, maior adesão ao movimento. As mulheres tiveram o seu protagonismo nessa luta e mostraram o poder do movimento de mulheres, como exemplifica:

Um exemplo desta prática: na periferia de São Paulo e no ABC há muitos clubes de mães, grupos de mulheres que se reúnem para costurar, visitar doentes, passar abaixo-assinados no bairro, etc. Na greve de 1978, enquanto os maridos iam para as fábricas cruzar os braços diante das máquinas, as esposas descansavam. A noite, os maridos dormiam e os clubes de mães trabalhavam, rodavam 350 mil boletins contendo informações sobre o andamento da greve. A partir das primeiras horas da manhã, esses boletins eram distribuídos à porta das fábricas, sobretudo daquelas que ainda não tinham aderido ao movimento. Uma mãe que faz essa experiência dá



naturalmente um salto qualitativo muito maior do que aquelas que apenas ouvem discursos sobre as relações de produção ou a libertação. (FREI BETTO, 1981, p. 12).

Chagas (2010) descreve que, em setembro de 1978, em meio à repressão da ditadura civil-militar, a manifestação iniciada pelo grupo de mães contra a inflação mobilizou cerca de 20 mil pessoas na Praça da Sé em São Paulo. Em 1979, passa a se chamar Movimento pela Carestia.

As mulheres jovens da classe média também marcaram presença importante no movimento estudantil. E, a partir de sua militância no movimento estudantil, destacaram-se na luta contra a ditadura civil-militar, integrando organizações de esquerda e movimentos de guerrilhas. Muitas se exilaram no Chile e em países da Europa para fugir da repressão; outras participaram ativamente no Movimento Pela Anistia no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970. Escreve Melito (2014, p. 1) que, em 1977, o Movimento Pela Anistia no Brasil ganha expressão nacional com a organização dos Comitês Brasileiros pela Anistia e a adesão de diferentes organizações à causa [...]”. Inclusive, as que retornaram ao Brasil no período da abertura, foram peças fundamentais na construção da luta feminista nos anos 80 no Brasil. Também não podemos deixar de citar o surgimento de grupos feministas negras. O feminismo negro foi de extrema importância, porque colocou na pauta da luta feminista no Brasil as questões relacionadas ao racismo, bem como, introduziu na pauta do movimento negro as bandeiras de luta das mulheres.

Como já dito neste trabalho, os anos 70, foram decisivos para a luta contra violência, estimulando, inclusive a formação de organização e



movimento de mulheres. Também nesse período surge o slogan “O pessoal é político”. Nos anos de 1980, as mulheres vão avançar nas suas pautas e vão cobrar a implementação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, as DEAMs e as casas abrigo. O SOS Mulher também se destacou como pioneiro no atendimento a mulheres vítimas de violência e na articulação de grandes mobilizações e marchas de ruas contra a violência.

Em decorrência destes acontecimentos e intensas lutas feministas de décadas anteriores, nos anos 80, vem a domínio público a importância das denúncias sobre violência. Em 1981, a cantora Eliane de Grammont foi brutalmente assassinada enquanto fazia uma apresentação no *Café Belle Époque* em São Paulo pelo seu ex marido, o cantor Lindomar Castilho, por não ter aceitado a separação. Eliane havia escrito em forma de canção como via a questão de submissão da mulher, expondo para outras mulheres a não aceitação como canta na canção *Amélia de você*: “*A Vida com você é uma loucura, me deprime e me satura. Tentei mudar você, não deu. Quem deve então mudar sou eu...*” (GRAMMONT, 1978).

No ano de 1982, mulheres organizadas fundaram o SOS Mulher, criado para atender/orientar mulheres vítimas de violências de gênero. Sobre o SOS Mulher, escreve Pinto (apud RIBEIRO, 2010, p. 45): “[...] estava inaugurada uma nova fase na história da violência contra mulher no país [...] um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres”. Pelo fato de fazer atendimento a mulheres em situação de violência, o SOS Mulher acompanhava os constrangimentos vivenciados nas delegacias comuns, por vezes, a mulher era rechaçada



e o agressor era inocentado, o que inibia ainda mais as mulheres em denunciar

Na semana do assassinato de Eliane de Grammont, uma marcha foi convocada pelas feministas, o SOS Mulher levou ao centro de São Paulo mais de mil mulheres e a palavra de ordem foi: *Basta de violência contra a mulher!* Nesse mesmo período, inicia a Campanha *O silêncio é cúmplice da violência contra a mulher!*

Por causa do elevado número de denúncias, o SOS Mulher decidiu por abrir as suas portas para realizar o atendimento das vítimas, já que o Estado não cumpria esse papel; pelo contrário, as mulheres que buscavam ajuda nas delegacias comuns denunciam a sua revitimização pelos policiais de plantão, quando estes perguntavam: *quem bota comida dentro de casa?* Diante de acontecimentos com estes tão recorrentes, a saída encontrada foi obter um espaço onde os técnicos pudessem realizar um atendimento mais humanizado e acolhedor às mulheres; que elas também pudessem ser orientadas.

Escreve o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) sobre a luta feminista contra a violência: "Entre 1975 e 1985, lideranças feministas intensificaram seus esforços e mobilizações a fim de retirar a violência contra as mulheres da condição de fenômeno invisível e privado e tratá-la como problema social, exigindo do Estado sua responsabilidade como poder público" (CFEMEA, s/d, p.1). Por causa disso, surge, no ano de 1985, a primeira Delegacia de Polícia de defesa Especializada da Mulher, oficializada pelo decreto Lei n. 23.769 de 06 de agosto de 1985. A violência contra a mulher que até então era invisibilizada pela sociedade e ignorada pelo Estado, começa a tomar corpo com grande volume de denúncias impelindo que o mesmo



tomasse medidas a fim de combater e a violência. “[...] Brasil foi o pioneiro na criação de delegacias específicas de atendimento a mulher vítimas de violência, seja física e/ou simbólica”. (BARCELLOS, 2003, p. 144).

Barcellos (2003) reitera que a Lei 23.769/85 traz consigo a efetiva participação das mulheres paulistas que criou a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM). As medidas tomadas aqui no Brasil em relação ao enfrentamento da violência de gênero foram tão positivas que chamaram a atenção das feministas estadunidenses. A autora Barcellos (2003) traz a contribuição de Vinagre (1992) que afirma que já nos primeiros três anos da DEAM, no município de São Paulo, foram registrados mais de quatro mil (4.000) casos de violência contra a mulher.

Desde então, registram-se iniciativas importantes de implementação de políticas de apoio as mulheres, a exemplo das casas abrigos, criadas a partir de 1986. Veja o que o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), fala sobre as primeiras conquistas das mulheres no campo das políticas públicas:

Os primeiros frutos dessas reivindicações foram a criação dos Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres (1982/83), das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (1985) e da primeira casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica (1986). Essas iniciativas tornaram-se espaços de denúncia e de visibilidade política da violência praticada contra as mulheres, principalmente na vida doméstica, no relacionamento conjugal (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, s/d, p. 1).

No entanto, fora o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que vai estimular a criação de conselhos estaduais e municipais, as outras políticas ficarão localizadas nos grandes centros urbanos, impedindo



que a maioria das mulheres brasileiras tivesse acesso a elas. Por isso, as mulheres brasileiras só passam a conhecer um instrumento de proteção de caráter mais amplo em 2006, quando da promulgação da Lei Maria da Penha. A Lei é resultante de uma denúncia internacional do Estado brasileiro junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998. A denúncia – peticionada pela própria Maria da Penha com apoio de grupos feministas – só foi possível porque o Brasil é signatário de tratados internacionais que preconizam o combate à violência contra mulheres.

Diante da questão analisada, a Convenção Interamericana recomendou ao Estado brasileiro por meio do seu relatório de nº 54, de 2000, entre outras coisas, prosseguir e intensificar o processo de reforma com vistas a evitar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres. Como resposta, o Estado Brasileiro, que foi notificado em 2001 pela Comissão Interamericana, promulga a Lei 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha.

O caso de Maria da Penha foi emblemático, colocando o Brasil no cenário internacional de Estados omissos quando se trata da violência contra a mulher. Essa omissão produziu um cenário dramático para as mulheres, já que, no início da década de 2000, quando pesquisas começaram a ser divulgadas, o Brasil foi apontado como um dos países mais violentos do mundo. O Mapa da Violência, produzido há duas décadas pelo Instituto Sangari, sob a autoria de Júlio Jacobo Waiselfiz, revelam o quão violento o país é com as mulheres, negros e jovens. Estes sujeitos aparecem como os que mais morrem pela mão do Estado, pela violência urbana e violência doméstica.



Waiselfisz (2015)⁷⁷ reconhece que a implementação da Lei nº 11.340 produz uma novidade: judicialização, punição específica da violência contra a mulher. Também a Lei estimula a criação de políticas públicas voltadas à proteção e amparo das vítimas (WAISELFISZ, 2015), mas, como aponta o próprio autor abaixo, a violência continua numa onda crescente:

Pelos registros do SIM, entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%. Em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. [...] Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza encabeçam as capitais com taxas mais elevadas no ano de 2013, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. No outro extremo, São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais com as menores taxas. (WAISELFISZ, 2015, p. 11).

Um outro evento abordado por Waiselfisz diz respeito ao levantamento de dados sobre a morte de mulheres no Brasil. Segundo o autor, a Lei 13.104/2015, que entende o feminicídio como “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, sendo a pena prevista para o homicídio qualificado reclusão de 12 a 30 anos, facilitou a identificação dos crimes letais por sexo. Em 2011, antes da aprovação da Lei do Feminicídio, apontando a dificuldade de identificação da *causa-mortis*. Isso também foi observado por Pasinato

⁷⁷ O Mapa da Violência 2015 traz um levantamento específico com dados sobre violência contra mulheres em todo o país. A fonte básica para a análise dos homicídios no País, em todos os Mapas da Violência até hoje elaborados, é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). (WAISELFISZ, 2015, p. 8).



(2011), que reconhece que a falta de dados não é uma característica somente do Brasil. Pasinato (2011, p. 222) escreveu:

Um dos maiores desafios para a realização desses relatórios é a falta de informações oficiais sobre essas mortes. As estatísticas da polícia e do Judiciário não trazem, na maior parte das vezes, informações sobre o sexo das vítimas, o que torna difícil isolar as mortes de mulheres no conjunto de homicídios que ocorrem em cada localidade. Além disso, na maior parte dos países não existem sistemas de informações judiciais que permitam conhecer quantos processos judiciais envolvendo crimes contra mulheres chegam a julgamento e quais as decisões obtidas. (PASINATO, 2011, p. 222).

Retomando a Lei Maria da Penha, esta dispõe sobre a implementação de ações articuladas nos âmbitos municipal, estadual e nacional, com o objetivo de formular, coordenar o monitoramento de políticas públicas para mulheres.

A Sociedade Civil Organizada também participa integralmente, atuam através de Grupos, Coletivos, Movimentos Sociais, ONGs, Igrejas, Entidades Filantrópicas. Muitos atuam para o fortalecimento do combate a violência de gênero, classe, étnico-racial, sexista, homofóbicas que as mulheres sofrem diariamente por seus companheiros ou pessoas próximas. O ligue 180, é uma rede de atendimento e enfrentamento de âmbito nacional no combate a violência contra as mulheres. O disque 100, é uma rede de atendimento Nacional para os casos específicos de violação dos direitos humanos das mulheres. As Coordenadorias Estaduais das Mulheres em situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar assessoram os tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Recebem e encaminham demandas referentes aos serviços de atendimento a mulher em situação de violência. Disponibilizam um Atlas de acesso a justiça onde é possível



realizar buscas por Varas Judiciais e Centros de Referência da mulher em cada Estado ou cidade.

3 – Considerações Finais

A criação de políticas públicas é uma conquista histórica travada por muitas lutas e resistências. A sociedade burguesa patriarcal a partir da divisão sexual do trabalho impõe tripla jornada de trabalho às mulheres, uma das materializações da opressão de gênero. Muitas mulheres encontraram sua voz nos espaços político-organizativos. Apesar de muitas dessas políticas, na sua aparência, apresentarem-se como iniciativas do Poder Público Local, sabe-se que as militantes feministas e suas organizações tiveram um papel fundamental para conquistá-las, por este motivo se faz importante conhecer esta história de luta. Por isso, não se pode ignorar o sujeito coletivo movimento feminista, ou melhor, movimentos feministas, que tomaram a violência como tema central, entendendo que não há possibilidade de emancipação política para as mulheres em sociedades onde as relações de gênero são mediadas pelas mais variadas expressões de violência: física, simbólica, moral, sexual e patrimonial.

4 – Referências

BARCELLOS, H, G. Atuação das Delegacias Especializadas da mulher no Estado do espírito santo. In: Camacho, T.(Org) **Ensaio sobre A violência**, Edufes, 2003, p.115- 164

BETTO, Frei. **O que é COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.



CASO ÂNGELA DINIZ: **assassinato brutal provocou mudança na legislação de combate à cultura machista.** Produção de O Pensador 1000. [s.i.], 2018. (24 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EoHzp-in3Vo>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CAVALCANTE, R, V, S. Vozes Femininas (ainda) silenciadas: Ranços e avanços Sobre A Violência Doméstica no Brasil (1985- 2005). In: Silva, G V; NADER, M. B.; FRANCO, S. p. (Org). **História, Mulher e Poder.** Vitória, Edufes, 2006, p. 253- 273.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA(CFEMEA). **Violência doméstica no Brasil.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/113-numero-129-outubro-de-2003/925-violencia-domestica-no-brasil>>. Acesso em 10 dez. 2018.

CHAGAS, Genira. **A Saga do Clube de Maes da Zona Sul.** UNESP. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>>. Acessado em: 15 de fev. 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Condição da Mulher brasileira no final dos anos 70 através do cotidiano de Malu, uma socióloga paulista divorciada e mãe de uma menina de 12 anos. Disponível em: <<http://www.memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher/episodios.htm>>. Acesso em: 11.outubro.2018

FERREIRA ,Flávia. **Notas sobre Eliane de Grammont, “SOS Mulher” e a luta a contra a violência a mulher no Brasil dos anos 1980.** Esquerda Diário. 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-Eliane-de-Grammont-SOS-Mulher-e-a-luta-a-contr-a-violencia-a-mulher-no-Brasil-dos-anos>>. Acessado em: 28 de nov. 2018.

MELITO, Leandro. Conheça a história do movimento pela Anistia no Brasil. **Portal EBC** Online, s/l.,28 ago.2014. Disponível em:



<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/conheca-a-historia-do-movimento-pela-anistia>>. Acesso em 13 dez. 2018

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil.

Cadernos Pagu, n. 37, julho-dezembro de 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332011000200008&script=sci_arttext)

83332011000200008&script=sci_arttext >. Acesso em: 22 jul. 2018.

RESENDE, André. **Elizabeth Teixeira e Margarida Alves traduzem luta feminina por direitos no campo**. G1 PB Online. João Pessoa, 09 mar. 2018. Disponível em:

<[https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/elizabeth-teixeira-e-](https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/elizabeth-teixeira-e-margarida-alves-traduzem-luta-feminina-por-direitos-no-campo.ghtml)

margarida-alves-traduzem-luta-feminina-por-direitos-no-campo.ghtml>.

Acesso em 1 dez 2018.

RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, GT 2. Gênero e movimentos sociais.

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 24 e25 jun. 2010, p. 41-50.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência Contra A Mulher: Quem Mete a Colher**. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência Contra A Mulher: Quem Mete a Colher**. São Paulo: Cortez, 1992.

WASELFISZ, Julio Jacobo, "**Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**," Curadoria Enap, acesso em 27 de setembro de 2018, <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/225>.

QUEM DANÇA SUAS DIFERENÇAS ESPANTA: A IGUALDADE NA MÚSICA

TOUS LE MÊMES

Ileana Wenez
CEFD, UFES/Brasil
ilewenez@gmail.com



Viviane Teixeira Silveir
Udelar/Uruguai
vivianeteixeirasilveira@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é, a partir das teorias Feministas e Culturais que se aproximam do pós-estruturalismo, identificar como algumas concepções naturalizadas do que se atribui ao comportamento masculino e feminino na sociedade atravessam e constituem também as práticas corporais. Nessa direção, realizamos uma reflexão a partir da música 'Tous les Mêmes', de Stromae. Nosso propósito foi desde uma análise da música (letra e coreografia apresentada no videoclipe) identificar como alguns significados sociais atribuídos ao corpo, ao feminino e ao masculino operam reproduzindo-os ou tencionando-os com o intuito de visibilizar a potencialidade da lógica da igualdade e não segregação que pode ser operada ao tensionar os estereótipos de gênero e da sexualidade na dança.

Palavras-chave: Dança; Masculinidade; Feminilidade; Gênero.

1 Introdução

O objetivo desse artigo é, a partir das teorias Feministas e Culturais que se aproximam do pós-estruturalismo, identificar como algumas concepções naturalizadas do que se atribui ao comportamento masculino e feminino na sociedade atravessam e constituem também as práticas corporais. Nessa direção, realizamos uma reflexão a partir da música 'Tous les Mêmes', de Stromae. Nosso propósito é desde uma análise da música (letra e coreografia apresentada no videoclipe) identificar como alguns significados sociais atribuídos ao corpo, ao feminino e ao masculino operam reproduzindo-os ou tencionando-os.

De modo geral, ao observar algumas produções culturais partimos do pressuposto daquilo que está sendo evidenciado, ou seja, destacando quais sentidos são atribuídos e cristalizados nos artefatos culturais. Mas podemos também realizar o movimento oposto que é destacar algum elemento que embora minoria, coloca em pauta elementos outros que consideramos produtivos da cultura.



Assumimos a cultura como um campo de constantes negociações, lutas, ações, contestações e resistências nas quais os sujeitos se conformam em grupos variados com particularidades determinadas. Além disso, os sujeitos vivem em espaços diferentes, onde as circunstâncias de cada situação histórica e social promovem maneiras diversas de ser; portanto, a cultura inscreve particularidades nos sujeitos (SILVA, 1999). Ela não só configura os contextos sociais, como também conforma influências em diferentes estágios da vida de um mesmo sujeito. Assim, é possível observar múltiplos modos de viver e de sentir a feminilidade e a masculinidade (MEYER, 2003).

Hall (1997) compreende que “[...] toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural” (p.33). Articulada nessa relação cultural, encontramos uma ampliação da noção de educação, na qual pode ser entendida em outras instâncias da cultura de diversos tipos, como meios de comunicação, as artes, a música de diferentes tipos, a informática, os brinquedos, os filmes, as revistas, etc. Nessa instância, identificamos as pedagogias culturais que Steinberg (1997) compreende como novos espaços de aprendizagens e se referem a uma educação que ocorre em diferentes locais e que não se limita ao espaço físico tradicional. A música se constitui em um artefato cultural como parte de uma cadeia de produção cultural. Nos detemos no artefato cultural na relação com a música pois permite compreender como os sentidos culturais são de alguma maneira colados ou ‘cristalizam’ significados e representações de determinadas épocas” (TRINDADE, 2001).



2. Sobre masculinidade(s) e feminilidade(s) na dança

O campo das práticas corporais e esportivas é um terreno fértil para pensarmos nas construções de masculinidades e feminilidades que são produzidas, mostrando que o gênero é tema presente e o quanto a incorporação de determinadas marcas constitutivas heteronormativas de ser homem e ser mulher está instaurada nos corpos. E é no corpo, parte que nos coloca em contato com o mundo e com os outros, que ocorre a modificação ou manutenção das relações sociais de gênero.

Dunning (1986) em um de seus estudos sobre masculinidade afirmou que o esporte é um dos principais locais nos quais um certo tipo de masculinidade se constrói e se reafirma. Knijnik (2003) afirma que o esporte é um campo historicamente ocupado e dominado pelos homens, pois ali pode-se afirmar e preservar um ideal de “verdadeira” masculinidade.

Rial (2008) em um artigo sobre as performances de masculinidades que envolvem dois esportes, *rugby* e judô, sugere que existem determinados padrões de comportamento quando se é atleta de determinadas modalidades. A autora afirma, a partir de sua pesquisa de campo, que existem ritos de passagem necessários para a prática esportiva profissional de determinadas equipes. Para ela, esses ritos de passagem conformam os corpos e permitem que os atletas façam parte de determinados grupos.

Nesse mesmo estudo, Rial apresenta que a dor e a resistência a ela fazem parte de uma performance (tida como) masculina, que pode e deve ser pública: “A resistência à dor é demonstração para si e para os



outros de que ali está um verdadeiro macho” (p.236). A partir de suas análises do *rúgbi* e judô ela afirma que “não é a mesma masculinidade que está sendo construída em ringues e campos de futebol. Cada esporte possui seu modo de codificação específico e constrói um *ethos* específico. Mesmo nos esportes considerados “de homem” observa-se uma grande diversidade” (p.242), o que nos mostra que ser atleta homem não é suficiente para performar uma masculinidade hegemônica (CONNEL, 1995), e sim, esta precisa ser constantemente certificada, aprovada, investida.

Em relação a feminilidade das mulheres atletas, encontramos uma forte relação com o cumprimento de determinados modelos sociais e culturais impostos às mulheres. Adelman (2003) suscita a questão do investimento das jogadoras de voleibol da seleção brasileira em manter a feminilidade em sua prática profissional, em função de uma preocupação com a masculinização do corpo atlético que ocorre em outros esportes coletivos (e também individuais). As jogadoras entrevistadas em sua pesquisa apontam para uma valorização de um corpo atleta forte e sadio e que seja relativamente musculoso, mas sempre feminino. Para essa autora, o esporte é hoje “um dos mais importantes espaços de conflitos relativos à definição da corporalidade feminina” (2003, p. 449).

Aquelas que desenvolvem músculos e força enfrentam o risco da virilização e da masculinização, entretanto, essa preocupação com a desfeminização do sexo feminino parece levar algumas atletas a reiterar que, de fato, independente da modalidade que praticam, precisam manter sua feminilidade. Isso pode ser mais bem observado por meio das roupas, acessórios e penteados utilizados para a prática



esportiva, relacionados a uma atratividade heterossexual, reiterando a perspectiva de que uma mulher, para manter-se enquanto tal, não deve abrir mão de suas características tidas como femininas. Ou seja, se por um lado as mulheres atletas rompem com elementos de uma *estética da limitação* (ADELMAN, 2003), por outro, reafirmam uma cultura na qual a atividade esportiva pode comprometer sua feminilidade.

Carmen Soares (2011) pesquisou sobre as roupas de atletas na primeira metade do século XX, mostrando como elas faziam parte de uma educação interessada em proteger o corpo do olhar do outro, mas também em estabelecer marcadores sociais e sexuais, representando acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos. A preocupação com um determinado padrão de feminilidade ultrapassa os limites do próprio corpo, influenciando o tipo de vestimenta que as atletas mulheres poderiam/podem usar. A partir de uma análise em algumas revistas que circularam naqueles anos (primeira metade do século XX), a autora concluiu que:

Parece haver uma ênfase sempre maior na aparência do que propriamente na eficácia de um gesto, na busca de uma performance. Se a roupa esportiva é moda, se ela dita moda e se ela prima também pelo conforto, quando é destinada às mulheres parece ainda percorrer caminhos mais lentos e mais contraditórios, revelando ambiguidades mais agudas, transitando entre a eficácia, o conforto e a simples elegância (SOARES, 2011, p.110-111).

Os marcadores corporais têm buscado reiterar os elementos que são histórica e culturalmente associados a corpos de homens e de mulheres. A musculatura avantajada, por exemplo, é associada a força e masculinidade, atributos que são tidos como dos homens e que não são incorporados a uma feminilidade convencional (qualidades



reprodutoras e emocionais). Dessa forma, para muitas mulheres que praticam diferentes esportes existe uma preocupação com uma masculinização de seus corpos.

A dança, assim como o esporte, é uma prática corporal que também se apresenta como um espaço no qual existem determinados papéis sociais que podem/devem ser reproduzidos por homens e mulheres. Saraiva-Kunz (2003) afirma que existe um padrão de movimento que deve ser representado por homens e mulheres e que devem corresponder aos corpos generificados: “a disponibilidade à expressão é característica do corpo feminino, e a disponibilidade ao domínio e à impermeabilidade refere-se ao corpo masculino” (p.128).

Se às mulheres foi negado por muitos anos o acesso à determinadas práticas corporais e esportivas, para os homens o mesmo ocorreu. A dança é uma das práticas corporais que é significada como prática predominantemente feminina nos contextos sociais, assim como o esporte, foi por muito tempo, regido por uma concepção de inferioridade feminina e superioridade masculina.

Entretanto, na mesma medida em que a dança ainda é considerada como um espaço de expressão de feminilidades, o que queremos refletir aqui, é que ela pode também ajudar a constituir “outras” masculinidades, contribuindo na construção de outros sentidos e significados de masculino e feminino ao dançar, que podem tensionar as formas sociais de ser e estar homem e mulher.

Segundo Melo e Lacerda (2010) a exibição corporal na dança “deveria expressar os papéis sociais aceitos para homens e mulheres (p. 114)”, ou seja, os homens devem mostrar suas características de força e atitude



propositiva (suficientes para o controle da mulher no palco), enquanto as mulheres precisam exibir sua feminilidade, ligada na dança, sobretudo à leveza e suavidade. Os autores afirmam que: "Não é de se estranhar, portanto, que o homem-dançarino não possuísse lugar privilegiado na hierarquia de prestígio na transição dos séculos XIX e XX. A dança, ainda que corporal, é arte, suave, leve, pelo menos nas representações do senso comum (p. 115)".

A partir dos anos 1960, com o advento de novas propostas de dança pós-moderna, é que ocorre um afrouxamento nessas representações de masculinidades e feminilidades na dança. Conforme apresentam Melo e Lacerda (2010), Alwin Nikolais foi um dos primeiros coreógrafos que buscou recusar a polarização de estereótipos, procurando trabalhar com movimentos comuns a ambos os sexos e buscando uma androginização dos bailarinos:

Para ele, as qualidades estético-formais eram mais importantes que as diferenças entre homem e mulher. Em seu trabalho, não só a diferença entre os gêneros é neutralizada, como também o conteúdo e a expressividade. Desse modo, uma sustentação reduzida à sua mecânica, vai exigir uma cooperação entre dois bailarinos (as), eliminando conotações de dominação e submissão. Seu método de composição, baseado no acaso, elimina por completo qualquer visão romântica do papel masculino (MELO; LACERDA, 2010, p.121-122).

Apesar do esporte e da dança serem estruturados de formas diferentes no campo das práticas corporais e esportivas, eles compartilham representações muito próximas acerca da masculinidade e feminilidade dos corpos, reforçando estereótipos e modos de comportamento.

3. Contextualizando....



Stromae é o nome artístico do cantor, compositor e produtor belga Paul Van Haver. Stromae é conhecido por sua música que combina *hip hop* e música eletrônica. A partir de 2010, com o álbum *Cheese*, Stromae conquistou a Bélgica e a Europa. O artista tem inumeráveis prêmios, sendo mais conhecido na Europa do que no Brasil. A música analisada é do segundo álbum "Racine carrée", e é denominada *Tous Les Mêmes*, em tradução livre: "são todos iguais". Abaixo trazemos a tradução da letra da música⁷⁸:

São todos iguais; Vocês homens são todos iguais; Machões baratos; Um bando de fracotes infieis; Tão previsíveis, eu nem sei se você me merece; Vocês têm sorte que nós amamos vocês; Vamos, agradeça-me; Nos vemos, nos vemos, nos vemos na próxima briga; Nos vemos, nos vemos, nos vemos, certamente, no próximo período menstrual; Esta vez foi a última; Você pode achar que é só uma crise; Mas dê uma última olhada no meu traseiro, bem ao lado das minhas malas; E diga adeus à sua mãe, que te idealiza; Você não tem ideia do que está perdendo; Com outra seria bem pior; Quê! Você também quer terminar agora?; O mundo está de pernas pro ar!; Eu só disse isso para te provocar, mas você realmente pensou em fazer isso; É fácil dizer que sou sentimental; E que gosto demais do blá blá blá; Mas não, não, não, isso é importante; Isso que você chama de "TPM"; Você sabe que a vida é dos filhos; Mas, como sempre, ainda não é o momento certo; Ah, para fazê-los, você está presente; Mas para criá-los, você estará ausente; Quando eu já não for bela; Ou pelo menos bela ao natural; Pare, eu sei que está mentindo; Somente a Kate Moss é eterna; Feia ou estúpida, nunca está bom; Estúpida ou bela, nunca está bom; Bela ou eu, nunca está bom; Eu ou ela, nunca está bom. Nos vemos, nos vemos, nos vemos na próxima briga; Nos vemos, nos vemos, nos vemos, certamente, no próximo período menstrual; São todos iguais, são todos iguais, são todos iguais e estamos fartas disso; São todos iguais, são todos iguais, são todos iguais.

Ao escutar essa música o que visualizamos? Visualizamos uma mulher em uma relação heterossexual, falando a seu namorado ou parceiro

⁷⁸ <https://www.lettras.mus.br/stromae/tous-les-memes/>.



sobre o fim do relacionamento. Mas a música se torna mais interessante quando acessamos o videoclipe que, para além de realizar trocas de cenas que envolvem não somente o pano de fundo, traz modificações nos penteados e gestos do cantor e outros personagens que compartilham a cena, “brincando” com uma performance de gênero. Vejamos uma cena (Figura 1) a seguir:

Cena 1: A cena começa com um zoom afastando-se de um toca-discos em funcionamento. O toca-discos está no chão sob um tapete. Ao se afastar observamos a cor rosa de fundo, uma cama ao lado do toca-discos e uma mulher despenteada dormindo entre lençóis verdes. Do lado, um homem (o cantor), de cabelos curtos com o braço esquerdo atrás de cabeça. Na medida que a imagem se afasta identifica-se um homem no outro extremo da cama e os lençóis agora são de cor rosa. O cantor faz o movimento de girar para o outro lado e enquanto gira observa-se outro penteado do cabelo sobre uma lateral. A câmera volta se aproximar até que a imagem é coberta com o lençol rosa (a cena dura 18 segundos).



Figura 1: Cena 1. Fonte: www.copyright.gov



Além dessa cena podemos observar outra que descrevemos abaixo (Figura 2).

Cena 2: O lençol rosa desaparece e uma mulher (Stromae) vestida com um robe caminha se aproximando do espelho do banheiro. Ao chegar em frente ao espelho, identificam-se objetos como escova de dentes e frascos de produtos higiênicos, enquanto isso a mulher faz gestos delicados tocando a sobrancelha e olhando-se timidamente no espelho. A imagem gira ampliando o foco e a cor rosa some e transforma-se em um cinza, enquanto isso a mulher vira e na outra metade do seu rosto o cabelo está curto (performando um homem), levanta a sobrancelha esquerda torcendo a boca e depois, coça o rosto e enfia o dedo dentro do nariz. O homem se olha no espelho e afasta-se. A cena tem uma duração de 23 segundos.



Figura 2: Cena 2. Fonte: www.copyright.gov

O vídeo continua trocando continuamente as cenas que, por um lado, parecem ser delicadas, sensíveis e atreladas a cor rosa e, por outro lado, são pautadas com gestos mais bruscos e torpes em tons de cinza azulado. As cenas ocorrem inicialmente dentro de uma casa percorrendo cenas do cotidiano: cama, banheiro, cozinha, sala, etc e



prossegue na rua. Em cada uma dessas cenas a polaridade masculino X feminino é retomada a partir da divisão caracterizada de cada lado do corpo de Stroma.

Também são interessantes os movimentos utilizados durante a coreografia: primeiro, destacam os gestos cotidianos como os descritos nas cenas anteriores, mas, ao longo da realização da coreografia, observamos que tanto o cantor quanto os bailarinos (sejam homens ou mulheres) realizam os mesmos movimentos, tem a composição do cabelo de um lado curto e do outro longo (ou penteado) e as roupas semelhantes.

Cena 3: A mulher começa a caminhar pela rua à noite, ela veste um casaco xadrez rosa e preto e o fundo da imagem é cor rosa. No fundo da cena observa-se um bar com mesas na rua e pessoas que estão sentadas. O cantor fica de frente da imagem, a luz tem um corte e ele toca seu ombro esquerdo e visualiza-se pessoas que aparecem atrás. Ele toca sua cabeça do lado direito e aparecem mais pessoas atrás dele. Vira para a lateral esquerda e visualizam-se pessoas atrás dele. Todas as pessoas que estão do lado esquerdo estão representadas com o cabelo penteado de mulher. Posteriormente, ele vira de lado, tem um novo corte de iluminação e eles aparecem todos do lado direito e com cabelo curto realizando o mesmo movimento. A cena dura 18 segundos.



Figura 3: Cena 3. Fonte: www.copyright.gov

O vídeo continua oscilando com essa polaridade: esquerdo sempre feminino e direito sempre masculino. As cenas são curtas e os movimentos ao dançar são movimentos poucos estereotipados na ideia tradicional do que seriam gestos tradicionalmente ligados à feminilidade ou a masculinidade hegemônica. Mas antes de analisar as imagens vamos nos deter em alguns aspectos metodológicos.

4. Como trabalhar com imagens?

O que você vê quando olhamos uma imagem? A imagem é diferente do texto? Nosso primeiro intento é diferenciá-las a partir das reflexões de Soares (2005): O que se vê quando se olha um texto e quando se olha uma imagem? A autora destaca aspectos diferenciadores. No texto, começamos da esquerda a direita, tem uma ordem, as letras estão organizadas e estão na linha horizontal, é preciso percorre-las para completar a visualização. O texto revela-se aos poucos. No caso da imagem, seja ela uma pintura ou uma fotografia, nos permite olhar uma única vez e teremos uma visão geral dela, podemos direccionar nosso olhar em qualquer direção sem um ordenamento específico ou mesmo permanecer em um ponto.



Mas a imagem e o texto também se encontram, já que na forma do texto permite compreender uma forma de pensar a partir do que o texto diz. Desse modo, “os significados das palavras são também os significados de como elas se mostram. Então também se vê um texto. Um texto é uma imagem” (SOARES, 2005, p. XI). Ainda, ao olhar uma gravura ou fotografia, elas têm significados “e aí as imagens tornam-se signos. Então, também se lê uma imagem”.

Realizamos uma utilização da imagem como texto pois as imagens podem ser lidas através de diversas ópticas e permitindo multiplicar a multiplicidade de sentidos. Nessa definição de sentidos utilizamos a imagem como um recurso metodológico de pesquisa, como uma fonte. A utilização das imagens como fonte de pesquisa é no sentido de não as utilizar como recurso meramente ilustrativo e decorativo, mas ampliar nossa concepção e compreende-las:

não apenas como algo que pode ser apreendido pela acuidade visual, mas como representação de sensações, ideologias, valores, preconceitos e mensagens, cremos na sua presença como fundamental para ampliarmos nosso entendimento sobre história da Educação Física e do Esporte (GOELLNER, et. al., 2001, p. 122).

As imagens podem nos falar sobre o corpo, seus gestos, a Educação Física e o esporte, da ginástica, do circo (SOARES, p.20), dos costumes pois “a imagem movimenta nossa memória; a memória do que conhecemos e do que desconhecemos, mas que está presente no tempo/espço onde nos situamos e que precisa ser despertada” (GOELLNER et.al., 2001, p.126). Nessa direção, a imagem pode ser tanto produto quanto produtora do cotidiano contemporâneo (SCHWENBERG, 2012, p. 265). As imagens formam e informam, são um



texto discurso e enunciativo, visível que também conta o nosso cotidiano.

Mas como devemos operar quando as imagens são cenas de um filme ou vídeo? Balestrin destaca o conceito da “etnografia da tela”. Segundo a autora a “Etnografia de tela” foi uma expressão usada por Carmen Silvia Rial (BALESTRIN apud Rial, 2012), para definir uma proposta metodológica que desloca o foco do estudo para um texto na mídia. A autora relata de investimentos próprios da pesquisa antropológica como, por exemplo, uma longa imersão no campo, com a realização de registros de campo. Ditos procedimentos encontram-se articulados a uma linguagem e ferramentas cinematográficas como a análise de montagens, movimentos de câmera e destaque dos diversos planos.

O percurso metodológico demanda um percurso de tempo, assistindo e descrevendo as diferentes cenas no diário de campo, articulado a uma descrição detalhada não somente dos ambientes e falas dos personagens, mas também dos planos, vestuários, acessórios, músicas e diversas estratégias de montagens (iluminação, trilhas sonoras, voz em off). Assim como registros dos extras do filme/vídeo ou entrevistas. Realizando um percurso etnográfico, “um caminho no qual o próprio ato de olhar transforma quem vê e o que vê. No decorrer da pesquisa, o sujeito pesquisador é também trabalhado, na medida em que é interpelado, transformado, desfeito, reconfigurado” (BALESTRIN, et al, 2012, p.89).

Em um vídeo temos um percurso menor a percorrer, mas não por isso menos importante pois a linguagem permite construir os múltiplos sentidos, e é justamente nessa construção que a linguagem constrói e abandona a objetividade. Ao pensar em diversos signos, as imagens, os



planos, as cores, o som e a iluminação parecem indicarmos um caminho ou percurso logo no início de uma história que será narrada e em que possíveis outras sensações serão provocadas. Anuncia-se aqui um certo “modo de endereçamento”⁷⁹, um lugar-posição desejável para o espectador se colocar a partir do qual assistir ao filme e, mais do que isso, inicia-se “um processo de identificação com as personagens e/ou situações” (BALESTRIN, et. al. 2012, p.98). Vamos problematizar então as posições de sujeitos possíveis a partir das cenas elencadas.

5. Análise das Cenas

Ao analisar as cenas identificamos que existe a descrição dentro de uma lógica bipolar, ou seja, o esquerdo X direito, o homem X mulher. Essas imagens se refletem também em diversas cores, objetos, vestimentas e acessórios que são utilizados, sempre marcando um lado do corpo. Além de marcar um lado do corpo, as cenas apresentam um contraste entre elas, como por exemplo (na figura 4), na qual as cores e roupas se mantêm diferenciadas, desde o ambiente da casa até a rua. Os comportamentos são apresentados com gestos do cotidiano como: o modo de caminhar, pegar os objetos, entre outros, e esses gestos são caracterizados como estereotipados segundo o gênero.



⁷⁹ Os modos de endereçamentos: são definidos como um processo que ocorre entre o filme e o que o espectador faz dele; de alguma maneira somos posicionados a ler o filme a partir de uma posição definida (ELSSWORTH, 2001; ESCOSTEGUY, et al. 2001).



Figura 4: Fonte: www.copyright.gov

Mas dita bipolaridade pode ser tensionada pois a mesma música e cena faz isso na mesma medida na qual, em poucos segundos, mostra a possibilidade da mudança e da diluição desses estereótipos. A imagem flui e temos o outro lado do corpo, com outras cores, acessórios, roupas, penteados e gestos corporais. Um outro elemento analisado, é a identificação dos movimentos, especificamente quando eles e elas dançam, os gestos utilizados não são definidos como característicos de homem ou de mulher conforme um padrão heteronormativo. Isto nos leva a pensar a prática corporal sem uma divisão anterior de gênero, ou seja, tanto faz quem faz, pois, a partir do movimento não conseguimos identificar quem faz o que (Figura 5).



Figura 5: Sequência de movimentos. Fonte: www.copyright.gov

Além desse aspectos, os movimentos escolhidos para a coreografia obrigam a ir mudando o lado do corpo, possibilitando que a mesma pessoa realize ambos movimentos e realizem todos os mesmos gestos. Ainda, os ambientes do cotidiano perpassam o ambiente doméstico e observamos uma continuidade, na rua e no bar. Evidenciando uma certa fluidez no/do espaço público. Um aspecto coreográfico que auxilia nesse jogo, é utilizar os movimentos em modo de sequência ou em espelho. Podemos concluir aqui que o movimento e a dança permitem uma potencialidade dessa desconstrução da bipolaridade.



Nessa direção, gostaríamos de destacar o conceito de igualdade. Segundo Joan Scott (2005) a igualdade e a diferença não são opostas, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão (p.14). Dita tensão articula como foram configurando-se em diferentes períodos históricos.

Para a autora, o conceito de igualdade possui três pressupostos. O primeiro pressuposto: “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente” (p.15), ou seja, não podemos simplesmente a partir da ausência eliminá-la, “mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou levá-la em consideração” (p.15), assim podemos reconhecer as diferenças e minimizá-las ou vice-versa segundo a situação. No videoclipe analisado a diferença de gênero não é negada ou escondida porque se assim fosse, a diferença continuaria a existir e a igualdade não seria possível. Mas a partir do reconhecimento das diferenças foram elencadas roupas, penteados e gestos por iguais para os bailarinos sejam eles homens ou mulheres.

O segundo pressuposto é que as identidades de um determinado grupo “definem os indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade” (SCOTT, 2005, p. 15) quando se reconhece uma característica do grupo como requisito algumas outras características ou elementos da identidade pessoal ficam irrelevantes, por exemplo, no videoclipe se partimos do pressuposto que mulheres se movimentam de uma determinada maneira, essa categoria ‘mulher’ seria tomada em sua totalidade e não poderia incluir as diferenças de raça, etnia, geração, etc. no caso do clipe analisado, uma performance de gênero de cada bailarina/o se torna menos relevante no momento que realiza-



se um padrão do grupo. Embora, como cada um dos bailarinos tenham tanto um lado feminino quanto um lado masculino demarcados pelas roupas e cabelos, algumas características individuais (e comuns a todos) são mantidas.

O terceiro pressuposto entende que “[...] os termos [o argumento] da exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão” (SCOTT, 2005, p. 15). Ou seja, aquele argumento que se usa para justificar a identidade do grupo pode simultaneamente reforçá-la. A autora nos traz vários exemplos, mas entre eles: as mulheres querem participar da política eliminando a diferença sexual e por ser a favor de um feminismo a diferença sexual torna-se o ponto de atenção ao invés de eliminá-lo. O paradoxo seria retirar o caráter estereotipado de cada gênero e na primeira parte do clipe analisado, ditos gestos, movimentos e comportamentos estariam sendo reforçados.

Um outro aspecto que gostaríamos de destacar é quando no final da música encontram-se na imagem duas pessoas de pé uma do lado feminino e outra do lado masculino. A sequência da câmera fica girando em movimentos circulares englobando as duas pessoas. Ao girar observa-se os outros lados das pessoas: o masculino e o feminino e vice-versa, e a imagem continua a rodar e enquanto a música repete: “somos todos iguais/somos todos iguais”. Essa cena finalizando a música explicita uma ideia de fluidez e movimento que nos envolve a todas as pessoas com todos os elementos possíveis e afasta-nos de uma lógica dicotômica. Segundo Hanna (1999) “a dança pode demonstrar as relações interpessoais, prover um caminho de mobilidade social e oferecer uma opção para se romper com o molde (p. 344). Nessa



direção, a autora destaca que é necessário “[...] chamar a atenção para o que a dança tem de potencial a realizar. Com valores de construção, crenças e comportamento de exame minucioso, a dança como fazem as outras artes, às vezes inaugura e desafia [...]” (HANNA, 1999, p. 359).

Dita potencialidade pode ser pensada como estratégia de ensino e as possibilidades dos artefatos culturais que procuram a igualdade ou tensionam esses conceitos são importantes instrumentos para ser utilizados como recursos didáticos já que a partir das diferenças e dos diversos e heterogêneos movimentos podemos pensar estrategicamente em coreografias que extrapolem as dicotomias e padrões de gênero.

6. Conclusão

Nesse artigo, nosso objetivo foi a partir da análise da música e do videoclipe “Tous les Mêmes” de Stromae identificar como alguns significados sociais atribuídos ao corpo, ao feminino e ao masculino operam reproduzindo-os ou tensionando-os para visibilizar a potencialidade da lógica da igualdade e não segregação que pode ser operada ao tensionar os estereótipos de gênero e da sexualidade na dança. Nesse contexto, desenvolvemos como a cultura é um espaço de negociação heterogêneo, na qual as músicas participam como um dos elementos que constituem os significados sociais. Destacamos que compreendemos que é necessário analisar outros artefatos culturais e seus modos de endereçamento para operar com uma compreensão não heteronormativa.



Em nossa análise observamos um limite pois a música escolhida para problematização é de um artista pouco conhecido no Brasil e entendemos que um outro artista com maior visibilidade nacional contribuiria sobremaneira em uma outra análise. Mas, embora a música seja de um artista internacional devemos considerar que muitas atribuições culturais circulam por diversos espaços na nossa sociedade. Problematizar as construções que operam na heteronormatividade de gênero são necessárias para compreender como as atribuições tanto a feminilidade(s) quanto as masculinidades(s) são reiteradas, negociadas e podem ser também tensionadas e desconstruídas.

7. Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 11, p.445-465, dez. 2003.

_____. Mulheres no esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 01, p. 11-29, janeiro/abril de 2006.

BALESTRIN, P.A.; SOARES, R. "Etnografia de Tela": uma aposta metodológica. IN: MEYER, D. E; PARAISO, M. A. (orgs) **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2012.

CONNELL, Robert. Políticas de masculinidade. **Educação & Realidade**, 20 (2). Porto Alegre. Jul/dez. 1995. p. 185-206.

DUNNING, Eric. Sports as a male preserve: notes on the social sources of masculinity and its transformations. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (Orgs). **Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. P. 52-87.



ELSSWORTH, Elisabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, T T da. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo horizonte: autentica, 2001.

GOELLER, V. S; MELO, V. A. Educação física e História: a literatura e imagem como fontes In: **Educação Física e Ciências Humanas**. CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, K (Orgs). São Paulo: Hucitec, 2001.

JOHNSON, R. ; ESCOSTEGUY, A. C.; SCHULMAN, N.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte. Autêntica. 2001.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, 22 (2). Porto Alegre. Jul/dez. 1997. p.15-46.

HANNA, J. L. **Dança, Sexo e Gênero**: signos de identidade, dominação, desafio e desejo. GAMMA, M. (Tradução). Rio de Janeiro. Rocco, 1999.

KNIJNIK, Jorge. **A mulher brasileira e o esporte**: seu corpo, sua história. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

MELO, Vitor; LACERDA, Claudio. Masculinidade e dança, masculinidade e esporte: relações. In: KNIJNIK, Jorge (Org.). **Gênero e esporte**: masculinidades & feminilidades. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.111-136.

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: Louro, Guacira.; Neckel, Jane F; Goellner, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

RIAL, Carmem. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 229-258.

SARAIVA-KUNZ, Maria do Carmo. **Dança e gênero na escola**: formas de ser e viver mediadas pela educação estética. Tese (Doutorado em Motricidade Humana) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe (Orgs.) **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.



STEINBERG, Shirley. *Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações*. In: SILVA, L. H e outros (Org.). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre. PMPA. 1997. p. 98-145.

SILVA, Tomas Tadeu da. **O currículo como fetiche** – a política e a poética do texto curricular. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

SCHWENGBER, Maria Simone V. O uso das imagens como recurso metodológico. In: MEYER, D. E; PARAISO, M. A. (orgs) **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2012.

SCOTT, J.W. O Enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (1):2016 jan.abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf> Acesso em 10/08/2018.

SOARES, C. **imagens de educação do corpo estudo a partir da ginastica francesa no século XIX** - 3. ed. - Campinas, SP. Autores Associados, 2005.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A Invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal e mestra. Queres ler?**Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2001.

“TECENDO SABERES”: UM ESTUDO EM ADC SOBRE PRÁTICAS DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE MULHERES EM CURSOS FIC

Iranilde Tavares da Câmara
*Estudante do curso de Licenciatura em Letras - Português, pelo Instituto
Federal de Brasília - Campus São Sebastião - DF
iranildetavares@gmail.com*

Maria del Pilar Tobar
Acosta
Mestra e Doutora em Linguística pela UNB - Professora IFB



maria.acosta@ifb.edu.br

RESUMO: O presente trabalho é resultado da investigação de conclusão de curso – “Tecendo saberes”: um estudo em ADC sobre práticas de ensino-aprendizagem de mulheres em cursos FIC –, que teve uma natureza qualitativa e que busca possibilitar um diálogo entre estudos do discurso e educação, com a finalidade de contribuir para a mudança social das condições de trabalho de mulheres que estudam no Instituto Federal de Brasília, *campus* São Sebastião. Nossa questão de pesquisa central foi investigar se é como é possível contribuir para promoção da emancipação de mulheres, em benefício de uma transformação social, por meio do ensino de língua materna. Para embasar este estudo, aplicaram-se categorias e métodos da Análise de Discurso Crítica (ADC; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO 2006; ACOSTA, 2012, 2018), em diálogo com contribuições da pedagogia freiriana (FREIRE, 1987, 1996). Para a pesquisa, foram constituídos dois *corpora* de análise, um de caráter documental e outro de caráter etnográfico, a partir de práticas de ensino-aprendizagem desenvolvidas no âmbito das disciplinas Leitura e Produção de Textos do curso FIC Viveiricultora do IFB – São Sebastião. O primeiro *corpus* foi composto da ementa da disciplina, dos planos de curso, sequências didáticas e da apostila produzida pela professora. Já a segunda, pela observação silenciosa e participante de procedimentos da docente em diálogos com os/as discentes. Procedemos, então à análise dos dados documentais que, por meio de categorias da análise de discurso crítica, que foram triangulados pelas notas de campo e pelo diálogo com conceitos da pedagogia freireana.

Palavras-Chave: Análise de Discurso Crítica. Ensino de Língua Materna. Pedagogia Freireana.

INTRODUÇÃO

No momento em que a educação acontece, ocorrem modificações na vida de uma pessoa. Essas transformações podem percorrer caminhos que levam a desconstruções de paradigmas e que conduzem ao encontro de uma construção de novos saberes para a libertação de um modelo de colonialização e exploração da figura feminina. É possível perceber que a mulher sempre esteve a margem da sociedade com seus direitos violados. Isso ainda é mais grave quando essa mulher encontra-se numa situação periferizada. Esse trabalho integra uma temática que é bastante desafiadora para o ensino de língua materna, uma vez que o/a professor/a precisa estar



preparado/a para um ensino que engloba o conhecimento científico com as práticas contextualizadas de seus alunos.

Nessa perspectiva, ao debater sobre as práxis educativas, aumentam as possibilidades de transformações de um ensino humanizador que consegue fazer diferença nas vidas de mulheres que tiveram seus direitos renegados ao longo de uma história marcadamente atravessada por violências que sustentam o patriarcado. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo investigar como é possível contribuir para promoção da emancipação de mulheres, em benefício de uma transformação social, por meio do ensino de língua materna. É, nesse cenário, que se originaram as primeiras aberturas para tecer os saberes dessas mulheres que vislumbram oportunidades antes não vistas.

Essa pesquisa simboliza a conclusão de uma jornada que desde o ingresso no curso de letras, se constituiu na busca de uma educação humanizadora. Durante todo o decorrer dos quatros anos de estudos das teorias em sala, observações de aulas na rede pública de ensino do Distrito Federal, havia uma necessidade premente de encontrar caminhos para que a prática do ensino de língua materna pudesse ser efetivamente libertador. O desenvolvimento da investigação foi conduzindo a espaços de conhecimento nunca percorridos, perguntas e ideias surgiam cada vez mais. Porém, ainda sim, havia um vazio em busca de um ensino mais humanizador.

De início, propusemos um trabalho de caráter autoetnográfico, em que investigaria minha própria prática frente ao magistério como pedagoga (minha primeira formação), enquanto professora substituta de cursos Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Contudo, em razão de pressões políticas da instituição, e pela vulnerabilidade de minha condição subalternizada como servidora não



efetiva, tive de rever o desenho inicial de pesquisa. A Profa. Dra. María del Pilar Tobar Acosta, que orienta esta investigação, havia me convidado para atuar no estágio docente junto ao curso FIC Viveiricultora, sendo que já estaria em classe, fazendo observações e estratégias de codocência e de prática docente. Assim, eu pedi a ela que analisasse a sua prática enquanto professora, ao que ela, generosamente, aceitou.

Assim, frente a todas essas questões, por já realizar alguns trabalhos com a referida professora, com quem, dialogando e refletindo sobre práticas em sala de aula, percebi que a maneira como ela desenvolvia seu trabalho à frente de cursos Formação inicial e Continuada (FIC) tinha um caráter bastante diferente de outros cursos de que havia participado como estudante, professora em formação ou professora substituta. Por ter tido uma formação tardia, compreendo que aquelas práticas estavam com propostas que potencialmente favoreceriam mudanças no âmbito das vidas profissionais e pessoais das estudantes.

Essa compreensão advém do fato de que tenho uma trajetória de mulher periférica que só pode estudar depois de um conjunto de políticas públicas para a educação (tais como o PROUNI, o ENEM, o SISU, a criação da rede federal de educação técnica – IFs, entre outros). Desse modo, a pesquisa, em seu redesenho, passou a ser etnográfica, por ter como centralidade práticas sociais realizadas por outras pessoas, e triangulada pelo olhar autoetnográfico, que necessariamente estaria presente em notas de campo que realizei, tendo em vista meu histórico, o fato de eu ser pedagoga e estar professora de letras português em formação.

Em razão da complexidade das práticas sociais focalizadas nesta pesquisa, foi necessário desenvolver diferentes questões suleadoras (ACOSTA, 2018) que pudessem orientar o desenvolvimento do trabalho, tendo em vista que



não existe uma receita, um modelo, por ser a prática de sala de aula muito orgânica e ter uma dinamicidade. Este artigo, encerra então a síntese de reflexões teórico-metodológicas e análises que foram feitas a partir de uma ponte entre obras de Paulo Freire e as ferramentas de investigação oferecidas pela Análise de Discurso Crítica. Para tanto, ele está dividido em quatro partes: na primeira, apresento uma análise de conjuntura acerca da realidade social brasileira em que grassam discursos e práticas a serviço do patriarcado e de práticas ensino-aprendizagem no âmbito da educação pública; na segunda, retomo aspectos de teorias do campo da pedagogia, principalmente, em diálogo com Freire (2015), e a Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) a partir de uma perspectiva latino-americana (RESENDE; RAMALHO, 2006; ACOSTA, 2018); na terceira parte, descrevo os procedimentos metodológicos e os *corpora* analíticos; e, na quarta parte, apresento as análises realizadas.

1. Educação como chave para mudança social

As relações de desigualdades entre homem e mulher são extremas, essa construção está muito bem organizada e elaborada. Os discursos construídos ao longo do tempo sobre o que são o feminino e o masculino e os papéis que cada um deve desempenha contribuem para a construção de consensos ao redor de regimes de verdade. Para Resende e Ramalho (2009, p. 26): “entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”. Assim, de acordo com as autoras as relações sociais são permeadas por discursos. São esses discursos que podem fomentar o preconceito e sustentar práticas de dominação e



exploração como as que submetem as mulheres em sociedades patriarcais como o é a nossa.

Um dos campos em que as práticas de violência simbólica são permanentes e assumem um caráter estrutural é a educação, sendo que esta possibilita superar condições de precariedade por meio do acesso a colocações profissionais com melhores remunerações, bem como possibilita, quando tem um caráter libertador acessar discursos contra-hegemônicos que favoreçam a superação simbólica do estado de coisas. A esse respeito e de acordo com Matos (2008, p. 335): "Durante anos, séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico." Considerando esse cenário verifica-se, que o espaço de atuação da mulher foi sistematicamente restringido, sendo que, ainda hoje, os efeitos negativos de tais práticas de dominação e exploração persistem, porém, algumas políticas públicas voltadas para a mulher, aos poucos contribuíram para transformar essa realidade. Segundo Relatório Anual Socioeconômico da Mulher:

Nas últimas três décadas, no Brasil, os indicadores sociais têm registrado importantes mudanças e avanços em várias áreas; na educação não tem sido diferente. De maneira geral, os níveis educacionais da população cresceram. Segundo o Censo Demográfico, em 2000, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 12,0%, enquanto em 2014, de acordo com os dados da Pnad, o analfabetismo estava em torno de 8,7%. Com relação às mulheres, em 1980, 72,8% delas eram alfabetizadas, enquanto os homens correspondiam a 76,9%. A situação se inverteu e, hoje, elas apresentam índices de escolaridade superiores aos deles. Na taxa de alfabetização, por exemplo, conforme demonstrado na terceira parte do Raseam, 92,6% das mulheres eram alfabetizadas, enquanto os homens; 92,0%.

Esse documento apresenta dados que revelam ações de políticas públicas dirigida as mulheres de forma significativa. Partindo dessa percepção,



verifica-se que essas ações foram frutos de muita luta social e resistência. Contudo, entende-se que há necessidade de implementar mais políticas públicas dirigida às mulheres. Assim, diversos movimentos sociais contornam essas causas fortalecendo a luta, visto que, nos últimos dez anos, houve um grande avanço como mostram os dados.

2. ADC, ensino de língua materna e pedagogia freireana

Nesta seção, apresento uma revisão bibliográfica destinada a subsidiar o estudo sobre práticas de ensino-aprendizagem de português brasileiro como língua materna, tendo como foco o recorte de gênero relativo ao alunado das disciplinas que foram focalizadas.

Análise Discurso Crítica (ADC)

A Análise do Discurso Crítica (ADC) é uma concepção investigativa que analisa a linguagem em seu funcionamento social, ou seja, estuda o discurso como dimensão da atividade humana. A língua é compreendida como elemento de poder, sendo um recurso para disseminar ideologias, que, muitas vezes, são impostas implicitamente, por meio de tecnologias de texto em que se mitigam os objetivos de representações. Um caso bem recorrente é o reforço da violência doméstica, em que muitas ações machistas são naturalizadas. Quando se compreende o âmbito da formação escolar e técnica como um lugar de emancipação, é fundamental que profissionais de educação compreendam a importância da seleção de discursos que serão operados nos contextos de ensino-aprendizagem. Assim, potencialmente, a escola pode ser um espaço para superação de assimetrias sociais tais quais a disparidade de gênero. Por isso, compreendo



que a ADC possa ser instrumentalizada para se (re)pensarem práticas de ensino-aprendizagem.

De acordo com Acosta (2018, p. 159):

a ADC constitui-se como uma transdisciplina que se abre como um campo plural em que coexistem diferentes abordagens teórico-metodológicas, mas que têm como aspecto semelhante entre si a centralidade do texto como resultado da ação discursiva implicada, em maior ou menor medida, em toda prática social.

É preciso, portanto, compreender que a ADC investiga o desenvolvimento do contexto discursivo de forma ampla, sempre considerando o texto como elemento principal dessa análise. Ainda segundo Acosta (2018, p.161) “a ADC enquadra-se como um campo crítico por buscar questionar e desestabilizar regimes de verdade constituídos a partir do exercício ideológico”. Fairclough (2001, 2003) descreve os fundamentos da Teoria Social do Discurso, em que a atividade discursiva é descrita a partir de uma ontologia crítica inspirada no Realismo Crítico de Bhaskar (1989). Nessa teoria, o discurso pode constituir diferentes significados sociais, dentre os quais, os principais são o significado identificacional – materializado por estilos, por meio dos quais as pessoas podem identificar a si e às demais –, o significado representacional – materializado por discursos, por meio dos quais, as pessoas representam aspectos da vida social – e o significado acional – materializado por gêneros, por meio dos quais as pessoas podem agir sobre sua realidade social (RESENDE; RAMALHO, 2006). Esses significados são modelizados a partir de uma aproximação da ADC com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994) e das Ordens de Discurso de Foucault (1980).

A fim de mapear esses significados, a ADC instrumentaliza categorias sociológicas, como os modos de operação da ideologia de Thompson



(1995), usada para analisar discursos, categorias da linguística cognitiva, como a metáfora de Lakoff e Johnson (2002), usada para analisar estilos, e categorias da Linguística Textual, tais como estrutura de gêneros de Swales (1990), usada para analisar gêneros. Desse modo, a ADC se inscreve no âmbito do funcionalismo linguístico em que é possível associar processos regulares de funcionamento da linguagem e processos sociais. Essa perspectiva possibilita a confecção deste estudo, compreendendo-se que busco analisar como o ensino de língua materna pode ser emancipatório para mulheres em formação. Assim, faz-se necessário dimensionar teoricamente o que é a língua materna, conforme segue na próxima subseção.

Língua Materna

A língua materna é a primeira língua a ser adquirida pelas pessoas em uma comunidade de fala, por isso também recebe o nome de Língua 1 (L1), em oposição a línguas estrangeiras ou adicionais (L2, L3, e assim sucessivamente) que não são adquiridas, mas aprendidas. Trata-se da língua do cuidado, ou seja, a língua falada por quem inicialmente cuidou de um determinado ser humano, o que, frequentemente, recai no colo das mães, avós e irmãs, considerando-se o tipo de divisão social do trabalho. Assim, a língua materna é, efetivamente aquela falada pela mãe (seja ela uma mãe biológica ou adotiva, seja ela uma mulher ou um homem na posição de cuidador/a). Por outro lado, também pode ser entendida como língua materna aquela da nação-mãe de uma determinada comunidade, sendo uma língua de unificação nacional (HOBBSAWM, 2008). A esse respeito, Leite (1995, p. 65) observa que:

É costume identificar a "língua materna" com a primeira língua, e nisto a língua falada pela mãe, fazendo aí a suposição de poder



haver uma outra, a estrangeira, segunda; e também com a língua nacional, implicando desta forma uma identificação do falante através da língua que sustenta a unificação subentendida no conceito de nação. Se adotamos estas definições podemos inferir que o qualificativo "materna" presente na expressão se refere quer ao primeiro Outro significativo para a criança, quer à nação-mãe à qual todo e qualquer falante deve sua filiação.

Contudo, é necessário compreender o contexto colonializado em que vivemos para entender o que é a língua portuguesa falada no Brasil ou como defendo, a língua portuguesa do Brasil (PB) que é uma língua diferentes do português europeu. Assim, para compreender a língua materna atual é preciso retomar as suas origens, e que ao longo do tempo aconteceram transformações de forma significativa dentro do espaço escolar. Tendo em vista que reflete no ensino da língua e de toda a sua formação, segundo Castilho (1992, p. 241):

A hipótese evolucionista, que defende a existência de uma "língua brasileira", a hipótese criouísta, que acentua a importância dos contactos no Brasil-colônia, e a hipótese internalista, que acentua a importância da deriva, isto é, das tendências próprias ao sistema, para explicar a dimensão histórica do PB.



Considerando-se a hipótese criolística, nosso idioma deriva-se de um pidgin, sendo a síntese vivida e falada entre as línguas praticadas: pelos povos autóctones ameríndios; pelos povos colonizadores; pelos povos que foram sequestrados e escravizados por esses mesmos colonizadores, sendo trazidos a força para o que hoje chamamos de Brasil; entre outras línguas de diferentes povos que vieram para o Brasil no âmbito do processo de formação do país. Isso levou a que hoje tivéssemos um ideal de língua – norma padrão –, pautado num rol de regras que visaria aproximar as práticas linguísticas em PB daquele original, pura, falada pelos colonizadores portugueses. Cabe ressaltar, como observa Bagno (2002), que esse ideal não corresponde ao português europeu do século XVI (tendo em vista que há formas arcaicas que são conservadas no dialeto caipira, como por exemplo, “avoar”, que traz o prefixo de formação de verbos característico de línguas românicas, processo morfológico que é estigmatizado, mas que em outros contextos é aceito pela norma, como em assentar) e tampouco é praticado no português europeu contemporâneo (em que, por exemplo, não existe a mesóclise imposta como norma de funcionamento totalmente arbitrária a estudantes brasileiros/as).

Assim, ao se entender a língua materna como foco do ensino formal, busca-se superar a disparidade social por meio de uma política linguística de valorização do que foi adquirido e ensinado em espaços sociais fora da escola e que caracterizam saberes que os/as educandos/as trazem para sua escolarização. Essa perspectiva dialoga centralmente com a proposta freireana de respeito ao conhecimento e a história de vida dos/as educandos/as. Na próxima seção abordo uma revisão bibliográfica acerca da pedagogia freireana.

2.3 Pedagogia freireana



A educação tem como grande referência Paulo Freire que deixou no mundo um grande legado por meio de sua vida e suas obras. Mesmo sendo exilado do Brasil, na época da Ditadura Militar fez muito pelo país e vários outros países, suas obras contribuíram muito para a pedagogia, sendo que hoje ele foi alçado ao patamar de patrono da educação no Brasil. Acerca da linguagem, Paulo Freire (2001, p.18) descreve que as pessoas:

se expressam na linguagem – na sintaxe e na semântica –, nas formas concretas de atuar, de escolher, de valorar, de andar, de vestir, de até dizer olá, na rua. Suas relações são dialéticas. Os níveis destas relações, seus conteúdos, sua maior dose de poder revelado no ar de superioridade, de distância, de frieza .- com que os poderosos tratam os carentes de poder; o maior ou menor nível de acomodação ou de rebelião com que respondem os dominados, tudo isso é fundamental no sentido de superação das ideologias discriminatórias, de modo a que possamos viver a Utopia: não mais discriminação, não mais rebelião ou adaptação, mas Unidade na Diversidade.

No que se refere a utopia de não mais viver em um país em que as diferenças serão aceitas e respeitadas, pois, é por meio da educação, do respeito, valor que as interações vão criando redes de amizades e fortalecendo a diversidade.

Paulo Freire mostrou uma divisão na história educativa deste país de forma como ninguém até hoje demonstrou. Sua vida foi marcada por grandes tribulações no período da Ditadura Militar de 1964, pois teve que ser exilado por motivo de perseguição as suas novas formas de ensinar. Paulo Freire via o/a aluno/a como sujeito transformador. Conforme descreve Barreto (1998, p.28) “O golpe de Estado de 1964 não somente deteve o esforço que fazia no campo da educação de adultos e da cultura popular, como me levou à



prisão por cerca de 70 dias. Fui submetido, durante quatro dias, a interrogatórios”.

3. ADC e etnografia em sala de aula

Na terceira seção deste artigo, busco retomar o marco teórico-metodológico acerca de pesquisas qualitativas e etnografia, a partir da Análise de Discurso Crítica, que fornece um arcabouço focado no método para o estudo da linguagem em sociedade. Ela está dividida em duas partes, sendo que, na primeira, apresento as questões de pesquisa e os objetivos, e, na segunda, os procedimentos metodológicos propriamente adotados.

3.1 Questões de pesquisa e objetivos

Este trabalho se filia à compreensão de que a ciência não necessariamente trata de encontrar respostas estanques, mas deve buscar questões melhores, como operadores do pensamento (ACOSTA, 2018). Nesse sentido, não cabe estabelecer hipóteses que só teriam como possibilidade serem refutadas ou confirmadas, assim, construímos esta pesquisa a partir da perspectiva da pedagogia da pergunta (FREIRE, 2015; ALVES, 2007) que podemos estender para a metodologia da pergunta. Desse modo, desenvolvi duas questões de pesquisa relacionadas a dois objetivos.

3.1.1 Questões de pesquisa



1. Se e como é possível realizar um trabalho docente, no âmbito de disciplinas de língua portuguesa e texto, aparado pela linguística e, em especial, pela Análise de Discurso Crítica?
2. Se e como o trabalho docente no âmbito de disciplinas de língua portuguesa e texto, possibilitam a reflexão sobre discursos misóginos e machistas?

3.1.2 Objetivos

- a. Investigar, por meio de análise de discurso crítica de textos documentais triangulados por notas de campo, se e como é possível realizar um trabalho docente, no âmbito de disciplinas de língua portuguesa e texto, aparado pela linguística e, em especial, pela Análise de Discurso Crítica.
- b. Investigar, por meio de análise de discurso crítica de textos documentais triangulados por notas de campo, se e como é possível realizar um trabalho docente, se e como o trabalho docente no âmbito de disciplinas de língua portuguesa e texto, possibilitam a reflexão sobre discursos misóginos e machistas?

3.2 Procedimentos metodológicos

Retomando a reflexão teórica desenvolvida em 2.1, é importante compreender que a ADC apresenta um conjunto de reflexões metodológicas que possibilitam o estudo do funcionamento social da linguagem. Assim, cada pesquisa, nessa área, precisa desenvolver um rol de procedimentos metodológicos coerentes com suas questões e objetivos de



pesquisa. Nessa perspectiva, a língua, como construto social, é determinada também pelo o contexto. Nesse sentido, ela é permeada de discursos que constituem a representatividade para um grupo. Considerando que é, a partir da sala de aula, que mudanças de desconstruções podem começar a ganhar sentido quando alguns/mas professores/as percebem, sentem e até lutam para que as transformações dos discursos hegemônicos comecem a ser desmistificadas e para que haja o empoderamento para o grupo vulnerável, que nesta análise, é o das mulheres.

Da mesma forma que os discursos são engessados, e, muitas vezes, colocados como verdade, a ADC tem um papel importante de romper com estas correntes que amaram e destroem os menos favorecidos da sociedade por meio da análise do discurso que desvele processos ideológicos. No espaço da sala de aula, um dos aspectos que pode favorecer tal tipo de reflexão crítica é o estudo dos gêneros discursivos que, potencialmente, evidencia a construção do significado acional. As finalidades educativas se efetivam de forma transdisciplinar, visto que a ADC permeia várias áreas do conhecimento. Por isso, a prática discursiva é um campo fértil para instanciar a discussão crítica a respeito da diversidade. Onde as categorias de análise da ADC são potencialmente férteis para o estudo que proponho neste artigo.

Desse modo, o estudo foi dividido em duas partes, na primeira, foi realizada uma consulta baseada em dados bibliográficos; na segunda, uma análise do material didático – apostila –, triangulado pelas notas de campo de observação silenciosa como etnografia em sala de aula que foi realizada no segundo semestre de 2018.

Na primeira parte, para melhor definição do tipo de análise que seria necessária, fez-se uma seleção de leituras críticas e reflexivas. Consoante a



essa abordagem, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) afirmam que: “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Percebe-se que a revisão bibliográfica é de fundamental importância para embasar as pesquisas e construir novas reflexões.

Procedi também a estratégias etnográficas, a fim de observar como as práticas de ensino-aprendizagem estavam se dando no contexto das aulas de Leitura e Produção de Textos. A esse respeito, a etnografia como ferramenta para análise mais detalhada, com mais interdisciplinaridade. “é a arte e a ciência de descreve um grupo humano: suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, p.30). Nesse sentido, a etnografia estabelecendo a análise crítica muito mais precisa, pois permite acessar aspectos não textuais das práticas instanciadas pela apostila e pela sequência didática que focalizei.

4. Análise do Discurso Crítica de dados documentais triangulada pelas observações etnográficas

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma área da ciência linguística que entende que a linguagem só existe porque existem sociedades humanas e que a linguagem funciona dentro dessas sociedades produzindo significados por meio do discurso (uso da linguagem por grupos sociais). Para a ADC, esses significados sociais da linguagem ou, mais especificamente, do discurso, são a base para a construção das realidades dessas sociedades. Ao mesmo tempo, como em uma via de mão dupla, a mesma sociedade que constrói a linguagem é construída por ela. Desse modo, é possível



acessar significados abstratos de práticas sociais por meio da materialidade de textos que são partícipes dessas práticas. Assim, para essa análise foram usadas como *corpora*: (1) a primeira parte de duas apostilas desenvolvidas pela Profa. Dra. María del Pilar Tobar Acosta para as disciplinas Leitura e Produção de Texto; e (2) os dados etnográficos obtidos por meio de observações de aula da docente e será analisada a sequência didática da professora.

Esta análise foi realizada de modo cronológico, em relação à sequência da apostila, que por sua vez, está relacionada com a sequência didática das primeiras aulas das disciplinas focalizadas e triangulada por notas de campo.

4.1 Representação de atores sociais: mulheres como artesãs do conhecimento.

No primeiro excerto analítico, focalizo a capa da apostila da disciplina Leitura e Produção de Textos – FIC Viveiricultora:

A capa constitui um texto multimodal em que há um título verbal escrito, que apresenta uma tipografia bastante desenhada que dialoga com representações de ornamentos de povos ameríndios que recebe o nome de Mayan, em referência ao povo Maia. Essa tipografia pode ter como efeito de significação uma ligação com o mundo da arte popular, em oposição a tipografias mais rígidas e menos ornadas que estariam relacionadas a processos de fabricação em série. Logo abaixo, está uma figura de uma mulher de traços étnicos também relacionados com povos ameríndios, que é representada executando um trabalho manual em tear. Assim, há a representação de uma mulher como produtora, com uma idade mais elevada, que está em uma posição de ação. Essa forma de representação



confere uma posição ativa. Ela está agindo, trabalhando, criando, produzindo. Para essa concepção, há uma identificação positiva, em que a mulher como construtora de um saber. Para Freire (1979), O sujeito se identifica com sua prática, determina o tempo, e faz-se dentro da história. Assim, a posição de fala dessa mulher é de forma significativa. A sua história está sendo construída com uma discursividade contra hegemônica.

Da mesma forma, o seu posicionamento em relação a atividade remete um aspecto mais artesanal, não industrial, não é uma educação bancária pode estar relacionado com a perspectiva freiriana. Com saberes que são valorizados dentro do espaço da academia (FREIRE, 1996). Essa imagem dialoga com o título da apostila que é *Tecendo saberes*, a ênfase desse saber está na elaboração de um saber que vai aos poucos sendo construindo, como no tear, em uma cocha de retalho. Essa composição vai de encontro com a perspectiva metafórica. Para Fairclough (2001, p. 241):

As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso. Quando nos significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.

Desse modo, o autor chama atenção para a importância da metáfora nos tipos de linguagem, que ela pode ser usada como ferramenta discursiva para um determinado objetivo de discurso. Com isso, a escolha de uma metáfora em detrimento de outra já carrega uma intencionalidade. Quando a autora escolheu essa metáfora *tecendo saberes*, sua escolha foi marcada por um desejo de mudanças e construções discursivas em defesa de construções contra hegemônicas.



Na sequência do trabalho em classe, a professora orientou uma releitura pedindo que cada estudante lesse um ou dois parágrafos do texto. Assim, foi possível fazer-se uma avaliação diagnóstica de caráter orgânico sobre o nível de letramento de cada estudante. Ao mesmo tempo, favoreceu a aproximação com outras perspectivas interpretativas e o aprendizado comunitário, pois tratou-se de uma leitura solidária, distinta da primeira leitura – solitária. Nesse sentido, para além do contato que se estabelece com ideias do/a autor/a, a leitura compartilhada amplifica a experiência socializada da leitura, favorecendo o prazer e o aprendizado. Por meio das observações silenciosas que fiz das aulas em que foi desenvolvida essa sequência didática, pude constatar a relação direta entre diferentes perspectivas científicas – linguística textual, linguística discursiva, didática, entre outras – articuladas na prática docente.

Focalizando a interpretação orientada pela professora a partir da última leitura, cabe salientar que o texto instancia diferentes reflexões, evidenciando o conceito básico sobre linguagem poética/textos literários, em que há inúmeras camadas de significação a partir da materialidade do texto, como se houvesse uma grande densidade em cada elemento linguístico. Assim, a professora focalizou, de início, o plano do conteúdo, em que pode abordar por meio de um conjunto de perguntas às estudantes, o caráter fantástico do texto, a sua relação com os limites da realidade, entre outras reflexões. A cada questionamento, outras reflexões foram sendo apresentadas pelas educandas num movimento orgânico em que o conhecimento foi sendo construído coletivamente. Cabe lembrar que a disposição da sala é sempre em círculo ou em U – quando a professora precisa usar a lousa para escrever ou projetar algo –, o que também favorece esse tipo de trocas.



Ao fim da reflexão conjunta, houve indagações sobre se o que era narrado no conto poderia ser verdade, então, a professora terminou a aula indagando sobre o feminino, e como aquele texto poderia abrir possibilidades de interpretação relativas a relacionamentos abusivos. Assim, o texto foi analisado a partir de seu potencial discursivo, sem que houvesse a necessidade de uma densa reflexão teórica prévia por parte das estudantes, mas, para quem, como eu, já tinha contato com as teorias e métodos da ADC, ficou evidente que estavam sendo empregadas categorias de análise discursiva de modo bastante transitivo para pessoas leigas. Assim, a aula pode favorecer a incorporação de instrumentos científicos que puderam, ao longo do curso, nas demais aulas e módulos, serem aprofundados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise crítica de textos documentais, triangulado por notas de campo. Sustentado pela Análise de Discurso Crítica. Visto que, muitas estratégias discursivas são utilizadas para disseminar o discurso hegemônico. Por esse motivo esse trabalho se fez necessário, uma vez que, é por meio do discurso que relações de poder se constroem.

No que se refere a pesquisa documental, ela foi de fundamental importância para o entendimento das teorias que embasaram esta pesquisa e a pesquisa etnográfica. Verifiquei que há muitas possibilidades de quebrar práticas discursivas que atinge a mulher de alguma forma.

Assim, conseguir abarcar reflexões acerca de possíveis mudanças dessas realidades de desigualdade social por meio de materiais elaborados que elevem o discurso de ações sociais, em que possa fomentar os



protagonismos de mulheres, e de pessoas vulneráveis ao sistema hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TOBAR ACOSTA, María del Pilar. Construções discursivas de reexistência: um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil. 2018. 408 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAGNO, MARCOS. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BHASKAR, Roy. The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

CASTILHO, Ataliba T. de. **O português do Brasil**. IN: ILARI, Rodolfo. Linguística Românica. São Paulo. Ática, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social** **Discurso e mudança social**. Coord. trad.. Coord. trad. rev. técnica e pref. . técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 págs. Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. Political discourse analysis: a method for advanced students. London: Routledge. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.



_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996

_____. **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. – 5. ed. - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23)

_____. **Educação e Mudança.** 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996

HALLYDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar* 2 ed. London: Arnold, 1994.

HOBSBAWUM, Eric. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Lakoff, George; Johnson, Mark. **Metáforas de la vida cotidiana.** Cátedra: Madrid, 1986.

LEITE, Nina Virgínia de A. "O que é 'língua materna'?" In: *Anais do IV Congresso brasileiro de Linguística Aplicada.* Campinas, p. 65-68, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.** *Revista Estudos Feministas* 16(2), Florianópolis-SC, mai/ago. 2008, pp.333-357.

RESENDE. Viviane de Melo, RAMALHO Viviane. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes Editores, 2011.



SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª impressão. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, abril, 2018. 227p.: Disponível: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/raseam_2015-2016-correto.pdf. Acesso: out 2018.

SWALES, J. M. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SISTEMAS DE SEXO/GÊNERO: DE GAYLE RUBIN A PAUL PRECIADO

Izabel Rizzi Mação
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/UFES). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/UFES). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).
lebazi.r@hotmail.com

Julio Cesar Bentivoglio
Doutor em História Econômica pela Universidade Federal de São Paulo (USP). Professor adjunto de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG/UFES).
juliobentivoglio@gmail.com

RESUMO: Em de 1975, Gayle Rubin forjou a expressão *sistema sexo/gênero* (*sex/gender system*) enquanto ferramenta conceitual destinada à análise dos meios que permitiram a passagem da natureza biológica do sexo e da reprodução para suas configurações culturalmente definidas e adquiridas: o gênero e a sexualidade. A



ferramenta reverberou, significativamente, nos estudos sobre sexualidade e gênero, bem como nas teorias feministas. Paul Preciado, por sua vez, utiliza-se do conceito para questioná-lo e, também, para ressaltar sua constante atualização em um dispositivo de poder que nos atravessa e produz como sujeitos *sexuados e generizados*. Propõe-se lançar um olhar *contrassexual* sobre o sistema sexo/gênero, pensando o corpo como parte de um sistema de escritura, como um artefato orgânico cujo constante encontro com as tecnologias sociais de produção pode tanto reinscrevê-lo nas normas do sistema sexo/gênero, quanto repercutir em uma desestabilização das relações de poder instituídas.

Palavras-chave: gênero; sexo; contrassexual; corpo; desejo.

APRESENTAÇÃO

Que é um corpo? Ou melhor: como um corpo *funciona*? É possível forjá-lo, lapidar seus desejos e querer, laborar aquilo que aparenta ser sua lei orgânica? Que pode um corpo, em suas intensidades e choques com as normas do poder? Que possibilidades poderiam comportar os desejos que vazam ao dispositivo de sexualidade? Que fazer com os corpos que já não aguentam mais a dureza do sistema sexo/gênero? Pode o corpo orgânico, sistematizado e organizado pelos poderes contemporâneos, insurgir-se contra aquilo que pretende barrar ou conter seus movimentos, sua errância? E, afinal, que corpo é esse de que se fala?

Parte-se do seguinte princípio: o corpo é sempre corpo em interação com as forças do mundo. Afirmativas ou reativas, resistentes e/ou acopladas ao poder, o corpo interage com as forças e essas, às vezes, o nomeiam em um sistema. Mas o sistema é sempre falho e, não raro, contradiz a si mesmo. O corpo é, portanto, contraditório em sua própria formação e afirmação no mundo. Ele é atravessado por algo como uma desordem qualquer, que as tecnologias sociais de captação e reinserção no sistema buscam, incessantemente, ordenar. Organizar o



corpo em torno de seus órgãos: eis, aqui, os efeitos de poder de um sistema sexo/gênero, de um dispositivo de sexualidade, de um biopoder que recobre a vida de ponta a ponta. Mas viver é uma colisão, mais ou menos programada, um jogo de forças, cujos efeitos nem sempre se convertem em estratégias de poder. Michel Foucault (2006) já anunciava: onde há poder, há resistência. Nesse sentido, os corpos e os desejos constituem matéria indócil que não se adéqua pacificamente aos poderes que tentam sujeitá-los.

Uma importante asserção derivada dos estudos de gênero e das teorias feministas é a compreensão do corpo em seu aspecto mutável, moldável e interacional. Mesmo em se tratando do corpo na história, há relativo consenso em torno da afirmação de que esse não corresponde a algo inalterável, mas que está, ao contrário, em constante interação com tecnologias sociais, com saberes e poderes que o atravessam. Ele segue por movimentos tão intermitentes quanto as lutas e turbulências que rasgam a história. Quando Michelle Perrot (2015, p. 41), por exemplo, se dedica a pensar o corpo da mulher, ela afirma que não se trata de um corpo imóvel, com propriedades eternas, mas do corpo na história e de seu constante “confronto com as mudanças do tempo, pois o corpo tem uma história física, estética, política, ideal e material, da qual os historiadores foram tomando consciência progressivamente”.

Os *feminismos*, nesse sentido, oferecem perspectivas múltiplas e dinâmicas acerca das redes de poder que se entremeiam à carne e, também, das possibilidades de escapar ou perverter as amarras de certas atribuições corporais. Parte dessas teorias se colocou como tarefa empreender um desafio aos regimes de verdade “que instituem o mundo e suas significações”, ressaltando “os processos e mecanismos



que transformam os corpos em feminino e masculino” (SWAIN, 2018). O que se constata, ao pensar o corpo na história, é que há, de fato, um processo meticuloso de repartição e edificação da carne em torno de binômios, como o feminino e o masculino ou o homem e a mulher, mas não somente. As oposições entre natureza e cultura, real e imaginário, biológico e artificial, constituem problema corrente em diversas análises dedicadas a desemaranhar as teias discursivas e os dispositivos de poder que atam o corpo a certos esquemas de verdade. Dessa constatação, emergem algumas questões: sendo o corpo agregado às forças do mundo, estando em constante comunicação com as tecnologias socioculturais que o atravessam, haveria, ainda assim, limites últimos e naturezas intransponíveis? Existe algum elemento corporal desvinculado dessa conexão, uma pura *physis* capaz de transcender as interações entre carne e técnica?

Para Tania Navarro Swain (2018), as evidências biológicas atribuídas aos corpos são, em si, parte dos resultados da administração corporal, de seu gerenciamento pelos dispositivos de poder. Para ela, a concepção segundo a qual há algo de puramente orgânico e biológico no corpo só pode adquirir sentido e ser tomada como verdade indelével, a partir dos aparatos discursivos de determinados esquemas de poder. Ao interrogar o enunciado da naturalidade corporal e questionar-se acerca da concretude dos corpos biológicos, Swain (2018) afirma ser possível descortinar um conjunto em dissolução. Aquilo que poderia ser tomado como mera evidência impressa na carne, isto é, a verdadeira natureza de um corpo, em sendo interpelado criticamente, acaba por revelar-se como efeito de uma ampla e complexa rede de poderes. Assim, o corpo em sua unidade limitada, povoado por características



pretensamente naturais, emerge como produto da repartição sistêmica e artificiosa da carne. Corpos e desejos figuram como objetos e objetivos dos poderes contemporâneos, ansiosos por conter e assenhorar-se de tudo aquilo que flui para além de suas próprias engrenagens. Partindo dessas asserções, Swain (2018) levanta uma série de questões:

que corpo é esse, atravessado pelo sexo, invadido por um sentido unívoco do humano? De que direito uma parte do meu corpo delimita meu ser, estabelece minha identidade? [...] Seria o corpo uma superfície pré-discursiva, pré-existente, que sofre as coerções, as disciplinas, a modelagem social? Ou, ao contrário, uma construção social que lhe confere imagem e forma? Essas questões são fundamentais para a teoria feminista e seus desdobramentos.

Ao contestar de forma crítica o que é comumente assimilado nos termos de uma verdade meramente biológica da carne, coloca-se em perspectiva a construção de determinados esquemas de verdade sobre o corpo. O objetivo dessa ponderação é compreender a realidade que tais esquemas, de fato, fabricam, e, ainda, de que maneira eles camuflam a multiplicidade “do social e as possibilidades infinitas de sentido atribuídos às práticas, às culturas e aos seres” (SWAIN, 2018). Afinal, porque a “dicotomia, o binário, senão como fruto de uma linearidade do olhar, de uma homogeneização que furta e esconde o múltiplo nas dobras do discurso regulatório?” (SWAIN, 2018). Considera-se, portanto, que parte da tarefa das teorias feministas passa, justamente, pela desestabilização de noções estáticas e dicotômicas sobre os corpos, como, por exemplo, as de sexo *biológico* ou de *natureza humana*.



Desta forma, tais teorias buscam ferramentas que possibilitem interpelar a noção de *natureza* enquanto permeada por um conjunto de valores, desfazendo-se da linearidade e do aprisionamento promovido pelos dualismos, pelas classificações do corpo como unidade fixa, estática e *biocoerente*. Nesse sentido, o conceito *sistema sexo/gênero* (*sex/gender system*)⁸⁰, proposto por Gayle Rubin, em 1975, desponta como potente instrumento de análise, reverberando para além de seus escritos. Ele comparece nas produções de Judith Butler, Teresa de Laetis, Tania Navarro Swain, Paul Preciado, entre outras. Seu uso, entretanto, nem sempre segue as proposições sugeridas por Rubin e, talvez, seja essa flexibilidade que permita sua constante atualização e revalidação como ferramenta analítica elementar para a compreensão das relações de poder contemporâneas. Por outro lado, o próprio sistema sexo/gênero parece funcionar de maneira pouco flexível, sendo possível encontrá-lo em plena operação na atualidade. Suas operações podem ser vistas mesmo nos eventos aparentemente mais inocentes, como no caso dos famosos chás de revelação⁸¹.

No entanto, sendo um sistema, ele é, como qualquer outro, passível de falhas, desvios de função, desarticulação interna ou contaminação externa. Existem, de fato, possibilidades de acessar suas tecnologias,

⁸⁰ O conceito *sistema sexo/gênero* foi proposto e utilizado pela primeira vez por Gayle Rubin no artigo *The Traffic in Women*, publicado em Rayana Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Woman*. New York: Monthly View Press, 1975, pp. 157-210 e republicado em Gayle Rubin, *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. London: Duke University Press, 2011.

⁸¹ O *chá de revelação* é um evento festivo e familiar no qual é revelado aos futuros pais o sexo da criança que está para nascer. O mais comum é que uma pessoa de confiança saiba, antecipadamente, o sexo ao qual o bebê pertence e guarde a informação como segredo precioso. A decoração da festa é articulada para que remeta a dois sexos, gerando grandes expectativas sobre a revelação do verdadeiro sexo da criança. Durante a festa, aquele que guardou o segredo anuncia, de maneira lúdica, o verdadeiro sexo do bebê.



profaná-las, restituí-las ao uso comum. Isto porque o corpo não é uma simples unidade coerente, mas um aglomerado de forças, potencialmente não-limitado em seus fluxos, criações e desejos. E é precisamente essa indocilidade que o coloca na mira dos aparatos de poder. A restrição do corpo ao biológico não é o resultado da simples repetição de qualquer materialidade orgânica, mas sim, um efeito de poder, um sintoma da inscrição da carne no sistema sexo/gênero. No limite, sexo e gênero são atributos tecnológicos, apenas fantasiados como naturais. Ou melhor: a própria natureza do corpo já é artificialidade.

Ao desfazer-se da oposição natural/artificial, compreendendo essas noções como atreladas a valores, uma possibilidade de interpelar criticamente o sistema sexo/gênero irrompe. Nesse sentido, Judith Butler (2003, p. 66) afirma o seguinte: ao evidenciar as identificações com o sistema sexo/gênero como propriedades fantasiosas, torna-se factível “representar uma identificação que exiba sua estrutura fantástica”. A questão, portanto, é a seguinte: como *funciona* o sistema sexo/gênero? Como, efetivamente, ele opera? E, ainda: é possível fazê-lo funcionar de outra maneira ou, quem sabe, curto-circuitá-lo de vez? No intuito de esboçar algumas respostas para tais questões, coloca-se como problema apresentar as considerações de Gayle Rubin acerca do sistema sexo/gênero, investigando como Paul Preciado o atualiza e o desembaraça numa perspectiva *contrassexual*, esboçando, ainda, algumas considerações críticas às teorias feministas.

INTERROGAR O SISTEMA, DESFAZER SEUS ESQUEMAS



Para Gayle Rubin (2017), os corpos adquirem coerência com o sexo, o gênero e a sexualidade ao serem inseridos em um sistema sexo/gênero, cuja finalidade é captar suas propriedades naturais, traduzindo-as, vez ou outra, em hierarquias sociais. Em termos marxistas, o corpo é compreendido por ela enquanto alvo de uma *economia sexual*, de um sistema no qual "os elementos do mundo natural são transformados em objetos do consumo humano" (RUBIN, 2017, p. 17). No entanto, esse consumo, o prazer encontrado ao consumir e até mesmo a satisfação das necessidades mais primordiais, quase nunca se dão de modo *natural*. Logo, a fome é sempre a fome, mas a maneira de saciá-la, o que conta como alimento, é algo culturalmente adquirido (RUBIN, 2017). Do mesmo modo, o sexo é o sexo, mas o "que conta como sexo é algo culturalmente definido e adquirido" (RUBIN, 2017, p. 17). Toda sociedade tem alguma forma de atividade econômica organizada e toda sociedade também tem um sistema sexo/gênero, ou seja, um aglomerado de sistematizações minuciosas do sexo, do gênero e da sexualidade. Assim, *sistema sexo/gênero* é o nome dado por Rubin (2017, p. 17) ao "conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional".

Paul Preciado (2014), por sua vez, sugere que o sistema sexo/gênero não funciona pela artificialização dos aspectos naturais do corpo, mas, ao contrário, que ele, efetivamente, produz as engrenagens necessárias aos seus mecanismos, naturalizando existências corporais denominadas como *homens* ou *mulheres*, *homossexuais* ou *heterossexuais*. Os diferentes elementos que compõem o sistema sexo/gênero, bem como



suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, próteses, instrumentos, usos ou desvios (PRECIADO, 2014). Sua perspectiva *contrassexual* afirma que, no princípio, era o dildo⁸² e a plasticidade carnal, não a natureza. Sendo assim, sexo e gênero não resguardariam qualquer relação com um passado estritamente biológico ou orgânico, na medida em que esses valores só podem adquirir seu caráter real/natural através dos meios tecnológicos de um determinado sistema sexo/gênero.

Quando os valores do sexo e do gênero penetram a carne, seus efeitos não são apenas performativos, como gostaria Butler, mas *prostéticos*: o sistema sexo/gênero, com efeito, “faz corpos” e, mais do que isso, fabrica sensações, produz desejos, recortando e definindo a utilidade de cada órgão a partir de seu funcionamento ótimo (PRECIADO, 2014). Portanto, o desejo, a excitação e o orgasmo, quando analisados sob um viés *contrassexual*, despontam como fabricações que dizem respeito a certa *tecnologia* sexual, na qual os órgãos reprodutivos são traduzidos como órgãos sexuais e generativos da coerência no corpo. Para Preciado (2014), os corpos e os desejos não deveriam ser alvo de uma história *natural* das sociedades humanas, mas da *história das tecnologias* que inscreveram na carne as atribuições de sexo e gênero. Essa história tende a demonstrar que a *Natureza Humana* é apenas um *efeito* de negociações permanentes das fronteiras entre humano e animal, corpo e máquina, órgão e plástico (PRECIADO, 2014). Dessa proposição *contrassexual*, os corpos irrompem sempre enquanto

⁸² O *dildo* também é conhecido no Brasil como pênis de borracha, cinta-caralha, consolo ou consolador. Por definição, ele é um objeto, comumente feito de matéria plástica, que imita o pênis. No entanto, para Preciado, a lógica seria inversa: o pênis imita o dildo, e não o contrário.



produção e produto, artefatos cuja organicidade é, em certo sentido, sempre fantasiosa.

Têm-se, portanto, uma releitura da ferramenta analítica proposta por Rubin. Embora haja certa consonância, pois tanto ela quanto Preciado indicam ser necessário pensar a sistematização de certas características, como o sexo e o gênero, enquanto contingentes aos processos culturais, históricos, sociais e econômicos, Rubin assume que há uma *matéria-prima biológica* sobre a qual as tecnologias do sistema sexo/gênero vêm, apenas em segundo plano, fazer seu trabalho de lapidação subjetiva. Já para Preciado, o corpo é, ao mesmo tempo, orgânico e tecnológico. O sistema sexo/gênero, desta forma, não apenas atravessa o corpo, mas produz sensações, desejos, orgasmos, órgãos generativos, mascarando seus aparatos inventivos em uma realidade supostamente natural. O que se destaca na proposta do autor é sua asserção de que toda natureza já é, em si mesma, produção e produto, fruto de uma sistematização minuciosa dos corpos.

Tomemos como exemplo a naturalização do sexo, afirmado como componente estritamente *biológico* do corpo. Aqui está uma das artimanhas do sistema sexo/gênero: sob a égide do sexo biológico, o corpo é encarcerado e limitado por aquilo que seriam suas barreiras naturais e, portanto, intransponíveis. Preciado (2018, p. 49), no entanto, considera que todo corpo sexuado, já é produzido em um sistema sexo/gênero, ou seja, é *efeito* de uma divisão sexual da carne, “de acordo com a qual cada órgão é definido pela sua função”. A constituição do corpo como unidade coerente, fundamentada a partir do sexo, implica um governo preciso da boca, do pênis, da mão, do



ânus e da vagina (PRECIADO, 2018). Quando há um gerenciamento desses elementos, sua atribuição sintomática como características *sui generis* dos corpos, os mecanismos que *fabricam* o caráter real/natural do sexo e convertem o corpo em uma unidade limitada em si mesma, permanecem velados e inquestionáveis, pois biológicos e naturais.

Para Preciado, a manutenção e o uso contínuo do conceito de sexo biológico é sintoma da fraqueza. E o caso é grave. Ele considera a oposição ou a distinção entre sexo e gênero – na qual o gênero é artificial e o sexo é orgânico – como um dos motivos pelos quais as hipóteses do chamado *construtivismo de gênero* foram aceitas sem produzir transformações políticas significativas. Essa perspectiva, apesar de sua inquestionável importância, manteve e se mostrou dependente da diferenciação entre sexo e gênero, tornando, conseqüentemente, “efetiva a oposição tradicional entre cultura e natureza e, por extensão, entre tecnologia e natureza” (PRECIADO, 2014, p. 94). A insistência nessas oposições constitui um incômodo para Preciado e ele assinala a necessidade de estabelecer colocações críticas aos feminismos contemporâneos.

Uma das críticas de Preciado é direcionada às proposições do feminismo *essencialista*. Segundo essa concepção, o que se passa é que vivemos uma tecnocracia masculina cuja incontestabilidade seria provada pelo controle constante do aspecto mais essencial dos corpos femininos: a reprodução (PRECIADO, 2014). Esse elemento, por sua vez, é descrito como uma capacidade natural dos corpos-mulheres, a *matéria-prima biológica* sobre a qual vai se desdobrar o poder masculino, essencialmente tecnológico. Nessa lógica, “a mulher é a natureza e o homem é a tecnologia”, de modo que a plena libertação



feminina estaria condicionada a uma ampla revolução antitecnológica “na qual os corpos das mulheres se libertariam do poder coercitivo e repressivo dos machos e das tecnologias modernas para se fundir com a natureza” (PRECIADO, 2014, p. 152). Tal perspectiva se retrai em posições conservadoras sobre a maternidade e a reprodução, desembocando em concepções frágeis, nas quais a mulher é sempre definida, *a priori*, pelo útero e pela capacidade de gestar.

Já o chamado *feminismo construtivista*, embora muito mais ágil teoricamente, também acaba caindo na armadilha dos dualismos e se comprazendo do maniqueísmo de pares opostos ou complementares. Isto porque ainda se insiste no fato de que a feminilidade seria o resultado artificial de uma série de procedimentos tecnológicos que remetem exclusivamente ao poder; enquanto a masculinidade, por não precisar submeter-se as suas próprias estratégias, comparece como paradoxalmente natural (PRECIADO, 2014). Sob esse viés, a natureza remanescente é sempre masculina, “enquanto a feminilidade estaria submetida a um incessante processo de construção e modificação” (PRECIADO, 2014, pp. 153-154). Aí reside a fragilidade do construtivismo feminista. Ao se dedicar a análise da diferença feminina, essas reflexões atropelaram o caráter construído do corpo e da identidade masculina, perpetuando as mesmas oposições binárias que almejavam questionar (PRECIADO, 2014). Sob essa perspectiva, a tecnologia é enclausurada como mero componente do aparato de dominação dos homens sobre as mulheres, apreendida como um sistema de produção e lapidação destinado, quase exclusivamente, à gestão e ao controle dos corpos ditos femininos. Por outro lado, aquilo que remete ao masculino, tende a



permanecer, antagonicamente, liberto das tecnologias sociais, desfrutando de privilégios orgânicos e naturais.

Para Preciado (2014, p. 154) o cerne do problema consiste no fato de que essas análises identificam a tecnologia como aquilo que modifica uma *natureza dada*, “ao invés de pensar a tecnologia como a produção mesma dessa natureza”. Ao considerarem que há uma matriz biológica, da qual *derivam* as tecnologias sociais, o corpo é reessencializado e concebido “como o lugar em que a variação cultural se choca com um limite natural e intransponível” (PRECIADO, 2014, p. 154). Nesse sentido, empreende-se uma busca pelo que é originário e natural ao corpo, por aquilo que os estratagemas de poder converteram, arditosamente, em tecnologias e dominação. Em todo caso, para Preciado, não é disso que se trata.

Não há nada a ser descoberto na natureza, não há segredo escondido. Vivemos na hipermodernidade *punk*: já não se trata de revelar a verdade oculta na natureza, e sim da necessidade de explicitar os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo, enquanto artefato, adquire um *status* natural (PRECIADO, 2018, p. 38).

A sugestão de Preciado (2014), portanto, é de que o esforço estratégico do sistema sexo/gênero não é, necessariamente, o da artificialização de um aspecto natural dos nossos corpos e desejos. Não é da organicidade que o poder nos despoja. Antes, e ao contrário, o funcionamento ótimo de um sistema sexo/gênero remete à fixação orgânica de certas diferenças, ou seja, à *produção prostética* dos sexos e dos gêneros (PRECIADO, 2014). Compreender os mecanismos pelos quais sexo e gênero operam, passa, por conseguinte, pela acepção dos corpos sexuais e generizados enquanto inseridos em uma história das fabricações. Esse processo investigativo se desdobra na busca dos



meios e das forças acopladas aos corpos. Dessa forma, Preciado se livra do falso problema articulado em torno da oposição natureza/cultura e, ainda, da demonização das tecnologias. Retirando-as da lógica segundo a qual elas atuam apenas como mecanismos repressivos no sistema sexo/gênero, Preciado (2014) aponta que as tecnologias podem ser reconfiguradas em possíveis lugares de resistência.

Trata-se de uma inversão fundamental e de um uso diferenciado da ferramenta analítica proposta inicialmente por Gayle Rubin. Esquadrinhar os mecanismos de funcionamento do sistema sexo/gênero não significa, tão simplesmente, admitir o caráter construído do gênero, mas, efetivamente, “reclamar a possibilidade de intervir nessa construção até o ponto de abrir linhas de deriva com relação a um futuro que se impõe, se não como natural, pelo menos como socialmente normativo” (PRECIADO, 2014, pp. 94-95). Para Preciado, os corpos são capazes de atrapalhar a integridade desse sistema, notadamente, aqueles que subvertem as concepções endurecidas sobre os sexos e os gêneros.

Os chamados corpos intersexuais, por exemplo, “comprometem o trabalho mecânico da mesa de atribuição dos sexos, minam secretamente a sintaxe segundo a qual a máquina sexual produz e reproduz corpos” (PRECIADO, 2014, p. 131). Eles perturbam certa lógica de atribuições binárias, causando um *bug* no sistema sexo/gênero, evidenciando os limites e a arbitrariedade de suas categorias. As particularidades anatômicas, em certo sentido, despontam como tática de resistência, tanto orgânica quanto tecnológica, a um sistema dicotômico de apreensão dos corpos, invalidando e subvertendo os esquemas lineares do sistema sexo/gênero. No entanto, não é apenas



disso que se trata. Atos de profanação também dependem de certa força do querer. Todos os corpos desejantes, podem, de alguma maneira, *hackear* o sistema para fazer livre uso de suas tecnologias, transformá-las ou traduzi-las em códigos abertos para instituí-las ao uso comum.

Assim, os efeitos da interação somática entre corpo e técnica podem se converter em novas existências corporais que, no limite, não se enquadrariam mais no sistema sexo/gênero. Sob a perspectiva contrassexual, as configurações corporais que se chocam com o sistema, os erros e desvios, indicam tanto o aspecto fantasioso da identidade sexual humana quanto os sinais de uma revolução (contra)sexual e pós-orgânica. As cidades contemporâneas são povoadas por esses corpos, que imprimem em si um nomadismo de gênero, sexualidades transviadas e fluidas construídas para além dos binarismos. Eles se recompõem e se transformam, individual e coletivamente, ocupando as esquinas e as avenidas: estão lá e ao mesmo tempo não estão, são ameaças e também são ameaçados, uma infinidade de territórios carnavais com os quais o sistema sexo/gênero precisa lidar. E são eles, precisamente, com seus desejos e potencialidade contestatória, que forçam as modificações do sistema, ousando borrar a fronteira “para além da qual há diferença, e aquém da qual há identidade” (PRECIADO, 2014, p. 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema sexo/gênero é um veleiro prestes a afundar. Peter Pál Pelbart (2003) cita um interessante diálogo entre Franz Kafka e Gustav Janoush, que pode ser remetido ao desfuncionamento do sistema sexo/gênero.



Quando Janoush diz à Kafka que vivemos em um mundo destruído, este responde: “Não vivemos em um mundo *destruído*, vivemos em um mundo *transtornado*. Tudo racha e estala como no equipamento de um veleiro destroçado” (PELBART, 2003, p. 27). Esse sistema que temos diante de nós, que nos atravessa e constitui, é também uma forma de organização dos nossos medos de escancarar as rachaduras, de fazer eco aos estalos e de deixar o velho veleiro afundar. Ele depende de nós, da potência produtiva e inventiva dos corpos.

Nós não somos, necessariamente, meros servos dos poderes que organizam os corpos em identidades unívocas, pois são eles que, em certo sentido, se servem de nós. Sua efetividade só se concretiza a partir de nossa disposição para participar do relacionamento. Mas uma saída está sempre disponível. Para acessá-la, entretanto, talvez seja preciso, de alguma maneira, compreender como o sistema sexo/gênero funciona a partir da naturalização e fixação orgânica das identidade sexuais e de gênero nos corpos. Mas essa organicidade sacra pode – e deve – ser profanada. Que possibilidades, portanto, desfazem e deslocam os poderes por meio da confusão interna e da proliferação dos próprios constructos pelos quais os sexos e os gêneros são mobilizados? (BUTLER, 2003). Como as potências do corpo subvertem as estratégias do sistema sexo/gênero?

Se o sistema sexo/gênero produz, copiosamente, identidades pacificadas, naturalizadas e homogêneas, traduzindo-as na forma de *homens* ou *mulheres*, *masculino* ou *feminino*, *homossexual* ou *heterossexual*, deve-se considerar, igualmente, que para participar desse jogo sistemático foi preciso adotar suas regras. Não se trata, assim, de lidar com as tecnologias de produção do corpo como se essas



fossem, essencialmente, más, ou seja, como se atuassem apenas por violência ou repressão. Certamente, todo acidente tático, que desponta como resistência ao sistema sexo/gênero, pode ser apreendido e renaturalizado em benefício do poder (PRECIADO, 2014). No entanto, se essa sentença é verdadeira, também é verdadeiro que as tecnologias se situam no nível dos usos, sendo acessíveis para todo e qualquer corpo. A questão a ser colocada pelas teorias femininas, nesse sentido, não deve ser *como libertar a natureza pré-discursiva do corpo?*, ou *como a tecnologia confere privilégios sexuais e de gênero?*, mas, antes, quais “possibilidades existem em virtude do caráter construído do sexo e do gênero?” (BUTLER, 2003, p. 68). Pensar uma concepção feminista e política acerca do sistema sexo/gênero implica empreender a tarefa turbulenta de questionar a ontologia dos corpos, desconstruindo sua *aparência substantiva*, seja ela orgânica ou tecnológica (BUTLER, 2003).

Se as teorias feministas tomarem o corpo como modelo, conforme sugere Gilles Deleuze (2002) à filosofia, será preciso se desfazer, em primeiro lugar, da tradição que afirma a superioridade do corpo sobre a técnica, ou do biológico sobre o artificial. Para desarticular os dispositivos que permeiam o funcionamento do sistema sexo/gênero é preciso compreendê-lo a partir de seu caráter interacional com o corpo, atentando para seu aspecto ambíguo: produzido e inventivo, sendo, ao mesmo tempo, natural e artificial. Desta forma, torna-se igualmente contraprodutivo inverter essa tradição e validar uma soberania da tecnologia em relação ao corpo, que não passaria de simples criação das relações de poder, de um produto derivado da inscrição em um sistema sexo/gênero.



Ao adquirir um caráter unívoco no sistema sexo/gênero, o corpo acaba por ser tomado, equivocadamente, como uma entidade coerente e limitada, mas isso implica ignorar o crucial: "que o corpo é, de algum modo e mesmo inevitavelmente, não limitado – em sua atuação, em sua receptividade, em seu discurso, seu desejo e sua mobilidade" (BUTLER, 2014, p. 85). Os corpos comportam potencialidades, ainda que precárias, de subversão tecnológica, forças e querereres que não são simples resultados da sistematização mimética do sexo e do gênero. Se o corpo pode ameaçar a coerência interna do sistema sexo/gênero é, com efeito, devido a essa plasticidade carnal, a essa capacidade de afetação, tanto orgânica quanto artificial, que lhe é própria.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios sobre biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmocopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu editora, 2017.



SWAIN, Tania Navarro. *Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade*. Disponível em: <<https://goo.gl/or4JJf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CALÇADO/ES

Jean Carlos Pereira Andrade
Graduando do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana
jean160andrade@gmail.com

Jéssica Tardin Azevedo
Graduanda do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana
jessicat.azevedo@hotmail.com

Milton Junior Barro Araújo
Graduando do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana
miltonjbarros@hotmail.com

Emilly de Figueiredo Barelli Barelli
Graduanda do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana
emillybah2014@gmail.com

Valdeci Ataíde Capua
Docente da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana
valdeci_adv@hotmail.com.



Rai de Oliveira Costa
*Graduando do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade
Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do
Itabapoana*
rai.ip@outlook.com

Paula Castanheira Fumian
*Graduanda do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade
Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do
Itabapoana*
paula.fumian.castanheira@gmail.com

Leonara de Oliveira Zanon
*Graduanda do 8º Período do Curso de Direito da Faculdade
Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do
Itabapoana*
leonara32@hotmail.com;

RESUMO: O presente trabalho visa estabelecer uma análise comparativa dos índices de violência contra a mulher no Município de São José do Calçado/ES e a efetividade das medidas protetivas de urgência trazidas pela Lei 11.340/06. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, no qual foram realizadas entrevistas junto a Órgãos Públicos que labutam diretamente em prol da proteção às vítimas desse tipo de violência, sendo o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Polícia Civil e também o Centro de Referência Especializado na Assistência Social (CREAS) do Município. O cerne da pesquisa realizada consiste em evidenciar a violência doméstica trazendo dados atuais da realidade enfrentada pelo Município em observação, construindo informativos reais e de grande relevância, considerando que os números relativos aos casos de violência contra a mulher mostram-se em contínua ascensão. Dessa forma, evidencia-se que a maior parte das vítimas possui idade entre 31 e 40 anos, são de etnia parda, e acabam sendo agredidas pelos seus ex-companheiros no âmbito de suas próprias residências. As ameaças proferidas em desfavor da vítima são comuns e a grande motivação para o crime é o ciúme, sentimento de posse, o qual promove uma visão da mulher como propriedade. Sendo assim, cabe discutir acerca da efetividade das medidas protetivas de urgência, uma vez que grande parte das vítimas já possui suposta proteção, e, mesmo assim, a violência permanece de maneira expressiva, sendo um crime praticado reiteradas vezes contra a mulher no contexto familiar.

Palavras-chave: Mulher, agressão, proteção, dignidade da pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



A violência contra a mulher é um fator histórico estando enraizado na cultura mundial, no que preteritamente a mulher era vista como alguém apenas para servir os afazeres do lar, de criar os filhos, não podendo ter independência social ou econômica.

Apesar de se identificar uma evolução social sobre o assunto abordado, tal tema recorrentemente é estampado nos noticiários, mesmo tal prática sendo “amplamente” combatida. Nesse contexto, a presente pesquisa possui como escopo principal abordar a temática da Violência Doméstica Contra a Mulher, juntamente com a aplicação da Lei 11.340 de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha.

Com o fito de não esgotar o tema, fora realizada uma análise real dos casos de violência doméstica junto ao Município de São José do Calçado-ES, com dados coletados por meio da Polícia Civil do Município, os quais serão expostos através de tabelas e gráficos.

Através dos dados apresentados, busca-se realizar uma reflexão social acerca do tema, demonstrando-se quais as práticas que são adotadas e a verdadeira eficácia da proteção legal no presente caso.

1) Reflexões sobre a violência de gênero contra a mulher

A violência de gênero se aflora a partir de uma relação de poder, evidencia-se uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que transfere aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, inclusive valendo-se do uso da violência. Nessa perspectiva, a ordem patriarcal é interpretada como um fator importante na produção da violência de gênero, eis que está na base das representações de gênero que dão legitimidade a desigualdade e



dominação masculina internalizadas por homens e mulheres (ARAUJO, 2008).

Sobre a violência contra a mulher, já nos anos iniciais do século XXI Gregori asseverava que

[...] como não havia uma definição jurídica, apenas as tipificações penais correntes, e não há uma reflexão mais aprimorada sobre as implicações em termos de gênero desses tipos de violência, o saber que se tem sobre eles - e que orientam as classificações, o atendimento e o encaminhamento dos casos - acaba ficando subordinado às demandas das queixosas (GREGORI, 2006, p. 163).

Leda Maria Hermann (2007, p. 54) afirma que:

Desde a antiguidade e ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, filhas mulheres eram indesejáveis, pois não serviam à perpetuação da Linhagem paterna e ao serviço pesado da lavoura e do pastoreio; só para os trabalhos domésticos, pouco lucrativos e, portanto, inferiores. Os casamentos eram decididos pelo pai, que tinha o dever de ofertar um dote como compensação pelo encargo de manter e sustentar, a partir dali, a mulher que tomava por esposa. Da subserviência à figura paterna a mulher passava diretamente à submissão e obediência ao marido.

A violência contra a mulher firma-se como um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É tida como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com o escopo de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014).

Sobre a temática abordada, em síntese, Azevedo e Guerra (1093, p. 11) explicam sobre a definição de violência sendo:



Uma violência interpessoal e intersubjetiva; um abuso de poder disciplinar e coercitivo; um processo que pode se prolongar por meses e até anos; um processo de completa objetualização da vítima; tem na família sua ecologia privilegiada; como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba revestida da tradicional característica do sigilo.

A violência contra a mulher tem sido um fenômeno tolerado pela sociedade, onde a vítima na maioria das situações, esconde tal fato em sacrifício da instituição familiar, buscando-se preservar uma imagem social, ocorre que tal pensamento patriarcal deve ser superado, a violência contra mulher vai muito além do mal físico praticado, mas a gravidade se revela nas consequências deste ilícito.

2) O Marco da Lei Maria da Penha

A Lei 11.340 de 2006 originou-se a partir da luta travada pela senhora Maria da Penha, a qual sofria agressões diariamente do seu marido, que inclusive em um desses episódios de agressões a exatamente no ano de 1983, a deixou paraplégica quando tentou matá-la com tiros de espingarda (BEZERRA, 2018, s.p).

A vítima procurou a justiça a fim de ver seu marido condenado pelas agressões praticadas. Em razão disso, Maria da Penha vai até o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), no intuito de obter uma solução, a CEJIL encaminha seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), (MELGAREJO, s.d., s.p.).

Assim, há exatamente 19 anos e seis meses de luta, a senhora Maria da Penha, finalmente consegue uma solução, em 2002, a Comissão



Interamericana de Direitos Humanos, responsabiliza o Brasil por omissão e negligência no julgamento dos casos de violência. Logo o Estado Brasileiro, se comprometeu em formular Leis e políticas, com a temática da Violência Doméstica. Deste modo em 07 de Agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha – 11.340 (FERNANDES, 2016, s.p.).

Nesse ínterim, com a finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha desenvolve as medidas protetivas de urgência. São medidas cautelares que o juiz poderá conceder à vítima, para proteger sua integridade física. Sendo elas: suspensão do porte de armas do agressor (se for o caso), afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, entre outras, podendo ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e da manifestação do Ministério Público, ainda que o Ministério Público deva ser prontamente comunicado.

O *caput* e os incisos do art. 5º da Lei Maria da Penha normatizam que:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente da coabitação (BRASIL, 2006).

Importante abordar que a Lei que criminaliza a violência contra a mulher compreende diversos tipos e conceitos de violência, conforme se



deprende do texto legal, nesse norte, a violência física é tratada no artigo 7º, inciso I, tipificando que “A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006).

A violência psicológica, é tratada artigo 7º, inciso II:

a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

A violência sexual, artigo 7º, inciso III:

a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

A violência patrimonial, artigo 7º, inciso IV:

a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006).

A violência moral é abordada pela lei Maria da Penha em seu artigo 7º, inciso V, “A violência moral, entendida como qualquer conduta que



configure calúnia, difamação ou injúria”.

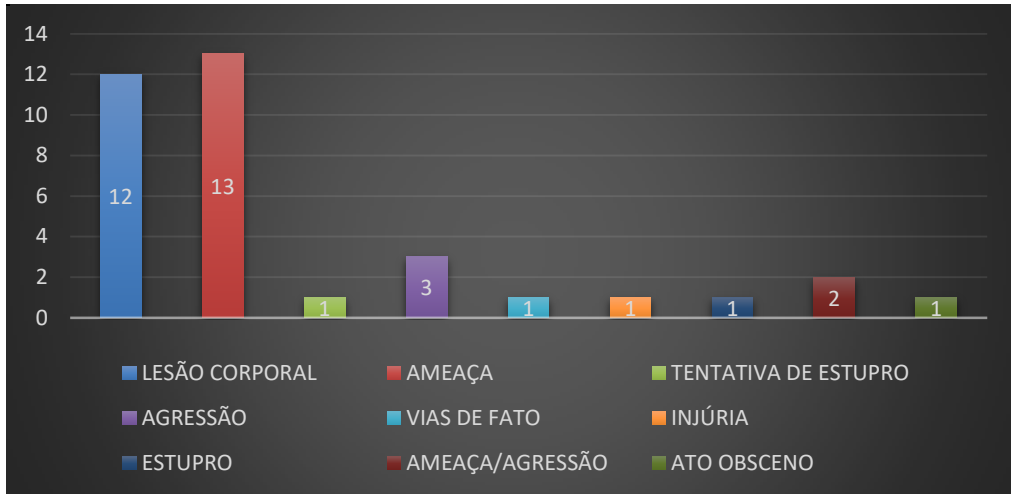
Salienta-se que a legislação em estudo trouxe um avanço inestimável, que contribuiu para concretização dos direitos das mulheres a um tratamento digno e isonômico, ante suas peculiaridades, contudo, para alcançar a finalidade teleológica de tal texto normativo é necessário o diálogo entre Estado e sociedade civil com a finalidade de reprimir a violência cometida em face da mulher.

3) Estudo de caso realizado no Município de São José do Calçado/ES.

Com base nos levantamentos realizados, em um primeiro momento foi possível constatar que a maior parte das vítimas, com idade entre 31 e 40 anos, de etnia parda, são as mais agredidas no contexto da violência doméstica.

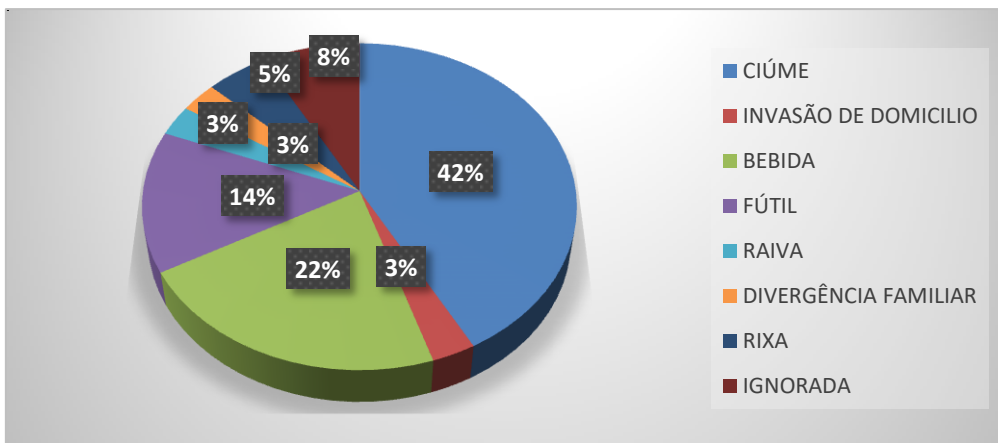
O primeiro item coletado e analisado em campo foram os delitos praticados pelo agressor. Os gráficos 1 e 2 apresentam quais as infrações foram praticadas pelos agressores e quais foram os motivos que os levaram a praticar tais delitos.

Gráfico 1. Delitos Praticados pelo Agressor. – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017



Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado

Gráfico 2. Motivação do Agressor. – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017



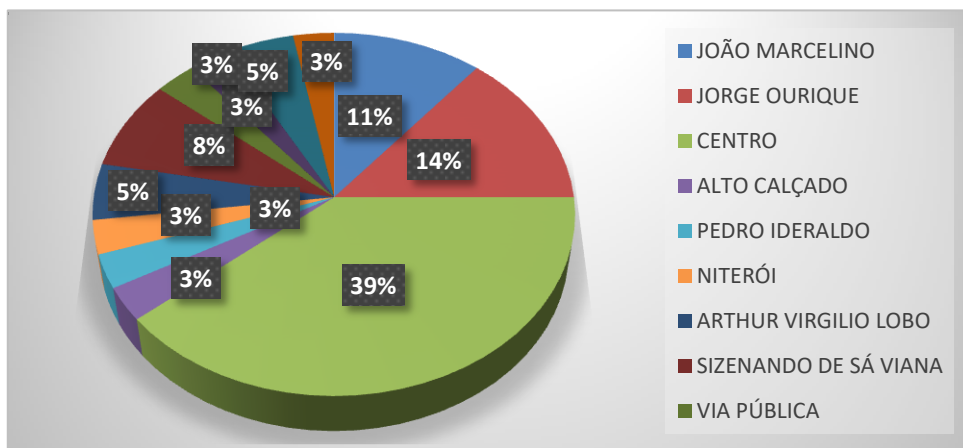
Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado

Observa-se que a grande maioria das vítimas sofre ameaça, sendo que seus agressores, de forma reiterada, agem motivados pelo ciúme. Verifica-se, no gráfico 3 que o índice de maior violência praticada no Município de São José do Calçado ocorre no Centro da cidade, sendo



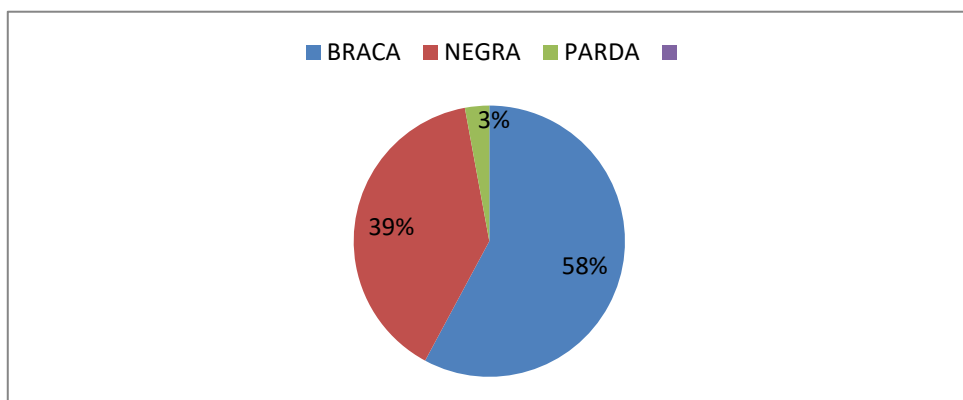
que a etnia parda (gráfico 4) depende-se com o maior número de vítimas, com porcentagem de 58% (cinquenta e oito por cento).

Gráfico 3. Bairro em que aconteceu a Agressão. – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017



Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado

Gráfico 4 – Etnia da Vítima – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017

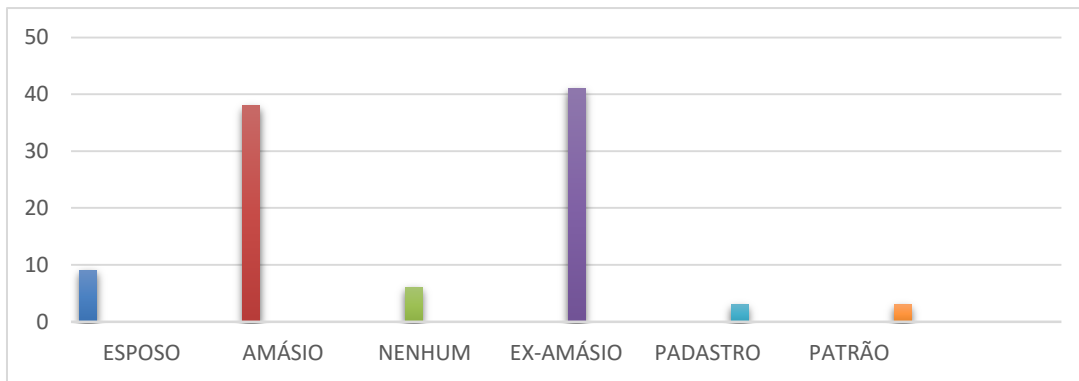


Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado.



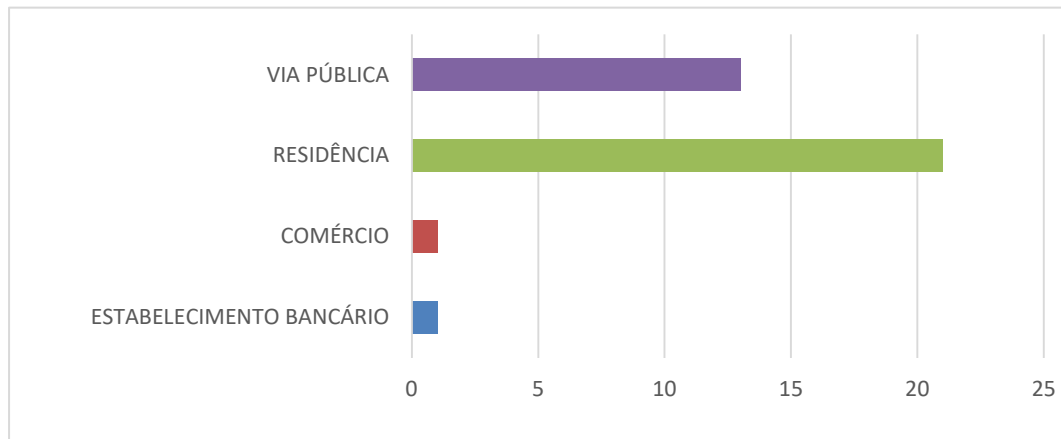
Quanto ao perfil do agressor envolvido em violência contra mulheres, na maioria dos casos, este foi o ex-amásio (41%), seguido do atual companheiro (38%) e os demais com margem mínima. O local de ocorrência da violência que predominou foi a zona urbana, sendo a residência das vítimas (21,58%) o local de maior índice de violência (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Grau de Parentesco do Autor com a Vítima – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017



Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado.

Gráfico 6 – Local da Agressão. – Período: janeiro de 2017 a dezembro de 2017



Fonte: Polícia Civil Espírito Santo / Unidade Policial São Jose do Calçado

O Ministério Público juntamente com centros especializados como o CRAS e o CREAS tem procurado articular programas de acompanhamento para a prevenção da violência contra a mulher, oferecendo palestras, visitas e orientações na cidade de São José do Calçado. Apesar das atividades para a prevenção e a erradicação, verifica-se que a medida não possui plena eficácia, razão pela qual se verifica ainda um expressivo número de violência praticada contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) surge como uma ação afirmativa do Estado, com o objetivo de reparar as desigualdades de oportunidades sociais existentes como características biológicas (raça e sexo) e sociológicas (etnia), que acontecem com alguns grupos dentro de uma sociedade, no caso em análise, a violência contra a mulher. Essa nova Lei busca valorizar os direitos da mulher, desconsiderando o homem como o centro do poder familiar.



Por meio dos dados colhidos nos órgãos mencionados anteriormente, percebe-se que, embora o município de São José do Calçado possua, aproximadamente, 10.621 habitantes, conforme dados coletados pelo IBGE, têm-se uma grande quantidade de violência contra a mulher praticada nessa região, constatando-se que as medidas preventivas não possuem plena eficácia.

Quando a sociedade conseguir compreender a realidade e as reais estruturas da violência contra a mulher, quando se desenvolver um olhar realmente solidário e sensível sobre quem sofre esse tipo de violência, será possível conferir efetividade à norma protetionsita, visto que pelo que se pode observar, a violência acontece independente de cor, raça, idade e condição social. Acredita-se, com esse trabalho, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. Disponível http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012 acesso em 25/12/2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em 25/12/2018.

BEZERRA, Juliana. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/> >. Acesso em 15 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vademecum. São Paulo: Saraiva, 2017.
doméstica e familiar. Campinas: Servanda, 2007.



FERNANDES, Maria da Penha Maia. **10 anos da criação lei Maria da Penha**. São Paulo, G1, 01 ago.2016.Entrevista a Clara Velasco. Disponível em: < <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/maria-da-penha---10-anos-em-10-historias/>>. Acesso em 15 set. 2018.

GREGORI, Maria F. **Cenas e queixas: mulheres e relações violentas**. *Novos Estudos Cebrap*, v. 23, São Paulo, 1989.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha lei com nome de mulher: violência**

Lei nº 11.340, de 7de Agosto de 2006. **Dispõe sobre mecanismos pra coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 15 set. 2018.

MELGAREJO, Diego Nunes. **Histórico da Lei Maria da Penha**.Disponível em :< <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/historico-da-lei-maria-da-penha/47426>>. Acesso em 15 set. 2018.

POLICIAIS MILITARES E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

João José Barbosa Sana
Licenciado em Filosofia, Pedagogia e História, Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça, Mestre em Educação e aluno especial do Doutorado em História – UFES (2018), membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência – UFES
jjbsana@gmail.com

RESUMO: Este artigo foi elaborado a partir da Monografia "Policiais Militares e violência contra as mulheres nas ocorrências da Delegacia de Mulheres de Vitória – ES (DEAM-VITÓRIA – ES - 2002-2010)", apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de História, no sistema de Educação à distância, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através do Polo de Piúma-ES, no ano letivo de 2017. O estudo desenvolveu-se a partir de 121 ocorrências, envolvendo policiais militares, inseridas no mapeamento realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES, na DEAM Vitória – ES, no período de 2002-2010. Apresenta o perfil



das mulheres e dos autores. Discute os tipos de violências e as peculiaridades do envolvimento de policiais militares como autores dessas violências. Conclui que tais violências ocorrem num contexto marcado por concepções patriarcais de gênero, onde prevalecem praticas de dominação masculina.

Palavras-chave: Policiais Militares, violência contra as mulheres, gênero, patriarcado, Delegacia de Mulheres.

Considerações Iniciais

Este artigo foi elaborado a partir da Monografia “Polícias Militares e violência contra as mulheres nas ocorrências da Delegacia de Mulheres de Vitória – ES (2002-2010), apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de História, na modalidade de Educação à Distância, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através do Polo de Piúma, no ano letivo de 2017.

As violências contra as mulheres continuam a fazer parte das preocupações daquelas e daqueles que se comprometem com a defesa dos direitos humanos. Se em nível nacional a situação pode ser considerada dramática, no Estado do Espírito Santo, não é diferente. Em muitos momentos a situação por aqui foi muito pior. Segundo o Mapa da Violência (2016), na maior parte do período compreendido entre 2004 e 2014, o Estado liderou o *ranking* de assassinato de mulheres. Só muito recentemente registrou-se a queda dos índices, ainda que os mesmos continuem elevados e preocupantes.

Neste contexto, o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da UFES, sob a Coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader, realizou um Mapeamento de 12.855 ocorrências registradas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), na cidade de Vitória, no período 2002-2010.



Na realização do mapeamento, constatou-se que em 152 ocorrências policiais figuravam como autores de violência contra as mulheres. Entre estes encontravam-se 121 policiais militares, 20 policiais civis, 05 policiais federais, 03 policiais rodoviário federais e 03 guardas municipais.

Escolheu-se desta forma, estudar as 121 ocorrências envolvendo policiais militares, não só pelo aspecto quantitativo, mas porque se trata de uma polícia ostensiva, com maior visibilidade social.

O Art. 144 da Constituição Federal de 1988, que recentemente completou 30 anos, considera que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Outrossim, deve ser exercida para a preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio público. Dentre as diversas instituições que detém responsabilidades neste campo, destaca-se o papel da Polícia Militar com atribuições de policiamento ostensivo e de preservação da ordem Pública. (BRASIL, 1988).

Analisando a Constituição Federal de 1988, constata-se que o Art. 144 considera a Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio. Destacam-se diversas instituições que têm o dever de assegurar a segurança pública, e, dentre elas, se encontra a Polícia Militar, responsável constitucional pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública (BRASIL, 1988).

Lendo as informações disponíveis sobre a Polícia Militar do ES (PMES) observa-se que a sua missão é “Promover, em parceria com a



comunidade capixaba, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Espírito Santo". As mesmas fontes explicitam os valores que norteiam a sua atuação: Comprometimento Organizacional; Disciplina; Ética; Hierarquia; Interação Comunitária; Interesse Público; Legalidade; Promoção dos Direitos Humanos (ESPÍRITO SANTO, 2017).

Estudando as atribuições da PMES, constantes do seu Planejamento Estratégico (2015-2018) identifica-se a existência de diretrizes tais como, prevenção à violência e a criminalidade em relação à juventude, especialmente a que reside em áreas consideradas vulneráveis e a consolidação das políticas públicas fundamentadas no respeito à cidadania e na proteção aos direitos humanos. (ESPÍRITO SANTO, 2017).

Seus objetivos estratégicos ressaltam a importância da formação e a capacitação profissional dos policiais, tendo como referência a promoção dos direitos humanos, da ética e cidadania, com objetivo de prestar um serviço sempre melhor à sociedade capixaba.

Registra-se que a conduta moral e profissional do policial militar precisa ser irrepreensível, particularmente sob o ponto de vista ético. Assim o seu comportamento deve expressar o amor à verdade, a valorização da dignidade pessoal, exercício da função com autoridade, probidade e eficiência; respeito à dignidade da pessoa humana; zelo por todos os subordinados; cuidado com o seu preparo físico, moral, intelectual; ter discrição em maneiras, atitudes e em sua linguagem escrita e falada; desenvolver sempre a cooperação e a camaradagem; canalizar toda as suas energias em favor de seu serviço (ESPÍRITO SANTO, 2017)



Desta forma, a partir do planejamento da PMES, é possível concluir que entre os direitos humanos a serem promovidos, estão os direitos das mulheres, particularmente, o direito de viverem sem violência.

OS POLICIAIS MILITARES E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

São poucas as informações disponíveis sobre policiais militares, figurando como autores de violência contra as mulheres. Nas sondagens realizadas, constatou-se algumas informações sobre o tema em São Paulo, Minas Gerais e em Brasília.

No ano de 2017 foram registrados 397 boletins de ocorrências envolvendo policiais militares paulistas. Apenas em cinco destas ocorrências constavam mulheres como autoras, sendo que em todas as demais a autoria era de policiais, do sexo masculino. Estas informações foram conseguidas através da Lei de Acesso a Informação. Registra-se a probabilidade de subnotificação, uma vez que as mulheres temiam fazer denúncias e não serem efetivamente protegidas. As violências relatadas são abusos, agressões e estupros. Os autores são predominantemente brancos. A maioria situa-se na faixa etária compreendida entre 21 e 40 anos. A violência, em primeiro lugar, ocorre nas casas. Em seguida nos espaços públicos e em apartamentos. A maioria das ocorrências foram registradas em cidades interioranas. Somente uma, em cada quatro ocorrências, foi registrada na região metropolitana de São Paulo.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apresentou, no ano de 2017, um conjunto de dez práticas inovadoras de enfrentamento a violência contra as mulheres. Foram desenvolvidas por policiais militares,



policiais civis e guardas municipais. Foram selecionadas a partir de critérios, tais como, o respeito às especificidades de gênero, o respeito aos direitos humanos e o diálogo com instituições governamentais e não governamentais. Destas dez experiências, apenas a desenvolvida em Minas Gerais, intitulada Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar, tem como objetivo identificar e cuidar das pessoas que são policiais militares e seus dependentes, que se encontram em situação de violência doméstica. Consideram que não foi fácil reconhecer que a violência também acontece nas famílias dos policiais.

Os dados foram coletados pela Polícia Militar de Minas Gerais a partir do ano de 2016, quando foram registrados 20 casos. Até a época da apresentação do projeto, em 2017, já haviam registrado 03 ocorrências. Na maioria das vezes, as vítimas são dependentes de policiais, mas existem também algumas policiais militares que são vítimas de violência doméstica. O maior número de casos se dá entre cônjuges. Porém, esta violência também atinge outras mulheres: enteadas, irmãs e mães. Nos casos atendidos predominou a violência física, registrando-se também outras violências tais como, violência verbal, sexual, moral e psicológica. Dentre os resultados obtidos, com este trabalho, destaca-se a inclusão da violência doméstica, na pauta de discussões das famílias dos policiais militares e visibilidade ao fato de que mulheres civis e mulheres militares (esposas, namoradas, companheiras) também experimentam a violência de gênero.

A violência contra mulheres, tendo como autores Policiais Militares do Distrito Federal, foram registradas através de 264 procedimentos administrativos / sindicâncias realizadas no período 2012-2014. Estes procedimentos foram analisados por Renata Cardoso (2014), através de



dissertação apresentada na Universidade de Brasília. A maioria dos policiais, autores de violência, encontrava-se na faixa etária superior a 43 anos, viviam em união estável ou eram casados há mais de 10 anos. Predominantemente cursaram o ensino médio. Eram pessoas pretas ou pardas, na sua maioria. As mulheres que se encontravam em situação de violência situavam-se na faixa etária dos 31 aos 42 anos, na maioria dos casados. Tinham renda própria e nível de ensino médio, de escolaridade. Sofreram os seguintes tipos de violência: violência moral (58,8); violência física (51,3%); violência psicológica (32,8%); ameaças (20,9%); violência patrimonial (5,3%); violência sexual (1,6%). Em 16,7% dos casos, houve emprego da arma de fogo e 14,8% das situações registrou-se prisão em flagrante do autor de violência. Entre os autores de violência encontram-se soldados e oficiais, inclusive Majores, Tenente Coronéis e coronéis, cargos mais elevados na hierarquia da Polícia Militar. Entre as motivações das ocorrências predominam o término do relacionamento e o ciúme. Uso de álcool, infidelidade conjugal e situação financeira também são apontadas como motivações relatadas das sindicâncias. (CARDOSO, 2014)

O estudo sobre as sindicâncias, na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), mostrou que 94,8% dos policiais envolvidos não foram punidos. Em 5,2% dos casos ocorreu punição administrativa (CARDOSO, 2014).

Em seguida, será apresentado o perfil das mulheres em situação de violência e dos Policiais Militares que figuram como autores nas ocorrências registradas na DEAM-Vitória – ES (2002-2010).

As mulheres em situação de violência nos boletins da DEAM/Vitória – ES (2002-2010)



A grande maioria das mulheres são do Estado do Espírito Santo. Somente quatorze mulheres vieram de outros estados: Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e Pernambuco.

Entre as nascidas no Espírito Santo, cinquenta e duas mulheres são da grande Vitória, vinte da região norte, três da região sul e dezoito não informaram suas cidades de origem.

Em sua maioria, encontravam-se na faixa etária dos vinte e um aos quarenta e nove anos, totalizando cento e quatorze pessoas. A média de idade das mulheres situava-se em torno de trinta e dois, vírgula nove anos.

A análise do quesito raça/cor das mulheres, considerando o Estatuto da Igualdade Racial, conclui-se 58,67% das mulheres são negras, 33,80% são brancas e 0,07%, não fizeram auto declaração. Não se registrou ocorrências envolvendo mulheres indígenas ou mulheres amarelas.

A maioria das mulheres que se encontravam em situação de violência são casadas. Em seguida registraram-se mulheres solteiras, separadas, divorciadas, viúvas. Considerando-se as mulheres que se declararam casadas constata-se que o tempo médio de enlace matrimonial é de 10,6 anos.

Analisando a profissão das mulheres, registrou-se a predominância daquelas que trabalhavam no lar, ou ainda, eram técnicas de enfermagem e auxiliares gerais. Registrou-se um variado número de atividades/ profissões: Massoterapeuta; Confeiteira; diarista; auxiliar de costura/salão de beleza; manicure; policial militar; agente de trânsito; desenhista/projetista; operadora de telemarketing; babá; corretora de vendas; auxiliar de enfermagem; administradora; encarregada;



atendente e assistente comercial; costureira; assistente de importação e logística; telefonista; gerente de produção; cozinheira; dentista/médica/cirurgiã; secretária; cuidadora; assistente social; agente operacional.

É possível observar que a maioria das mulheres tinha como ocupação profissional, funções que fazem parte do setor de prestação de serviços e que proporcionam pequenas remunerações.

Na maioria das ocorrências analisadas, não se registrou a escolaridade. Dentre as que fizeram o registro, predominou a escolarização em nível de educação básica, e um grupo minoritário de mulheres com educação em nível superior.

Atentando-se para a legislação sobre as regiões administrativas de Vitória⁸³ as mulheres residiam em diversas localidades de Vitória conf. Grande Vitória. Constatou-se a predominância de mulheres residentes nas regiões situadas dentro da Ilha de Vitória e em bairros situados em áreas mais populares, tais como, Maruípe, Santo Antônio e São Pedro. Como destaque, entre as regiões da área continental de Vitória, registrou-se grande número de ocorrências em Jardim Camburi. Verificou-se, que sete mulheres residiam em outras cidades do Estado. Dentre estas seis (6) mulheres residiam, respectivamente, em cidades da grande Vitória (Cariacica, Vila Velha e Serra).

⁸³A Lei municipal de Vitória – ES, nº 8.611, publicada no dia 02.01.2014 dispõe que a capital do Estado é organizada em 09 regiões administrativas: Região Administrativa I – Centro; Região Administrativa II – Santo Antônio; Região Administrativa III – Jucutuquara; Região Administrativa IV – Maruípe; Região Administrativa V – Praia do Canto; Região Administrativa VI – Goiabeiras; Região Administrativa VII – São Pedro; Região Administrativa VIII – Jardim Camburi; Região Administrativa IX – Jardim da Penha.



Perfil dos autores nos boletins da DEAM/Vitória (2002-2010)

A grande maioria dos policiais, autores de violência contra as mulheres, eram naturais do Estado do Espírito Santo.

Nos registros predominavam policiais do sexo masculino, registrando-se apenas uma policial. A maioria dos autores de violência contra as mulheres estão na faixa etária dos trinta aos quarenta e nove anos. Foi possível verificar que a média de idade, destas pessoas, situa-se em torno de trinta e seis, vírgula quatro anos.

Observando o estado civil destes profissionais, constatou-se que as pessoas, na sua maioria, eram casadas, seguidas por um grupo de pessoas solteiras, separadas e divorciadas.

Os autores, na sua maioria, eram pessoas afro-brasileiras. Contudo, registrou-se um percentual significativo de homens brancos, entre os autores de violência contra as mulheres.

De imediato, é possível perceber que, na grande maioria das ocorrências, os autores dispunham de alguma proximidade com a vítima, destacando-se as figuras dos maridos, ex-maridos, ex-namorados, Amásios, ex-amásios, companheiros. Pais, tios, filhos, cunhados, genros e ex-genros também figuraram como autores de violência.

Em 23 ocorrências, vizinhos, desconhecidos, patrões e clientes, pessoas sem qualquer vínculo afetivo com as vítimas foram registrados como autores de violência. Nestes casos, constatou-se violência de gênero, contra as mulheres, ainda que não se tratasse de violência familiar.



Sobre a escolaridade, destacam-se oitenta e três ocorrências onde não se registrou o nível de escolaridade dos autores. Por outro lado, nas ocorrências em que os registros foram efetivados, constata-se que, a maioria, possui formação em nível de educação básica: dois na etapa do Ensino Fundamental e vinte e seis na etapa do ensino médio. Por outro lado, registrou-se doze autores nível de Educação Superior.

A maioria dos autores de violência contra as mulheres residiam nas regiões de Maruípe, Santo Antônio, São Pedro e Jucutuquara, regiões situadas dentro da ilha de Vitória. Por outro lado, duas regiões se sobressaíram na região continental de Vitória: região de Jardim Camburi e região de Goiabeiras.

Registrou-se ainda que nove autores residem em Cariacica, Serra e Vila Velha respectivamente, e ainda que em vinte ocorrências não foram registrados o local de residência dos autores.

A predominância de autores residindo na região de Maruípe podia vincular-se ao fato de que, nesta região, estão instalados o Quartel do Comando Geral da PMES, assim como o Quartel do Primeiro Batalhão da PMES – sediado em Vitória.

Violências registradas nos Boletins da DEAM Vitória – ES (2002-2010)

Constata-se o predomínio da violência psicológica, seguida por outros tipos de violência, tais como, violência física, violência moral, violência sexual, violência patrimonial. Muitos relatos evidenciaram, cumulativamente, diversos tipos de violência.



A violência física se materializou através de empurrões, torção de braços, tapas, socos e puxões de cabelo. A ocorrência nº 2010/2004, descrita em seguida, serve para caracterizá-la.

A noticiante relata que o casal já se separou várias vezes e já passaram por muitos outros momentos de discussão e agressão por parte do autor. Que na data do fato ele a agrediu com socos, chutes e apertões no pescoço, que só se livrou dele quando jogou uma pedra nele.

Na sequência, a ocorrência nº 0013/2007 serviu para ilustrar a violência psicológica e ameaça de violência patrimonial. Ademais, serviu para caracterizar a utilização do patrimônio público, no caso uma viatura policial, como instrumento de ameaça a uma mulher:

A vítima relatou que o casal se encontrava em processo de separação, pelo qual os filhos com ela ficariam por determinação judicial., o autor, morando na casa ao lado a ameaçava constantemente de agressões, de morte e de danificação do veículo. Na data citada, dado o fato de a vítima ter colocado "insulfilme" em seu carro, o autor a seguiu em uma viatura da Polícia Militar e jogou bombinhas das 22h30 à 01h30 da manhã.

Foram encontradas 16 manifestações de violência moral caracterizadas pela explicitação de calúnias, difamações e injúrias:

Verificou-se que, em muitas situações, as mulheres são submetidas a violência moral, sob a forma de calúnias, difamações e injúrias. Observou-se, outrossim, que a violência de gênero, atingiu também as crianças e adolescentes, que em muitas situações, são envolvidas na problemática, em virtude dos vínculos afetivos com as partes envolvidas, conforme evidenciado no relato abaixo:

Relata que o autor sempre foi agressivo e autoritário, que sempre a injuriou e que na data do fato ele a agrediu fisicamente e verbalmente. Ela então pegou o seu filho e foi morar na casa da mãe, e o autor colocou outra mulher na



casa deles, e ela não pode nem aparecer na rua, pois os dois vêm lhe fazendo constantes ameaças (OCORRÊNCIA nº 1.142/2005).

Deve-se lembrar que, a violência contra a crianças e adolescentes no âmbito da violência conjugal, se contrapõe formalmente aos direitos assegurados através do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A violência sexual também se fez presente em associação com coações e ameaças. Os relatos em seguida, apresentaram tentativas de estupro conjugal, assim como, assédio e violência sexual contra mulher que trabalhava em casa de policial, sem ter com ele, qualquer vínculo afetivo.

O autor jogou gasolina em toda a casa do casal (estando alcoolizado), no dia 23/03.2003, e ameaçou atear fogo quando ela chegasse para matar ele, ela e seus dois filhos de 2 e 5 anos. O autor parou de beber, mas ameaça matar a todos, se ela não voltar a manter relações sexuais com ele, pois ela voltou a morar com ele, mas sem se relacionarem (OCORRÊNCIA nº 1088/2003).

Após fazer faxina na casa do autor, a mesma foi agredida e abusada sexualmente, e ainda sofreu ameaças caso denunciasse (OCORRÊNCIA nº 0498/2006).

Os relatos, anteriormente apresentados, ratificam as palavras de Saffioti (1987, p.18):

Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeita desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto (SAFFIOTI, 1987, p.18).

Segundo Caminoti (2015), a violência sexual encontra-se presente no âmbito conjugal e doméstico. Na maioria das vezes, não é considerada



crime, pela polícia. Para muitos encontra-se inscrita no âmbito do débito conjugal, que seria o dever da mulher se relacionar sexualmente com seu marido, independentemente de sua vontade. Destaca-se que esta concepção já está superada. A legislação permite enquadrar tal ato como estupro, como violência sexual.

As motivações das violências, mais registradas nas ocorrências policiais, são o uso abusivo do álcool e outras drogas, problemas de ordem financeira, problemas familiares e ciúme.

De antemão, afirma-se que, segundo diversos estudiosos, as bebidas alcoólicas atuam como catalisadoras e desencadeadoras da violência e não devem ser consideradas como responsáveis pela violência. (CAMINOTI, 2015; MORGANTE, 2015; DIAS, 2001).

Em grande número de ocorrências, constata-se que, não é a primeira vez que a mulher sofreu algum tipo de violência no relacionamento em que se encontrava. Contudo, em muitos casos, porém, era a primeira vez que ela tinha coragem de fazer o registro.

O tema da subnotificação de violências está presente nas análises feitas no Mapa da Violência 2015. Segundo Waiselfisz (2015, p.51) "a violência contra a mulher é mais sistemática e repetitiva do que a que acontece contra os homens".

Muitas mulheres foram ameaçadas de morte. Seus maridos policiais utilizaram armas privativas da Polícia Militar do Espírito Santo. Trata-se, de situação extremamente grave, que compromete o próprio Estado. Além disto, tal profissional possui treinamento para o manuseio do armamento, o que o torna muito mais letal e perigoso para a mulher. Os relatos em seguida, comprovam a utilização das armas da PMES:



A noticiante relatou que é casada com o autor há 13 anos, e que o mesmo sempre foi muito agressivo e já a ameaçou com a arma da corporação [...] (OCORRÊNCIA nº 020/2003).

A vítima alega ter sido agredida pelo ex-marido, que é policial, e ameaçada com a arma de fogo dele. "Segundo a vítima, não é a primeira vez que é agredida" (OCORRÊNCIA nº 528/2003).

Tais ações devem ser repudiadas. Estes profissionais são formados sob a égide de um código de conduta para funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, emitido pela Organização das Nações Unidas. Nestas condições, sabem que a força só pode ser utilizada em situações que sejam estritamente necessárias, sempre na perspectiva de respeitar e proteger a dignidade humana.

Compreensão e enfrentamento da violência de gênero: conceituação, feminismos e marcos legais

Para se entender as situações registradas nas ocorrências da DEAM Vitória, partiu-se do entendimento de que a violência é sempre o uso da força física, psicológica ou intelectual que se impõe sobre uma pessoa, causando-lhe uma situação indesejável. Em outros termos, impede-se que esta pessoa decida livremente sua vida. Trata-se de violação dos direitos humanos da pessoa em situação de violência. (TELES, 2003).

Tais violências são constituídas a partir de relações de poder sustentadas na ideologia do patriarcado que legitima a dominação masculina. Nestes contextos tem-se o interesse de dominar a mulher e não a eliminar. A eliminação física acontece quando o homem chega à conclusão de que não consegue mais dominar a mulher. (TELES, 2003).



A violência de gênero é, ainda hoje, naturalizada pela maioria das pessoas. Não é difícil encontrar quem considere que as mulheres gostam de apanhar. (TELES, 2003).

A violência de gênero também se constitui como violência sutil, que se constitui a partir das ações realizadas pelos homens que atacam a autoestima das mulheres, causando-lhes desgaste continuado, desânimo, desesperança e depressão. Segundo Nader (2007, p.13) trata-se de um “assassinato sutil e lento, metódico e invisível”.

A violência conjugal traz consequências não só para a saúde física e mental das mulheres, mas também para seus filhos e filhas e outros membros do círculo familiar. As mulheres ficam reféns de um círculo vicioso, quanto mais agredidas, menos condições psicológicas elas reúnem para se defender (LINS, 2012).

Mesmo vivenciando intensos contextos de violências, as mulheres na sua trajetória prosseguem suas lutas e demarcam espaços importantes ao longo da história humana. Especialmente nas últimas décadas do século XX muitas foram as ações protagonizadas pelas mulheres na defesa de seus direitos humanos, especialmente o direito de viverem sem violência.

A partir do estudo realizado, pode-se perceber que a formação que os policiais recebem na academia de polícia não conseguem desconstruir as concepções racistas, homofóbicas e patriarcais, ainda hegemônicas na sociedade brasileira. Mesmo reconhecendo o esforço que as academias policiais têm feito, no sentido de incorporar a doutrina dos direitos humanos, da cidadania e da cultura de paz, considera-se que os resultados ainda são pouco significativos. Falta mais aprofundamento



sobre os estudos de gênero, na perspectiva da afirmação das relações igualitárias entre homens e mulheres.

Isto posto, conclui-se que as concepções de masculinidades, subjacentes nas ocorrências registradas pelas mulheres na DEAM-Vitória, são concepções que legitimam a dominação patriarcal masculina e consideram as mulheres como inferiores aos homens. Outrossim, tais concepções, favorecem a submissão das mulheres, aos desejos, vontades e caprichos dos homens.

Neste sentido, será um ótimo exemplo, apresentar a sociedade capixaba, não só as ações realizadas para a o atendimento à sociedade, mas lançar um olhar, especialmente sobre a conduta dos servidores públicos, em especial as policias, pelo trabalho peculiar que desempenham.

Sabemos que a polícia militar tem como objetivo primordial de sua ação, salvar e proteger a sociedade capixaba. Desta forma, será relevante para a PMES se a instituição conseguir aprofundar a formação de seus profissionais no sentido de que, superar a misoginia, o racismo e o machismo e apostar, de fato, na promoção dos direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres em viverem sem violência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 27.10.2017.



_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12.09.2017.

_____. BRASIL. **Lei nº 12.288/2010**. Estatuto de promoção da igualdade racial. Brasília: Planalto, 2010. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 06.10.2017.

CARDOSO, Renata Braz das Neves. **Homens autores de violência contra parceiros íntimos**: Estudos com policiais militares do Distrito Federal. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Brasília: UNB, 2016.

CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Sexo e Poder**: Violência Sexual no âmbito Doméstico e Conjugal. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do ESPÍRITO SANTO. Vitória: UFES, 2015.

CRUZ, Vagner de Oliveira. **Mulher e trabalho**: relações de gênero na corporação da Polícia Militar do Estado do ESPÍRITO SANTO. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2014.

DIAS, Carmen Izabel Venturi. **Globalização, violência, drogadição e práxis educativa**. IJUÍ: Ed. Unijui, 2001.

ESPÍRITO SANTO. **Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2014-2016)**. Vitória: Polícia Militar do Estado do Espírito Santo/Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Plano estratégico da PMES**. 2016-2019. Vitória - ES: PMES, 2016. Disponível em: www.pm.es.gov.br. Acesso em 15.09.2017

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor**. Vol. 1, Da Pré-história a Renascença. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012a.

_____. **O livro do amor**. Vol. 2. Do Iluminismo à atualidade. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012b.



Lima, Renato Sérgio *et alii*. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública
<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em 11.07.2017.

MORGANTE, Mirela Marin. **“Se você não for minha, não será de mais ninguém”**: A violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória - ES (2002-2010). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do ESPÍRITO SANTO. Vitória - ES: UFES, 2015.

NADER, Maria Beatriz. **O impacto do movimento feminista na (re) construção da identidade masculina**. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO,

Sebastião Pimentel (Orgs.). As identidades no tempo. Ensaio de gênero, etnia e religião. Vitória: EDUFES, 2006.

_____. **Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória – ES**. In: DIMENSÕES – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do ESPÍRITO SANTO, nº 22, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da Lei**. Resolução nº 34/1979.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2013.

_____. **Mapa da Violência 2015**. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.



PREFEITURA DE VITÓRIA. Lei nº 8.611 de 02.01.2014. **Dispõe sobre as regiões administrativas de Vitória.** Vitória - ES, 2014. Disponível em: www.vitoria.es.gov.br. Acesso em 10.08.2017.

ESCOLA E REPRESSÃO: SEXUALIDADES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI EM VITÓRIA/ES

Juliana de Almeida Machado
Graduada em Pedagogia - Faculdade Estácio de Vila Velha/ES
julianadealma@hotmail.com

Elda Alvarenga
Doutora e Mestre em Educação (PPGE/Ufes); professora da Faculdade Estácio de Vila Velha/ES
elda.alvarenga@estacio.br

Gelson Luiz Daldegan de Pádua
Doutor em Filosofia PPGF/PUCRS; professor da Faculdade Estácio Sá de Vila Velha/ES
gelson.padua@estacio.br

RESUMO: Analisa os discursos, as memórias e as práticas pedagógicas das/os profissionais da educação em torno da sexualidade na virada do século XX para o século XXI. Questiona: como a sexualidade foi abordada nos anos iniciais de ensino fundamental nas escolas públicas municipais de Vitória-ES no período? Partiu-se do pressuposto de que as práticas pedagógicas em relação à sexualidade eram marcadas pelo controle dos corpos das/os alunas/os. Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, em forma de história oral. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a análise documental e entrevistas com professoras/es do período analisado. Os dados da pesquisa apontam que as abordagens da sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental apresentavam-se de forma superficial e silenciada pelos preceitos morais do período. Observa-se que os processos educativos sofriam interferências ligadas ao contexto histórico da sociedade capixaba da época. Os/as professores e professoras alegam ter receio de questionamentos serem levantados por parte das famílias dos/as educandos/as sobre seus ensinamentos. Outra limitação era o escasso conhecimento científico das/os professoras/es sobre a temática, o que contribuía para sua invisibilidade. Conclui-se que, nos anos iniciais do ensino fundamental no período em tela, as práticas pedagógicas sobre sexualidade caracterizaram-se pelo acobertamento das suas múltiplas dimensões, baseadas em concepções



universalizadas dos sujeitos e tinham como principal referência a abordagem biológica das sexualidades.

Palavras-chave: Sexualidade. Práticas pedagógicas. Repressão.

Introdução

Este artigo é uma versão simplificada do relatório de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, realizado pela autora principal e orientado pelos coautores. Aborda as ações pedagógicas, os discursos e as memórias em relação à abordagem da sexualidade de quatro professoras e um professor que atuaram no período estudado em escolas públicas municipais de ensino fundamental de anos iniciais de Vitória-ES na virada do século XX para o século XXI. Fomos movidos, ao longo desta investigação, pela seguinte questão problematizadora: como a sexualidade foi abordada nos anos iniciais de ensino fundamental a partir das memórias das/os professoras/es nas escolas públicas municipais de Vitória-ES na virada do século XX para o século XXI?

O contato inicial com a temática e com os cotidianos escolares nos levaram a acreditar que práticas pedagógicas em relação à sexualidade nos anos iniciais de ensino fundamental das/os professoras/es das escolas públicas municipais de Vitória-ES, no período estudado, eram marcadas pelo controle dos corpos das/os alunas/os e pelo padrão sexual socialmente aceito da época. Dessa forma, a concepção de sexualidade daquele contexto se manifestou nas práticas pedagógicas das/os professoras/es.

A partir dessas premissas buscamos analisar como a sexualidade foi abordada nos anos iniciais de ensino fundamental a partir das memórias



de professoras/es que atuaram nas escolas públicas municipais de Vitória-ES no período em tela. Também nos interessa caracterizar as práticas pedagógicas das/os professoras/es e as suas memórias relativas à sexualidade e identificar as principais abordagens que impulsionavam essas práticas.

No que se refere aos aspectos metodológicos, utilizamos uma abordagem qualitativa, exploratória, em forma de história oral. O campo de pesquisa foi uma instituição pública municipal de ensino fundamental de Vitória-ES, tendo como participantes quatro professoras e um professor que atuaram no campo e no período estudado. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a análise documental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997) e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos selecionados.

Sexualidades e o cotidiano escolar na virada do século XX para o século XXI: o discurso, as práticas pedagógicas e as memórias dos/as professores/as participantes da pesquisa

É consenso entre os/as pesquisadores/as em educação que, apesar da busca pela objetividade e imparcialidade científica, os conhecimentos produzidos pela ciência são produções humanas e estão intimamente relacionados às escolhas e atitudes de quem pesquisa e das informações produzidas por quem é pesquisado. Nesse sentido, ressaltamos que os dados produzidos durante a pesquisa têm sua especificidade a partir das pessoas envolvidas na sua produção.



Observa-se que as mulheres professoras representam 80% das entrevistadas, enquanto que os homens somam os demais 20%. Quanto à idade das/os participantes, constatou-se que 40% possuem entre 36 e 45 anos, outros 40% têm de 46 a 55 anos e 20% apresentam idade entre 56 anos ou mais. Em relação ao tempo de atuação docente, percebeu-se que 20% possuem de 6 a 10 anos de profissão, 40% apresentam de 16 a 20 anos de experiência e os demais 40% têm mais de 20 anos de trabalho escolar, o que indica que estas/es educadoras/es estiveram próximas/os da realidade escolar na virada do século XX para o século XXI.

Em relação à formação inicial dos sujeitos da pesquisa, vimos que os/as graduados/as em Pedagogia somam 80%, e 20% possuem nível superior completo em Letras/Português. Observa-se também que uma professora é especialista em alfabetização e letramento e educação especial, uma outra especializou-se em educação de jovens e adultos e alfabetização e letramento e outra possui pós-graduação e mestrado em estudos literários. Ou seja, 60% das/os participantes da pesquisa são pós-graduados/as. Nesse sentido, acredita-se que tais profissionais apresentam poucos conhecimentos científicos sobre sexualidade, apesar de possuírem relativa formação acadêmica. Ao que parece, os saberes aprendidos em relação à sexualidade baseiam-se em experiências empíricas e nas leituras dos livros didáticos utilizados em suas ações pedagógicas, o que indica a fragilidade da formação docente nesta área.

Os dados apontam que, em relação à compreensão da sexualidade no período estudado, ocorreram silenciamentos e abafamentos de suas múltiplas dimensões e reflexões. As entrevistas das/os professoras/es



revelam que os disciplinamentos sociais contribuíram para a marginalidade da sexualidade no período. Uma professora, ao ser indagada sobre o entendimento da sexualidade na virada do século XX para o século XXI, afirma:

Tinha um tabu muito forte sobre a sexualidade, era tudo mais assim, abafado as coisas [...] Tipo assim é tarja preta né?, [...] sentir prazer não podia, a novela não podia ter cenas de sexo, [...] a sociedade mostrava isso para quem vivia naquela época.

De acordo com Louro (1997), debates progressistas sobre sexualidade na história e na cultura enfrentam grandes impedimentos por parte de grupos sociais. Estes impedimentos acabam por limitar os saberes das manifestações afetivas, sexuais e de identidade dos indivíduos, perpetuando-se por longos anos e modificando as vivências e experiências das gerações futuras. Nesse sentido, registra-se a manifestação de um professor em relação à sociedade capixaba da época em tela, “[...] havia muito silenciamento né? E muitas orientações sendo protagonizadas pela igreja”. Segundo César (2009), as influências exercidas no controle da sexualidade de homens e mulheres por parte das igrejas são históricas e recorrentes.

Percebe-se também que as visões modernas sobre as identidades díspares dos sujeitos não existiam, ideia reforçada pelo comentário exposto por outra participante da pesquisa: “Eu lembro que a questão assim, na época menina era menina e menino era menino”. A repressão em relação à aprendizagem da sexualidade também é exercida pelas famílias, ao supervalorizarem certas condutas, a seletividade ou omissão de saberes (LOURO, 1997). Nessa perspectiva, nota-se a falta de visibilidade dispensada à sexualidade na afirmação de outra docente:



“Era um assunto que não era discutido em casa nas famílias [...] Bom pelo menos na minha família, uma família de descendentes de italianos e nordestinos é um assunto assim, intocável”.

Tratando-se da compreensão sobre sua própria sexualidade, a maioria das/os professoras/es responderam que suas concepções eram aquelas transmitidas por seus pais e mães. Desse modo, entende-se que a instituição familiar contribuiu para a construção social dos saberes sobre sexualidade e que estes afetam os indivíduos de alguma maneira, quando apresentados a situações contrárias, como bem representado na resposta dada por uma das professoras: “A minha concepção era a que eu recebi dos meus pais, puramente preconceituosa, [...] até pouco tempo, eu fui uma pessoa muito preconceituosa [...] Porque eu não compreendia muito aquilo”.

Vale ressaltar ainda a posição de um professor que aponta, em sua resposta, a realidade imposta em relação às condutas afetivas, sexuais e maritais determinadas pelo contexto histórico-social sobre sua sexualidade. Ele desabafa, dizendo: “Eu entendia que era pecado, que eu tinha que casar virgem”.

Mesmo havendo professoras e professores com exemplos negativos em relação a sua educação para a sexualidade, outras/os mostraram que foram desenvolvidas abordagens significativas por parte de seus familiares. Mesmo com as resistências existentes. Sobre isso, duas professoras se manifestam:

A minha era mais familiar, por que minha mãe sempre foi de dialogar com a gente, eu fui criada só pela minha mãe [...] acho que até por ela ser enfermeira, ela tinha três filhas mulheres e um homem [...] então o que eu tinha de entendimento era a mãe que sempre conversava, [...] deixou muito aberto para a gente a questão de menstruação, de



relacionamento...e era muito preocupada até por ela ser mãe solteira.

O meu pai sempre foi muito liberal [...] em termos de sair, conversas, então ele explicava a questão do sexo, a questão da sexualidade, [...] a camisinha, o anticoncepcional, o que era visto na televisão ele explicava porquê [...] então assim para mim, me ajudou muito, principalmente hoje como professora.

Muitas vezes, as famílias evitam conversar sobre a sexualidade com seus/suas filhos/as. Vidal (2017) enfatiza que conhecer as dimensões da sexualidade torna-se fundamental para que meninas e meninos aprendam desde cedo a não temê-la e que saibam que ela faz parte da vida dos sujeitos. Dessa forma, contribui-se para a desconstrução de informações e conceitos errôneos que classificam a sexualidade como proibida ou perigosa, tanto na infância quanto na adolescência. Na perspectiva de uma das entrevistadas, a sexualidade “seria como se trabalhava a questão dos relacionamentos, do relacionamento sexual, reprodução humana”. Para além da perspectiva apresentada pela professora, a SECAD/MEC (2007) afirma que a sexualidade trata-se dos movimentos das identidades, das práticas sexuais e afetivas dos sujeitos, imbricados por constituições sociais, culturais e históricas em uma determinada sociedade.

Perguntadas/os se seus entendimentos particulares sobre sexualidade chegavam a ser trabalhados com os/as alunos/as de alguma maneira, 60% das/os professoras/es negaram a afirmação. Foram apresentados diferentes motivos como justificativa para que isso ocorra. Destacamos dois: “Não, mas eu seguia um padrão biologizante”; “[...] não, eu sempre me resguardei muito, pelo fato de eu não ter entendimento científico [...] pedagógico entendeu? [...] eu sempre assim, fazia de



uma maneira para não prejudicar as crianças [...] em termos de preconceito em relação a outra”.

Apenas duas professoras entrevistadas afirmaram que, de alguma forma, socializaram os conhecimentos aprendidos na família com seus/suas alunos/as, mesmo que de maneira pouco profunda e sem possuir uma educação científica formal sobre a temática. Dessa maneira, uma das entrevistadas enfatiza que suas mediações ocorriam “muito pouco, quando chegava assim, [...] não era minha turma, por que eu sempre peguei a turma de 1º ao 5º ano, mas como pedagoga no ensino médio era tenso”. Em contrapartida, outra professora explica que o conhecimento que tem sobre sexualidade “Era transmitido de acordo com o que eu sabia teoricamente. À medida que eu fui amadurecendo, que eu comecei a ter relacionamentos com namorados, a gente ia descobrindo e entendendo. E lendo as coisas que apareciam para gente”.

Para Louro (1997), os conhecimentos sobre a sexualidade são experienciados desde muito cedo pelos sujeitos. Apresentam-se em diferentes níveis de curiosidade, não sendo possível conter suas vontades, por mais que existam disciplinamentos ou silenciamentos, já que sexualidade encontra-se na subjetividade dos indivíduos que, quando querem, burlam com facilidade os ordenamentos estabelecidos pelo social. Para tanto, enfatiza a autora, educadoras e educadores devem buscar sempre desvendar os mistérios existentes em relação às dimensões da sexualidade, construindo, assim, novas reflexões sobre suas abordagens.

Em relação ao discurso defendido por professoras/es, pedagogas/os referentes à sexualidade dentro da escola, uma das professoras diz



recordar-se de intervenções por parte de pedagogas na busca da compreensão dos comportamentos de alguns/algumas alunos/as em relação às suas sexualidades. Por outro lado, resistências consideráveis a respeito dos discursos sobre o tema nas escolas foram realizadas por parte de alguns/algumas professores/as. As entrevistadas dizem: “[...] eles falavam antigamente que tem que ser resolvido dentro de casa. Que a escola não estava ali para resolver problema de sexualidade de aluno”.

Esta professora também afirma ter testemunhado movimentos de resistências que desconsideravam o debate da sexualidade dentro da escola. Observa-se que a articulação entre as crenças pessoais e o exercício da prática educativa por parte de professoras e professores no período histórico interferia na articulação dos saberes dentro da proposta da educação sexual. Segundo a mesma entrevistada, as/os professoras/es, na virada do século XX para o século XXI, expressavam palavras do tipo: “Isso não faz parte do meu conteúdo”; “Eu não sou assistente social”; “Eu não sou enfermeira” e “Eu não sou médica”.

Desse modo, percebe-se a estreita relação entre a vida profissional e a vida pessoal no exercício de suas práticas pedagógicas. Acredita-se que isso contribuiu, ainda mais, para a manutenção do silêncio imposto ao debate da sexualidade no espaço escolar. Nessa perspectiva, deve-se refletir sobre como ressignificar as práticas voltadas para a educação sexual e indagar sobre as imbricações e possibilidades nelas apresentadas. Essa postura é fundamental para a desconstrução de ideias “mirabolantes” que consideram a educação sexual como prejudicial para as crianças, os jovens e a sociedade.



Uma das professoras afirma que a relação entre os saberes da vida cotidiana e o que era trabalhado na escola sobre sexualidade dependia das/os profissionais que atuavam nas escolas. Mesmo assim foi possível detectar as barreiras enfrentadas por ela ao exercer seu trabalho de auxiliar os/as professores/as, quando comenta: “Na época quando eu era pedagoga a maioria dos profissionais [...] até pela religião. [...] Não admitiam, achavam absurdo e poucos já tinham a mente mais aberta”. Segundo Araújo e Camargo (2012), o silêncio das/os professoras/es sobre a sexualidade reflete as desigualdades sociais, estruturadas pelas ferramentas curriculares que supervalorizam determinados saberes e desconsideram os demais, negligenciando a importância dos debates ligados à educação sexual.

Quanto à maneira pela qual o tema sexualidade adentrou o espaço escolar, quatro das/os professoras/es responderam não lembrar com precisão do fato em questão e assim se manifestaram: “Quando começou francamente eu não lembro”. Sabe-se que o entresséculo caracterizou-se por um período de grandes intervenções médicas ligadas às práticas sexuais e afetivas de homens e mulheres. Deste modo, Cesár (2009, p. 42) afirma que,

Assim, a escola no início dos anos 90 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o 'sexo seguro', as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras DSTs, a 'gravidez na adolescência', que para os especialistas começou a ser tomada como um 'problema pedagógico' importante. A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social. O tema da prevenção foi assumido de maneira tão definitiva que os programas estabeleceram uma conexão direta com outro problema que deveria ser debelado no interior da instituição escolar, isto é, o uso de drogas. Assim, projetos como



prevenção de DST/AIDS, gravidez e uso de drogas foram desenvolvidos com base na ideia de prevenção como paradigma do discurso sobre a educação sexual.

Na segunda metade dos anos de 1990, no âmbito de um conjunto de reformas educacionais, o governo brasileiro produziu um importante documento – os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a educação sexual e as questões de gênero, esquecidas desde os projetos dos anos 70.

Objetivando a conscientização das/dos estudantes, os Parâmetros Curriculares Nacionais deveriam ser abordados por meio de temas transversais, além de perpassar todas as disciplinas curriculares (PCN/BRASIL,1997). Informações que foram reafirmadas pelo professor quando ressalta que, no período, “Tinha um professor programado para falar isso, que era o de ciências ou de biologia, era sempre tratado como tema transversal. Outra coisa que se falava muito era o uso de drogas”. Desse modo, a sexualidade no documento esteve ligada a questões do cuidado com o corpo e a práticas prejudiciais para quem buscava uma vida saudável. Verifica-se, diante disso, qual a intencionalidade das propostas para a educação sexual nas escolas, que deixaram clara a falta de entendimento sobre o tema, com o intuito de conter as sexualidades dos estudantes, mais precisamente, as experiências homossexuais diante do contexto social existente.

Para Cesár (2009), os Parâmetros Curriculares Nacionais, no tocante à orientação sexual, consolidou a implantação do trabalho pedagógico para a educação sexual nas escolas. No entanto, Louro (1997) questiona o exagero dado a sua abordagem biológica e de saúde, que acaba por caracterizar as sexualidades dos indivíduos como



maléficas, perigosas e restritas às questões anatômicas. A autora acrescenta que educar a todos/todas para a vida saudável na sua sexualidade é tarefa fundamental, desde que se proponham os aprofundamentos de suas dimensões, a fim de se superarem equívocos e discursos discriminatórios sustentados na história e na cultura, evidenciando as minorias que sofrem com as consequências desses atravessamentos.

Referindo-se a quais assuntos eram abordados com os/as alunos/as através das aulas, conversas em sala de aula pelas/os professoras/es, pedagogas/os a respeito de sexualidade na época, uma professora se manifesta:

[...] quando se trabalhava era muito assim superficial, a questão do respeito né. Então antigamente, por a turma ser imatura, você trabalhava tipo assim... a questão do respeito. Olha a gente não pode fazer isso. Não é legal, mas tem que respeitar. [...] Mas não diretamente.

Diante disso, vale ressaltar a pormenorização dada à sexualidade no espaço escolar pela LDB 9.394/96, quando, em seu artigo IV, orienta que na educação deve haver o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Portanto, discute-se até que ponto esse respeito é assumido verdadeiramente na legislação em favor do desenvolvimento da identidade dos/das estudantes, sem que se promova o descarte de nenhuma de suas possibilidades. Nessa perspectiva, uma das entrevistadas pontua que outras/os profissionais desenvolviam os trabalhos sobre a sexualidade na escola; ela enfatiza que,

Geralmente, os professores saíam um pouco de cena [...] Era convidado pessoas de fora para ir falar...⁸⁴ Tipo alguém da

⁸⁴ Utilizou-se deste mecanismo para indicar as pausas nas falas dos/as entrevistados/as durante as entrevistas.



saúde, e quando era o professor você seguia basicamente o livro didático, falando do aparelho reprodutor, suas funções e pronto acabou. Automaticamente entrava nas doenças sexualmente transmissíveis [...] uma coisa anatômica e depois disso, se não cuidar do seu corpo, você irá obter doenças [...] na maioria das vezes se tocava na higienização.

Sobre os temas desenvolvidos dentro da escola, uma das demais professoras manifesta-se: “Eu acho que antigamente se trabalhava tudo naquela disciplina específica, ciências”. Nesse sentido, outra professora complementa os dados ao enfatizar que “Era sistema reprodutor masculino, feminino e puberdade, [...] era muito superficial [...] quando o assunto aparecia, primeiro falava-se sobre a questão física [...] depois sobre puberdade, possibilidades de gravidez, métodos anticoncepcionais”.

Questionadas/os se havia perguntas levantadas pelas/os alunas/os sobre sexualidade que não eram respondidas por serem consideradas inadequadas nas aulas, ou dentro da escola, destaca-se a posição de uma entrevistada: “Eu percebia que as crianças [...] nem se manifestavam. Porque criança é muito assim, ela tem medo”. Nesse sentido, acredita-se que a insegurança mencionada das/os alunas/os em relação às dúvidas ou descobertas de sua sexualidade justifica-se por existirem, desde sempre, inspeções permanentes nas esferas educacionais, políticas e sócio-históricas sobre a sexualidade. Os reflexos desta formação na vida de meninas e meninos são corroborados por ações que se reproduzem no cotidiano da escola e das famílias, pois sabe-se que, “para muitos adultos, esses sempre foram temas que se conversavam em voz baixa, com reservas e com poucas pessoas. O silêncio, o segredo e a discrição eram os comportamentos adequados no trato com a sexualidade” (LOURO, 1997, p.132-133).



Quatro das/os participantes da pesquisa também afirmaram terem sanado os questionamentos das/os alunas/os relacionados à sexualidade quando foram indagadas/os. Um/a deles/as enfatiza: “A gente procurava responder sim. A gente respondia aquela pergunta”. Ressalta-se que esta fala demonstra o cuidado relacionado à abordagem da temática, limitando-se a responder apenas o que foi questionado no momento, sem o aprofundamento de suas extensões. Nessa lógica, elucida:

Essa coisa de pergunta, não foi só as respostas que eram adiadas ou não respondidas. As perguntas [...] nunca foram diretas, sempre foram perguntas indiretas. Você leva uma caixinha [...] cada um faz uma pergunta, joga lá dentro, sem se identificar e [...] o tal palestrante vai responder. [...] ficava mais fácil para a pessoa responder, por que não era cara a cara [...] era mais tranquilo digamos assim [...] o estudante não se identificava. Mas a resposta em si, quando eram perguntas relacionadas a masturbação, a homossexualidade sempre eram perguntas que passavam batido. Eram respondidas, mas sempre tinha um comentário [...] do não fazer, de algo que não era normal.

Outros questionamentos referiam-se à área biológica da sexualidade, especificamente à puberdade, segundo afirmam as professoras: “Eu acho que as crianças tinham muita dúvida nessa questão de engravidar, se beijo engravida, se a primeira vez que você transa engravida”. Outra respondente acrescenta: “Alguns perguntam mesmo o que escutam em casa, ou escutam com o irmão. E até perguntam o que é sexo [antigamente]”. Entende-se que a puberdade representa um período de grandes transformações corporais, sentimentais e hormonais na vida das/os adolescentes, os quais caminham para novos patamares e descobrimentos sobre si mesmos. Portanto, é fundamental a mediação que oportuniza os esclarecimentos destes pontos, que



sempre estarão presentes no decorrer das experiências afetivas, sexuais e de identidade destes sujeitos. Nesta perspectiva Louro (2000, p. 20) ressalta que,

As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política.

Em relação a como poderiam ser caracterizadas as práticas pedagógicas das/os professoras/es na virada do século XX para o século XXI, referentes à orientação nas escolas, 60% alegaram não terem realizado práticas efetivas direcionadas à orientação sexual das/dos alunas/os. As justificativas para a negativa relacionam-se a diversas questões, conforme salientam as/os professoras/es em seus depoimentos: “Não [...] porque esse assunto não chegava”; “Antigamente [...] não trabalhava de forma nenhuma” e outra professora afirma que, na época, “Não se tocava nesse assunto. [...] Não existia”.

Apesar das/os profissionais negarem o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à orientação sexual na escola, verificou-se nas ponderações apresentadas que, por parte de algumas, as ações ocorreram em situações pontuais no cotidiano da sala de aula, ao comentarem: “[...] Sempre dá né? [...] na linguagem da criança a gente consegue alguma coisa, orientar”. E acrescenta que “Teve, mas muito superficial [...] Porque aí depende da turma, como que a turma está.”



Referindo-se aos temas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho pedagógico sobre sexualidade dentro da sala de aula no período estudado, uma das professoras respondeu que o respeito a todas e todos foi utilizado como instrumento de mediação com as/os estudantes. Ela afirma:

A questão do respeito. Porque por eles serem pequenos, serem alunos [...] você não vai abordar de uma forma [...] que choque eles ou despertem. A gente tem que ter respeito, e nós temos que respeitar a sexualidade. A gente tem que respeitar o corpo de cada um, então você se baseia mais no respeito.

Diante disso, questionam-se as concepções e representações que se estruturam nas posturas que acobertam e silenciam a sexualidade. Acredita-se que as sexualidades dos indivíduos são reais e que negligenciar seus debates, conforme Louro (1997), contribui para o fortalecimento de mecanismos reguladores, que são históricos, políticos, sociais, culturais, que marginalizam as sexualidades e as identidades de homens e mulheres.

As/os demais professoras/es em seus argumentos alegaram a falta de trabalhos relacionados à temática sexualidade. O motivo apresentado por um dos professores foi a falta de possibilidade de mediação dos conhecimentos, pelo fato de que profissionais da saúde e externos eram chamados para palestrar sobre a temática sexualidade dentro da escola. Ele justifica: "Não, porque eu não cheguei a dar". Outra professora alega que de sua parte havia receios em se levantarem questões sobre sexualidade na sala de aula com alunos e alunas, por falta de conhecimento e formação científica sobre o conteúdo. Ela afirma: "Como eu disse preferia não abordar". Em contrapartida, outra



professora reitera que a prática sobre sexualidade dentro da escola “Naquela época não existia”.

Quando questionadas/os se, no momento de suas ações pedagógicas em sala de aula, existiram comportamentos realizados por alunas/os e considerados inadequados para o momento, três das/os professoras/es afirmaram terem ocorrido condutas inapropriadas por parte das/os estudantes da escola. Um deles cita alguns exemplos testemunhados naquela época, “Rolava, [...] o baixar calças. Entrar no banheiro das meninas [...] Algumas expressões que tinha a ver com a sexualidade [...] eram expressões digamos assim, que não agregavam”. Outras situações são expressadas, ao enfatizar, “Por exemplo, é incomum no caso do menino, [...] É trejeitos, virar o olho. O comportamento corporal né? Para meninas eram geralmente xingamentos, querer bater nos outros, nos meninos, coisas assim”.

Desse modo, constatam-se os padrões determinados para serem reproduzidos por meninas e meninos dentro do cotidiano escolar. Para tanto, caberia a meninas e meninos adaptarem seus gestos e emoções a serviço das estruturas construídas para a manutenção da normalidade social voltada para a sexualidade. Segundo Louro (1997), a essas representações dá-se o nome de papéis sociais, que recaem sobre os corpos dos indivíduos desde a infância. Portanto,

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas” (LOURO, 2000, p.16-17).



Ainda sobre os comportamentos dos/as alunos/as, uma respondente disse não recordar de ações relacionadas às questões ligadas à sexualidade; ao contrário de outra que afirmou: “Não acontecia nada demais [...], até por que para eles também era constrangedor”. Nesse sentido, mesmo que para muitas professoras as brincadeiras, xingamentos ou o descumprimento das regras não tenham sido relevantes ou marcantes, nas palavras de uma delas, verifica-se o posicionamento necessário diante destas situações, quando explicita que condutas inadequadas “existem a todo momento [...]. Agora basta saber lidar [...] e não fazer um bicho de sete-cabeças”.

Em relação às punições aplicadas aos estudantes que não apresentavam as condutas adequadas e necessárias ao cotidiano escolar, somente uma professora declarou nunca ter presenciado punições por conta das atitudes ligadas à sexualidade. Esta declaração, a princípio, foi corroborada por outra colega, porém, após outros questionamentos, ela retificou seu comentário, afirmando que: “Uma menina e um menino se beijando na escola, dando um selinho, você iria para casa e seu pai seria chamado”. As/os demais profissionais complementam dizendo que as correções eram recorrentes. Nessa lógica, uma professora reforça que “Nessa época tudo era suspensão. Três dias era o mínimo. E depois só entrava com a família”. A professora acrescenta que “Um selinho, uma passada de mão na escola, fazer nos próprios coleguinhas [...] era punição [...] Chamava a família na primeira, segunda, terceira vez não resolvesse, levava suspensão”. Outra docente afirma que no caso de um comportamento mais exagerado



por parte de algum/alguma aluno/a, as ações realizadas eram “Chamar os pais, fazer ocorrência e até suspensão”.

Verifica-se, dessa forma, que as atitudes que desestruturavam o cotidiano da escola por parte de alunas/os tinham como consequência a punição, sem que se realizasse a reflexão sobre as manifestações de suas sexualidades. Segundo Louro (1997), o descumprimento das regras construídas sobre as vivências das vontades e interesses eróticos torna-se fator primordial para as experimentações da sexualidade dos indivíduos, já que esperar que meninos e meninas se adaptem ao determinado pela sociedade torna-se um grande equívoco que necessita ser superado.

Algumas considerações finais

Os dados apontam que as hipóteses inicialmente levantadas foram confirmadas. Observou-se que, de modo geral, as práticas pedagógicas das/os professoras/es investigadas/os que atuaram nos anos iniciais nas escolas públicas municipais de Vitória-ES na virada do século XX para o século XXI caracterizaram-se pelo controle dos corpos e pela abordagem biológica e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis da sexualidade e que suas memórias marcaram-se, em partes, pela padronização sexual determinada e aceita pela sociedade da época e pelo abafamento das demais dimensões da sexualidade das/os estudantes.

As justificativas para a produção desta pesquisa basearam-se nos possíveis aprofundamentos que os estudos de gênero possibilitam desenvolver em relação às dimensões da sexualidade e por se acreditar



na escola como grande aliada no debate científico sobre as múltiplas sexualidades dos indivíduos. Sabe-se que no espaço escolar as reflexões relativas à sexualidade ainda são muito discretas e silenciadas. Nessa perspectiva, torna-se necessário desconstruir concepções errôneas sobre a sexualidade, na luta contra as desigualdades produzidas sobre seus entendimentos e na valorização da diversidade das identidades humanas, construindo, assim, o respeito pelo direito de existência dos sujeitos.

Nota-se, pela participação das/os pesquisadas/os que as práticas pedagógicas no período estudado, nos anos iniciais de ensino fundamental nas escolas, deram-se de forma superficial. Essas práticas eram marcadas pelos silêncios e acobertamentos das múltiplas dimensões da sexualidade. Percebeu-se que, no cotidiano escolar, as discussões sobre a sexualidade das/os estudantes eram, via de regra, negligenciadas e consideradas sem grande relevância para sua formação. As informações apontam que as abordagens, quando eram desenvolvidas pelas/os educadoras/es, estavam ligadas às concepções anatômicas da sexualidade, ao cuidado corporal, à manutenção da saúde, à gravidez na adolescência e à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Verificou-se também que as diversas influências da sociedade capixaba para a permanência dos silenciamentos relativos à sexualidade nas práticas educativas foram exercidas pela igreja, que difundiu a repressão dos desejos, em favor da manutenção das práticas sexuais dos indivíduos, do casamento marital e heterossexual. Além disso, os dados indicaram que as/os professoras/es compreendem que a falta de conhecimento científico deles/delas contribuiu para a pouca



visibilidade pedagógica dada à sexualidade na escola, somados os receios de questionamentos serem levantados por parte das famílias das/dos educandas/os sobre seus ensinamentos.

Questiona-se, portanto, a formação padronizada ofertada aos estudantes sobre suas sexualidades dentro do espaço escolar no período estudado, em favor de uma normalidade das práticas sexuais, afetivas e de identidade. Os debates, quando não pormenorizados, apresentaram-se por vieses de preocupação, cuidados ou medos. Assim, até mesmo as pessoas de orientação heterossexual sofriam com as repressões sociais no período, uma vez que o casamento religioso era considerado o lugar em que a sexualidade deveria se manifestar e que as descobertas sobre si mesmas/os deveriam ser buscadas com cautela.

Em contrapartida, para aquelas e aqueles que em seus comportamentos apresentavam vivências contrárias ao estabelecido, cabia apenas se adequarem às normas sociais exigidas ou lançarem-se à marginalidade. Desse modo, acreditando-se nas responsabilidades que os atores sociais possuem dentro do ambiente escolar a favor da superação das discriminações existentes na sociedade, enfatiza-se que o debate que permeia a sexualidade dos sujeitos merece ser aprofundado sempre que possível.

Por fim, cabe questionar a necessidade de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e a valorização de todas as minorias sociais da escola, neste caso em particular, os gays, as lésbicas, as mulheres transexuais, dentre outras identidades, oportunizando, assim, que elas/eles apresentem as suas versões da história.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rubenilson Pereira de; CAMARGO, Flavio Pereira. Gênero e diversidade no currículo escolar: uma abordagem inter e transdisciplinar no ensino e na formação de professores. **Entreletras**, Tocantins: UFT; Araguaína, v. 3, n. 1, p. 104 -126, jan/jul. 2012. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/914/486>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. [Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996](#). Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11689531/artigo-39-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação Sexual. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC, 2007. (Cadernos SECAD/MEC 4).

CESÁR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a04>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIDAL, Haroldo. **Crianças & sexualidade: saberes-fazeres produzidos dentro-fora das escolas**. Vitória- ES: Cousa, 2017.



Karla Caser
DAU-CAR/UFES
karlacaser@gmail.com

Ileana Wenez
CEFD/UFES
ilewenez@gmail.com

RESUMO: Pesquisas feministas têm início a partir dos anos 70 e em Arquitetura surgem pesquisas que buscavam mapear e questionar a baixa representatividade das mulheres nas diversas profissões; estudos recentes focam em problemas enfrentados pela mulher arquiteta e desafios a serem enfrentados para melhoria da qualidade do campo profissional. O objetivo deste artigo é apresentar discussão sobre assédio sexual enfrentado pelas mulheres arquitetas em sua prática profissional no estado do Espírito Santo. Primeiramente faz-se um breve sumário da situação atual relacionada a assédio sexual no campo da Arquitetura e Urbanismo. Posteriormente são analisados 49 questionários online conduzidos junto a profissionais do CAU/ES. A parte referente a assédio foi baseado no questionário proposto por Anthony (2001), para permitir comparação destes dados com os obtidos nessa pesquisa. Os questionários foram analisados quantitativamente e qualitativamente, e as frases dos respondentes utilizadas para ilustrar a análise. Contar estórias sugestivas é a situação mais comum de assédio, seguido dos comentários de conteúdo sexual e tratamento diferenciado de gênero; estes itens também são os mais citados por Anthony (2001). Destaca-se o fato de que essas atitudes são mais comuns no ambiente da prática projetual do que na prática docente, mas também identificamos os casos em que a docência se mostra mais problemática. Além disso, destacamos as estratégias que as próprias mulheres utilizam para driblar os acontecimentos. De modo geral, os dados são perturbadores e evidenciam desafios que ainda precisam ser vencidos.

Palavras-chaves: assédio sexual; mulher; arquitetura; prática profissional.

1. INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste texto como as pesquisas feministas articularam-se na área da Arquitetura. Nosso objetivo é trazer uma discussão sobre assédio sexual que é enfrentado pelas mulheres arquitetas em sua prática profissional no estado do Espírito Santo. O assédio pode ter o mesmo sentido que perseguir, sitiar ou acossar. Podemos compreender o assédio sexual como insistir em diversos pedidos ou propostas que



importunam a pessoa que é alvo dos pedidos, nesse caso com conotação sexual. Geralmente a pessoa assediada (ou solicitada a fazer algo) se encontra em uma relação de poder subalterno ou de precariedade. Por exemplo, um chefe (seja homem ou mulher) cobrar trabalhos e fazer comentários sexuais com as/os funcionárias/os, ou um/a professor/a solicitar tarefas extras sexuais aos alunos/as por notas, etc.

Em um primeiro olhar, podemos considerar simples a tarefa de definir, mas os acontecimentos do assédio encontram-se tão naturalizadas na nossa sociedade que precisamos nos deter nos comportamentos cotidianos e suas consequências para a qualidade de vida da mulher. Veremos com mais detalhes esse contexto na prática de Arquitetura. Primeiramente faz-se um breve sumário da situação atual relacionada a assédio sexual no campo da Arquitetura e Urbanismo e apresenta-se uma contextualização da profissão no Brasil e no estado do ES.

Estudos comprovam que mulheres arquitetas possuem níveis menores de saúde ocupacional e bem-estar, associados a menor satisfação com a profissão e maiores níveis de dores de cabeça, constipação insônia, depressão e outros sintomas físicos de stress, que seus pares do gênero masculino (SANG, et. al. 2007). Esta baixa qualidade de vida das arquitetas tem sido apontado como uma das razões para o seu número decrescente em alguns países. Na Inglaterra, o número de mulheres atuantes na profissão caiu de 28% para 21% desde 2009, apesar do número de estudantes mulheres se manter por volta de 50%. Este percentual diminui ainda mais nos EUA: perfazendo 50% dos alunos, as mulheres licenciadas somam somente 15% dos arquitetos atuantes (WIA apud JORDANA, 2010). Nos estados Unidos, Anthony (2001) identifica os



obstáculos enfrentados pela mulher arquiteta, dentre eles o assédio sexual. Pesquisa desenvolvida por Graft-Johnson (et. al. 2003; 2005), a pedido do RIBA (*The Royal Institute of British Architects*) foi realizada com arquitetas que abandonaram a profissão e/ou em vias de abandonar. Nenhum dos problemas identificados foi considerado preponderante para a decisão de abandonar a profissão, mas sim o conjunto deles, sendo que 10 são relacionados a gênero.

O ano de 2018 tem sido considerado um marco na discussão do tema na profissão de Arquitetura nos Estados Unidos. Após o escândalo envolvendo o produtor Harvey Weinstein, o lançamento do movimento *#me too*, e a criação da *Shitty Media Men List*⁸⁵, em Arquitetura foi criada a *Shitty Architecture Men list*, que revela situações de assédio e se tornou um fórum para destilar a raiva dos profissionais e estudantes (LABARRE, 2018). Nos mesmos moldes do escândalo Weinstein, em março de 2018 a profissão de Arquitetura é objeto de reportagem do jornal *The New York Times* (POGREBIN, 2018) sobre assédio sexual: “Cinco mulheres acusam o arquiteto Richard Meyer de assédio sexual”. As acusações fizeram com o famoso arquiteto, ganhador do Prêmio Pritzker de Arquitetura, se afastasse do seu escritório por 6 meses.

Em setembro de 2018, o AIA, Associação Americana de Arquitetura, atualizou seu Código de Ética e Conduta Profissional para explicitamente tratar de assédio sexual, e passou a definir assédio como:

[including], but ... not limited to, offensive jokes, slurs, epithets or name calling, unwelcome physical contact, or threats, intimidation, ridicule or mockery, insults or put-downs, offensive

⁸⁵ <https://www.vox.com/a/sexual-harassment-assault-allegations-list>



objects or pictures, and interference with work performance (KEANE, 2018).

Segundo Valian (apud BURNS 2012a), para haver um ambiente mais igualitário e confortável é importante ter mais de 25% de mulheres e minorias, o que ela denomina de *mass factor*⁸⁶. Levando-se em conta esse *mass factor*, a situação da mulher arquiteta no Brasil deveria ser diferente da relatada internacionalmente. Em 2012 as mulheres representam 60,59% do total de arquitetos ativos (CAU 2013). Dados de 2018 mostram que este percentual aumentou: as mulheres já são 62,6% do total de profissionais (CAU 2018⁸⁷). No estado de Espírito Santo (ES), os percentuais são ainda mais significativos. Em 2012 as mulheres correspondiam a 68% dos arquitetos ativos (CAU, 2013) e em 2017 já são 72% (CAU, 2018).

Entretanto, o que se observou com relação à discriminação de Gênero (CASER, 2018) parece também acontecer com relação a assédio. Os percentuais de sofrer discriminação de gênero são menores no Brasil, mas eles estão relativamente próximos dos americanos. Considerando que o percentual de arquitetas no Brasil (65%) é quase 4 vezes maior que nos USA, pode-se identificar que o *mass factor*/percentual alto de mulheres não parece ter impactado em similar proporção a discriminação (CASER, 2018). No Brasil, em 2016, alunas do curso de Arquitetura da Universidade Mackenzie de São Paulo, participantes do "Coletivo Feminista Zaha" (em referência à arquiteta Zaha Hadid), espalharam cartazes com frases machistas de professores (PALHARES,

⁸⁶ Groat e Ahrentzen (1996) reiteraram a importância de um "*mass fator*" / *Critical mass and the comfort fator* (p.177). Nas faculdades de arquitetura onde as respostas foram mais positivas havia ao menos 25% de mulheres nos cursos, entre alunas e professores.

⁸⁷ CAU BR 28/02/2018 - Especial Dia da Mulher: Brasil tem 97.093 arquitetas e urbanistas.



2016). O que se viu foram situações similares ou mesmo piores às relatadas nas pesquisas internacionais (Fig. 1).

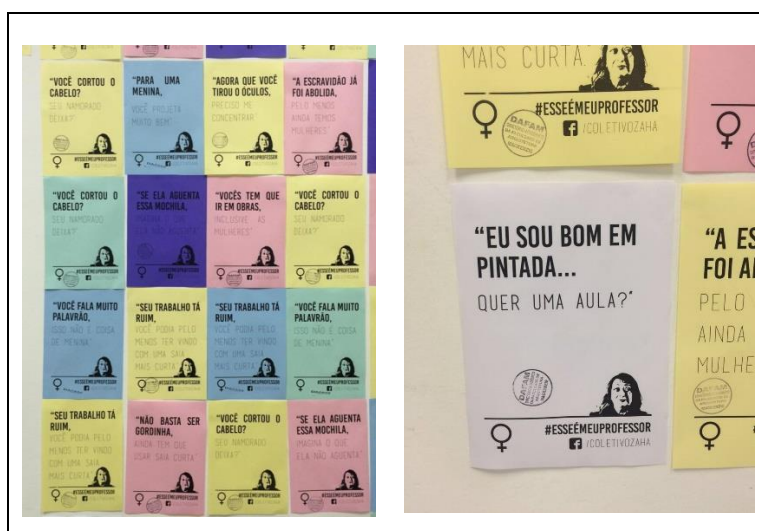


Fig. 1 – Frases de professores da FAU Mackenzie, divulgadas pelo Coletivo Feminista Zaha. Fonte: Palhares (2016)

De que maneira o *mass factor* poderia criar um cenário diferente no Brasil tornou-se um questionamento que motivou essa pesquisa, que teve início em 2013. Em 2014 foi iniciada uma fase que consistiu de questionários e entrevistas com profissionais vinculados ao CAU/ES. Este artigo apresenta discussão sobre assédio sexual enfrentada pelas mulheres arquitetas em sua **prática profissional** no estado de Espírito Santo e identificar **quais os tipos** de discriminação presentes na nossa realidade.

Após breve descrição da metodologia adotada, apresenta-se uma contextualização dos respondentes. Na sequência, são analisadas as diferentes situações de assédio levantadas pelas entrevistadas,



comparando-se com os dados internacionais. Esta sessão contém a análise quanti-qualitativa das respostas dos questionários; usa-se gráficos e citação literal dos comentários dos respondentes. Dados sobre outros tipos de assédio (moral e discriminação) são tratados em artigo recentemente apresentado no Enanparq 2018 (CASER, 2018).

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consistiu de extensa revisão de bibliografia e aplicação de questionário online enviado para profissionais ativos. A revisão de literatura permitiu incorporar no questionário questões presentes nas diversas pesquisas, principalmente em Caven (2004), Sang et. al. (2009), Graft-Johnson et. al. (2005), Bruschini e Lombardi (1999), Anthony (2001), Groat e Ahrentzen (1996 e 1997) e CAU (2013). O questionário aborda temas como ambiente de graduação e trabalho, satisfação financeira e pessoal, discriminação e assédio.

O questionário foi enviado em 2014 através de banco de dados do CAU-ES a todos os profissionais do CAU/ES, pois considerou-se importante analisar também a visão masculina sobre a situação da mulher. Foi também utilizada a técnica de bola de neve: enviou-se um lembrete/convite para participação na pesquisa diretamente a arquitetos da lista de contatos da pesquisadora, que foram solicitados a compartilhar esta pesquisa.

Foi utilizada plataforma digital *googledocs* para os questionários, que automaticamente calcula percentuais e gera gráficos de pizza para as respostas quantificáveis, auxiliando na análise dos dados. Os questionários foram analisados quantitativamente e qualitativamente, e



as frases dos respondentes utilizadas para ilustrar a análise. Cabe ressaltar que o objetivo dessa pesquisa não é apresentar resultado com representatividade estatística e sim entender qual a situação da mulher arquiteta no ES.

O questionário foi elaborado com total de 74 perguntas, divididas em 6 seções: 1. Dados pessoais, 2. Formação/curso, 3. Inserção no mercado de trabalho, 4. Atuação em a) Docência, e b) Projetos de Arquitetura, 5. Honorários e 6. Balanço geral/Perspectivas futuras. Temas específicos (ex. nomes de referência, preferência por gênero nas relações, vivências diárias) foram abordados nas diferentes seções, permitindo efetuar comparação entre dois tipos de inserção profissional (docência e prática profissional projetual).

A parte referente a assédio e discriminação foi baseado no questionário proposto por Anthony (2001, p. 143-145), que por sua vez baseou-se no *Sexual Experiences Questionnaires* desenvolvido por Louise Fitzgerald (FITZGERTALD, et. al., 1988) e analisou diversas situações/tipos de assédio, dentre eles: contar histórias sugestivas, fazer comentários de conteúdo sexual, compartilhar materiais sugestivos, insistir em convites para jantar e viagens, etc. Adotou-se este modelo por ser detalhado e para permitir comparação dos dados internacionais com os obtidos nessa pesquisa. Como exemplo, sobre assédio sexual, foi feita pergunta se: Já estive em situações em que um colega ou chefe/superior havia apresentado um tipo específico de comportamento. Foram indicados 10 das 11 situações utilizadas por Anthony (2001)⁸⁸. As respostas foram

⁸⁸ No questionário foram utilizadas as seguintes situações: Já estive em situações em que um colega ou superior 1. Entrou em assuntos pessoais de caráter sexual; 2. Fez comentário de conteúdo sexual; 3. Compartilhou materiais sugestivos; 4. Contou histórias ou fez brincadeiras ofensivas; 5. Deu atenção indesejada; 6. Deu tratamento



dadas através de escala de cinco pontos, variando de nunca, para uma ou duas vezes, às vezes, frequentemente, e até a maior parte do tempo.

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa e todos os respondentes deram aceite no Termo de consentimento livre e esclarecido disponibilizado no início do questionário.

3. ASSÉDIO SEXUAL

Em Arquitetura, as pesquisas feministas têm início nos anos 70, período de mudanças paradigmáticas que se iniciam nos anos 60; movimentos de contestação tomaram as ruas e posteriormente também a academia. Surgem então as primeiras pesquisas que buscavam mapear e questionar a baixa representatividade das mulheres na profissão.

Nos anos 2000, Kathryn Anthony (2001) publica seu livro *Designing for Diversity*, uma das primeiras pesquisas a tratar de assédio na profissão, resultado de 10 anos de pesquisas incluindo entrevistas e questionários junto a 409 profissionais em Arquitetura, sendo 62% mulheres. Outros *surveys* se seguiram, sendo as mais recentes o realizado junto a 1500 profissionais ingleses pelo *Architect's Journal* – AJ (WAITE; TETHER, 2018), e o do *Architectural Record* (ORIAKU, 2018), junto a 600 profissionais em Arquitetura americanos.

Na pesquisa conduzida por Anthony (2001), 47% dos respondentes indicaram que sofreram assédio de clientes; 62% foram alvo de comentários sexistas ou brincadeiras por parte de clientes e 53%

diferenciado; 7. Insistiu em convites para encontros; 8. Tocou causando desconforto; 9. Sugeriu promoção em caso de envolvimento sexual; 10. Tratou mal por recusar envolvimento sexual.



indicaram que viram ou ouviram sobre casos de assédio de clientes (ANTHONY, 2001, p. 143). Nos resultados de Anthony (2001), a média ficou entre uma ou duas vezes e às vezes, o que a levou a concluir que a profissão está ao menos consciente dos problemas. Apesar disso, ela conclui que "my results demonstrate that harassment in the architectural profession is widespread" (2001, p. 145).

De acordo com o AJ (WAITE; TETHER, 2018), 14% das mulheres sofreram algum tipo de assédio sexual nos últimos 12 meses, enquanto que esse percentual é de somente 3% para os homens. Os tipos de assédio incluem "being advised to wear miniskirts to job interviews and being 'sexualized' openly by a client member, in front of the whole project team – none of whom intervened" (WAITE; TETHER, 2018).

Já na pesquisa do *Architectural Record* (ORIAKU, 2018), 66% dos participantes vivenciaram assédio sexual; mulheres são 2/3 dos respondentes e 85% delas indicaram que sofreram assédio em algum momento de suas carreiras; 75% dos respondentes diz ter visto ou tomado conhecimento de algum caso de assédio. Os tipos de assédio mais comuns listados são perguntas pessoais, brincadeiras, insinuações e solicitações inapropriadas, mas 30% indicaram contato físico desconfortável ou inapropriado como um tipo de assédio.

4. QUESTIONÁRIOS

4.1 Contextualização dos respondentes

Foram obtidas 50 respostas, 42 do gênero feminino (84%) e 8 do masculino (16%), em sua maioria residentes na Grande Vitória (37). Deste total somente 1 respondente dedica-se somente à docência,



enquanto 15 atuam em ambas as áreas, docência e projeto. Para esse artigo são analisadas as respostas de 49 respondentes, tendo sido excluído respondente que se dedica somente à docência. Acredita-se que a extensão e o tempo demandado para seu preenchimento tenham sido responsáveis pelo baixo número de respondentes - pouco mais de 3%, considerando-se o total de 1457 profissionais ativos (CAU, 2012).

Com relação à faixa etária (Gráfico 1), os respondentes se encaixam no padrão do CAU/BR: a faixa mais numerosa se encontra entre 30 e 40 anos (17 respondentes); são 14 com até 30 anos e 13 entre 40 e 50 anos; acima de 50 anos são 5 respondentes.

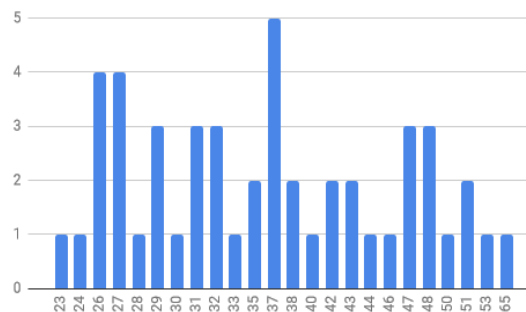


Gráfico 1 - Idade dos Respondentes. Fonte: as autoras.

Quase a metade dos respondentes tem até 10 anos de formado (24-49%), e somente 1 (2%) tem mais de 30 anos de formada. Esse mesmo percentual de 49% está na fase intermediária da carreira, sendo 13 respondentes (26,5%) com 10-20 anos e 11 (22,5%) com 20-30 anos de formado. Esse maior percentual de respondentes com menor tempo de formado foi também obtido por Anthony (2001).



O percentual de casados (23 - 46%) é pouco maior do que o de solteiros (21 - 42%), sendo o menor percentual o de separados/divorciados (6 - 12%). Em sua maioria residem na Grande Vitória (42 - 84%), com iguais percentuais para residentes do interior do estado e de outros estados (cada um com 4 respondentes - 8%). Dentre as faculdades do ES, a UFES está em 1º lugar (34 - 68%) e 3 faculdades particulares somam 12% (6 respondentes); 16% (8) indicaram que fizeram faculdade fora do estado. Destes 8, 2 são os respondentes mais velhos, com 53 e 65 anos e 4 estão na faixa entre 40 e 49 anos, enquanto 2 estão acima de 30 anos. Diante da realidade do ES, essas respostas se justificam. Afinal o primeiro curso de Arquitetura do estado foi a o UFES, que teve início em 1978 e permaneceu como única opção até fim dos anos 90. A partir dos anos 2000 foram sendo abertos novos cursos e em 2015 o estado conta com oito cursos de Arquitetura em faculdades particulares.

4.2 Assédio no ES na prática profissional de projeto

Dentre os 10 tipos de assédio sexual analisados, ouvir estórias sugestivas/fazer brincadeiras ofensivas é a situação mais frequente, seguido de receber tratamento diferenciado de gênero (Fig. 2). Para as mulheres, Brincadeiras/estórias ofensivas traz um percentual de mais de 40% para as respostas de “às vezes” e “uma ou duas vezes”. A frequência e o desgaste de ter que lidar com essas brincadeiras rotineiras é descrita por uma das respondentes:

As brincadeiras de mau gosto parecem o lugar comum no dia a dia. No trabalho ocorrem com frequência. Eu lido com essas brincadeiras reprovando imediatamente, assim que são feitas, independente do cargo u função de quem as fez. Porém, certas vezes chego a ficar constrangida e sinto raiva.



Receber tratamento diferenciado de gênero (rebaixou ou foi condescendente) em razão de gênero aparece em segundo dentre as atitudes listadas. As respostas “uma ou duas vezes” e “às vezes” atingiram percentuais de aproximadamente 30%.

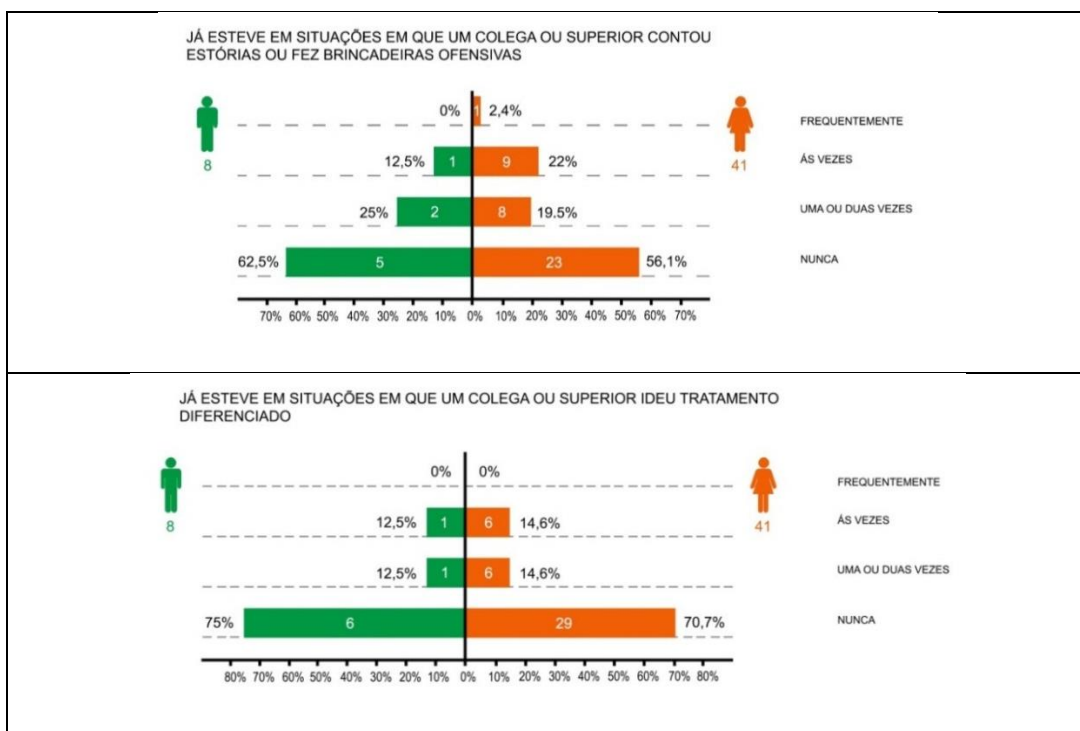


Fig. 2 – 2 Tipos de assédio mais comuns. Fonte: as autoras

Ouvir comentários de caráter sexual aparece em terceiro, com aproximadamente 25% de respostas indicando a frequência “às vezes” e “uma ou duas vezes” (Fig. 3).

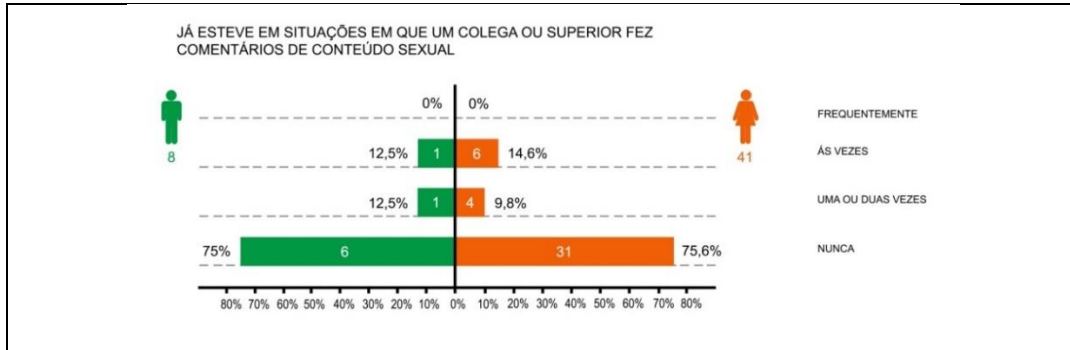


Fig. 3 – Colega ou superior fez comentário de conteúdo sexual. Fonte: as autoras.

Na sequência, aparecem as situações em que um colega ou superior tratou de assuntos pessoais ou de caráter sexual, que aparecem com percentuais em torno de 20% para as respostas de mulheres “uma ou duas vezes” e “às vezes”. Percentual similar ocorre para situações de receber atenção indesejada (Fig. 4).

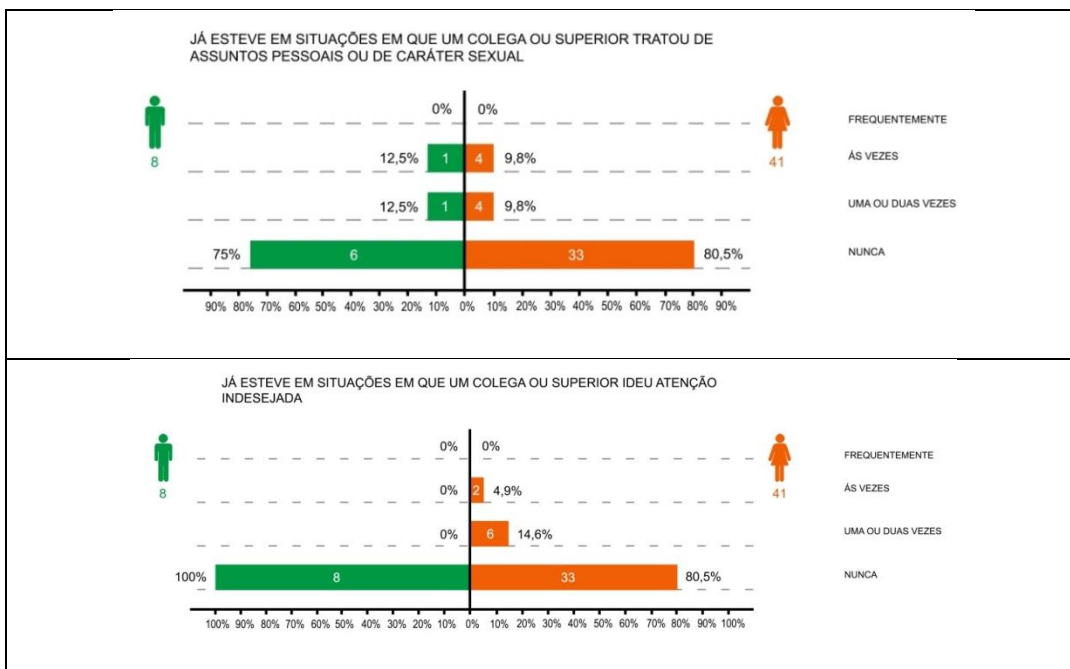


Fig. 4 – Entrar em assuntos pessoais ou de caráter sexual e receber atenção indesejada. Fonte: as autoras



Menos prevalentes, insistir em convites para encontros ou jantares possui percentuais em torno de 17% (Fig. 5). Esses convites podem tomar diferentes formas, como exemplifica respondente:

Cliente de projetos agendava reuniões em horários e insinuava possibilidade de reuniões em restaurantes ou outros locais estranhos.

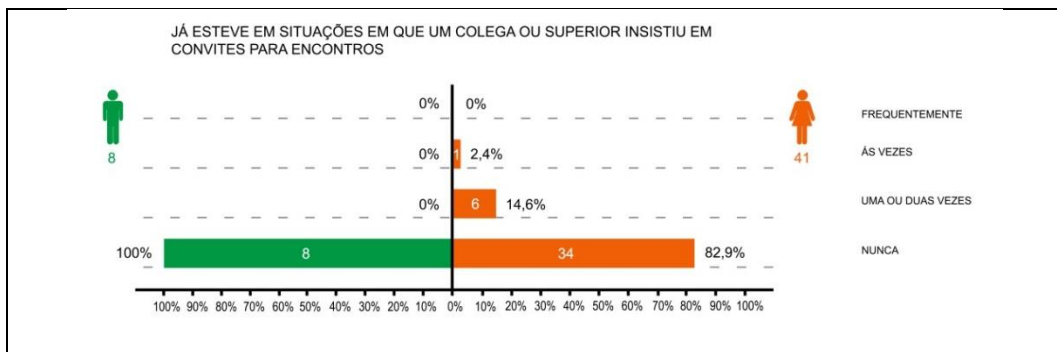


Fig. 5 – Convites para jantar e encontros. Fonte: as autoras.

Analisando-se estes resultados com os de Anthony, observa-se que os três primeiros tipos de situações de assédio são os mesmos, como se observa comparando-se os percentuais de cada pesquisa. Nota-se, entretanto, que os percentuais de ocorrência são maiores na pesquisa de Anthony⁸⁹ (2001), na cor rosa, do que nas respostas desta pesquisa (49 respondentes), indicadas na cor cinza (Fig. 6). Assim, para estórias sugestivas, Anthony encontrou percentual de 71% para respostas de 1-2 vezes e às vezes, enquanto que nesta pesquisa estes índices ficaram em torno de 40%. Essa diferença de percentuais, a mais para a pesquisa de Anthony, se repete para todas as situações, o que pode indicar que o

⁸⁹ Alguns resultados não foram disponibilizados em Anthony (2001), e foram indicados com traço na célula correspondente (-). Entre parênteses são indicados os números absolutos de respostas desta pesquisa.



mass factor (menores percentuais de mulheres na profissão nos Estados Unidos, se comparado com Brasil) interfere sim nas ocorrências de assédio. As situações menos frequentes de assédio, sugerir promoção em caso de sexo e tratar mal após recusa, possuem percentuais semelhantes na resposta “nunca” nas 2 pesquisas.

	Nunca	1-2 vezes	Às vezes	Freq.
Contou histórias sugestivas	14 %	24%	47%	15%
	57% (28)	20% (10)	20% (10)	2% (1)
Deu tratamento diferenciado de gênero	50%	22%	20%	8%
	71% (35)	14% (7)	14% (7)	0
Fez comentários de conteúdo sexual	23%	7%	37%	33%
	75% (37)	10% (5)	14% (7)	0
Entrou em assuntos pessoais/sexuais	-	-	-	-
	79% (39)	10% (5)	10% (5)	0
Deu atenção indesejada	-	21%	9%	-
	83% (41)	12% (6)	4% (2)	0
Insistiu em convites para jantar...	86%	-	-	-
	85% (42)	12% (6)	2% (1)	0
Compartilhou materiais sugestivos	-	24%	13%	-
	85% (42)	6% (3)	8% (4)	0
Tocou causando desconforto	-	-	-	-
	96% (47)	4% (2)	0	0
Sugeriu promoção em caso de sexo	97%	-	-	-
	100% (49)	0	0	0
Tratou mal após recusa	98%	-	-	-
	98% (48)	1	0	0

Fig. 6 – Comparação entre dados desta pesquisa (cor cinza) e Anthony (2001), cor rosa. Fonte: as autoras.



Segundo a pesquisa do *Architectural Record* (ORIAKU, 2018), somente 65% dos respondentes reportaram o caso de assédio a superiores ou colegas, enquanto 25% não tomaram qualquer atitude:

being propositioned for dates and sex from clients, a boss, and coworkers during work hours, 'as well as hearing offensive comments about women and sex, including the firm's principal using vulgar sexual terms 'followed by laughs from the guys. But despite her discomfort, she kept quiet (ORIAKU, 2018).

Nessa pesquisa com 49 respondentes, quando perguntas sobre como reagiram ou lidaram com a situação, as mulheres reportaram que procuraram evitar confronto por receio de prejudicar a carreira, apesar do desconforto, e a palavra mais recorrente foi "fingi":

Eu e outras colegas procuramos sempre rebater piadas machistas ou discriminações de gênero, porém muitas vezes temos de nos calar para evitar confrontos indesejados com chefias, o que poderia nos prejudicar na empresa e ou carreira. Fingi que não entendi e procurei nunca estar sozinha com pessoa.

Fingi para evitar confronto com chefia.

Fingi que não ouvi...

Além de evitar confrontos, há também menção à necessidade de estratégias adotadas, alterações na rotina, além da necessidade de não parecer desagradável,

Recusando de forma simpática...

Um único funcionário da obra que era atencioso demais... pedi a minhas colegas para nunca me deixarem sozinha com ele...andava com rádio e sempre evitava de ficar próximo ou sair no mesmo horário que ele.

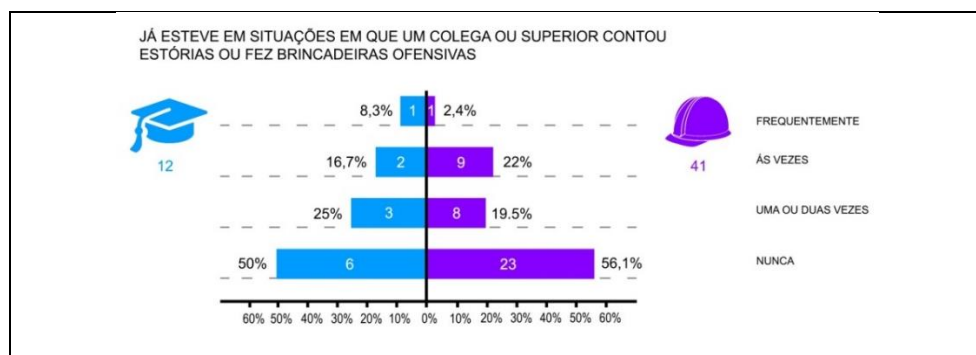
Comparando as respostas relacionadas a assédio entre a prática profissional e a atuação na docência do ensino superior⁹⁰, observam-se

⁹⁰ Estes gráficos foram construídos somente com as respostas das mulheres arquitetas: 41 num total de 49 respondentes atuando na prática profissional e 12 de um total de 16 respondentes atuando em docência de ensino superior.



dois fatos distintos: 1. Os 3 tipos de assédio mais frequentes permanecem os mesmos; 2. Na docência, parece haver uma situação mais favorável quando se trata de tratamento diferenciado (Fig. 7).

Ouvir estórias sugestivas traz o maior índice dentre as situações de assédio também na docência, mas, em valores percentuais, sua ocorrência é maior na docência (50%) do que na prática profissional (43,9%). Com relação à situação de receber tratamento diferenciado, essa relação se inverte: com percentuais em torno de 29% para as respostas “uma ou duas vezes” e “às vezes” na prática profissional, na docência este percentual fica por volta de 24%, indicando uma situação mais favorável na docência. Inclusive, enquanto tratamento diferenciado aparece como a segunda situação mais frequente na prática profissional, na docência, com 24%, ela ocupa a terceira posição, enquanto ouvir comentário de conteúdo sexual, com percentual de 33% se torna a segunda situação de assédio mais frequente na docência.



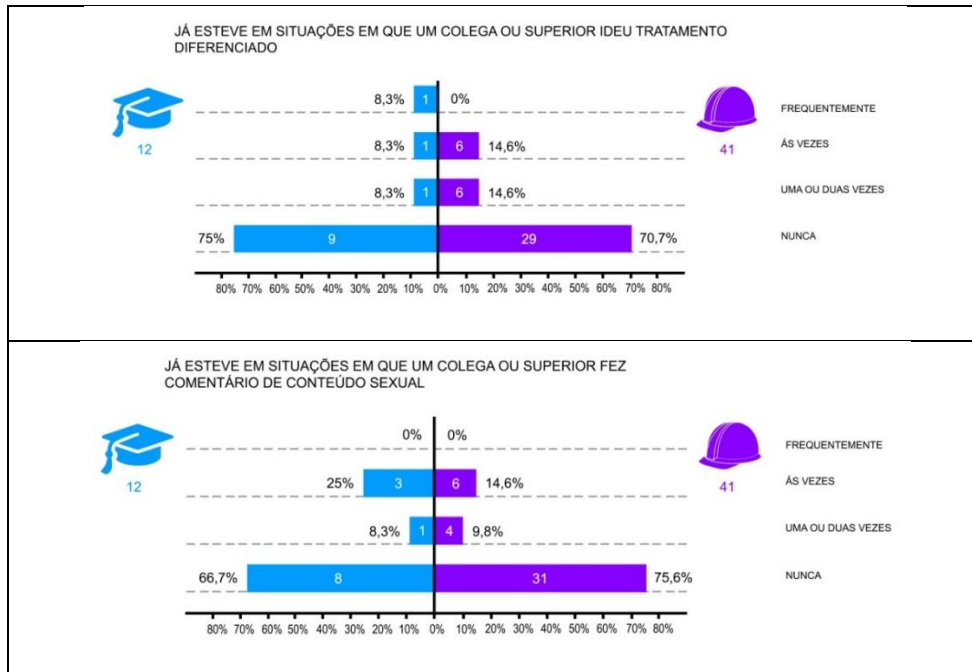


Fig. 7 – Comparação entre 3 tipos de assédio na Prática profissional x Docência. Fonte: as autoras.

Essa terceira posição para tratamento diferenciado no ambiente de docência pode estar relacionado ao “*mass fator*”; no curso de Arquitetura/UFES, por exemplo, o percentual de mulheres docentes é de aproximadamente 50%. Outro ponto que parece indicar um ambiente mais favorável na docência relaciona-se a compartilhar materiais sugestivos, que ocorre na prática profissional (14,6%), mas não ocorre no meio acadêmico. Outra atitude que prevalece na prática profissional é a da atenção indesejada, com 19,5%, em comparação com 16,6% na docência (Fig. 8). Esse ambiente menos propenso a assédio pode também dever-se ao fato de haver predominância de relações mais igualitárias, entre pares/professores, o que pode servir para inibir assédio.

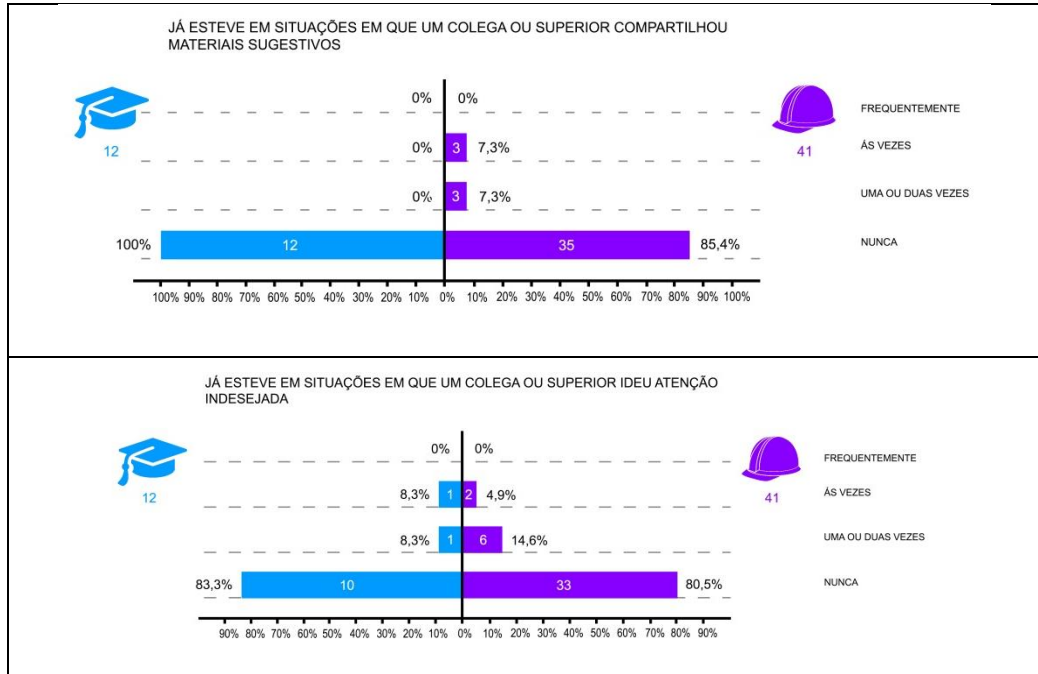
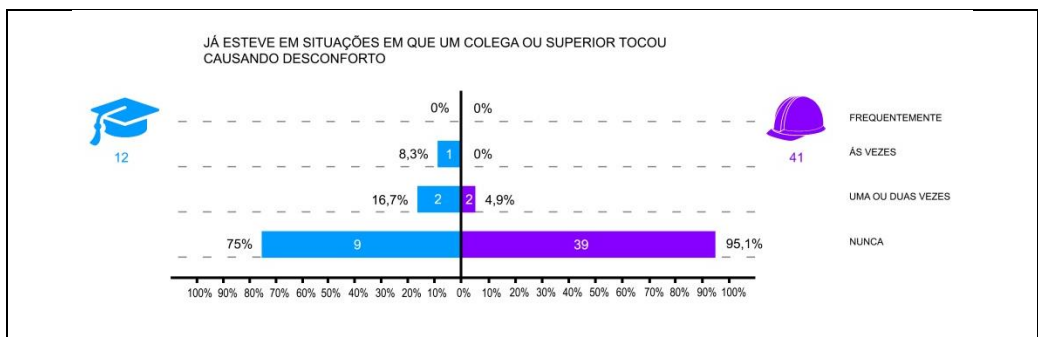


Fig. 8 - Comparação entre 2 tipos de assédio, menos problemáticos na Docência. Fonte: as autoras

Entretanto, de maneira inversa, a área de docência mostrou-se mais problemática com relação a tocar causando desconforto (95% indicam nunca na prática profissional, contra apenas 75% na docência) e insistir em encontros e convites para jantar (Fig. 9).



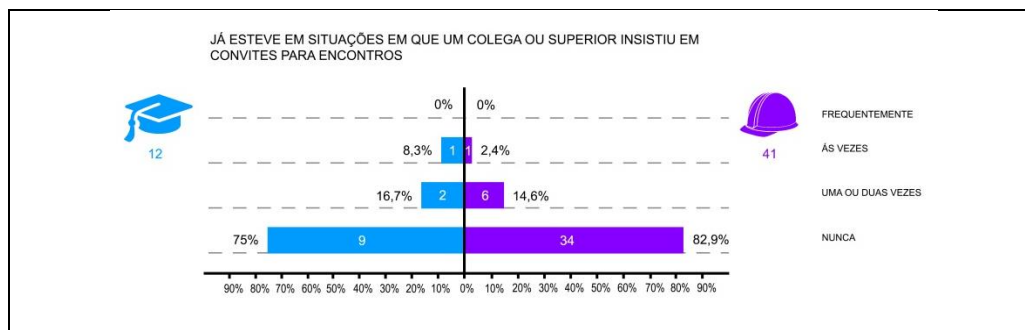


Fig. 9 - Comparação entre 2 tipos de assédio menos problemáticos na prática profissional na docência. Fonte: as autoras.

Embora o percentual seja mais baixo, o fato de que 4,9% das mulheres na prática profissional vivenciou um colega que a tocou causando desconforto e que 17% continuou recebendo convites para encontros mesmo após recusa inicial, evidencia desafios que ainda precisam ser vencidos. O fato do percentual ser ainda maior na docência para estas duas situações (25% para ambas as situações) é um dado perturbador que evidencia a necessidade de investigar mais profundamente as relações de gênero no ensino superior, que impactam tanto docentes quanto discentes.

5. CONCLUSÃO

A mulher vem ganhando espaço na atuação profissional da área, sendo mais de 60% dos profissionais registrados no Brasil. Mas, como foi destacado neste texto, identificamos que o assédio, embora muitas vezes não declarado, encontra-se naturalizado em uma série de comportamentos na sua prática profissional. Ao apresentar descrição específica de 10 tipos desses comportamentos ou situações, nos encontramos perante até 40% de registros de ocorrência. Além disso,



destacamos as estratégias que as próprias mulheres utilizam para driblar os acontecimentos: utilizar o humor, negar sendo simpática, evitar encontrar com a pessoa, solicitar a colegas “cuidar”, evitar os confrontos com chefia, fingir que não ouviu, etc., elementos que evidenciam que estamos longe de resolver essa problemática.

Comparando com pesquisa no cenário americano, os 3 tipos de assédio mais comuns são os mesmos no Brasil, contar estórias sugestivas, ouvir comentários de conteúdo sexual e receber tratamento diferenciado de gênero.

Dentro do exercício profissional, o espaço acadêmico e a prática projetual (mercado de trabalho) apresentam diferenças. Na maior parte das situações, o espaço acadêmico apresenta-se como um espaço da vivência profissional que permite uma menor ocorrência dessas ofensas. Entretanto, algumas situações ainda se mostram perturbadoras, evidenciando desafios que precisam ser enfrentados tanto na prática profissional quanto na docência.

6. REFERÊNCIAS

ANTHONY, K. **Designing for Diversity: Gender, Race, and Ethnicity in the Architectural Profession**. Urbana: University of Illinois Press, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, 1999, Vol.7, N. 1/2, pp. 9-24.

BURNS, Karen. “The Woman/Architect Distinction”. **Architectural Theory Review**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2012a, Vol.17, N.2-3, pp. 234-244.



CASER, Karla. "Discriminação de Gênero em Arquitetura: o campo profissional pela perspectiva da mulher arquiteta". **Anais ... V Enanparq**. Salvador, 13 a 19 de outubro de 2018.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2012 - **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/>>. Acesso: nov. 2016.

_____. **Censo 2018**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/>>. Acesso: março 2018.

CAVEN, Valerie. "Constructing a career: women architects at work". **Career Development International**. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2004, Vol.9, N. 5, pp. 518-531.

FITZGERALD, Louise et al. "The incidence and dimensions of sexual harassment in academia and the workplace". **Journal of Vocational Behavior**, 32, 1988, pg. 152-75.

GRAFT-JOHNSON, A.; MANLEY, S.; GREED, C. **Why Do Women Leave Architecture?** Londres: Royal Institute of British Architects, 2003. Disponível em: <<http://www.riba.org/fileLibrary/pdf/WWLAFinalreportJune03.pdf>>. Acesso: Outubro 2016.

_____. "Diversity or the lack of it in the architectural profession". **Construction Management and Economics**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2005, Vol.23, pp. 1035–1043.

GROAT, Linda; AHRENTZEN, Sherry. "Reconceptualizing Architectural Education for a More Diverse Future: Perceptions and Visions of Architectural Students". **Journal of Architectural Education**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd. 1996, Vol.49, N.3, pp. 166-183.

_____. "Voices for Change in Architectural Education: Seven Facets of Transformation from the Perspectives of Faculty Women". **Journal of Architectural Education**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd. ,1997, Vol.50, N.4, pp. 271-285.



JORDANA, Sebastian. "To Become an Architect (a guide, mostly for women)". **ArchDaily**, 31 de Março de 2010. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/54818>>. Acesso: 14 Nov. 2017.

KEANE, Katherine. "AIA Addresses Sexual Harassment and Racial Discrimination in Updated Code of Ethics". **The Journal of the American Institute of Architects**, 11/09/2018. Acesso: Outubro de 2018. Disponível em: https://www.architectmagazine.com/practice/aia-addresses-sexual-harassment-and-racial-discrimination-in-updated-code-of-ethics_o.

LABARRE, Suzanne. Exclusive: Why I Started A "Shitty Architecture Men" List. **Fast Company**, 15/03/2018. Acesso: outubro 2018. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/90164300/exclusive-why-i-started-a-shitty-architecture-men-list>.

ORIAKU, Ali. "#MeToo Meets Architecture -Two-thirds of architects experience sexual harassment, new survey says". **The Architect's Newspaper**, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://archpaper.com/2018/10/sexual-harassment-architecture/>. Acesso: outubro 2018.

PALHARES, Isabela. "Alunas do Mackenzie espalham frases machistas ditas por professores". **O Estado de São Paulo**, 28 Abril 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,alunas-do-mackenzie-espalham-cartazes-com-frases-machistas-ditas-por-professores,10000032022>. Acesso: Outubro de 2018.

POGREBIN, Robin. 5 Women Accuse the Architect Richard Meier of Sexual Harassment. **The New York Times**, 13 de março de 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/13/arts/design/richard-meier-sexual-harassment-allegations.html>. Acesso: Outubro de 2018.

WAITE, Richard e TETHER, Bruce. "AJ survey reveals 1 in 7 women architects have experienced sexual harassment". **Architects` Journal**. Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/news/aj-survey-reveals-1-in-7-women-architects-have-experienced-sexual-harassment/10027837.article>. Acesso: outubro 2018.



ARTE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DOCUMENTÁRIO RISCADAS

Karolyne Mendes Gomes
Graduada em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Realizadora audiovisual, atuando como cineclubista, fotógrafa e diretora.
mendeskarolyne@gmail.com

Gabriela Santos Alves
Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Pós doutora em Comunicação e Cultura (Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Eco/UFRJ). Realizadora audiovisual, atua como documentarista, cineclubista e curadora. Orientadora do trabalho.
gabrielaalves@terra.com.br

RESUMO: O Espírito Santo é um dos Estados que mais mata mulheres no Brasil, sendo sua capital, Vitória, a que mais mata mulheres negras no país. Nesse cenário, que estratégias e ações de enfrentamento à essa violência existem na cidade? Para nós, o espaço urbano ocupado por artistas visuais mulheres é um território privilegiado de construção dessas ações e propomos, no documentário *Riscadas*, potencializar a visualidade dos trabalhos de três dessas artistas: Thiara Pagani, Amanda Brommonschenkel e Kika Carvalho, que usam a arte como forma de enfrentamento à violência contra a mulher. As obras das artistas contibuem para o debate acerca do tema que estão sendo expostas na mídia diariamante, porém não são utilizadas como forma de conscientização ao feminicídio. Sabendo da potência do audiovisual, a reunião destas obras no filme se torna uma importante ferramenta para o debate acerca do tema. A proposta do artigo é, assim, apresentar alguns dados sobre o cenário de violência contra as mulheres no ES e relatar a experiência do processo de realização do documentário.

Palavras-chave: mulheres; arte; documentário *Riscadas*; violência; enfrentamento.

1. Introdução



Os índices de violência contra mulheres e meninas cresceram consideravelmente nos últimos anos. Um estudo realizado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) aponta que no Brasil 4,8 mulheres a cada 100 mil habitantes morreram em decorrência de gênero, levando o país a ocupar o quinto lugar no índice mundial de violência contra a mulher. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, 4.606 mulheres foram vítimas de homicídio no ano de 2016, o que leva à média de 12 mulheres assassinadas a cada duas horas.

O Mapa da Violência (2015) aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por sua condição de ser mulher. As mulheres negras são ainda mais vulneráveis. Entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Em 83% dos casos, os crimes são cometidos por familiares, parceiros ou ex-parceiros.

O Índice Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 2017, aponta que no estado do Espírito Santo, a cada 100 mil habitantes, 13 mulheres negras entre 15 e 29 anos são vítimas de homicídio. Fazendo recorte para o feminicídio – crimes motivados em razão de gênero, mortas apenas por serem mulheres – em 2017 o Espírito Santo registrou 41 mortes, ocupando o primeiro lugar da região Sudeste e o terceiro lugar no país no índice de morte de mulheres.

O cenário de violência fez com que o Estado do Espírito Santo se tornasse pioneiro no uso do Botão do Pânico, implementado em abril de 2013 como forma de medida protetiva às mulheres vítimas e ampliar o atendimento a elas.



Em agosto de 2018, a Lei 11340/06, a lei Maria da Penha completou 12 anos. A lei “visa criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. O nome da Lei é em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi agredida por seu marido Marco Antônio Heredia Viveros durante 23 anos. Neste período, Maria da Penha foi vítima das mais diversas agressões e de tentativa de homicídio por duas vezes. Em 1983, Marco tentou mata-la, da primeira vez com arma de fogo, a deixando paraplégica; na segunda vez, por eletrocussão e afogamento. Após tantas agressões e sofrimento, Maria da Penha buscou ajuda na justiça para que ele pagasse por seus crimes, mas só conseguiu após um longo processo. Neste cenário, as mulheres negras e não negras estão às margens de uma sociedade patriarcal e machista, tornando-se vítimas todos os dias. Dentre o espaço urbano, estes corpos femininos encontram-se em situações de potencial violência, onde os relatos de assédio moral, físico e sexual são constantes, além de transitar por espaços imageticamente favoráveis aos homens, com ruas com seus nomes e bustos em homenagens. Transitar nesses espaços é um ato de resistência.

Nessa linha, nosso empenho neste trabalho é evidenciar como artistas visuais mulheres capixabas têm criado narrativas urbanas diversas a fim de contribuir com o enfrentamento à violência contra a mulher em Vitória/ES através da realização do documentário Riscadas. O silenciamento feminino no espaço urbano também manifesta-se também através das manifestações artísticas expostas na cidade: pichações, grafites, intervenções artísticas, em sua maioria assinada por homens. A exposição dos trabalhos destas mulheres artistas, que usam suas obras como forma de enfrentamento à violência contra a mulher e



questionam a exclusão feminina do espaço urbano, contribuem para a amplificação da reflexão, urgente e necessária, tendo como cenário o espaço urbano do Centro de Vitória/ES.

2. O processo do filme *Riscadas*

A partir do artigo Visualidades no espaço urbano: arte e enfrentamento à violência contra a mulher em Vitória/ES ⁹¹, em que o estudo parte da busca de como enfrentar a violência contra a mulher a partir da arte, nasce o projeto do documentário *Riscadas*. O artigo foi escrito por alunas de jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo, onde elas fazem uma reflexão sobre a abordagem da mídia acerca do tema e como a arte pode ser usada como ação de enfrentamento à violência contra a mulher.

Ao buscar referências sobre casos de violência abordados pela mídia, fazendo recorte para o estado do Espírito Santo, o caso Araceli é bastante forte na memória do povo capixaba. Em março de 1973, a menina de 8 anos foi sequestrada, drogada, estuprada e morta e ainda hoje o caso permanece sem solução. O que chama atenção nesse caso é como a mídia local abordou o ocorrido: uma série de matérias que levavam a culpabilização da vítima e de sua mãe. Boatos de que sua mãe a usava para o repasse de drogas, que Araceli não devia ter ido embora com pessoas que ela não conhecia, eram criados para justificar e culpabilizar a vítima quanto à crueldade do crime.

⁹¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Alice Soares do Valle, Sthefany Duhz Cavaca, Yvena Plotegher Pelisson, sob orientação da Professora Dr^a. Gabriela Santos Alves.



Em 2015, segundo os dados do Mapa da Violência, Vitória ocupou o segundo lugar no índice de feminicídios e o primeiro na morte de mulheres negras. A partir do artigo citado anteriormente, através da arte urbana, o documentário se faz uma produção necessária para apresentar sob uma nova ótica um tema que, apesar de ser constantemente abordado pelos veículos de comunicação nacionais e locais, é retratado de maneira tão irresponsável.

Na busca por ações e estratégias como formas de enfrentamento à violência, fizemos recorte através da arte urbana e chegamos ao nome de três artistas capixabas que desenvolvem trabalhos que levam olhares para este tema. O objetivo deste documentário é construir a narrativa, com as personagens e através das personagens, de maneira que as trocas de experiências delas com a equipe, da equipe com elas, nossa com o espaço que nos cerca, sejam sentidas por quem assiste.

Amanda Brommonschenkel, Kika Carvalho e Thiara Pagani, são artistas visuais da cidade de Vitória e trazem em seu repertório a luta contra as desigualdades e violências plurais contra a mulher. Desenvolvem intervenções, pichos, lambe-lambes e peças teatrais, com o intuito de ressignificar o centro da cidade.

Kika Carvalho é estudante de Artes Visuais pela Ufes, grafiteira e componente do Coletivo DasMina, Coletivo Femenina e Coletivo Anarcafeministas. Alguns dos trabalhos de Kika são o Divino (2013), Desejo proibido (2015), Meta a colher (2016) e o Bode Expiatório (2017).



Intervenção Meta a colher, de Kika Carvalho, no Restaurante Universitário da UFES.
Vitória/ES, 2016

Amanda Bommonschenkel é artista visual e agente cultural, graduada em Comunicação Social e graduanda em Artes Visuais pela Ufes, compõe o Coletiva Comigo Ninguém Pode e o Coletivo DasMina, também produziu o FEME (Festival Mulheres no Grafite), o FMHH (Festival Mulheres no Hip Hop) e o Festival –Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser, junto ao Fórum de Mulheres do Espírito Santo (maio/2015).



Intervenção de Amanda Brommonschenkel no bairro Itararé, Vitória/ES, 2016.



Thiara Pagani é estudante da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro da Confraria de Teatro, grupo capixaba formado por mulheres que desenvolve pesquisa sobre novos espaços teatrais, processo colaborativo e dramaturgia de espaço. Seu enfrentamento à violência contra mulher também está presente nos pichos "Sozinha uma mulher negra", espalhados pelas ruas do centro da cidade e traz para a discussão a questão de gênero e raça.



Thiara Pagani na peça Todas as ruas tem nome de homem. Vitória/ES, 2017.

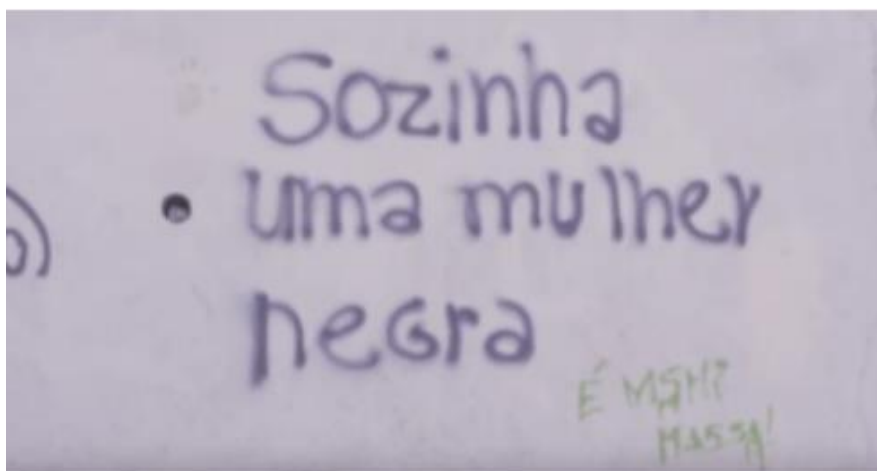
Cria-se aqui uma narrativa de forma colaborativa, com trocas de experiências e afetos. As artistas usam o centro urbano como uma grande galeria de arte aberta, permitindo a quem quer que por ali transite a oportunidade de acessar os questionamentos e reflexões levantadas através da arte urbana. Não há no documentário o interesse em salientar os dados da violência e sim entender as formas de enfrentamento e como o cinema é uma importante ferramenta de diálogo nesse processo.



O Centro de Vitória carrega características semelhantes a diversos centros urbanos brasileiros, no que diz respeito a ruas e avenidas que levam o nome de homens, bustos em homenagem a eles. Durante a pesquisa para a construção do roteiro, encontramos apenas dois bustos que representava mulheres: Dona Domingas, que foi uma catadora de papel que viveu na capital, cuja imagem fica próxima ao Palácio Anchieta e o busto de Sônia Cabral, pianista fundadora da orquestra Filarmônica do Espírito Santo, que está localizado dentro do Palácio de Cultura Sônia Cabral, na cidade alta. A estrutura patriarcal manifesta-se também na escolha dos nomes das principais ruas e avenidas da cidade, as quais levam nome de homens em sua maioria.

Diante da proposta de protagonismo feminino, o documentário *Riscadas* conta com uma equipe audiovisual majoritariamente feminina.

A narrativa desenvolve-se pela observação do espaço urbano e dos relatos das próprias artistas. Observamos a arquitetura da cidade, onde estão expostas as manifestações artísticas, como elas afetam e foram afetadas em seus locais de exposição.



Intervenção no picho de Thiara Pagani. Vitória/ES, 2017.



3. A arte, a cidade e elas.

Riscadas é um filme que tem como cenário o espaço urbano do centro de Vitória, trazendo suas características e evidenciando seus espaços. Para tanto, captamos imagens dos bustos de homens, placas de ruas e praças a fim de ilustrar de maneira imagética o que nos propusemos desde a concepção do projeto. Três dias foram destinados à captação das imagens e entrevistas. Os locais onde ocorreram as entrevistas foram escolhidos a partir de dois principais fatores: melhor acústica e maior segurança para a equipe, formada exclusivamente por mulheres, além dos equipamentos de alto valor. Mesmo que cada uma saiba se cuidar e tenha a máxima atenção ao andar pelas ruas do centro e desenvolver seu trabalho da melhor forma possível, o fato de ser um grupo de mulheres andando pelas ruas do centro da cidade, que muitos julgam serem perigosas, já nos torna alvo de possíveis olhares e assédios. Pela pesquisa prévia conseguimos nos precaver de qualquer tipo de imprevisto que pudesse ocorrer, ainda assim mantivemos nossa atenção redobrada.

Escolhemos uma escadaria, que é um elemento presente em várias ruas do centro da Cidade, para ser a locação principal das entrevistas, a Escadaria Acyr Guimarães. Essa escadaria fica bem próxima à praça Costa Pereira e nos servia como base para as outras locações. Traçamos uma rota que fosse segura e funcional para todos os dias de filmagens: as entrevistas e depoimentos foram feitos em dias específicos para cada artista na escadaria e todas gravadas na Acyr Guimarães; a captação das imagens de apoio (obras das artistas, grafites e lambes, cenas do cotidiano urbano, bustos nas praças, trânsito, movimento de



pedestres nas ruas, prédios) foram realizadas em locais previamente escolhidos durante a pesquisa e divididas entre as três diárias de gravação; as intervenções urbanas foram feitas pelas artistas em um único dia.



Set do documentário Riscadas. Entrevista de Amanda Brommonschenkel na escadaria Acyr Guimarães. Foto: Claudiana Braga.

A captação dos sons característicos do centro urbano da capital foi de extrema importância para a construção da narrativa. A maneira como esses sons se propagavam durante diferentes horários do dia, fez com nós nos atentássemos ao que acontecia ao nosso redor. Vendedores ambulantes, pastores, ambulâncias, carros, navios no porto de Vitória, trânsito carregado nos horários de pico e até mesmo as badaladas do sino da Catedral Metropolitana de Vitória nos chamaram a atenção e foram sons captados para serem utilizados posteriormente. Durante as diárias captamos muitas imagens que ilustrassem o centro da cidade para que fosse possível situar quem não conhece a capital do Espírito



Santo. Reunimos as imagens de diversas estátuas em diferentes pontos do centro de Vitória e nomes das placas das ruas para que pudessem incorporar a narrativa. No processo de pós-produção, momento em que demos forma a tudo o que foi pensado durante a pré-produção e gravação do filme, pudemos fazer o recorte do que julgamos ser o mais importante para a narrativa que nos propusemos construir. Para a ambientação do expectador começamos o filme apresentando espaço em que queremos que ele mergulhe nos 15 minutos de narrativa que o documentário decorre: o Morro do Penedo é a imagem que abre o filme e nos encaminha direto para o centro da capital. A partir daí, os planos de prédios imponentes da cidade entram para construir a narrativa e caracterizar o espaço urbano, intercalados aos sons e imagens do trânsito. Em *off*, uma fala que é ouvida mas que não há uma pessoa na tela dizendo aquelas palavras, são ouvidos os relatos das artistas, momento em que elas começam a expor sua relação com aquele espaço.



Frame do filme *Riscadas*. Busto do Desembargador Afonso Claudio, Praça Costa Pereira, Vitória.

Direção de fotografia: Luana Correa.



A intenção é deixar evidente para o espectador que a cidade também é uma personagem e por isso foi realizada a exploração de diversos elementos, porém deixamos de fora algumas estátuas para que não se tornasse um filme apenas sobre o centro urbano. O filme transita entre as obras das artistas espalhadas pela cidade, os arranjos arquitetônicos que as rodeiam e como estas intervenções dão a essas e outras mulheres o direito de estarem presentes naquele local. Os depoimentos das artistas entram em momentos pontuais onde a narrativa das imagens acompanham suas falas. Amanda Brommonschenkel afirma em trecho do documentário *Riscadas*:

Eu acho que hoje em dia a gente tá acostumada a ver tantas imagens que a gente não está preocupada em interpretar, às vezes, o que a gente tá vendo. A sociedade manifesta um incômodo porque as pessoas estão escrevendo, mas eu acho que eu não sei se as pessoas param pra pensar porque essas mensagens estão aparecendo, entende?



Pichações de Kika e Amanda na Rua Josué Prado. *Frame do filme Riscadas*.
Direção de fotografia: Luana Correa.



Os depoimentos das artistas foram imprescindíveis para a construção da linha narrativa do documentário. Os relatos sobre suas relações com o centro urbano da capital, a maneira que os espaços as afetam, assim como suas obras afetam os espaços e também forma que as interferências em suas obras as afetam de volta. O que nos chama atenção em seus depoimentos é que, de certa forma, a interferência em seus trabalhos as agrada, porque assim é uma forma saber que seus questionamentos foram vistos e incomodaram tanto a ponto de quererem apagá-los. Na cidade que mais mata mulheres no Brasil e a que mais mata mulheres negras apagar uma intervenção artística feita por e para mulheres diz muito a respeito do espaço opressor e patriarcal em que vivemos. O filme termina com questionamentos das artistas sobre onde foram parar as mulheres artistas, diretoras e escritoras dos livros escolares e suas falas são cobertas por intervenções feitas durante as gravações do filme. Intervenções essas que servem para narrar e continuar histórias de outras mulheres, bem como das próprias artistas.



Set do documentário *Riscadas*. Da esquerda para direita: Kika Carvalho, Amanda Brommonschenkel e Thiara Pagani.



Considerações finais

O crescente número de mulheres em situação de violência no Brasil, um dos piores países da América Latina para se nascer menina, em especial devido aos níveis extremamente altos de violência de gênero, é um fenômeno que demanda reflexão e ação. Nós, mulheres, somos marcadas por um cotidiano de silenciamento e invisibilidade que vivemos diariamente ao transitarmos pelos espaços públicos das cidades e sofremos violências das mais diversas, sejam elas físicas ou simbólicas. E nesse cenário, Vitória, capital do Espírito Santo e cidade que elegemos como palco urbano de nossa pesquisa acadêmica e prática artística com a realização do documentário *Riscadas*.

O conceito de invisibilidade é central quando se trata das mulheres e da teoria feminista. O movimento recente, ou a chamada terceira onda do feminismo, exige, como uma de suas pautas, visibilidade e inserção das mulheres em todos os espaços que tanto histórica quanto socialmente nos foram negados – a rua, a escola, o bar, a política. E quando se trata do espaço urbano é urgente que possamos ocupá-lo, transitar por ele sem medo e nos identificarmos com os nomes, bustos e monumentos presentes ali, ou seja, tornar esses espaços representativos e convidativos para nós, mulheres.

Acreditamos que o audiovisual é uma narrativa potente para a construção dessa visibilidade. Inseridos em uma sociedade em que o aparato audiovisual está presente em praticamente todos os ambientes públicos e privados, desde a tv na sala ou nos quartos da maioria das



casas até o telefone celular sendo manuseado em transportes coletivos, escolas e hospitais.

Dessa forma, investir na realização de um documentário sobre mulheres artistas que expõem suas obras no espaço urbano e através delas contribuem para o enfrentamento à violência física de gênero foi a forma que encontramos, e aqui falamos por toda a equipe do filme, de contribuir para que esse enfrentamento possa chegar a plateias que possivelmente pouco pensaram acerca da questão abordada em *Riscadas*.

REFERÊNCIAS

Mapa da violência 2017. Ipea, FBSP. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

Atlas da violência 2018, Ipea. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>

BUGNI, Renata Porto. Políticas pública para as mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal. Dissertação de mestrado. São Paulo: 2016.

VALLE, Alice Soares do; ALVES, Gabriela Santos; CAVACA, Sthefany Duhz; PELISSON, Yvena Plotegher. Visualidades no espaço urbano: arte e enfrentamento à violência contra a mulher em Vitória/ES. Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Folha de São Paulo. Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 estupros por dia. Disponível em:



<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/brasil-registra-606-casos-de-violencia-domestica-e-164-estupros-por-dia.shtml>

Portal das CEBS. CF 2018 e a Violência contra a mulher: a expressão mais dramática da desigualdade de gênero no Brasil. Disponível em <<http://portaldascebs.org.br/2018/03/13/cf-2018-e-violencia-contra-mulher-expressao-mais-dramatica-da-desigualdade-de-genero-no-brasil/>>

“SINHÁS” E CATIVAS: AS MULHERES NA SOCIEDADE DE ITAPEMIRIM-ES DOS OITOCENTOS

Laryssa da Silva Machado
Mestranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo
assyral@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade de Itapemirim no século XIX, tanto das senhoras da sociedade quanto das cativas. Para isso, serão analisados documentos primários, tais como Lista Nominativa da População de Itapemirim de 1833, Inventários *post-mortem*, Testamentos e Documentos Eclesiásticos. O objetivo é identificar o papel que as mulheres desempenharam nessa sociedade, tanto as proprietárias de bens quanto as escravizadas. Os documentos apresentam mulheres como donas de fortunas em terras, joias e cativos, ao mesmo tempo que traz inúmeras cativas, que não possuíam bens, mas tinham ocupação como mucamas, cozinheiras ou rendeiras, além de chefiarem famílias, as vezes formadas por vários filhos. Assim, esse artigo quer destacar essas mulheres, que na maioria das vezes têm suas histórias ofuscadas por uma sociedade patriarcal.

Palavras-chave: escravidão em Itapemirim, história das mulheres, história do Espírito Santo, história de Itapemirim.

Introdução

A historiografia brasileira, nas últimas décadas, passa por uma reformulação em relação as pesquisas, uma vez que, novas fontes passaram a ser utilizadas na produção de inúmeros trabalhos. Os novos



debates surgidos a partir de então, colocam personagens antes esquecidos pela historiografia em destaque. Temas como “História das Famílias”, “Famílias Escravas” e “História das Mulheres”, que serão retratados nesse artigo, passaram a serem estudados nos últimos anos.

O presente artigo pretende analisar a trajetória de algumas mulheres da sociedade de Itapemirim-ES ao longo do século XIX, sendo estas Sinhás e cativas. Portanto, a história das mesmas perpassa pelos estudos relacionados a história das mulheres, mas também, história das famílias e da escravidão. A autora que vos escreve pesquisa famílias escravas na sociedade itapemerinense, muitas formadas apenas pela figura materna, uma vez que, muitos documentos só apresentam o nome dos pais quando a união era regularizada pela Igreja Católica (SLENES, 2011, p.110).

Nos estudos sobre famílias no Brasil, destaca-se a heterogeneidade dos laços familiares, uma vez que na sociedade brasileira coexistiram diferentes etnias, o que colaborou para formação de uma sociedade complexa e hierarquizada (SCOTT, 2015, p. 25). Entre os séculos XVI e XVIII, o termo “família” representava a ideia de coabitação enunciada, independente de laços consanguíneos, e abrangia a “gente da casa”, que eram criados e agregados. Também estava relacionado aos parentes, que eram ligados por laços consanguíneos, mas não coabitavam (FARIA, 1998, p.41).

No Brasil, os escravos não eram incluídos como membros da família (FARIA, 1998, p. 41). Ainda assim, o parentesco por afinidade, obtidos em rituais como os de compadrio, por exemplo, eram traços importantes na composição familiar. “O termo “família” extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser



tudo ao mesmo tempo, o que [...] incluía em suas análises as demais relações de consanguinidade e coabitação" (FARIA, 1998, p. 43).

Dentre as famílias estudadas, estão a formada por cativos. Os estudos sobre o tema são complexos. Alguns sugerem que, o estabelecimento de laços familiares remete ao conceito básico de linhagem, existente na África Central. Os cativos que foram trazidos para o Brasil, ainda que tivessem sido radicalmente separados de suas sociedades de origem, teriam lutado para organizarem sua vida familiar (SLENES, 2011, p.155). Ao mesmo tempo, outros estudos apontam que a formação de famílias estava entre as estratégias políticas senhoriais, evitando que os mesmos se rebelassem (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.30). "Os laços parentais, por sua vez, criavam sólida base para o relacionamento pacífico, assim como as cerimônias rituais" (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 32).

É inegável a presença da família cativa na historiografia brasileira atual e nestas, o papel das mulheres é de fundamental importância. Segundo Louise Tilly, a história das mulheres não pode ser definida apenas pela questão biológica. Também é preciso analisar questões sociais e familiares, regras e costumes que são decorrentes de estruturas de poder (1994, p. 31). As mulheres então, ganharam status de agentes históricos, a partir de suas atuações em camadas sociais, grupos familiares e diferentes culturas (LEITE, 1994, p. 58). Muitos estudos discutem a visão que se tinha até o século XIX, onde a mulher aparecia como pária da sociedade, reclusa as funções de mães e esposas (CUNHA, 2000, p. 143). Na realidade, ao se fazer uma análise de diversas sociedades, percebe-se que as mulheres ocupam papéis que as destacam.



O que este trabalho pretende mostrar é justamente o papel desempenhado pelas mulheres itapemerinenses, tanto as “Sinhás” escravocratas quanto as suas cativas. Para isso, serão utilizadas as fontes cartoriais⁹² (testamentos e inventários *post mortem*) e eclesiásticas⁹³ (registros de batismos), além da Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833⁹⁴. A intensão é, além de apresentar dados gerais sobre a população, ressaltando o número de mulheres nessa sociedade, levantar alguns trechos das histórias dessas mulheres e destaca-las em uma sociedade machista. É interessante destacar nesse trabalho que, serão analisadas mulheres que se encontram em lugares antagônicos: a senhora e a escrava.

Assim, este artigo quer apresentar as mulheres donas das principais fortunas e das maiores escravarias, bem como aquelas que, no leito de morte, libertaram seus cativos ou doaram algum bem aos mesmos, além daquelas que levaram os infantes, filhos de suas escravas, a pia batismal. Também se pretende analisar a vida de algumas escravas, as profissões e qualificações que as mesmas possuíam e suas famílias. Algumas cativas eram casadas, outras por sua vez, eram mães solteiras e, em alguns casos, eram avós. A trajetória dessas mulheres merece destaque, pois representa uma página importante da historiografia brasileira e capixaba, pouco explorada.

⁹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

⁹³ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.



Itapemirim no século XIX

Os Oitocentos inauguram uma nova fase na política e na economia capixaba. Nos primeiros anos, baseava-se na produção de alimentos que eram exportados para a Corte e outras províncias (CARVALHO, 2008, p. 59-60). Também havia produção de açúcar e cachaça. As lavouras de cana, bem como os engenhos, foram introduzidas no território capixaba desde o início de sua colonização em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, capitão donatário capixaba (DAEMON, 2010, p. 111).

A partir de 1800, ainda que com muita dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade, pois foi exatamente nessa época, fim do século XVIII e início do século XIX, que se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio (SANTOS, 2002, 153).

O café foi o grande responsável pela transformação da economia capixaba. Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-16), tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo de cana, que predominava até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente no Vale do Rio Itapemirim. A transição da primeira para a segunda metade do século XIX, período em que o café despontou como principal cultura é classificado por José Teixeira de Oliveira (2008, p. 354) como o “início de uma nova era”.



O Vale do Rio Itapemirim, região que concentrou as lavouras de café e que trouxe uma nova era para a economia capixaba na segunda metade dos Oitocentos, cresceu economicamente através do cultivo da cana de açúcar e estava entre as primeiras sesmarias doadas pelo capitão donatário Vasco Coutinho a Pedro da Silveira em 1539 (DAEMON, 2010, 114). Porém, os primeiros sinais de colonização efetiva ocorreram por volta do século XVIII com Domingos Freitas Bueno Caxangá, que adquire as terras da foz do Rio Itapemirim e se estabelece na região, construindo uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá, localizada no alto de um morro e mais tarde denominada de Fazendinha” (MORENO, 2016, p. 19).

Mas é no fim do século XVIII que a colonização se concretiza, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, região no interior do Espírito Santo, onde o bandeirante Pedro Bueno Cacunda liderava um grupo que realizava a mineração de ouro. Após ataque dos índios puris, os sobreviventes desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram a Barra deste rio, intensificando a povoação da região (OLIVEIRA, 2008, p. 222). A chegada dos bandeirantes de Castelo efetiva a colonização itapemerinense. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio” (BITENCOURT, 2006, p. 78).

Esses eventos dão o pontapé inicial para o desenvolvimento de Itapemirim, através do cultivo da cana e da instalação de engenhos produtores de açúcar e aguardente, além de lojas de secos e molhados (VASCONCELLOS, 1978, p. 36). Muitos migrantes mineiros, paulistas e fluminenses, em busca de melhores condições de vida e de



terras férteis, vieram para o Vale do Itapemirim. Trazem consigo seus familiares, maquinários e escravos (MORENO, 2016, p.32).

É importante destacar que, esses fazendeiros intensificaram a produção de açúcar, que por muito tempo foi o principal produto exportado pela província, e trouxeram o cultivo do café para a região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 18). Além disso, houve um nítido crescimento da população, onde se criou condições para a emancipação política. Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em nove de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p. 33).

As lavouras de café foram, inicialmente, implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, substituíram as plantações de cana de açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). Porém, a expansão das lavouras seguirá na direção das terras do interior da região sul, já que oferecia condições naturais de solo e clima mais propícias (SALETO, 1996, p. 35). A região litorânea retornou o cultivo da cana como principal lavoura, enquanto que no Alto Itapemirim, as plantações de café se desenvolveram com sucesso (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35). Além do café, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.



No ano de 1856 Cachoeiro de Itapemirim se torna freguesia, separando-se definitivamente de Itapemirim em 1864⁹⁵. O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café. Esse porto tornou-se o mais importante da província, pois estava próximo da região produtora de café e era o porto mais perto da Corte (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

Toda essa dinâmica econômica gerou uma diversidade na paisagem humana itapemerinense. A presença de cativos na região foi expressiva, graças as lavouras de cana de açúcar. Em alguns anos, de acordo com os levantamentos realizados pelas autoridades locais, a quantidade de escravizados superava o número de habitantes livres. Os anos de 1827 (VASCONCELLOS, 1978, p. 39), 1839 (LAGO, 2013, p. 39) e 1843⁹⁶ são exemplos desse fato. Em 1827, por exemplo a população total de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, sendo 797 livres (44%) e 1.038 escravos (56%). Já em 1839, eram 1.635 escravos (66%) contra 852 (34%) livres, numa população de 2.487 pessoas. Em 1843, eram 3.984 habitantes, sendo 1.825 livres (45%) e 2.109 cativos (55%).

⁹⁵ O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada a categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

⁹⁶ Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16.



No Censo oficial de 1872⁹⁷, que recenseou toda a população do Império brasileiro, a população de Itapemirim somava 9.881 habitantes, sendo 2.873 escravos (32%) e 6.808 livres (68%). Percebe-se que, mesmo nos anos em que a população livre era superior a cativa, o alto índice de escravos pode ser observado. Em alguns levantamentos, os valores para homens e mulheres foram especificados, o que permite ter uma noção de quantas mulheres, livres e cativas, haviam em Itapemirim.

Na Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita pelo ex-presidente provincial Ignácio Acciole de Vasconcellos (1978, p. 39) em 1828, os dados referentes aos anos de 1824 e 1827 são apresentados. Em 1824, a população de Itapemirim era de 2.332 habitantes, sendo 1.041 mulheres. Dessas, 574 (55%) eram livres e 467 (45%) eram cativas. Já em 1827 a população de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, onde 886 eram mulheres, 415 (47%) livres e 471 (53%) cativas.

Outro documento que aparece a quantidade de mulheres é a Lista Nominal de 1833. Dos 2.937 habitantes, 954 eram mulheres adultas, sendo 396 livres (41,5%) e 558 mulheres cativas (58,5%). Também pode-se observar a quantidade de mulheres adultas no Censo de 1872. Dos 9.681 habitantes, 4.490 eram mulheres: 2.997 livres (66,7%) e 1.493 cativas (33,3%). É importante destacar que nesses dois últimos documentos, a quantidade de crianças foi separada dos adultos. Esses valores servem para demonstrar a quantidade de mulheres na sociedade

⁹⁷ Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#.



itapemerinense. Os próximos tópicos destacarão algumas mulheres, sinhás e cativas, dessa sociedade.

As Sinhás de Itapemirim

A Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, levantada pelo então Juiz de Paz Francisco de Paula Gomes Bittencourt, coletou informação dos 2.937 habitantes da Vila, que se dividiram em 303 fogos. Grandes fazendeiros, proprietários de muitos animais, terras e escravos aparecem nessa lista. Entre os maiores escravocratas da lista, duas eram mulheres: Thomazia da Silva Medella, Josefa Moreira Borges, Maria Magdalena, Anna Tavares e a Baroneza de Itapemirim, Leocadia Tavares Brum.

Thomazia da Silva Medella, era a segunda maior proprietária de escravos que aparece na lista, com 107 cativos. Havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido, e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar de vivenda de telha, fábrica de farinha, plantações de cana e mandioca e 241 animais. Além da Fazenda Cotia, D. Thomazia possuía um sítio, propriedades de casas na Vila e terras em diferentes lugares⁹⁸. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

⁹⁸ Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.



A maior fortuna desse documento pertence a Joaquim Marcelino da Silva Lima, marido de Leocádia da Silva Lima, que no ano de 1846 tornariam-se Barão e Baronesa de Itapemirim. D. Leocádia era filha do Capitão Tavares Brum e de D. Thomazia da Silva Medella. Eram donos das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio, e nessas fazendas possuíam mais de 400 escravos (MARINS, 1920, p. 212-214).

Em 1833, o casal ainda não havia recebido o título de nobreza. Entre os bens, aparece apenas a Fazenda Muqui com 304 escravos, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período (PEREIRA, 2015, p. 5-6). Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias.

Outra fazendeira importante foi Anna Tavares, esposa de José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, além de 1.130 braças de terras próprias, engenho de açúcar, fábrica de aguardente, casas de vivenda e telha, prédios na Vila, olarias, plantações de cana, café e mandioca e 310 animais. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. A



situação de terras Paineiras, uma das principais da região que deu origem à fazenda com mesmo nome anos mais tarde, em 1833 pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça, cercados, lavouras, 305 animais e 51 escravos. Salles também era dono de uma casa de vivenda de telha. Essa fazenda foi adquirida por Luiz Moreira da Silva Lima e sua esposa Rita, posteriormente.

A Fazenda Barra Seca pertencia a Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar, lavouras, 109 animais e 32 escravos. D. Maria também possuía casa de vivenda na Praça da Vila. Outra proprietária de destaque nessa lista foi dona Josefa Moreira Borges, dona da Fazenda Colheres, com fábrica de açúcar e cachaça, lavouras de cana e café, 49 escravos e 132 animais. Essas quatro mulheres que aparecem na Lista Nominal de 1833 são exemplos de Sinhás que administravam negócios e possuíam quantidade grande de cativos.

Outra fonte onde pode-se observar a presença de mulher abastadas financeiramente, são os inventários *post mortem*⁹⁹. Em 04 de março de 1849, João Nepomuceno Gomes Bittencourt abriu inventário de sua esposa, Francisca da Costa Pinheiro Gomes. Possuía 111 cativos, terras, ferraria, engenho, alambique, moendas, caldeiras, plantações de mandioca e cana, além da casa na Fazenda Coroa da Onça. O casal também possuía bens na Vila e em Brejo dos Patos.

Outra grande fazendeira que teve seu inventário aberto em Itapemirim foi Urçula Barreto da Silva Barbosa deixou testamento e inventário, que foram abertos em 1863. No testamento descreve que era natural de Campos, província do Rio de Janeiro. Fora casada com Joaquim

⁹⁹ Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.



Moreira da Silva Lima com quem teve suas filhas, Rita e Ignacia, ambas casadas com os filhos do Barão de Itapemirim. Casara-se novamente com o Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa. Sua escravaria também era formada por 111 cativos. Ela e seu marido eram donos da Fazenda Cutia, que na Lista Nominal de 1833 pertencia a D. Thomázia da Silva Medella. Havia nessa fazenda engenho, alambique, olaria, casa de farinha, além de roças de cana, milho mandioca e café. Também possuíam bens em Brejo Grande, na Vila e em Nova Victoria.

Além desses dois documentos, nos registros de batismo de escravos¹⁰⁰ pode-se observar a presença de mulheres com grande quantidade de cativos. A Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim, possui três livros de batismo que foram destinados aos cativos entre os anos de 1840-1888. Marianna Barreto da Silva Lima é uma das proprietárias de escravos que levaram infantes a pia batismal que aparecem nos três livros. Ao todo foram batizadas 34 crianças que pertenciam a sua escravaria. Outra proprietária que possibilitou aos seus cativos o sacramento do batismo foi Mafalda Maria do Espírito Santo. Os registros dos infantes batizados que a pertenciam aparecem no segundo e no terceiro livro. Ao todo foram 33 batismos.

Procurou-se apresentar aqui mulheres que possuíam fortuna e grande quantidade de escravos. Essas, porém, são algumas das “sinhas” de Itapemirim. Infelizmente, a ausência de fontes impede que análises mais profundas sobre essas mulheres sejam realizadas por agora. O próximo

¹⁰⁰ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.



tópico procurará observar mulheres que ocupavam a base da sociedade brasileira, as escravas.

As Cativas de Itapemirim

Os inventários *post-mortem* possibilitam reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e libertos (SILVA, 2018, p.6). Além disso, o documento revela o “plantel escravista” do falecido, nomeando-o, listando-o e avaliando-o entre seus bens. É possível acompanhar as transformações e dinâmicas da sociedade escravista (FURTADO, 2009, p. 111-112).

Entre os anos de 1836 e 1888 foram catalogados 85 documentos cartoriais, entre inventários *post mortem* e testamentos, de cidadãos itapemerinenses. Nesses documentos, foram levantados dados de 1.093 cativos. Desses, 523 eram mulheres (48%). Em alguns documentos aparece a função das mesmas na sociedade escravista: serviço de roça, mucamas, costureiras, rendeiras, cozinheiras, criadas, doceiras e do serviço doméstico. Era comum aparecerem com mais de uma função, como serviço de roça e mucama (funções que mais aparecem nos documentos), ou costureira e rendeira, ou criada e mucama, ou mucama, costureira e cozinheira¹⁰¹.

Outra fonte importante para se conhecer informações sobre a vida dos cativos são os documentos eclesiásticos. A carência de fontes censitárias faz com que os registros paroquiais ganhem destaque, segundo Graça Filho e Libby (2016,p. 11). Detalhes do cotidiano de livres, libertos e cativos podem ser encontrados nas páginas amareladas

¹⁰¹ Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.



dos livros paroquiais. Entre 1840 e 1888, 1.838 batismos foram realizados em Itapemirim, sendo que 875 eram meninas (47%).

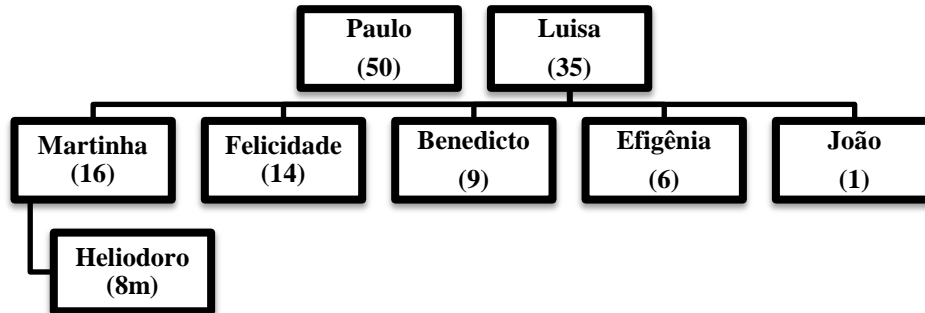
Interessante que, tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos, existe uma proporcionalidade entre a quantidade de homens e mulheres cativos. Muitas dessas mulheres, apesar violenta condição que a escravidão proporcionava, adquiriam famílias e filhos. Nos documentos cartoriais, aparecem 95 famílias entre 1836-1888, sendo que 50 eram matrilineares (52,5%), ou seja, formada por mães solteiras. Já nos registros de batismo a quantidade de famílias formadas apenas pela figura materna também é elevada. Foram identificadas 1.133 famílias, sendo que 734 (64,8%) eram matrilineares.

O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas um filho, são reflexo de uma escravaria jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstrou Florentino e Góes (1997, p.143-144). O que não significa que não houvessem uniões estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. É interessante observar que, algumas dessas famílias chegavam a ter netos e podem ser encontradas tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos.

Em 1845 o casal Paulo e Luisa apareceram na partilha do desembargador Ignacio Acioli de Vasconcelos. Ele, com 50 anos, era de origem Mina e ela, com 35, Caçanga. Nesse documento aparecem cinco filhos. A filha mais velha do casal, Martinha, também era mãe de uma criança, Heliodoro, que tinha 8 meses quando o documento foi escrito. Não aparece o nome do pai dessa criança.



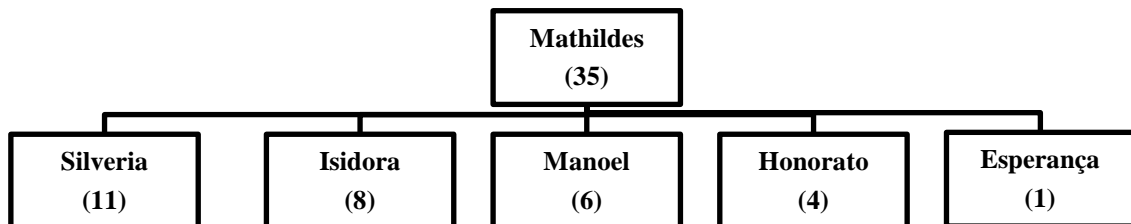
QUADRO 1: Família de Paulo e Luisa, cativos de Ignácio Acioli de Vasconcellos



Fonte: Inventário de Ignácio Acioli de Vasconcelos, APEES.

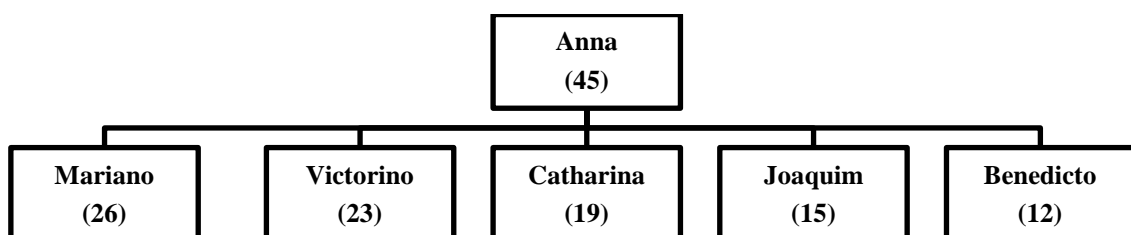
Outros exemplos de famílias cativas são as chefiadas por Mathildes, com 35 anos e Anna com 45 anos. Aquela pertencia a Antônio José Correa e está pertencia a D. Urçula Maria do Espírito Santo. Ambas tinham 5 filhos e não consta o nome de seus maridos ou companheiros nos registros.

QUADRO 2: Família de Mathilde, cativa de Antônio José Correa



Fonte: Testamento e Inventário de Antônio José Correa, APEES.

QUADRO 3: Família de Anna, cativa de Urçula Maria do Espírito Santo

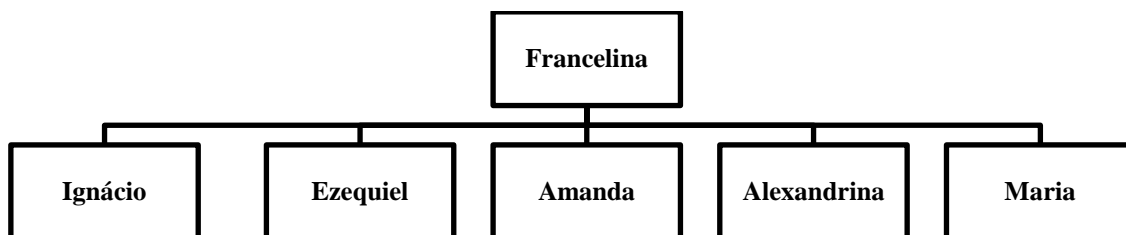




Fonte: Inventário de Urçula Maria do Espírito Santo, APEES.

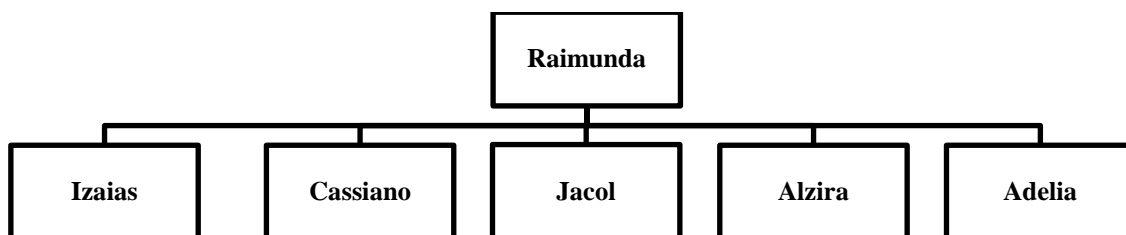
Nos documentos eclesiásticos também são encontradas famílias chefiadas por mulheres com muitos filhos. É o caso da família de Rita, cativa de Archanjo José de Souza, que batizou seis crianças no período estudado. Caso semelhante pode ser observado com Raimunda, cativa de D. Marianna Barreto da Silva Lima e Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha, que batizaram cinco infantes cada uma.

QUADRO 4: Família de Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3

QUADRO 5: Família de Raimunda, cativa de Marianna Barreto da Silva Lima



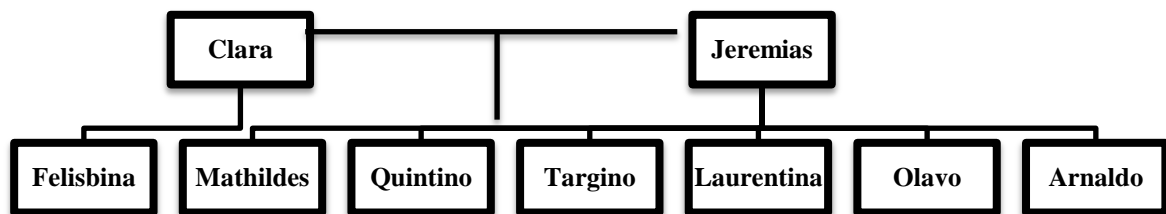
Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3

Clara, cativa de Antônio Domingues Tinôco, era casada com Jeremias. No ano de 1860, Clara batizou sua filha mais velha, Felisbina, sem a menção do pai no registro. Nos anos seguintes, junto com Jeremias,



batizaram outras 6 crianças. A família de Clara e Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes (1984, p. 2121), onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois.

QUADRO 11: Família de Clara e Jeremias, cativos de Antônio Domingues Tinôco



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3

Essas são apenas algumas famílias que aparecem nos registros eclesiásticos e cartoriais de Itapemirim, e demonstram que as mesmas, apesar das condições degradantes da escravidão, tinham liberdade para se relacionarem e podiam constituir famílias com muitos filhos. Essas famílias numerosas, muitas sem a presença da figura masculina, pode ser um indício de uniões consensuais não sacramentadas, porém respeitadas pela sociedade onde estavam inseridas (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 80-81).

Referências Bibliográficas

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.



BITENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

CUNHA, M. F. MULHER E HISTORIOGRAFIA: DA VISIBILIDADE À DIFERENÇA. In.: *Hist. Ensino*, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1833-1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, M. e GÓES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, J. F. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LEITE, M. L. M. História das Mulheres. In.: *Revista USP*, n. 23, 1994, p. 56-61.

LIBBY, D. C. et. Al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.



MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes.

Disponível em

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecto_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SALETO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, E. F.. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, G. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153-187.

SILVA, A. F. da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, p. 1-10 Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550_



ARQUIVO_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf. Acesso em 21 de julho de 2018

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

TILLY, L. GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA SOCIAL. In.: *Cadernos Pagu* (3), 1994: p. 29-62.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

OS REFLEXOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS LICENÇAS MATERNIDADE E PATERNIDADE¹⁰²

Laura Rosenberg Schneider
Graduanda do curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
laura.sch08@gmail.com

Carolina Bastos de Siqueira
*Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de
Direito de Vitória (FDV)*
carolbastos@msn.com

RESUMO: A partir da década de 1970, ocorreu uma grande feminização do mercado de trabalho brasileiro e mundial, por meio da qual as mulheres foram submetidas a condições precárias de trabalho, sem deixarem de atuar como principais responsáveis pelas tarefas domésticas, gerando a dupla jornada de trabalho. A divisão sexual do trabalho está diretamente relacionada a este cenário, visto que as mulheres são majoritariamente responsáveis pelo "trabalho reprodutivo", realizado no âmbito doméstico, enquanto os homens são maioria no "trabalho produtivo", realizado na esfera pública. Em função da difusão destes valores, às mulheres é conferida a

¹⁰² Este artigo foi realizado a partir da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso da autora, sob a orientação da Prof^a Doutoranda Carolina Bastos de Siqueira.



obrigação de tirar a licença pós-parto enquanto os homens voltam a trabalhar após o nascimento da criança. Tal cenário levou à criação de uma série de barreiras culturais e legislativas que aumentaram continuamente a divisão desigual dos deveres trabalhistas e familiares entre homens e mulheres. Exemplo disso é a disparidade entre licença paternidade, de 5 dias pagos, e licença maternidade, de 120 dias. Acredita-se que a diferença no período de licença pós-parto concedido aos homens e às mulheres seja um dos fatores que geram discriminação com base de gênero no mercado de trabalho. Contramedidas adotadas em outros países a fim de combater tal desequilíbrio incluem licenças maternidade e paternidade maiores, ou licença parental. Diante disso, analisando os indicadores de desigualdade de gênero em países nos quais a licença pós-parto é melhor dividida entre os pais, busca-se compreender se o aumento da licença paternidade pode ajudar na efetivação da igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Palavras-chave: licença pós-parto; divisão sexual do trabalho; desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento dos movimentos feministas, discussões sobre igualdade de gênero são cada vez mais comuns nas universidades e a ideia de que os papéis impostos aos homens e às mulheres não passam de construções sociais é muito mais aceita na sociedade. Assim, o tratamento legal dado às licenças maternidade e paternidade torna-se uma temática importante a ser discutida atualmente, uma vez que a sua implementação de maneira eficaz pode, além de permitir a participação do pai no crescimento do filho, ajudar a promover a igualdade de gênero nos espaços públicos e privados.

Como visto nos últimos anos, a discussão envolvendo licença paternidade, maternidade e licença parental tem estado em voga tanto em organizações internacionais quanto em estados nacionais, promovendo mudanças nas políticas públicas desenvolvidas nesse setor por alguns destes países. Contudo, em muitas dessas nações, o tempo de licença pós-parto garantido aos pais continua sendo muito inferior



àquele assegurado às mães, reforçando um paradigma histórico de que a mulher é a responsável pelo cuidado da casa e o homem é o provedor da família.

Tal visão da mulher como única responsável pelo trabalho doméstico é consequência de uma construção histórica sobre como ela deve se comportar e de um processo de desqualificação do seu trabalho por meio do sistema capitalista de produção. A partir da década de 70, as mulheres foram submetidas a condições precárias de trabalho, ocupando a maior parte das profissões informais/precarizadas e mal pagas, sem jamais deixarem de atuar como responsáveis pelas responsabilidades domésticas e por toda a família, gerando uma sobrecarga de trabalho.

A ideia de que as mulheres têm um pretenso instinto materno biológico que as torna melhores no cuidado infantil segue muito difundida na sociedade, sendo estes valores repassados pela família patriarcal desde a infância, quando as meninas são incentivadas a brincar com bonecas e os meninos com carrinhos.

Estes estereótipos em torno das mulheres e suas supostas habilidades especiais com crianças têm um reflexo nas próprias leis dos países, como o Brasil, por exemplo, que constitucionalmente garante cinco meses de licença maternidade, mas apenas cinco dias de licença paternidade, reforçando a ideia de que é encargo da mulher o cuidado com a criança.

Nesse cenário de responsabilização desigual pelas responsabilidades domésticas, já incutido na sociedade como uma questão natural, as habilidades adquiridas informalmente pelas mulheres nos afazeres



domésticos passaram a ser exploradas pelo capital para a busca da intensificação do ritmo do trabalho, tornando-o ainda mais precário.

A divisão do trabalho, portanto, está diretamente relacionada ao gênero, uma vez que as mulheres são majoritariamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ou seja, aquele realizado no âmbito doméstico, enquanto os homens são maioria na realização do trabalho produtivo, aquele gerador de capital, realizado na esfera pública. Entende-se que essa classificação entre o trabalho masculino e feminino é uma das formas centrais de exploração sobre o trabalho pelo capital, uma vez que o hierarquiza e permite uma exploração desigual das mulheres, submetendo-as a condições mais precarizadas e desvalorizadas.

O próprio Estado, mesmo que indiretamente, tem uma função essencial na exploração da força de trabalho da mulher, uma vez que incentiva um modelo de lar no qual o trabalho masculino é produtivo e o trabalho feminino é reprodutivo. Isso fica ainda mais claro quando se analisa a disparidade entre o tempo de licença maternidade e licença paternidade, que intensificam tal visão da mulher responsável pelo trabalho doméstico.

Ambas licenças são garantidas constitucionalmente, contudo, a Constituição Brasileira de 1988 assegura 120 dias de licença maternidade, que devem ser divididos para os períodos anterior e posterior ao nascimento da criança. Enquanto isso, a licença paternidade é de apenas cinco dias pagos e consecutivos.

Esse tema se mostra de extrema importância, portanto, em razão da gradual mudança de mentalidade que vem ocorrendo na sociedade e



da inconsistência do discurso de que as mulheres deveriam escolher entre ser mães ou ser profissionais de sucesso. Entretanto, essa mudança deve ser acompanhada pelas leis, a fim de que sejam possibilitadas transformações concretas.

Dessa maneira, este artigo tem o objetivo de analisar como as diferenças no período entre tais licenças podem contribuir para a discriminação com base no gênero no mercado de trabalho, verificando se o aumento da licença paternidade seria um meio eficaz de diminuição dessa discriminação.

Nessa perspectiva, acredita-se que uma mudança no ordenamento jurídico brasileiro a fim de garantir aos genitores uma maior participação no cuidado dos filhos possivelmente contribuiria no rompimento do estereótipo criado sobre a imagem da mulher como cuidadora do lar. Além disso, tal alteração também poderia contribuir para uma mudança concreta em relação à discriminação da mulher no mercado de trabalho, mitigando seus efeitos.

A partir dessas considerações surge a pergunta: **poderia o aumento de a licença paternidade ajudar na diminuição da discriminação com base em gênero no mercado de trabalho no Brasil?**

O AUMENTO DA LICENÇA PATERNIDADE COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

A discriminação da mulher no mercado de trabalho tem uma origem histórica e se encontra presente até os dias atuais, seja por discrepâncias salariais, seja por estereótipos sobre o trabalho a ser realizados por mulheres. Contudo, essa discriminação é ainda mais



evidente quando se trata de trabalhadoras em idade fértil ou que já são mães.

Ofertas de trabalho publicadas em sites de divulgação de vagas de emprego ou em páginas das redes sociais direcionadas a esse fim fazem uma discriminação explícita em relação a mulheres que têm filhos, colocando tal situação como um fator impeditivo para que elas possam se candidatar à vaga¹⁰³.

Um empregador, com vaga para trabalhadora doméstica, requisitou, em completa desconformidade com a legislação trabalhista¹⁰⁴, que a concorrente levasse um exame médico recente atestando que não estava grávida. Além disso, depois da entrevista, deveria realizar presencialmente um exame simples de farmácia e assinar um termo de compromisso de que não engravidaria nos 12 meses seguintes à contratação, sob pena de multa¹⁰⁵.

Um dos fatores que gera tal discriminação decorre da suposição de que mães são menos comprometidas com o trabalho e, conseqüentemente, se esforçam menos do que mulheres que não são mães. Crenças culturais contemporâneas sobre o papel da mãe incluem a ideia de que elas devem sempre priorizar as necessidades da criança em detrimento de todas as outras atividades (CORRELL et. al, 2007, p. 1306).

¹⁰³ Retirado de: Página do Facebook "Vagas Arrombadas". Disponível em: <https://www.facebook.com/vagasVTNC/?ref=br_rs>. Acesso em 23 out. 2018.

¹⁰⁴ Artigos 1º e 2º da Lei 9.029/95 e artigo 373-A, IV, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

¹⁰⁵ Retirado de: Página do Facebook "Vagas Arrombadas". Disponível em: <https://www.facebook.com/vagasVTNC/?ref=br_rs>. Acesso em 23 out. 2018.



Contudo, é importante destacar que esse conflito entre o papel de mãe e de trabalhadora existe apenas culturalmente, mas não necessariamente em relação ao comprometimento das mães aos seus trabalhos. Pelo contrário,

[...] se o comprometimento no trabalho fosse medido pela importância que as pessoas atribuem às suas identidades de trabalho - seja absolutamente ou em relação a outras identidades, como identidades familiares - não há diferença no comprometimento entre mães e não-mães (CORRELL et. al, 2007, p. 1306) (tradução nossa)106.

No entanto, pesquisa publicada no Jornal da Universidade de Chicago (The University of Chicago Press) revelou que as mães são julgadas menos competentes e comprometidas do que mulheres sem filhos. As avaliações de competência são aproximadamente 10% mais baixas para mães do que para não-mães, e os índices de comprometimento são cerca de 15% menores (CORRELL et. al, 2007, p. 1316).

Não obstante as mães serem vistas como menos competentes, o resultado em relação às trabalhadoras não-mães foi positivo, indicando que essas mulheres experienciam o que os pesquisadores chamaram de "*childless bonus*", em tradução livre "bônus por não ter filhos" (CORRELL et. al, 2007, p. 1319). Além disso, a pesquisa verificou um resultado positivo para os trabalhadores pais, implicando que os pais são classificados como mais comprometido do que os não-pais em cerca de 5 pontos. As mães, ao contrário, sofrem uma redução de cerca de 6,4 pontos em suas avaliações de compromisso em comparação com

¹⁰⁶ No original: "if work commitment is measured by the importance people attach to their work identities – either absolutely or relative to other identities, such as family identities – no difference is found in commitment between mothers and nonmothers."



homens sem filhos ou cerca de 12,1 pontos percentuais em comparação com as mulheres sem filhos (CORRELL et. al, 2007, p. 1319).

A pesquisa também constatou que mulheres sem filhos e trabalhadores pais podem chegar atrasados mais vezes sem que isso interfira em suas chances de serem contratados. Já as mães trabalhadoras sofrem uma avaliação mais rigorosa, sendo permitidos menos dias de atraso (CORRELL et. al, 2007, p. 1320). Ademais, segundo a pesquisa, acredita-se que as mães, em relação a outros candidatos, merecem salários mais baixos, além de serem menos adequadas para contratação, promoção e treinamento para a gerência quando comparadas com trabalhadoras não-mães e trabalhadores do sexo masculino (CORRELL et. al, 2007, p. 1320).

Em relação à entrada da trabalhadora mãe no mercado de trabalho, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (MACHADO; PINHO NETO, 2016) mostra que a probabilidade da mulher ser contratada aumenta sutilmente até um ano antes da licença maternidade. Durante o período da licença, a estatística começa a cair para zero e continua assim durante os primeiros cinco meses após a licença, sendo que as chances de contratação só voltam a aumentar aproximadamente um ano depois do seu fim (MACHADO; PINHO NETO, 2016, p. 11).

Corroborando com tais dados, pesquisa realizada com o objetivo de evidenciar diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos constatou que “a probabilidade média de participação das mulheres [com idade entre 15 e 52 anos] sem filhos



passaria de 65,73% para 55,68% caso estas tivessem filhos” (PAZELLO; FERNANDES, 2004, p. 13). Dessa forma, mesmo que as chances de contratação voltem a aumentar após o período de licença, não é possível dizer que a discriminação existente no mercado de trabalho em relação às mães não as atrapalhe em sua busca por empregos.

Importante destacar, contudo, que, conforme a pesquisa, a quantidade de filhos que a trabalhadora possui não é tão relevante para a sua entrada no mercado, visto que os dados sobre a probabilidade média de participação das mulheres com apenas um filho não apresentou tantas alterações em relação aos dados das mulheres com mais de um filho (PAZELLO; FERNANDES, 2004, p. 13). Assim, segundo os dados apresentados, uma mãe que tenha dois ou mais filhos provavelmente não sofreria mais para encontrar trabalho do que uma mãe com apenas um filho.

Outro fator relevante é a saída da mulher do mercado de trabalho formal após tornar-se mãe. A pesquisa acima referenciada, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (MACHADO; PINHO NETO, 2016), mostra que a probabilidade de emprego aumenta nos três anos antes da licença maternidade. Durante os cinco meses de licença, a gestante está legalmente protegida, portanto, o trabalho se mostra estável. Contudo, após tal período, a probabilidade de emprego cai, sendo que três anos depois, quase metade das mulheres está fora do mercado formal (MACHADO; PINHO NETO, 2016, p. 10).

Além disso, a pesquisa também mostrou que, depois do tempo da licença maternidade, há um aumento na importância relativa das demissões sem justa causa e por iniciativa do empregador. Por exemplo, foi observado um aumento de 12,6% de rescisões no sexto mês



após a licença maternidade, dos quais 10,74% são provenientes das rescisões sem justa causa ou por iniciativa do empregador (MACHADO; PINHO NETO, 2016, p. 12).

Esses dados são o reflexo da concepção, já culturalmente aceita, de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, enquanto o homem é o provedor de renda.

Seguindo a linha de argumentação de Gornick e Meyers (2005, p.48-49), que identifica três tipos de políticas públicas mais comuns que contribuem na diminuição das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, a pesquisa, a partir de agora, tratará de algumas das soluções que abordam a primeira categoria de políticas apresentadas pelas autoras, qual seja, a licença parental paga, um modelo de licença pós-parto no qual ambos os pais têm períodos obrigatórios de afastamento do trabalho e, adicionalmente, têm um período para os dois usufruírem que pode ser dividido da forma como entenderem mais adequado.

Nesse sentido, em 2009, foi criada a Resolução da OIT "sobre igualdade de gênero no coração do trabalho decente"¹⁰⁷, que reconhece o importante papel que o pai tem na criação da criança. Ainda não existe um padrão da OIT relativo à licença de paternidade, mas a Resolução apela para que os governos desenvolvam, em conjunto com os parceiros sociais, políticas adequadas que permitam um melhor equilíbrio das responsabilidades profissionais e familiares, tanto para homens como para mulheres a fim de proporcionar uma partilha igual dessas responsabilidades (ADDATI; CASSIRER; GILCHRIST, 2014, p. 52).

¹⁰⁷ No original, "Resolution concerning gender equality at the heart of decent work".



Da mesma forma, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), outra agência da ONU, acredita que o básico para uma boa política seria seis meses de licença maternidade e quatro semanas de licença paternidade pagas. No entanto, de acordo com pesquisas, apenas quinze países têm essa política básica para ajudar a garantir aos pais e cuidadores o tempo que eles precisam ajustar após o nascimento da criança (BRITTO, 2017, p. 63).

De se destacar ainda que, na 72ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 21 de setembro de 2017, o Conselho Nórdico de Ministros e a ONU Mulheres levantaram a discussão sobre a importância da licença paternidade paga para a igualdade de gênero. Os participantes concordaram que a implementação dessa política seria de grande importância para ajudar as famílias a fazer suas próprias escolhas em relação ao cuidado infantil.

O fato de o sistema jurídico brasileiro ainda não ter adotado a licença parental, como preconiza a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra ainda mais sinais de que a sociedade mantém e reproduz a mentalidade antiquada de que o pai tem apenas um papel auxiliar no cuidado à criança (SILVA, 2016, p. 4).

No contexto internacional, existem países que concedem mais dias e outros que concedem menos dias de licença paternidade paga aos pais. Na África, a República do Quênia concede aos genitores um total de duas semanas de licença, mais de duas vezes o que a legislação brasileira prevê. Em contrapartida, o Marrocos confere apenas três dias de licença paternidade paga. Já na Europa, a situação não se difere muito, havendo países que concedem mais ou menos dias de licença: a França possui uma política de 11 dias, enquanto a legislação italiana



prevê apenas 1 dia. Portugal garante 20 dias de licença paga, mas apenas os 10 primeiros são compulsórios e a Espanha confere 15 dias consecutivos de licença paternidade paga (ADDATI; CASSIRER; GILCHRIST, 2014, p. 54-55).

Nos países nórdicos, onde se tem a legislação mais avançada neste assunto, a política de licenças pós-parto é diferente, não existindo as licenças maternidade e paternidade separadas. Em tal caso, existe a chamada licença parental, na qual tanto o pai quanto a mãe possuem uma quantidade fixa de semanas nas quais devem se ausentar do trabalho, e há, conjuntamente, um período adicional que os pais são livres para dividir entre si, podendo escolher quantas semanas cada um vai usufruir dependendo dos arranjos familiares e de aspectos econômicos da família (VALDIMARSDÓTTIR, 2006, p. 17).

Na Noruega, por exemplo, a quantia total de licença parental que os pais têm direito atualmente é de 42 semanas a qual pode ser prolongada para até 52 semanas, mas recebendo apenas 80% do salário. A licença parental é dividida de tal forma que as mães podem parar de trabalhar até três semanas antes do nascimento esperado da criança, e têm as seis semanas após o parto destinadas a ela. O pai tem direito a um mês, o qual é intransferível, ou seja, é um período que deve usufruir. Além disso, os pais podem dividir entre si 29 semanas com pagamento integral ou 39 semanas com 80% de salário (VALDIMARSDÓTTIR, 2006, p. 28).

Em relação à compensação financeira, esta é calculada com base nos últimos 12 meses de salário dos pais anteriores ao nascimento da criança. Todas as mães têm direito a serem remuneradas nesse período, mas o direito do pai de tirar a licença depende de a mãe estar



trabalhando pelo menos seis dos dez meses anteriores ao nascimento do filho. Para os pais, a compensação financeira em licença parental é calculada com base na duração do emprego da mãe, não com base no quanto o próprio pai trabalhou antes do nascimento da criança (VALDIMARSDÓTTIR, 2006, p. 28).

Já na Suécia, desde 2002, os genitores têm direito à licença parental por um total de 480 dias. Tanto o pai quanto a mãe devem tirar 60 dias de licença, obrigatoriamente, e os 360 dias restantes podem ser divididos da maneira julgada como melhor pelos pais: eles podem tirar toda a licença restante simultaneamente, ou um dos pais pode tirar todos os 360 dias. A compensação financeira do tempo de licença é de 80% dos salários auferidos pelos pais nos 12 meses anteriores ao nascimento da criança, podendo chegar até o teto de renda fixado (VALDIMARSDÓTTIR, 2006, p. 31).

Apesar dessas políticas de licença parental representarem um grande avanço, nem todos os pais usufruem do tempo de licença parental, de forma que ainda existe uma divisão no padrão de responsabilização da mulher pelo trabalho doméstico. Quando se compara o número de homens que usam a licença parental com o número de mulheres, a distribuição é mais igual na Suécia, onde o número de homens que gozou do benefício foi aproximadamente 71% do número de mulheres que o fizeram.

Na Noruega, contudo, as estatísticas são um pouco mais baixas, com pouco menos de 44% dos homens fazendo o uso do seu direito (VALDIMARSDÓTTIR, 2006, p. 34). Assim, resta claro que, apesar da oportunidade existente para que ambos os genitores usufruam da referida licença, as mulheres usam a maior parte das licenças parentais



disponíveis em cada país, ou seja, mantém-se, ainda que em menor grau, a divisão tradicional das tarefas entre homens e mulheres.

Apesar das críticas em relação ao compartilhamento do período de licença parental entre os pais, é importante destacar que o tempo obrigatório de licença para os genitores já é muito maior do que existe nos outros países. Na Suécia, os pais têm 60 dias de licença exclusiva, enquanto na Noruega eles possuem 30 dias. No entanto, a média de tempo da licença paternidade nos países mencionados anteriormente, excetuando os nórdicos, gira em torno de 10 dias e, no Brasil, como já demonstrado, há apenas 5 dias garantidos constitucionalmente.

O objetivo do sistema de licença parental é conseguir uma maior igualdade de gênero tanto no espaço público quanto no privado. À vista disso, nos últimos anos e décadas, as discussões sobre as formas de melhorar a licença parental nos países nórdicos concentraram-se em aumentar o uso da licença entre os pais, uma vez que do ponto de vista da igualdade de gênero, é importante que os homens assumam maior responsabilidade no lar e participem de uma maneira ativa na educação de seus filhos.

Apesar dessa preocupação com a maior igualdade de gênero no mercado, um relatório do Conselho Nórdico de Ministros ("*Nordic Council of Ministers*") apontou que os países nórdicos são líderes no que concerne igualdade de gênero, sendo que as diferenças salariais entre homens e mulheres são as menores e que três a cada quatro mulheres em idade produtiva possui um emprego (OECD, 2018, p. 1). De acordo com o relatório, isso só foi possível por meio do desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero que também envolvessem a família, como a licença parental (OECD, 2018, p. 2).



Dessa forma, a igualdade de gênero no mercado de trabalho perpassa o desenvolvimento de políticas públicas pelo próprio Estado na busca da construção de uma nova cultura de responsabilização igualitária pelas tarefas domésticas. A lei, conforme Segato (2003, p. 13), “contribui com esse grande e árduo propósito de reflexividade, ela instala uma nova e diferente referência moral, que, quem sabe, um dia, possa representar a moralidade dominante”¹⁰⁸ (tradução nossa).

Assim, conforme demonstrado, uma mudança legislativa a fim de garantir o aumento da licença paternidade paga teria, sim, a capacidade de diminuir os padrões de divisão sexual do trabalho, uma vez que poderia ajudar na mudança dos padrões socialmente aceitos por meio de uma alteração na referência moral da população.

Não se pode dizer, contudo, que essa política seja a única responsável por tais resultados, mas o aumento da licença ajuda na percepção da sociedade de que não são apenas as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos, mas sim o casal. Apenas a partir da mudança dessa mentalidade é possível que se diminua a discriminação de gênero no mercado de trabalho, sendo este um elemento essencial para alcançar-se uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade atual, a mulher ainda é vista como a principal responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, tendo o homem um

¹⁰⁸ No original: “le ley contribuye con esse largo y esforzado propósito de la la reflexividad, ela instala una nueva, distinta, referencia moral, y quien sabe, un día, ella pueda representar la moralidad dominante”.



papel apenas secundário nessa esfera. Sendo as leis o reflexo da sociedade que as cria, o aparato jurídico brasileiro, ao tratar o tema, reforça tal visão, concedendo, dentre outras medidas, um período muito maior de licença maternidade do que o previsto de licença paternidade.

Apesar de o direito à licença maternidade e à licença paternidade ter sido uma grande conquista social, muito mudou da década de oitenta para os dias atuais, sendo necessária também a evolução dos instrumentos normativos. A inserção da mulher no mercado de trabalho, levando à gradual diminuição de tempo para as tarefas domésticas, vem contribuindo com a ruptura do paradigma arcaico de que mulheres deveriam ser as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças. Dessa forma, a ideia de que marido e esposa são ambos responsáveis por essas tarefas está lentamente ganhando espaço.

Infelizmente, essa realidade não se reflete no nosso sistema legal, tratando as mulheres como as principais responsáveis pelas tarefas historicamente impostas a elas. Isso pode ser claramente percebido a partir da análise da duração entre a licença maternidade e a licença paternidade no contexto trabalhista.

Os resultados das pesquisas colacionadas neste trabalho demonstram que existe uma concepção socialmente aceita de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, enquanto o homem é o provedor. A fim de diminuir essa visão, é necessário que sejam implantadas políticas públicas que contribuam para uma conciliação entre trabalho e cuidados familiares, sendo que umas das



formas mais comuns de garantir a divisão mais igualitária das tarefas domésticas é por meio do aumento da licença paternidade.

A partir da análise das políticas de licença maternidade e paternidade em alguns países, foi verificado que muitos deles já adotam modelos diferentes do Brasil, com mais tempo de licença pós-parto paga para os pais, conforme recomendado pelas organizações internacionais. Os países que mostraram mais avanços em termos de políticas de licença foram os países nórdicos, que adotam o modelo da licença parental.

Nos modelos aplicados em tais Estados, os pais têm, pelo menos, dois meses de licença após o nascimento do filho, sem contar com o período que pode ser dividido entre os genitores, de forma que o tempo do pai em casa junto com o filho e com a mãe pode ser ampliado, a fim de realizar parte das tarefas domésticas e fazer a sua parte no cuidado do filho.

Como consequência, pesquisas sobre mostram que os índices de igualdade de gênero no mercado de trabalho nestes países são os maiores, fato que só foi possível por meio do desenvolvimento de políticas públicas de combate à desigualdade que também envolvessem a família, como a licença parental.

Dessa forma, o problema não pode ser atacado como uma mera formalidade legal, dado que é uma questão social que perpassa gerações e está inserido na mentalidade da sociedade. Para que uma mudança substancial aconteça, é necessário que não apenas as leis formais relativas ao tempo de licença sejam modificadas, mas também que ocorra uma mudança cultural.



Essa mudança tem acontecido lenta e gradualmente, mas ações governamentais eficazes poderiam ser tomadas para promover mudanças mais rápidas e efetivas, inclinando-se para uma reeducação da sociedade em relação à igualdade de gênero. Assim, conforme demonstrado pelos índices dos países nórdicos, o aumento da licença paternidade paga tem capacidade de diminuir os padrões de divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

ADDATI, Laura; CASSIRER, Naomi; GILCHRIST, Katherine. **Maternity and paternity at work: law and practice across the world**. International Labour Office. Geneva: ILO, 2014.

BRITTO, Pia Rebello. **Early Moments Matter for every child**. United Nations Children's Fund – UNICEF, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/files/UNICEF_Early_Moments_Matter_for_Every_Child_report.pdf>. Acesso em 30 nov. 2017.

CORRELL, Shelley J.; BENARD, Stephen; PAIK, In. Getting a job: is there a motherhood penalty?. **American journal of sociology**, Chicago, v. 112, n. 5, p. 1297-1339, março 2007.

MACHADO, Cecília; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. **The labor market consequences of maternity leave policies: evidence from Brazil**. Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV). Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17859>>. Acesso em 23 out. 2018.

MEYERS, Marcia; GORNICK, Janet. Policies for Reconciling Parenthood and Employment: Drawing Lessons from Europe. **Challenge**, vol. 48, n. 5, set./out., 2005, p. 39–61.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Is the last mile the longest?** Economic gains from gender equality in Nordic countries. Nordic Council of Ministers, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/publications/is-the-last-mile-the->



longest-economic-gains-from-gender-equality-in-nordic-countries-9789264300040-en.htm>. Acesso em 24 out. 2018.

PAZELLO, E.; FERNANDES, R. **A maternidade e a mulher no mercado de trabalho**: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, João Pessoa: ANPEC, 2004.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: contrato y status en la etiología de la violencia. In: Curso de Verano sobre Violencia de Género, jun. 2003, Madri. Disponível em: <http://www.escuelamagistratura.gov.ar/images/uploads/estructura_vg-rita_segato.pdf>. Acesso em 09 nov. 2018.

SILVA, Roberta Viegas e. **Maternidade e Mercado De Trabalho – Avanços Possíveis**. Boletim Legislativo nº 42, de 2016. Núcleo de Estudos e Pesquisas. Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518436/Boletim_o_Legislativo_n_42_de_2016.pdf?sequence=1>. Acesso em 08 dec. 2017.

UN WOMEN. **Parental leave is the key to economic prosperity** (2017). Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/9/news-parental-leave-is-the-key-to-economic-prosperity>>. Acesso em 4 dec. 2017.

VALDIMARSDÓTTIR, Frida Rós. **Nordic Experiences with Parental Leaves and its Impacto on Equality between Women and Men**. Denmark: Nordic Council of Ministers, 2006.

MULHER E HISTÓRIA: DA INVISIBILIDADE À SUJEITO DE ANÁLISE

Leandro da Silva Lunz
*Mestrando pelo Programa de Pós Graduação de História Política da
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes*
leolunz@gmail.com

RESUMO: A narrativa histórica que nos tem sido apresentada na cultura ocidental representa um modelo antropocêntrico do fazer histórico que relegou às mulheres um



papel de invisibilidade e silenciamento. A figura feminina foi construída como um modelo de submissão e impotência, sendo tratada como um objeto que deveria atuar no campus do privado. Refletir sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres implica em reconhecê-las como sujeitos da História e desconstruir a visão que privilegia a masculinidade como o modelo ideal a ser reverenciado. Essa visão que dá ênfase na impossibilidade da utilização da racionalidade pela mulher encontra-se fundamentada em estereótipos elaborados no século XIX, que se baseava em um discurso naturalista que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. O desenvolvimento da Nova História Cultural contribuiu para a re colocação da noção de discurso no centro da História Cultural, pois passaram a ser consideradas a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. A reflexão sobre as mulheres como sujeitos de história ocorreu graças ao desenvolvimento dessa Nova História Cultural preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais. Esta preocupação, aliada ao desenvolvimento da Nova História Cultural em consonância com o feminismo e novos paradigmas científicos contribuíram para a inserção das mulheres no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção histórica, permitindo um novo olhar sobre a História das Mulheres.

Palavras-chave: Narrativa Histórica. Mulheres. Sujeito.

Introdução

Do surgimento das primeiras aldeias habitadas pelos nossos antepassados até os dias atuais, transcorreram milhares de anos de história. Sendo que ao longo desse período, o registro das ações, em sua grande maioria, tem desprivilegiado os feitos femininos, relegando às mulheres um papel de menor importância ou de quase invisibilidade. Neste processo histórico, a necessidade da manutenção da espécie e da sobrevivência, obrigou os seres humanos a desenvolverem mecanismos de convívio para os grupos sociais, que por sua vez foram construídos baseados em uma ordem na qual o sexo feminino exerceria um papel de subordinação política e de coadjuvantismo. Este modelo - de convívio social com ênfase na subordinação feminina - esteve bem evidente nas comunidades ocidentais cristãs e também na sociedade brasileira do século XV até a atualidade.



A visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, encontrava-se fundamentada, conforme descreve Perrot (2012) na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o "dever" do cuidado do espaço privado. Em virtude disso foi criada a representação simbólica da mulher, enquanto esposa-mãe-dona-de-casa. Diante deste contexto, de exclusão feminina do espaço público, vale destacar ainda que os métodos científicos que direcionaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, relegaram a um segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais. De modo geral os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo. A produção historiográfica relegava às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

Já nas últimas décadas do século XX, emergiu uma Nova História Cultural e também o retorno de uma Nova História Política, na qual grande parte dos historiadores tem debruçados seus esforços e estudos. Pode-se dizer que as diversas correntes historiográficas no âmbito da História Cultural desenvolveram um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento como a Antropologia, psicologia, linguística ou a ciência política modificando a perspectiva de análise do percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios, como mencionou Cerutti



(1998). Com o tempo, diversas pesquisas e estudos¹⁰⁹ sobre a história das mulheres ganharam relevância com o desenvolvimento da História Cultural¹¹⁰.

A utilização da história oral, o estudo do cotidiano, análises biográficas bem como o campo da memória e suas múltiplas implicações tem servido como uma nova forma de pensar a história permitindo que grupos e ou pessoas antes retratados como não ou menos importantes sejam vistos com maior interesse e seus feitos ganhem registros e espaços essenciais para uma compreensão da nossa história atual¹¹¹. Tendo como referência estudos de pesquisadores como Perrot (2012), Scott (1992) e Tedeschi (2012) será abordado a importância da história cultural para a efetivação da inserção da mulher como sujeito de história.

O Desenvolvimento da Nova História Cultural

¹⁰⁹ Ver em Natalie Zemon Davis em "Mulheres e o Mundo do Annales", Michele Perrot em "Mulheres ou os silêncios da História" e Lynn Hunt em "A nova história cultural".

¹¹⁰ A História Cultural utilizando como parceria estudos que foram desenvolvidos pelas Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Filosofia e também a Literatura, tem conseguido realizar uma pesquisa histórica que contemple os feitos femininos e alçado as mulheres a uma condição de maior visibilidade e destaque. Destaque para a Antropóloga Henrietta Moore em seu trabalho intitulado "Compreendendo Sexo e Gênero". O Sociólogo Roger Chartier em seu estudo "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica" e a escritora Virginia Woolf em seu livro "O status intelectual da mulher".

¹¹¹ Jacques Le Goff em sua obra "História e Memória" afirma que a ciência histórica define-se pela indagação e pelo testemunho dos indivíduos. Sabina Loriga orientou vários temas de pesquisa acerca das relações entre a história e a biografia "A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise" Peter Burke na obra "O que é história cultural?" explica como os historiadores foram influenciados pelos antropólogos. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira no livro "Apresentação in Usos e abusos da história oral" descrevem que tanto a história oral quanto a memória são reconstruções psíquicas e intelectuais que acarretam representações seletivas do passado no qual o indivíduo está inserido em um contexto familiar, institucional e social.



A Nova História Cultural contribuiu para a recolocação da noção de discurso no centro da História Cultural, considerando a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. A inserção das mulheres como sujeitos de história ocorreu graças ao desenvolvimento dessa Nova História Cultural preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais. Esta preocupação tem permitido um novo olhar sobre a história das mulheres, todavia um longo caminho foi percorrido para que tal fato se tornasse possível. Burker (1992) já destacava que havia muito pouco a ser dito sobre as mulheres por falta de provas, pois existia uma tendência da historiografia de seguir uma postura parcial e insuficiente, deixando claro seu perfil eminentemente masculino e excludente das mulheres dos diversos segmentos sociais. Este papel de insignificância relegado ao público feminino, como afirma Perrot (2012) foi quase sempre justificado pela falta de fontes históricas sobre a existência das mulheres.

O desenvolvimento dos diálogos interdisciplinares favoreceu a consolidação das mais importantes correntes de historiadores culturais, na qual se pode citar a interconexão entre a História Cultural e a Micro-História. Ginzburg (1991) afirma que há a necessidade do estudo de grupos sexuais ou sociais que são deficientemente representados naquilo que podemos chamar de fontes "oficiais", pois estes estudos podem fornecer informações preciosas sobre estes grupos ou pessoas. Existe outra corrente da História Cultural, que tem direcionado a sua atenção para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, sendo destaque nesta linha de análises o pensador francês Pierre Bourdieu (1996), cujos estudos buscam elucidar como a sociedade



consegue reproduzir nos indivíduos as suas estruturas políticas, morais, éticas, dentre outras. E defende que esta reprodução acontece muitas vezes sem a percepção do indivíduo, muitas vezes inconscientes, articulados a contextos e espaços sociais plurais, conflituosos e tensos, e não como um conjunto coerente e orientado.

É válido destacar que esta relação social entre os autores, como analisa Bourdieu (1992), é marcada pela existência do poder simbólico exercido pela ausência de importância dado a sua existência. O poder simbólico é o poder invisível exercido com a cumplicidade daqueles que ignoram sua sujeição a este poder. Para o autor, o exercício deste poder simbólico privilegia ações adotadas com a intencionalidade de criação de mecanismos de controle social e conseqüentemente a produção da memória surge como um espaço de poder. Corroborando esta análise, Le Goff (1990) traz reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Destacando que a utilização da memória é alvo de disputa pelas forças sociais, pois o seu domínio significa controlar os fatos que merecem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos ou silenciados. A memória se coloca como um objeto de e em disputa, pois evidencia experiências sociais diferentes por parte dos atores envolvidos e cada grupo busca o espaço para a manifestação de seus feitos.

Para Chartier (1988) todo o escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real e que ao representar certas situações, os próprios textos criam realidades, assim surgem novos paradigmas no qual se destacam os de prática e representação. Para o autor não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas



representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo.

A Escola de Annales¹¹², apesar de ter mantido as mulheres fora das principais discussões, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, a sexualidade, entre outros. É importante destacar que o desenvolvimento da nova História Cultural e suas inúmeras abordagens tem permitido o estabelecimento de um novo olhar sobre pessoas, grupos e objetos que habitualmente foram “esquecidos” e possuem poucos documentos sobre seus feitos.

Revel (1988) afirma que há a necessidade dos historiadores delimitarem e recortarem os seus objetos, pois de acordo com o pensador, cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, dos processos sociais e, portanto está inserido nos contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Sendo assim, a nova história contribuiu para que os pesquisadores direcionassem sua atenção às atuações do público feminino dentro dos diversos campos sociais. A história das mulheres, que está intimamente ligada à história social e à história cultural, alcançou um campo de pesquisa específico dentro das discussões teóricas da nova história que é o estudo de gênero¹¹³. A exclusão da história que foi imposta às mulheres, conforme afirma Perrot (1992), tornou-se um elemento motivador para dar visibilidade às

¹¹² O termo “Escola” aplicado para explicar o movimento teórico-historiográfico liderado por Febvre e Bloch, como sabemos, foi canonizado pelo Historiador Peter Burke em sua obra *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*.

¹¹³ Historiadoras como Joan Scott em seu estudo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” Eni de Mesquita Samara na obra “As mulheres, o poder e a família” e Margareth Rago em “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” são grandes referências para o estudo de gêneros.



produções e estudos dos pesquisadores sobre gênero e mulheres na História.

Em consonância com este pensamento Burke (1992), chama a atenção para uma historiografia que tem possibilitado aos historiadores o exame de uma maior variedade de evidências, e deste modo às mulheres antes excluídas tornaram-se personagens mais frequentes. As novas abordagens metodológicas, possibilitadas pela Nova História Cultural trouxe um novo vigor para a produção do conhecimento histórico. Não obstante a história tornou-se como um campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de contemplar o real e, por isso formas diferentes de intervir no real. Para o pesquisador tornou-se possível pensar o processo de escrita da história abordando novas temáticas e assim ampliando o campo de pesquisa, levando ao desenvolvimento de outras vertentes da história.

A micro-história e a história da vida cotidiana são exemplos de formas de análise da história, que nos servem como reações contra o estudo de grandes tendências, mediante a utilização de novos métodos e fontes de pesquisa. Le Goff (1990) aponta que ao historiador não cabe fazer papel de ingênuo diante de um documento, deve-se trabalhar de forma a permitir que todos os grupos possam registrar seus feitos e serem conhecidos pelas gerações vindouras. E nesta perspectiva o registro das histórias das mulheres se apresenta como uma nova modalidade historiográfica e campo de saber que além de questionar os modelos históricos tradicionais, está vinculado à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução.



A mulher como sujeito de história

As transformações na historiografia, articuladas ao movimento do feminismo, a partir de fins da década de 1960, foram essenciais no processo em que as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Joan Scott¹¹⁴ (1994) propõe que a história seja escrita sobre como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, enquanto categorias de identidade foram construídas. As mulheres são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas. Ainda de acordo com Scott (1992), tais experiências iniciais de inclusão das mulheres como ser humano universal trouxeram à tona uma situação plena de ambiguidades. Afinal, ao solicitar que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres afirmava-se, não só o caráter incompleto daquela disciplina, mas também que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial. Este fato era demolidor para uma realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões aprimoradas sobre o que teve importância no passado.

A inclusão da categoria de análise de gênero no campo historiográfico foi caracterizada por uma trajetória difícil conforme descreve Soihet (2007), Nas ciências humanas a disciplina de história foi a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de 'mulher' ou de 'mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente 'cautelosa', dessa

¹¹⁴ Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil em SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994, p. 11.



disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria 'homem'. Como descreve Tedeschi (2012), o sujeito cartesiano, unitário e centrado, que está na gênese do projeto científico, é macho, branco e europeu. Longe de representar um ser universal, esta visão retrata a experiência e perspectiva de um homem muito particular.

Gonçalves (2006) afirma que não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações com o político e com o público, as quais entronizavam os homens em suas façanhas e atos heroicos. A desconstrução desta narrativa histórica como verdadeira, possibilitou a expansão de pesquisas sobre o sexo feminino que favoreceram o surgimento da História das Mulheres. Como afirma Scott (1992), o nascimento desse campo específico de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, relacionou-se à política, mais precisamente à política feminista que atingiu seu ápice entre os anos de 1960 e 1970. Nesta mesma linha de análise Costa (2003) afirma que foi o período no qual as mulheres assumiram o controle de sua vida reprodutiva, com a disseminação da pílula anticoncepcional, e ampliaram sua participação na educação, no mercado de trabalho e na política. Ainda de acordo com Costa (2003), a história das mulheres, inicialmente construída pelas militantes feministas, estava integrada à tentativa de acompanhar aos novos questionamentos que essa realidade trazia para a vida das mulheres. Deste modo, tornou-se imprescindível retirar o sexo feminino da clausura representada pela exclusão, pelo esquecimento e pelo privado, fato este que foi



favorecido pelos trabalhos dedicados a demonstrar que as mulheres também faziam parte do processo histórico e que foram vítimas da injustiça e da marginalização.

Esse campo histórico se expandiu para o estudo sobre a mulher no seu cotidiano, trabalho, lutas, protagonismos, família, maternidade e sexualidade. No entendimento de Costa (2003), o avanço da História das Mulheres deve-se também aos novos rumos que foram tomados pelas tendências historiográficas, no exterior e no Brasil, que ganhavam força nesse período. É salutar lembrarmos que até a década de 1970 predominavam as análises estruturalistas que se apoiavam nos recortes macrossociais, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais, que buscavam a compreensão do passado histórico. Nesse processo analítico, o indivíduo e as questões referentes ao campo privado eram ignorados, o que conseqüentemente contribuía para a invisibilidade das mulheres na história..

Rago (2003) destaca que a expansão dos estudos feministas não só resgatou a figura histórica da mulher, como também marcou o início da fase desconstrutivista do feminismo acadêmico na década de 1980, período no qual foi possível identificar o começo do uso da palavra "gênero" nos estudos acerca das relações entre homens e mulheres. Conforme analisa Pedro (2005), o uso do gênero veio do questionamento da universalidade do emprego do masculino para se referir a diferentes grupos, já que, o uso do "homem universal" excluía do debate as questões relacionadas às mulheres.

A explicação de Soihet (1997) foi que o uso do gênero, iniciado pelas pesquisadoras norte-americanas, tinha o intuito de negar determinismos biológicos e apontar as construções sociais que permeiam as relações



entre homens e mulheres, além do caráter relacional entre eles. A perspectiva do gênero traz para a história não apenas uma nova forma de se fazer a história das mulheres, mas também acrescenta novas possibilidades à sua escrita. Nesse sentido, Soihet (1997) afirma que a categoria gênero ampliou o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as experiências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente regia as distinções e relações entre homens e mulheres. A utilização do “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. A partir de então,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. (DEL PRIORE. 1998 p. 220.)

Saffioti (2004) esclarece que a utilização do gênero como categoria de análise ocorreu primeiramente, por Joan Scott, no final da década de 1980¹¹⁵, sendo propagado no Brasil nos anos de 1990. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a autora discutiu não só a aplicação do termo nas pesquisas históricas, mas também a sua importância para o campo do saber como um todo, articulando pela primeira vez o conceito de gênero ao de poder. Scott sustenta a ideia de que o gênero dentro da pesquisa histórica funciona como um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das

¹¹⁵ O texto de Joan Scott, “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em 1986 na Revista *The American Historical Review* e traduzido de sua versão francesa de 1988 por Guacira Lopes Louro e publicado na Revista *Educação e Realidade* em 1990. Foi revisto por Thomas Tadeu da Silva, a partir de uma versão em inglês de 1988 e republicado na mesma revista em 1995.



representações simbólicas e normativas, que são expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino. Segundo Gonçalves (2006) a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. Esse instrumento analítico também foi valioso ao trazer à tona a questão da “diferença” em noções que focalizavam a ideia de unicidade nas categorias masculina e feminina no seio da História.

É importante destacar a análise de Rago (1995), abordando que uma das queixas tradicionais aos estudos sobre as mulheres era a utilização da categoria mulher como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos incluídos em tal categoria. Neste modelo são privilegiadas as múltiplas identidades femininas que passam a ser encaradas em prismas diversos, tais como: classe, raça, etnia e sexualidade. A partir da categoria gênero as noções universais fossem de homens ou mulheres estariam superadas. A introdução da categoria gênero, relacionada ao contexto social, portanto, levou a consideração da “diferença na diferença”. Não cabendo mais a utilização do termo mulher sem adjetivá-lo: mulheres mestiças, negras, judias, trabalhadoras, camponesas, operárias, homossexuais.

Os estudos sobre as mulheres foram além da preocupação em analisar dicotomia vítima/rebelde traçada até então. Soihet (1997) afirma que o foco de análise passa a ser a atuação feminina em toda a sua



complexidade abrindo caminho para novas concepções de poder que são muito bem representadas nas reflexões de Foucault (1979). Em suas teses, Foucault (1979) defendeu que o poder possui uma natureza fragmentada na vida cotidiana, redimensionando assim as análises de suas práticas que não se restringem apenas ao âmbito da política formal. Logo, as mulheres aparecem enquanto sujeitos históricos atuantes no tecido social exercendo seus “poderes” informais. Nesta linha de pensamento, Rago (1995) afirma que o feminino passa a ser pensado como uma construção das relações sociais, das práticas disciplinadoras e dos discursos instituídos, ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social.

A utilização do termo “gênero” substituindo o termo “mulheres”, nos títulos de artigos e livros para Scott (1995) não significou necessariamente em uma reflexão ou mudança na abordagem, métodos e categorias de análise empregadas. E sim, ocorreu por se pensar que o termo “gênero” estava mais ligado a uma terminologia científica e “mulheres” à política feminista, que tanto incomodava os historiadores “tradicionais”. Para Scott (1995), gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder e é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado

Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 71-99).



Corroborando com a análise, Nader (2014) descreve que o conceito de gênero é importante para explicar os significados que as sociedades elaboram sobre o que é ser mulher e ser homem, a partir das características que são observadas tanto no corpo feminino como no masculino. Nesta perspectiva, a autora afirma que o conceito de gênero evoluiu tornando-se uma referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem invalidar as diferenças biológicas que existem entre os sexos. A introdução do gênero como categoria de análise propiciou a desconstrução de argumentos até então irrefutáveis, como o dos absolutos “masculino” e “feminino”, identificando nas moldagens recíprocas o poder e a opressão impressos nas práticas culturais. Ao apontar os usos do gênero na pesquisa histórica, Scott contribuiu para clarificar e exemplificar a forma de se pensar os seus efeitos nas relações sociais e institucionais.

Tedeschi (2012) observa que, essa compreensão de gênero como uma construção, tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros. Este modo de compreender o gênero permite a ampliação das possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão aspectos importantes, como, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Estes dois aspectos não podem ser admitidos e nem mensurados como elementos separados ou estanques, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

A utilização dos novos métodos e abordagens nas últimas décadas da História Cultural contribuiu imensamente na tentativa de encontrar respostas para os questionamentos provenientes das várias



problemáticas que passavam a instigar os pesquisadores. Para Soihet (1997), a categoria de gênero amplia o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as vivências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente determinava as distinções e relações entre homens e mulheres. A História das Mulheres e das relações de gênero, sem dúvida, possuem uma ligação muito forte com o movimento de emancipação feminina que ressurgiu na década de 1960. Entretanto, Scott (1992) defende que tomar tais campos de estudo como meros reflexos da ação política não são suficientes. Para a autora é preferível falar em contribuições recíprocas entre a História das Mulheres e das relações de gênero e o movimento feminista, num processo complexo e dinâmico que envolveu as reivindicações das mulheres, mas também a expansão dos limites da disciplina histórica.

Corroborando com este pensamento Soihet e Pedro (2007), afirmam que graças aos movimentos sociais e aos movimentos feministas que o campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" foi incluso como tema nas pesquisas científicas. Muitas pesquisadoras e pesquisadores tem procurado destacar vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado e sua atuação no presente. Dessa forma, as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, ocorridos a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Conforme também destaca Rago (1995) as mulheres tornavam-se sujeitos sociais que engendravam a História, que lutavam contra as



declarações de poder e produziam percepções e suas próprias experiências.

Considerações Finais

É importante dá visibilidade ao fazer histórico das mulheres, descrever sobre suas experiências e desafios vivenciados, pois as lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. A escrita da história tem um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres foram muito mais do que simples coadjuvantes nos diversos contextos sociais vividos, foram protagonistas da própria história.

Os novos posicionamentos referentes às concepções de “diferença e semelhança” e “igualdade e desigualdade” ganharam visibilidade nas pesquisas históricas e deste modo a diversidade humana passou a ser considerada não apenas em sua porção biológica, mas também nas várias outras diferenças que produzem e legitimam os sistemas de poder e as desigualdades sociais entre opostos.

Vincular a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um esforço recente e significativo de uma profunda transformação, que se encontra incorporada estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, pertinente às ações cotidianas. Por isso a revisão do modo de “fazer” a historiografia foi essencial para que as mulheres rompessem o silêncio e a marginalidade imposta pela historiografia oficial.



O cenário atual em relação à história das mulheres é marcado por divergência de posições, debates e controvérsias. Em virtude disso as diversas correntes presentes na historiografia vigentes e a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tornaram-se ferramentas indispensáveis à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres e assim, são concebidos como um mecanismo possível para esclarecer os processos sociais que foram “esquecidos” pela narrativa histórica tradicional.

É papel das historiadoras e historiadores, continuamente, escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente que é o lugar de nossa escrita. A Nova História possibilitou a fragmentação do sujeito universal e abriu espaços para o estudo da minoria, contribuindo para desconstruir o modelo da identidade feminina que foi inserida no campo das relações sociais e de poder. A mulher deve ser inserida no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção dos momentos históricos, pois ao escrever sobre a História das mulheres, estaremos escrevendo sobre a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de sua atuação nos espaços públicos e privados.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. “**A ilusão biográfica**”. In.: *Razões práticas – Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1992.

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.



CERUTTI, Simona. **A construção das Categorias Sociais**. IN: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.) Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COSTA, Suely Gomes. **Gênero e História**. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 190

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações**. In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.48 e 49.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Campinas** – SP Editora da Unicamp, 1990.

NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. Vitória: EDUFES, 2014

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed São Paulo: Contexto, 2012.



RAGO, M. **Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global.** Labrys, estudos feministas, nº 3. Janeiro/julho 2003. Disponível em: acesso em: 01 de fev. de 2015.

RAGO, Margareth. **As Mulheres na Historiografia Brasileira.** In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

REVEL, JACQUES (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

ROUSSO, Henry. **A Memória não é mais o que era.** In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** 2 ed. São Paulo: Perseu Abano, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter. (org.) A Escrita da História: novas perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, pp. 281-300.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres.** In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 276 e 279.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.

**O INIMIGO ESTÁ EM CASA: COMO FORAM CONSUMADOS OS
ASSASSINATOS DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM-ES (2001-2010)**



Luan Tofano Elias
Mestrando em História Social das Relações Políticas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo
luantofano@hotmail.com

Maria Beatriz Nader
Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo
maxis@terra.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar como foram consumados os casos de femicídio/feminicídio no município de Cachoeiro de Itapemirim (sexto maior município do Espírito Santo, localizado ao sul do estado), na primeira década do século XXI. Essa análise se dará a partir de um estudo preliminar referentes à forma de execução (por arma de fogo, arma branca, ou outro meio), local da ocorrência (perto ou longe da residência da vítima, bem como o mapeamento dos bairros), motivações aparentes que levaram ao crime, e a relação existente entre vítima-algoz. Tais dados referem-se a pesquisa de Mestrado do autor, e foram extraídos de inquéritos policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida e Delegacia da Mulher e processos criminais do arquivo permanente da primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo – todos da mesma cidade –, a fim de detectar, nos mesmos, a presença das relações de poder/gênero como fator determinante para a permanência e manutenção do femicídio/feminicídio, levando em conta os valores patriarcais presentes historicamente na referida sociedade. Como base de sustentação teórica para os números, serão levados em conta os trabalhos já existentes sobre violência ligada às relações de gênero de Maria Beatriz Nader, Hellieth Saffioti, Adriana Pereira de Mello, Mariana Rios Lagarde e Johan Scott. Desse modo, serão levados em conta elementos como honra masculina, patriarcado, a objetificação e desvalorização da mulher, e o femicídio/feminicídio como ponto ápice da violência de gênero.

Palavras-Chave: Gênero, Patriarcado, Feminicídio, Violência.

1. INTRODUÇÃO: SOBRE A VIOLÊNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO

Discussões sobre os casos de feminicídio vêm, cada vez mais, ganhando atenção. Segundo dados do Atlas da Violência 2018, “em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um



aumento de 6,4%” (Atlas da Violência, 2018, p. 44). Segundo Waiselfisz (2015, p. 46), no Mapa da Violência de 2015, o Espírito Santo entrou para o *ranking* dos estados onde mais mulheres foram vitimadas por homens no ano de 2010.

Entende-se por femicídio/feminicídio todo assassinato de mulheres por homens por razões de gênero. Rios ao redigir a palavra do inglês “femicide” o castelhano, afirma que

La traducción de femicide es femicidio. Sin embargo, traduje femicide como feminicidio y así la he difundido. En castellano femicidio es una voz homóloga a homicidio y sólo significa homicidio de mujeres. Por eso, para diferenciarlo, preferí la voz [sic] feminicidio y denominar así al conjunto de violaciones a los derechos humanos de las mujeres que contienen los crímenes y las desapariciones de mujeres y que, estos fuesen identificados como crímenes de lesa humanidad (RIOS, 2008, p. 235).

Os casos de feminicídio lançam nosso olhar sobre o caráter histórico dos processos manutenção do poder masculino que, conseqüentemente, acarreta na prevalência do valor inferior dado a mulher, colocada subordinadamente ao homem. O poder masculino, caracterizado como paradigma do patriarcado, mostra que são muitas as mulheres assassinadas intencionalmente por homens, principalmente motivados por crimes ligados a honra patriarcal - ciúme, vingança, traição, violência doméstica e dependência econômica feminina - e servem de auxílio para compreender como as relações de gênero chegam ao seu ponto mais extremo (o assassinato) e como o patriarcado, historicamente, contribui para a manutenção desse crime.

Safiotti (2004, p. 75) disserta sobre a influência do patriarcado como agente causador e mantenedor da violência, afirmando que o homem, imbuído de sua masculinidade e virilidade determinadas pelo sistema



patriarcal, violenta a mulher como forma de afirmação e execução do seu poder sobre ela, fazendo com que a violência seja, de certa maneira, aceita pela sociedade que comunga com tal ideologia. Para a autora,

(...) a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios" (SAFIOTTI, 2004, p. 75).

Tanto a violência quanto o patriarcado são entendidos como fenômenos que acompanham a toda a história da humanidade, influenciando as formações culturais, sociais, econômicas e políticas pelas quais a sociedade se organiza. O patriarcado define padrões de comportamentos a serem seguidos pelos componentes da sociedade e, deste forma, homens e mulheres estão sujeitos a regras diferentes. O primeiro, segundo essa lógica, detém o uso legítimo da força em prol da manutenção da ordem, honra e masculinidade. Ao homem compete o mundo público, o trabalho, a força, a violência. É o provedor do lar, portanto, trabalha e ganha mais. À mulher, compete a esfera privada. A educação dos filhos, a gestão do lar, a cozinha, o tanque e o preparo da casa para receber o chefe cansado que passou o dia trabalhando. Quando tais normas não são seguidas pela mulher, compete ao homem sua correção por meio da violência.

A hierarquização presente nas relações de gênero se mostra como elemento significativo para a manifestação e manutenção da violência, notadamente em sociedades tradicionais como a de Cachoeiro do Itapemirim. Reforçando a ideia de que gênero refere-se



ao que se espera socialmente do comportamento de cada sexo, tais relações geram situações violentas. Nader (2011) alerta para a situação de subordinação feminina quanto às justificativas (das biológicas às sociais) para tal. Deste modo, a violência se faz presente na vida da mulher a partir do momento em que não cumpre seu papel social e encontra-se historicamente inserida num ambiente de subordinação cunhado e mantido pelo patriarcado. No que se refere à violência de gênero, a pesquisa mostra a permanência do patriarcado para a culminação do homicídio doloso, ponto ápice da violência, uma vez que o feminicídio se apresenta com intrigantes particularidades.

O patriarcado impõe e mantém a condição de posse do homem para com a mulher, colocando essa última em situação de constante vigilância e opressão, uma vez que designa papéis sociais para cada sexo: o homem, viril e racional, destinado ao mundo público, do trabalho, e a mulher, frágil, débil e inferior em todos os quesitos, destinada ao universo do lar e da família, condenada, por esse regime, a servir ao marido e educar os filhos. Tal sistema se mantém e é reforçado através de diferentes artifícios de poder, tais como censura, coerções morais e religiosas e formas diferentes de violência.

Analisar o que está por trás do feminicídio, os bastidores, pode ser uma chave para se compreender como e porque tal fenômeno se manifesta, bem como, dos porquês de sua permanência até hoje no meio social. A jurista Adriana Ramos de Mello, ainda munindo-se do termo "femicídio" (entretanto, com significado de feminicídio), expressa que estudar este problema significa evidenciar a permanência do patriarcado como agente histórico causador e mantenedor da violência. Segundo ela,



Analisar esse fenômeno possui relevância observando o caráter social das diferenças de gênero existentes na sociedade brasileira. Conceituar como feminicídio os assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres constitui um avanço na compreensão política do fenômeno que era há pouco tempo não era estudado. Não é um fenômeno isolado das nossas realidades, ao contrário, é uma das consequências mais cruéis da subordinação da mulher e da negação da sua autonomia. Partindo dessa premissa, a análise desses delitos não pode ser dissociada do fator discriminação que sofrem as mulheres, da violência estrutural, sistemática e da ausência de políticas públicas visando à prevenção, a punição e a erradicação desse tipo de violência contra as mulheres. Estamos frente a uma sociedade que tem o dever de respeitar, proteger e promover o direito a uma vida livre de violência. (MELLO, 2001, p. 3).

2. SOBRE A PESQUISA E OS DADOS

A pesquisa é uma união dos trabalhos realizados pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG-UFES) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Violência e Cidadania do Centro Universitário São Camilo-ES. É referente aos índices de feminicídio no município de Cachoeiro de Itapemirim, tendo como objetivo a evidenciar que a permanência histórica do patriarcado se mostra com ator ativo para a difusão e permanência desse tipo de violência na sociedade, isto a partir de uma análise sobre o perfil das vítimas, as motivações aparentes e as formas de execução do crime.

Para tal, foi realizado um estudo de caso, a partir do levantamento de dados estatísticos e sua comunicação destes com os referenciais bibliográficos. Para YIN, o estudo de caso "investiga fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real" (YIN, in. SILVEIRA, 2010, p. 2), desse modo,



buscou-se a etiologia de determinado fenômeno ou problema social, no caso deste trabalho, o feminicídio.

A coleta dos dados foi feita com a utilização de questionário semiaberto, entretanto, nem todos dados presentes no questionário (como antecedentes criminais da vítima e flagrante) foram aproveitados. Levou-se em conta informações como: sexo (feminino), estado civil, idade, ocupação da vítima, a forma de execução (por arma de fogo, branca, ou outro meio, local e horário do ocorrido, bem como a relação estabelecida, caso haja, entre vítima e algoz) e a motivação aparente do delito. Dados pessoais da vítima e acusado, como identidade e endereço, bem como de seus familiares não se fazem presentes em respeito à ética da pesquisa, mesmo que haja a comparação entre o local do ocorrido e o endereço residencial da primeira. Apenas foi levado em conta a relação existente entre vítima e acusado, para que se saiba a origem das motivações aparentes do ocorrido, bem como a influência do patriarcado para a ocorrência do assassinato.

Primeiramente, a pesquisa revelou que, durante o período compreendido entre os anos de 2001 e 2010, trinta mulheres foram assassinadas no município de Cachoeiro de Itapemirim. Os anos de 2001, 2007 e 2008 mostraram-se com o maior número de vítimas do sexo feminino (cinco, cada), enquanto os demais anos obtiveram dois assassinatos, exceto 2005 que somou três, conforme ilustrado abaixo pela tabela 1:

Tabela 1: ASSASSINATOS COM VÍTIMAS FEMININAS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (2001-2010)



2001	2002	2003	2004	2005
5	2	2	2	3

2006	2007	2008	2009	2010
2	5	5	2	2

Fonte: LEG-UFES e Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania" do Centro Universitário São Camilo-ES.

Sobre as formas pelas quais tais assassinatos foram consumados, o uso da arma de fogo é o que mais aparece (isoladamente ou seguida por outra forma de violência física). De forma isolada, a arma de fogo fora utilizada em catorze assassinatos, enquanto em outro, sua utilização aparece precedida por um espancamento. Desse modo, totalizando quinze ocorrências, pode-se afirmar que metade dos assassinatos de mulheres no município foram cometidos através do uso da arma de fogo como instrumento para execução.

A utilização de facas para consumação do ato aparece em segundo lugar como artefato mais utilizado, constando em seis ocorrências pelas quais fora utilizada isoladamente e uma que fora precedida por espancamento e estupro, logo, totalizando sete vítimas cujas vidas foram retiradas com a utilização de um utensílio doméstico.

Nos demais casos, foram registrados dois casos de estupros seguidos de morte, dois cujos assassinos utilizaram-se de uma pedra para cometer o ato, e também a utilização de pedaços de pau, estrangulamentos, espancamentos aparecem distribuídos igualmente com uma forma de



execução para cada caso. Desse modo, conforme ilustrado na tabela 2 a seguir, não faltam formas e instrumentos para que os assassinos retirem, custe o que custar, a vida de suas vítimas.

TABELA 2: FORMAS DE EXECUÇÃO

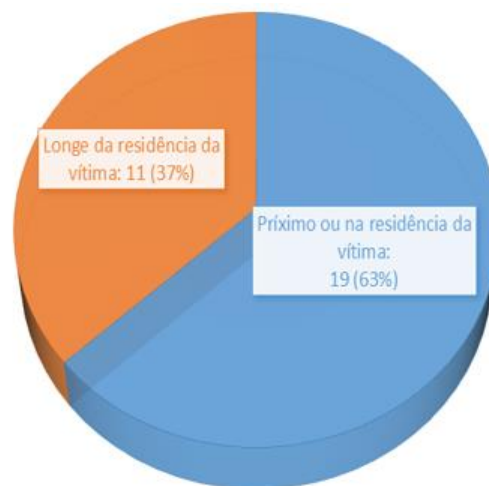
Forma de Execução	Total
Arma de Fogo	14
Faca	6
Pedra	2
Pedaço de Pau	1
Asfixia Seguida de Pedrada	1
Estupro Seguido de Espancamento	1
Estupro Seguido de Espancamento e Facada	1
Espancamento Seguido de Asfixia	1
Espancamento Seguido de Arma de Fogo	1
Não Consta	2

Fonte: LEG-UFES e Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania" do Centro Universitário São Camilo - ES.

Ao ser relacionado o local de residência da vítima com o lugar onde fora assassinada, um número expressivo e, infelizmente, previsível, chama a atenção. Das 30 mulheres vitimadas, dezenove vítimas (o que corresponde a 63%) foram assassinadas no interior da sua própria residência ou próximo a mesma - em um bar nas proximidades, ou na rua enquanto fugia do assassino, por exemplo -, enquanto onze (37%) foram assassinadas longe de sua residência.



GRÁFICO 1: LOCAL DA OCORRÊNCIA:



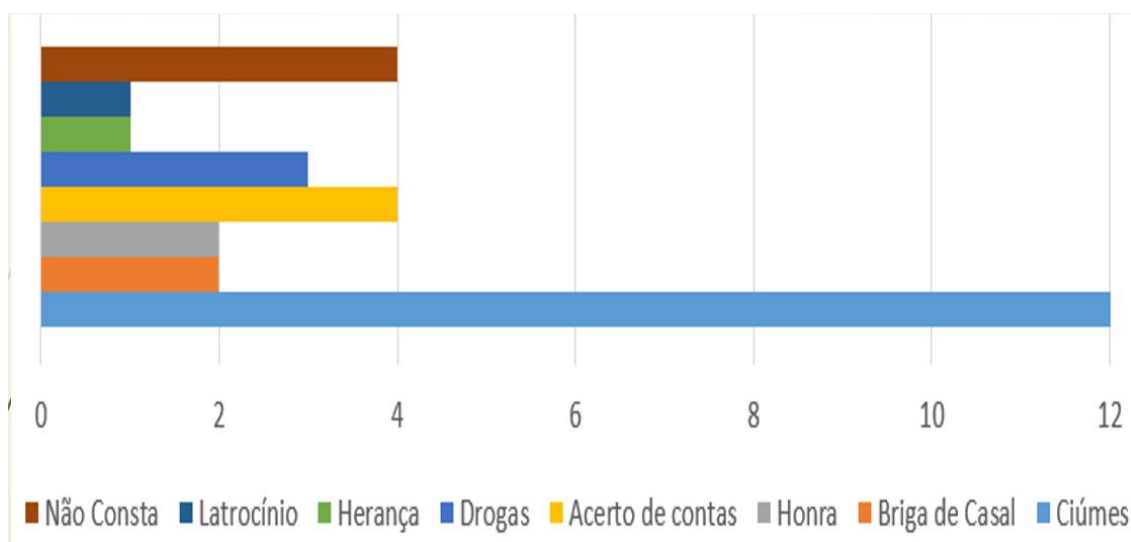
Fonte: LEG-UFES e Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania" do Centro Universitário São -ES.

Para classificar se o homicídio doloso com vítima feminina é ou não um femicídio/feminicídio, faz-se necessário analisar as motivações aparentes que levaram o ato. Caso a mulher tenha sido vitimada por um homem cujos motivos referem-se ao gênero – como honra masculina, ciúmes, objetificação feminina -, o homicídio caracteriza-se como feminicídio. A partir disso, detectou-se que em Cachoeiro de Itapemirim, das trinta vítimas femininas, doze casos foram motivados por ciúmes, dois motivados por honra e dois por conta de briga de casal não especificada no inquérito policial. Logo, pode-se afirmar com certeza que, pelo menos, há dezesseis casos claros de feminicídio no município, compreendendo mais da metade dos assassinatos.



Além disso, outras motivações aparentes são reveladas, como quatro acertos de conta – sendo um deles causado também por uma mulher que, inconformada com o término do relacionamento, assassinou o ex-marido com auxílio da irmã -, três ligados diretamente à dívida com traficantes de drogas, um caso de latrocínio e quatro casos cujas motivações não foram encontradas.

GRÁFICO 2: MOTIVAÇÕES APARENTES:



Fonte: LEG-UFES e Grupo de Estudo e Pesquisa “Cultura, Violência e Cidadania” do Centro Universitário São -ES.

Para encerrar, a leitura dos dados também revelou que a maior parte das vítimas conheciam ou tinham algum tipo de relação com seus algozes. Apenas quatro mulheres não conheciam seus assassinos, e em três casos a relação existente entre eles não foram encontrados. No entanto, das relações existentes encontradas, encontram-se: quatro amigos (ou conhecidos), dois parentes, quatro maridos, três namorados, um ex-namorado, três amantes, quatro amasias (conviventes) e três ex-



amasias, logo, pode-se afirmar com total veemência que pelo menos vinte e quatro vítimas possuíam (ou já possuíram) algum tipo de relação com seu assassino.

TABELA 3: RELAÇÃO VÍTIMA-ALGOZ

Relação Vítima e Algoz	Total
Desconhecido	3
Conhecido/Amigo	4
Parente	2
Marido	4
Namorado	3
Ex-Namorado	1
Amante	3
Amasia	4
Ex-Amasia	3
Não Encontrado	3

Fonte: LEG-UFES e Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania" do Centro Universitário São -ES.

3. SOBRE AS OCULTAÇÕES DE CADÁVER

Durante a coleta e leitura dos dados, uma coisa chamou a atenção: os casos de ocultação de cadáver e os estupros. Dos trinta assassinatos, são encontradas cinco ocultações de cadáver (três no ano de 2007, e uma em 2009 e 2010).



O primeiro caso de ocultação caracteriza-se por quatro disparos de arma de fogo desferidos no rosto da vítima. O assassino (traficante que vendia drogas para a vítima, que o devia) a espancou em casa, sequestrou, matou e jogou o corpo numa vala, na Rodovia do Contorno, que dá acesso ao distrito de Soturno, zona rural do município. A vítima possuía trinta e um anos e fora encontrada um dia depois.

O segundo caso trata-se de um estupro coletivo, realizado por três indivíduos, sem motivação aparente. Os mesmos, feita a violência sexual, espancaram-na e a esfaquearam-na. A vítima era uma jovem de vinte anos, e seu corpo fora encontrado quatro dias depois, também na zona rural de Cachoeiro, no mesmo distrito

O último caso de ocultação de cadáver registrado no ano de 2007 também compõe, em sua execução, o estupro, e também ocorrera no distrito de Soturno. Também motivado pelo tráfico de drogas, o assassino (o traficante), espancou, estuprou e esfaqueou a vítima – uma adolescente de quinze anos.

Nos anos de 2009 e 2010, ambas ocultações de cadáver se deram com a jogada do corpo no Rio Itapemirim – que corta a cidade, com foz no Oceano Atlântico no território que compreende o município limítrofe denominado Marataízes. No primeiro caso, após uma briga, o assassino, amante da vítima (uma jovem de vinte e dois anos), desferiu tiros contra a mesma e, para não ser pego, abriu o tórax da vítima (para que enchesse de água e afundasse), e a jogou no rio.

No ano seguinte, motivado por ciúmes, a vítima (uma prostituta de trinta e nove anos) fora enforcada e golpeada várias vezes na cabeça com um pedaço de pau, e lançada ao Rio Ambos os casos ocorreram num



bairro de classe média chamado Ferrovários, e ambos os corpos foram lançados de uma ponte localizada num bairro (também de classe média) chamado Baiminas. Ambos os corpos foram encontrados em Marataízes nas margens do rio.

Dois pontos chamam a atenção: Primeiramente, os três primeiros casos acontecem no interior do município, na zona rural, e no mesmo distrito: Soturno, cuja ocupação se deu no início do século XX por famílias descendentes de imigrantes (principalmente italianos) buscando trabalho nas lavouras de café, cujos valores tradicionais e patriarcais são extremamente fortes e incrustados em seu imaginário. Logo, tal patriarcado histórico reverbera de forma extremamente violenta até os tempos contemporâneos, a exemplo destas três ocultações de cadáver e dois estupros.

O segundo refere-se também a Geografia, porém, dos dois últimos casos, que caracterizam-se por um mesmo ritual de execução realizado nos mesmos lugares: dois bairros antigos, tradicionais, da cidade, cuja ocupação iniciou-se no início do século XIX. O bairro Baiminas é um dos primeiros bairros a surgir em Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que sua ocupação se deu através do curso do rio Itapemirim, e ganha esse nome devido a estrada de ferro que, ali, fazia ligação cruzada entre os estados de Minas Gerais e Bahia. O Ferrovários, por sua vez, próximo ao Baiminas, ganha este nome por ser ocupado pelos trabalhadores da ferrovia Leopoldina Railway, surgindo assim no final do século XIX. A historicidade destes dois bairros de classe média pode, muito provavelmente, explicar o alto nível de violência à mulher presente neles, não em números, mas na forma como se deu a execução do ato.



4. CONSIDERAÇÕES: SOBRE O QUE DIZEM OS DADOS?

Para finalizar este trabalho, é interessante ressaltar a subjetividade dos dados, ou seja, o que eles revelam sobre a sociedade cachoeirense e seu patriarcado histórico e cultural manifestado através da violência. Desse modo, faz-se necessária uma análise cautelosa sobre as mensagens que determinados números transmitem.

O uso da arma de fogo como forma de execução lidera de forma isolada no que confere ao femicídio/feminicídio. Dos trinta assassinatos registrados, quase a metade foi por meio da arma de fogo, seguido pela utilização da faca como instrumento, totalizando seis casos, o que caracteriza o uso de um utensílio doméstico – subintendendo-se, assim, uma violência doméstica, cujo o artefato corto-contundente mais próximo às mãos do assassino era a faca. Os outros oito assassinatos (descontando os dois casos que não foram constatados a forma de execução), exigiram mais criatividade do assassino, que utilizou-se de artefatos como pedras, pedaços de pau, e as próprias mãos (para espancar, asfixiar e estuprar) suas vítimas até virem a óbito. Curiosamente, todos estes casos que foram utilizados outro meio (além da arma de fogo e da faca), ocorreram na zona rural do município, caracterizando um grau maior de violência.

Ao analisar o local onde ocorrera o assassinato, foi percebido que, dos trinta assassinatos, apenas onze foram ocorridos longe da residência da vítima, enquanto dezenove ocorreram dentro da casa da vítima ou próximo – enquanto fugia de seu algoz. No gráfico a seguir, nota-se que, dados os números, sessenta e três por cento das vítimas de femicídio/feminicídio tiveram suas vidas retiradas no seio do seu próprio lar



Dos trinta assassinatos ocorridos entre os anos de 2001 e 2010, segundo os inquéritos policiais, doze foram motivados por ciúme – sendo um causado por uma mulher, o que não caracteriza o feminicídio -, uma vez que o casal brigava frequentemente, e mais dois casos onde não fora especificado o porquê de o homem retirar a vida de sua companheira (apenas especificando que o casal brigava frequentemente). Além disso, dois casos são relacionados diretamente à honra masculina, pelos quais um é motivado pela traição da vítima, e outro que caracteriza-se pelo traficante que matou a mulher após esta (que o devia) insultar sua masculinidade – segundo testemunhas oculares, o mesmo, após cometer o ato, ainda gritou para a vítima morta no chão: “isso é pra você aprender!”.

Desse modo, este último caso não caracteriza-se apenas como um homicídio ligado ao tráfico de drogas, uma vez que o gênero faz-se presente ante o insulto a honra masculina do traficante. Outro caso ligado às drogas que relações de gênero são encontradas é no estupro seguido de morte realizado pelo traficante à vítima que o devia. Além disso, um homicídio cuja motivação é desconhecida também caracteriza-se como feminicídio, por também ter ocorrido o estupro da vítima antes de sua morte.

Por fim, também há um acerto de contas caracterizado por feminicídio, uma vez que o ex-marido, julgando-se “abandonado” – palavras dele em seu depoimento – ao término do relacionamento e exigindo a guarda da filha, assassinou a ex-esposa. Assim, totalizam-se dezenove casos certos de feminicídio – quase dois terços do total. Dentre os demais ocorridos, encontram-se quatro vítimas por acerto de contas pessoal (sendo duas por chacina), um latrocínio, dois por causa



desconhecida, um por herança, e dois relacionado estritamente ao tráfico de drogas.

A relação existente entre o assassino e sua vítima também caracteriza o feminicídio. Dos trinta casos, fora encontrado apenas um (um acerto de contas) cujo assassino é, na verdade, uma assassina, que auxiliada pela cunhada, tirou a vida da futura esposa do ex-marido. Este exemplo não caracteriza-se como feminicídio pois, mesmo que as relações de gênero estejam presentes, o assassino é do sexo feminino.

Nos demais casos, todos os algozes são do sexo masculino, compreendendo-se entre desconhecidos, conhecidos, parentes e companheiros ou ex-companheiros (levando em consideração namorados, casados, amantes e amasias).

A maioria dos assassinos são as amasias (conviventes) e maridos das vítimas (quatro cada), seguido de perto pelos namorados e amantes (ambos, três). Considerando os três não encontrados, pode-se chegar a conclusão de que dezoito dos 30 assassinos tiveram, com cem por cento de certeza, algum tipo de relacionamento íntimo com a vítima - seja emocional ou apenas carnal. Ampliando o leque e acrescentando os conhecidos e parentes a este campo, pode-se dizer que vinte e quatro das trinta vítimas conheciam seus assassinos. Isto explica o título deste trabalho: o inimigo está em casa, uma vez que a maioria das vítimas foram mortas por seus maridos, amasias, amantes, amigos, parentes e conhecidos.

REFERÊNCIAS



BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal – Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf>

IPEA e PBSP. **Atas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

MELLO, Adriana Ramos de. **Femicídio: Uma análise sócio jurídica do fenômeno no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ADRIANARAMOSDEMELLO_FEMICIDIO.pdf>.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: Do destino biológico ao destino social**. 2ª Ed. Vitória-ES; EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2011.

OACNUDH. Oficina Regional para América Central del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. **Modelo de protocolo latinoamericano de investigación de las muertes violentas de mujeres por razones de género (femicidio/feminicidio)**.

RIOS, Marcela Lagarde Y de Los. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In. BULLEN, Margareth. MINTEGUI, Carmen Diez. **Retos teóricos y nuevas prácticas**. 2011. Disponível em: <<https://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/0008Lagarde.pdf>>

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WAISELFSZ, Júlio Jacobo,. **Mapa da Violência 2015**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2015.

GÊNERO, ENVELHECIMENTO E HISTÓRIA ORAL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS FEMINISTAS¹¹⁶

¹¹⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Luciana Silveira
Doutoranda em História – UFES
luciana.slv@gmail.com

Alex Silva Ferrari
Doutorando em História – UFES
alexsilvaferrari@gmail.com

Maria Beatriz Nader
Professora do Departamento de História e do PPGHIS – UFES
marxis@terra.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo destacar o papel da História Oral como forma de registro e investigação da memória feminina, especialmente de mulheres idosas, promovendo uma aproximação entre as pesquisas que vem sendo desenvolvidas no âmbito dos estudos de gênero sobre o envelhecimento e as pesquisas de História Oral, que tem ou não a velhice como questão central, mas que por vezes se valem dos relatos de pessoas que se encontram nessa etapa da vida. Dessa forma, intentamos contribuir com reflexões teórico-metodológicas para essa área de trabalho e compartilhar algumas de nossas percepções a partir de pesquisa que analisa os relatos de mulheres idosas em situação de violência que são usuárias dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) de Vitória – ES.

Palavras-chave: Gênero; Envelhecimento; História Oral.

Os estudos feministas, que surgem a partir da década de 1970, foram responsáveis, ao lado de outras teorias do pensamento, por evidenciar o debate sobre a questão da ciência e produzir uma crítica eficaz a seu respeito. As feministas, em particular, denunciavam a ausência de questões femininas na ciência moderna. Mas não inquietavam-se somente com a ausência do sexo feminino enquanto objeto de estudo, incomodavam-se também com o papel da ciência na discriminação e exclusão das mulheres enquanto profissionais.



De acordo com Sandra Harding (1993, p. 9), a crítica feminista argumenta que a ciência moderna parece ter sido construída como um empreendimento especificamente masculino, não se dedicando a experiência dos homens em geral, “mas tão-somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais”. Segundo a autora, tal ideia reforçava a existência de um homem essencial e universal. Nesse sentido, o feminismo permitiu discutir questões que não apenas dizem respeito às mulheres, mas também aos homens, e ainda “alertou que o conhecimento científico não é uma entidade objetiva, afinal é parte da condição cultural dos atores sociais” (BANDEIRA, 2008, p. 224).

Tal discussão é fomentada pela entrada maciça de mulheres nas universidades a partir dos anos de 1970, a tal ponto de se falar em uma feminização do espaço acadêmico¹¹⁷. Com a proliferação de núcleos de ensino e pesquisa voltados para a condição da mulher, pode-se falar também, nas palavras de Margareth Rago (1998), em uma feminização das maneiras de se produzir conhecimento. As reivindicações feministas provocaram, portanto, uma série de transformações econômicas, sociais e comportamentais e interferiram

¹¹⁷ Analisando dados de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 2007, Bandeira (2008) chama atenção para o fato de que a despeito da participação cada vez mais crescente das mulheres em atividades de pesquisa científica, a sua presença em níveis de liderança e em determinadas áreas do conhecimento ainda está condicionada às relações sociais e às marcas da cultura sexista. Por exemplo, dentro de um total de 1.081 pesquisadores de nível 1-A no ano de 2006, a autora destaca que as mulheres correspondem a apenas 29,9% daquele número e estão distribuídas, principalmente, na área de Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Linguística, Letras e Artes. Ao contrário dos homens que concentram-se na área das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e nas Engenharias. Ou seja, há uma predominância masculina naquelas áreas que considera-se como das ciências “duras”, dos fazeres produtivos e para as quais se exigiria uma habilidade racional, enquanto as mulheres predominam nas áreas ligadas ao cuidado, à educação e às sensibilidades.



significativamente no conhecimento produzido nas universidades, de modo a repensar a condição da mulher na sociedade e seu papel no processo histórico. Isso demonstra, como afirma Harding (1993, p. 14), que o movimento feminista

gera mais cientistas e mais cientistas feministas, homens e mulheres, com maior propensão para reconhecer a predisposição androcêntrica [da ciência] do que o fazem os homens não-feministas.

Na História, a emergência dos estudos sobre as mulheres se dá primeiro na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos de 1960, e, dez anos depois, na França. Ainda na década de 1970, esses estudos estenderam-se por outras partes da Europa e do mundo, incluindo o Brasil. Uma série de fatores, segundo Michele Perrot (2012), contribuiu para tal expansão, dos quais deve-se citar a renovação nas questões próprias da disciplina, com a História dos Annales¹¹⁸ e a História da Família¹¹⁹, a já citada presença das mulheres na universidade e o também mencionado movimento feminista.

As pesquisas de História das Mulheres, que a partir daí multiplicam-se, foram responsáveis por demonstrar que o conhecimento histórico de até então não era isento, neutro ou imparcial como pretendia, mas um discurso sexualizado, por isso buscavam outros tipos de fontes, não oficiais. Além disso, não se limitavam à análise da participação das

¹¹⁸ Ainda que os fundadores dos Annales, em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, e as gerações seguintes do movimento não tenham se preocupado prioritariamente com as questões femininas, eles contribuíram para que ocorresse um alargamento progressivo do campo histórico, seus objetos, suas fontes e sujeitos de interesse, terminando por criar a possibilidade de que as mulheres fossem incorporadas à historiografia.

¹¹⁹ Pelos estudos sobre família, das décadas de 1960 e 1970, emergiram novas dimensões da vida, como o parentesco e a sexualidade e, ainda, novos personagens, como as crianças, os jovens e, mesmo que não previssem, esses estudos colocavam também a questão das mulheres como sujeitos.



mulheres no espaço público, destacavam sua vivência e atestavam a posição marginal que assumiam na historiografia masculinista e transformavam os fatos da vida das mulheres em “fatos da história”.

Contudo, aos poucos, os historiadores (as) das mulheres perceberam os limites do tipo de abordagem que haviam adotado em sua primeira leva de trabalhos. Mais do que descrever e interpretar era importante colocar e resolver questões analíticas. Nas palavras de Joan Scott (1995, p. 14 – 15), “novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas”.

Não era suficiente que as mulheres fossem simplesmente ser adicionadas, incluídas como sujeitos da história, sem que houvesse uma redefinição dos modelos, ferramentas e técnicas de pesquisa. Se a história de até então havia se firmado enquanto objetiva, neutra e universal, operando a partir da exclusão das mulheres, era, segundo Louise Tilly (1994, p. 29 – 30), “exclusivamente através da confrontação que a história das mulheres terá possibilidades de modificar o quadro geral da história no seu conjunto”.

Foi pensando em responder a esses impasses que a categoria gênero foi incorporada na pesquisa histórica. Na impossibilidade de trabalhar dentro dos limites das teorias pré-existentes e de encontrar a partir das mesmas uma explicação para as desigualdades entre os sexos, as feministas reivindicaram, conforme Scott (1995), um campo próprio, onde o gênero emergia como eixo central. O gênero surge na década de 1970, ganhando força nos anos 1980, como uma forma de expressar a rejeição ao determinismo biológico, fazendo ver que uma série de características atribuídas aos corpos de homens e mulheres é, na



verdade, construída socialmente. Ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social.

Além da recusa ao determinismo biológico e a ênfase no caráter social das distinções entre os sexos, as feministas destacaram, segundo Scott (1992), o aspecto relacional da categoria gênero. Isto é, argumentava-se que os sexos eram definidos um em função do outro, sendo assim, as mulheres não poderiam ser apreendidas se a análise não levasse em consideração sua relação com os homens, bem como uma análise sobre os homens, não deveria ir adiante se estes não fossem concebidos em contraste com as mulheres.

Dentre as (os) estudiosas (os) do gênero houve ainda a preocupação com a articulação dessa categoria com, ao menos, outras duas, classe e raça. Isso demonstra uma atenção às variações não somente históricas e geográficas das demandas e disposições de gênero, como também às especificidades relativas às condições econômicas e de cor dos indivíduos. Ademais, antevia que as relações de classe e raça também são relações de poder assim como as relações de gênero ou, ainda, que as desigualdades deveriam ser percebidas tendo como referência no mínimo essas três dimensões, gênero, classe e raça. Mais recentemente inclui-se também na discussão a questão da sexualidade e a categoria geração.

A discussão geracional acompanhou o próprio processo de emergência das categorias de idade e de compreensão das diferentes etapas da vida, dentre as quais a velhice que desponta enquanto questão social e política no final do século XX, consequência também do envelhecimento da população mundial. Paralelamente ao



crescimento de pesquisas acadêmicas sobre o envelhecimento, concentradas, principalmente, nas áreas de geriatria e gerontologia, desenvolveu-se, timidamente, também uma perspectiva de gênero sobre a velhice.

Dentre os trabalhos que se dedicam à discussão do envelhecimento e do envelhecimento sob uma perspectiva de gênero, vale destacar o pioneirismo de Simone de Beauvoir, que, em 1960, publica o ensaio “A velhice”, traduzido para o português em 1990, no Brasil, merece destaque também os trabalhos de Guita Grin Debert, autora de “A reinvenção da velhice” (2004), e Alda Britto da Motta que em inúmeros artigos e capítulos de livros tem se dedicado à discussão do envelhecimento e das violências cometidas contra pessoas idosas. É curioso notar que, a exemplo de algumas dessas autoras, as pesquisadoras que vem se interessando pelo tema são aquelas que, na expressão da própria Alda Britto da Motta (2006), vem “chegando para a idade”.

No que diz respeito aos estudos e teorias reunidos sob o rótulo de uma perspectiva feminista do envelhecimento, ainda que com interesses tão diversos, possuem algumas características gerais. Em primeiro lugar, incorporam a categoria gênero na análise da velhice, dando especial atenção à situação das mulheres idosas, compreendendo que o que dá sentido, antes de tudo, à experiência do envelhecimento são as diferenças de gênero. Entretanto, não deixam de levar em consideração outras categorias de análise, como classe, raça, etnia, inserindo a questão da diversidade e promovendo, com isso, uma “busca em analisar as variáveis cruciais que determinam o estatuto da população idosa nas nossas sociedades” (DIAS, 2005, p. 258).



Além dessas características gerais, os estudos feministas sobre a velhice apresentam algumas preocupações recorrentes, tais como perceber as imagens associadas ao envelhecimento e os atores e interesses envolvidos nesse processo e investigar as estratégias das pessoas idosas frente a essas representações, em que medida interiorizam e/ou acionam essas identidades.

Nesse sentido, em trabalho de doutorado ora em desenvolvimento propomos uma análise das percepções e das experiências de mulheres idosas com o envelhecimento e a violência, a partir dos relatos das usuárias dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas)¹²⁰ de Vitória – ES. Parte-se de uma história da vida, mas que contempla, em seu interior, ao longo da narrativa da trajetória de vida, diversas questões temáticas, tencionando aprofundar os temas relevantes para a pesquisa (ALBERTI, 2008), que são as concepções sobre gênero e envelhecimento dessas mulheres e a experiência da violência e da denúncia nos serviços especializados.

Segundo Verena Alberti (2008), uma das primeiras particularidades da História Oral é possibilitar que se estude as diferentes maneiras como os indivíduos ou os grupos sociais concebem suas experiências, ao invés de

¹²⁰ O Creas é uma unidade pública prevista pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em setembro de 2004, e que estabelece os princípios e as diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). É responsável por oferecer serviços de acolhimento, atendimento psicossocial, além de receberem denúncias e elaborarem medidas para conter a violência contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiências e pessoas idosas. Na cidade de Vitória, os Creas estão estabelecidos em três regiões: Território Continental, na Ilha de Santa Maria, Território Centro, no Centro de Vitória, e Território Maruípe, no bairro de Maruípe. Sua equipe é formada por educadores, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais. Promovem ações como: atendimento psicossocial individual, visitas domiciliares, oficinas, encontros de família, mobilizações e campanhas de conscientização.



partir de generalizações. No estudo em questão essa oportunidade é especialmente importante pois a existência de uma ou mais representações sobre a velhice não garante que elas serão apreendidas de forma passiva ou de forma uniforme por todas as pessoas em envelhecimento. As entrevistas e a história de vida das mulheres idosas permitem, dessa forma, identificar quais representações foram e são colocadas à sua disposição e como elas elaboram suas experiências sobre o envelhecer no cotidiano, tendo em vista sua formação familiar, suas condições sócio-econômicas, instrução, raça e possibilidades de sociabilidade.

Dessa forma, a História Oral amplia as possibilidades de interpretação sobre os objetivos históricos, permitindo o registro dos testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” (ALBERTI, 2008), uma vez que as memórias que se estabeleceram como oficiais foram aquelas baseadas nas ideias, decisões e feitos dos homens ligados ao poder político vigente e às instituições. As memórias dos homens comuns e mulheres, grupos sociais marginalizados, se mantiveram de maneira subterrânea (POLLACK, 1989).

No caso das mulheres, segundo Michelle Perrot (1998), há um silenciamento em, pelo menos, três níveis. As mulheres são excluídas, primeiramente, enquanto profissionais, pois a história se constituiu como um empreendimento predominantemente masculino. As mulheres também são excluídas no âmbito do relato, pois esse se restringe ao político, associado exclusivamente ao espaço público, do qual as mulheres são alijadas. E, por fim, as mulheres são excluídas no nível das fontes, diplomáticas, administrativas e parlamentares, materiais



igualmente produzidos por homens, que não contemplavam a participação das mulheres no processo histórico.

Ademais, há uma escassez de registros de mulheres sobre sua própria história. Os arquivos privados, como cartas e diários, por muito tempo não foram considerados dignos de serem arquivados e acabaram frequentemente destruídos, seja por receio ou vergonha. Rachel Soihet (1997) destaca o papel da História Oral, como forma de registro da memória feminina, até mesmo naqueles casos em que o acesso à escrita foi censurado para as mulheres. Igualmente importantes são os objetos por elas deixados, como os “dedais, jóias, roupas, bibelôs, caixas, missais e as fotografias”, que permitem constituir uma “arqueologia feminina da vida cotidiana” (SOIHET, 1997, p. 296).

A dificuldade com as fontes também é observada por Alda Britto da Motta (2012) em relação às mulheres idosas, que alega que até o movimento emancipatório da década de 1960, poucas mulheres, que dirá velhas, ganham visibilidade pelo registro social de suas vidas. Semelhante à Soihet (1997), Motta sugere o trabalho com a História Oral, alegando que as lembranças de mulheres que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, são fontes ricas e importantes para se conhecer as omissões e as pressões sociais sobre as mulheres de várias idades.

Contudo, há, segundo Éclea Bosi, em entrevista à Mariluce Moura (2014), especialmente a partir da sociedade industrial e da aceleração das mudanças históricas, um impacto sobre a memória e a velhice. As cidades provocam uma dispersão desse grupo que recorda as lembranças, o dos idosos, e, conseqüentemente, contribui para a dispersão das memórias. Walter Benjamin (1987) faz uma reflexão



semelhante e afirma que na sociedade capitalista moderna, e principalmente após a Primeira Guerra Mundial, a humanidade vive uma perda da experiência da arte de narrar e das formas de transmissão dessa experiência. O que é causado dentre outros fatores pelo distanciamento entre as gerações e a alteração do papel dos velhos em sociedade:

Enquanto no passado o ancião que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, hoje ele não passa de um velho cujo discurso é inútil (GAGNEBIN, 1987, p. 10).

Ainda que não se possa generalizar essa experiência, dos idosos como recordadores e preservadores da memória e valorizados como tal, para todas as sociedades e épocas históricas, há uma sobrevivência de estereótipos que cercam a velhice, constantemente associada à tristeza, incapacidade, morte. Assim, mesmo que o trabalho não tenha essa questão como central na pesquisa, como, em boa parte das vezes, os sujeitos em História Oral são pessoas idosas, acredita-se que seja preciso estudar a construção social da velhice e das representações sócias sobre a velhice, inclusive para não contribuir para a reafirmação de estereótipos.

De nossa parte, temos reafirmado a ideia velhice como uma construção social, ou seja, não apenas como um fenômeno biológico, mas que, enquanto processo, comporta também uma dimensão psicológica, existencial e cultural e, por isso, é um destino “vivido de maneira variável segundo o contexto social” (BEAUVOIR, 1990, p. 16). Por isso, neste trabalho, diferente da dissertação de mestrado (SILVEIRA, 2015) em que analisamos a violência contra mulheres idosas a partir das ocorrências da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa e



procuramos construir um perfil sócio-demográfico dos envolvidos, não há o objetivo de estabelecer um perfil de mulheres e um recorte de pesquisa que tenha como ponto de partida esse perfil. As mulheres¹²¹ a que se teve acesso nos Creas e que foram selecionadas para as entrevistas provem de diferentes níveis econômicos, possuem diferentes origens sociais, graus de escolaridade, formação familiar, raça e faixas etárias, respeitando apenas o limite mínimo de 60 anos, considerado oficialmente o marco que a caracterizam como pessoas idosas. E isso é algo que consideramos que pode enriquecer o trabalho, pois o modo como as mulheres lidam com seu processo de envelhecimento, como enxergam a velhice e a forma como se relacionam com o que as outras pessoas pensam a respeito da velhice tem a ver com o gênero, classe, raça, geração, formação familiar, instrução e com a própria subjetividade dessas mulheres, com o modo como enxergam o mundo.

Para algumas, a velhice pode não ser de fato uma questão, pois se resume ao aspecto estético, ao corpo, importando mais o intelecto e a capacidade de manter sua sanidade e a liberdade. Para outras, a velhice se resume ao momento que antecede a morte, não restando muito o que ser feito e até colaborando para que elas se resignem na situação de violência e maltrato.

Por fim, para além das questões sobre as motivações da pesquisa em História Oral, dos silenciamentos, da relação entre velhice e memória, um outro tema que nos chama atenção é das dimensões éticas e das implicações dos trabalhos de História Oral que se dedicam a contextos

¹²¹ Ao todo foram entrevistadas cinco mulheres: D. Laura, D. Cecília, D. Heloisa, D. Penha e D. Maria. Optamos por preservar a identidade das entrevistadas, por isso os nomes utilizados no trabalho são fictícios.



de autoritarismo e situações de trauma e violência (THOMSON, 1998; POLLACK, 1989; WEINRICH, 2001; SALVATICI, 2005). As memórias sobre esses acontecimentos foram muitas vezes silenciadas em uma tentativa de proteger as pessoas atingidas e o passado de uma determinada comunidade. Entretanto, o silenciamento não se traduz em esquecimento, contribuindo, ao contrário, para que essas lembranças traumáticas estejam amalgamadas nas identidades individuais e coletivas, criando o ressentimento. Por isso, há a perspectiva de que o trabalho de rememoração da História Oral possa auxiliar nesse processo de “expressar as lembranças dolorosas e lidar com elas, dar novo sentido às velhas histórias” (THOMSON, 1998, p. 293). Ao mesmo tempo, o pesquisador é aquele que oferece a escuta, mas não possui as ferramentas terapêuticas para estabelecer, em conjunto com o sujeito, as conexões entre esses fragmentos de memórias. Tal é o desafio presente também no trabalho com as mulheres entrevistadas, que vivenciam um duplo silenciamento, próprio do gênero e outro da experiência da violência, frequentemente abafada pelo medo do rompimento dos vínculos familiares, do abandono, da solidão ou mesmo pela coerção sofrida na relação familiar com os autores das agressões.

Além disso, a pesquisa com um tema tão delicado como o da velhice e da violência, implica em uma dificuldade extra, foi impossível ouvir as histórias que ouvimos sem nos envolvermos e nos sentirmos afetados¹²².

¹²² Segundo Jeanne Favret-Saada, aceitar ser afetado é uma das principais capacidades a serem desenvolvidas pelo pesquisador em seu trabalho de campo e consiste não no exercício de empatia, no sentido de identificação com o ponto de vista do outro, mas de estabelecer uma comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade, é expor o projeto de conhecimento à possibilidade da desconstrução. “Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada”. A comunicação verbal, voluntária e intencional produz uma compreensão muito pobre da comunicação humana, não permitindo a apreensão dos aspectos



A suposta objetividade do pesquisador, para alguns algo ainda a ser perseguido e possível em sua integridade, no momento da entrevista, deu lugar à presença e à escuta. Não foram raras as vezes em que seguramos o choro, saímos cansadas das reuniões, que as dores nos tomaram a cabeça e o corpo. Como reagir diante de alguém que chora por não ter o que comer, por não encontrar sentido na vida, por pensar e tentar tirar a própria vida, por não se sentir amado e isolado? Escolhemos não reagir, ao menos não verbalmente, e entendemos que aquele era o seu momento, que as entrevistas também serviam de algum modo como um processo terapêutico, ainda que não oferecêssemos essa contrapartida.

Foi possível perceber em alguns casos uma demanda latente por escuta, de modo que a duração dessas entrevistas extrapolou em muito o tempo planejado. Os encontros com D. Maria, por exemplo, não tiveram menos que três horas de duração e somente na primeira vez que a vi, a escutei por cinco horas, a interrompendo apenas para que lesse e assinasse o termo de consentimento. À medida que íamos esgotando nossas questões e nos aproximando da finalização das entrevistas, sempre tirávamos um momento para agradecer a participação das mulheres na pesquisa. No caso de D. Maria, em um desses momentos, ela chegou a reconhecer que ficou muito envergonhada na primeira vez que estive na sua casa, que ela tinha falado demais, mas que aquilo tinha sido ótimo para ela, porque ela não tinha ninguém, ninguém mesmo para sentar e conversar.

não verbais e involuntários da experiência. Ver: FRAVET-SAADA. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, n. 13: 155-161, 2005. Disponível em: <<www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 06 abr. 2018.



D. Penha, por sua vez, estava há cerca dois meses sem consulta com o psicólogo da Unidade de Saúde onde faz o acompanhamento da depressão, uma vez que ele tirou uma licença do trabalho e não foi substituído. O Creas de Bento Ferreira, onde foi atendida, de acordo com ela, fica em um endereço de difícil acesso e sua rotina não permite que ela se ausente com frequência para se deslocar até lá. Assim, as entrevistas também foram um momento em que ela pôde compartilhar um pouco de suas dores, ainda que elas tivessem que ocorrer em condições ambientais não ideais, na área comum de seu condomínio e sob observação das pessoas que por ali circularam.

Percebe-se, portanto, a importância da existência e do funcionamento adequado de uma rede de apoio e atendimento psicossocial, implicada não apenas no processo de resolução dos conflitos, mas de escuta e de fortalecimento emocional dessas mulheres para que elas não se sintam ainda mais vulneráveis à violência.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 155 – 202.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16(1), n. 288, p. 207-228, jan./abr. 2008. P. 224. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.



DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DIAS, Isabel. Envelhecimento e violência contra idosos. **Revista da Faculdade de Letras**: Universidade do Porto, Porto, Portugal. Sociologia, I Série, Vol. 15, 2005. P. 258. Disponível em: <www.ler.letras.up.pt>. Acesso em: 1 fev. 2012.

FRAVET-SAADA. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, n. 13: 155-161, 2005. Disponível em: <<www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 7 – 31, 1993. P. 9. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MOURA, Mariluce. Entrevista Ecléa Bosi: "Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados". **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 218, abril 2014. Disponível em: <revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 17 de mar. 2018.

MOTTA, Alda Britto da. Chegando para a idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 223-235.

_____. Mulheres velhas. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 84-104.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 26 de mar. 2018

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 11, p.



89-98, 1998. P. 91. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SALVATICI, Silvia. Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra. **Revista Brasileira de História Oral**. Volume 8, n.1 (2005). Disponível em: <revista.historiaoral.org.br>. Acesso em: 27 de mar. 2018

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <www.disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

SILVEIRA, Luciana. **Gênero, velhice e geração: a violência familiar contra a mulher idosa em Vitória (ES), 2010 – 2012**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2015. Disponível em: <www.historia.ufes.br>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 275-296.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e político com o passado do exército nacional. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev, 1998. Disponível em: <revistas.pucsp.br>. Acesso em: 21 de mar. 2018.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <www.cppnac.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2013.

WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 249-280.

CLAUSURA FEMININA, UMA QUESTÃO DE GÊNERO: ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA VOCAÇÃO RELIGIOSA NO INTERIOR DA



CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE JESUS NA SANTÍSSIMA EUCARISTIA (1927-1950)

Luciene Carla Corrêa Francelino
*Mestranda em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*
lucienecarla20@hotmail.com

RESUMO: Nossa pesquisa tem como objetivo problematizar os conceitos de vocação e profissão religiosa, no âmbito da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada em 1927 por madre Gertrudes de São José no município de Cachoeiro de Itapemirim. Para isso, faremos uma reflexão acerca da condição feminina no Brasil colonial, destacando os empecilhos impostos pela Metrópole portuguesa para que se estabelecessem conventos e recolhimentos femininos no país. Outrossim, destacaremos os efeitos dos discursos que reforçaram o paradigma de inferioridade feminina, bem como a nova abordagem historiográfica acerca da história das mulheres. Realizaremos uma análise antropológica acerca da vocação ou escolha profissional de mulheres que decidiram servir a Deus, no interior de uma irmandade, destacando os diversos fatores que influenciam a opção pela vida eclesíastica, bem como as agruras da profissão/vocação de freira.

Palavras-Chave: Congregação, Freiras; Vocação; Profissão; Cachoeiro de Itapemirim.

Introdução

O trabalho junto aos desvalidos foi uma das várias formas de atuação filantrópicas praticada pela Igreja e seus membros ou por leigos. Diversas ordens religiosas femininas foram criadas para prestar assistência aos necessitados. Na primeira era cristã – até o ano 500 – uma das primeiras ordens de mulheres que trabalhavam junto aos desvalidos foram as diaconisas e as viúvas, mais tarde integraram-se as virgens, as presbiterianas, as canônicas e as irmãs de caridade (DONAHUE, 1993).



Algranti (1993) assevera que a partir do século V, Santo Agostinho¹²³ (354-430) conferiu às primeiras ordens monásticas de mulheres, regras religiosas semelhantes à dos homens. No século seguinte, o bispo Cesário de Arles¹²⁴ escreveu a primeira “Regra” essencialmente para monjas do convento feminino de sua vila. O documento continha 43 capítulos, nos quais determinava as qualidades essenciais às abadessas¹²⁵, baseadas em vida comunitária, com destaque para a reclusão.

¹²³ Agostinho de Hipona foi um dos mais influentes filósofos dos primórdios do cristianismo. Nasceu em 354, em Tago, na África romana. Aos 17 anos mudou-se para Cartago onde estudou e ministrou aulas de retórica e, em 386 converteu-se ao cristianismo. Dois anos depois sua mãe faleceu, em seguida teve que lidar com a morte do filho Adeodato, fruto de um relacionamento de 13 anos com uma concubina. Entristecido, vendeu os bens da família e doou aos pobres, manteve apenas uma casa na qual transformou em mosteiro para si e seus amigos. No ano de 341 foi ordenado sacerdote, tornando-se um pregador muito influente, autor de mais de 300 famosos sermões. No ano 395 tornou-se bispo de Hipona, nessa época empreendeu grandes esforços para converter o povo da região. Apesar de ter deixado o mosteiro continuou levando vida modesta na residência episcopal, para seus antigos companheiros deixou uma Regra de vida conhecida como Regra de Santo Agostinho, na qual continha os princípios da vida monástica, por isso é considerado por muitos como o padroeiro do clero regular. Foi um profícuo autor com uma lista de mais de 100 títulos diferentes, dos quais constam obras contra heresias, textos sobre doutrina cristã, comentários de textos bíblicos, sermões, entre outros. Para saber mais sobre o tema ver Brown (2005).

¹²⁴ Filho de burgúndios, Cesário nasceu em 470, em Chalon-sur-Saonê, no período em que os reis germânicos regiam a Borgonha. Ingressou na vida religiosa desde a adolescência, formando-se monge pelo mosteiro de Lérins, desde então passou a estudar as escrituras com a finalidade de melhorar a organização da vida cristã. Foi consagrado bispo em 502, com aproximadamente 32 anos de idade. Esforçou-se para induzir os leigos a participarem do ofício sagrado e orientava os fiéis a lerem constantemente a Bíblia. Em 512 fundou o mosteiro de São João de Arles, onde sua irmã era abadessa, dois anos mais tarde tornou-se vigário da Sé apostólica para Gália e Espanha. A partir de então convocou e presidiu vários concílios, nos quais muitas de suas ideias foram adotadas. Para Saber mais sobre o assunto ver Bardy (1947).

¹²⁵ Cargo de destaque numa comunidade religiosa, que poderia se dividir entre a abadessa geral, cuja autoridade se estendia a todas as abadias da mesma Ordem e abadessa secular, a quem era destinado o governo temporal de uma paróquia ou monastério.



Nesse artigo abordaremos a história de mulheres que estabeleceram uma congregação genuinamente brasileira no início do século XX. Por isso se faz necessário uma breve incursão pelos discursos que determinaram o lugar social da mulher e sedimentaram a reclusão feminina no Brasil.

De acordo com Colling (2014), a definição de papéis é construída e sustentada por teorias que possuem um caráter de cientificidade em cada época e sociedade, sendo estes responsáveis pelo lugar social destinado aos homens e mulheres no decorrer da história. A primeira mensagem desse gênero – abordando a definição de papéis entre homens e mulheres – que se tem conhecimento é originário da Grécia Antiga e “proferida” por Aristóteles¹²⁶ no início da era ocidental. Na perspectiva grega, as mulheres eram criaturas inferiores por natureza, ou seja, de acordo com Aristóteles, comparando o masculino e o feminino no reino animal, as fêmeas apareciam sempre em desvantagem: possuíam o corpo mais fraco, a carne mais flácida e o cérebro menor.¹²⁷ A teoria Aristotélica foi incorporada pelos discursos médico, religioso, psicanalítico, educacional e jurídico, acarretando efeitos desastrosos sobre a imagem e a dignidade feminina ao longo da história, qualificando as mulheres como:

(...) criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapazes de guardar

¹²⁶ Filósofo grego, nasceu em 384 a. C. Seus escritos abrangem assuntos como metafísica, lógica, física, retórica, governo, ética, biologia, leis da poesia e do drama, música e zoologia. É considerado um dos fundadores da filosofia ocidental. Para maiores informações sobre o filósofo ver Matheus (2007).

¹²⁷ *Das partes dos animais* é um tratado elaborado por Aristóteles por volta de 350 a.C. no qual o autor examinou mais de quatrocentas espécies zoológicas, comparando-as e descrevendo suas características. Utilizou em suas observações duas categorias: a de gênero e da espécie. Esse tratado influenciou tanto as teorias naturais como os trabalhos dos naturalistas do século XVII (COLLING, 2014).



segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. São as Evas, as Dalilas e outras tantas figuras míticas criadas para reforçar estes estereótipos (COLLING, 2014, p. 4).

A tradição judaico-cristã acabou por reforçar o paradigma de inferioridade feminina através do relato da criação, bem como da expulsão do paraíso. Muitos juristas durante séculos recorreram a tais textos para afirmar a incapacidade da mulher em gerir patrimônio e assumir posição de comando mediante a morte do marido. O médico grego Hipócrates¹²⁸ afirmava através da teoria dos humores¹²⁹ que as mulheres eram formadas por humores úmidos e frios, por isso possuíam um comportamento inconstante e ardiloso. Até o século XVIII o discurso médico era utilizado para referendar o papel de submissão destinado a

¹²⁸ Considerado o mais célebre médico da Antiguidade, Hipócrates nasceu na ilha grega de Cós por volta de 460 a.C. Antes dele as práticas terapêuticas eram tarefa principalmente dos sacerdotes que consideravam as doenças como castigos divinos. Ao contrário dos religiosos, buscava explicação para as enfermidades observando aspectos dos olhos, pele, temperatura do corpo e eliminação dos resíduos. Dessa maneira, fundamentou sua prática e sua forma de compreender o organismo humano, incluindo a personalidade, através da teoria dos humores. Escreveu diversos tratados nos quais descreveu os sintomas de doenças como malária e tuberculose, sua contribuição para a medicina moderna é incontestável. Morreu por volta de 377 a.C. É Considerado por muitos como o pai da medicina (GIORDANI, 1972, p. 123-124).

¹²⁹ Segundo essa teoria, a vida era regida pelo equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra provenientes respectivamente do coração, sistema respiratório, fígado e baço. A predominância natural de um humor sobre o outro acarretava diferentes características pessoais que influenciavam a personalidade de cada indivíduo originando os tipos sanguíneo, melancólico, fleumático ou colérico. Segundo Hipócrates, as doenças surgiam a partir de um desequilíbrio entre os humores, alterações provocadas por causa dos alimentos, dos quais o ar e a água estavam incluídos. A febre seria um mecanismo utilizado pelo corpo para coser humores sobressalentes. A função do terapeuta era auxiliar o organismo a seguir o seu mecanismo de funcionamento natural, expulsando os humores excessivos.



mulher, tanto na sociedade como na família. A histeria, por exemplo, era uma doença atribuída essencialmente à natureza feminina e era justificada por tentações demoníacas ou pela necessidade de contrair matrimônio e de procriação. Muitas mulheres inaptas para o casamento, em virtude de questões relacionadas à honra¹³⁰, recorriam ou eram enviadas contra a sua vontade para casas religiosas femininas, onde viviam sob um regime de clausura.

Nos conventos elas não estavam sob a tutela do pai, marido ou filho mais velho, entretanto, estavam sujeitas à hierarquia masculina de clérigos da Igreja. Embora muitas delas buscassem a vida religiosa em virtude de um chamado divino denominado “vocação”, outras tantas eram enclausuradas em consequência de um paradigma que conferia a elas sujeição e inferioridade diante do sexo oposto.

A primeira lei com caráter universal para a clausura¹³¹ foi a Constituição Peticulosa de 1298, instituída pelo papa Bonifácio VIII¹³², que proibia determinantemente a saída das religiosas dos conventos, salvo em

¹³⁰ A honra de uma mulher estava estreitamente ligada a virgindade e aos rígidos padrões morais da época. Sobre as moças de honra duvidosa pesava a suspeita ou certeza da perda da virgindade. Se uma jovem deixasse de ser casta antes do casamento, manchava a honra de toda a família e afetava a credibilidade da mesma diante da sociedade. Para saber mais sobre o assunto ver Araújo (2010).

¹³¹ A clausura é composta por um conjunto de leis que restringem ou limitam a entrada e permanência de estranhos no espaço onde vivem religiosos ou religiosas de determinada ordem religiosa, bem como a saída destes para além desse espaço de reclusão. O principal objetivo do recolhimento dessas pessoas era a castidade e a manutenção de uma vida em constante comunhão com Deus através da oração e do distanciamento das tentações mundanas.

¹³² Nasceu Benedetto Gaetani no ano 1234, em Anagni, à 50 km de Roma. Era filho mais novo de uma família de nobres de Lombardia, que anos anteriores havia gerado um papa, Gelásio II. Era versado em teologia, direito romano e direito eclesiástico. Tornou-se sacerdote em 1260 e quatro anos mais tarde passou a integrar a cúria romana, acumulando vários cargos ao longo dos anos até tornar-se cardeal, servindo de legado papal em várias negociações diplomáticas. Foi eleito papa em 1294 após a abdicação de Celestino V. Para maiores esclarecimentos ver Wollpert (1998).



casos de doença contagiosa que pudesse colocar em risco toda a comunidade. No século XVI, o papa Pio V¹³³ determinou que a saída da reclusão só poderia acontecer em casos de incêndio, lepra – ou outra doença contagiosa –, ruína do edifício que abrigasse tais mulheres ou em ameaça iminente de guerra, mas em todas as situações era necessário pedir autorização por escrito à respectiva autoridade eclesiástica responsável. Destarte, no século XVII, a vida religiosa monástica tinha como princípio basilar a clausura (FERNANDES, 1992).

Houve forte resistência por parte da Coroa portuguesa para que entidades destinadas a reclusão feminina fossem criadas no Brasil durante o período colonial. Diante das barreiras impostas pelos colonizadores, a população local passou a pressionar a Metrópole para que estabelecimentos congêneres vigorassem no Brasil, visto que estes eram uma alternativa para as filhas de honra duvidosa que não conseguiam contrair matrimônio.

Em virtude das dificuldades impostas para a criação de conventos surgiu a possibilidade de estabelecer recolhimentos para mulheres. Silva (2005) destaca que tais instituições eram casas religiosas análogas aos conventos, entretanto, apresentavam menos requisitos para serem fundados, ou seja, enquanto os conventos necessitavam de uma ordem

¹³³ Seu nome de batismo era Antonio Ghislieri, nasceu em 1504, no ducado de Milão, na Itália. Aos 14 anos de idade ingressou na Ordem dos Pregadores de Voghera. Em 1528 foi ordenado presbítero em Gênova e enviado para Pavia onde escreveu 30 teses em defesa da cátedra de Pedro e contra o que considerava ser as heresias de seu tempo. Era considerado um enérgico instrutor doutrinário, por isso, tornou-se inquisidor em Como. Nos anos seguintes, foi empossado comissário da Santa Sé e bispo. Após a morte de Pio IV, foi eleito papa em 1556, conhecido por aplicar de forma enérgica as decisões do Concílio de Trento, reestabelecendo entre os religiosos os princípios morais essenciais à vida eclesiástica, entre eles a ascese, ou seja, o autocontrole do corporal e espiritual. Combateu com veemência a Reforma Protestante. Para mais informações sobre Pio V ver Frattini (2009).



papal e da aceitação da ordem religiosa da qual a instituição pretendia fazer parte, a abertura de um recolhimento dependia apenas de uma licença episcopal. Além disso, os conventos além de exigirem um dote, só permitiam o ingresso de mulheres que possuíam dote ou “pureza de sangue”, desse modo, os recolhimentos eram uma alternativa para que mestiças, índias, negras, descendentes de judeus e brancas pobres ingressassem na vida monástica, no entanto, os recolhimentos não conferiam às internas o status de freira.

A partir do século XVI, a clausura feminina se tornou, além de espaço de devoção, um mecanismo de coerção para mulheres infratoras, moças de má fama ou esposas que estivessem em atrito com seus maridos¹³⁴, que, diante de uma suspeita de traição, utilizavam a reclusão como castigo. Havia, também, pais que, temendo dilapidar o patrimônio familiar com vários dotes, internavam suas filhas em tais instituições (LAGE, 2016).

Havia um grande esforço em preservar a moral e a castidade das mulheres através dos altos muros dos conventos, de forma que estas se mantivessem distantes das concupiscências mundanas, mas, também, da vida pública. Numa Igreja em que os homens determinavam as regras e dogmas, a clausura acabou reforçando a sujeição das mulheres aos homens e a dependência das comunidades religiosas femininas à hierarquia eclesiástica deles.

No segundo quartel do século XIX, religiosas congregadas de vida ativa aportaram no Brasil. Diferentemente das religiosas de vida perfeita – que

¹³⁴ Araújo (2010) relata um episódio em que determinada mulher fez um requerimento junto às autoridades competentes pedindo permissão para abandonar o recolhimento dos Perdões na Bahia, pois tinha sido deixada no local pelo marido há mais de 20 anos, quando o mesmo viajara para Portugal (Araújo, 2010, p. 59).



viviam na clausura - estas freiras exerciam atividades fora de suas casas, auxiliando os necessitados, além de se dedicarem a escolarização de meninas.¹³⁵ Tais irmãs faziam parte da ordem de São Vicente de Paula e realizavam várias atividades nos lugares onde se instalavam, em geral eram trabalhos relacionados ao cuidado de doentes e órfãos. Os ideais de caridade das Vicentinas serviram de modelo para a criação de novas congregações de vida ativa, a exemplo da congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada por madre Gertrudes de São José, em 1927, no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Leite (1984) destaca que raramente a mulher aparecia na documentação produzida oficialmente, exceto quando perturbava a ordem, desempenhava papéis que não eram permitidos à uma mulher – como alguém à frente do seu tempo – ou, ainda, quando exercia de forma extremada o papel feminino a ponto de ganhar notoriedade. Em relação ao espaço social destinado à mulher e sua presença na historiografia, Michele Perrot assevera:

A cidade do século XIX é um espaço sexuado. Nela as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências,

¹³⁵ Essas congregações eram aprovadas pelo papa e não proferiam votos perpétuos, como as religiosas de vida perfeita, mas votos de obediência que eram renováveis periodicamente. O modelo conventual tradicional continuou existindo, mas foi recebendo cada vez menos adeptas, sendo desejado pelas mulheres que ansiavam por uma reclusão devocional, enquanto o modelo de vida ativa expandiu-se entre outros motivos, por dedicar-se à escolarização de meninas, com a finalidade de instruí-las para o mundo externo, em especial para o casamento e a maternidade. Outro fator que diferenciava as ordens religiosas que recebiam as freiras de vida perfeita é que estas obedeciam a uma determinada Regra, mas viviam em comunidades independentes, sem ligação com outras casas da ordem e cada comunidade ou casa, tinha a sua Superiora. Enquanto as congregações de vida ativa caracterizavam-se por práticas religiosas e sociais, tendo permissão para circular pelas cidades e possuíam uma Superiora geral no local de fundação da congregação (LAGE, 2016).



roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas (...) Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou contra os proprietários (...) Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (PERROT, 1989, p. 11).

Em fins do século XX percebe-se um movimento de diversos ramos da ciência em prol de um conhecimento menos superficial sobre as mulheres e sua participação na história. Historiadores, sociólogos e antropólogos debruçaram-se sobre o estudo da condição feminina, alargando as fronteiras de um campo de conhecimento em que poucos haviam se aventurado. Utilizando documentos até então pouco valorizados pela historiografia oficial, como diários, cartas pessoais, álbum de fotos e até livros de receitas, surge um novo olhar sobre a história, da qual as mulheres passaram a ser “vistas e ouvidas” (ALGRANTI, 1993).

Graças a essas pesquisas têm chegado ao nosso conhecimento uma história menos excludente que aborda não apenas a trajetória de heroínas e mártires, mas a história da maioria das mulheres brasileiras que viveram de acordo com as normas e as regras sociais de seu tempo, que não foram revolucionárias, tampouco visionárias, mas que nem por isso suas histórias não mereçam ser investigadas ou contadas. Viver é resistir, buscar espaços de inserção e sociabilidade, interferir e mudar a realidade, muitas vezes através do que é possível num determinado momento. Nossa pesquisa aborda a história de mulheres que faziam parte de uma congregação religiosa no início do século XX. As relações no interior da irmandade foram marcadas por submissões e transgressões, conformismo e criatividade.



Fundação da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia

A congregação foi fundada por madre Gertrudes de São¹³⁶ José, no dia 10 de outubro de 1927 e recebeu, inicialmente, a denominação de Congregação das Irmãs de Cristo Rei. A Superiora alugou uma casa para ser a sede da irmandade e do colégio e três anos mais tarde o imóvel foi comprado pela congregação pelo valor de 50 contos de réis. O colégio Sagrado Coração de Jesus iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1928.

¹³⁶ Nasceu na vila de Casacce, na cidade italiana de Chiuro, no dia 07 de agosto de 1876. Seu nome de batismo, Martina Toloni. Filha de um alfaiate e de uma costureira, perdeu a mãe quando tinha apenas cinco anos de idade. Foi educada por freiras no orfanato Casa Della Providenza, onde recebeu o primeiro contato com a religiosidade. Tornou-se noviça em 1900 e após algumas experiências em congregações religiosas italianas, embarcou para o Brasil em 1904, para atuar junto aos necessitados. Trabalhou em hospitais e orfanatos no estado de São Paulo. Em 1911, ingressou na congregação de São José de Chambèry em Itu e passou a adotar o nome religioso de Gertrudes de São José. Peregrinou por diversas casas da congregação até ser acolhida pela irmandade Servas de Maria, no Rio de Janeiro. Em 1927 chegou ao sul do estado do Espírito Santo com a finalidade de recolher donativos para cobrir os custos de uma reforma feita em um colégio da irmandade Servas de Maria. Durante sua trajetória religiosa em vários momentos demonstrou o interesse de fundar a sua própria congregação. No município de Cachoeiro de Itapemirim, algumas senhoras de famílias abastadas confidenciaram a Gertrudes o interesse do estabelecimento de um colégio religioso para que suas filhas estudassem. Motivada pelo interesse de fundar uma congregação e um colégio, Gertudes procura o bispo da arquidiocese do Espírito Santo e recebe do mesmo autorização para empreender os seus projetos na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (SÃO JOSÉ et al., 1990, p. 55-56).



O período em que a congregação foi fundada coincide com um intenso processo para "recristianização"¹³⁷ do país. Esse movimento recebeu influência das encíclicas do papa Pio XI¹³⁸, especialmente a *Ubi Arcano*¹³⁹ (1922) e a *Quas Primas*¹⁴⁰ (1925), nas quais o pontífice combatia o laicismo que, segundo o mesmo, estavam corroendo a sociedade (SÃO JOSÉ *et al.*, 1990, p. 63-64).

¹³⁷ Após a proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro tornou-se livre da tutela da Igreja, passando a assumir diversos espaços, até então ocupados pela mesma, como: educação de crianças, administração de cemitérios, além da instituição do casamento civil. O Episcopado acatou o regime republicano, mas não aceitou a laicização da sociedade. Nesse cenário de mudanças e incertezas Dom Sebastião Leme se tornou a principal liderança do episcopado no Brasil, assumindo a tarefa de recristianizar o país. Para o arcebispo era necessário bombardear a sociedade com símbolos católicos em cultos, eventos, instituições, escolas e imprensa (MARCHI, 1989, p. 184-185).

¹³⁸ Seu nome de batismo era Achille Ambrogio Damiano Ratti. Nasceu em 1857, na cidade italiana de Desio, e iniciou sua vida eclesiástica seguindo o exemplo de um tio. Foi ordenado padre em 1829. Era um clérigo literato, graduou-se em filosofia, direito canônico e teologia, dedicou-se a estudos literários e científicos, além de ser um ávido alpinista. Em virtude de sua erudição, foi convidado pelo papa Leão XIII a participar de algumas missões diplomáticas na Áustria e na França. Em outubro de 1921, recebeu da Universidade de Varsóvia um doutoramento *honoris causa* em teologia, em virtude de seu vasto conhecimento sobre o tema. Foi eleito papa em fevereiro de 1922 e, em 11 de fevereiro de 1929, intermediou a assinatura do *Pacto Lateranense* ou Tratado de Latrão, entre o Vaticano e Benito Mussolini. Esse pacto reconhecia a soberania da Santa Sé sobre o Estado e a cidade do Vaticano, além de ter estabelecido o catolicismo como a única religião na Itália. Em diversas ocasiões exaltou o ditador italiano Benito Mussolini como sendo "o homem da providência divina", o único capaz de reorganizar o caos pelo qual o país estava passando. A Igreja era favorável ao governo do ditador pelos privilégios recebidos através do Tratado de Latrão e porque o regime fascista de Benito Mussolini combatia com veemência os comunistas, considerados perigosos e subversivos. Para saber mais sobre a relação entre a Igreja Católica e o regime fascista ver Kertzer (2017).

¹³⁹ Primeira encíclica assinada pelo Papa Pio XII, datada de 23 de dezembro de 1922, na qual o pontífice convidava os católicos a trabalhar para criar uma sociedade totalmente cristã. Sua intenção era construir um novo cristianismo do qual a Igreja Católica era precursora e ativa.

¹⁴⁰ Encíclica de 11 de dezembro de 1925, na qual Pio XI estabelece a festa de Cristo Rei e o culto ao Sagrado Coração de Jesus. O objetivo do Papa era combater as várias correntes laicas que, de acordo com o entendimento da Igreja, se opunham aos valores cristãos. A festa ocorre no último domingo do ano litúrgico, entre os dias 20 e 26 de novembro.



Madre Gertrudes se enquadra nessa militância religiosa do início do século XX, após experiências em congregações na Itália e no Brasil, resolveu fundar em 1927 uma irmandade em Cachoeiro de Itapemirim para atuar, a princípio, na escolarização de moças. Nos anos seguintes, freiras da irmandade passam a atuar na Santa Casa de Cachoeiro, bem como em orfanatos, hospitais e escolas em diversas regiões do país. A freiras da congregação criada por madre Gertrudes assumiram a tarefa de se tornarem um mecanismo de propagação dos princípios católicos nos locais em que atuavam. A irmandade era composta por mulheres vocacionadas que passaram a ocupar importantes postos nas comunidades em que estavam inseridas.

A vocação religiosa geralmente é percebida como um chamamento divino, algo que estaria fora do alcance das análises históricas e sociológicas por se tratar de um fenômeno metafísico, no entanto, se o ser humano é sobretudo um ser histórico, podemos ver que suas escolhas, visão de mundo e crenças estão impregnadas de resíduos culturais do meio social em que está inserido, portanto, passíveis de análise.

Seidl (2012) reflete acerca da atuação religiosa afirmando que há resistências em analisar a vocação eclesial como escolha profissional. Segundo o autor, o exercício religioso é encarado como missão em vez de carreira ou profissão. Para reforçar tal entendimento existe a recusa da esfera econômica do lucro, ou de um rendimento individual.¹⁴¹

¹⁴¹ Membros das esferas eclesialísticas da Igreja Católica não recebem um salário individual para exercer o cargo ou funções pertinentes a vida religiosa. As Ordens que prestam serviços em hospitais ou escolas recebem um salário coletivo utilizado para



No primeiro quartel do século XX, era grande o contingente de vocações nas famílias camponesas de prole numerosa. Isso se dava, entre outros fatores, pela possibilidade de acesso à escolarização quando o filho ingressava em alguma Ordem religiosa, além do capital cultural que a família adquiria por ter um de seus membros nos quadros da Igreja¹⁴² (SUAUD 1978).

Confirmando a análise realizada anteriormente, constatamos que a maioria das jovens que ingressavam na congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia eram provenientes da zona rural, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas e Santa Catarina¹⁴³.

Ao examinarmos a vocação religiosa feminina no Brasil no início do século XX, não encontramos disparidades em relação aos incentivos externos ou às influências socioculturais no chamado eclesiástico das moças, sobretudo da zona rural. Nesse aspecto, o ingresso de uma filha de família camponesa em um convento estava muitas vezes relacionado ao desejo de desvencilhar-se de um casamento arranjado ou de questões de herança na partilha da propriedade entre uma prole numerosa. Sobre esse assunto, Moura (1978) destaca que se uma família numerosa pode representar garantia de mão-de-obra para o trabalho

investir na expansão e manutenção da irmandade e para suprir as necessidades de seus integrantes.

¹⁴² O estudo de Suaud (1978) aborda as vocações sacerdotais em Vendaia, região localizada no sul do vale de Loire, à oeste da França. O local forneceu um grande número de sacerdotes à Igreja até os anos 1960, quando ocorreu um período de declínio das vocações religiosas.

¹⁴³ Informação extraída do livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referente aos anos de 1927 a 1950, p. 1 -6.



na propriedade, por outro lado, poderia acarretar a dilapidação do patrimônio em virtude da divisão de herança.

O ensaio de Miriam Pillar Grossi, intitulado *Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina* (1990), destaca que a opção pela vida consagrada pode ser analisada sob três aspectos: plano coletivo, que envolve anseios familiares; projetos individuais e proposta eclesial. Partindo da primeira perspectiva, a ida de uma filha para o convento muitas vezes acarreta conflitos no âmbito familiar, pois, mesmo que servindo para resolver questões de herança, esbarra em outros temas significativos para a família, como a falta que uma filha poderia representar na provisão e cuidado dos pais na velhice. Aliado a estes fatores estava o ônus financeiro com o dote que a aspirante à vida religiosa precisa levar para o convento, além do enxoval.¹⁴⁴ Os contratempos e conflitos provocados em virtude da opção pela vida eclesial se diluíam quando a filha tornava-se finalmente freira. Tais questões cediam espaço para o prestígio familiar e na aquisição de capital simbólico na comunidade, principalmente entre as famílias da zona rural.

Analisando a vocação como um projeto individual, Grossi afirma que é inegável que muitas jovens percebiam o ingresso em um convento ou congregação como um mecanismo de "libertação" das obrigações familiares próprias do meio rural e como inserção em um universo rico

¹⁴⁴ O dote tem a finalidade de cobrir as despesas da moça durante o período do postulado, ou antes da realização dos votos no convento. Nesse período, que poderia durar de seis meses a um ano, as despesas da jovem correm por conta da família. Mesmo as congregações que afirmam a não exigência do dote possuem regra clara sobre a responsabilidade da família com as despesas das moças nessa etapa dos estudos. Além do dote a jovem deveria levar consigo o enxoval, que poderia variar de uma congregação para a outra, mas, geralmente, era composto de lençóis, toalhas, cobertor, saias, blusas, roupa íntima e uma calça comprida.



de possibilidades, incluindo missões para países da África e Ásia. Concluindo sua análise acerca da vocação religiosa, Grossi menciona, ainda, que existe a proposta eclesial, elaborada pela Igreja, que tem a finalidade de reproduzir-se de forma material e simbólica em diversos locais como escolas, hospitais e comunidades, nas quais as freiras se tornam instrumento de propagação dos princípios cristãos e da fé católica. Outrossim, se por um lado a saída de casa rumo a uma carreira religiosa pode representar para muitas moças a independência do poder paterno, a congregação, com suas Regras e normas, acabava reproduzindo o mesmo modelo organizacional das famílias da zona rural.

Além das cartas e circulares escritas por madre Gertrudes de São José às freiras da congregação, outro importante documento que norteou nossa pesquisa, foram as Constituições, também denominada de Regra de Vida, das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referentes ao período de 1932 a 1950. Tal documento regulava todas as esferas da vida das irmãs, desde a fisionomia até a postura do corpo. Conforme podemos observar abaixo:

- 1º - Que o aspecto da face seja sereno, calmo, aberto, acolhedor e, em geral, mais alegre do que triste;
- 2º - Que vossos olhares expressem doçura, simplicidade, benevolência e um modo de recato;
- 3º - Não deixeis vossos olhares se divagarem ou sobre um objeto, ou sobre outro e que o movimento dos mesmos não seja nem muito frequente nem muito lânguido;
- 5º - Não os lanceis jamais de maneira alguma, sobre pessoas de outro sexo, mas se necessário, que isto seja sem perturbação nem temos aparente, sempre com simplicidade e decência;
- 8º - Evitai todo o movimento brusco da cabeça;
- 9º - Não façais jamais sinal algum com os traços do rosto, da boca, com os olhos, etc para exprimir uma paixão ou uma afeição da alma, desgostos, aversão, etc;



11º - Estando em pé, deixe o corpo direito e firme, sem esforço, nem pöse efeminada (Apêndice extraído das *Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950*).

Os momentos de recreação também eram ordenados de forma criteriosa por regras que tinham o objetivo de evitar conversas indesejadas que pudessem expressar sentimentos íntimos de amizades, inimizades ou contestações:

- 1 - Evitai, na recreação, certa indiferença, desleixo ou uma súbita expansão;
- 2 - Tende em igual aversão, tanto uma espécie de intemperança nas conversas, como um silêncio afetado;
- 4 - Tomai em conta a vossa idade e a vossa posição, para saberdes a parte que deveis tomar nas conversas;
- 5 - Não interrompais ninguém, sobre tudo, os vossos superiores;
- 6 - Jamais contestar coisa alguma, desviando agradavelmente a conversa, quando ela degenerar em contestação;
- 9 - Não faleis jamais de vos mesmas, nem bem, nem mal, ainda menos de vossas enfermidades ou penas;
- 15 - Não vos deixeis levar por gargalhadas estrondosas e imoderadas (Apêndice extraído das *Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950*).

Acreditamos que para a maioria das religiosas tanto da congregação em estudo, como das demais espalhadas pelo país, tratar sua trajetória dentro de um instituto religioso como profissão, com todos os encargos, anseios e frustrações comuns à qualquer outro trabalho desempenhado por determinado profissional é constrangedor e vai de encontro aos princípios cristãos de amor ao próximo e de abnegação. Por isso, para as freiras é mais confortável encarar a opção pela vida religiosa como um chamado ou vocação, mesmo que a mesma envolva escolhas pessoais e familiares, conforme analisamos no decorrer desse estudo. Nunes (1997) afirma que desde os tempos coloniais homens e mulheres viviam de forma bastante distinta a sua religiosidade, isto porque, tanto a igreja, como a sociedade destinavam à estes tratamento diferenciado, de acordo com os padrões da sociedade patriarcal e o



lugar social determinado ao feminino e masculino no decorrer da história. Aos homens sempre foi destinado lugar de destaque nos altos escalões da Igreja, sendo eles, os responsáveis por determinar as normas e Regras de vida das freiras. Apenas homens têm assento garantido nas assembleias em Roma e decidem sobre questões relacionadas ao catolicismo. Entretanto, as mulheres não podem ser consideradas passivas receptoras e seguidoras das práticas determinadas pelo discurso masculino, muito menos figuras homogêneas com ações e reações análogas diante das exortações eclesiais. A história das freiras brasileiras é marcada por subordinação e transgressão, conformismo e originalidade.

Analisando o *Livro de inscrição e matrícula* das freiras da congregação de Jesus na Santíssima Eucaristia, percebemos que muitas religiosas não se enquadravam às rígidas normas da irmandade e por isso eram expulsas, fugiam ou pediam desligamento da congregação. Vale destacar que nesse livro – até o ano de 1968 - não estava explícito os motivos que levaram ao desligamento da religiosa do Instituto, mas indicava que procurasse no *Livro de Anotações*, neste era descrito de forma detalhada os fatos que motivaram a secularização da religiosa¹⁴⁵.

De 1927 a 1944 ingressaram 174 moças no Instituto, desse total, 64 deixaram a congregação por não se adaptarem às normas e regras da mesma. Para pormenorizar esse estudo apresentaremos uma análise do

¹⁴⁵ Durante a análise das fontes, não tivemos autorização de manusear esse livro e registrar os dados contidos no mesmo. A Irmã responsável pelo acervo da congregação se incumbiu da tarefa de fornecer a data de desligamento das religiosas do Instituto, quando estas não constavam no Livro de inscrição e matrícula. Acreditamos que a referida irmã, tentou resguardar informações que de acordo com o seu entendimento, poderiam expor fragilidades a respeito da história da irmandade. Entretanto, em alguns casos, as observações constavam também no Livro de Atas de Profissão de Fé das freiras (1930-1947) o qual tivemos livre acesso.



período de 1927 a 1935 através do quadro 4. Nesse período das 29 jovens que ingressaram na instituição, 9 saíram ou foram expulsas da irmandade.

Quadro 1– Índice de evasão do Instituto das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia

Nome	Entrada	Saída	Observações
Emília	12/10/1927	20/09/1943	Fugiu da congregação
Maria A.	04/06/1930	15/05/1935	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Maria F.	03/07/1929	08/01/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Laura	12/01/1931	01/01/1933	Foi expulsa por ter um gênio revoltoso
Idacy	14/10/1933	1945	Expulsa por ter feito partido contra a superiora
Antonia	11/11/1933	12/05/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Mariana	20/09/1933	12/01/1942	Fugiu da Santa Casa ¹⁴⁶
Mathildes	15/08/1934	1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Clotilde	17/09/1934	12/06/1939	Saiu antes de fazer os votos perpétuos

Fonte: Livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, p. 1 e Livro de Profissão Religiosa das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, n. 2, 1930 a 1947.

Nos anos seguintes as evasões aumentam de forma significativa, isto posto, das 29 moças que ingressaram no período de 1935 a 1938, 12 deixaram a irmandade. Analisando igual número de moças no período de 1938 a 1940, constatamos que o total de egressas atingiu mais de 50%, ou seja, 17 jovens deixaram o Instituto. Entre os anos de 1940 a 1944, esse índice caiu para 10. Concluindo a análise, no período de

¹⁴⁶ Desde 1929 religiosas da irmandade assumiram a administração interna da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. A referida Irmã atuava na instituição, quando fugiu.



1944 a 1948, das 29 jovens que ingressaram na congregação, 16 secularizaram-se.

Ao analisarmos o principal documento regulador da congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, poderíamos concluir que as religiosas viviam debaixo de regras despóticas e submetiam-se a tais em virtude da vocação religiosa. Entretanto constatamos que a vida no interior da congregação foi marcada por conflitos, que provocaram a evasão de diversas freiras. Destarte, a Igreja sempre procurou ajustar suas propostas à realidade que lhe era imposta em determinada época, afim de conciliar seus interesses com a dos agentes sociais envolvidos em determinado momento histórico. Não foi diferente em relação às congregação religiosas femininas, que flexibilizaram suas normas e princípios “doutrinários” afim de continuarem existindo.

Referências:

Documentação Primária

Constituições das Irmãs de Cristo Rei (1932 -1950). Cachoeiro de Itapemirim.

MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ. **Cartas**. Congregaçãõ das irmãs de Jesus na Eucaristia (maio de 1937 a junho de 1962). Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1981.

Material Bibliográfico

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

ARAÚJO, Emmanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45- 77. .



BARDY. L'attitude politique de saint Césaire d'Arles. **Revue d'histoire de l'Église de France**, Louvain, v. 33, n. 123, p. 241-56, 1947.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAETANO, Dalila. **Coração inquieto**. Belo Horizonte: Copigráfica, 2016.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2014, p. 43-100.

DONAHUE, Patricia. **Historia de la Enfermeria**. St Louis (MI): Mosby Company, 1993.

FERNANDES, Maria Eugenia Matos. **O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-1780)**. Porto: Arquivo Histórico Câmara Municipal, 1992.

FRATTINI, Eric. **Os espões do Papa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2009.

GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Caderno de Pesquisa São Paulo**, n. 73, maio/1990, p. 48-58.

KERTZER, David. **O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, Belo Horizonte, p. 51-56, 2016.

LEITE, Miriam Moreira. Atividades. In. LEITE, Miriam Moreira (Org.), **A condição feminina no Rio de Janeiro (Século XIX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984 p. 89-140.



MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 1989.

MOURA, Maria Margarida. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. A Mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, v. 18, ANPUH/Marco Zero, p. 9-18, 1989.

SÃO JOSÉ, Angelina de. *et al.* **Morte de um Grão Certeza de Vida**. Belo Horizonte: Imprimatur, 1990.

SEIDL, Ernesto. Sociologia da vocação religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, nº. 29, jan./abr., 2012, p. 240-272.

SILVA, Simone Santos de Almeida. Religião e condição feminina no início do século XIX: controvérsias em torno da Irmã Germana. In: Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da UFJF, **Anais eletrônicos**, 2005. Disponível em < <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes-13-a-16-de-junho-de-2005/> >. Acesso em: 01 de março de 2018.

SUAUD, Charles. **La vocation**: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978.

WOLLPERT, Rudolf. **Os Papas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA: ESPAÇO A SER OCUPADO POR MULHERES

Lucimara Rizzoli da Silva Brandão



Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Assistente social - EMESCAM. Assessora Parlamentar da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).
lu_rizzoli@yahoo.com.br

*Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Doutora e Mestra em Educação; Especialista em Políticas e Práticas Sociais em Saúde e Assistente Social, todos os cursos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Terapia Familiar Sistêmica – CRESCENT. Professora adjunta do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.*
angelacaulyt@yahoo.com.br

RESUMO: Pesquisas sobre gênero comprovam que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção histórica, cultural e social. Elucidam dados e representações culturais e sociais e clamam por necessária ruptura com a concepção do determinismo biológico que naturaliza essas desigualdades. A mulher ocupou o espaço "privado", em uma sociedade na qual o patriarcado "espaço público" gerou e manteve desigualdades profundas de poder entre homens e mulheres. Buscou-se investigar as implicações das desigualdades de gênero no contexto político do Espírito Santo, à luz do princípio constitucional de igualdade. Com a Reforma Eleitoral de 2009 modificou o art. 10, § 3 da Lei nº 9.504, tornando-a uma ação afirmativa no âmbito eleitoral visando aumentar o número de mulheres eleitas. A pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica em questões relacionadas à desigualdade de gênero na representação político-partidária de mulheres e dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros. Segundo o TSE, o Brasil teve 147.302.357 eleitores aptos a votar até o primeiro turno das eleições de 2018. O eleitorado nacional é formado por 77.337.918 mulheres (52,5%) e 69.901.035 homens (47,5%), entretanto quando são analisadas as estatísticas referentes à participação das mulheres, em espaços de atuação político-partidária, constata-se baixa representação de mulheres no cenário político brasileiro e no Espírito Santo. Conclui-se que há desigualdade de gênero no campo político, identificadas e problematizadas as características do sistema eleitoral do Espírito Santo, com o foco nas políticas de representação proporcional, que no sistema societário eleitoral e de poder, é considerado favorável à participação política das mulheres.

Palavras-chave: Representatividade político-partidária; desigualdade de gênero; ações afirmativas.



INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre gênero comprovam que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção histórica, cultural e social. Elucidam dados e representações culturais e sociais e clamam por necessária ruptura com a concepção do determinismo biológico que naturaliza essas desigualdades. A mulher ocupou o espaço "privado", em uma sociedade na qual o patriarcado "espaço público" gerou e manteve desigualdades profundas de poder entre homens e mulheres.

A constatação de desigualdades entre homens e mulheres destacada pelos estudos de gênero representou a ruptura com a tendência de se buscar no determinismo biológico a explicação dessas desigualdades por ser uma construção histórica e social. Para tanto se percebe que durante anos foi reservado à mulher o espaço "privado", ou seja, cabia a ela ser mãe, esposa e dona de casa, pois, partindo da reflexão dentro de uma sociedade patriarcal, chefiada pela figura masculina, a política era reservada ao poder do homem.

Conforme Saffioti (2004) o patriarcado gera e mantém desigualdades de poder profundas entre homens e mulheres, ainda hoje, não ocupam os mesmos lugares. Não obstante, essas relações de gênero são baseadas no poder e na dominação exercidos pelos sexos, embora se saiba que, nessa rivalidade, o poder masculino prevalece devido à perpetuação do patriarcalismo.

Busca-se refletir sobre a desigualdade de gênero no âmbito político, para identificar e problematizar as características do sistema eleitoral do Espírito Santo, com o foco nas políticas de representação proporcional, no sentido de examinar se esse sistema pode ser considerado favorável



à participação política das mulheres. À luz do princípio constitucional de igualdade, tendo em vista a Reforma Eleitoral de 2009, que modificou o art. 10, § 3 da Lei nº 9.504, tornando-a uma ação afirmativa no âmbito eleitoral com o intuito de aumentar o número de mulheres eleitas (BRASIL, 2009).

A pesquisa tem caráter qualitativo com revisão bibliográfica, constituiu-se no mergulho na teoria que trata de questões relacionadas à desigualdade de gênero na representação político-partidária de mulheres e dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros.

Segundo o TSE, o Brasil teve 147.302.357 eleitores aptos a votar até a data do primeiro turno das eleições de 2018. O eleitorado nacional é formado por 77.337.918 mulheres (52,5%) e 69.901.035 homens (47,5%), as mulheres brasileiras representam 52,5% do eleitorado nacional. Os dados estatísticos também mostram que o número de candidatas mulheres é desproporcional ao número de mulheres politicamente ativas no país, ou seja, aptas a votar e a serem votadas (TSE, 2018).

Em 2018 na eleição estadual, dos 586 candidatos e candidatas para 30 vagas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e apenas três mulheres foram eleitas, nas eleições municipais de 2016, segundo o TSE (2018), o Espírito Santo teve 856 candidatos e candidatas ao pleito proporcional, mas na região metropolitana só 15 candidaturas femininas tiveram sucesso, assim fica claro que a representação feminina em nosso estado é igual ao restante do país. No contexto brasileiro, segundo Matos e Pinheiro (2012), há uma naturalização da exclusão das mulheres da esfera política. Os dados apresentados fortalecem a relevância do debate sobre as condições específicas que as mulheres



enfrentam enquanto sujeitos políticos marcados pelo gênero, sobretudo por se inserirem em espaços historicamente masculinos.

DA CONQUISTA DO VOTO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

A partir da entrada da mulher no mercado de trabalho no século passado, acompanhadas pelas reivindicações de igualdade de direitos e oportunidades, as reflexões e indagações sobre as disparidades entre homens e mulheres permeiam nos discursos.

Até então, homens e mulheres as atividades, o trabalho, eram distribuídos da seguinte forma: para o homem o lugar de provedor da renda e a vivência de uma profissão na vida pública para às mulheres ficava reservado o espaço privado das responsabilidades domiciliares (HIRATA; KERGOAT, 2007; ROSA, 2003), e assim comando era legitimado pelo homem, a partir do enfoque da racionalidade científica do trabalho atrelado à dominação, detentor do poder, à autonomia e à força brutal (ECCEL, 2009).

Essa divisão, que permeia por muito tempo, tem delimitado para homens e mulheres lugares simbólicos diferenciados, as relações de gênero devem ser entendidas a partir de uma visão mais ampla, que abrange múltiplas relações sociais, organizações, etc. tratando-se de uma modelagem social não necessariamente referida ao sexo (SAFFIOTI, 2001).

A socialização em relação às diferenças de gênero para Hirata e Kergoat (2007), se inicia nas relações intrafamiliares e prossegue com educação escolar e instituição religiosa, delimitando espaços de



influência nas relações sociais que se expressam na divisão sexual do trabalho.

Na década de 1970, os estudos de gênero surgiram no campo das ciências sociais em substituição aos estudos sobre a mulher, e se constituíram como um campo de pesquisa interdisciplinar cujo objetivo é compreender as relações de gênero no mundo social. O termo gênero que é adotado nesse estudo com cunho sociológico-histórico.

Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia. Gênero é visto por Scott (1990) como uma categoria útil de análise, pois para se compreender as relações desiguais postas pela sociedade, não basta se utilizar apenas uma categoria de classe social, mas faz-se necessário articular três categorias que na compreensão das feministas. Essas relações são pautadas na opressão de classe, de raça/etnia e na subordinação feminina: processo construído culturalmente na lógica dominação-exploração, sofrendo forte influência do modelo patriarcal.

Diversos estudos apontam três grandes marcadores que produzem a desigualdades: a classe, o gênero e a raça, e nesse sentido que começamos a falar sobre as discriminações de gênero da mulher negra numa perspectiva interseccional. Segundo Saffioti (2009, p. 82), “mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar”.

Saffioti (2004, p. 71) possibilita a reflexão que: “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder



pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. [...] entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência”.

Entretanto, Sardenberg (2010, p. 47) chama a atenção de que: “Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades”. A autora ainda considera: “o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidade de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias, etc”.

Saffioti (2002) percebe a ação patriarcal observando a sociedade brasileira e afirma que não é difícil perceber e identificar que homens e mulheres, ainda hoje, não ocupam os mesmos lugares e acrescenta, se pensarmos historicamente, mas no campo de conhecimento da antropologia, o patriarcado é considerado o mais antigo sistema de dominação-exploração, portanto não foi o capitalismo que o inventou. Contudo aponta a autora, o patriarcado apropriou-se dos mecanismos do capitalismo estabelecendo uma relação simbiótica entre os diferentes sistemas de dominação-exploração, quer sejam de gênero, racismo ou classe social.

Para Costa (2009) o patriarcado é a organização sexual hierárquica da sociedade, indispensável para o domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a



partir de um modelo masculino de dominação – o poder do pai, e não é preciso praticar a discriminação ou a violência explícita contra as mulheres para demonstrar a presença da discriminação e da violência na medida em que esse poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

A autora destaca que apesar das diferenças de classe, de raça e cultura, alguns aspectos derivados da condição de subordinação das mulheres são comuns a todas as mulheres, [...] o controle masculino do trabalho das mulheres; o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais, e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; [...] (COSTA, 2009, p. 4).

Para Costa e Sardenberg (2008, p. 23) “A subordinação da mulher, além de ser um fenômeno milenar e universal, constitui-se, também, na primeira forma de opressão na história da humanidade”. A luta das feministas e suas tentativas de elucidar esses fenômenos, junto com a consciência crítica a acerca das opressões, vem como pauta de debate só a partir do século XVII, com o raiar da “modernidade”, depois de tanto tempo de subordinação.

A cultura de inferioridade em que a mulher é submetida, em todos os aspectos do dia-a-dia e a forma que o patriarcado mantém as desigualdades nas relações sociais de gênero contribui para um quadro de desigualdade vigente no âmbito político, associado aos enormes desafios impostos à sociedade para sua reversão, fazem da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão um tema prioritário para ação pública, para a mobilização social e para a



produção de informação e de indicadores (PINHEIRO; BRANCO, 2008, p. 56). Jogar luz sobre esse cenário, portanto, é fundamental para que, tanto o país quanto as demais instâncias de poder sigam avançando para o alcance de igualdade de gênero.

Na esfera política, por exemplo, as mulheres estão em situação inferior comparada aos homens, e para isso é preciso combater esse desequilíbrio por meio de políticas voltadas para a promoção da mulher enquanto sujeito político. O direito ao voto representou o ingresso da mulher na vida política como eleitoras, todavia, ao ser atribuído à mulher a condição de elegível, após 1932, foi uma enorme dificuldade na inserção da mulher nas eleições.

O princípio constitucional da igualdade, um dos pilares mais importantes de qualquer Estado Democrático, precisa se transpor para realidade efetiva jurídica. Dessa forma, o Poder Legislativo torna-se a maior responsável para a propagação da igualdade, pois cria e estabelece as normas a serem adotadas pelo país. Assim, visando a concretização do direito constitucional da igualdade, surgiram ações afirmativas ou discriminações positivas, influenciada pela atuação da Suprema Corte Norte Americana (CRUZ, 2009).

Ações afirmativas são medidas que combatem a discriminação por meio da compensação da desigualdade de oportunidade. São ações corretivas, voluntárias ou compulsórias, que pretendem eliminar desigualdades historicamente acumuladas, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento. Elas surgem a partir da necessidade de promover os grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a



determinados postos que, de outro modo, estariam deles excluídos total ou parcialmente (MOEHLECKE, 2002).

Ação afirmativa vem com o intuito compensatório, como resultados da crítica aos limites de inclusão que têm marcado o modelo clássico de cidadania, no sentido de promover a representação de certos grupos que têm sido subordinados ou excluídos, e as mulheres fazem parte desses grupos, valendo destacar a respeitável conceituação do Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim B. Barbosa Gomes, definindo-as:

[...] como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 10).

A aplicação neutra da norma só consagra a desigualdade originária, na medida em que ela perpetua e legítima a diferença, e por isso, deve ser dado tratamento prioritário e diferenciado àqueles grupos ou pessoas que precisam de se equiparadas pela igualdade, em razão de circunstâncias específicas neste contexto, o da política.

Para Piovesan (2005, p. 49):

Nesse sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, as ações afirmativas, constituem medidas especiais e temporárias, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos.

As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes, de um passado de



discriminação, cumpre uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social (PIOVESAN, 2005).

Inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual e social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política.

Entretanto com maiores reivindicações da população e de campanhas para melhorar a representatividade feminina, a mulher sempre foi vista como frágil, delicada e submissa. Sobre esse assunto Matos ao afirmar que essa imagem historicamente construída culmina na “falta de autoconfiança e estima da mulher para concorrer a um cargo eletivo”, e ao destacar a ausência da representatividade da mulher no parlamento brasileiro isso pode ser atribuído a um processo histórico de sexismo e exclusão (MATOS, 2010).

Contudo, a imensa desigualdade de gênero, no que tange à representação feminina em cargos de decisão e de poder, em especial, no Parlamento brasileiro, e preciso ficar atentos para a urgência no reforço nas candidaturas e nas campanhas femininas no Brasil de hoje, como alerta Ávila (2001, p. 11):

Entre o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização do regime político no Brasil e a democratização da participação política nas esferas de poder, com a inclusão real das mulheres, há uma grande diferença.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisadas as estatísticas referentes à participação das mulheres, em espaços de atuação político-partidária, constata-se baixa representação de mulheres no cenário político brasileiro e no estado do Espírito Santo.

Assim identifica-se que há desigualdade de gênero no campo político no sistema eleitoral do Espírito Santo, e as ações afirmativas, vem como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação e que vem com a finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social.

Na esfera política, por exemplo, as mulheres estão em situação inferior comparada aos homens, e para isso é preciso combater esse desigualdade por meio de políticas voltadas para a promoção da mulher enquanto sujeito político. Assim no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas vem com o intuito de alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual e social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem.

No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política.

Mas para que as ações afirmativas no sistema eleitoral seja um dos caminhos para se alcançar equidade entre homens e mulheres na política, e talvez, este seja um caminho mais viável, é preciso detectar



falhas, como por exemplo: ausência de fiscalização e falta de obrigatoriedade no cumprimento da lei, mas para isso precisa-se identificar o fundamento, ou o princípio por trás do desenho de uma ação afirmativa, se esta for conservadora, a manobra da ação afirmativa não terá impacto na transformação do campo político, entretanto a falha mais grave existente é a cultura de inferioridade em que a mulher é submetida.

Há pouca representação feminina na política mesmo sendo a maioria de eleitoras, as mulheres não estão exercendo os direitos políticos e eleitorais em condições de igualdade. A desigualdade e a discriminação de sexo e de gênero é um dos maiores problemas a ser superado em todos os campos onde a mulher tem direito de estar e de ser vista como um ser político.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia et al. **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001.

BRASIL. **LEI Nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelecem normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Acesso em: 15 jul. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar (Orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.



CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença**: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência. 3 ed. Belo Horizonte: Arraes, 2009.

ECCEL, Cláudia Sirangelo. **Subjetividade contemporâneas, trabalho e masculinidade**. 2009. 186 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. 2001. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-debate-constitucional-sobrea%C3%A7%C3%B5es-afirmativas>>. Acesso em: 31 out. 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisas, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-690.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Célia Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 47-89.

_____. Paradoxos da incompletude da cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. **Em Debate**: Opinião Pública e Conjuntura Política, v. 2, 2010, p. 31-59. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/marlise7.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

PINHEIRO, Luana; BRANCO, Alexandre. Mulheres nos espaços de poder e decisão: O Brasil no cenário internacional. In BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres. Presidência da República. **Revista do**



Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2008, p. 56-64.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui. [online]**. 2005, vol.35, n.124, p. 43-55. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000100004>>. Acesso em 25 nov. 2018.

ROSA, Rodrigo de Moraes. A diferença que faz diferença. **Revista Habitus**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2003, p. 5-14.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivia; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.16, 2001, p.115-136.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil 2009. Acesso em 15 de maio, 2017, em http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Brasil tem 147,3 milhões de eleitores aptos a votar nas eleições 2018**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018>>. Acesso em: 30 out. 2018.



A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESPÍRITO SANTO

Marcos Stéphano Santana Ferreira
PIBIC/PIVIC, UFES

RESUMO: A pesquisa que orientou este artigo é vinculada ao Projeto de Pesquisa "Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES" (PRPPG/UFES sob o nº 7013/2016) e tem como objeto de estudo "a organização de mulheres pescadoras artesanais do município de Guarapari". Portanto, adotou como objetivo geral: estudar o processo de organização das mulheres pescadoras artesanais do município de Guarapari-Espírito Santo. É uma pesquisa qualitativa que fez uso da revisão de literatura, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com três mulheres pescadoras de Guarapari. Ela ocorreu entre agosto de 2017 e julho de 2018. Resultados: que não há no município processos específicos de organização de mulheres pescadoras; que se organizam por dentro da Colônia; que fazem a condução política e operacional da entidade; que enfrentam o machismo no interior da Colônia e de agentes públicos; que entre os desafios apontados estão os assédios moral e sexual; que a falta de apoio e alianças fragiliza o papel da Colônia e dificulta o encaminhamento de demandas imediatas da categoria; que houve conquistas: a regularização da Colônia e a montagem de uma logística, para que a mesma pudesse funcionar. Intenciona-se contribuir para ampliar pesquisas sobre gênero e pesca no Espírito Santo.

Palavras-chave: Gênero; divisão sexual do trabalho; mulheres pescadoras; movimentos sociais.

1 – Introdução:

De acordo com Barcellos (2013), entre populações pesqueiras, a produção das mulheres é tão importante quanto a dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal. No início da década de 2000, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA (BRASIL, 2016), as mulheres constituíam 25% do registro geral da pesca, mesmo assim, segundo o MPA, há uma subnotificação de mulheres pescadoras no



Brasil, já que muitas atividades que realizam na cadeia produtiva da pesca não são consideradas como trabalho pesqueiro.

De acordo com os dados divulgados pelo então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2016, existiam 14.337 pescadores no estado capixaba em situação regular, sendo que desses 7.369 eram homens e 6.786, mulheres, (BRASIL. 2016). Nesse mesmo período, na Região Metropolitana da Grande Vitória, 4.937 pessoas viviam da pesca. Dessas, 2.669 eram do sexo masculino e 2.227, do sexo feminino. Os municípios da RMGV que tinham menor número de pescadores eram Viana (16) e Fundão (20), e os que abrigavam a maior parte dos pescadores eram Guarapari (1.263), Serra (1.636) e Vitória (1.453). Neste último, as mulheres representavam 43,3% da totalidade dos pescadores, segundo Brasil (2016). Interessante observar que está havendo uma redução de trabalhadores que vivem da pesca no município de Guarapari. Isso pode ser afirmado tomando como base os dados divulgados pelo MPA, em 2005, que, segundo ele, existiam 2.250 pescadores naquele município que atuavam primordialmente com a pesca oceânica, (BRASIL; CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA, 2005).

Elaboramos as seguintes questões de pesquisa, entendendo que este nicho de pesquisa é necessária e relevante no contexto capixaba: *Como se dá o processo de organização das mulheres? Quais os principais desafios enfrentados no seu processo de organização? Que avanços foram obtidos a partir do seu processo organizativo?*

Este artigo que se debruça a pesquisar “A organização das mulheres pescadoras artesanais do Município de Guarapari - ES” tem como intuito aprofundar a investigação sobre a realidade das mulheres



pescadoras artesanais tomando como foco principal o seu processo de organização para o enfrentamento das desigualdades de gênero que se apresentam ao desenvolvimento de suas atividades laboral-produtivas.

A pesquisa empírica constitui a terceira etapa do processo de pesquisa. Serão ouvidas 5 mulheres que atuam como pescadoras distribuídas em comunidades pescadoras de Guarapari e uma liderança masculina pescadora deste município. As entrevistas serão orientadas por roteiros elaborados previamente. Tais entrevistas têm como intuito levantar informações sobre os processos organizativos das mulheres pescadoras, dados históricos sobre tais processos, como essas mulheres participam e quais os desafios que enfrentam para engajarem-se em processos de luta; que conquistas obtiveram a partir da sua organização como pescadora. Também buscar-se-á identificar a compreensão masculina sobre a organização das mulheres pescadoras.

2 – Objetivos

Adotou-se como objetivo geral do projeto que orientou a realização deste estudo: "Estudar o processo de organização das mulheres pescadoras artesanais do município de Guarapari-Espírito Santo.

Objetivos específicos:

- a) identificar as organizações de mulheres pescadoras artesanais no município de Guarapari - Espírito Santo";
- b) sistematizar dados sobre o processo histórico de organização das mulheres pescadoras artesanais;



- c) estudar os desafios das mulheres pescadoras para o seu processo de organização;
- d) Identificar as demandas e as conquistas das organizações de mulheres pescadoras no município de Guarapari - Espírito Santo”.

3 - Materiais e métodos utilizados:

A pesquisa se deu por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sendo a documentada orientada pelos dados disponibilizados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, pela superintendência de Pesca e Aquicultura do Espírito Santo e pelo Ministério das mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Também foram consultados os bancos de dados do IBGE, IJSN e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), e da Prefeitura Municipal de Guarapari. Também foram utilizados relatórios de pesquisa apresentados às agências fomentadoras por outros/as pesquisadores/as.

Na pesquisa empírica junto a mulheres pescadoras, foram entrevistadas três pescadoras, que foram identificadas por número, sendo uma delas a atual presidente da Colônia. As outras duas não compõem a direção da entidade, mas são ativas participantes das atividades promovidas pela Colônia. Elas aceitaram participar da pesquisa, assinaram o TCLE e permitiram que as entrevistas fossem gravadas. O local das entrevistas foi o município de Guarapari: as entrevistas foram conduzidas no interior da Colônia.



Metodologia de Análise de dados: Foi usada para a interpretação dos dados coletados a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin Segundo Bardin (2011):. As categorias temáticas permitem o agrupamento, facilitando o seu processo de codificação e análise. Para a análise de conteúdo, foram identificadas as categorias temáticas: história de organização da Colônia; participação das mulheres no processo de organização da colônia; trabalho e divisão sexual do trabalho; saúde; desafios enfrentados pelas mulheres; conquistas obtidas pelas mulheres e pela colônia de pesca.

.4 – Resultados

Já em 2005, o relatório elaborado por CECOPES e Brasil afirmava que a maioria dos pescadores era homem no município de Guarapari. Nesse período, os registros indicavam a existência de 2.250 pescadores que atuavam primordialmente com a pesca oceânica, (BRASIL; CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA, 2005). Em 2016, uma década depois, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (BRASIL, 2016), em Guarapari, existiam 1263 pescadores regularizados junto ao ministério, desses, 632 homens e 619 mulheres. Ou seja, há um número expressivo de mulheres que vivem da pesca naquele município.

Para atender ao **primeiro objetivo específico**, tratamos de elencar as organizações de mulheres pescadoras artesanais no município de Guarapari - Espírito Santo". Os dados coletados, por meio de pesquisa documental e de três entrevistas semiestruturadas realizadas, apontam que existe apenas uma organização mista que é a Colônia de



Pescadores Z 03 Alm Noronha no município. O que chamou a atenção é que a Colônia, criada em 1924, teve a sua documentação recuperada, organizada e registrada junto ao cartório local em 2008, quando uma mulher assumiu a sua presidência. Desde então, a Colônia é presidida pela mesma mulher, tornando-se a única Colônia do estado a ser conduzida por uma mulher há 10 anos.

No que se refere ao segundo **objetivo específico** “sistematizar dados sobre o processo histórico de organização das mulheres pescadoras artesanais”, investigaram-se os processos de participação e organização das mulheres pescadoras do município. Constatou-se que tais processos se dão no interior da Colônia de Pesca. Nesse sentido, apresentam-se os dados levantados sobre o processo de participação das mulheres na organização da Colônia. Cada uma das entrevistadas apresenta uma história diferente de aproximação com a Colônia.

De acordo com a entrevistada 1, há, atualmente, em torno de 800 pescadores, incluindo pescadores, marisqueiros, caranguejeiros associados à Colônia de Pesca. Nestes, segundo ela, não estão incluídos membros da família: “[...] tem muita gente que fez a carteira e não veio ainda, então essas pessoas não estão dentro dos 800, mas de pescador já tem 800”. Dentre os associados, segundo ela, 80% são homens e 20%, mulheres.

Sobre o processo histórico de formação da colônia:

Bem, a história da Colônia... Ela foi fundada em 1924. À época, não tinha defeso. O defeso começou 2000/2001 [em Guarapari]. [Foi quando] começaram a receber o defeso. Infelizmente, Guarapari foi praticamente quase a última cidade a saber que tinha o direito ao seguro defeso. Depois, os pescadores foram descobrindo [...]. Eu, quando entrei em 2008, ela [a Colônia] só tinha mal, mal, um computador e funcionava



como a secretaria da antiga gestão. Depois, eu tive uma verba de um deputado... deputado, não. Na época, ele veio como candidato a prefeito, Rodrigo Chamoun, que trouxe uma verba. Foi quando eu comprei as cadeiras, mesa, impressora, computador. Daí, estamos aqui até hoje. Graças a Deus, sempre tentando melhorar (ENTREVISTADA 1).

[Em 2008], não tinha registro em cartório [a Colônia], não estava podendo mais pegar o bloco [livro de cadastro para registro de pescadores junto ao órgão federal de pesca] que na época pegava para poder dar entrada ao seguro defeso. Aí, eu entrei e organizei. (ENTREVISTADA 1).

Como registrado por ela, sua participação começou em 2008. “Eu trabalhava na pesca, como despachante. Até que chegou ao meu conhecimento que a Colônia não estava funcionando, não tinha registro, não tinha nada, e os pescadores pediram para vir concorrer à presidência. Foi a ai que eu concorri e ganhei em 2008”.

Eu avalio como boa [a gestão da Colônia], né, porque, hoje, graças a Deus, está tudo organizado, já aposentei muita gente, muitas pessoas estão recebendo o auxílio doença, auxílio reclusão¹⁴⁷, que se não tivesse registrado o INSS não daria isso. (ENTREVISTADA 1).

No caso da entrevistada 2, ela relata que o seu processo de aproximação se deu com a emissão da sua carteira de pescadora.

Aproximação foi assim, teve uma reunião em Vitória de um negócio, tipo assim dum governo que fez uma organização de ir de bairro em bairro pra cadastrar aquelas pessoas. Diz que antes disso [não havia registro,não]. Então, a minha carteira foi feita pela SINDPESCA em Vitória, porque passaram de casa em casa, só que, na época, a gente tinha que gastar um dinheirinho pra poder tirar foto, tirar xerox, tirar esses troços tudo e a maioria das pessoas não tinha. Eu peguei o dinheiro emprestado, porque na época, no dia, não tinha, mas eu peguei, corri e tirei foto, fiz a carteira e eu, até na época, acho

¹⁴⁷ O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário no Brasil pago pelo INSS aos dependentes do segurado recolhido à prisão, desde que ele não receba salário ou aposentadoria.



[pensei assim]: “vou fazer isso ai, mas acho que é bobagem, isso não vai funcionar”. Mas, a cabo, menino, um mês, o rapaz veio trazer a carteira pra gente e ai me explicou: ‘a senhora vai ser cadastrada na Colônia e a senhora vai receber um pagamento por ano, mas não era um pagamento, eram quatro. Nossa! Já melhorou demais. (ENTREVISTADA 2).

Quando perguntadas sobre a participação das mulheres, a entrevistada 2 respondeu:

É boa, a gente participa de tudo. Eles [a Colônia] comunicam com a gente, a gente vem a reunião, a gente faz tudo, a gente faz de tudo pra ajudar também na Colônia, que é uma coisa que nós precisamos muito aqui, porque toda documentação da gente, sai daqui. A participação da Colônia é muito bom pra nós, quer dizer, agora pra eles, porque pra mim, eu procuro ajudar a Colônia.

Mesmo aposentada, ela continua participando:

Eu me aposentei, mas eles me chamam ainda pra vir pra participar, e eu gosto de ajudar, porque por aí tem muita gente que ainda precisa, então, através de mim, porque tem gente que fala que ‘Ah, mas aquilo não vai ter uma aposentadoria boa, não vai ter isso’. [Eu digo]: ‘vai sim!’ Porque eu tenho, se eu tivesse empregada da firma, eu iria receber o mesmo salário que eu recebo hoje, né, então talvez se eu tivesse na firma eu ia aposentar talvez daqui uns 40 anos ou mais, ou nem ia me aposentar. Não ia, porque é a partir de 35 anos. Você imagina eu com 60? Daqui a 35 anos, quantos anos eu já estaria? Eu já tava morta, meu querido. Então, a minha participação aqui é benção, porque eu tenho filho que pesca. (ENTREVISTA 2).

A entrevistada 3 lembra que está filiada à Colônia há 16 anos. “E eu... A minha mãe sempre criava nós através do marisco, ai a única que puxou a raça da mãe foi eu. Ai meu marido é pescador e ai ele também pesca, mexe com tudo, tipo de marisco, ai nós entramos na associação da Colônia. Tem 16 anos que eu sou associada à Colônia”. (ENTREVISTADA 3).



Para a entrevistada 3, também a Colônia tem um papel importante nos processos de aposentadorias de pescadores. "Aqui pela Colônia você tiver um tanto de tempo de carteirinha, por exemplo, 15 anos, você já se aposenta, pode ta enferma, problema de saúde, aí, já te encosta até você se aposentar".

A entrevistada 2 reitera a importância da Colônia na vida de sua família pescadora:

Pra você ter uma ideia, eu tinha uma filha pescadora e ela tinha uma doença, no nome de..(ininteligível). Não sei se você já ouviu falar dessa doença. Ela rodou tudo pra conseguir se livrar daquela doença. Ela foi lá pro Hospital das Clínicas, ela operou. Ela saiu daqui sem a documentação, ela ganhou o tempo dela direitinho, encostou. Primeiro, é Deus, primeiro nós temos que ter Deus; segundo, a Colônia. Eu tenho tudo isso que eu tenho na minha vida, primeiro, é Deus, e, segundo, aqui [a Colônia]. (ENTREVISTADA 2).

Continua a entrevistada 2 identificando o espaço da Colônia como seguro para as mulheres.

Ser mulher é coisa boa, aqui na Colônia, é uma benção! Ficar aqui, conviver com os irmãos, que aqui é tudo irmão e viver como mulher é de tudo de bom, mulher de verdade é tudo de bom, que todos que vem na reunião aqui respeitam nós, gente de primeira. Nós temos liberdade de brincar, de rir com eles, tudo de bom aqui na Colônia. A secretária pra nós, apesar de que ela é pequenininha, mas pra nós é uma mãe, porque tudo que nós temos, nós dependemos dela pra resolver pra nós, então, ela tem o maior carinho por nós. (ENTREVISTADA 2).

Referindo-se ao fato de uma mulher conduzir a Colônia, a entrevistada 3 dispara: "Tem muita gente querendo o pescoço dela, a gente, não, tamo aí pra apoiar. [...] A união que faz a força. Por causa do apoio que recebe as mulheres, a entrevistada 1 entende que os pescadores e pescadoras são aliados no trabalho que desenvolve à frente da Colônia.



Eu agradeço a oportunidade que Deus me deu de estar aqui, agradeço aos pescadores pelo carinho, que eles me abraçaram, me respeitando, né, sempre que ajudando, que, às vezes, tem aqueles que falam mal, mas tem aquele que te botam pra cima, que faz você acordar de manhã e [em]bora trabalhar; que tem alguém precisando. Tô aqui por amor. Tô aqui por amor a minha família, [que] é toda pescadora. Se eu tiver que eu sair daqui, eu volto pra minha mesa de camarão, pro meu rio [para] pescar também, que é o que eu sei fazer. [Quero] agradecer aos pescadores que me abraçaram e que continuam me abraçando.

Quando se trata do **trabalho das mulheres na pesca**, as entrevistadas têm muito a falar sobre o assunto:

Eu realmente desde criança morei na beira de água, então, eu sempre fui adaptada a pescar, aquele negócio todo, mas quando chegou em 2000, eu vim morar perto de um braço de mar em Guarapari, então. foi ai que aprendi pescar e, depois, consegui entrar na Colônia, pescando sempre o sururu e, nas horas vagas, pegava um peixinho também, porque a situação era difícil e a gente precisava daquele pescado pra nós, e também para vendermos. Então, foi aonde eu passei meus anos todos pescando. Construí minha vida, apesar de antes ter uma profissão, só que eu abandonei a profissão pra ficar na pesca e achei bom e, agora em 2018, eu consegui me aposentar, graças a Deus. (ENTREVISTADA 2).

E eu tô na atividade, sempre na atividade, tirando o marisco quando tá podendo, quando não é o marisco é um siri que a gente desfia. Quando não é o siri, a gente procura outra coisa, igual vendo meus negocinhos, biscoito, porque eu sou assim, eu sempre pego alguma coisinha pra não ficar parada, para apresentar mais o trabalho da gente. Eu vendo, eu pego pra revender, eu pego de outras pessoas pra mim vender, aí eu tiro 40% de lucro pra mim [...]. Graças a Deus, tô trabalhando, porque dentro de casa você não vai trabalhar nunca, porque se você tiver dentro de casa, você vai ganhar algum dinheiro? Não vai, não. (ENTREVISTADA 3).

As entrevistadas identificam o assédio que sofrem na realização do trabalho de coleta e fazem um contraponto entre a segurança da Colônia e o perigo nas áreas de coleta:

[...] lá longe [no mangue], às vezes, recebe cantadas, cantada nojenta. Não tem homem nojento? Pois é, recebe cantada,



recebe palavrões no meio lá deles. Agora, aqui, não, aqui é lugar de respeito, aqui, eles chegam, brincam com a gente, troca cigarro, se você não tem, eu tenho, toma aí, cafezinho, é tudo irmão. O ruim é no mato, mangue é mato. Você sabe que mangue é mato, é uma floresta? Lá que é difícil, não tem muito respeito, mas a gente sabe o que que faz, finge que não vê, leva um bom facão, se vir pro lado da gente, qualquer coisa a gente ...(apenas som)... Não da pra afrouxar. A mulher recebe esse tipo de coisa, tanto faz no trabalho, como na rua, como em qualquer lugar. Tem homem safado, que não respeita a mulher. (ENTREVISTADA 2).

A entrevistada 3 concorda com a fala da colega: “Eles não têm respeito. A verdade tem que ser dita, né.”.

Reconhecem que é um trabalho difícil, mas que dá prazer e para tirar o sustento. “[A pesca] dá prazer e dá dinheiro pra quem gosta de trabalhar, mas é um serviço pesado. [...] Você vai lá, você tira aquele marisco todo e [...] você carrega e chega em casa. Você tem que ferver aquilo, descascar, pesar, ensacolar. É difícil”. (ENTREVISTADA 2).

A entrevistada 3 lembra que não é um trabalho reconhecido: “E sair pra vender. Quando tem encomenda ainda vai; quando não tem, , você tem que sair assim à luz do dia pra vender. O preço que a gente pede, eles não querem dar aquele preço”. (ENTREVISTADA 3)

Sobre a divisão sexual do trabalho no interior da pesca, a entrevistada 1 observa que a diferença aparece quando se trata da pesca em alto mar, porque as mulheres não pescam de espinhel, que é um tipo de anzol, “[...] mas o camarão dá pra elas ir, que é puxar o balão, hoje em dia a maioria dos barcos tem guincho, dá para elas tirar os mariscos que é no alto mar, é também tem que partir em alto mar. A diferença são algumas, não todas”.



As mulheres relatam sobre o processo de desqualificação das mulheres, o que leva a práticas discriminatórias, segundo elas.

Ser mulher no meio da pesca é bom, mas às vezes a gente tem uma discriminação, às vezes tem porque a gente não consegue ter uma unha bonita, a gente não consegue ter um cabelo bonito, a gente não consegue ter uma pele bonita, se vê que o sol, tempo, vento acaba com a "cara" da gente, então às vezes a gente é discriminado, no meu bairro mesmo, eu sou muito discriminada, porque unha do pé não tem, pé racha tudo, então a gente não tem aquele tempo de ta em manicure, pedicure e aquele negócio, não tem. Então a gente discriminado, é muito difícil, mas eu não quero olhar pra esse lado, eu quero olhar pela minha dignidade e pelo que eu adquiero que é honestamente e acabou. Entendeu, é assim que eu acho, somos discriminados assim, até por roupa que a gente não consegue comprar, aquele roupa bonita, aquele calçado bonito, mas o importante que nós temos é dignidade, nós entramos em qualquer lugar, como dizia meu pai, de nariz em pé, com a carteira limpa, maravilhosa, nome limpo em qualquer lugar, essa profissão é boa por isso (ENTREVISTADA 2).

“Tem uns que eles são contra as mulher na maré, entendeu? Já tem outros que apoiam a mulher e ajudam a mulher a na pesca”, é o que relata a entrevistada 3.

No exercício de suas funções na pesca, as entrevistadas também relatam os impactos sobre a sua saúde:

Você sai do mangue preto, que não tem jeito [ENTREVISTADA 3]. Já a entrevistada 2 lembra que a lama tem função terapêutica: “ A lama é bom pro reumatismo, se sabe que tem uma lama que passa, e é gostoso”

Também falam sobre a agressão das cascas de ostras nos pés e nas mãos. “Dependendo do lugar que você vai pisar tem casca de ostra, mas só que a gente não vai assim, vai toda, bota um sapato” (ENTREVISTADA 3).



No que se refere ao objetivo específico 3, “Estudar os desafios das mulheres pescadoras para o seu processo de organização”, as respostas das entrevistadas foram permeadas pelos desafios cotidianos que enfrentam seja para a realização do seu trabalho seja para o seu processo organizativo. Um dos obstáculos apresentados para o fortalecimento da Colônia junto aos pescadores/as é a ausência de apoio de lideranças e do Poder Público Local. Essa falta de apoio impede, segundo a presidente, que a Colônia possa oferecer serviços de interesse da categoria: “Os principais desafios são os órgãos [públicos]. Eles não ajudam em nada. [...] Agora o principal desafio está sendo montar essa sala odontológica pra poder atender os pescadores. Vamos começar o mês que vem, vamos batalhar pra, eu pretendo deixar pronto [a sala do dentista], com ou sem ajuda dos órgãos, eu vou deixar ela pronta (ENTREVISTADA 1).

Para ela, os adversários não estão dentro da Colônia, mas dentro dos órgãos públicos: “A dificuldade maior, não é nem com o próprio pescador e sim com o órgão público, infelizmente a Colônia não tem ajuda do setor público, prefeitura, câmaras dos vereadores. Ninguém ajuda. Então, onde eu vejo a dificuldade maior não é com eles [os pescadores] é com o município”.

Há falta de condições logísticas para o desenvolvimento do trabalho e a impossibilidade da Colônia oferecer serviços aos pescadores.

Dificuldade na parceria, de entrar como parceiro, ajudar a Colônia, às vezes fica sem internet, sem funcionário, a prefeitura chegar junto, ajudar ou botar na mesma um dentista que tinha antigamente e a prefeitura tirou”. [...] Então, assim, são famílias que precisam, né, as famílias dos pescadores precisam de dentista, médico. Então, tô tendo dificuldade em parceria com a prefeitura.(ENTREVISTADA 1)



Um outro desafio enfrentado pela Colônia é não conseguir oferecer atividades de qualificação para as mulheres. De acordo com a entrevistada 1, as mulheres poderiam ampliar as suas atividades no beneficiamento do pescado e na produção de artesanato.

Por fim, a entrevistada 1 fala sobre o machismo que tem de enfrentar: “[O fato de ser mulher traz dificuldades] às vezes, por um lado sim, e, às vezes por outro, não. Às vezes, você, né, facilita, às vezes, na hora de conversar, às vezes, com outros, não, porque, às vezes, querem falar mais alto [do que a] mulher. Então, às vezes, acha que a gente tem que baixar a cabeça. É um pouco difícil como mulher”.

Mesmo reconhecendo que há posturas machistas tanto por parte de pescadores e de agentes públicos, ela reconhece que não acontece com todos: “mas nem todos desrespeitam, a maioria me respeita por ser mulher”.

O machismo, segundo ela, seria também uma das causas da recusa do Poder Público Local contribuir com a Colônia: “Uma parcela menor desrespeita pelo fato de Colônia ser conduzida por uma mulher; a falta de apoio do Poder Público Local” (ENTREVISTADA 1) .

O quarto e último objetivo específico “Identificar as demandas e as conquistas das organizações de mulheres pescadoras no município de Guarapari - Espírito Santo”. Em relação às demandas, quando identificamos os desafios, acabamos por citar as demandas, já que estas constituem desafios constantes e se fazem presentes no cotidiano da ação da Colônia. Por isso, aqui, vamos nos deter às conquistas obtidas pela Colônia e apontadas pelas pescadoras entrevistadas.



A presidente fala do esforço que fez para viabilizar as condições básicas de trabalho na Colônia. Ela identifica três conquistas fundamentais. A primeira foi regulamentar o registro da Colônia junto aos cartórios, o que permitiu que pescadores/as de Guarapari pudessem fazer a sua carteira emitida pelo órgão federal, exigência para recebimento do seguro defeso.

A principal conquista pra mim, a melhor, foi eu registrar a Colônia, que já existia. Quer dizer, eu entrei em 2008, ela já existia desde 1924, eu nem sonhava em nascer. Fiquei quase dois meses sem dormir, procurando papel pra me conseguir achar, ler, provar onde que ela tinha sido fundada naquela época, até que eu consegui. Foi o primeiro obstáculo que eu enfrentei; que eu tive uma grande vitória (ENTREVISTADA 1).

A segunda foi cuidar do sistema de informação da Colônia, necessário para organizar os dados cadastrais dos/das pescadoras. Junto com isso, também foi possível a aquisição de computadores e de utensílios de escritório para fazer o atendimento: "[...] foi a conquista do material pra trabalhar, pra pessoa sentar: um banco, uma cadeira [para a Colônia] (ENTREVISTADA 1). Continua ela:

Bem, enquanto mulher eu tô fazendo assim, o que eu posso, organizei a parte de computação, mesa pra atendimento, agora vou começar a obra na Colônia pra poder colocar um dentista, então assim, enquanto organização eu to fazendo o que eu posso, por que eu também queria que o pessoal entendesse que o recurso é só nosso, então eu tenho que espremer de um lado e do outro, porque o que entra é só o que o pescador paga, então é funcionário que não é barato, tem FGTS, INSS que sai muito caro, então assim a minha organização que eu tô fazendo é assim, como se eu estivesse arrumando minha casa, eu vejo assim, o melhor, eu quero o melhor pra eles (ENTREVISTADA 1).

E a terceira conquista da Colônia, de acordo com a entrevistada 1, foi a aquisição de um transporte: " Depois [dessa duas] conquistas, tive [mais uma] conquista: foi o carro, lutei pra uma verba aí, e chegou



uma verba e eu comprei um carro [modelo] cap strada". A possibilidade de se locomover e poder ter acesso às comunidades pescadoras facilitou o trabalho da Colônia.

5 – Discussão e Conclusões:

Os dados levantados nesta pesquisa indicam que apesar de as mulheres serem sujeitos importantes no processo de organização de pescadores no município de Guarapari, elas não conseguiram construir organizações específicas que pudessem encaminhar as suas demandas tanto no campo político quanto no campo trabalhista e de políticas públicas/proteção social. No caso de Guarapari, uma mulher conduz a Colônia há dez anos, fato não muito comum quando se tratam de colônias de pescadores no Brasil. Um caso parecido com a experiência da Z7 foi registrado por Leitão et al. (2009) que reconhece que “[...] os espaços de lutas dos pescadores e, em especial das mulheres pescadoras, são as colônias, bem como as associações de pescadoras”. Essa últimas se comparadas às colônias, são relativamente recentes. E como afirma Leitão: “tem aumentado o número de mulheres de forma significativa. (LEITÃO et al., 2009, p. 3). O caso citado pela autora é uma colônia de Pernambuco: Escreve ela:

Neste contexto, Joana Rodrigues Mousinho passou a ser a 1ª mulher eleita como presidente de colônia de pescadores já registrada na história do Brasil, com o forte apoio do Frei Alfredo, um dos fundadores da Pastoral dos Pescadores, segundo ela. Joana Mousinho saiu candidata pela primeira vez em 1989 e, sendo reeleita em outras ocasiões, permaneceu no cargo por 16 anos. Hoje ela faz parte do conselho deliberativo da colônia, sendo também uma das coordenadoras da Articulação das Pescadoras de Pernambuco. . (LEITÃO et al., 2009, p. 5).



Também foi possível perceber que o processo de condução da Colônia, apesar de contar com o apoio de outros associados, particularmente de mulheres, é uma tarefa quase exclusiva da presidente. Ou seja, há dificuldades de desenvolver ações de caráter coletivo com a presença permanente de associados/as. Essa forma de encaminhamento pode reforçar posturas que dificultam a construção de uma participação mais ampla e contínua dos seus associados. Leitão (2010) reconhece que práticas centralizadoras e até mesmo paternalistas e clientelistas podem ocorrer quando a direção da entidade concentra o poder. No caso a Z7, observa-se o investimento da direção no sentido de implementar uma gestão de caráter mais pragmático, atuando como uma espécie de terceiro setor no atendimento às demandas dos/das pescadores/as.. Isso ocorre no vácuo deixado pelo Poder Público Local. Um exemplo é a necessidade de instalação um gabinete dentário para atendimento das famílias pescadoras dentro da sede da Colônia. Esse deveria ser papel da Prefeitura, mas como este se recusa a desenvolver tal política de atenção à saúde, a presidente, compreendendo que é uma demanda urgente e importante para as comunidades pescadoras, busca assumir o papel do Estado.

Para Leitão (2010, p. 5), "No trabalho da pesca, apresenta uma divisão sexual do trabalho bem definida, as mulheres geralmente realizam suas atividades nos mangues e no beneficiamento do pescado". (LEITÃO, 2010, p 5), Isso se confirma em Guarapari, onde enfrentam problemas comuns a outras mulheres pescadoras de outros municípios e regiões. O trabalho extenuante, os impactos sobre a sua saúde, o peso que carregam no deslocamento dos mariscos até o local para realizarem o



beneficiamento e posteriormente a venda. Também enfrentam a desvalorização do seu trabalho, quando não conseguem vendê-lo pelo preço justo.

Outro aspecto diz respeito a sua autoestima pelo fato da atividade pesqueira danificar e sujar as suas unhas, o sol maltratar a sua pele, levando-a a ter doenças de pele e a um envelhecimento mais rápido. Mas há um fato que não é comum aparecer nas bibliográficas pesquisadas: os assédios moral e sexual, Martins registra em sua pesquisa de mestrado, com mulheres pescadoras artesanais, ocorrida em 2015, identificando, inclusive o assédio como causa de adoecimento das mulheres.

No caso das mulheres, pressões e constrangimentos no trabalho, assédio moral e sexual configuram-se fatores de adoecimento que aliado à falta de reconhecimento social pode apontar a presença de um mal-estar acompanhado de desânimo, irritação, frustração, insegurança, impotência, comprometendo a saúde mental desta mulher (MARTINS, 2015, p. 49).

A entrevistadas reconhecem o machismo no interior da colônia, mas entendem que o machismo dos órgãos governamentais são os mais nocivos à colônia e às mesmas, elas apontam que houveram avanços; que o fato de terem direito ao seguro defeso e, depois, à aposentadoria junto ao INSS, mudou as suas vidas; que lhes possibilitou melhor a sua vida e de sua família. Reconhecem que sem a colônia isso não seria possível. Por isso, buscam divulgar a colônia junto às mulheres e aos pescadores de forma geral. Mas percebem que muitos ainda não acreditam que a colônia pode contribuir na mudança das suas condições de vida. Mesmo com a descrença de parte dos pescadores, atualmente a colônia conta com 800 filiados, sendo 20% de mulheres. A presidente identifica que há muitas famílias pescadores que ainda não



se filiaram a colônia, principalmente mulheres, ou seja, esse número poderia mais alto.

Por fim, o fato de duas entrevistadas terem sido indicadas pela Colônia pode ter impedido que no processo de pesquisa fossem identificadas contradições e limites da atuação da Colônia junto aos/às pescadoras.

Nesse sentido, aponta-se, aqui, a necessidade de dar continuidade a pesquisa, com vistas a desvelar, a partir de novos sujeitos de pesquisa, utilizando-se a observação participante, para se compreender, com maior profundidade a relação entre a Colônia Z7e as comunidades pescadoras de Guarapari. Todavia, reconhece-se que tanto a presidente da Colônia quanto as duas outras entrevistas foram muito solícitas e contribuíram de forma definitiva para que a pesquisa empírica se viabilizasse. Por isso, temos muito a agradecer-las.

6 – Referências Bibliográficas:

BARCELLOS, Gilsa. O papel da mulher na atividade pesqueira artesanal no Espírito Santo: discutindo gênero, trabalho, políticas públicas e desenvolvimento local. **Relatório final de pesquisa apresentado ao CNPq**. Espírito Santo, 2013. 143p.

BRASIL; CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA; **Diagnóstico sócio-cultural-econômico da população pesqueira do litoral capixaba**: Guarapari. Vitória, 2005. 51p.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Quantitativo de pescadores ativos por município e gênero**. Brasília, 4 maio 2016.

BRITO, Paola. **Encontro de Mulheres das Marés e das Águas**: debate prioridades e ações para o setor. Brasília, BRASIL, MPA, Brasília, 08 jun. 2015.



JESUS, Cintia Lima; BENJAMIM, Cristina Barbosa; SANTOS, Maria José Coelho dos; ATAÍDE, Soraya Gama; BARCELLOS, Gilsa. O processo de organização de mulheres pescadoras artesanais no Espírito Santo: aspectos sócio-culturais e políticos. Vitória, Emescam, 2013 (**Relatório de Pesquisa apresentado à FAPES**). 16p.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro **Territórios**, n. 13, agosto-enero, 2005, pp. 115-132 Universidad del Rosario Bogotá, Colombia.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; LIMA, Alexsandra Silva de; FURTADO, Gilmar Soares. Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. p 1-15.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e pesca: 30 anos de registro geral da pesca. **Fazendo Gênero 9** Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010 1. p 1-8

MARTINS, Quêren da silva. **A relação saúde-doença entre mulheres pescadoras artesanais de São Mateus-ES**. / Quêren da Silva Martins. - 2015. 169f. Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2015. 169p.

UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS NO BRASIL SOB A LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Maria de Almeida Silva
*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo
mahalmeida.sl@gmail.com*

Vanda de Aguiar Valadão
*Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo
vandaval2010@gmail.com*



RESUMO: A questão Trans¹⁴⁸ tem sido objeto de debates no meio acadêmico, tanto nacional quanto internacionalmente, seja pela via do discurso médico heteronormativo, seja pelos estudos *queer* e seu caráter desconstrutivista. Mas ainda são tímidas as análises a respeito das condições de vida das travestis brasileiras sob a luz do materialismo histórico-dialético e das contribuições do Feminismo Materialista Francês. Diante disso, a partir de dados da realidade, propõe-se uma análise de aspectos da violência contra as travestis brasileiras utilizando como arcabouço teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Inicialmente são expostos dados da realidade a respeito do homicídio contra pessoas trans, em seguida é estabelecido enfoque para as travestis, a partir de então são trazidos aspectos históricos e extraídas categorias de análise a serem trabalhadas no texto. Por fim realiza-se a defesa do uso do materialismo histórico-dialético em análises voltadas para expressões da questão social que se concretizam na vida das travestis brasileiras.

Palavras-chave: Travestis; Relações Sociais de Sexo; Homicídios; Direitos Sociais.

Introdução

Historicamente as travestis brasileiras enfrentaram diversas formas de violência, seja dentro de seus lares (familiares e companheiros), seja nas ruas como alvo de repressão policial, ou ainda pela violência transfóbica da sociedade. Além de terem suas identidades negadas e serem excluídas de espaços necessários à sua sobrevivência e cidadania (mercado de trabalho, escolas, universidades, Sistema Único de Saúde etc.). Além disso, a expectativa de vida de travestis no Brasil é de cerca de 35 anos, enquanto a média nacional é de 78,5 (IBGE, 2016).

O Brasil é considerado o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Considerando a subnotificação de casos, os números nacionais

¹⁴⁸ Transexuais (mulheres trans, homens trans e não-binários), travestis e transgêneros. A categoria transgênero foi por vezes rechaçada pelo movimento Transexual e Travesti brasileiro, é mais comumente utilizado no exterior. Neste trabalho focaremos nas travestis, os sujeitos de nossa análise, e abordaremos brevemente a questão transexual.



e internacionais podem ser muito maiores do que os coletados (por organizações da sociedade civil, como no caso do Brasil, no qual não existem dados oficiais, pois o governo não realiza esse tipo de levantamento quando diz respeito à população Trans). Todavia, a partir de dados coletados pela *Internacional Transgender Europe* (TGEU) entre outubro de 2016 e setembro de 2017, temos o seguinte ranking de homicídios contra pessoas Trans: 1º - Brasil (171 assassinatos); 2º - México (56 mortes); 3º - Estados Unidos (25); 4º - Colômbia (10); 5º - Argentina e El Salvador (7) (TGEU apud ANTRA, 2018a).

Em 2018 ocorreram 162 assassinatos de travestis e transexuais brasileiras e brasileiros, tendo ocorrido um destes assassinatos na Itália, de acordo com dados coletados pela ANTRA (2018b) via redes sociais, notícias de jornal e colaborações de parceiros por telefone e aplicativos de mensagens. A maioria das vítimas era travesti (81,25%) e as mortes apresentam aspectos de intensa crueldade. Das formas de homicídios temos 55% envolvendo armas de fogo; 14,37% armas brancas e 16,87% outros. Há casos de combinação de várias formas de violência contra uma mesma vítima, como por exemplo espancamento e apedrejamento, apedrejamento e facadas, mutilação de órgãos genitais, tortura etc.

Dados do Mapa dos assassinatos de Travestis e Homossexuais de 2017 apontam que “no ano de 2017, lembrando incansavelmente da subnotificação desses dados, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans” (ANTRA, 2018a, 14). E ainda

Em números absolutos, o estado de Minas Gerais é o que mais mata a população trans, com 20 assassinatos. Em segundo a Bahia, com 17 casos, São Paulo e Ceará, com 16 assassinatos,



Rio de Janeiro e Pernambuco, com 14. O Paraná aparece com 8 crimes, Alagoas, Espírito Santo, Pará com 7, Mato Grosso, 6, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com 5, Tocantins, com 3. O Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Sergipe somam duas mortes cada. E uma morte ocorreu no Acre, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima. Em números proporcionais ao tamanho da população de cada estado, o ranking se altera com a Paraíba em primeiro lugar, Alagoas em segundo e Tocantins em terceiro (ANTRA, 2018a, 14-15).

O 4º lugar é do Ceará, e em 5º lugar consta o Espírito Santo como estado com maior percentual de homicídios contra pessoas trans. A partir dos dados coletados¹⁴⁹ em 2017, a ANTRA (2018a) estima que uma pessoa trans é assassinada no Brasil a cada 48 horas com a idade média de 27,7 anos. Em 2017, 39% dos homicídios registrados pela ANTRA contra pessoas Trans ocorreu na região Nordeste, 32% no Sudeste, 10% no Norte, 10% no Sul e 9% na região Centro-Oeste. A ANTRA (2018a) chama atenção ainda não só para a subnotificação dos casos¹⁵⁰, mas também para a forma como os casos são tratados pela polícia e pelo sistema de justiça, uma vez que 96% dos casos de homicídios contra pessoas Trans são arquivados e apenas 4% são alvo de denúncias à Justiça (ENASP apud ANTRA, 2018a). Segundo ANTRA (2018a, p. 21, grifo do autor), em

85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos.

¹⁴⁹ A forma de coleta de dados é precária, não há apoio governamental, a ANTRA pesquisa em notícias de jornais e recebe mensagens com notícias de mortes de travestis e transexuais via redes sociais.

¹⁵⁰ Os maiores índices de homicídios contra população trans no Brasil podem estar relacionados ao fato de em outros países também haver subnotificação, contudo a situação ainda assim é extremamente preocupante.



Em 2017, 67,9% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos, 23% 30-39 anos, 7,3% 40-49 anos e 1,8% acima de 50 anos. 70% dos assassinatos foram cometidos contra travestis/transexuais que viviam da prostituição, sendo que 55% deles ocorreram na rua. ANTRA (2018a) estima que 90% das travestis e mulheres transexuais sobrevivem da prostituição, o que não representa uma mera escolha individual considerando o não acesso desse público ao mercado de trabalho formal, bem como a evasão escolar em consequência dos abusos psicológicos e físicos sofridos ainda na idade escolar:

Estima-se que 13 anos de idade é média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). E é exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, que foram empurradas para a prostituição, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência (ANTRA, 2018a, p. 18, grifo do autor).

ANTRA (2018a) argumenta ainda que 80% das vítimas de homicídios contra pessoas Trans no Brasil em 2017 eram pretas e pardas. 94% das vítimas eram do gênero feminino, todavia, mesmo assim essas mortes ainda não são consideradas oficialmente como feminicídio no Brasil, pauta defendida por organizações de travestis e transexuais,

[...] visto que a taxa de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais, em relação a população Trans é de 11,9 homicídios a cada 100 mil, enquanto a taxa de assassinatos de mulheres cis¹⁵¹ é de 4,8 assassinatos para cada 100mil Mulheres Cisgêneras - que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo, de acordo com o Mapa do Feminicídio do Brasil - Dossiê Feminicídio (ANTRA, 2018a, p. 19, grifo do autor).

¹⁵¹ Cis, abreviatura de cisgênero, aqueles que se identificam com o gênero atribuído socialmente no nascimento.



Bento (2014) propõe utilização da expressão transfeminicídio para se referir a essas mortes de travestis e mulheres trans, considerando a motivação de gênero, principalmente relacionada ao feminino

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados (BENTO, 2014, p. 1).

Daí a importância de contribuir para que essa temática avance no cenário nacional e participe da construção da luta pela transformação social. Tomamos a categoria relações sociais de sexo do Feminismo Materialista Francês, o qual utiliza como referencial o materialismo histórico e dialético, e busca compreender a questão de gênero a partir de uma análise de classes.

Ao realizar um entrecruzamento das informações citadas acima observamos que a maioria das vítimas era do gênero feminino, sendo a maioria delas travestis, negras e os níveis de escolaridade são baixos. São oriundas de classes mais pobres, elementos que contribuem para a marginalização das identidades travestis. Por isso faz-se necessária uma análise que considere a consubstancialidade entre raça, classe e sexos (KERGOAT, 2010). Contudo o que significa dizer que classe, raça e sexo são consubstanciais no que se refere às travestis? Como utilizar a categoria relações sociais de sexo numa análise voltada para as



identidades travesti? As histórias das travestis têm algo em comum com as histórias das mulheres cisgênero?

1. Identidade Travesti

Em todos os âmbitos de seu problema – a mulher negra, a mulher lésbica, a mulher prostituta, a mulher que abortou, a mulher profissional – a mulher tem uma história parecida com a nossa (Lohana Berkins).

Quem são as travestis? Segundo Ferreira (2014, p. 44),

[...] as identidades travestis na América Latina são produto das condições de pobreza e desigualdade social que marcam o continente e que possuem relação com um quadro de dependência econômica travado entre os países periféricos e os países centrais em termos de economia global¹⁵².

Campuzano (2008) destacou o caso de tribos indígenas do Peru nas quais a experiência de se travestir constituiu parte dos rituais religiosos e nas quais não havia o binarismo de gênero no formato europeu. Ferreira (2014) chama atenção para costumes de tribos pré-coloniais em várias partes do mundo nas quais a experiência da travestilidade estava presente de alguma maneira, e afirma que tanto no que diz respeito às travestis contemporâneas, quanto às comunidades indígenas nas quais a travestilidade esteve presente, há algo em comum para além da identidade travesti: a condição de exploração, de subordinação, de estar subjogado, de pobreza e de dominação.

¹⁵² É importante destacar, e o autor citado o faz, que a pobreza e as desigualdades sociais são aspectos importantes para compreender as identidades travestis, mas não são os únicos "elementos" relacionados ao tema, são parte do real mas não esgotam o real. Tampouco é possível compreender essa temática sem lançar olhar sobre essas questões.



O binarismo de gênero, com limites bastante demarcados entre o que socialmente se considera feminino e masculino, não existia dessa forma na América Latina antes da colonização. Trevisan (2011) afirma que os europeus que aqui chegaram se depararam com costumes mais flexíveis com relação aos limites de gênero, e que em algumas tribos se espantaram com a existência do que chamaram homens-mulheres e mulheres-homens, por não haver grandes diferenças físicas entre homens e mulheres. Havia divisão sexual do trabalho, mas o que determinava quem realizaria os trabalhos ditos masculinos e quem faria os trabalhos ditos femininos, em algumas tribos, não era sua genitália, havia mulheres que se vestiam a moda dos homens indígenas, caçavam junto com eles e tinham esposas na tribo assim como eles. Fora os recorrentes relatos de viajantes da época do descobrimento a respeito de homens indígenas que se “travestiam”, seja para rituais religiosos, seja por prazer, seja como forma de vida (TREVISAN, 2011; CAMPUZANO, 2008).

Os colonizadores reprimiram brutalmente essas identidades travestis, bem como a sodomia. Somente depois da colonização já estabelecida, com o desenvolvimento de grupos de teatro no Brasil se passou a permitir o ato de vestir roupas e se arrumar à moda do “sexo oposto” ao atribuído no nascimento, uma vez que as mulheres eram proibidas de participar de peças teatrais (estas eram consideradas imorais, impróprias para mulheres) no Brasil do século XVII, de modo que os homens as interpretavam. Ocorreu que muitos desses atores passaram a se vestir como mulher também fora do teatro (TREVISAN, 2011).



Segundo Trevisan (2011), dos palcos as travestis foram para as ruas, e nas ruas têm sido historicamente violentadas, seja pela população, seja por ações policiais repressivas (mesmo quando não há crime ou delito). “[...] Em muitos lugares do Brasil, o mínimo que a polícia faz é prender travestis para que limpem compulsoriamente as delegacias e celas” (TREVISAN, 2011, p. 419). A violência policial esteve entre os fatores determinantes para a organização política das travestis no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013) e ainda se faz presente na vida de muitas delas.

As travestis são também discriminadas dentro do segmento trans. A elas são atribuídas as seguintes características: putas, negras (num sentido pejorativo racista), pobres, sem educação, grosseiras, não seriam mulheres de verdade – ao contrário das mulheres trans, que, de acordo com o discurso médico (BENTO, 2006), muito defendido por boa parte delas (das mulheres transexuais) por sinal (BARBOSA, 2013), seriam mulheres presas no corpo de homem, uma vez que teriam a cabeça de mulher, mas o corpo se estruturou como masculino¹⁵³.

O que não é questionado é o binarismo de gênero, a ideia da existência de dois gêneros (masculino e feminino) que estariam relacionados ao corpo (via determinismo biológico pelas genitálias ou pelo cérebro), o sistema que cria atributos femininos e masculinos socialmente e os atribui a sujeitos que nasceram com determinada genitália, como se tais atributos socialmente construídos fossem naturais e quando um sujeito não se enquadra nessa forma binária de gêneros a

¹⁵³A defesa desse tipo de argumentação por parte da classe médica pode ser vista em uma série apresentada no programa de Rede Globo de Televisão, Fantástico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkxCh3tzdys>. Acesso em 10 mar. 2018.



medicina pode reenquadrá-lo através de “tratamentos”. Assim encontramos novas formas de nos enquadrarmos na norma heterossexual binária, afinal “[...] é mais fácil recorrer a procedimentos cirúrgicos e fazer mudanças desejadas na genitália do que intervir no sentido de alterar o gênero, socialmente imposto a uma pessoa e, simultaneamente, por ela conquistado” (SAFFIOTI, 1992, p. 188).

Entretanto, aqueles que buscam o processo transexualizador precisam se enquadrar no que a medicina chama de “transexual verdadeiro”. Este conceito é baseado em características que foram historicamente reproduzidas pela medicina e estão relacionadas a conceitos do que é ser mulher e do que é ser homem, contudo esses conceitos também são históricos. Uma das imposições que alguns médicos, chegaram a colocar para seus pacientes que desejavam realizar a cirurgia de redesignação sexual era o compromisso de só terem relações heterossexuais após a cirurgia, assim partia-se, por exemplo, do pressuposto que ser uma mulher implica tanto características físicas (estas poderiam ser construídas cirurgicamente e via utilização de hormônios) quanto uma personalidade feminina que seria obrigatoriamente heterossexual (e o mesmo para o homem). O desejo heterossexual constitui-se como norma (BENTO, 2006).

Barbosa (2013) entrevistou travestis e mulheres trans para saber como elas definem essas categorias, uma das entrevistadas (uma mulher transexual) acredita que as transexuais seriam mulheres por serem exclusivamente passivas no sexo, uma vez que mulheres são passivas, enquanto as travestis seriam tanto ativas quanto passivas, não sendo mulheres de verdade.



Não há consenso entre as pessoas autodenominadas travestis sobre o que caracterizaria sua identidade de gênero. O autor transcreve a fala de uma militante travesti que afirma que as travestis não são nem homens e nem mulheres, que não sentem necessidade de realizar cirurgia de mudança de sexo, pois se sentem completas da forma que são. Segundo o autor, a ideia de que travestis não seriam mulheres, ideia presente no discurso médico, é um dos pontos de discordância sobre a categoria, uma vez que existem travestis que se afirmam como mulheres e travestis que se afirmam como “nem mulheres e nem homens” (BARBOSA, 2013).

A colonização, o saber médico, a mídia etc. insistiram e insistem na definição de diferenças entre homens e mulheres que seriam exclusivamente determinados pela biologia. O caráter social dos sujeitos é simplesmente ignorado. Enquanto seres sociais não somos determinados exclusivamente por aspectos físicos. O ser social pode ser compreendido como uma unidade dialética entre natureza e sociedade. Segundo Lukács (2013, p. 62) “[...] a atividade do ente natural homem sobre a base do ser inorgânico e o orgânico dele originado faz surgir um estágio específico do ser, mais complicado e mais complexo, precisamente o ser social”. Através do trabalho (enquanto produtor de valor de uso) processualmente ocorreu o salto ontológico, de modo que nos tornamos seres sociais, e cujo aspecto social se destaca cada vez mais sobre o biológico (ainda que não implique uma supressão total na natureza). O caráter epifenomênico (ainda presente nos animais¹⁵⁴) é superado por meio do trabalho, da

¹⁵⁴ “[...] a consciência animal é um produto das diferenciações biológicas, da crescente complexidade dos organismos” (LUKÁCS, 2013, p. 62). “Na natureza, a



atividade humana pensada, ideada, projetada e executada (teleologia).

Dessa forma, não somos definidos exclusivamente por nossa genitália. Antes do desenvolvimento do capitalismo as diferenças físicas entre homens e mulheres na Europa eram menores (FEDERICI, 2004), a época da descoberta do Brasil, as diferenças físicas entre muitos homens indígenas e mulheres indígenas também eram menos demarcadas (TREVISAN, 2011). Existiam divisão sexual do trabalho, opressão, apropriação dos corpos etc, mas ao que parece o binarismo é reforçado e intensificado, inclusive com consequências físicas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O binarismo de gênero é uma construção social e que serve de mecanismo de poder de exploração, apropriação de corpos e opressão de sujeitos. Mas quem são esses sujeitos?

2. Relações Sociais de Sexo como Categoria de Análise

A ativista transexual Lohana Berkins, durante uma entrevista da qual participou no ano 2000, afirmou que

A opressão, desde o ponto de vista das travestis, tem a ver com a idéia [sic] que só se pode ser homem ou mulher no esquema sexo-gênero (que implica que a uma condição biológica corresponda um determinado rol social e um desejo; mulher = mãe = dona de casa). [...] E justamente o travestismo vem produzir uma ruptura. Por que tenho que escolher um dos dois gêneros, como se estes gêneros fossem a panacéia do mundo, um por opressor e a outra por oprimida? (BERKINS, 2000, p. 2).

consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico (p. 63)".



Uma das principais características das travestis é não se enquadrarem no que é tido como feminino (manutenção do pênis e nem sempre utilizam hormônios), e nem no padrão de masculino, por terem elementos dos dois sexos socialmente constituídos presentes. Não são identidades fixas, no plano mais concreto não se enquadram em categorias fechadas (ZAMBONI, 2017), mas propomos o uso de uma categoria que defendemos ser necessária para compreendermos a raiz da opressão das travestis, que acreditamos ser a mesma das mulheres cis e de todos aqueles que portam aquele feminino que os conduz a categoria de pessoas de segunda classe (BENTO, 2014): relações sociais de sexo¹⁵⁵.

Para Kergoat (2010) uma relação social é uma relação antagônica na qual existem dois grupos em disputa. Quando falamos em relações sociais de sexo estamos então falando de uma relação de exploração, apropriação e opressão desempenhada por um sexo sobre o outro, no caso homens explorando mulheres. É importante ter claro que estamos nos debruçando sobre um plano de análise mais abstrato. Quando falamos mulheres não estamos falando de todas e exclusivamente das pessoas que ao nascerem tiveram seus corpos e identidades socialmente atribuídos ao feminino. Estamos falando daquelas que são submetidas ao trabalho doméstico não remunerado tendo de executá-lo como uma espécie de obrigação natural – por portar o feminino, o que não ocorre só com as mulheres cis, mas também com as travestis (FERREIRA, 2014; BRANDÃO, 2016) –; aquelas que são mais comumente

¹⁵⁵ Relações sociais de sexo vêm do feminismo materialista francês, no qual tal categoria é chamada *rapporssociaux de sex*. Tanto *rapporss* quanto *relations* remetem a relações, contudo *relations* refere-se a relações individuais, no plano cotidiano subjetivo; já a expressão *rapporss* remete a relações num sentido macro, mais amplo (CISNE, 2014).



alvo de violência e exploração sexual; aqueles que recebem menores salários em decorrência do gênero (consustancial a isso a questão racial); aqueles que têm sua imagem sempre associada ao ato sexual e são tidos como objeto de prazer; aqueles que são retratados como históricas, imorais, menos objetivas, menos capacitadas, menos inteligentes etc.

Não são meras coincidências que travestis e mulheres cis tenham histórias parecidas, como afirmou anteriormente Lohana Berkins. A construção social dos sexos, isto é, aquilo que tomou aspectos físicos – que, como disse Guillaumin (1994), temos aos montes e muito pouco podem dizer sobre nosso comportamento, identidade, desejo e lugar que podemos ocupar na sociedade – e os utilizou para justificar uma posição social para os sujeitos dividindo-os em dois grupos, pautada numa norma heterossexual, traz efeitos negativos na vida tanto de mulheres cis quanto de travestis. Principalmente porque essa construção não foi realizada de forma ingênua.

Tabet (2005) argumenta que a divisão sexual do trabalho não foi baseada na simples constatação de diferenças físicas entre os sujeitos. Os estudos antropológicos utilizados pela autora apontam que as mulheres, em diversas tribos pelo mundo, não tinham acesso aos instrumentos de trabalho mais avançados (em muitas tribos essa falta de acesso era obrigatória devido à religião da tribo, cujos líderes são homens); trabalhavam por jornadas maiores que os homens; seus trabalhos não eram restritos ao cuidado com os filhos, moradia e alimentação, tendo também de caçar (pequenos animais, pois eram proibidas de caçar animais maiores), coletar, plantar etc.; desempenhavam trabalhos que exigem esforço físico, bem como



ajudavam os companheiros em suas atividades quando os instrumentos por eles utilizados não funcionavam. Além de também desempenharem trabalhos que exigem maior esforço cognitivo. Ao que parece a única razão para não poderem realizar certas atividades na tribo são as normas religiosas e políticas internas, criadas por homens (TABET, 2005).

As travestis no momento atual são submetidas a funções tidas como femininas (prostituição, cabeleireira, cuidado de idosos, faxineira etc.); são comumente tratadas como objeto de prazer pelos homens, são alvo de estupros – desde a infância, o que muitas vezes resulta em fuga da casa da família e, conseqüentemente, vida na rua e prostituição¹⁵⁶ (ANTRA, 2018a; TREVISAN, 2011), nos presídios são forçadas a fazer os trabalhos ditos femininos pelos demais presos (FERREIRA, 2014), entre outras formas de opressão, exploração e apropriação dos corpos, das quais as mulheres também são vítimas e de uma maneira geral, as pessoas que não se enquadram no padrão de masculinidade machista instituído socialmente. A categoria relações sociais de sexo nos serve de alicerce para compreender esse processo, considerando que não toma os sexos como biológicos, mas como produtos sociais, e deixa claro o antagonismo em nível macro¹⁵⁷ existente que coloca as mulheres cis, as travestis e as mulheres e homens trans numa posição de exploradxs,

¹⁵⁶ "A prostituição segue sendo a única alternativa. Nós não podemos falar que escolhemos a prostituição. Poder-se-ia falar de escolha se pudéssemos ter trabalhos comuns. Então sim, eu opto e pode ser tudo tão democrático que se estaria escolhendo a prostituição. Porém não é o caso das travestis, que não têm outra alternativa. E o efeito mais lamentável, mais que a prostituição, é que nós não podemos conceber o travestismo sem a prostituição, nós nos constituímos na prostituição, não para a prostituição e sim na prostituição" (BERKINS, 2000, p. 2).

¹⁵⁷O que implica construção de luta coletiva, pois a transformação radical da sociedade não se atinge exclusivamente por ações individuais e isoladas, mas por meio de luta coletiva (KERGOAT, 2010).



apropriadxs e oprimidxs. Situação que só pode ser superada a partir da luta coletiva (KERGOAT, 2010).

3. Consubstancialidade entre Classe Social, Raça/etnia e Sexo

As relações sociais de sexo não são as únicas que constituem a nossa forma de sociabilidade, e não devem ser tomadas de maneira isolada, ainda que tenham valor expressivo para pensarmos a constituição e manutenção do patriarcado¹⁵⁸. Tomamos aqui as práticas sociais relacionadas a sexo, raça/etnia e classe social como relações sociais por compreendermos que essas categorias se constituem e se reproduzem na forma de conflito entre dois grupos (KERGOAT, 2010), ainda que esse conflito nem sempre seja aparente. Guillaumin (2005) denomina racialização o processo de tomar como naturais diferenças étnicas com a finalidade de garantir exploração/apropriação/opressão sobre um dado grupo étnico; e chama de sexagem a naturalização dos sexos como instrumento para exploração material das mulheres pelos homens, por meio de trabalhos domésticos; cuidado com filhos, idosos, maridos etc; prostituição, dentre outras formas. Assim, o discurso das diferenças naturais serve de “justificativa” para subjugação, exploração do trabalho, não acesso a cargos de poder, desigualdade salarial etc. As travestis compõem um segmento da sociedade que não foi amplamente colocado no centro nas análises de relações sociais de sexo, etnia/raça e classe social.

Os dados expostos anteriormente demonstram um recorte de classe social e de raça/etnia no segmento travesti, contudo, a abstração de

¹⁵⁸ Segundo Rubin (1993, p.6) “introduziu-se o termo ‘patriarcado’ para diferenciar as forças que mantêm o sexismo de outras forças sociais, como o capitalismo”.



determinações componentes da realidade (sexo, classe social, raça/etnia, por exemplo) é um esforço analítico para desvelamento do real, mas no plano mais concreto essas determinações não se encontram separadas, somadas, não se trata de intersecção, ou seja, de determinações individuais que em algum momento se cruzam, mas sim de que

[...] as relações sociais são *consustanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94, grifo da autora).

O que não ocorre de maneira uniforme, e não se pode tomar exclusivamente uma relação social como determinante, como é caso das travestis. Como demonstram os dados apontados anteriormente existe um “recorte de classe” no que tange ao status das categorias travesti e transexual dentro do próprio universo Trans, de modo que às travestis é atribuída a imagem de pobres, promíscuas, prostitutas, mal-educadas, aquelas que não apresentam a imagem mais asséptica e passável das transexuais. Os dados da ANTRA (2018a) demonstram que a maioria das travestis assassinadas são negras, apresentam, em sua maioria, baixo nível de escolaridade. Além disso, não reproduzem um padrão de feminilidade defendido pelas transexuais e influenciado pelo saber médico.

Não apresentar a imagem asséptica e mais passável das transexuais coloca as travestis em condição de maior vulnerabilidade, contudo, as transexuais não estão isentas de violações e exclusão. O saber médico tem defendido a população Trans que o “tratamento” (hormonização,



cirurgias etc.) os colocaria num outro status, e que passariam a ser aceitos e reconhecidos pela sociedade com o sexo com o qual se identificam, contudo, a realidade não é esta. As que vivem da prostituição, por exemplo, após a cirurgia não encontram mais nessa prática uma fonte de renda (considerando que o fetiche sexual com relação às travestis tem na figura feminina com manutenção do pênis seu objeto de desejo), e não necessariamente conseguem se inserir no mercado formal de trabalho. As relações afetivas mais duradouras também não são conquistadas com o processo transexualizador, ainda que muitas transexuais tenham o sonho de se casarem e constituírem família nos padrões monogâmico e conservador¹⁵⁹.

Mesmo quando em relações intersubjetivas uma travesti ou transexual conseguem assumir trabalhos fora da prostituição, ser respeitadas em seu ambiente de trabalho, quando os trabalhos domésticos são divididos igualmente com o companheiro ou companheira, ou quando têm sua identidade respeitada em alguns meios nos quais circula, apesar de representar avanços nas práticas intersubjetivas, não significa que houve transformação no campo das práticas sociais, pois, como afirma Kergoat (2010, p. 95)

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas — que podem dar

¹⁵⁹ Para mais informações a respeito ver documentário *Terças Trans*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k4yJ3ZoxaAg>>. Acesso em 10 mar. 2018.



origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais.

A realidade da maioria esmagadora das travestis não é de igualdade nem mesmo com relação às mulheres cisgênero no acesso ao mercado de trabalho, ainda que as mulheres cis recebam menores salários e sofram assédios sexual e moral também no ambiente de trabalho, consistindo numa das formas objetivas de expressão das relações sociais de sexo. O que demonstra que, de fato, a vida das mulheres cis tem aspectos em comum com a vida das travestis, isso porque ambas estão inseridas (e têm suas identidades construídas) no seio das relações sociais de sexo, raça e classe, numa posição de subalternização, exploração e opressão¹⁶⁰. Daí a necessidade de se apropriar da categoria mulheres, expandindo-a, e construindo luta coletiva, contudo, é fundamental que nas práticas intersubjetivas internas as travestis não sejam também silenciadas (como ocorre de uma maneira geral na sociedade) e possamos ter clara a origem de nossas opressões, de modo a poder combatê-la de maneira mais efetiva.

Considerações Finais

Diante do exposto, defendemos o uso do materialismo histórico-dialético em análises a respeito da questão Trans, considerando a possibilidade de compreender sua realidade a partir do entendimento

¹⁶⁰ O que não significa coloca-las na mera posição de vítimas ou tomar tais relações como unilaterais, pois tanto mulheres cis quanto mulheres trans e travestis criam estratégias de sobrevivência e resistência, difusa ou coletiva. Nosso objetivo é colocar a necessidade de que essas lutas não sejam divorciadas, mas que haja unificação das lutas das mulheres cis e das mulheres trans e travestis, com o cuidado para que essa construção não ocorra de forma a silenciar umas em detrimento de outras.



de que os sexos se construíram historicamente numa relação de antagonismo. Que existe uma exploração material da classe mulheres pela classe homens e que a transformação dessa realidade implica a construção de uma luta coletiva e deve ter como finalidade a supressão dos sexos enquanto construções binárias heteronormativas e fundamentais da exploração/apropriação e opressão patriarcal e capitalista.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2016, a Expectativa de Vida era de 75,8 anos.** 2017. Disponível em:<
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18470-em-2016-expectativa-de-vida-era-de-75-8-anos.html>>. Acesso em 15 mar. 2018.

ANTRA. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017.** 2018a. Disponível em:<
<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvhh3OTAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-23.479046799999967%2C-46.659576899999999&z=8>>. Acesso em 15 mar. 2018.

ANTRA. **Assassinatos de pessoas trans.** Brasília: ANTRA, 2018b.

BARBOSA, Bruno César. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, Ago. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun. 2017.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-Americano em Diversidade e Direitos Humanos**, jun. 2014. Disponível em:< <http://clam.org.br/busca/conteudo.asp?cod=11608>>. Acesso em 15 mar. 2018.



BERKINS, Lohana. Travestida para transgredir. **Revista Socialismo o Barbárie**, n. 3, ano. 1, out. 2000. Entrevista concedida a Clarisa Palapot pela ativista transgênero argentina Lohana Bernkins. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/berkins/2000/10/transgredir.htm>>. Acesso em 15 mar. 2018.

BRANDÃO, Rodrigo Rodrigues de Freitas. **A justiça e as travestis**: uma análise de suas relações na cidade de catalão – GO. In: Os Desafios na efetivação dos Direitos Humanos: A práxis jurídica e a luta dos movimentos sociais. **Revista do Núcleo de Estudos de Direito Alternativo**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/search/authors/view?firstName=Rodrigo&middleName=Rodrigues%20de%20Freitas&lastName=Brand%C3%A3o&affiliation=Universidade%20Federal%20de%20Goi%C3%A1s&country=BR>>. Acesso em 15 mar. 2018.

CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (orgs). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sergio, Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n.14, p. 319-351, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3903658/course/section/960338/Federici%2C%20Silvia%20Caliba%20e%20a%20bruxa_pdf.pdf>. Acesso em 15 mar. 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões** : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.



GUILLAUMIN, Colette. "Enquanto Tivermos Mulheres para nos Darem Filhos" A respeito da raça e do sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 228, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16106/14649>>. Acesso em 22 nov. 2017.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza. In: CURIEL, Ochy FALQUET, Jules. **EL PATRIARCADO AL DESNUDO. Tres feministas materialistas**: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. 1 ed. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. Disponível em:< >. Acesso em 22 nov. 2017.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.86, p.93-103, Mar. 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005>. Acesso em 23 Nov. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy FALQUET, Jules. **El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas**: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. 1 ed. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. Disponível em:<<https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/el-patriarcado-al-desnudo-tres-feministas-materialistas2.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ZAMBONI, Márcio. O barraco das monas na cadeia das coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. In: **Aracê Direitos Humanos em Revista**. nº 5. p. 93-115. Fev. 2017. Disponível em:<



<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135/71>>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PRISIONAL NO INTERIOR DO CENTRO PRISIONAL FEMININO DE CARIACICA/ES

Mariana Chrystello Martins
Mestra em Sociologia Política, Universidade Vila Velha – UVV
marianaminchio@gmail.com

RESUMO: Com a ascensão do Estado penal e o conseqüente aumento da população prisional, no caso do Estado do Espírito Santo e seus últimos governos orientados pelo modelo neoliberal, é possível verificar o surgimento de uma nova classe trabalhadora composta por pessoas encarceradas. A “parceria público-privada” e sua incidência no “trabalho prisional” faz surgir, como faceta do neoliberalismo, o paraíso da precarização do trabalho, traduzido pelo trabalho que ocorre no interior da carceragem. O artigo apresentado resulta de dissertação de mestrado que analisou a atividade laboral desenvolvida por mulheres encarceradas em uma fábrica de sapatos infantis com linha de produção instalada no Centro Prisional Feminino de Cariacica/ES. Busca-se com a presente análise promover um debate acerca dos atuais moldes do trabalho carcerário que vem sendo promovido pelo Governo do Espírito Santo e desenvolvido por uma de suas empresas parceiras, lançando luz sobre um território ainda pouco conhecido que seria a utilização de mão de obra carcerária feminina para compor uma linha de produção que exige habilidades manuais e atenção aos detalhes do produto. Merece destaque no artigo os aspectos empíricos obtidos pela pesquisa de campo, que dá voz a mulheres trabalhadoras em situação de cárcere, rompendo com o silêncio do aprisionamento ao apontar alguns dos reais impactos que a rotina laboral precária da fábrica imprime em suas vidas, em um contexto violador dos direitos humanos das trabalhadoras da fábrica, na medida em que as atividades desenvolvidas por elas escapam ao que se encontra previsto na CLT.

Palavras-chave: Mulheres. Prisão. Trabalho. Fábrica. Precarização.

1. Ponderações Iniciais

O presente artigo apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado em Sociologia Política, da Universidade Vila Velha/ES,



defendida pela autora em 2018, na qual, com a realização de entrevistas semiestruturadas aplicadas a quinze internas, foi analisada a realidade laboral de mulheres encarceradas que compõem a linha de produção de uma fábrica que produz sapatos infantis, instalada nas dependências de um presídio feminino localizado na região metropolitana de Vitória/ES, sob o regime de parceria público-privada.

O objetivo principal da presente análise é promover um debate sobre os atuais moldes do trabalho carcerário que vem sendo desenvolvido por uma empresa parceira do Governo do Estado do Espírito Santo, descrevendo alguns dos reais impactos que a rotina laboral precária da fábrica imprime na vida de mulheres encarceradas e a condição de mercadorias que elas assumem a partir da posição que ocupam diante deste sistema de acumulação de capital.

Relevante destacar inicialmente que de todas as motivações da ênfase do encarceramento como método de punição, a mais importante era a obtenção do lucro, seja no âmbito da produtividade da própria instituição, quanto no sentido amplo em tornar o sistema penal uma parte do programa mercantilista do Estado (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p.103). Todavia, o negócio inicialmente instituído pelas casas de correção abriu o caminho para a introdução do encarceramento como forma regular de punição (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p.104), sendo um fator importante no crescimento da produção capitalista.

O modelo econômico em vigência que orienta o sistema penal no Brasil é o neoliberalismo. Assim, como resultou de desdobramentos dos liberalismos político e econômico inaugurados por pensadores como John Locke e Adam Smith, respectivamente, esse atual formato tributário do livre mercado em vigência no ocidente esteve



intrinsecamente marcado pelo racismo que, no caso brasileiro, encontra-se em operação desde a época do Brasil colônia (FLAUZINA, 2017). A pobreza gerada pelo empreendimento neoliberal é o alvo da vez e, sob a premissa da “ordem pública”, as agências policiais assumem a posição de protetores dos interesses hegemônicos e agem contra os “grupos historicamente marginalizados” (FLAUZINA, 2017, p. 100).

O sistema penal tornou-se um território sagrado dessa nova ordem socioeconômica, promovendo-se uma atualização que, na reflexão trazida genuinamente por Rusche e Kirchheimer (2004), fez com que sobre braços e corpos no mercado de trabalho, na medida em que aumentam os controles violentos sobre as vidas e os corpos daquela parcela da população mais pauperizada (BATISTA, 2012, p. 100). Lida-se assim com o paradoxo da penalidade neoliberal, que de acordo com Wacquant (2011, p.09) pretende remediar com um “mais Estado policial e penitenciário” o “menos Estado econômico e social” que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países ocidentais. E assim, o perecimento do Estado social relacionado ao engrandecimento desenfreado do Estado penal, promove a expansão do sistema carcerário e do setor penitenciário no seio das administrações públicas, fortalecendo a indústria privada carcerária.

Em relação ao Estado do Espírito Santo, é notório o empenho na busca por mais empresários parceiros dispostos a instalar suas fábricas nos presídios estaduais¹⁶¹, em um contexto de instrumentalização da

¹⁶¹ A Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, mantém em sua página institucional (<https://sejus.es.gov.br/>) um convite ao empresariado para que firmem convênios com



atividade laboral enquanto estratégia de “ressocialização”¹⁶². Mas como é possível promover uma suposta “ressocialização” enquanto na prática as condições precárias proporcionadas pelo cárcere brasileiro são de superlotação, rebeliões e chacinas encabeçadas por facções criminosas (BRASIL, 2017)? Isso se deve a estrutura física carcerária do Estado, que inclui espaços para oficinas e galpões de fábricas, e essa convergência de fatores faz com que o Governo busque firmar parcerias público-privadas, incentivando o interesse empresarial para contratação da mão-de-obra carcerária, com anúncios amparados nas diversas vantagens, dentre elas a redução de custos e o ganho de imagem através da responsabilidade social. Em contrapartida, as empresas contribuem com o processo de cumprimento da pena e “ressocialização” dos trabalhadores contratados.

Não se pode olvidar que os sérios problemas penitenciários enfrentados pelo Estado do Espírito Santo em meados de 2006 se deu pela tendência do aprisionamento em massa de negros e pobres, promovido pelo governo Paulo Hartung e sua gestão neoliberal. Diante do escândalo carcerário, notou-se uma oportunidade de lucro em razão das construções das novas unidades carcerárias sem licitação, conforme pontuado por Ribeiro Junior (2012). Destaca-se ainda o fato de que o Espírito Santo foi o Estado que mais investiu recursos próprios de seu tesouro no sistema penitenciário, visando sua modernização na

o setor público e absorvam a mão de obra carcerária através da chamada “Abra as portas da sua empresa para o trabalho de um detento”.

¹⁶² Os termos “ressocialização” e suas derivações, como “reeducação” e “reeducandas”, se encontrarão localizados entre aspas (“ ”), já que vinculam-se a “heranças anacrônicas de uma velha criminologia positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade” (Baratta, 1990, p.03), perspectiva esta que não possui nenhum tipo de aderência ao referencial teórico da pesquisa, mas que continua em pleno uso.



medida em que aplicou quase meio bilhão de reais na construção de novas unidades prisionais em quase uma década (SEJUS/ES, 2015).

Davis e Dent (2003, p.528) utilizam a expressão “Complexo Industrial Carcerário” para tratar da expansão dos novos modelos de aprisionamento desenvolvidos nos Estados Unidos, como a *supermax*, e a sua estreita ligação com a produção de lucros, apropriando-se do termo “indústria da prisão” ao se referir à produção de prisioneiros para garantia de geração de lucros a um número crescente de corporações e em contrapartida se produz as condições de pobreza, com a drenagem dos bens sociais de instituições como escolas, hospitais e moradia, criando assim uma percepção acerca da necessidade de um maior número de prisões.

Fazendo um paralelo entre a expansão do sistema prisional estadunidense e a realidade prisional vivenciada no Estado do Espírito Santo, percebe-se que estamos diante do aperfeiçoamento de um “Complexo Industrial Carcerário” no Estado, com a “indústria da prisão” produzindo em larga escala o aprisionamento de negros e pobres para a produção de lucros às corporações, em um momento em que a tendência das privatizações é real e os passos do Governo do Estado apontam para uma larga formalização de parcerias público-privadas.

É sobre esse pano de fundo que a pesquisa empírica se conduz, evidenciando os atuais contornos do trabalho carcerário que vem sendo desenvolvido por uma empresa parceira com a chancela do Governo do Estado, que movida pelo capitalismo neoliberal, imprime condições degradantes de trabalho, em uma lógica de maximização do lucro, fazendo transbordar a violação de direitos humanos no interior



da carceragem, em razão da condição da mulher presa e a ainda trabalhadora.

2. A precarização do trabalho prisional e a produção de lucro e sofrimento

Segundo Antunes (2001, p.15), mutações no interior do mundo do trabalho vem ocorrendo, diante da crise experimentada pelo capital, destacando o surgimento de um desemprego estrutural, além de “um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas”, que se apresenta como uma das expressões do neoliberalismo e da reestruturação produtiva em uma era de acumulação flexível, sendo tudo voltado “prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital”.

Com a ascensão do Estado penal e, conseqüentemente, aumento da população prisional, no caso do Estado do Espírito Santo, é possível verificar o surgimento de uma nova classe trabalhadora composta por pessoas encarceradas. A “parceria público-privada” e sua incidência no “trabalho prisional” faz surgir, como faceta do neoliberalismo, o paraíso da precarização do trabalho, traduzido pelo trabalho prisional que ocorre no interior da carceragem.

Se por um lado “verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado”, de outro ocorreu “um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado” (ANTUNES, 2001, p.211). Foi a partir dessa possibilidade de precarização



de uma outra condição de proletarização, que a racionalidade mercantil, encontrada sob a forma de neoliberalismo, que emergiu essa mercadoria que é a mulher presa, que, orientada sob a condição de mãe, passou a produzir calçados infantis no interior de uma fábrica localizada em um presídio feminino.

São essas mulheres, em sua maioria, pertencentes aos extratos economicamente desfavorecidos, antes trabalhadoras informais e de renda reduzida, que passaram pelas malhas criminalizantes do sistema de justiça criminal, que hoje são as "funcionárias" da fábrica no interior da carceragem, sendo esse sistema fabril carcerário constantemente retroalimentado.

A maior parte das interlocutoras entrevistadas é oriunda desses extratos sociais relegados, o que pode ser refletido pela baixa escolaridade e pelo exercício de trabalho informal, com poucas exceções. No total de 15 (quinze) entrevistadas, 07 (sete) concluíram o ensino médio na cadeia e 03 (três) ainda estavam cursando o ensino médio na data da pesquisa, ou seja, 10 (dez) das 15 (quinze) interlocutoras não possuíam o ensino médio antes de serem presas. As 03 (três) entrevistadas que ainda frequentavam a escola no ambiente prisional, trabalhavam meio período justamente por este motivo.

Das 05 (cinco) entrevistadas restantes, 01 (uma) possuía apenas o ensino médio antes de ser presa, outras 02 (duas) possuíam nível técnico em enfermagem, sendo que uma delas tinha nível superior incompleto em serviço social, outra possuía nível superior incompleto em pedagogia e ainda foi entrevistada uma interna com nível superior completo em administração.



Quanto às ocupações desempenhadas antes de serem presas, a maior parte declarou ocupações informais e as que desempenhavam atividades laborais formalizadas, apresentavam baixa remuneração. Nesse universo, temos ainda as exceções, sendo que uma entrevistada trabalhava como professora e outra era funcionária pública.

Dentro dos muros do Centro Prisional Feminino de Cariacica é possível detectar a criação – por parte do Governo do Estado e de sua empresa parceira – de uma classe trabalhadora advinda de um segmento social não apenas precarizado, mas, sobretudo, marginalizado. Nos moldes da parceria público-privada a mão-de-obra carcerária é absorvida pela fábrica em sua linha de produção, em todos os processos de montagem e fabricação do produto, até a sua finalização, com a etiquetagem e a embalagem de sapatos infantis. Assim, o produto final sai dali diretamente para distribuição nas lojas.

Essas mulheres que trabalham na linha de produção da fábrica compõem uma classe de trabalhadoras que, mesmo em condições de segregação decorrente do aprisionamento, ainda conseguem produzir mais-valia, participando ativa e diretamente do processo de valorização do capital, sendo que, por motivos diversos (remissão, remuneração, fuga do enclausuramento, busca por autoestima, etc.) vendem a sua força de trabalho em troca de salário.

A rotina diária laboral das mulheres trabalhadoras da fábrica localizada no presídio feminino não tem desvio, inexistindo espaço para qualquer tipo de atraso, folga ou falta. Em relação à remuneração auferida, recebem mensalmente um salário mínimo vigente. Das entrevistadas, apenas três recebiam meio salário, pelo fato de trabalharem meio expediente em decorrência dos estudos que realizavam também no



espaço prisional. No entanto, é importante mencionar que esse salário não contempla nenhuma garantia estabelecida a quaisquer trabalhadores brasileiros pela CLT, já que a relação de trabalho é regulada pela LEP – Lei de Execução Penal, que permite a menor remuneração ao preso, equivalente a até $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo vigente, dispensando-se o recolhimento de impostos, 13º salário, férias e FGTS. Desse salário mínimo recebido destaca-se que os familiares da trabalhadora poderão ter acesso a até dois terços do valor recebido por aquele mês de trabalho, sendo uma parte destinada para uma conta em nome da trabalhadora, a outra parte para uma conta em nome de um de seus familiares e a última parte destina-se a uma poupança que a detenta terá acesso somente após o cumprimento de sua pena. Ainda, avulta-se o fato de que o período de “experiência” no trabalho da fábrica, de 01 (um) mês de serviço, não é remunerado. Ou seja, para conquistar o trabalho na fábrica será necessário trabalhar sem remuneração durante esse período.

O horário de almoço da fábrica ocorre de 12h às 13h. Por vezes o descanso do almoço é desrespeitado, pois o horário da “cadeia” não bate com o horário da fábrica.

Entrevistada 02: “não são respeitados, porque às vezes atrasa para chegar o almoço, aí o horário vai sendo perdido. Já chegamos a ter 15min para almoçar e retornar pra fábrica.”

Entrevistada 04: “o horário da empresa não bate com o horário do presídio. Nós temos que cumprir o horário da empresa, mas tem que esperar a comida chegar. Quando ela chega, já está quase na hora de voltar a trabalhar, aí tem que comer rápido e voltar.”

Entrevistada 08: “sexta não, porque a comida não chega. Chega faltando 15min pra terminar o horário. Eu me sinto mal de ter que engolir a comida.”

Entrevistada 09: “costuma ser respeitado, mas em fechamento de lote, caso necessário, estendemos o horário para depois



fazemos o horário de almoço. A comida corre risco de estragar."

Entrevistada 10: "o almoço não é respeitado não pela empresa. Não vai almoço no horário certo, principalmente sexta, que temos 15min ou 30min de almoço."

Entrevistada 11: "sim, só tem a complicação na sexta, porque sempre atrasa, ai chega 12:15h, ai temos que almoçar correndo, em 15min, pra voltar a trabalhar."

Não existe refeitório ou mesmo mesas improvisadas para almoçarem. Assim que se apossam de suas marmitas, estendem papelões no chão e almoçam por ali, em meio à sujeira da fábrica. O local não mantém higiene, sendo habitado por ratos e insetos, e as costureiras são as únicas que tem a oportunidade de comerem sentadas, já que trabalham em mesas de costura.

Entrevistada 09: "almoçamos no chão, em cima do papelão. Não tem refeitório, inclusive isso é uma coisa que a fábrica deveria melhorar."

Entrevistada 07: "no calor é muito quente, o banheiro é limpo, já até me acostumei com o cheiro. O ruído é bem grande das injetoras. Tem rato."

Entrevistada 10: "Higiene não tem. Refeitório não tem. Eu almoço na mesa de costura da colega. O cheiro da fábrica é forte, pois mexe com produto químico. Fico com um pigarro insuportável quando chego perto da injetora. O barulho é muito alto por causa das injetoras. Mesmo com protetor auditivo, atrapalha. Mesmo colocando veneno, tem ratos e o perigo é a questão da alimentação porque varias pessoas almoçam no chão e tem acumulo de insetos e ratos. É muito anti-higiênico".

Entrevistada 11: "Na hora do almoço, colocamos os papelões e jogamos no chão e almoçamos lá no meio das maquinas. Tem dias que o banheiro fica nojento. O banheiro fica trancado e temos certa dificuldade pra ir ao banheiro. O cheiro dos produtos químicos tem, mas não é forte. Fica mais o cheiro dos sapatinhos que é até gostoso."

Todas as interlocutoras relataram o contato diário com produtos químicos. Foi perguntado a elas se utilizavam Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e a maioria disse usar quando estão nas suas



funções originais, mas sempre são deslocadas, existindo o momento em que ficam expostas aos agentes químicos. A entrevistada 09 disse ainda que elas usam chinelos e não sapatos, sendo “perigoso, pois pode cair uma tesoura no meu pé e cortar porque não estou calçada”. Não existe pagamento de adicional de salubridade, nem controle do tempo de exposição a produtos químicos. Além da jornada de trabalho ser muito cansativa, as trabalhadoras não possuem o direito de sentar.

Entrevistada 02: “como costureira trabalho sentada. Na etiqueta fico em pé, não pode sentar senão ‘roda’ (...) a costureira é mal vista porque fica sentada costurando”

Entrevistada 04: “trabalho sentada na costura, nas outras funções fico em pé. Não pode sentar enquanto a esteira estiver ligada”.

Entrevistada 06: “trabalho em pé. Todo mundo, menos as costureiras. Não pode sentar. Se tiver passando mal, o encarregado dá o atendimento. É tudo muito corrido, não dá tempo.”

Entrevistada 12: “trabalha em pé, não para, não tem tempo pra parar, só se acabar a energia ou na hora do café.”

Entrevistada 13: “trabalho em pé. Fico cansada. Não pode sentar, só no horário do almoço. Eu só peço pra sentar quando estou passando mal, aí a Sra. (nome da encarregada) deixa eu trabalhar sentada.

Interessante que tanto a entrevistada 06, quanto a entrevistada 13 relataram “passar mal” durante o cumprimento da jornada de trabalho. E, de acordo com as suas respostas, quando estão se sentindo mal, podem receber uma espécie de “bônus”, possibilitando que trabalhem sentadas, embora não sejam dispensadas do serviço naquele dia.

O relato geral das interlocutoras é de dificuldade extrema de sair da fábrica para serem atendidas pelo setor de saúde do presídio. Existem, contudo, as que atribuem essa dificuldade ao próprio funcionamento prisional, explicando que a fábrica libera sem problemas. Mas, tem as que afirmam que até para irem ao banheiro é preciso pedir



autorização, colocando o nome em um quadro e esperando a ordem do superior. Isso tudo, porque o trabalho da esteira não pode parar, tendo em vista que comprometeria as metas estabelecidas pela fábrica, já que o foco é a produção e não a saúde daquelas trabalhadoras-presas.

Entrevistada 01: "é difícil, atendimento na saúde é complicado de forma geral. Eu já vi várias trabalhando e precisando de atendimento. Eu não sei onde está o problema no atendimento da saúde, não sei se é na fábrica ou na própria saúde. Eu acho que é na saúde, porque quando eles chamam pra atendimento na fábrica, eles liberam a presa, tanto que eu estou aqui."

Entrevistada 07: "até pra ir no banheiro tem demanda, tem que botar o nome na lista pra poder sair da esteira."

A entrevistada 09, em um contexto de total violação de seus direitos humanos, relatou que por vezes trabalhou sangrando, pois tem problema de hemorragia uterina, mas mesmo solicitando atendimento médico não foi conduzida.

Entrevistada 09: "é uma coisa muito complicada o atendimento da saúde, inclusive eu já tô pedindo atendimento há 30 dias. Eu tenho problema uterino. Estou sangrando há 30 dias sem atendimento. Os atendimentos em geral da fábrica são bem restritos. Somos privadas dos eventos da unidade e de atendimentos com psicóloga, porque não podemos sair. Se saio, bato o ponto e o tempo que estou fora é abonado, não computado."

A rotina dessas trabalhadoras-presas é ditada pelo ritmo da esteira e as suas metas diárias de produção. Necessário a agilidade, atenção e, acima de tudo, concentração no que se está fazendo. Apesar disso, obtiveram-se relatos de que existe uma disputa interna realizada pelas trabalhadoras de cada esteira, acerca de quem vai bater a meta alcançando o primeiro lugar na produtividade da fábrica. Ouviram-se, inclusive, o relato de que muitas dispensam o horário de almoço para



continuarem trabalhando, estimuladas pela competição. A maior parte delas, apesar da exigência do cumprimento das metas, não “tem tempo” de pensar no lucro que a força de trabalho de cada uma delas é capaz de gerar para a empresa.

Entrevistada 03: “a minha esteira tem meta de 500 pares por dia e sempre bate! Há cada 1h são 66 pares. Eu fico preocupada em cumprir a meta, nós ficamos disputando entre as equipes. A gente sabe que a empresa lucra muito, mas a gente não pode fazer nada, nem temos tempo de pensar nisso. Uma vez eu pensei e falei na cela: ‘já pensou o que a empresa tá lucrando com o nosso serviço? E nós? O que vem de benefício pra nós? No meu modo de pensar deveria ter estabelecido um atendimento de emergência, a (funcionária X) já cortou até metade do dedo! Mas apesar do lucro, não me sinto usada, pois é uma coisa que eu gosto de fazer!”

Entrevistada 04: “temos a meta do dia e sempre conseguimos até passar! Eu fico feliz por ter cumprido a meta. Agora a meta é 1.900 pares por dia, se não me engano. Nunca parei pra pensar no que a empresa tá ganhando”.

Entrevistada 05: “eu não tenho metas, eu ajudo a cumprir as metas da empresa. Temos uma cota de meta por máquina de 500 pares. São 2.500 pares por dia na injetora. Vai aumentar a quantidade de máquinas e funcionários na semana que vem. Vai vir muita exportação, muita coisa diferente (...) o sapato é fabricado em dois segundos. Um sapato custa 14 reais pra empresa e é revendido por 22 para o lojista, e esse lojista vende por 45 reais, como por exemplo a C&A. Eu não acho injusto essa questão do lucro. No início eu até pensava, mas considerando que somos reeducandas e um funcionário de fora recebe 65 reais a mais e uma cesta básica. A energia que a fábrica gasta por dia tem capacidade pra abastecer 5 mil casas!”

De todo o contexto violador de direitos, os relatos de recorrentes acidentes de trabalho impressionam, sendo alguns de natureza grave, a demonstrar uma maximização da precarização do trabalho.

Entrevistada 01: “já furei o dedo duas vezes com a agulha. Na primeira vez eu fui na saúde e voltei. Na segunda vez eu só passei um álcool mesmo, mas foi tranquilo, foi mais um susto, foi distração minha nas duas vezes. Dizem que é normal entre as costureiras (...) Já vi acidentes na máquina de fivela. Fez um



furo no dedo de (funcionárias A, B, C, D, E, F)¹⁶³. Agora colocaram dispositivo de segurança. Dizem que é por falta de atenção o acidente. Todas ficaram de atestado e depois voltaram e não foram desligadas. Tem que está lá em outra função até hoje”.

Entrevistada 02: “foi falta de atenção, me acidentei aprendendo a costurar, ai eu costurei o dedo. Fui na saúde, retiraram a agulha que atravessou meu dedo e colocaram um esparadrapo, e ai eu voltei a trabalhar na hora (...) já vi acidente no velcro, a moça deu um ataque de epilepsia e estava com uma tesoura na mão, ai ela ficou se machucando, enfiando a tesoura no rosto, quase perfurou o olho. Levaram ela pra saúde, ela ficou alguns dias de observação e depois voltou a trabalhar”.

Entrevistada 03: “já me acidentei, caiu uma matriz, uma forma de sapato, no meu dedo. Não precisei ficar afastada, retornei no mesmo dia (...) já vi furarem o dedo, cair matriz, ai vai pro atendimento, quando sangra vai pra enfermaria. Não volta no mesmo dia, mas depois volta (...) se você se machucou, você vai ter que faltar, não vai receber porque não está trabalhando em razão do acidente que aconteceu dentro da empresa”.

Entrevistada 04: “sim, me acidentei na máquina de fivela e machuquei meu dedo. Fiquei de atestado por quinze dias, fui atendida pela saúde. Eu recebi porque peguei atestado, só perdi minha remissão.”

Entrevistada 12: “já vi acidente na máquina de fivela. Perdeu metade do dedo e a unha e deu ponto. Eu vi duas assim. Depois de 5 dias voltaram pra trabalhar, mas não voltaram pra mesma função. Não receberam nada, só levaram pra rua pra dar ponto, mas a empresa não arca com nada.

É possível detectar na fala das interlocutoras a internalização e reprodução do discurso da empresa sobre a rotina de acidentes de trabalho vivenciada por todas as trabalhadoras. Elas assumem a total culpa por terem causado o acidente, explicando que se acidentaram em razão da sua própria displicência e/ou falta de atenção. A maior parte das interlocutoras relatou que após sofrerem o acidente, que envolvem a mutilação de parte dos dedos; queda de matrizes (formas

¹⁶³ A interlocutora revelou o nome de seis funcionárias que ela presenciou se acidentando na fábrica, o que a pesquisa cuida de omitir, em razão da não divulgação de dados pessoais.



de sapatos de aproximadamente 30 kg) nos dedos das trabalhadoras; “costurar” o dedo ocasionando um furo e a quebra da agulha que se aloja no dedo; retornam ao trabalho na mesma hora, caso não sejam encaminhadas ao atendimento externo, quando sangram e existe a necessidade de levá-las para receberem ponto na área lesionada.

Conforme explicado por uma das interlocutoras, se a trabalhadora se acidenta, deverá voltar para a cela, sem receber por aqueles dias em que ficou “parada”. A maioria desses acidentes, no entanto, deve ser atribuído a rotina corrida da fábrica, com exigência do cumprimento de metas e mais metas de produção. Se a meta ainda não foi cumprida, aumenta-se o ritmo de rotação das esteiras e as trabalhadoras devem realizar o serviço de forma cada vez mais ágil, caso contrário a esteira roda¹⁶⁴, e é aí que elas acabam se mutilando e se lesionando.

Entrevistada 08: “a máquina de sapatinhos é um perigo. O problema da empresa é a pressa no final do mês. O antigo encarregado era imaturo, agora tá mais tranquilo. Por causa da velocidade das esteiras já costurei o dedo duas vezes. Ai eu fui pra enfermagem, retirei o resto da agulha que ficou na unha e voltei pra trabalhar. São 4 pares com 40 segundos e estava com 30 segundos (...) já vi vários acidentes. Caiu uma matriz na mão da funcionária X. Na máquina de arrebite, na fivela, já vi várias perdendo a tampa do dedo. Fica de atestado e depois volta pra trabalhar.”

As interlocutoras que respondiam que já tinham sofrido algum acidente de trabalho acabavam demonstrando desapego ao seu aspecto físico, sob a lógica de que “se machucou, depois melhora, pois temos que trabalhar”. Desse modo, cada resposta realizada pelas interlocutoras

¹⁶⁴ “Rodar a esteira” é uma expressão comumente usada pelas interlocutoras para designar a situação delas trabalhando e não conseguirem executar o trabalho que está passando naquele momento pela esteira.



passava por um gatilho de tolhimento de direitos, de uma consciência de que não possuem voz, que são incapazes de promoverem reivindicações sobre algum tipo de direito, adotando uma passividade diante de muitas situações violadoras. Talvez pelo medo de perderem o posto de trabalho e conseqüentemente perderem a remissão, o salário, a fuga do enclausuramento, etc., elas submetem seus corpos a essa exposição de riscos à sua saúde física.

Diante do conteúdo empírico da pesquisa, resumido por todos os relatos das interlocutoras entrevistadas, foi possível constatar que o trabalho prisional desenvolvido na fábrica de calçados infantis instalada no Centro Prisional Feminino de Cariacica é desenvolvido em um contexto (i) exaustivo, onde não se pode parar para sentar, ir ao banheiro ou ter atendimento médico, sempre que solicitado; (ii) que não oferece um ambiente limpo, condicionando as trabalhadoras a se alimentarem insalubrememente em meio a sujeira da empresa, sentadas em papelões no chão; (iii) que expõe diariamente as trabalhadoras ao contato e inalação de produtos químicos, sem que recebam nenhum adicional de salubridade e sem verificar minimamente os impactos destes produtos na saúde das trabalhadoras-presas; (iv) que as trabalhadoras são expostas a constantes acidentes de trabalho, sem receberem o devido atendimento médico.

Contudo, mesmo quando indagadas sobre o suposto efeito “ressocializador” do trabalho no espaço prisional, várias foram enfáticas ao afirmar que a atividade laboral exercida por elas ajuda no processo de “ressocialização”.

Entrevistada 03: “sim, porque te incentiva a trabalhar e procurar o melhor”.



Entrevistada 04: "ajuda bastante, eu não sei explicar muito, mas trabalhar aqui me incentivou a querer ganhar o meu sustento honestamente. Quando eu sair não vou mais fazer coisa errada."

Entrevistada 07: "contribui com certeza. Me arrependo amargamente do que fiz, um homicídio eu devo. Com essa cadeia eu aprendi muito. O trabalho ajuda, porque a mente desocupada é oficina do inimigo."

Entrevistada 09: "sim, a gente muda completamente. Sempre trabalhei. Ai você vê o que é receber um salário mínimo e saber que 2/3 dele é muito necessário pra minhas filhas lá fora."

Entrevistada 11: "ajuda algumas pessoas, no meu caso, to usando o trabalho para juntar o dinheiro e poder estudar. No final isso te ajuda a ressocializar."

Também existiram aquelas interlocutoras que reconheceram que o trabalho prisional por elas desenvolvido não colabora para tal finalidade ressocializadora.

Entrevistada 01: "a ressocialização vem do preso e não do trabalho. O objetivo é seu e não da empresa. O objetivo da ressocialização é pessoal. É medir o que você fez. Muitas tem a oportunidade e não querem nada com nada. Não é o local, é você!"

Entrevistada 08: "a conscientização vem de cada um, não é a fábrica que me prepara, porque eu já tenho o costume de trabalhar (...) por muito tempo eu não tive motivação, eu ia trabalhar porque precisava, agora tá melhorando (...) o trabalho ajuda mas não é o suficiente. Tem o arrependimento, a perseverança. A vida se torna uma rotina, como se fosse um mecanismo. Eu prefiro viver pensando no futuro lá fora e não na realidade daqui de dentro."

Entrevistada 14: "não, não tem trabalho de ressocialização ali dentro. Dentro do presídio em geral não tem. Acho que o acompanhamento psicológico é lindo (demonstrou afeição a psicóloga), mas a diretora que me perdoe, não tem ressocialização aqui dentro."

Frisa-se a resposta da entrevistada 10, que afirmou que o trabalho por ela desenvolvido contribui para a sua "ressocialização", pois ela nunca se viu naquela situação, carregando caixas e costurando, resposta que demonstra arrependimento pelo que fez até chegar àquela situação



de encarceramento, revelando de alguma forma que o trabalho em verdade era uma extensão de sua punição.

Entrevistada 10: "contribui pra ressocialização porque nunca me vi nessa situação, nesse tipo de trabalho, então penso no que fiz antes. Podia ser diferente...não precisaria estar presa trabalhando nessa função, carregando caixa, costurando...meus estudos foram todos jogado fora. Olha o que to fazendo agora..."

Diante das condições de trabalho acima narradas, verifica-se que a dinâmica de produção gerada pela fábrica tem como alvo primordial e exclusivo o lucro, mesmo que para o seu alcance seja movimentada uma mecânica de dor, sofrimento, vigilância e desrespeito a todo e qualquer tipo de direito humano da pessoa encarcerada.

Nessa dinâmica de maximização na geração dos lucros, ignoram-se as demandas sensíveis das trabalhadoras que são reduzidas a meras mercadorias enquanto mulheres presas, fazendo com que elas cumpram às ordens hierárquicas, trabalhando muitas vezes com dores ou sangramentos, acidentando-se recorrentes vezes, mutilando seus dedos, mas mesmo assim retornando ao trabalho, onde cada uma das interlocutoras revelou-se como singular fonte de lucro para a empresa, e nada mais.

Além do desrespeito e mutilação aos corpos das trabalhadoras, existe a produção de memória dos filhos, ocasionada pela confecção de um produto destinado ao público infantil, que desperta a memória afetiva. Foi unanimidade entre as entrevistadas mães, o relato precedido de um sorriso tímido a surgir na face de cada uma, de que sempre ficam com o pensamento nos filhos naquele momento em que estão trabalhando.



Isso demonstrou ser um processo cruel de sofrimento causado pelo ambiente de trabalho, uma vez que elas se lembram de quando deixaram os filhos, sobrinhos, netos, etc. e aí vem a consciência de que estão aprisionadas, o que lhes causa muita dor, frustração, saudade e sofrimento exagerado que chega ao choro entre as máquinas, no meio de todo aquele processo de produção. A lembrança dos filhos ainda crianças, o desejo de ter um sapatinho para calçar no filho, tudo isso foi confidenciado pelas trabalhadoras mães, não sendo possível quantificar a exorbitância da carga emocional trazida pela linha de produção da fábrica.

Entrevistada 03: "Lembro a todo momento dele, não só do meu filho, mas dos meus sobrinhos também. Fico feliz por estar fazendo o trabalho, mas triste por não estar com ele e não poder dar a ele o sapato."

Entrevistada 04: "Lembro todos os dias. Eu me sinto triste. Fico pegando o sapato e lembrando quando eles eram pequenininhos. Bate uma tristeza...e muita saudade. Aí eu fico fazendo planos de quando eu sair, tudo vai ser diferente."

Entrevistada 07: "Lembro muito...lembro quando deixei o meu filho com 11 anos".

Entrevistada 14: "Sempre lembro, dos meus filhos, da minha família... 'íxi' ..., já chorei muito naquela fábrica. Eu sei que meus filhos não tem mais idade pra usar esse número, mas lembro muito deles."

Apropriando-se desse sentimento maternal, as interlocutoras relataram o afinho e a doação na construção do produto final perfeito, submetendo-se a um rígido horário em escala de trabalho maximizada, com redução de direitos trabalhistas e anulação de direitos e garantias individuais. Portanto, trabalhar é sinônimo de "fazer uma coisa certa na vida", diante de tantos erros passados que lhes conduziram ao momento do aprisionamento. A entrevistada 01 disse que sua mãe "tem um orgulho imenso" por ela estar trabalhando.



Na linha de produção daquele produto, algumas se envaidecem do fruto de seus esforços quando o produto é finalizado, inclusive operando em suas baixas autoestimas, como no caso da entrevistada 09, que explicou que a prisão “não é um local que te ajuda a colocar pra cima, mas o nome da empresa, o fato do material ser exportado, é um estímulo para você ter uma melhor autoestima, pois sempre é baixa autoestima”. E assim, são várias as justificativas para continuar trabalhando e defendendo a prática do trabalho.

Considerações Finais

O Estado do Espírito Santo e seus últimos governos orientados pelo modelo neoliberal possibilitou que empresariado ampliasse o seu leque de oportunidades de ganhos, disponibilizando-se a instalar suas fábricas nos presídios estaduais, formalizando parcerias público-privadas, na medida em que propagandeia benefícios para todas as partes envolvidas, inclusive ao interno trabalhador. O interior do cárcere, cercado de grandes muros e grades, passou a ser o sinônimo de um silenciamento intencional dos sujeitos ali abrigados, mas a transcrição dos dados da pesquisa foi capaz de dar voz a algumas personagens que, em singeleza de respostas, materializaram a difícil realidade por elas vivida, que ultrapassa as barreiras de uma ótica laboral.

Nesse contexto de privação da liberdade, a encarcerada naturaliza uma realidade cruel e violadora de direitos, que perpassa distintos abusos como não trabalhar sentada, não ir ao banheiro ou receber atendimento médico de forma adequada, alimentar-se em condições insalubres, sentadas em papelões em meio à sujeira da fábrica, que inclusive habita ratos, ficarem expostas diariamente a produtos químicos



fortes, cumprirem uma rotina de trabalho intensa com a imposição de metas nas esteiras, sofrerem constantes acidentes de trabalhos, com a recorrente a mutilação de partes dos dedos, dentro outros apresentados na pesquisa. Assim, em um emaranhado de complexidades vivencias por essas mulheres encarceradas e trabalhadoras, ainda é necessário lidar com as lembranças da maternidade interrompida, pois o produto fabricado é destinado ao público infantil, o que pode ser revelado como outro processo cruel de sofrimento causado pela produção da fábrica.

É necessário realizar uma ponderação sobre essa suposta “boa fama” do sistema prisional capixaba e do trabalho carcerário que vem sendo desenvolvido em estilo fabril por detrás de sua fachada bem construída, pois a constatação empírica por nós encontrada é a de que a empresa parceira busca exclusivamente o lucro e não a “ressocialização” da presa, já que quando sai do presídio ela também sai da fábrica, não sendo incorporada pela empresa, além desta companhia ignorar as demandas sensíveis das trabalhadoras da fábrica, que são reduzidas a mercadorias.

A fábrica investigada funciona desde o final do ano de 2014 e, de acordo com os relatos das interlocutoras, essa realidade já foi pior. O que é pior do que trabalhar com dor e sangramento, exposta a acidentes que ocasionam mutilações de parte de seus dedos? Apesar de todo quadro violador de direitos, não existe nenhum tipo de reivindicação por parte das interlocutoras, pois elas trabalham na condição de “reeducandas”, na medida e que são levadas a crer que erraram e estão naquele local para “pagar” pelos crimes que cometeram, conforme verbalizado por muitas elas.



Em verdade, se instalar empresas privadas no interior de presídios estaduais possui algum propósito “ressocializador”, esse transfigurou-se em exploração da mão-de-obra carcerária em prol do capital privado no presídio feminino de Cariacica, nos moldes da gestão penal neoliberal promovida pelo Estado do Espírito Santo, institucionalizando-se uma precarização do trabalho desenvolvido. Assim, até quando o empresariado parceiro do Estado vai se beneficiar da violência, do aprisionamento e do sofrimento dessas mulheres? A pesquisa desenvolvida penetrou pelos muros da fábrica e da prisão e através da voz dessas mulheres trabalhadoras teve contato com um contexto violador de direitos, que tem que ser conhecido a fundo pelo Governo do Estado, pelo empresariado parceiro e, ainda, pelo Ministério Público Estadual. Em meio a esse cenário de negligência e invisibilidade, o silêncio do aprisionamento e da realidade laboral experimentada por essas mulheres foi interrompido e as suas vozes devem ser ouvidas a cada leitura dos resultados relatados.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. 1990.

Disponível em:

<<http://danielafeli.dominiotemporario.com/doc/ALESSANDRO%20BARATTA%20Ressocializacao%20ou%20controle%20social.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2012.



BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. CPI – sistema carcerário brasileiro [recurso eletrônico]: relatório final. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em:
<bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/31899/cpi_sistema_carcerario.pdf?..>

DAVIS; DENT. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. Estudos feministas, Florianópolis, julho-dez. p.523-531, 2003.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. 2. Ed. Brasília: Brado Negro, 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo. As políticas penitenciárias e de segurança pública no governo Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Causa, 2012.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Tradução Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SEJUS, Governo do Estado do Espírito Santo. Abra as portas da sua empresa para o trabalho de um detento. Disponível em:
<<https://sejus.es.gov.br/abra-as-portas-da-sua-empresa-para-o-trabalho-de-um-detento-2>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SEJUS, Governo do Estado do Espírito Santo. Sejus apresenta Programa de Responsabilidade Social e Ressocialização a empresários do Norte do Estado. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sejus-apresenta-programa-de-responsabilidade-social-e-ressocializacao-a-empresarios-do-norte-do-estado>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SEJUS, Governo do Estado do Espírito Santo. Governo entrega selo de reconhecimento a empresas que empregam detentos. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sejus-apresenta-programa-de-responsabilidade-social-e-ressocializacao-a-empresarios-do-norte-do-estado>>. Acesso em: 26 fev. 2018.



SEJUS, Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Justiça. Informações penitenciárias do Espírito Santo. 2015. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/10/6e84a9b61e4a2da443a685be6b23afd2.pdf>. Acesso em: novembro de 2017.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. 2.ed. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES DESFIADEIRAS DE SIRI DA ILHA DAS CAIEIRAS

Mariana Rébuli Vieira
Mestra em Política Social- UFES
mariana.rebuliv@gmail.com

Paula Gabrielle Nascimento Ricio
Mestranda em Política Social- UFES
paulita.gabi@gmail.com

RESUMO: O presente artigo é um aprofundamento a respeito do recorte de gênero feito no nosso TCC de serviço social da UFES. Neste último, estudamos as experiências de organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras - ES através da metodologia de pesquisa qualitativa, e os aspectos culturais da tradição de desfiar siri se sobressaíram ao recorte de gênero. Assim, buscamos identificar o protagonismo de tais mulheres nas formas de organização e resistência de seu modo de vida. As comunidades pesqueiras têm como característica, a divisão sexual do trabalho, em que, geralmente, aos homens é atribuída a pesca em mar aberto e às mulheres, a pesca aos redores do ambiente doméstico, bem como as tarefas domésticas. Ao analisar essa característica numa perspectiva crítica, porém, ela não pode ser encarada como algo natural, há determinações reais que historicamente constituem as relações de produção e reprodução desse capitalismo patriarcal e reflete na divisão do trabalho entre as comunidades pesqueiras. A divisão do trabalho na Ilha das Caieiras, de modo geral, não diverge da maioria das comunidades pesqueiras, porém, foi possível identificar um protagonismo das mulheres que através da tradição de desfiar siri, têm se organizado de diversas formas e resistido aos processos de aprofundamento de uma modernização tardia em país de capitalismo periférico. É possível, portanto, afirmar que as mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, através de suas formas de organização e resistência tensionam as relações



patriarcais construídas e fazem um contraponto aos espaços de liderança historicamente masculinos.

Palavras Chaves: Mulheres, Organização, Resistência.

INTRODUÇÃO

A Ilha das Caieiras é caracterizada por ter a pesca como principal fonte de renda de seus habitantes, caracterizando-se como uma comunidade pesqueira. As comunidades pesqueiras geralmente têm como atividade principal a pesca e a cata de moluscos. Comumente praticam a pesca artesanal: tecnologia simples, em um contexto familiar ou de vizinhança; os meios de produção pertencem ao pescador e os saberes desta atividade são hereditárias, passados de geração em geração. Isso possibilita a manutenção dos hábitos e costumes da comunidade, e implica uma relação mais coletiva e pessoal.

Sendo a Ilha das Caieiras um bairro que pertence a Região da Grande São Pedro em Vitória -ES cabe caracterizar o processo de formação e urbanização dessa Região. Ainda mais que, esse processo produziu impactos ambientais negativos ao manguezal que contribuíram para a redução do volume de pesca na Ilha.

A política desenvolvimentista de industrialização e modernização do governo de Jones dos Santos Neves, a partir de 1950 (SIQUEIRA, 2010) e mais tarde, a erradicação dos cafezais impulsionaram a ocupação do manguezal. Tal política pretendia transformar a condição periférica do Espírito Santo no mercado nacional e principalmente no interior da região sudeste. Porém, esse objetivo não foi alcançado e produziu consequências tais como intensificação do êxodo rural e formação das



periferias urbanas por meio de ocupações (ausência de planejamento urbano), aumento da desigualdade social e intensificação da concentração de renda nas mãos da elite e etc. Por volta de 1975, essas consequências se aprofundaram com a implementação dos “Grandes Projetos” nas áreas de: siderurgia, paraquímica, turismo, portos, e capital agroindustrial (SIQUEIRA, 2010), pois mesmo diante de um certo aumento do número de postos de trabalho não foi possível empregar todos que demandavam e nem desenvolver uma infraestrutura que garantisse melhores condições de vida para a população.

Nesse contexto houve a ocupação do mangue na região da Grande São Pedro, por volta da década 1970. “Muita gente chegava do interior e ficava encostada nas casas de parentes, morando dez, quinze pessoas num pequeno barraco” (ANDREATTA, 1987, p. 25) e quando a situação se tornava insuportável ocupavam outra região por perto. Assim foram as ocupações de São Pedro I até São Pedro VI.

Com o crescimento industrial e o aumento do marketing de consumo (“The American Way Of Life”), os centros urbanos brasileiros passaram a apresentar um novo problema: os resíduos urbanos, líquidos e sólidos. Na maioria das capitais este problema foi “resolvido” - apenas temporariamente - com o descarte de resíduos líquidos em rios e mares e a criação de zonas de descarte dos resíduos sólidos em áreas do entorno das capitais, ou seja, na periferia (COSTA, 2008, p. 129).

No caso da urbanização da capital do Espírito Santo- Vitória, não foi diferente, a Região da Grande São Pedro foi utilizada para depósito do lixo, assim, a administração pública de Vitória atendeu às reivindicações das lideranças espontâneas, que surgiram nesse processo de ocupação



do manguezal na Região de São Pedro, por pavimentação e ainda deu um destino para o lixo produzido na cidade. A partir de 1978, São Pedro I se tornou um lixão a céu aberto, de onde muitos passaram a retirar seu sustento, catando e vendendo o que era possível.

O lixo depositado ali trouxe vários problemas sociais e ambientais. As condições de vida já eram precárias, e piorou consideravelmente. Desenvolveu-se, na época, vários problemas de saúde, as moradias continuaram sendo palafitas, mas se antes eram em cima do mangue, passaram a ser em cima do lixo.

No que tange ao aspecto ambiental, o depósito do lixo foi determinante para alterar a flora existente no mangue que sofreu muito, por ter sido ocupado por casas, pelo lixo, e pelo despejo de esgoto. Já não era possível pescar a mesma quantidade de peixe e os mariscos estavam sumindo.

[...] como ali foi um manguezal aterrado, eu acho que sacrificou um pouco o nosso meio ambiente aqui. Uma que foi aterrado com lixo, o mar sentiu muito, sentiu demais, aquela lixarada dentro do mangue, até que aquilo fosse aterrado e acabar com aquele lixo. Tanto lá quanto cá, então, na época, foi um desmatamento muito grande na nossa Ilha e é até hoje. O nosso manguezal ele se encurtou, ele se encurtou de mangue pra bairro. Então, acabaram [...] os caranguejos, os cratô, os sururu, as ameixa, eu tirava ameixa aqui quando era criança (BROMÉLIA).

A partir da década de 1980, o país passou por um processo de redemocratização e, também, Reforma Sanitária. Isso abriu precedentes para várias denúncias em relação a situação precária de condição de vida e trabalho. A cata de lixo foi proibida e a prefeitura investiu em uma usina de lixo, ao lado da Ilha das Caieiras.



Com a formação urbana de Vitória, o mercado da Vila Rubim e os restaurantes que foram surgindo passaram a demandar peixes e mariscos- a pesca se tornou uma fonte de renda, um trabalho. Isso acelerou o processo de modernização do modo de vida da comunidade pesqueira da Ilha das Caieiras.

A Ilha já era povoada antes da ocupação e urbanização do manguezal e da Região da Grande São Pedro. E com a crise de super-produção do café, recebeu muitos migrantes e sua população aumentou consideravelmente. Ela se tornou conhecida por canoeiros, que transportavam sacas de café das fazendas da região Serrana pelo Rio Santa Maria com destino ao Porto de Vitória, e utilizava a Ilha das Caieiras como parada para descanso. Entretanto, depois da crise de super-produção do café, muitos canoeiros que antes transportavam sacas de café resolveram trocar esta atividade pela pesca. Quando a produção cafeeira no vale do rio Santa Maria entrou em declínio, na crise dos anos vinte [...] foram diversas as pessoas afetadas pela falta de emprego, que trocaram as terras de Santa Leopoldina pela Ilha das Caieiras. Os canoeiros já tinham conhecimento que, na Ilha, a Fábrica Boa Esperança (fábrica de cal) e a pesca no manguezal ofereciam condições de trabalho e sobrevivência (NEVES apud SOUZA, 2008, p.35).

Rosa era uma das entrevistadas mais velhas, ela relatou um pouco como se dava o modo de vida na Ilha, nesta época em que estava começando a ser tornar mais povoada,

[...] Eu era garota, morava lá no começo. A luz da gente era lamparina, candieiro, [...] porque não tinha luz, não tinha nada. E eu cresci lá, fiquei lá, cresci e me casei lá. Namorava um rapaz daqui mesmo, um pescador, meu marido. Então era (uma) dificuldade, quando ele chegava, pra ir na minha casa



ele ia assoviando, pra saber que ele vinha chegando, ou se não eu via ele pela claridade do cigarro (ROSA).

Rosa recordou com saudade das organizações populares culturais tais como os teatros e as festas religiosas e criticou o fato dessas organizações coletivas não acontecerem mais na Ilha.

A festa era organizada. Tinham aquelas procissões da santa, de dormir na casa das pessoas, fazer aqueles altares, [...] agora não tem mais isso. (A festa de) São Pedro aqui era a coisa mais linda! Era muito barco. Embarcações carregavam São Pedro num barco, ia lá na Praia do Suá, rodava. Mas agora não tem, não tem isso mais. E era muito bonita a tradicional da Ilha. A festa de São Pedro era tradicional. Eram muitas canoas, todo mundo enfeitava suas canoas de bandeirinha, coisa mais linda (ROSA).

[...] Eles faziam as festas, os teatros [...] teatro de pobre, de mãe que tem muito filho, [...] tudo era representação. [...] era muito organizada, no meu tempo de garota, era muito gostoso (ROSA).

Mesmo tendo sido povoada antes da industrialização e urbanização de Vitória, até a década de 1970 o siri não possuía valor comercial, ele era um recurso abundante e importante para subsistência de populações que não conseguiram se inserir no ciclo de industrialização do capital em Vitória e viviam à margem da sociedade capitalista. Quando comparado ao período posterior no qual o siri passou a ser vendido, Rosa rememorou que antes do mesmo se tornar uma mercadoria, “dava até gosto de comer”, as mães e avós tinham a tradição de fazer quitutes caseiros utilizando o siri desfiado (ROSA).

No final da década de 1970 o siri passou a ter valor comercial, se tornando matéria prima dos pratos servidos pelos restaurantes da Vila Rubim. A partir de então acrescentou-se ao desfio de siri o valor de troca e esse desfio se tornou uma mercadoria, um trabalho remunerado, e, por isso, aumentou a quantidade de mulheres que



passaram a sobreviver disso, complementando sua renda, e, por consequência, aumentou também a quantidade de mulheres que repassavam o costume de desfiar aos seus filhos.

Outro elemento que acelerou o processo de modernização da vida na Ilha foi a implementação da Cooperativa Siri na Lata, na década de 1990. Houve mudança de perfil do consumidor que passou a frequentar a comunidade, e divulgação e propaganda da cooperativa na mídia, o que contribuiu para transformação do território da Ilha em território turístico, além de disseminar a necessidade de se produzir o siri desfiado com qualidade e higiene. O capital foi capaz de se apropriar e transformar em mercadoria QUASE¹⁶⁵ tudo que a tradição de desfiar siri é e pode produzir.

Assim, o desafio de siri enquanto trabalho não se constituiu enquanto uma escolha mas como alternativa àqueles tiveram que aprender a desfiar para não morrer de fome, e que ainda hoje dependem da tradição para sobreviver, já que não encontraram formas de se inserir no mercado, devido ao contexto real de crise estrutural do capital em um país de capitalismo periférico.

Durante a pesquisa do trabalho de conclusão de curso (TCC) identificamos que as mulheres desfiadeiras de siri têm desenvolvido formas de organização para resistir à esse processo de modernização do modo de vida e de crise estrutural do capital e que contrariamente, ao que comumente ocorre nas demais comunidades pesqueiras, são

¹⁶⁵ Há, porém, algo no desafio de siri e nas tradições em geral que o capital nunca será capaz de expropriar totalmente: a capacidade humana. É essa capacidade humana - que o tempo todo é, contraditoriamente, expulsa pelo capital - que o mantém vivo e que impossibilita que ele se autonomize totalmente do ser humano. É também ela que permite criar novas formas de vida, para além dessa sociedade histórica.



elas as protagonistas desses processos de organização e resistência na Ilha das Caieiras. Apesar disso ter chamado nossa atenção no TCC, não nos detivemos nesse aspecto. Na oportunidade, esse artigo tem como objetivo: Identificar o protagonismo das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras nas formas de organização e resistência do modo de vida das mesmas.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto pelo presente artigo, fizemos um aprofundamento no recorte de gênero do nosso trabalho de conclusão de curso (TCC¹⁶⁶) de serviço social da UFES. Nesse último, estudamos as experiências de organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri a partir da tradição do desafio de siri. Em função disso, os aspectos culturais dessa tradição se sobressaíram em detrimento aos aspectos relacionados à discussão de gênero.

Nesse sentido, a partir dos resultados obtidos no nosso TCC, problematizamos o protagonismo das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras nas formas de organização e resistência do modo de vida das mesmas, dando ênfase ao debate de gênero.

A fim de desenvolver a pesquisa proposta, adotamos a abordagem de pesquisa qualitativa, tipo mais utilizado na área das ciências sociais pois permite compreender melhor um fenômeno no contexto em que ele ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em sua totalidade. Nesse tipo de pesquisa busca-se entender o fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos relacionados a ele e considerar os pontos de

¹⁶⁶ Que teve como título: "Experiência de organização e resistência das Mulheres Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras".



vista desses sujeitos. Para isso serão coletados e analisados vários tipos de dados. (GODOY, 1995).

Foram realizadas três técnicas de coleta de dados: documental, bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa documental consiste na análise e compreensão de materiais e documentos de natureza diversa, a partir de determinados métodos e técnicas (SILVA; ALMEIDA; GUIDANE, 2009). Foi escolhido este método em função dele proporcionar o estudo de documentos e sujeitos de diversos períodos históricos, atuais ou de um passado recente. Assim, a partir do levantamento de documentos na Secretaria Municipal de Cultura e na própria comunidade, tal como no Museu do Pescador, foi possível ter acesso à história da organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri, bem como à elementos da cultura popular tradicional da comunidade pesqueira da Ilha das Caieiras.

Este período foi determinado por abranger as experiências de organização no período anterior a instituição da cooperativa, durante o funcionamento da cooperativa e após o fechamento da cooperativa, visando assim, entender os contextos históricos de organização e de cultura da comunidade pesqueira nas suas variadas formas e características, e, estabelecer uma correlação entre as particularidades da comunidade tradicional em seu nível micro articuladas à totalidade que ela está inserida em seu nível macro.

Além da pesquisa documental, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que segundo GIL (1994, apud LIMA; MIOTO, 2007), proporciona a aproximação do objeto por fontes bibliográficas, possibilitando um amplo alcance de informações e a utilização de dados dispersos e de inúmeras publicações. Vale salientar que



conforme LIMA e MIOTO (2007, p. 38), a “(...) a pesquisa bibliográfica implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” Desta forma, foram utilizadas palavras chaves, autores e temas específicos a fim de filtrar e selecionar bibliografias que atendessem ao estudo do objeto e alcançasse o objetivo proposto.

Para a realização do TCC, consideramos os temas: Organização Comunitária, Cultura e Comunidade Tradicional como principais para o desenvolvimento da pesquisa. E para um desenvolvimento de tais temas, utilizamos vários autores clássicos e contemporâneos, tais como Karl Marx, Thompson, Raymond Willians, Milton Santos e Harvey.

No presente artigo, em função da ênfase ao recorte de gênero, utilizamos, também, autoras que fazem essa análise com propriedade, contribuindo para o adensamento do debate de gênero em relação às mulheres desafiadoras de siri. Sendo assim, utilizamos autoras tais como Heleieth Saffioti, Mirla Cisne.

A terceira técnica de coleta de dados, consistiu na realização de uma pesquisa de campo, que ocorrerá em conjunto de procedimentos: a entrevista semi-estruturada e o grupo focal.

Segundo Gonçalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Dessa forma, acredita-se que a realização de uma pesquisa de campo, se justificou, pois foi possível estabelecer um contato direto e mais



próximo com as mulheres desfiadeiras de siri, tendo os dados coletados diretamente da fonte, o que possibilitou a rememoração desse processo de organização e de resistência. Neste mesmo sentido, e com esse mesmo objetivo foi utilizada a entrevista semi-estruturada como instrumento de direcionamento no diálogo com as Mulheres Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieira que vivenciaram o processo de constituição da organização e resistência, para identificar elementos da cultura popular tradicional da comunidade. Escolhemos a entrevista semi-estruturada, pois para Triviños (1987, p. 146, citado por MANZINI, s/d) “a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”, o que permite perguntas abertas e fechadas, e ainda, promove maior flexibilidade para eventuais questionamentos que possam surgir no momento da entrevista.

Essa pesquisa foi realizada com sete mulheres envolvidas no processo de organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri na Ilha das Caieiras. Inicialmente, tínhamos o intuito de entrevistar quinze mulheres, entretanto, algumas se recusaram a falar. Buscamos, assim, entrevistar mulheres que integrassem várias gerações: jovens, de meia idade e mais velhas. Assim, apreendemos as diferentes perspectivas de acordo com as diversas gerações de mulheres que participaram da constituição da cooperativa “Siri na Lata”, inaugurada na década de 1990, bem como das mulheres que se envolveram mais recentemente com o trabalho de desfiar siri, entendendo como elas se organizavam, se organizam e resistem.

Outro instrumento utilizado foi o grupo focal. No período da produção do nosso TCC, foram realizados dois grupos focais, organizados pelas



próprias mulheres em busca de reestruturar a organização coletiva na Ilha, grupos esses que nós fomos convidadas a participar. No segundo grupo focal, aproveitamos o grupo reunido e distribuimos palavras-chaves como: tradição, comunidade, organização e resistência para disparar o debate e apreender o que as mulheres desfiadeiras entendiam por cada uma delas.

Após a coleta de dados, os registros obtidos com a pesquisa de campo foram analisados, a fim de utilizar os resultados empíricos para subsidiar a discussão bibliográfica e documental, assim como para descrever o objeto de estudo.

PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

A opressão contra a mulher é um produto histórico. O patriarcado e o racismo se tornaram elementos fundantes do Modo de Produção Capitalista. Isso ocorreu como forma de potencializar a acumulação de riqueza, uma vez que tais modelos possibilitam uma exploração intensificada da força de trabalho daqueles que se encontram sujeitos à opressão. Assim, o processo de subordinação da mulher pelo homem ultrapassou os limites do patriarcado e foi acentuado ao longo do sistema capitalista.

Nessas circunstâncias, a mulher se percebeu enquanto “escrava doméstica” do homem, tendo em vista sua responsabilização “pela satisfação das necessidades dos membros da família por meio de um trabalho não remunerado” (CISNE, 2014, p. 82). Assim, as relações sociais foram marcadas pela divisão sexual do trabalho, em que às



mulheres foi atribuído o trabalho doméstico, enquanto os homens mantiveram seu contato direto com a criação de riqueza.

Engels (1884) corrobora com essa concepção, ao afirmar que, a partir da família monogâmica, as mulheres perderam seu lugar na produção social e se viram submetidas ao poder do homem: “O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução” (ENGELS, 1884, p. 30).

Necessário, aqui, fazermos uma ponderação. Entendemos que, concretamente, a mulher não se distanciou da criação de riqueza social, tendo em vista que esta é responsável pela produção e reprodução da mercadoria mais primordial no capitalismo - a força de trabalho. Ao se responsabilizar pelos trabalhos domésticos, ela colabora para a diminuição do valor da força de trabalho (salário) do homem, já que este não precisa investir tempo ou dinheiro desse aspecto, e então reduz-se o valor da produção e reprodução do trabalhador e de sua família.

No desenvolvimento no patriarcado e apropriação do mesmo pelo capitalismo, portanto, foi criado um mito, o qual determina quais os papéis da mulher na sociedade e quais tarefas ela deve desenvolver ao desempenhar este papel. De acordo com Saffioti (2013), a sociedade se baseia nesse mito e em preconceitos para tentar manter a mulher excluída de algumas algumas tarefas.

Nesse sentido, a mulher é colocada para desenvolver suas atividades na esfera da vida familiar e privada, enquanto os homens se responsabilizam em desempenhar suas atividades no âmbito coletivo,



sustentando economicamente o lar, garantindo o dinheiro e o alimento. Isso se observa claramente, também, em comunidades pesqueiras no Brasil. De acordo com Leitão et al (2009), nessas comunidades o homem é responsável pela pesca e pela organização política do lugar, enquanto as mulheres se encarregam da pesca¹⁶⁷ nos arredores de seus lares, bem como das atividades domésticas. Caracterizando, assim, dupla jornada de trabalho para as mulheres.

Vale ressaltar que a dupla jornada, muitas vezes se transforma em tripla, na medida em que muitas mulheres, além de desfilar o siri e cuidar dos afazeres domésticos, recorrem a outros tipos de trabalho, tais como faxina ou auxiliares na creche, em função da necessidade de complementar ainda mais a renda familiar, pois apenas a renda da pesca não é suficiente para se reproduzirem por dentro da lógica capitalista.

Diante disso, Leitão et al (2009) afirma que “o reconhecimento da atividade das mulheres no trabalho profissional da pesca tem sido observado como um fenômeno relativamente novo” (LEITÃO, 2009, P. 01), pois a Marinha de Guerra, responsável por tutelar as colônias de pescadores, não aceitava que as mulheres pescadoras se cadastrassem como tal. De acordo com a autora, ao longo do tempo as mulheres foram conquistando espaço e hoje possuem o direito ao registro de pescadoras. Entretanto, elas precisam lutar para sobreviver e

¹⁶⁷ Comumente a pesca é considerada uma atividade ligada ao mar e não à terra, por isso a cata dos moluscos e crustáceos que as mulheres pescam não são reconhecidos como pesca (LEITÃO ET AL, 2009). Admitimos neste trabalho, que essa visão foi construída a partir de uma ideologia misógina que desvaloriza o trabalho da mulher. Portanto, entendemos a necessidade de incluir e afirmar a cata de moluscos e crustáceos no que entende-se enquanto pesca.



se tornarem protagonistas em uma profissão estereotipada como masculina.

A partir de então, a mulher pescadora emerge com um papel secundário, de complementaridade à atividade e à renda do marido. Tal surgimento, entretanto, já inicia-se de maneira desigual, e, assim como nos demais espaços sociais, a atividade feminina é desvalorizada.

A complementariedade, que em princípio denotaria interdependência, e, portanto, pressuposto para relações simétricas entre os sexos [...] é tradicionalmente pensada em termo de ascendência dos papéis masculinos sobre os femininos, tidos como acessórios. (MANESHY, 1999, p. 163 apud Leitão et al, 2009, p. 8, grifo nosso)

Este papel desempenhado pela mulher é oriundo de uma divisão social do trabalho que determina que o mar é lugar de homem e posiciona a mulher na terra. Isso faz com que a mulher não se identifique enquanto protagonista na atividade de pesca, permanecendo como invisível dentro do universo pesqueiro.

Apesar disso, entende-se que o desafio de siri confere certa autonomia às mulheres desfiadeiras que passam, por intermédio dessa atividade, a ter renda e diminuir sua dependência ainda que financeira de seus maridos.

Cabe também dizer que Leitão et al (2009, p. 10) destaca que “o trabalho das pescadoras artesanais é bastante desvalorizado no Brasil, tanto pelas questões ligadas ao gênero como pelas de ordem estrutural, de proteção ao trabalho feminino, geração de emprego e renda” e em decorrência desta desvalorização, há uma relativa ausência das mulheres nas decisões das comunidades pesqueiras.



Entretanto, diferente das comunidades pesqueiras em geral, constatou-se, a partir das entrevistas e da participação de grupo focal realizado na Ilha das Caieiras, que as mulheres de lá desempenham um papel fundamental na política da comunidade. Elas afirmam que, diferente da maioria das comunidades pesqueiras, quem frequenta os espaços de deliberação e toma frente das atividades políticas são as mulheres, enquanto os homens preferem ficar em casa ou desempenhando outras atividades.

Porém, segundo as mulheres, a associação de pesca da Ilha não as tem representado, pois não tem se constituído enquanto espaço democrático, mas, sido utilizado para benefício de poucos. No grupo focal foi exposto que há falta de comunicação entre a associação de pescadores e a comunidade porque poucas sabiam de algumas reuniões que a associação tinha feito. Sobre essa desarticulação, Rosa desabafa:

Menina, vou dizer com franqueza. Aqui na Ilha são todos nascidos e criados, mas a comunidade aqui é um pouco fraca. Porque às vezes tem uma reunião e fica vazia, [...] quando eles marcavam na creche, faltava tanta gente que preferia assistir uma novelinha do que ir, não se interessava muito. [...] Mas somos unidos. Todos unidos aqui na Ilha. Tudo conhecido, tudo bacana, vive bem, mas não tem aquela força de requerer uma comunidade, querer alguma coisa (ROSA).

E Bromélia complementa, sinalizando esse benefício para poucos:

Nosso bairro até hoje não tem organização. Eles falam que tem presidente (mas) tem presidente dos pescadores. [...] Agora que a gente tá começando a falar em comunidade. Mas até hoje essa pessoa assumiu a comunidade e não marcou uma reunião com a comunidade, não fez um nada (BROMÉLIA).



Citaram como exemplo as reuniões para negociar a pesca, já que houve em Vitória, a instituição de áreas de preservação permanente onde é proibida a pesca, o que coloca pescadores e pescadoras subordinados a uma vigilância por parte de órgãos ambientais, que os criminalizam. A reserva ambiental do lameirão, berço de procriação de inúmeras espécies marítimas, se localiza na região marítima da Ilha das Caieiras. A comunidade sobrevivente da pesca, porém, não tem como deixar de pescar, o que culmina na instauração de um conflito ambiental.

Numa das últimas reuniões da associação de pescadores, uma empresa de consultoria ambiental (Monã) foi apresentada aos presentes, como contratada da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) para realizar um controle de pesca na comunidade e orientá-los quanto a necessidade de preservar toda biodiversidade do berço do lameirão. Tulipa estava presente e desabafou: "Estudaram a preservação ambiental e a proibição, mas não estudou o estômago das pessoas" (TULIPA).

Percebeu-se que elas não se sentem representadas pela associação, que, segundo elas, tem sido utilizada para benefício da própria diretoria ou de grupo específicos. Reclamaram das relações sociais carregadas de individualismo e afirmaram acreditar que a Ilha das Caieiras não se constitui uma comunidade.

Em contrapartida, foi possível identificar um protagonismo das mulheres que através da tradição de desfiar siri, historicamente, têm se organizado de diversas formas e resistido cotidianamente aos processos de aprofundamento de uma modernização tardia. Considerando os aspectos de tradição, organização e resistência dos moradores da Ilha,



acreditamos que é possível identificar formas tradicionais de sobrevivência, a partir de costumes, laços comunitários, festas populares, transmissão de experiências sociais e de sabedoria comum de geração para geração. E são justamente as mulheres que mantêm essas formas tradicionais, organizando os festivais e garantindo um laço comunitário.

A organização dos festivais¹⁶⁸ de frutos do mar tem sido a experiência de organização mais coletiva que as pescadoras e os pescadores têm se envolvido. Nessas épocas, toda comunidade se envolve na preparação do festival para que o mesmo ocorra da melhor forma, e as mulheres são protagonistas dessa organização. Assim, entende-se que o festival, atualmente, é a maior expressão daquilo que pode ser entendido como libertário na tradição de desfiar siri e por isso, o apontam como aquilo que deve continuar sendo reproduzido na comunidade.

Ah, o que marcou são os festivais. São muito bons, sabe? Nossa, eu chego a ficar emocionada quando falo. Os turistas vindo aqui conhecer a gente, então isso marcou demais minha vida, sabe? É muito bom (GIRASSOL).

Tulipa complementa a fala de Girassol, falando sobre a organização dos festivais.

E quando tem os festivais, a gente já tem as pessoas que trabalham há tempo. (Existe) tipo uma comissão que se reúne e busca também a secretaria de turismo ou a de cultura, a gente procura se organizar (TULIPA).

¹⁶⁸ Geralmente acontecem três festivais durante o ano. O primeiro e mais tradicional é o "Festival de Torta Capixaba" que acontece na semana santa; o segundo é nomeado pelas desfiadeiras de festival fora de época e esse ano aconteceu na semana do aniversário da cidade de Vitória (08 de setembro) e foi nomeado pela prefeitura de "Festival de Frutos do Mar e Torta Capixaba". E por fim, costuma acontecer um no final do ano, na época de festas natalinas e de reveillon.



Entendemos, assim, que os festivais têm sido a forma mais coletiva de resistência das mulheres desfiadeiras de Siri. Alves (2013) assevera que o sentido de resistência em Thompson tem a ver com a tentativa da comunidade inglesa de manter suas tradições e costumes, sua economia moral, diante da obrigatoriedade à modernização imposta pela economia capitalista moderna liberal. Impõe-se portanto, organização e enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que o TCC foi desenvolvido, o protagonismo das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras se concretizava ao organizar os festivais de frutos do mar. Observou-se, também, um protagonismo feminino na medida em que havia, por parte das mulheres, uma tentativa de reorganização política da comunidade, organização essa que historicamente é atribuída aos atores masculinos. Essas formas de protagonismo não alteram estruturalmente o modelo patriarcal, mas problematizam a divisão social do trabalho e questionam a naturalização do machismo.

Portanto, as experiências de organização política comunitária na Ilha, não tem produzido enfrentamento coletivo. Em contraponto, percebe-se que os festivais têm contribuído para que toda a comunidade se reúna para pensá-lo, despertando algum tipo de organização comunitária para concretização dos mesmos.

Em tempos de crise estrutural do capital as resistências individuais e de sobrevivência acabaram se sobressaindo às organizações políticas e coletivas. Porém, cada vez mais se faz necessário repensar as formas de



luta, de organização e de resistência, pois as condições impostas pelo momento histórico atual, são desafiadoras.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Adriana. A. **Ensaio das formas de resistência da história: Crítica do capital e práxis emancipatória**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ. 2013.
- ANDREATTA, G. **Na lama prometida a redenção**. São Paulo: O RECADO, 1987.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- COSTA, S. L. da. **Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória - ES**. (Tese de doutorado). Rio Janeiro: UFRJ. 2008
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1884.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019
- GONÇALVES, E. M. Iniciação à pesquisa científica. 2 ed. Campinas: Alínea.2001.
- LEITÃO, M. R. F. A., LIMA, A. S., FURTADO, G. S. Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1668-2.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018



LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Processos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de janeiro de 2019.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. s/d. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. (2002). **Técnicas de pesquisa: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória. 1950-1980. Vitória: EDUSP, 2010.

SOUZA, Solange M de. **Cooperativa Desfiadeiras de Siri**: a organização e a gestão do conhecimento. Vitória: Editora do autor, 2008.

**ANÁLISE DISCURSIVA DE NOTÍCIAS: IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS
SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NOS JORNAIS O TEMPO E O
GLOBO**



ANAIS

*Encontro Internacional
Engênero III*

Marta Aguiar da Silva
Doutoranda pelo PPGEL/UFES
marta_aguiar20@hotmail.com

Micheline Mattedi Tomazi
Profa. Dra. do PPGEL/UFES
michelinetomazi@gmail.com

RESUMO: Assim como acontece com os homens, as mulheres em situação de rua dificilmente são percebidas pela maioria da população, tornando-se, muitas vezes, "invisíveis". Contudo, elas estão em uma situação de vulnerabilidade maior. Por isso, este trabalho tem por objetivo analisar os principais imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua em notícias dos jornais impressos *O Tempo* e *O Globo*. Principalmente por entender que a mídia é uma fonte de informação sobre o problema social e que pode influenciar, a partir do discurso, o tratamento social dessas pessoas. Utilizamos como base, o arcabouço teórico fornecido por Charaudeau (2007 e 2011), considerando o sentido implícito na configuração verbal. Para falar sobre a mulher em situação de rua utilizamos, sobretudo, Tiene (2004), e para abordar aspectos referentes às relações de gênero nos baseamos ainda em Soihet (1997) e Bourdieu (2002). A metodologia inclui coleta e seleção de sete notícias publicadas nos anos de 2014 e 2015. Os resultados das análises indicam que os imaginários sociodiscursivos da mulher em situação de rua nos jornais *O Tempo* e *O Globo* são relacionados às temáticas da violência, da maternidade, das relações afetivas e do corpo. A maioria dos imaginários são negativos.

Palavras-chave: discurso; gênero; imaginários; mulher em situação de rua.

Considerações iniciais

O problema social da situação de rua é vivido por 101.854 pessoas no Brasil, estima o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), sendo que a maioria dessas pessoas está no Sudeste (49,9%). Ademais, de acordo com a *Pesquisa Censo População de Rua 2013: um direito à cidade*, há menos mulheres em situação de rua do que homens na capital do Rio de Janeiro, 18,2%. Dado semelhante ao de Belo Horizonte, 13,2%, segundo o *Terceiro censo de população em situação de rua e migrantes de Belo Horizonte* (2014).



Entretanto, apesar do número menor de mulheres, elas estão em uma situação de vulnerabilidade maior. Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte (SMPS, 2014),¹⁶⁹ em todos os tipos de violência citados a mulher em situação de rua aparece à frente do homem: violência sexual, violência física, ameaça, preconceito e roubo/furto. Além disso, sofre mais com a violência de civis e outras pessoas em situação de rua, ao contrário dos homens que sofrem mais com os agentes públicos.

A violência é uma constante na vida das mulheres compelidas as ruas, inclusive a que ocorre no ambiente da casa é apontada por Tiene (2004) como um forte motivo para a situação de rua da mulher. Dados do Dossiê Mulher (ISP, 2018) indicam que elas predominam como vítimas de delitos como estupro, ameaça, lesão corporal dolosa e assédio sexual, tendo como prováveis agressores seus companheiros ou pessoas do seu convívio familiar.

Diante dos dados se torna relevante investigar a forma como a mulher em situação de rua é representada pela mídia, que é um dos principais responsáveis por fazer a grande população tomar conhecimento da grave realidade vivida por essas pessoas.

A mídia pode contribuir para a construção e a manutenção de discursos vigentes na sociedade, o que pode influenciar na construção de uma representação em torno delas. Como possui certa credibilidade por parte da população, ela pode construir verdades a respeito do problema social e das mulheres nele envolvidas.

¹⁶⁹ Terceiro censo de população em situação de rua e migrantes de Belo Horizonte realizado em parceria com o Centro de Referência em Drogas da Universidade Federal de Minas Gerais.



Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua em sete notícias publicadas em jornais representativos dos estados do Sudeste, *O Tempo* de Minas Gerais e *O Globo* do Rio de Janeiro. Para isso, utilizamos o arcabouço teórico de Charaudeau (2007 e 2011) sobre os imaginários sociodiscursivos, as contribuições de Tiene (2004) com a pesquisa divulgada no livro *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*, e as discussões promovidas por Soihet (1997) e Bourdieu (2002) ao abordarem diferenças estabelecidas socialmente entre homens e mulheres.

1. Charaudeau: Imaginários sociodiscursivos

O imaginário, segundo Charaudeau (2011), é uma imagem interpretada da realidade. Uma imagem construída em função da posição do sujeito e das condições de produção que provêm o contexto social em que ele se encontra (CHARAUDEAU, 2011, p.194). A partir dessa percepção da realidade, o sujeito constrói representações, que são maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir valor) o mundo, mediante discursos que engendram saberes.

Charaudeau (2011) situa os imaginários na análise do discurso ao falar sobre os saberes, pois considera que os saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, e esse processo passa por uma racionalização discursiva. Por isso, são chamados de “imaginários discursivos” e por circularem no interior de um grupo social são nomeados de “imaginários sociodiscursivos”.



Os imaginários não são todos conscientes; alguns podem ser racionalizados em instituições (escolas, constituições de estados, religiões, justiça, mídia etc.) por meio de discursos-textos. Entretanto, outros imaginários circulam de maneira não consciente na sociedade e são assimilados pelos membros do grupo social de tal modo que funcionam de maneira natural. Esses imaginários podem ser encontrados nos julgamentos implícitos, nas maneiras de falar, nos rituais sociolinguageiros, nos julgamentos de ordem ética/estética, entre outros. Além destes, há imaginários que estão submersos no inconsciente coletivo, porque foram formados ao longo da história, constituindo uma memória coletiva (imaginário coletivo).

1.1. Saberes de conhecimento e saberes de crença

Na perspectiva de Charaudeau (2007), os saberes contribuem para construir sistemas de pensamento. Eles podem ser reagrupados em dois tipos: saberes de conhecimento e saberes de crença.

Os saberes de conhecimento “visam estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo” (CHARAUDEAU, 2011, p. 197). A construção desses saberes é feita a partir de uma razão científica e para isso utiliza instrumentos de visualização e sistemas de medida/cálculo. Trata-se de um sujeito neutro, sem julgamentos, sem subjetividade, impessoal, onde há a possibilidade de verificação do conhecimento.

De acordo com Charaudeau (2007), os saberes de conhecimento podem ser divididos em saber científico ou saber de experiência. O saber científico é da ordem acadêmica que se baseia em procedimentos de observação, experimentação e cálculo e utiliza



ferramentas para visualização, como o microscópio. O saber de experiência não utiliza procedimentos ou instrumentos, logo não há garantias de verificação. A garantia apresentada pode ser a experiência comprovada e que pode ser vivida por outras pessoas.

Já os saberes de crença são baseados em valores procedentes de um juízo, de uma avaliação. Segundo Charaudeau (2007), os saberes de crença podem ser divididos em saber de revelação e saber de opinião.

O saber de revelação pressupõe que haja um lugar de verdade, mas essa não necessita ser provada ou verificada. Os sujeitos aderem por meio de textos e/ou documentos de caráter sagrado que testemunhem uma realidade. É esse saber que faz uso dos valores de referência absolutos, também nomeados de doutrinas.

No saber de opinião não há nenhum discurso de referência absoluta, como os presentes em textos e/ou documentos sagrados. O saber de opinião é o resultado da apropriação por parte de um sujeito sobre um assunto, entretanto ele é tanto pessoal como compartilhado e assim circula em grupos sociais. Logo, a referência é uma voz coletiva onde o sujeito se posiciona. Esse tipo de saber pode ser uma opinião comum, uma opinião relativa e/ou uma opinião coletiva.

A opinião comum é a opinião compartilhada, expressa por meio de provérbios, ditos e declarações. A opinião relativa pode surgir de um sujeito ou de um grupo e o julgamento é circunstancial e situacional. A opinião coletiva é expressa por um grupo com uma formação ideológica sobre outro grupo com uma formação ideológica e posicionamentos diferentes.



Desse modo, saberes de conhecimento e saberes de crença estruturam as representações sociais. Os saberes de conhecimento por construírem representações classificatórias do mundo e os saberes de crença por darem um tratamento baseado em conceito de valor às relações do homem com o mundo.

2. Cidadãs em situação de rua

Entre os principais motivos que submetem pessoas às ruas estão a dependência de álcool e outros tipos de drogas (35,5%), o desemprego (29,8%), e as fragilidades familiares e sociais (29.1%), de acordo com pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (META/MDS, 2008). O terceiro motivo citado na pesquisa pode estar relacionado a uma das razões para a situação de rua das mulheres, a violência doméstica.

Tiene (2004) acredita que ir para as ruas é uma forma de mulheres fugirem e superarem, de diferentes formas, a relação de dominação estabelecida no ambiente privado da casa. A mulher pode preferir ficar na rua porque existem fragilidades familiares, apesar de na rua também encontrar violência.

Além disso, o número inferior de mulheres em situação de rua também pode estar associado as relações de gênero. Tiene (2004) sugere que mais homens estão nas ruas por questões históricas e sociais. A mulher durante muito tempo desempenhou apenas o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com os filhos. Assim como esteve limitada ao espaço físico e social da casa, submissa ao ambiente doméstico.



Outra explicação¹⁷⁰ é a de que “[...] as mulheres possuem uma rede social de suporte maior e estabelecem relações interpessoais mais profundas em comparação com os homens” (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 47). Esse fator pode contribuir para que elas recebam uma maior colaboração de pessoas, o que dificulta a ida para as ruas.

Dessa forma, é possível perceber a relação entre o estudo linguístico-discursivo do problema social da mulher em situação de rua e o estudo do gênero social, pois abordam as relações estabelecidas culturalmente entre homens e mulheres e que a representação tem sido responsável por crenças sobre o feminino e o masculino que prendem tanto mulheres quanto homens em papéis sociais, com o masculino ocupando posição dominante.

3. Análise dos imaginários sociodiscursivos em notícias impressas do *O Tempo* e *O Globo*

Nas análises das notícias dos jornais impressos *O Tempo* e *O Globo* alguns eixos temáticos foram identificados e selecionados a partir da constante presença nos textos, são eles: violência, maternidade, relações afetivas e corpo.

Assim, a primeira temática a partir da qual analisamos os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua é a da violência. Notamos que *O Globo*, quando se trata desse tema, usa mais saberes de crença, principalmente de opinião relativa. Algo esperado porque

¹⁷⁰ Para explicar tal hipótese, as autoras baseiam-se no estudo da história das mulheres, da relação de gêneros, das respostas obtidas por meio de questionário e das conversas estabelecidas com homens e mulheres que frequentavam a Associação Minha Rua Minha Vida (AMRMC), durante o período da pesquisa, na cidade de São Paulo.



tratamos do discurso midiático e este nunca é objetivo. Os resultados encontrados indicam o quanto o jornal se posiciona e dissemina suas opiniões.

O jornal *O Tempo*, ao contrário, apresenta mais saberes de conhecimento porque as notícias têm relatos de testemunhas que viram e vivenciaram os acontecimentos, logo são pessoas que têm conhecimento da situação por meio de experiência. No jornal mineiro as mulheres são representadas como vítimas psicológicas de ameaças e agressões físicas. Como é possível observar no excerto:¹⁷¹ *Pegaram minha comida e minhas cobertas. Ainda disseram que voltariam para pegar mais". [...] denúncia feita pela moradora de rua Elaine Cristina, 35, era compartilhada por outros colegas de calçada.* O imaginário que surge a partir desse relato é o de que as mulheres em situação de rua, são vítimas de violência.

No *O Globo*, do Rio de Janeiro, os imaginários vinculados ao eixo temático ocorrem por meio de saberes de opinião relativa e de saber de experiência, que estão separados, mas ao mesmo tempo imbricados em algumas situações como na referência: *Durante a ação, que não foi acompanhada por assistentes sociais da prefeitura, Shirley ficou descontrolada.* Esse trecho foi retirado da notícia *Prefeitura derruba barraco de papelão no centro* (2015), nela é relatado que uma mulher em situação de rua, Shirley, construiu um barraco de papelão e um banheiro improvisado, no centro da cidade do Rio de Janeiro, o que é enxergado como estranho para o jornal, pois o espaço é considerado nobre e fica perto de um banco.

¹⁷¹ Excerto retirado da notícia *Moradores de rua reclamam de excessos na Savassi* (2014).



Nessa citação há um saber de experiência porque a informação é atribuída aos agentes que acompanharam o caso. O relato sobre o comportamento de Shirley, "descontrolada", indica uma certa histeria que pode fazer parte do relato, mas também da opinião do jornal sobre o comportamento.

A emoção de Shirley poderia ter sido nomeada como nervosa ou indignada, mas o termo usado pode difundir o imaginário de que ela é violenta e por consequência o imaginário de que mulheres em situação de rua são descontroladas. O que contribui para a aprovação da ação por parte do leitor, que é retirar o barraco de Shirley do espaço, porque isso implica também na saída da mulher.

O segundo tema, e o primeiro voltado especificamente para a mulher, é a maternidade, e nesse caso, os saberes se restringem aos de crença. Logo, as discussões se baseiam em opiniões.

O jornal *O Tempo* tem uma abordagem da relação entre mães e filhos do ponto de vista econômico e social. A notícia *Professor denuncia abuso em trato a morador de rua* (2014) apresenta um imaginário sociodiscursivo com o qual muitas pessoas podem concordar, o de que mulheres em situação de rua são incapazes de criar filhos, porque a rua não é local para criar um bebê. Isso é relatado por meio de um saber de opinião coletiva presente no excerto: *Mulheres em situação de rua relataram que tiveram seus filhos tomados na maternidade, após o parto. Autoridades teriam alegado falta de condições para a criação.*

O imaginário que prevalece é o de que mulheres em situação de rua são incapazes de criar filhos. Apesar das autoridades, responsáveis pelo



saber de opinião coletiva, não apresentarem no espaço que foi cedido, solução para o problema.

No jornal *O Globo* a relação entre mães e filhos é apresentada como um laço afetivo, tanto que um dos imaginários é o de que a mãe que está nas ruas e abandona seus filhos é desnaturada, como no excerto¹⁷²: *Shirley contou uma história longa de como foi parar ali. Carioca [...], ela foi morar no Piauí quando se casou, há 20 anos. Lá, teve três filhos. Em março do ano passado, abandonou tudo e voltou para cá, sozinha.*

O imaginário é o de que Shirley é desnaturada por “abandonar” seus filhos. Entretanto, o jornal não relata as circunstâncias que a fizeram mudar de cidade, isso pode gerar o julgamento da mulher por parte do leitor, pois o imaginário sociodiscursivo é o de que mães não deixam seus filhos. Dessa forma, essa mulher sai do padrão. Shirley é representada como mãe, mas não a visão geralmente associada a figura materna o que leva a discussão sobre o impacto social e humano do fenômeno. A imagem da mãe na notícia não se enquadra na visão que é estabelecida pela sociedade. Mães são, socialmente, consideradas boas, amáveis, guerreiras e sob nenhuma circunstância abandonariam seus filhos.

De acordo com Soihet (1997), a imagem da mulher ligada à maternidade é uma construção histórica e social. No final do século XIX e início do século XX, era cobrada da mulher uma rígida disciplina comportamental, muitas vezes imposições com respaldo da ciência. A medicina assegurava como característica feminina, entre outras coisas,

¹⁷² Excerto retirado da notícia *Mulher constrói casa de papelão no coração financeiro da cidade* (2015).



a vocação maternal. Entendemos que a construção histórica influencia a associação não apenas a mãe da notícia, mas todas as mães em situação de rua como ruins e desnaturadas.

As análises a partir do terceiro tema, afetividade, no jornal *O Tempo* indicam imaginários positivos das relações afetivas e do companheirismo, como no trecho: *"Pegaram minha comida e minhas cobertas. Ainda disseram que voltariam para pegar mais". [...] a denúncia feita pela moradora de rua Elaine Cristina, 35, era compartilhada por outros colegas de calçada.*

A ligação apontada no excerto pela união das mulheres na denúncia ocorre também com homens em situação de rua e com animais. Na notícia *Prefeitura desocupa área sob viaduto* (2015), por exemplo, é relatado que o agente da prefeitura para intimidar uma das mulheres e obriga-la a sair do espaço público ocupado ameaça tirar uma cadela da "posse" da mulher.

No jornal *O Globo* os imaginários sociodiscursivos também podem ser considerados positivos, como no trecho¹⁷³: *Ela me pediu um copo d'água, e eu dei, com um sanduíche. Ali começamos uma amizade. [...] eu e minha família amamos a Jéssica. Ela é minha amiga, uma pessoa boa e desejo muito que ela consiga se recuperar.*

Os imaginários positivos sobre essa temática indicam que para a imagem da mulher em situação de rua ser bem representada tem que se encaixar nos imaginários de bondade, de amizade e de companheirismo. Esses imaginários podem ser vinculados ao que

¹⁷³ Trecho retirado da notícia *Uma chance de ter de volta a filha de um ano e a própria vida* (2014).



Bourdieu (2002) nomeia como divisão entre os sexos. Características como fragilidade, afetividade, delicadeza são entendidas como naturalmente femininas. Isso, de acordo com o autor, está incorporado ao corpo, aos hábitos, ao pensamento e as ações.

Bourdieu (2002) ressalta que a divisão entre os sexos foi criada socialmente, mas é reconhecida como legítima. Características entendidas como masculinas (força, virilidade, entre outras) são consideradas naturalmente superiores àquelas destinadas a mulher (fraca, frágil, delicada, afetuosa, reprodutora etc.).

O último tema a partir do qual são analisados os imaginários sociodiscursivos é o corpo. Esse aparece de forma acentuada apenas nas notícias do *O Globo*. No jornal do Rio de Janeiro o corpo é motivo de admiração, principalmente nas notícias sobre a “mendigata”. Uma mulher em situação de rua, chamada Jéssica, que foi amparada por pessoas do bairro onde estava, além disso recebeu ajuda de uma clínica de reabilitação após a primeira notícia¹⁷⁴ que contou a sua história.

Nas notícias sobre Jéssica percebemos que houve um investimento da mídia para resgatar essa pessoa especificamente. Isso significa que ocorreu uma valorização da mulher apenas pelos seus atributos físicos. As outras, do jornal *O Tempo* e até mesmo das citadas em notícias do jornal *O Globo*, não tiveram o mesmo espaço.

Todos os imaginários sobre a “mendigata” são suscitados a partir de saberes de crença, como no excerto: *Com 1,74m, 55 quilos, olhos castanhos claros, rosto delicado e cabelos ruivos até a altura do ombro,*

¹⁷⁴ Notícia *Mendigata atrai atenção de pedestres no centro* (2014).



Jéssica, com sua beleza, chama a atenção dos pedestres do bairro, que a apelidaram de “mendigata” e “Gisele Bündchen”. A beleza é um conceito relativo que varia de padrão de acordo com a cultura e a sociedade em que o indivíduo está inserido. Logo, entendemos que as opiniões sobre Jéssica são baseadas em um saber de opinião relativa. Contudo, o imaginário é o de que Jéssica é bela, não as mulheres em situação de rua.

4. Considerações finais

Observamos nesse trabalho como é possível construir imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação, a partir das análises das notícias publicadas em jornais representativos dos estados do Sudeste, *O Tempo* de Minas Gerais e *O Globo* do Rio de Janeiro.

Frente aos resultados das análises, é possível concluir que os imaginários sociodiscursivos associados às mulheres em situação de rua estão relacionados às temáticas: violência, maternidade, relações afetivas e corpo.

Os imaginários vinculados ao tema da violência em sua maioria são negativos, porque a violência contra e praticada por pessoas em situação de rua está associada à pobreza e à sujeira. Algo semelhante acontece com os imaginários vinculados ao tema da maternidade, a maioria são negativos por causa da cobrança em cima das mulheres a partir de qualidades que a sociedade espera que uma mãe possua.

Quanto aos imaginários das relações afetivas são positivos, porque quando relacionados a mulher nas notícias estão também associados à fragilidade. Uma característica entendida socialmente como inerente a



mulher. Por fim, os imaginários presentes nas notícias do jornal *O Globo* sobre o corpo, “atraente” e “bela”, dificilmente são associados às mulheres em situação de rua.

Entendemos que os imaginários sociodiscursivos negativos podem contribuir para que o problema social continue a ser enxergado com naturalidade. Principalmente ao perceber que nas notícias é esperado das mulheres em situação de rua um comportamento semelhante ao que é cobrado da mulher no espaço privado.

Ademais, é perceptível a forma como a imprensa ignora ou aborda pouco as causas do problema social e da violência que essas mulheres sofrem. Desse modo, os imaginários podem fazer com que a sociedade não cobre do poder público providências para garantir os direitos dessas pessoas.

Referências bibliográficas

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org). *Dossiê mulher 2018*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2018.

BRASIL. Decreto nº 753, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CANDIDA, Simone. Prefeitura derruba barraco de papelão no Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 4 abr. 2015.



CHARAUDEAU, Patrick. Lesstéréotypes, c'estbien. Les imaginaires, c'estmieux. In: BOYER, Henri. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. L'Harmattan: Paris, 2007. p. 23-28. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Lesstereotypes-c-est-bien-Les,120.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

_____. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011. p. 187-208.

FERREIRA, Bárbara. Prefeitura desocupa área sob viaduto. *O Tempo*, Belo Horizonte, p. 30, 17 jan. 2014.

FERREIRA, Bárbara. Professor denuncia abuso em trato a morador de rua. *O Tempo*, Belo Horizonte, p. 26, 30 maio. 2014.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; REIS, Tiy Albuquerque Maranhão dos. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 11, n.1, p. 38 – 53, jan./jun. 2003.

META Instituto de Pesquisa de Opinião; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Abril de 2008.

MOREIRA, Marco. 'Mendigata' atrai atenções de pedestres no Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 19 out 2014.

MOREIRA, Marco. Uma chance de ter de volta a filha de 1 ano e a própria vida. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 6, 24 out 2014.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 2246, p. 1-36, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 20 Dez. 2018.

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS). *Pesquisa Censo População de Rua 2013: um direito à cidade*.



Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4607334>.

Publicado em: 18.02.2014. Acesso em: 22.02.2016

Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte (SMPS). *Terceiro censo de população em situação de rua e migrantes de Belo Horizonte*. Disponível em:

portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=154144&pldPlc=&app=salanoticias. Publicado em: 30.04.2014. Acesso em: 20.07.2015.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-430.

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas: Editora Alinea, 2004.

VIEGAS, Fernanda; CAZETTA, Jhonny. Moradores de rua reclamam de excessos na Savassi. *O Tempo*, Belo Horizonte, p. 25, 12 jun. 2014.

WERNECK, Antônio. Mulher constrói casa de papelão no coração financeiro da cidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 3 abr. 2015.

IDENTIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: A POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DA REVISTA CAPIXABA (1967-1971)

Mirela Marin Morgante
mmmorgante@gmail.com

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
lalapelegrine@gmail.com

*Doutorandas em História Social das Relações Políticas
Membres do Laboratório de Estudos em Gênero, Poder e Violência
Universidade Federal do Espírito Santo*



RESUMO: A partir da década de 1960, a cidade de Vitória iniciou um processo de modernização caracterizado pelo avanço industrial e urbano acelerados, pela expansão na estrutura portuária e de transportes e pela ampliação da construção urbana. Sob a égide da ditadura militar instaurada em 1964, o governo capixaba de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) acompanhava o projeto nacional de modernização urbana, levando adiante uma política de representação de gênero condizente com os ideais de "ordem" e "progresso" do Estado militar e da sociedade capixaba. Para tanto, os padrões essencialistas das identidades de gênero, segundo as quais as mulheres são associadas ao âmbito privado, do cuidado da família, da passividade e do recato sexual, e os homens relacionados à esfera pública, do provimento familiar, da racionalidade e da atividade sexual, eram produzidos pelos meios de comunicação estaduais, com destaque para a Revista Capixaba, um dos principais periódicos de Vitória (ES) e que existiu somente durante o período de governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971). Por meio da análise de discurso da Revista Capixaba, o presente artigo demonstra como os ideais de representação do feminino e do masculino eram construídos em conformidade com os novos padrões de consumo e de comportamento social. O objetivo é analisar como as representações presentes na linha editorial da Revista promoviam a violência simbólica contra a população feminina, na medida em que incutiam um modelo de identidade pautado na submissão, na passividade, no recato e na exploração das mulheres.

Palavras-chave: identidade de gênero; violência simbólica; política de representação

Nos anos de 1960, a cidade de Vitória (ES) vivia uma dinâmica de modernização, caracterizada pelo aumento populacional, pela expansão da construção urbana, pela criação de infraestrutura energética e de transportes, pela industrialização e pela intensificação das atividades comerciais e portuárias. No âmbito nacional, a ditadura militar (1964-1985) incentivava a industrialização do país via capital estrangeiro, e investia na produção discursiva dos ideais de "ordem" e "progresso" para nortear o processo de modernização brasileiro, que abrangia as esferas da economia, da política, da geografia, da sociedade e da cultura. O governo do Espírito Santo seguia o modelo de progresso imposto pela política federal, e promovia o desenvolvimento industrial e urbano do estado e da capital, acompanhados da formatação de discursos e práticas sociais



consonantes com os ideais do Estado militar (SIQUEIRA, 2010; DUARTE, 2014).

Ana Rita Fonteles Duarte (2014) explica que o governo militar criou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com o intuito de unificar as práticas Estatais nas mais diversas esferas da vida em sociedade, abrangendo a política, a economia, o âmbito psicossocial e militar. A ideia era atuar juntamente com as instituições sociais, como a família, a escola, a mídia, a Igreja e mesmo as empresas, para promover uma mobilização psicossocial visando estruturar e legitimar as ações de normatização comportamental do governo militar. Os valores tradicionais de identidade de gênero, de família, de educação e de propriedade, eram os parâmetros basilares da Doutrina e norteavam as práticas reguladoras junto às instituições civis. Nesse sentido, a família nuclear composta pela esposa recatada, passiva, cuidadora e bela e pelo marido, ativo e provedor econômico da unidade doméstica, além dos filhos bem-educados, era o parâmetro a partir do qual a DSN construía o modelo de identidade de gênero da sociedade brasileira (DUARTE, 2014).

Com uma atuação que abrangia o conjunto de práticas e de discursos disseminados por todas as esferas da vida em sociedade, o poder público levava adiante sua política de representação pautada na construção de normas de identidades de gênero essencialistas e binárias, dentro da lógica patriarcal. Conforme Judith Butler (2016), a política de representação constrói uma imagem de feminilidade e de masculinidade visando criar a identificação dos sujeitos aos ideais de gênero produzidos por ela mesma. Para a autora, a categoria gênero é produzida, assim, como unidade estática, coerente e em oposição



binária, com um caráter "natural" e "verdadeiro", de maneira que o ideal de comportamento feminino é colocado como oposto ao gênero masculino. Mas, as mulheres e os homens reais nunca podem incorporar plenamente as identidades de gênero construídas como "verdadeiras" pela política de representação, evidenciando que gênero é, de fato, uma ficção reguladora, impossível de ser plenamente incorporada pelos sujeitos, constituindo-se como parte da estratégia que visa ocultar e naturalizar o caráter performativo do gênero (BUTLER, 2016).

De acordo com Butler (2016), as identidades de gênero são produtos de normas de inteligibilidade construídas pelos sistemas jurídicos de poder e estão inscritas nos corpos e nas ações rotineiras dos sujeitos na forma das *performances* assumidas. As estruturas discursivas e as práticas sociais de determinada política representacional, produzem e naturalizam as categorias de identidade por meio de relações de inteligibilidade entre sexo, gênero e desejo, de maneira a constituir um modelo identitário coerente e de fácil compreensão. Nesse sentido, o sexo feminino, entendido enquanto a biologia corporal das mulheres, pressupõe o gênero feminino, visto como o comportamento social correspondente ao sexo, que, por seu turno, é voltado para o desejo heterossexual, para os homens. Esta é a construção de inteligibilidade causal impressa nas representações de gênero, que tem como objetivo esconder seu caráter ficcional e normativo, dando a aparência de natureza e de coerência. Os discursos e as práticas da política de representação de gênero constituem, dessa forma, atos e gestos repetidos de diferenciação binária entre feminino e masculino, são as *performances* de gênero assumidas pelos sujeitos sociais (BUTLER, 2016).



Na década de 1960, no Brasil, a política representacional de gênero era levada a cabo pelos interesses de poder da ditadura militar, como fica demonstra a DSN. Levando adiante uma dinâmica de modernização pautada no crescimento das multinacionais, que tinha como país de referência os Estados Unidos, a política representacional brasileira procurava incutir na população estilos de vida e normas identitárias condizentes com a utilização de produtos recentemente lançados no mercado consumidor nacional. Tânia Regina de Luca (2013) explica que as indústrias financiavam propagandas no cinema, nas rádios, nos canais televisivos, nos jornais e nas revistas, mostrando as benéficas de manter relações sociais pautadas pelo consumo de vestimentas, acessórios, bebidas, carros, móveis, imóveis, máquinas de lavar, torradeiras e cafeteiras, de última geração e na moda. Dentre as diversas instituições sociais em que os discursos de poder se faziam presentes, os meios de comunicação tinham grande destaque, pois eram imprescindíveis na produção e na legitimação das identidades de gênero e da lógica de consumo consonante com o modelo de desenvolvimento via capital estrangeiro.

Nessa perspectiva, os periódicos brasileiros voltados para as mulheres se inspiravam nas revistas estadunidenses, abordando assuntos relacionados ao lar, à beleza, ao amor, e depois, nos anos de 1970, também tratando de profissão e sexo (LUCA, 2013). Na mesma medida em que uma diversidade de produtos era apresentada como ideal de consumo, as identidades de gênero eram produzidas mantendo a inteligibilidade fictícia que pressupõe o comportamento passivo e recatado para o sexo biológico feminino, em oposição à atividade e a virilidade masculina, além da heterossexualidade compulsória para



ambos. Os discursos de poder dos meios de comunicação produziam representações de gênero em consonância com os novos produtos ofertados no comércio, acompanhando o crescimento das indústrias e do mercado consumidor. Com isso, o modelo de felicidade feminina se associava com o consumo das vestimentas da moda, de produtos domésticos, e de uma gama de artigos voltados para o embelezamento e a saúde, enquanto o ideal de comportamento dos homens estava relacionado ao consumo de carros, de vestimentas da moda masculina, de produtos tecnológicos e outros artigos que contribuíssem para seu futuro profissional.

No Espírito Santo não era diferente, a mídia era um dos principais veículos de produção discursiva das identidades de gênero dentro dos moldes do consumismo estadunidense e dos ideais da ditadura militar. Para Carlos Teixeira Campos Júnior (2005), particularmente durante o governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), houve um processo de urbanização e industrialização acelerados, marcado pela expansão das atividades portuárias e comerciais, e da ampliação da infraestrutura energética e de transportes, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Com isso, as representações e as práticas sociais produziam as imagens essencialistas de gênero nos diversos meios de comunicação estaduais, acompanhando a dinâmica modernizadora. A Revista Capixaba, lançada em 1967 e com publicação mensal até o ano de 1971, merece destaque enquanto produção discursiva da política representacional da administração de Christiano Dias Lopes Filho, na medida em que existiu tão somente



durante o período do seu governo e estava sujeita à lei da censura¹⁷⁵, como toda a produção midiática da época, veiculando apenas conteúdos previamente autorizados pelo governo militar.

Por meio da análise de discurso da Revista Capixaba (1967-1971), pretende-se demonstrar a construção das imagens de feminilidade de sua linha editorial, enquanto constitutiva da política de representação de gênero do governo capixaba, que produzia identidades de gênero fictícias e essencialistas, consonantes com os discursos de poder do Estado militar. Entendendo discurso enquanto um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, Michel Foucault (1972) propõe o conceito de práticas discursivas para evidenciar o caráter de fabricação e da possibilidade do dizer, presentes nos enunciados discursivos. O autor explica que os enunciados pertencem a uma ordem do discurso que limita o que pode ser dito dentro de um conjunto de regras pré-estabelecidas, que estão em conformidade com as disputas de poder, de forma a fabricar discursos do saber enquanto "verdades absolutas". Nesse sentido, a análise de discurso examina os enunciados como regulados por uma ordem do dizível, definida pelas lutas de poder, de maneira que cabe compreender a história e as relações de poder presentes no discurso. Para Helena H. Nagamine Brandão (2004), a análise de discurso foucaultiana consistirá, assim, na descrição nos enunciados que compõe a formação discursiva e do exame da história descontínua que constrói uma posição do sujeito discursivo, ou seja, a história das relações de poder que configuram o dizível.

¹⁷⁵ Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Conforme a lei, todos os meios de comunicação deviam passar pela inspeção dos agentes autorizados pelo Estado, para serem previamente autorizados antes de sua veiculação (BRASIL, 1968).



A partir disso, o objetivo é problematizar a violência simbólica das representações de gênero presentes na a Revista, haja vista a produção discursiva de um modelo de identidade pautado na submissão, na passividade, no recato e na dominação das mulheres. Pierre Bourdieu (2010) explica que a dominação masculina impõe a submissão por meio da violência simbólica, pelas vias da comunicação e do conhecimento, e mesmo do desconhecimento e do sentimento, que muitas vezes é invisível para as próprias vítimas. Os discursos presentes nos meios de comunicação, em conformidade com os princípios da dominação masculina, são incorporados nos corpos e nos *habitus* dos agentes, são sistemas de percepção, de pensamento e de ação, constituindo-se em violência simbólica. Compreendendo o conceito de violência simbólica como a incorporação no corpo e nos *habitus* dos sujeitos, dos discursos condizentes com a dominação masculina, é possível entender como as identidades de gênero construídas como essências binárias naturalizadas, afetam diretamente as mulheres, de forma, inclusive, agressiva.

Análise de discurso da Revista Capixaba (1967-1971)

A Revista Capixaba era uma das mais importantes do estado e foi lançada em 1967, em meio a uma pomposa festa que reuniu políticos, empresários e personalidades da alta sociedade vitorense (FRANÇA, et.al., 2005). Embora a redação da revista fosse sediada em Vitória, a produção ficava no Rio de Janeiro, sob a direção e edição geral de Álvaro Pacheco. Segundo Ceciana França (et. al. 2005), no dia de seu lançamento a Revista Capixaba vendeu dois mil exemplares em questão de duas horas, evidenciando sua importância representacional



no estado. O conteúdo se voltava para a cobertura de eventos da alta sociedade capixaba – como festas de casamento e posses de políticos –, para as últimas tendências na moda, receitas de bolo, moldes de roupas e outros assuntos que se pretendiam voltados para o público feminino, além de matérias e artigos políticos que mostravam os avanços econômicos, tecnológicos e paisagísticos do governo militar, sem deixar de abordar questionamentos e orientações sobre os comportamentos “modernizantes” da juventude brasileira.

Seguindo uma linha editorial que mostrava as benéficas da modernização econômica via capital estrangeiro e vangloriava os feitos do governo ditatorial, uma das grandes preocupações da Revista Capixaba era fortalecer o ideal de comportamento feminino diante das modificações sociais e culturais. Dentre conteúdos tão diversos, a reportagem "Mulher=Homem: misoginia é o resultado", publicada em fevereiro de 1968, evidencia a opinião científica do psiquiatra americano Prof. Ralph Broeson, e romanesca do literata francês, Pierre Bourgeade, para mostrar que a entrada das mulheres no mercado formal de trabalho era responsável pela aversão dos homens a elas, e, pelo casamento. Conforme o enunciado, as mulheres modernas estavam se masculinizando pois passaram a trabalhar fora de casa, a usar calças e a fumar, como os homens. Eram independentes e não tinham mais aquela *coqueteria* que encantava o universo masculino. Deixaram de esperar pelo príncipe encantado, o que seria bastante agradável para os “solteirões” à procura de esposas e mesmo para os maridos. A matéria culpabilizava as mulheres pela falta de interesse masculino, dizendo que o comportamento feminino “moderno”



provocava a aversão dos homens a elas. Diante das “mulheres modernas”, nada mais natural que a misoginia masculina.

O enunciado foi construído por meio dos parâmetros de objetividade científica dos discursos de poder, dando o caráter de "verdade absoluta", que, por sua vez, produz a inteligibilidade da identidade de gênero. Em uma lógica causal que associa sexo, gênero e desejo heterossexual, a reportagem coloca como uma anomalia o comportamento feminino que foge a regra da mulher submissa e dependente. Tal anormalidade, era vista como responsável pela desestruturação da identidade de gênero de mulheres e de homens, na medida em que acabava por provocar a falta de desejo e mesmo o desprezo dos homens por elas, pelo casamento e, assim, por toda formação familiar a partir da qual se sustenta a sociedade. Essencial para o "progresso" econômico e social do Brasil, a instituição familiar dependia da incorporação das identidades de gênero pelos sujeitos sociais, daí a importância política de representação atuando diretamente na Revista Capixaba, como forma de modular os comportamentos sociais.

Contudo, para além do poder disciplinar da política representacional capixaba, a matéria "Mulher=Homem: misoginia é o resultado" permite observar os conflitos de poder e o caráter fictício das identidades femininas e masculinas. Isso porque, procurando reafirmar o ideal de identidade de gênero, o discurso mostra outras forças que pretensamente estão influenciando os comportamentos sociais, contrapondo-as às normas de inteligibilidade de gênero vistas como naturais. A modernização dos costumes e dos hábitos da população, que acompanha a dinâmica de industrialização e urbanização do



estado, é apresentada como um perigo e uma ameaça, capaz de desestruturar a família e a ordem social, evidenciando os conflitos de poder da sociedade capixaba. A lógica de consumo acompanhava, ao mesmo tempo em que ultrapassava, os valores tradicionais de gênero, perpetuando e desafiando as normas de inteligibilidade da política representacional. Na mesma medida, a reportagem mostra que muitas mulheres capixabas não estavam dentro do modelo binário da identidade de gênero apresentada como ideal, o que permite constatar a ficção reguladora da política de representação, que nunca é plenamente incorporada pelos sujeitos sociais, apenas enquanto algumas *performances* assumidas.

O discurso presente na Revista Capixaba é construído a partir da concepção de que, se de um lado, as mulheres estavam se libertando, usando vestimentas mais modernas e arrojadas, em espaços de lazer onde pudessem exibir sua beleza e jovialidade, de outro, corriam sérios riscos de perder o casamento "tão esperado" e de exercer a maternidade "tão sonhada". Por isso, a Revista insistia que o matrimônio era um "bom negócio", como afirmava uma matéria publicada em junho de 1969, "Casar é bom negócio". A reportagem procurava convencer mulheres e homens de que ainda valia a pena se casar. Para as mulheres era a oportunidade de encontrar a estabilidade financeira propiciada pelo trabalho do marido – pois, dificilmente conquistada apenas com os recursos adquiridos pelo ofício da mulher –, para procriar e criar os filhos com segurança e saúde. Para os homens, o matrimônio permitiria a reprodução de sua linhagem e o exercício de uma sexualidade sadia, longe dos bordéis e da multiplicidade de parceiras sexuais. Nada mais saudável para as pessoas e todo o



conjunto social do que o matrimônio heterossexual e monogâmico, ao menos era o que mostrava o discurso de "verdade absoluta" da política representacional de gênero brasileira e capixaba.

A conformidade feminina ao ideal de maternidade e de casamento é diferentemente vivido, e apenas na forma da reprodução de atos e gestos repetidos, nunca como essência cristalizada. Não obstante, pode-se dizer que a política de representação de gênero produzia nas mulheres, de diferentes maneiras, expectativas, pensamentos e práticas dentro do modelo de feminilidade apresentado. Em outra matéria publicada em março de 1968, a orientação era voltada para a educação das meninas desde a mais tenra idade. Com o título "Como educar uma filha" e com uma foto de capa de uma menina de no máximo 4 anos de idade, a revista advertia os pais dos problemas da modernidade na educação dos filhos e propunha soluções com base na opinião de uma especialista no assunto, a Dra. Maria de Lourdes Barros. Mais uma vez, o discurso apresentava os benefícios que a modernização trazia para a sociedade, mas também os inúmeros empecilhos quando se trata da liberalização dos costumes para as mulheres, haja vista a construção de expectativas femininas não condizentes com os valores tradicionais de gênero.

O enunciado da reportagem afirmava que havia um processo de enfraquecimento da autoridade familiar propiciado pelo progresso tecnológico. A criança já não tinha mais a presença constante da mãe para acompanhar seu processo de formação e os valores morais estavam sendo transmitidos pelos meios de comunicação e não mais pela família. A importância da escola adquiria aí um papel fundamental. Particularmente para as meninas, a escola tinha a função



de dar o suporte para o seu desenvolvimento, visto que elas vinham sentindo cada vez mais a necessidade de afirmação pessoal. Conforme a matéria, as mulheres vinham manifestando a vontade de ter autonomia, o que seria um perigo para sua formação saudável. O sonho feminino deixava de ser tão somente a maternidade e o casamento, agora elas queriam afirmação pessoal e autonomia. Era preciso lidar com essa aspiração feminina com cautela e muita orientação, para que elas não acabassem se desvirtuando de sua identidade de gênero enquanto mães e esposas fiéis.

Na Revista Capixaba, a normatização da identidade feminina em meio a modernização de Vitória era tão imperiosa, que em todos os exemplares do periódico havia pelo menos uma matéria enaltecendo a mulher capixaba moderna como culta, dinâmica, bela, meiga e maternal. Com a imagem de uma mulher branca, jovem, bonita e pertencente à alta sociedade, que geralmente ocupava toda uma página da revista, o modelo de mulher perfeita era construído e apresentado aos(as) leitores(as). Um exemplo disso foi a reportagem publicada em maio de 1969, com o título "Beleza e Suavidade". Em um editorial que conta com duas grandes fotos, uma em cada página e um texto com palavras enaltecedoras de sua feminilidade, uma jovem capixaba é apresentada enquanto "suave e bonita", "a própria imagem da juventude feita de Verão dourada, de sol e sal, de mar e amor" (Revista Capixaba, mai. 1969). Na matéria, a jovem é colocada como as mulheres de seu tempo, "uma visão da vida moderna", gosta de música, praia, carro veloz, cinema, piscina, esportes, jornalismo, além desfiles em que mostra os trajés de última moda que veste. Sua profissão atual ou almejada? Não se fala na reportagem. De qualquer forma,



não importa, seu futuro feliz está traçado, "como um voo infinito de cosmonautas".

Conforme a política de representação de gênero, a revista produzia a identidade feminina como uma essência, fixa e natural, como se a própria biologia das mulheres as destinassem a cumprir seu papel de afetividade, cuidado, suavidade e recato, em uma dinâmica de naturalização do social. O poder de que estava investido o periódico, como porta-voz dos ideais do governo ditatorial, permitia a construção das normas de inteligibilidade de gênero que não deixavam de fora o consumismo, evidentemente. Acima de tudo, a mulher moderna era consumidora, gostava de carro veloz, de roupas da moda, de revistas, de cinema, de música, enfim, uma série de produtos recém-lançados no mercado capixaba. Mas, na medida em que o consumo pressupunha a entrada da mulher no mercado formal de trabalho, a ponto de desestabilizar a autoridade masculina dentro da família, ou mesmo de questionar às identidades de gênero tradicionais, os discursos de poder produziam representações femininas e masculinas como forma de afirmar a inteligibilidade entre sexo, gênero e desejo.

Por fim, vale mencionar uma última reportagem intitulada "Nossa Mulher em 67", publicada em abril de 1967, que evidencia a aliança dos discursos de poder da modernização e das normas de inteligibilidade de gênero da política representacional. Na matéria, os traços geométricos e os detalhes sutis das vestimentas femininas de última moda acompanhavam a pretensa sutileza e juventude tão típicos da personalidade feminina. Os novos padrões de consumo relacionados às vestimentas de última moda, se enquadravam nos ideais de identidade de gênero da ditadura militar brasileira e do governo estadual,



enaltecendo a beleza, o recato e a sobriedade das mulheres ideais. O mundo cinematográfico e da moda estadunidense e europeia eram apresentadas como os ideais de beleza e de comportamento para as capixabas. Especificamente nos editoriais sobre moda, as vestimentas femininas eram associadas ao ideal de domesticidade das mulheres, com padrões de cores e traços estilísticos condizentes com o recato e a elegância presentes no modelo de feminilidade, produzindo efeitos de realidade na ficção da imagem de mulher perfeita.

A Revista Capixaba se inseria no conjunto de práticas discursivas produzidas, controladas e enunciadas pelo regime ditatorial enquanto verdades absolutas. Era um dos veículos de comunicação utilizados pelo Estado para mostrar seus feitos e orientar as condutas da população capixaba para acompanhar o “progresso” da nação brasileira. A política de representação de gênero se norteava pela inteligibilidade entre sexo, gênero e desejo, de forma a produzir a ficção das identidades femininas e masculinas e assim promover sua incorporação pelos sujeitos sociais. Tal processo configura-se como uma violência simbólica cometida contra as mulheres, na medida em que procura incutir em seus pensamentos e em suas ações a submissão e a passividade condizentes com a dominação masculina. Ademais, como explica Butler (2016), a política de representação de gênero tem um caráter punitivo, pois há diversas formas de punição para aqueles não desempenham corretamente sua identidade gênero, como a exclusão ou mesmo a violência física. É preciso, assim, compreender a política de representação de gênero que estabelece a dominação masculina em todos as esferas do conjunto social, por meio da construção de identidades de gênero inteligíveis e fictícias, que excluem, oprimem e



exploram as mulheres e todos(as) aqueles(as) que fogem da lógica binária essencialista.

Considerações finais

No Espírito Santo dos anos de 1960 e princípios de 1970, os discursos de poder dos meios de comunicação e, sobretudo, na Revista Capixaba, mais do que meramente representar das mulheres, construíam sua imagem de feminilidade e de masculinidade visando criar a identificação dos sujeitos aos ideais de gênero produzidos pela política de representação. Por meio da análise de discurso da revista, consideradas enquanto pertencentes à uma formação discursiva composta por diferentes enunciados, alguns dos quais foram explicitados aqui, é possível constatar a produção das identidades de gênero inteligíveis, que estabelecem uma relação causal entre sexo biológico, o gênero, visto como o comportamento esperado para aquele sexo, e o desejo heterossexual. As reportagens da revista podem ser vistas enquanto práticas discursivas da política de representação de gênero, na medida em que eram produtoras de modelos performativos e de discursos de "verdade absoluta". A utilização da ciência e da lógica de naturalização social, formavam um discurso coerente e causal, capaz de omitir seu caráter produtor e ficcional, apresentando-se como uma representação fidedigna da realidade.

Com isso, a política representacional procurava promover a incorporação dos sujeitos sociais às identidades de gênero inteligíveis, em um processo de violência simbólica cometida contra as mulheres capixabas. Aquelas que não incorporassem as *performances* do



modelo imposto, eram sujeitas à punição da exclusão ou mesmo da patologização. Acrescenta-se aí, o caráter racial do ideal de gênero construído pelas representações identitárias da Revista Capixaba, que mostrava somente mulheres brancas como modelos de feminilidade almejado. Se o modelo de feminilidade era branco, como as mulheres negras poderiam incorporar o padrão de inteligibilidade de gênero imposto? Daí a impossibilidade da plena incorporação das identidades de gênero, seu caráter fictício que, é imprescindível ressaltar, é vivido como dor, sofrimento, luta, exclusão e medo pelas mulheres brasileiras e capixabas, e, principalmente, as mulheres negras.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Revista Capixaba, Vitória, n. 2, p. 1-134, abr. 1967.

_____, Vitória, n. 13, p. 1-132, mar. 1968.

_____, Vitória, n. 27, p. 1-136, mai. 1969.

_____, Vitória, n. 28, p. 1-126, jun. 1969.

Fontes legislativas

BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 nov. 1968.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **História da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 75-92, jan.-abr./2014. Disponível em: <file:///Users/MMM/Downloads/35946-160629-1-SM.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FRANÇA, Ceciana; et. al. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000207.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

LUCA, Tania Regina. **Imprensa feminina: mulher em revista**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória – 1950-1980**. Vitória: Grafitusa, 2010.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM OLHAR DA LITERATURA CIENTÍFICA

Paula Gabrielle Nascimento Ricio

Adriana Ilha da Silva

RESUMO: A violência Obstétrica é uma forma de apropriação - e invasão - do corpo e dos processos reprodutivos da mulher, gerando perda da autonomia feminina, o que



impossibilita o livre arbítrio de seus corpos e sua sexualidade. O presente estudo teve como objetivo analisar o debate sobre a violência obstétrica em maternidades do Brasil a partir de artigos produzidos sobre o assunto nas bases da Scielo, da Capes, da Bireme e da Pubmed, no período entre janeiro de 2000 a maio de 2017. Para tanto foi realizada uma revisão integrativa, com uma amostra final de 26 artigos. Identificou-se que as publicações acerca da temática aumentaram consideravelmente desde 2010. As categorias identificadas foram exercício de autoridade e poder do profissional de saúde; e Violência contra a mulher. Quanto à primeira categoria, aferiu-se que muitos foram os avanços neste ponto, havendo contribuições importantes acerca do assunto. Em contrapartida, quanto à discussão da violência contra a mulher no que tange à violência obstétrica, verificou-se lacunas no debate, necessitando ampliar a discussão a partir de uma perspectiva crítica, tendo em vista o sistema patriarcal-racista-capitalista vigente. Identificou-se, também, que, apesar de o acompanhamento de gestantes e puérperas ser objeto de intervenção de Assistentes Sociais, o tema Violência Obstétrica ainda é pouco explorado pelo Serviço Social no espaço científico: dos artigos encontrados, apenas dois foram publicados pelo Serviço Social. Faz-se necessária a desnaturalização deste fenômeno, e, para isso, é essencial que os estudos continuem avançando com uma compreensão maior das relações sociais de produção na sociedade contemporânea, construídas e desenvolvidas historicamente.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Exercício de autoridade. Violência contra a mulher.

1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica tem sido objeto de estudos em nível mundial desde a década de 1950. No Brasil, este debate ganhou destaque a partir da década de 1990, com maior repercussão nos primeiros anos do século XXI. Tal violação contra a mulher consiste no “uso arbitrário que muitos profissionais de saúde fazem de sua autoridade e saber no controle dos corpos e da sexualidade de suas pacientes” (AGUIAR, 2010, p.14), sobretudo, na hora do parto. Entretanto, o uso de violência pode ocorrer desde o pré-parto até o pós-parto; incluindo-se, aqui, os casos de abortamento.

Para o seu enfrentamento, em 1993, foi fundada a Rede de Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna), com o intuito de divulgar uma assistência humanizada, baseada em evidências



científicas, promovendo uma discussão acerca da violência obstétrica e combatendo-a.

Em 2010, foi realizada uma pesquisa nacional pela Fundação Perseu Abramo (2010, p.173) denominada “Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, em que os dados demonstraram que 25% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência obstétrica no atendimento ao parto. Entre elas estão: negligenciar um atendimento de qualidade; ofender a paciente; agendar cesárea sem recomendação baseada em conhecimentos científicos; recusa da admissão da gestante no hospital; impedimento de acompanhante; impedir ou retardar o contato da mulher com seu bebê nos primeiros momentos de vida, etc. Há um desconhecimento e um desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, tanto pelos profissionais de saúde, quanto pelas próprias mulheres, as quais, em algumas situações nem percebem que foram vítimas de violência. Isso leva a crer que a porcentagem de mulheres que sofreram violência obstétrica pode ser muito maior.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem um posicionamento contrário à violência obstétrica. Em 2014, ela publicou uma declaração intitulada “*Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde*” com o intuito de convocar “maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos” (OMS, 2014, p.1).

Neste documento, a OMS propõe cinco medidas:

1. Maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social para a pesquisa e ação contra o desrespeito e os maus-tratos; 2. Começar, apoiar e manter programas desenhados para melhorar a qualidade dos



cuidados de saúde materna, com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência; 3. Enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto; 4. Produzir dados relativos a práticas respeitadas e desrespeitadas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais; e 5. Envolver todos os interessados, incluindo as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar o desrespeito e as práticas abusivas. (OMS, 2014, p.2).

Em consonância a esse movimento, há um projeto de lei tramitando na Câmara Federal, desde 2014, que “dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências” (PL 7633/2014). Entretanto, entende-se que a lei por si só não é capaz de modificar uma realidade.

Desde o ano 2000, o número de estudos acerca da violência obstétrica vem aumentando, com o intuito de investigar e avaliar a incidência desta violência no país. Em meio a isso, faz-se pertinente questionar: como este fenômeno da violência obstétrica no Brasil vem sendo discutido cientificamente? Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar o debate sobre a violência obstétrica em maternidades do Brasil a partir de artigos produzidos sobre o assunto nas bases da Scielo, da Capes e da Bireme e da Pubmed, no período entre janeiro de 2000 a maio de 2017.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotado como referencial teórico metodológico a Prática Baseada em Evidências (PBE), optando-se pela revisão integrativa da literatura. Este método possibilita “a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do



tema investigado, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento deste tema" (MENDES, 2008, p. 2).

Assim, a elaboração desta revisão integrativa ocorreu em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura; categorização dos estudos; análise crítica dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; e, por fim, apresentação da revisão, com a síntese do conhecimento.

A questão norteadora que motivou a realização desta revisão foi: qual o debate científico que se tem produzido acerca da violência obstétrica em maternidades do Brasil entre os anos 2000 a 2017?

Para a seleção da bibliografia e busca na literatura, foram utilizadas quatro bases de dados: Scielo, CAPES, Bireme e Pubmed. Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, escritos apenas em português, a partir de 2000 até maio de 2017 e que tenham como temática central violência obstétrica sofrida por pacientes em maternidades no Brasil. Na figura 1 encontram-se os descritores utilizados em cada base de dados e quantos trabalhos foram encontrados em cada busca. Vale ressaltar que não foi encontrado nenhum artigo no banco de dados da PubMed.

A partir dessa busca, foram encontradas 21 referências na Scielo, 194 referências na CAPES e 98 referências na Bireme, totalizando o total de 313 artigos. Posteriormente, excluiu-se os estudos que não atendiam ao critério de inclusão, ou seja, aqueles que: estavam em formato de livro, tese ou dissertação; não disponíveis em português, bem como os que cujo título destoava completamente do tema proposto (SANTOS, A.M.R, et al, 2015; JACQUES, Paula B., OLINDA, Querubina B., 2012; FRANCO,



Nel, 2011). Assim, restaram 82 trabalhos. Excluindo-se os trabalhos repetidos, ficaram 38 para leitura dos resumos.

Em seguida, por meio da leitura dos resumos, identificou-se 32 estudos que abordavam a temática central proposta e contemplavam a pergunta norteadora. Entretanto, quatro não estão disponíveis para leitura; um se referia a um projeto de dissertação, e um se referia a um arquivo multimídia, não atendendo ao critério de inclusão. Chegou-se, assim, a amostra final de 26 artigos que atendem aos critérios de inclusão estabelecidos. Importante dizer que aqueles trabalhos que geraram qualquer tipo de dúvida foram mantidos para a próxima etapa.

A etapa seguinte consistiu em categorizar os estudos encontrados, organizando as informações de forma concisa em um banco de dados. As informações levantadas abrangeram os objetivos, a metodologia empregada, os resultados e as principais conclusões de cada estudo. Isso possibilitou a interpretação dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo, como proposto por Bardin (1997).

Após a leitura dos artigos de maneira estruturada, delimitamos nossa análise em 24 deles, na medida em que discutiam a violência obstétrica de forma específica e como temática central. Enquanto outros dois abordavam outros temas: um buscava discutir o atendimento nos equipamentos de saúde às mulheres vítimas de violência (VILLELA, 2011), e o outro avaliava os itinerários e atendimentos à gestantes com histórico de hipertensão (XAVIER, 2015).

3. RESULTADO/ DISCUSSÃO



A análise dos dados foi feita em duas etapas: inicialmente, foi realizado um exame quantitativo, em que foram elencados alguns grupos de classificação a fim de se obter uma visão ampla do que se tem produzido acerca do tema, bem como as principais áreas de discussão, para que se conheça as lacunas deste debate. Posteriormente, foi realizada uma análise qualitativa da leitura dos artigos, em busca de responder a pergunta norteadora.

Os grupos de classificação elencados para análise quantitativa foram: a área de conhecimento dos trabalhos; a distribuição geográfica; e a distribuição temporal. Consideramos importante analisar tais características para que fosse feito um mapeamento adequado dos trabalhos produzidos, a fim de entender quais aspectos vem sendo demarcados pelas áreas de saberes em diferentes períodos e lugares.

Quanto a área de conhecimento, observou-se que há uma concentração de trabalhos na área de ciências da saúde. Dos 24, seis são publicados pela Medicina, seis pela Enfermagem, um pela Psicologia, quatro estão vinculados a Departamentos de Saúde Pública, enquanto um a Departamentos de Saúde Coletiva e dois a de Ciências da Saúde. No que tange aos quatro trabalhos restantes, os mesmos foram publicados na área das Ciências Sociais Aplicadas (CSA), sendo eles: dois artigos publicados pelo Serviço Social, um pelo Direito e um pela Comunicação Social. É interessante notar que, dentre as quatro publicações das Ciências Sociais Aplicadas, três foram produzidas apenas entre os anos de 2016 e 2017/1.

Em relação à distribuição geográfica, percebe-se que há uma concentração. Dentre a amostra, dezesseis artigos foram publicados na região sudeste, seis na região nordeste, um na região sul e um na região



centro-oeste. Cabe ressaltar que entre os trabalhos da região sudeste, onze deles são estudos provenientes do estado de São Paulo.

Finalmente, no que diz respeito à distribuição temporal para análise e categorização, três foram publicados entre 2000 e 2010, quatro entre 2011 e 2013, sete entre 2014 e 2015 e dez entre os anos de 2016 e 2017/1. Observou-se um aumento crescente de publicações em um menor período de tempo a partir de 2010, indicando a relevância acadêmica do tema e de sua discussão, com determinadas particularidades.

Ao analisarmos os estudos, observamos que, como principais percepções tem-se que os artigos abordam a violência obstétrica amparada e justificada por um exercício de autoridade praticada pelos profissionais de saúde em detrimento das mulheres internadas. Além disso, na metade dos artigos (em exatamente treze deles), há algum tipo de consideração, embora incipiente, no que diz respeito à violência contra a mulher, entendendo a violência obstétrica como uma questão de gênero. Nesse sentido, elencou-se duas categorias principais: Exercício de autoridade/poder e Violência contra a mulher.

3.1 EXERCÍCIO DE AUTORIDADE/ PODER DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Dentre os 24 artigos selecionados para a análise de conteúdo, quinze abordam o exercício de autoridade/ poder como fator intrínseco à violência obstétrica. Dentre eles, a maioria trata o exercício de autoridade implicitamente ao longo de todo o artigo, levantando pontos tais como: procedimentos desnecessários que são realizados, negligência ou a naturalização da violência obstétrica. Apenas quatro que falaram desta categoria apontam a autoridade técnica-científica



como fonte do poder do profissional de saúde, tornando a usuária dependente deste poder, por ser alienado da técnica.

De acordo com Aguiar, Oliveira e Scharaiber (2013), tal exercício tem suas bases em dois pontos principais: na legitimidade científica dos conhecimentos do profissional de saúde, bem como na dependência dos indivíduos em relação a estes conhecimentos. A partir da leitura dos artigos, foi possível apreender que tal autoridade se manifesta de diversas formas, tais como: a patologização do parto natural e do corpo da mulher grávida, a utilização de procedimentos desnecessários, a submissão de crenças e costumes às tecnologias ou a precariedade de recursos humanos ou físicos.

A patologização do parto e do corpo da mulher foi abordada em quatro artigos. Neles, os autores concordam que há uma noção no meio social de que o corpo da mulher gestante é inferior e tratado como doente, o que potencializa em uma "objetificação" deste corpo, o qual passa a ser considerado exclusivamente em seu âmbito biológico, tornando-o passível de invasão.

O não reconhecimento de crenças e costumes em relação às tecnologias também é abordado em outros quatro textos, os quais concordam que os serviços de saúde ignoram os valores, crenças, hábitos e costumes, impondo normas institucionalizadas. Luz e Gico (2017, p.4) refletem que não há um reconhecimento de "existência, em pé de igualdade, de outros saberes, e que por isso se constitui, de fato, em hierarquia epistemológica, gerando marginalizações, silenciamentos, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos". Neste ponto, foi possível encontrar a maior analogia entre os artigos. Os autores concordam que há uma sobreposição do discurso médico aos



anseios e opiniões da mulher sobre seu próprio corpo. Alguns deles vão além, e afirmam que há um desconhecimento dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, tanto pelos profissionais de saúde, quanto por parte das próprias mulheres, o que viabiliza ainda mais a ocorrência de violência institucional.

Há ainda autores que concordam que a formação profissional está diretamente relacionada a diversas formas de violência obstétrica. Diniz (2014) afirma que os cursos de medicina desconsideram os conhecimentos científicos acumulados recentemente, e mantém sua bibliografia baseada em livros desatualizados, reproduzindo práticas ultrapassadas. Além disso, esses autores afirmam que no curso, os futuros profissionais não são formados para lidar com sujeitos de direitos, e sim, com objetos de sua atuação. Isso caracteriza uma formação estritamente tecnicista e biologicista, própria do Modelo Biomédico¹⁷⁶.

Ao analisar os artigos que não abordaram o exercício de autoridade e poder, observa-se que eles não trazem em seu conteúdo uma discussão sobre os motivos da violência obstétrica. De maneira superficial, eles apresentam um conceito, alguns exemplos e buscam refletir meios para que este fenômeno seja detido, ou ao menos minimizado, tal como a implementação de políticas de humanização.

3.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

¹⁷⁶ De acordo com Cutolo (2016), o modelo biomédico busca uma explicação unicausal para a doença, baseando-se, entre outros, no biologicismo. A formação biologicista pressupõe que a doença é causada por agentes biológicos, desconsiderando o contexto social ao qual o sujeito está inserido.



Outra categoria apreendida a partir do que os artigos trazem em comum foi a compreensão de que a violência obstétrica se trata de uma violência contra a mulher. Treze artigos fazem essa abordagem de forma explícita. Entretanto, de maneira restrita, na medida em que eles esgotam o debate em três ou quatro linhas, afirmando que há na sociedade um pensamento de que a mulher é inferior física e moralmente, restringindo seu papel social a uma condição de meramente reprodutora.

Esta análise é importante, contudo, precisa ser aprofundada, pois nos estudos realizados, não foi possível identificar este fenômeno a partir de um entendimento de totalidade¹⁷⁷. Ou seja, a partir da análise dialética das relações sociais de produção e reprodução social em nossa sociedade, acarretando lacunas para se tratar de outras determinações referentes à questão.

De acordo com Engels (1884), a partir da família monogâmica, as mulheres perderam seu lugar na produção social, e por terem se distanciado da criação da riqueza social se viram submetidas ao poder do homem: "O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução" (ENGELS, 1884, p. 30).

Ao longo do desenvolvimento do Sistema de reprodução capitalista, marcado pelo patriarcado, esse processo de subordinação da mulher pelo homem foi acentuado e a relação entre ambos os sexos foi marcada pela divisão social do trabalho. A mulher se percebeu enquanto uma "escrava doméstica" do homem, haja vista o

¹⁷⁷ "Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um 'todo' constituído por 'partes' funcionalmente integradas." (NETTO, 2011, p.56)



barateamento em função da responsabilização da “mulher pela satisfação das necessidades dos membros da família por meio de um trabalho não remunerado” (CISNE, 2014, p. 82).

É no lugar de escrava doméstica que a mulher se encontra submetida à violência do homem. Saffioti (2015, p. 80) propõe que “paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens inscrito nas relações de gênero”

A violência contra a mulher é manifestada de diversas maneiras. Em 1994 foi realizada uma convenção interamericana intitulada “Convenção de Belém do Pará” que objetivou “prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”. Esta convenção estabeleceu em seu artigo 1º, que violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção de Belém do Pará, 1994, art. 1º).

Dentre as manifestações de violência contra a mulher, tem-se a violência obstétrica, baseada numa inferioridade física, psíquica e moral da mulher, transformando o corpo da mulher em objeto de estudo e intervenção do homem e da medicina, conforme afirma Aguiar: “as pacientes submetidas a um modelo biomédico, hegemônico de dominação e controle de seus corpos e sexualidade” (Aguiar, 2010, p.24).

Importante pontuar aqui o agravamento da violência obstétrica quando se trata de mulher negra. Estudos recentes mostram que associada à discriminação de sexo no atendimento às mulheres



gestantes e puérperas, há a discriminação de raça, a qual produz graves efeitos na saúde das mulheres negras. “O racismo resulta em violência obstétrica, morte e dor. E expõe a “desassistência da cor”. A mortalidade materna entre elas é sete vezes maior do que nas brancas” (COUTINHO, 2015).

A partir dessa análise preliminar, entendemos a necessidade de aprofundar os estudos da Violência Obstétrica a partir de uma perspectiva crítica de gênero, relacionando-a à sociedade patriarcal, racista e capitalista na qual estamos inseridos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa foi possível identificar que a Violência Obstétrica é um tema que vem sendo discutido cada vez mais nos dias de hoje. Com o aumento progressivo da produção de artigos que abordam esta temática, percebe-se que há o desenvolvimento da discussão de importantes questões relacionadas à violência obstétrica. Instituiu-se, contudo, duas categorias principais, as quais foram definidas a partir dos assuntos mais abordados diante da temática proposta: o exercício de autoridade e poder dos profissionais de saúde e a violência contra a mulher.

A partir de 2010, as discussões sobre a violência obstétrica ganharam forma. Denominada, inicialmente, de violência institucional, nos últimos cinco anos o termo “violência obstétrica” foi difundido tanto no meio científico, quanto no meio social; diferenciando-se por se tratar de violência contra a mulher internada em maternidade no período do pré-parto, parto ou pós-parto.



Ao longo dos anos, identificamos que houve um aprofundamento acerca do debate sobre exercício de autoridade e poder do profissional de saúde. Pode-se apreender que há um avanço neste ponto, apresentando importantes contribuições para o debate acerca da violência obstétrica. Entretanto, entende-se que apesar desses avanços, é necessário avançar ainda mais diante à magnitude deste fenômeno.

Observamos ainda que as produções que fazem um recorte de gênero, entendendo o fenômeno também como uma violência contra a mulher, apresentam lacunas nesta discussão. Faz-se necessário uma compreensão maior das relações sociais de produção na sociedade contemporânea, uma vez que a prática da violência obstétrica é consequência da reprodução social de tais relações construídas e desenvolvidas historicamente.

Cabe sinalizar que dos 24 artigos analisados, apenas três deles pontuaram a necessidade de uma equipe multiprofissional, para fomentar a transversalidade e a grupalidade, buscando garantir um atendimento mais humanizado nas maternidades. Identificou-se, também, que, apesar de o acompanhamento de gestantes e puérperas ser objeto de intervenção de Assistentes Sociais, o tema Violência Obstétrica ainda é pouco explorado pelo Serviço Social no espaço científico: dos artigos encontrados, apenas dois foram publicados pelo Serviço Social. Os artigos analisados concordam que há, ainda hoje, uma naturalização da Violência Obstétrica, e essa é uma questão nodal para o debate. Faz-se necessário discutir tal fenômeno sob uma perspectiva crítica, que forneça as ferramentas necessárias para desnaturalizá-lo.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques de. **Violência Institucional em maternidades públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento. Tese - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Departamento de Medicina, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-21062010-175305/pt-br.php>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

AGUIAR, J.M.; D'OLIVEIRA, A.F.; SCHRAIBER, L.B. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2287-2296, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100015&lng=en&nrm=iso> Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. **Anais IV Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>> Acesso em: 20 de setembro de 2017
_____. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014

COUTINHO, Renata. O racismo começa na gravidez. **Gelédes: Instituto da mulher negra**. setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-comeca-na-gravidez/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017

CUTOLO, Luiz, R. A. Modelo Biomédico, Reforma Sanitária e a educação pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina** Vol. 35, no. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/392.pdf>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

DINIZ, S.G. O renascimento do parto, e o que o SUS tem a ver com isso. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180130050020>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.



ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1884

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2017.

JACQUES, Paula Borges; OLINDA, Querubina Bringel. Um olhar da saúde sobre a violência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 01 June 2012, Vol.25(2), pp.127-128.

LUZ, L.H., GICO, V.V. As redes sociais digitais e a humanização do parto no contexto das epistemologias do sul. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24801>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018

MENDES KDS, SILVEIRA RCCP, GALVÃO CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*. 2008;17(4):758-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018>. Acesso em: 13 de junho de 2017

NEIL, Franco. **Pessoas (transexuais): dimensões sociais de vidas (in)determinadas pela ciência**. *Revista Estudo Feministas*, May-August, 2011, Vol.19(2), p.631(3)

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra, Suíça, 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2017.

SANTOS, A.M.R., et al. Violência institucional: vivências no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista brasileira de enfermagem**, 2011, Vol.64(1), pp.84-90.



VILLELA, Wilza Vieira et al . Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saude soc.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 113-123, Mar. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100014&Ing=en&nrm=iso> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

XAVIER, Rozânia Bicego et al. Itinerários de cuidados à saúde de mulheres com história de síndromes hipertensivas na gestação. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 19, n. 55, p. 1109-1120, Dez. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000401109&Ing=en&nrm=iso> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

ANEXO 1

Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados para revisão integrativa do período 2000 a 2017.

Item	Autor	Título	Objetivo
01	Bispo, Clísyá Dias Bertino; Souza, Vera Lúcia Costa.	Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento	Analisar a percepção de mulheres internadas com história de abortamento sobre a violência institucional, em um hospital público em Feira de Santana (BA)
02	Annatália Meneses de Amorim Gomes; Marilyn K. Nations ; Madel Therezinha Luz	Pisada como pano de chão: experiência de violência hospitalar no Nordeste Brasileiro	Investigar a experiência humana da hospitalização do ponto de vista do paciente internado em um hospital público, localizado em Fortaleza
03	Daphne Rattner	Humanizacao na atencao a nascimentos e partos: breve referencial teorico	Identificar que perspectiva está sendo adotada e qual o sentido que



ANAIIS

Encontro Internacional Engênero III

			é conferido ao termo humanização.
04	Janaína Marques de Aguiar e Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira	Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias.	Discutir os dados de uma pesquisa sobre violência institucional em maternidades públicas, realizada no município de São Paulo
05	Wilza Vieira Villela	Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência	Discutir o atendimento a mulheres em situações de violência por serviços de saúde e de segurança pública.
06	Aquino, Estela M. L. et al	Qualidade da atenção ao aborto no Sistema Único de Saúde do Nordeste brasileiro: o que dizem as mulheres?	Avaliar a qualidade da atenção as mulheres admitidas por aborto em hospitais do Sistema Único de Saúde, em Salvador, Recife e São Luís, tendo como referência as normas do Ministério da Saúde e o grau de satisfação das usuárias.
07	Farias, Rejane Santos; Cavalcanti, Ludmila Fontenele	Atuação diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhaes.	Analisar as percepções dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhaes (HMFM) sobre a atuação diante das situações de aborto legal
08	Janaina Marques de Aguiar, Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Lilia Blima Schraiber	Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos	Discutir a violência institucional em maternidades sob a ótica de



ANAIS

Encontro Internacional Engênero III

		profissionais de saúde	profissionais de saúde
09	Grilo Diniz, Simone	O renascimento do parto, e o que o SUS tem a ver com isso	Analisar o documentário "O renascimento do parto" relacionando-o ao modelo do SUS.
10	José Helvécio KALI	Apoio institucional como fio condutor do Plano de Qualificação das Maternidades:	Analisar a relação entre função apoio institucional e humanização, valendo-nos da experiência realizada no Plano de Qualificação de Maternidades (PQM), para o qual a contribuição da PNH centrou-se justamente no objetivo de desenhar a função apoio institucional.
11	Silva, Michelle Gonçalves da	Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras	Relatar a experiência de enfermeiras obstetras sobre a violência obstétrica vivenciada, presenciada e observada durante suas trajetórias profissionais.
12	Biscegli, Terezinha Soaresetal	Violência obstétrica: perfil assistencial de uma maternidade escola do interior do estado de São Paulo	Verificar a prevalência de violência obstétrica (VO) na Maternidade de um hospital escola e descrever as características do atendimento.
13	Marina França Santos	Direitos sexuais e reprodutivos da mulher no Brasil e o estado de exceção no caso Adelir.	Refletir as práticas de poder na sociedade brasileira atual por ocasião do caso de Adelir, a grávida



ANAIIS

Encontro Internacional Engênero III

			que foi forçada pelo Estado Brasileiro a realizar uma cesariana em 1 de abril de 2014.
14	Xavier, Rozania Bicego	Itinerários de cuidados a saúde de mulheres com história de síndromes hipertensivas na gestação	Analisar itinerários de cuidados à saúde de mulheres com história de síndromes hipertensivas na gestação
15	Simone Grilo Diniz et al	Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna e propostas para sua prevenção	Apresentar uma revisão crítico-narrativa sobre o tema, abrangendo literatura acadêmica, produções dos movimentos sociais e documentos institucionais, do Brasil e exterior
16	Cecília Mccallum, Greice Menezes e Ana Paula dos Reis	O dilema de uma prática: experiências de aborto em uma maternidade pública de Salvador, Bahia.	Discutir o aborto pelas perspectivas de mulheres internadas em uma maternidade pública de Salvador (BA)
17	Silva, Raissa Lins Vieira da, et al	Violência obstétrica sob o olhar das usuárias	Investigar o conhecimento das mulheres acerca da violência obstétrica
18	Andrade, Priscyla de Oliveira Nascimento, et al	Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco	Analisar os fatores associados à violência obstétrica de acordo com as práticas não recomendadas na assistência ao parto vaginal em uma maternidade escola e de referência da Cidade do Recife
19	Martins, Aline de Carvalho;Barros, Geiza	Revisão integrativa da violência obstétrica em	Proporcionar maior visibilidade às



ANAIS

Encontro Internacional Engênero III

	Martins	unidades públicas brasileiras	discussões acerca da violência obstétrica sofrida por mulheres brasileiras nas instituições de saúde públicas
20	Sarah Pereira ALVARENGA ¹	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: como o mito "parirás com dor" afeta a mulher brasileira	Refletir acerca das questões relacionadas ao parto e suas subjetividades
21	Ligia Moreira Sena e Charles Dalcanale Desser	Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências.	Relatar duas iniciativas desenvolvidas em ambiente de conectividade, utilizando as novas mídias como ferramenta: o Teste da Violência Obstétrica e o vídeo documentário "Violência obstétrica – a voz das brasileiras"
22	Aline Fernandes de Azevedo Bocchi*	Posições subjetivas e m face d a violência: traços constitutivos d e memória e m testemunhos d e mulheres	Refletir acerca dos processos de subjetivação inscritos na prática testemunhal, a partir do exame de fotografias que compõe o "Projeto 1:4 retratos da violência obstétrica" e posts que o divulgam no Facebook
23	Oliveira, Tayse Ribeiro de, et al	Percepção das mulheres sobre violência obstétrica	Caracterizar a violência obstétrica vivenciada pelas mulheres durante o processo parturitivo
24	Hecker Luz, Lia ; de Vasconcelos Gico, Vania	As redes sociais digitais e a humanizacao do parto no contexto das epistemologias do	Analisar a relação entre as redes sociais digitais e a humanização do



		sul. (Jornalismo)	parto
25	Diniz, Carmen S. G.; Niy, Denise Yoshie; et al	A vagina-escola: seminário interdisciplinar sobre violência contra a mulher no ensino das profissões de saúde	Relatar o seminário. "A importância de desnaturalizar a concepção de que os profissionais de saúde têm o direito de acessar livremente o corpo das mulheres"
26	Diego Pereira Rodrigues, et al	A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico	Analisar as percepções das mulheres acerca da assistência obstétrica no que se refere ao atendimento de seus direitos de acesso ao serviço de saúde durante o processo de parto e nascimento.

Os artigos sublinhados, correspondentes ao número 05 e 14 na tabela foram excluídos da análise após a leitura dos mesmos, na medida que não delimitavam a violência obstétrica como temática central.

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO SANTO

Quéren da Silva Martins
Emescam
queren20@gmail.com

Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo
gilsahb@terra.com

RESUMO: Este trabalho trata das questões ligadas ao estado de saúde de mulheres pescadoras do município de Conceição da Barra, Espírito Santo. Buscou-se compreender os determinantes no processo saúde-doença em mulheres que atuam



na pesca artesanal e de como tais condições impactam as relações sociais de gênero no interior das famílias e das comunidades pescadoras. Para a realização da investigação foram utilizadas a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa de campo com mulheres pescadoras artesanais. Também foram realizados grupos focais com mulheres pescadoras. Esta pesquisa realizou-se no ano de 2012 e integrou a pesquisa financiada pelo CNPq intitulada "O papel da mulher na atividade pesqueira artesanal no Espírito Santo: Discutindo gênero, trabalho, meio ambiente, políticas públicas e desenvolvimento local". Constatou-se, por meio da pesquisa, que as atividades laborais desenvolvidas pelas pescadoras no processo produtivo da pesca influenciam diretamente o seu processo de adoecimento, sendo que os problemas mais comuns de saúde são: pressão alta, diabetes, infecção urinária, doenças de pele e dos olhos. Outro fator que afeta a vida dessas mulheres é a violência doméstica. Também foi possível observar que não há políticas de atenção às mulheres pescadoras no município de Conceição da Barra, forçando-as a buscarem tratamento de saúde fora do município; e ainda que lidam com sobrecarga de trabalho, porque, além das atividades da pesca, são responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado da prole. Intencionou-se com essa investigação ampliar os estudos sobre o processo de adoecimento de mulheres pescadoras artesanais. Também objetivou a produção de dados que pudessem nortear a elaboração de políticas públicas de atenção à pescadora na região norte do Espírito Santo.

Palavras-chave: Mulher. Processo Saúde-Doença. Trabalho. Comunidades Pescadoras.

INTRODUÇÃO

As atividades laborais relacionadas à pesca são inúmeras assim como os riscos que oferecem. "As condições duras e difíceis de trabalho e de vida dos pescadores e a falta de assistência em vários níveis tornam esta profissão uma das mais perigosas e menos reconhecidas profissionalmente pela sociedade" (BRASIL, 2007, p. 7). No que se refere à sua saúde, pescadores e pescadoras estão sujeitos a diversos riscos, como a cinetose; o aparecimento de neoplasias cutâneas provocadas pela ação dos raios ultravioletas; ceratites¹⁷⁸, catarata, pterígio¹⁷⁹ e a cegueira provocada pelo reflexo dos raios do sol no espelho d'água:

¹⁷⁸ Ceratite é a inflamação da córnea que pode ser causada por bactérias, vírus, fungos, drogas, etc

¹⁷⁹ Pterígio é um espessamento vascularizado da conjuntiva de forma triangular que se estende do ângulo interno (nasal) do olho em direção à córnea. Não é infeccioso, mas pode afetar a visão.



(BRASIL, 2007); hepatite e verminoses devido ao contato com água contaminada por esgotos domésticos. Também ameaçam a saúde de pescadores poluentes químicos despejados pela atividade industrial, levando-os a ter contato com substâncias tóxicas lançadas nos rios, estuários e mares, tais como: agrotóxicos: organofosforados, BHC¹⁸⁰, DDT¹⁸¹; e metais pesados (BRASIL, 2007).

No caso das mulheres pescadoras no Brasil, entre as doenças mais citadas por elas estão: "câncer de pele, cegueira, escamação, dor de cabeça, doenças de coluna e pulmonar, ginecológicas e vulnerabilidade aos animais peçonhentos" (RODRIGUES, 2010, p. 6).

Outro fator que pode levar a mulher pescadora ao processo de sofrimento e adoecimento é a violência doméstica. O fato de pescadores fazerem uso da "cachaça" de forma habitual leva ao aparecimento, com o passar dos anos, da dependência alcoólica, contribuindo para o aumento da violência física contra mulheres (BARCELLOS, 1998).

No mais, de acordo com o Relatório Global da Situação sobre Álcool e Saúde da OMS, de 2011, apesar de ser menos consumidora do que os homens as mulheres estão cada vez mais fazendo o uso do álcool, passando de uma taxa de 8,2%, em 2007, para 10,1%, em 2011. Ainda, de acordo com o Relatório, cerca de 2,5 milhões de pessoas morrem anualmente, no mundo, por causas relacionadas ao álcool (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

¹⁸⁰ O BHC é um inseticida fitossanitário organoclorado persistente.

¹⁸¹ O diclorodifenil tricloroetano (DDT) é o mais conhecido dentre os inseticidas do grupo dos organoclorados.



Enfrentar os problemas que contribuem para o adoecimento das comunidades e, particularmente das mulheres pescadoras, constitui um desafio já que, segundo Rodrigues (2010), a maioria dos lugares onde vivem não conta com a assistência básica de saúde.

Não existe atenção à saúde sexual e reprodutiva destas mulheres, nestas comunidades, sendo que há aí um alto índice de câncer de colo do útero. O exercício da atividade da mariscagem é por demais insalubres, pois muitas destas mulheres trabalham mergulhadas na lama e na água por horas. A posição do trabalho das marisqueiras (envergadas) por muitas horas e o esforço repetitivo para capturarem os moluscos na praia lhes garantem no futuro problemas de coluna e até Lesões por Esforço Repetitivo (LER). (*O DIREITO DAS MULHERES...*, 2009, p. 1).

Apesar de terem sido identificados importantes fatores de sofrimento e adoecimento das mulheres pescadoras, no Brasil, não se identificam políticas públicas específicas de prevenção e tratamento destinadas a elas. Dessa forma, elas são igualadas a outras mulheres, urbanas e rurais, não sendo observados os aspectos que levam ao seu processo de sofrimento e adoecimento tanto físico quanto psíquico decorrentes do trabalho que desenvolvem. Toda essa vulnerabilidade exige atenção específica, adequada à realidade, porém nem o Sistema Único de Saúde (SUS) nem o INSS reconhecem esses problemas.

No Espírito Santo, os estudos sobre mulheres pescadoras são quase inexistentes, no entanto, sabe-se que as mulheres representam mais de 20% do conjunto de pescadores artesanais do estado (IBGE, 2000; BRASIL; CECOPES, 2005), com destaque para a região norte do estado capixaba, que concentra o maior percentual de mulheres pescadoras, com 34,4% do universo de pescadores. Nesta região, os municípios de Conceição da Barra e São Mateus destacam-se com os maiores



percentuais de mulheres na atividade pesqueira, respectivamente 43,9% e 38,5%. (BRASIL; CECOPES, 2005). Os dados tendem a confirmar a hegemonia masculina na pesca oceânica e maior presença das mulheres na pesca de água doce, mangues e estuários, no entanto, devido ao fato do não reconhecimento de atividades ligadas à cadeia produtiva da pesca como atividades próprias da pesca, particularmente aquelas desenvolvidas pelas mulheres, supõe-se haver uma subnotificação de mulheres pescadoras no estado. A invisibilização da mulher pescadora por parte dos dados, da pesquisa e das ações governamentais dificulta a elaboração de políticas públicas com recorte de gênero para o setor. Segundo Kumar (2005), as mulheres desempenham papel central, porém permanecem invisíveis e muito pouco documentadas.

Tomando como referência as informações e análises supracitadas, este trabalho buscou sistematizar informações no campo das ciências sociais que ajudassem na melhor compreensão da realidade das mulheres pescadoras. Na perspectiva de compreender o estado de saúde de mulheres pescadoras do município de Conceição da Barra, o objetivo que norteou esta pesquisa foi investigar os determinantes do processo saúde-doença vivenciado pelas pescadoras.

Para a realização deste trabalho foram adotados alguns procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, que foram eles: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, e, no que tange à pesquisa de campo, foram realizados grupos focais com mulheres pescadoras de Conceição da Barra.

A realização de grupos focais se deu por meio de um Seminário, intitulado "I Seminário sobre Saúde e Políticas Públicas das



Comunidades Pesqueiras do Norte do Espírito Santo". Este evento ocorreu nos dias 16 e 17 de setembro de 2011 na cidade de São Mateus, ES, e contou com a participação de 137 mulheres pescadoras. Nesta oportunidade, formulou-se a organização de um grupo focal composto por nove mulheres pescadoras de Conceição da Barra, ES, conduzido pela autora desse estudo.

A escolha do grupo focal se deu pelo fato de através desta técnica extrair e analisar as informações em profundidade, com o intuito de levantar as questões postas pelos sujeitos de pesquisa, assim como, as suas diferentes percepções, a partir das interações possibilitadas durante a realização do grupo focal. Além da preocupação de estimular um clima de interação entre os participantes do grupo, também foi adotado um roteiro que norteou as questões postas pelo facilitador. Além do registro das informações que aconteceram por meio do relator com sua observação e da gravação e transcrição das fitas, respeitando o sigilo e identidade dos participantes.

A inserção dos sujeitos de pesquisa se deu pelos critérios ser maior de dezoito anos e declarar ser pescadora de Conceição da Barra. Todos os participantes do grupo focal, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e tiveram suas identidades preservadas, tendo sido nomeados por nomes de flores na análise aqui posta. Todo o material de pesquisa está lacrado e resguardado pelo pesquisador por cinco anos.



MULHERES PESCADORAS ARTESANAIS – QUESTÕES DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL

Contextualizando o local da pesquisa – Conceição da Barra, ES

Conceição da Barra está localizado na região norte do Espírito Santo, há 254 Km da capital do estado, fazendo divisa com o estado da Bahia e com o município de São Mateus. De acordo com dados do IBGE atualizados em 01 de julho de 2011, a estimativa populacional do município é de 28.600 habitantes (IBGE, 2011).

O Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da população pesqueira do litoral capixaba realizado em Conceição da Barra pelo Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (2005) divulgou que o município é organizado em Associações de pescadores, maricultores, folclore, agricultores, moradores e em cooperativas de artesãos. Apesar de o município ser característico pelo trabalho da pesca, não conta com uma Secretaria de Pesca que estruture as ações neste setor (BRASIL, CECOPES, 2005).

Atrativa para os turistas, Conceição da Barra abriga o maior Parque ecológico do Estado - a Vila de Itaúnas, com exuberantes dunas de areia branca tombada como patrimônio histórico pelo seu valor arqueológico. Em Vila de Itaúnas está o Parque Estadual de Itaúnas com trilhas, um grande incentivo ao ecoturismo. Também são atrações turísticas da cidade a Floresta Nacional do Rio Preto e a Foz do Rio Cricaré. O prestígio da cidade está também na Praia do Riacho Doce, eleita a segunda praia deserta mais bonita do país. (BRASIL, CONCEIÇÃO DA BARRA, 2011).



Conceição da Barra é uma cidade conhecida pelas festas que promove, destacando-se a festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. Um dos eventos que mais movimentam a economia da região é a Tenda Cultural, que ocorre no período do verão com apresentações teatrais, folclóricas e venda de artesanatos, comidas típicas e oficina de arte. A Roda de congo é um movimento tradicional da cidade, com mais de 60 anos de história. O grupo se apresenta em igrejas e festas e visa manter a expressão cultural e religiosa dos participantes, embora não receba incentivo do poder público, fator preocupante para o grupo que receia o término da Roda. Todos os participantes do grupo são pescadores. Também as manifestações culturais como Ticumbi, Alardo, Rei de Boi, Pastorinhas e Jongo e o Forró Pé de Serra, além do carnaval de rua são grandes atrações na cidade. (BRASIL, CECOPEs, 2005).

Um dos grandes problemas que a população de Conceição da Barra enfrenta é o processo de erosão marítima; muitas construções próximas à praia causaram prejuízos na vegetação de restinga. Outro fator que colabora para o processo de erosão na região é o assoreamento do Rio Cricaré, que não tem força suficiente para empurrar as correntes marítimas que passam próximo da orla, fazendo com que as correntes levem para o alto-mar sedimentos¹⁸².

Conceição da Barra conta com a presença de comunidades negras rurais que estão lá desde o período da escravidão e que ocupam o chamado Sapê do Norte, localizadas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Atualmente vivem no Sapê do Norte 33 comunidades quilombolas que lutam bravamente pela retomada do

¹⁸² Ver site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=484641>.



seu território tradicional que se encontra nas mãos da agroindústria Fibria desde a década de 1970. Por causa da presença da Fibria na região, o município de Conceição da Barra, de acordo com os dados do IBGE de 2008, tem 34,55% da sua área total tomada por plantio de eucalipto. Também as usinas de álcool têm um papel relevante política e economicamente. Se somadas as monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar (para fins de produção de álcool), estas ocupam 51,97% da área dos estabelecimentos agropecuários em Conceição da Barra (BARCELLOS, 2012).

Há grande fluxo migratório de trabalhadores em períodos do corte da cana-de-açúcar. Esses trabalhadores temporários têm sido motivo de preocupação para as comunidades da região, que veem crescendo o número de adolescentes grávidas, de contaminação por DSTs/Aids, de prostituição infantil e de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba - município de Conceição da Barra (BRASIL, CECOPES, 2005) revelou o perfil dos pescadores em Conceição da Barra. A faixa de idade predominante dos que desenvolvem a atividade pesqueira artesanal no município está entre 21-40 anos (a faixa etária entre 21-25 anos representa 15,1%; 26-30 anos, 14,3%; e 36-40 anos, 14,3%). Foi constatado que 13,6% dos/as pescadores/as estudaram até a 4ª série, e 13,6%, até a 5ª série; e 0,4% possui ensino superior completo ou incompleto. Os/as pescadores/as que se dizem católicos correspondem a 43,4%, 23,9%, são evangélicos e 27,6% se dizem não ter nenhum vínculo religioso. Constatou-se também na pesquisa realizada pelo Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista e



Secretaria de Aquicultura e Pesca (2005) que quase 100% das famílias têm acesso à energia elétrica e 84%, à água tratada, porém ligação direta à rede de saneamento somente 10%; cerca de 78% utiliza fossas.

Do conjunto dos pescadores, 64% contribuem com a Previdência Social. Dos 49% que participam de grupos organizados, 90% são da Colônia e 10% de alguma associação. Os instrumentos de pesca mais utilizados pelos pescadores na região Norte são: rede (59,9%), tarrafa (19%), linha (13,7%) e anzol (7,2%). Como meio de transporte, o barco (27,5%) e o bote (25,9%) são os mais usados (BRASIL, CECOPES, 2005).

Panorama da realidade de saúde das mulheres pescadoras artesanais de Conceição da Barra, ES

Refletir sobre as doenças que afetam as mulheres pescadoras de Conceição da Barra reporta aos estudos de Leitão et al. (2011), no qual as autoras relacionam a saúde das mulheres pescadoras com o trabalho por elas desenvolvido. Nas suas investigações acadêmicas, as autoras puderam identificar as principais queixas de saúde de mulheres pescadoras pernambucanas, constataram, por exemplo, que os fatores de adoecimento das mulheres, em sua maioria, estão relacionados ao trabalho; coceira vaginal, dor nos ossos, unheiros, sarna, problemas de visão e de coluna, doenças de pele, problemas de estômago, corte nas mãos, pés e pernas, enfarto por causa de trabalho excessivo, pressão alta, hérnia por carregar e transportar materiais pesados integram o rol de reclamações das pescadoras artesanais (LEITÃO et al., 2011).



No caso das pescadoras de Conceição da Barra, os problemas de saúde mais comuns apresentados por elas são: dores na coluna, na cabeça, nos braços, pressão alta e artrose.

Segundo as pescadoras entrevistadas, as doenças que lhe acometem são causadas pela dinâmica que o trabalho exige de cada uma delas, referindo-se tanto ao trabalho da pesca quanto ao trabalho doméstico, como observa-se na fala de Lírio:

A gente pega muito peso menina, no final do dia, não tem braço que aguente. E é peso na peixaria, por causa das caixa de isopor tudo, é os movimentos com as mãos pra descascar e limpar os peixes, e quando a gente chega em casa trabalha também limpando e arrumando a casa, quer dizer, chega uma hora que o corpo da gente não vai aguentar, é movimento o tempo todo, daí vem as artrose, artrite da vida, porque também é os movimento todo no gelo né, a frieldade acaba com nós, é muita dor mesmo (LÍRIO).

As atividades da pesca implicam em esforço repetitivo dos movimentos. O manejo com a faca para a limpeza dos peixes, por exemplo, é uma atividade que demanda tempo, pois segundo Lótus: *“pra vender 1 quilo de camarão limpo, você tem que trabalhar descascando ele quase que seis horas do dia. É trabalho descascar camarão”*. Ou seja, o fato de terem que ficar por horas se dedicando a um trabalho que exige os mesmos movimentos contribui para que, ao longo dos anos, as pescadoras adquiram doenças advindas do processo de trabalho, como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER).

As atividades das pescadoras, em especial, das marisqueiras e limpadoras de camarão são caracterizadas por movimentos repetitivos. O esforço excessivo e repetitivo para o desenvolvimento de atividades laborais afeta o sistema musculoesquelético, levando a manifestação



de sintomas, como dores e dormências nos membros superiores são sugestivos da doença de LER e são por muito desconsiderados.

Segundo Neves (2006), as lesões por esforço repetitivo (LER), caracterizada também como Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), compreendem um conjunto de síndromes que afetam principalmente os membros superiores. A característica mais comum da doença é sua relação com o trabalho. Aspectos como organização laboral, longas jornadas sem intervalos, a alta velocidade e pressão constante intensificam a possibilidade de lesões por esforço repetitivo, podendo levar o trabalhador à perda total de sua capacidade para o trabalho e até a perda de atividades cotidianas, do dia-a-dia.

Outro problema de saúde relatado pelas mulheres diz respeito à inflamação das articulações. Camélia afirma sofrer de artrite:

Com muito tempo de pesca, chega uma hora que a gente não desenvolve igual. Eu sinto dor hoje que não sentia quando comecei na pesca. Avaliando mim mesma, eu acho que fiquei com essa dor por causa da frialdade e dos movimento com as mãos. Daí minha mãos diz o médico que tem artrite, é tanto até que essa mulherada pega (risos). (CAMÉLIA).

Sobre a artrite: Varella (s/d)¹⁸³ diz ser uma doença inflamatória crônica nas articulações e órgãos internos podendo comprometer os movimentos. Como chamada, a artrite reumatoide (AR) pode afetar homens e mulheres em qualquer idade, porém afeta principalmente mulheres entre 50 e 70 anos. Entre os sintomas mais comuns da doença estão inchaço nas juntas das mãos, punhos, joelhos e pés que se deformam com a evolução da doença e cansaço acompanhado de

¹⁸³ Ver site: <http://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/artrite-reumatoide/>.



febre baixa. O tratamento da artrite se dá através de medicamentos para controle da progressão das deformidades que a inflamação causa, porém não há recursos para cura definitiva da doença. O inchaço nas juntas acompanha as mulheres pescadoras em seu trabalho e sobre isso comenta Girassol:

O inchaço nos pés também é demais, porque de ficar em pé, se entra 07:00 na peixaria e ficar até de noite ou fim de tarde assim, e em pé, sem sentar, desfiando siri, descascando camarão, lavando, pondo a mão no gelo, é muita coisa de dor, o gelo queima. Então a gente sempre tem dor nas pernas, e acho que vai tudo de saúde embora (GIRASSOL).

A atividade de limpeza e o beneficiamento do pescado dependem das pescadoras enorme energia. Além de ficarem por horas descascando com a faca o camarão, exigindo das mãos e dos braços esforço incessante, na maioria das vezes trabalham em pé, o que prejudica consideravelmente a coluna das pescadoras.

Os problemas de coluna nas comunidades pescadoras são os mais freqüentes, segundo Prosenewicz et al (2012). O fato de pegarem caixas de gelo extremamente pesadas e armazenar o produto nelas, faz com que as pescadoras sofram inflamação na coluna ou deslocamento de alguma vértebra. A posição de ficar em pé por horas contribui para que aumente a dor na coluna e pernas.

Outra queixa recorrente nas falas das pescadoras diz respeito à saúde mental que carece de atenção. Relatos de uso de medicamentos psicotrópicos na busca de solucionar problemas como dor de cabeça, dificuldades no sono, crises nervosas, foram relevantes. Sobre isso relata Rosa:

A saúde não tá boa não, a gente que adocece nem sabe falar direito o que tem né, mas eu acho que é do nervo mesmo, deu



depressão, acho que por causa das preocupação, perco o sono, o apetite, morro de medo, e sinto muita dor de cabeça. Eu tomo muito remédio, agora pra dor de cabeça e dormir to tomando fluoxetina (ROSA).

Segundo o psiquiatra Galeno Alvarenga¹⁸⁴ uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde mostrou que, no Brasil, 500 milhões de psicotrópicos diferentes são consumidos anualmente. Desta enorme quantidade, 70% são ansiolíticos, medicamentos que agem no alívio da sensação de ansiedade, depressão, tensão ou medo.

Dentre os problemas de saúde relatados pelas mulheres pescadoras de Conceição da Barra, de nove participantes, cinco afirmam ser portadoras de hipertensão, à exemplo de Violeta que diz: *“Eu tenho pressão alta desde os 25 anos, mamãe, vovó todo mundo tinha lá em casa. Tomo remédio direitinho, não tenho problema não”*. Tulipa também associa o fato de ter adquirido hipertensão a outros fatores, como excesso de sal, e diz:

Eu gosto mesmo é de uma comida bem temperada. O médico falou pra mim que se eu parar com o sal, vou ficar boa, tenho que continuar tomando o remédio, tomo atenolol, mas vou ter a pressão controlada. Só que eu não consegui ainda tirar o sal, a comida fica ruim demais (...) (TULIPA).

Indagada sobre a saúde das mulheres pescadoras que pescam, Camomila disse:

É pressão alta, dor na coluna, dor de cabeça. Muitos tem que ir no remo, então tem muita dor nos ossos, nos ombros, no braços, por causa da frialdade, tem dor no pé da barriga, inflamação. A maioria sente isso de doença, eu tenho pressão alta e diabetes (CAMOMILA).

¹⁸⁴ Ver site: <http://www.galenoalvarenga.com.br/medicamentos/benzodiazepinicos-rivotril-diazepan-lexotam-frontal-e-outros>.



Segundo Santos et al (2005) As causas mais conhecidas da hipertensão em 90% dos casos é má-alimentação, obesidade, uso de medicamentos, fatores genéticos, estresse e sedentarismo. O tratamento para hipertensão é medicamentoso e deve ser aliado a exercícios físicos e boa alimentação, que implica controle no consumo de gordura e sal.

A chamada “frieldade”, termo utilizado pelas pescadoras para se referir ao impacto que o contato com a água gelada ou gelo causa na pele, é diretamente relacionado as queixas de saúde relatadas pelas pescadoras. Muitas delas dizem sair com as mãos “queimadas” por causa do gelo, provocando hipersensibilidade. O trabalho da limpeza do pescado fura as suas mãos, chegando a causar sangramentos. Afirmam Gérbera e Orquídea: *“Olha a mão de um pescador e de uma pescadora, é tudo furada, vai tudo pro pau”* (GÉRBERA); *“A frieldade principalmente, artrose, minhas pernas são congeladas, endurecido”* (ORQUÍDEA).

O fator bebida alcoólica é encontrado em muitas famílias de pescadores. A maioria das mulheres pescadoras diz não fazer uso, restando uma parcela pequena de mulheres que dizem beber cerveja socialmente. Azaléa fala do porque que faz uso da cerveja:

Eu tenho que me confessar, eu bebo umazinha no finais de semana. Mas sabe porquê? A vida já é tão difícil, é tanto problema de depressão, eu bebo porque eu canto, eu me divirto, eu fico mais alegre, mas não é nada demais. Eu danço, a gente fica mais feliz, você percebe isso, afasta a depressão, então eu bebo no forró, mas acabou, acabou. (AZALÉA).

O relato de Azaléa aponta uma das estratégias de enfrentamento ao processo de adoecimento vivido pelas mulheres pescadoras de



Conceição da Barra. Tradicionalmente conhecido como o município do forró do Espírito Santo, em Itaúnas está concentrado o maior forró pé-de-serra do estado. Estudos comprovam que as atividades recreativas, que expressem maior sensação de liberdade, como a dança, por exemplo, contribuem para a recuperação de pessoas com depressão. O fato de a pescadora ter dito que a dança afasta a depressão e é por isso que ela dança, confirma ser a dança um mecanismo de prevenção da doença (CHAVES et al 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres pescadoras artesanais do município de Conceição da Barra, ES, têm uma expressão social e política. Elas são sujeitos importantes dentro das comunidades pescadoras, porém, a sua carga de trabalho gerada tanto pela atividade da pesca quanto pela divisão sexual do trabalho, que a coloca como, na maioria das vezes, como a única cuidadora do lar, tem levado ao seu adoecimento. As principais queixas dessas mulheres são dores nas costas, dores de cabeça, ansiedade, a hipertensão e artrite são as doenças que mais afetam essas mulheres.

O processo de adoecimento, para Laurell (1982), revela-se de maneiras diferentes e com particularidades. Como fruto das desigualdades sociais as mulheres em situação de vulnerabilidade têm suas vidas expostas às condições precárias do trabalho o que contribui consideravelmente no impacto em seu estado de saúde.



As reais condições de vida e de trabalho de mulheres pescadoras, assim como as desigualdades de gênero presentes em suas comunidades impactam a saúde dessas mulheres.

Os fatores de risco do qual as mulheres estão expostas, como ambientes de trabalho insalubres, sem condições mínimas de higiene, as longas jornadas exigidas pelo processo produtivo além das responsabilidades com o lar, se expressando em outra jornada de trabalho, são desencadeadoras de doenças nas pescadoras, sendo lesões por esforço repetitivo (LER), problemas na coluna, artrite, enxaqueca, hipertensão e doenças de pele.

O completo bem-estar das pescadoras é comprometido quando sofrem abalos emocionais advindos das preocupações, dificuldades econômicas, problemas nas relações familiares, afetando então a saúde dessas mulheres que receiam com muito medo em ficarem doentes de forma que a impossibilitem para o trabalho.

Nesse sentido, temos uma visão de que o processo saúde-doença de mulheres pescadoras está diretamente relacionado ao processo de trabalho que por sua vez, reforça a subordinação feminina. A saúde das pescadoras se agrava ainda mais quando não encontram no poder público suporte para o tratamento, sendo as políticas públicas ainda muito falhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Gilsa H. et al. **Estudo e relatório de Impactos em Direitos Humanos de grandes projetos:** o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala. Conceição da Barra/São Mateus, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra



(CDDH), 2011, p. 394. Disponível em: http://cddh.com.br/43D8346E-5ED4-41FE-A433-49D39D0A3C70/FinalDownload/DownloadId-666707906B5021549865A761F125C9C8/43D8346E-5ED4-41FE-A433-49D39D0A3C70/eridhgp_mococultura_eucalipto_norte_es.pdf 394. Acesso em: 28 jun. 2012.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Violência física/sexual contra a mulher na relação conjugal: estudo de casos de violência conjugal denunciados às delegacias da mulher do Estado do Espírito Santo**. 1998. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

BRASIL; CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR DOM JOÃO BATISTA. **Diagnóstico sócio-cultural-econômico da população pesqueira do litoral capixaba**. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2005.

BRASIL. Saúde e Segurança do Pescador. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. **Série Formação e Valorização do Pescador**. Brasília, 2007.

CHAVES, E. C.; CADE, N. V. Enfrentamento e sua relação com a ansiedade e com a depressão em mulheres com hipertensão. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. 2002, v.4, n.1, pp. 1-11.

CONCEIÇÃO DA BARRA. Secretaria de Saúde de Conceição da Barra. **Relatório Anual de Gestão**. 2011.

DIREITOS DAS MULHERES PESCADORAS. Blog **O pirá do Rio Oporá**. s/l. jul. 2009 Disponível no site: <<http://opiradorioopara.blogspot.com/>> Acesso em 04 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

KUMAR, K.G. Women in fisheries: a collection of articles In: **Gender Agenda, SAMUDRA Report**, India, ICSF, 2004.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud**. México, 1982, 22p. Trad. E. D. Nunes.



LEITÃO, M. R.; VERAS, D. B. O labor da maré: gênero, trabalho e cotidiano das mulheres pescadoras em Pernambuco. In: III SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, OLHARES DIVERSOS SOBRE A DIFERENÇA, 3., 2011, João Pessoa, **Anais...**João Pessoa, 10p. 2011.

NEVES, I. R. Ler: trabalho, exclusão, dor, sofrimento e relação de gênero. **Caderno de Saúde pública**. Rio de Janeiro, v. 5, 2006.

PROSENEWICZ, I; LIPPI, H. Acesso aos Serviços de Saúde, Condições de Saúde e Exposição aos Fatores de Risco: percepção dos pescadores ribeirinhos do Rio Machado de Ji-Paraná, RO. **Saúde & Sociedade**. São Paulo, v.21, n.1, 2012. p.219-231.

RODRIGUES, Matilde. Situação das mulheres pescadoras no Brasil. **Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional das Pescadoras, realizado pela Articulação Nacional de Pescadoras**. Fortim, Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras, maio 2010. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2011.

SANTOS, Zélia Maria de Sousa Araújo; FROTA, Mirna Albuquerque; CRUZ, Daniele Morais e HOLANDA, Samanta Daisy O. **Adesão do cliente hipertenso ao tratamento: análise com abordagem interdisciplinar**. Texto contexto - enferm. 2005, vol.14, n.3, pp. 332-340.

O DISCURSO DE DOMINAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS: A REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES

Renata Alves da Silva
Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Alegre – FAFIA
r.alegre@hotmail.com

RESUMO: Os discursos de dominação masculina com base no sistema patriarcal fomentam a naturalização de uma série de hábitos e ações no cotidiano da mulher, produzindo assim, a violência de gênero. No estado do Espírito Santo, em especial na cidade de Vitória, ocorreu uma significativa cristalização dos costumes e práticas de



violência contra a mulher. Assim, o trabalho teve como objetivo identificar e analisar os casos de reincidência da violência física conjugal, especificamente nesta cidade. Como fonte de estudo foram utilizados os Boletins de Ocorrência (BOs), registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM/Vitória), catalogados no Mapeamento da Violência contra a Mulher, realizado pelo Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/UFES). A metodologia estudo de caso, proporcionou realizar reflexões sobre a reincidência da violência em consonância com os discursos de dominação produzidos pelas instituições Família, Igreja e Estado. As categorias teóricas que orientaram este trabalho fundamentam-se nas proposições de Pierre Bourdieu sobre o símbolo e seus significados, bem como, nas considerações realizadas por Heleieth Lara Bongiovani Saffioti ao discutir o conceito de gênero. Os resultados encontrados apontam que os valores sociais constituídos a partir do sistema patriarcal são percebidos por vias da dominação masculina, da construção dos valores socioeconômicos e culturais que geram para a mulher a submissão, favorecendo relações violentas. Por via das fontes, foi possível constatar que a dependência econômica da mulher é uma das principais razões que geram sua permanência na relação conjugal, na qual, sofre com a reincidência da violência física.

1. AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE HOMENS E MULHERES

Nos últimos anos, tem se ampliado na historiografia brasileira os estudos que evidenciam questões sobre a história da mulher, os modelos que moldaram as instituições sociais e políticas, bem como os estereótipos elaborados a partir dos valores ligados ao sistema patriarcal. Dessa maneira, os espaços privados e públicos apresentam possibilidades plurais de análises sobre o passado e o presente das instituições, desvendando a história da mulher e as desigualdades relacionadas à dominação masculina.

Nesse contexto, Joseph Henry Fichter (1973. p. 297.), descreve que, uma Instituição pode ser conceituada como forma de “[...] estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificada, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas”. O



autor alega que as instituições precisam ter as seguintes características: finalidade, conteúdo relativamente permanente, estruturadas, serem unificadas e possuírem valores definidos. A partir desses parâmetros se constituem nas instituições suas regras formais e informais.

Com a proposta de relacionar a interferência das instituições na formação do indivíduo e sociedade, Mary Douglas (1982) colabora de forma ampla com seus estudos ao conceituar como pensam as instituições. Conforme a autora, para que as instituições adquiram legitimidade, é necessária uma convenção cognitiva que a sustente, ou seja, é preciso que haja um processo que gere uma relação entre os pensamentos, linguagens e memória. Algumas instituições se desenvolvem com parâmetros parecidos. Nesse sentido, afirma que as analogias têm a função de manter os papéis de cada sujeito. Por mais que as estruturas sejam diferentes, esse modelo assoberba as instituições de conteúdos morais e políticos. Um exemplo dessa classificação é a própria divisão de trabalho entre os homens e as mulheres.

Nas instituições como família, casamento e igreja as atividades laborais são previamente definidas, utilizando como justificativa a relação entre a razão e a natureza. Como esclarece a autora, as classificações definem o lugar das mulheres no mundo. Logo, ora são classificadas como capazes de cuidar da agricultura e da colheita, pois geram a vida, realizando uma analogia à própria terra, ora são consideradas sensíveis demais, frágeis, incapazes para tomarem decisões.

É necessário identificar a interferência das instituições na formação dos estereótipos para os sujeitos no tocante as questões históricas e culturais



que tendem a proporcionar a submissão das mulheres. Isto posto, Mary Douglas (1982) afirma que a amnésia estrutural faz parte do processo de dominação e controle social.

[...] As instituições criam lugares obscuros onde nada pode ser visto nem perguntado. Fazem com que outras áreas mostrem pormenores finalmente discriminados, que estão rigorosamente escrutinados e ordenados [...]. (DOUGLAS, 1986, p. 96).

A intenção, na aplicação ao fenômeno, é de selecionar algumas evidências, enquanto outras serão ocultadas na mente individual, logo, na coletividade.

À vista disto, a amnésia estrutural gera no indivíduo o esquecimento de fatos ou ações que o impedem de quebrar o controle instituído. Um exemplo relacionado ao fenômeno é percebido nas instituições família, casamento e religião, quando, em meio às relações de poder, há uma construção da invisibilidade feminina, reduzindo, assim, a sua importância para manutenção e constituição dos núcleos institucionais. Se há amnésia estrutural, há falta de identidade e, enquanto uns ganham o *status* de poder nas relações outros permanecem sendo subjugados, nesse caso, a mulher.

Ao observarmos os desenhos que as instituições foram deixando em seu percurso, encontramos reciprocidades e legitimidade para várias ações, nesse caso, podemos perguntar onde ficaram as mulheres na história das instituições? Em qual local foram proporcionalmente colocadas?

Sobre isso, Roberto DaMatta (1936. p. 65) enfatiza, em suas análises, que, “[...] no Brasil, por contraste, a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada, [...] sua unidade não está



baseada em indivíduos [...]”, mas sim, em relações que acontecem na instituição família, casamento, religião e ou nas instituições judiciárias. Se o indivíduo não tem relações, logo, é isolado; se não tem um vínculo relacional que o empodera nas instituições, torna-se um indivíduo marginal. Por essa razão, a mulher acaba por ser afastada das atividades que geram prestígio na sociedade.

As diferenças no tratamento à mulher, por vias das regras, atrelam-se aos respectivos papéis que as nega ou as inferioriza. “[...] as sociedades relacionais têm muitos códigos de comportamento, operando simultaneamente. Só que eles não estão em competição, mas são complementares entre si [...]. (DaMatta, 1936. p. 65).

As instituições têm suas características ligadas a seus próprios interesses, além de serem estruturadas e estruturantes. Buscou-se discutir o quanto os aspectos formais das instituições predispõem as relações de dominação, em especial, sobre a vida da mulher.

1.2 INSTITUIÇÕES, DOMINAÇÃO MASCULINA E COMPORTAMENTOS

Dentre as instituições que estabelecem a relação de controle sobre as mulheres, a família, considerada a primeira e principal instituição social dos sujeitos, é o seio da socialização, mister de fenômeno biológico e social. Em termos gerais, segundo Maria Cristina Aranha Bruschini (1998, p.74) pode-se conceituar família como “[...] grupos de procriação e de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho, em função da qual, determina-se o grau de autonomia ou subordinação das mulheres”. A partir dessa divisão sexual do trabalho que se identifica nas bases da instituição familiar, cabe às mulheres



ocuparem os espaços domésticos, dessa forma, vincula-se a maternidade, o cuidar do marido e dos filhos.

Em relação à estrutura familiar, Gilberto Freyre (2004, p. 160) esclarece que no Brasil, “[...] organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena recém-batizada por esposa e mãe de família” e, acrescentando-se a essa questão, a união de brancos com índias era por necessidade sexual dos homens, uma vez que era preciso aliviar os homens de suas tensões. Logo, a Igreja Católica, preocupou-se com a expansão da sociedade de forma híbrida que se iniciara e, para impedir a ampliação desse perfil de sociedade na colônia, inaugura a introdução de jovens órfãs europeias no Brasil, visando à realização de casamentos com homens brancos cujo objetivo era o adestramento da sexualidade masculina e controle da miscigenação.

Evidente que, assim como a família, as instituições religião e o casamento colaboram para transmissão de um conjunto de valores que mantém as hierarquias e a relação do autoritarismo de determinados grupos, que, por sua vez, excluem a mulher das possibilidades de poder. São constituídos estereótipos que condicionam as mulheres em determinados espaços, por sua vez, transmitidos como sendo oficiais para a sociedade.

No livro *Desmundo*, Ana Miranda (1996) conta a história de várias mulheres que chegam ao Brasil acreditando que o Novo Mundo possibilitaria melhor condição de vida, tendo em vista que muitas eram órfãs. A partir do casamento, criam a expectativa de formar uma família com os homens brancos cristãos. Todavia, entre o sonho e a realidade dessas mulheres, há uma série de controles que são instituídos no intuito de condicionar o corpo e o espírito delas. Nesse sentido, Mary



Del Priore (1993, p.171-189) confirma em suas análises que, na verdade, o que essas mulheres encontraram na vida doméstica, após o casamento, foram o adestramento sexual, as penitências religiosas, o amor demasiado e o amor controlado.

Para Mary Del Priore (1993, p. 171-189), o casamento formal era fortalecido na Colônia por razões de Estado, ou seja, era necessário para garantir o povoamento e expansão da Colônia, porém, por questões do controle social, só seriam possíveis casamentos entre os mesmos grupos raciais, étnicos e econômicos. Dessa forma, o casamento só seria realizado pela Igreja seguindo “[...] a ética loquaz da Reforma Católica, cujo discurso fomentava a incubação de uma moral conjugal sóbria e vigilante.” (Del Priore 1993, p. 171-189),

Sobre esse aspecto, Eni de Mesquita Samara (1989, p. 87) ressalta que os matrimônios se realizavam em grupos ou círculos limitados, respeitando as regras estabelecidas que agrupavam os sujeitos de acordo com o padrão socioeconômico.

[...] Significa que os casamentos predominaram em certos estratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente, entre a elite branca. (SAMARA, 1989, p. 87).

Essa relação de dominação e controle dos corpos femininos está intrínseca à construção do cotidiano familiar e social. Nessa perspectiva, observa-se que os discursos descritos nas cartilhas da igreja católica surgem como pedra angular para ampliação do sistema patriarcal em que o homem tem o domínio da família. É a figura masculina, como o pai ou o homem mais velho, que mantém a autoridade sobre a mulher e demais familiares.



Dessa maneira, a instituição religiosa vincula-se ao modelo patriarcal na formação da sociedade brasileira, haja vista que a Igreja Católica, em especial, dominava todo o ocidente nessa fase. É o que nos confirma Maria Beatriz Nader (2008, p. 108) em sua obra *Paradoxos do Progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*, ao descrever que, "a Igreja Católica era a instituição que detinha o poder ideológico e quase o monopólio religioso da sociedade ocidental". A autora reforça a interferência da Igreja em várias instâncias da sociedade, regulando o cotidiano e as regras oficiais, ou seja, fazia parte de toda vida do indivíduo, desde o nascimento ao batismo, no casamento e na elaboração da família, até o final com a extrema-unção. A mulher é a que mais sofre com esse modelo iniciado pela família e reforçado pela Igreja.

"[...] para disciplinar a mulher no interior do casamento e dar ao sacramento a dimensão de organização social que desejavam o Estado e a Igreja, invocam-se antigas implicâncias, extraídas das Escrituras ou de autores patológicos". (DEL PRIORI, 1993, p. 176).

Nesse sentido, as escrituras são utilizadas como justificativas para a dominação do corpo feminino. Se o corpo feminino ficava restrito à subjetividade constituída na relação de poder, o que era feito dele cabia às instituições dominadoras decidirem. A Igreja colaborou na constituição da identidade de gênero que define para a mulher, primeiro, a castidade, logo, a maternidade atrelada ao casamento e a sua submissão ao patriarca.

Acerca dessa questão, uma série de explicações são disponibilizadas na perspectiva de justificar a opressão sobre as mulheres. Na família, por naturalização do papel previamente definido para a mulher a partir da relação com a questão biológica, classifica a mulher como sexo frágil,



incapaz de resolver grandes feitos. Já na religião, a transformação da mulher pecadora em santa mãezinha para que, assim, pudesse colaborar com a ordem produzida por interesses múltiplos das instituições.

O sistema político e eclesiástico utilizava-se de um clero disciplinador que estimulava devoção à Maria, mãe de Jesus, em consonância com a pureza da mulher branca, destacando o casamento como um fator de adestramento e controle feminino. Mary Del Priore (1993, p. 176) relata que, "[...] no jogo das realidades ultramarinas e os desejos da Igreja, a mulher, no papel de santa-mãezinha, ganhava gradativamente a função de agente dos projetos do Estado e da Igreja dentro da família e do fogo doméstico". Eram retiradas das Escrituras religiosas ou das Leis, as justificativas para as desigualdades criadas para a mulher e a naturalização das ações de violência que permeavam as relações.

Em prol de ampliar a discussão sobre a constituição da família e suas interferências nas relações com violência, Maria Beatriz Nader (2001), chama a atenção para o fato de pesquisadores perceberem que a instituição família é fundamental para o entendimento da realidade social, além de intervirem em outras instituições sociais no desenvolvimento econômico e político.

Enquanto instituição social, a família tem implicações nas relações conjugais e é o modelo de família patriarcal que recebe da Igreja a legitimidade para atuar como base na estrutura que mantém os valores tradicionais.



A autoridade familiar é a base fundamental do patriarcado e implica uma determinada divisão sexual. Percebe-se o patriarcado como uma estrutura rígida de dominação masculina, que pode ser estendida a outras instâncias da sociedade e constituir uma identidade de gênero. Maria Beatriz Nader (2001, p. 42) acrescenta que “[...] a família é uma instituição fundamental da sociedade humana, pois não é apenas um grupo biológico, mas o ambiente onde os acontecimentos mais importantes da vida são vividos”. Todavia, nessa instituição, também ocorrem os conflitos e as divergências. A mulher é vista nesse grupo fadada ao seu destino biológico da maternidade e o cuidar da família. Os valores intrínsecos à família com base no patriarcado são transmitidos como costumes e comportamentos para além das fronteiras nucleares.

Para Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller (2006, p. 50), “[...] cabe destacar que patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens ou do masculino, enquanto categoria social”. As autoras elucidam que o patriarcado é uma ordem social administrada por dois princípios: “[...] as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos [...]” (Narvaz e Koller 2006, p. 50).

Destaca-se que as desigualdades e as opressões encontradas nesse sistema, possibilitaram vários tipos de violência contra as mulheres nas relações de poder. Nesse sentido, para a manutenção da família patriarcal, o casamento surge como instituição que asseguraria o controle social, econômico e racial no Brasil.

Realizando uma conexão entre os parâmetros que foram propagados na formação da sociedade brasileira desde a colônia com o cotidiano



das cidades, a capital do Espírito Santo – Vitória desenvolve, a partir de suas instituições, os mesmos condicionamentos que controlam as mulheres. À vista disso, Sebastião Pimentel Franco (2010. v. 1. p. 175-197), explica que, ao desenvolver uma pesquisa sobre a condição da mulher, especificamente na comarca de Vitória, no período histórico do século XIX, teve acesso a depoimentos descritos nos autos criminais que trazia a postura dessa mulher.

Nessa pesquisa, o autor descreve que, “[...] quando falamos da condição da mulher na sociedade brasileira, não significa que desejamos uniformizar seu comportamento [...]” (2010, p. 179) porém, percebe-se que, o sistema patriarcal prevaleceu na sociedade como aspecto geral, interferindo de forma intrínseca nos condicionamentos voltados para as mulheres.

Para o autor, por mais que algumas mulheres realizassem denúncias por serem vítimas de ações consideradas violentas, é possível identificar, nos textos dos autos criminais mantidos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que a atitude de insurgir da mulher é um comportamento indesejado, e, para repreendê-las, o homem poderia agir com violência.

Na história do tempo presente, o sistema patriarcal ainda encontra-se como referência de modelo em várias relações conjugais. Esse entendimento fica perceptível ao analisar as fontes, nesse caso, os Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM/Vitória).



A respeito do papel construído para a mulher no seio familiar, Elizabeth Badinter (1985) aponta para possíveis alterações nos valores instituídos na família quando se tem o aspecto político como foco de interesse. “[...] Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança [...]” (BADINTER, 1985). Ao contrário, se há interesses da sociedade pela criança, “[...] por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo [...]”. (BADINTER, 1985). Por conseguinte, de acordo aos valores intrínsecos na sociedade em relação à maternidade, será cobrado da mulher seu desempenho no papel de mãe.

Essa lógica eloquente produz para a família moderna o *status* de instituição que preza pelo amor fraterno e maternal. Com princípios de zelo e cuidados para o fortalecimento das famílias, a sociedade contribui para a minimização da mulher. A mulher passa a ter menos importância do que a criança na sociedade.

Confirmando esse pensamento, Mary Del Priore (1993, p. 172) faz uma relação direta com a articulação da família brasileira ao conceito tratado por Elizabeth Badinter no que se refere à conduta da mulher no cotidiano: “[...] ‘ser mãe’ passou a significar ‘ser casada’, ‘ser boa esposa’, ‘humilde, obediente e devota [...]’”. A estrutura que se moldou à instituição família e a manutenção dos valores que empoderam o homem e que prevalecem no Brasil até o século XXI, é um pressuposto para a violência nas relações de poder estabelecidas nos núcleos familiares a partir do conceito de gênero construído pelo patriarcado.



O que se percebe ao analisar os BOs registrados na DEAM/Vitória é a permanência do sistema patriarcal como padrão de comportamento que condiciona a postura do homem e da mulher nas relações familiares, criando, por sua vez, uma naturalização da violência contra a mulher nas relações conjugais a partir dos papéis culturalmente constituídos para o homem e para a mulher. O homem trabalhador, que cumpre com o seu papel, também culturalmente construído que é o de sustentar a família com seu trabalho, por exemplo, é percebido como imune a uma série de críticas.

Para contribuir com tal assertiva, observa-se o relato contido no BO nº 1149/04, de 29 de setembro de 2004, uma denúncia que relaciona-se aos valores enfatizados pelas autoras acima. Segundo o BO, Maria de 23 (vinte e três) anos de idade, parda, solteira, desfiadeira de siri, residente no bairro Ilhas das Caieiras, denunciou seu companheiro com 23 (vinte e três) anos de idade, pardo, pescador, residente no mesmo endereço da vítima. Consta na denúncia que, da relação conjugal tiveram uma filha, na data da denúncia com 5 (cinco) meses. Maria narra, em sua denúncia, que o problema acontece quando ele sai para beber nos finais de semana, pois, quando volta lhe agride. A vítima acrescenta em seu relato a seguinte informação: "Mas ele é um bom pai e bom marido".

O caso descrito deixa claro que, mesmo diante de uma série de mudanças que ocorreram no cotidiano das pessoas com as revoluções no século XX, como as inovações tecnológicas e científicas, a ampliação no processo de urbanização da região analisada, dentre outras alterações, alguns valores produzidos a partir do sistema patriarcal perduram em muitas famílias no século XXI. No citado BO, a



mulher, em situação de reincidência da violência, denuncia seu companheiro, entretanto, deixa transparecer em seu relato que o papel do patriarca está sendo cumprido como pai e marido. Identifica-se o quanto os valores transmitidos a partir da dominação masculina influencia os comportamentos dos indivíduos.

O sistema patriarcal permeia as estruturas políticas, familiares, religiosas, educacionais e jurídicas, justificando o discurso de dominação da mulher frente ao homem, além de sua exclusão de qualquer forma de poder. É um sistema que interfere na construção das personalidades, estabelecendo padrões de identidade de gênero. Lia Zanotta Machado (2000, p. 3), afirma que o “[...] patriarcado se refere a uma forma, entre outras, como modos de organização social ou de dominação social [...]”. A autora utiliza-se do conceito criado por Weber para esclarecer que, no patriarcado, a autoridade estará vinculada ao patriarca, ou seja, ao pai e ou marido.

Para Marilena Chauí (2003) e Heleieth Lara Bongiovani Saffioti (2004), ao tratarem da relação familiar, consideram que o patriarcado está diretamente ligado ao poder desempenhado por um chefe de família, cujo termo, patriarca, vem do latim, *pater-famílias*. O poder é exercido por laços de dependência econômica, social e cultural. Desse modo, as considerações trazidas por Marilena Chauí e Heleieth Lara Bongiovani Saffioti ratificam as considerações de Lia Machada Zanotta, demonstrando que o poder, primordialmente desempenhado no mundo doméstico, inicia-se na figura masculina.

Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006, p. 50) analisam o patriarcado e a família dispondo de algumas definições sobre o entrelaçamento das duas instituições, “a associação entre família e patriarcado remete à



origem do termo 'família', oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa 'escravo doméstico' [...]'". Apesar de o termo escravo doméstico soar como algo inaceitável na contemporaneidade, percebe-se que, a mulher em situação de violência, vive com o peso dos estereótipos naturalizado a partir da relação de poder que se instituiu na sociedade. Por sua vez, essa dominação vincula-se com uma série de reflexos negativos no cotidiano das mulheres, como a subjugação, o peso da maternidade, a definição dos espaços e das funções que lhe cabem, além da permanência de muitas em cárcere doméstico. Esses condicionamentos estão atrelados a ações de violência.

Conclui-se que esse perfil tendencioso é percebido em uma série de casos relacionados à violência conjugal contra a mulher na atualidade. Outra percepção que se faz ao analisar os relatos é o fato que as leis que vigoravam no Brasil até o ano de 2005 não tratavam especificamente da violência contra a mulher, o que colaborou para que as denúncias quando realizadas, não garantissem às vítimas a segurança imediata. No BO nº448/04, registrado em 16 de abril do ano de 2004, Marta, 30 (trinta) anos de idade, parda, casada, coordenadora escolar, residente no bairro Itararé, denuncia seu marido de 38 (trinta e oito) anos de idade, branco, porteiro, por tê-la agredida várias vezes.

Acrescenta que já havia registrado um BO na DEAM/Vitória contra seu marido, que inclusive, o esposo encontrou o registro na casa do casal e o rasgou, bem com tentou forçá-la a engolir o papel. O agressor só parou quando ela saiu para a casa da mãe irmão dele o conteve. No referido caso, ficou notório que os registros realizados antes das leis, que



tratam especificamente da violência de gênero, as mulheres que denunciavam poderiam continuar expostas à reincidência da violência doméstica.

A violência percebida no Estado do Espírito Santo, especificamente, na capital Vitória, entra em ressonância a cultura de dominação transmitida de forma transgeracional, fomentando a manutenção dos valores de dominação e desigualdade de gênero sobre a mulher, instituída por ações de violência no cotidiano feminino.

Desse modo, Maria Beatriz Nader (2003-2005) descreve em seus estudos que os valores e as práticas culturais que moldam as instituições pesam na formação da sociedade. A autora relata que “[...] assim como em todo o Brasil, em Vitória, a cultura de dominação masculina que prevaleceu em alguns redutos familiares, desde os tempos do Brasil Colonial, até hoje ainda se mantém.” Acrescenta informações pertinentes ao descrever que no processo de expansão da cidade de Vitória a partir da década de 1970, acontece um remodelamento na estrutura geográfica, econômica e social da cidade vinculada aos Grandes Projetos Industriais. Ocorre a ampliação do processo de imigração desenvolvido no estado, que chega como um dos potenciais fomentadores para o modelo de sociedade, atrelando as práticas e aos valores que atribuem o poder ao homem e minimizam as mulheres.

Referências bibliográficas:

ALVES, José Eustáquio Diniz. Gênero e linguagem na cultura brasileira: elementos para reflexão sobre uma diferença. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.) **Bioética**: reprodução e gênero na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Letras Livres, 2005. p.232-256.



BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 109. Disponível em: <[http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livtodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livtodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em: 10 de dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das mulheres no Brasil**: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 2003.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1936.

DEL PRIORE, Mary. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil Colônia. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola. 1993. p.171-189.

DOUGLAS, Mary. **Como Pensam as Instituições**. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget. Tradução da edição norte-americana, por Mônica Pinto, da edição de 1986.

FICHTER, Joseph Henry. **Sociologia**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1973.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Verso e Reverso: a condição da mulher na Comarca de Vitória a partir dos autos criminais (1845-1865). In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; FELDMAN, S. A. (Orgs.). **A cidade à prova do tempo**: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM: Gráfica & Editora, 2010. v. 1. p. 175-197.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Sociedade Brasileira de Sociologia



(Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52^a Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. p. 2-20.

MIRANDA, Ana. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do Progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: EDUFES, 2008. p. 108.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

NADER, Maria Beatriz. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. **Fazendo Gênero**. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278008189_ARQ_UIVO_TrabalhoprontoparapublicacaoFG9.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e sociedade**, Porto Alegre, jan/abr. 2006. p. 49-55. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 3 jun. 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MISOGINIA E PODER POLÍTICO: ANÁLISE DE XINGAMENTOS PROFERIDOS À PRESIDENTA DILMA NAS REDES SOCIAIS



Renata Barreto da Fonseca
(Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em
Linguística na Universidade Federal do Espírito Santo).
renatinhabarreto@msn.com

RESUMO: Neste artigo, buscamos analisar as estratégias discursivas utilizadas para ataques verbais machistas e misóginos direcionados à presidenta Dilma, sob o pretexto de manifestação política. O aporte teórico utilizado encontra respaldo na ACD (Análise crítica do discurso) de base sociocognitiva proposta por van Dijk (2010, 2011, 2012, 2013, 2014). O objeto de análise é um vídeo compilado pelo sociólogo Leonardo Nolasco-Silva¹⁸⁵, presente no site *youtube.com*. Os resultados demonstram que os xingamentos têm por objetivo desqualificar o feminino, produzindo discursos misóginos. Para Amossy (2001), as mídias sociais privilegiam a polêmica. Parte-se do princípio de que nas mídias sociais circulam discursos polêmicos com prática de violência verbal, que deve ser vista, considerando-se os contextos: social, enunciativo, midiático e ético.

Palavras-chave: Discurso; Gênero; Violência Verbal.

Considerações iniciais:

Neste artigo, analisamos fragmentos dos vídeos¹⁸⁶ compilados pelo sociólogo Leonardo Nolasco-Silva no qual se encontra um grande apanhado, editado, de vídeos do *youtube.com*, além de *stand up comedy* apresentado por Danilo Gentili ofensivo à presidenta Dilma. A opção pelos fragmentos parte do princípio de que é necessário fazer um recorte, para focar no uso de xingamentos proferidos à presidenta. Buscamos investigar por que, através de xingamentos, a manifestação política se torna sexualizada. Além de pesquisar por que o feminino é utilizado em operações de desqualificação, tendo em vista que os xingamentos voltados ao feminino apresentam um caráter negativo e pejorativo, como abordaremos mais detalhadamente na análise.

¹⁸⁵ O vídeo está presente no link: <<http://www.olinguetto.com/dilma-e-machismo/>>

¹⁸⁶ O vídeo pode ser acessado através do link: < <http://www.olinguetto.com/dilma-e-machismo/>>



Sabemos que, nos dias atuais, há uma onda crescente de movimentos contra os direitos das minorias. Isso se confirma nos resultados eleitorais, em que representantes da direita e da extrema direita passaram a assumir o poder. Basta ler jornais como *El país*, dentre outros renomados de nível internacional, para observar o acirramento dos discursos de ódio. Com isso, movimentos teocráticos, neonazistas, homofóbicos, misóginos e outros de nuances conservadoras ganham força. Partindo do princípio da liberdade de expressão, pessoas passaram a dizer tudo que lhes convêm, sem considerar os aspectos éticos dos discursos que estão em circulação, ainda mais nas redes sociais. Por esse motivo, o discurso polêmico ganha voz e adesão.

Para Amossy (2001), as mídias sociais privilegiam a polêmica. Parte-se do princípio de que nas mídias sociais circulam discursos polêmicos com prática de violência verbal, que deve ser vista, considerando-se os contextos: social, enunciativo, midiático e ético. Por esse motivo, é relevante apresentar o discurso polêmico, tendo em vista que o vídeo compilado apresenta a polêmica sob o pretexto de manifestação política.

As opiniões no ciberespaço já estão prontas. Basta aderir a elas. Não é necessário pensar sobre elas. A polêmica se dá nesses espaços públicos chamados de ambientes digitais, como no *youtube*. Segundo Amossy e Burger (2011), a polêmica, prática discursiva que visa a destruir o adversário, parece representar, entre as diferentes modalidades de conflito verbal, um caso limite de comunicação conflitual, em razão do domínio de desacordo radical e insuperável.

Para Amossy (2011), a polêmica origina-se de um conflito de opiniões. A violência está frequentemente associada à polêmica é porque esta se



define por ser uma manifestação discursiva sob a forma de choque, de confronto brutal de posições. Ela radicaliza pontos de vista em choque, o que determina a primeira característica da polêmica, ou seja, a dicotomização do discurso, representada por uma polarização de opiniões. Há, na polêmica, um “eu” que se opõe ao “outro”, ou a “ele”, mostrando que, as posições assumidas por cada um, são inconciliáveis. Conforme afirma Amossy (2011), a dicotomia inviabiliza o acordo entre os participantes, uma vez que ela tem por resultado congelá-los em suas posições antagônicas.

Nesse contexto, o estudo da violência verbal se mostra necessário na condução de novas angulações, passagens e desafios. Os discursos que vemos no *youtube.com* e suas manifestações agressivamente machistas e misóginas são engendrados por diversos contextos como: o político, o econômico, o cultural, o científico, o religioso e o escolar. Apesar do susto da reunião de forças tão conservadoras, os cotidianos devem ser entendidos como campos de luta, nos quais o poder, como relação de forças, está sempre sendo contestado e disputado.

A partir das relações de poder e de contrapoder, utilizamos os conceitos trazidos por van Dijk (2013), considerando as relevantes contribuições presentes na proposta apresentada pela ACD de base sociocognitiva, tendo em vista que o poder também se dá pelas práticas discursivas, ou seja, via discurso. Além disso, tal proposta dialoga com os estudos de Amossy (2011), levando em consideração os aspectos do discurso polêmico e da violência verbal presentes nos xingamentos à presidenta Dilma.

Este artigo será apresentado da seguinte maneira: após essas considerações iniciais, passamos ao referencial teórico que nos serve de



base, dando prioridade aos conceitos e informações essenciais para nossa proposta de análise de fragmentos dos vídeos; em seguida, descrevemos os aspectos metodológicos relevantes para o tratamento do objeto de análise; na sequência, fazemos a análise interpretativa desses fragmentos, considerando os xingamentos, como prática de violência verbal, para, finalmente, tecermos algumas considerações finais.

Contribuições teóricas da ACD de base sociocognitiva em diálogo com os estudos de Amossy (2011) sobre violência verbal.

Van Dijk (2013) apresenta a perspectiva da Análise Crítica do Discurso e uma síntese de algumas possibilidades de associação entre Discurso e Sociedade. Para van Dijk (2013), a ACD é uma perspectiva crítica de produção do conhecimento, focada em problemas sociais, preocupando-se com o papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou dominação. Ela trata das questões dos grupos sociais dominados. A pesquisa em ACD combina o que "costuma ser chamado de "solidariedade com os oprimidos" com uma atitude de oposição e dissensão contra aqueles que, por meio do texto e da conversação, buscam estabelecer, confirmar ou legitimar o seu abuso de poder." (van Dijk, 2013, p.20). A ACD assume e defende sua posição social e política.

O fato de a ACD surgir de abordagens distintas faz com que seu estudo seja multidisciplinar, levando em consideração as relações entre as estruturas discursivas e os problemas sociais. Nesse caminho, podemos discutir questões ligadas à identidade de gênero, os xingamentos proferidos à presidenta Dilma, considerando também as relações de



poder e contrapoder. Para tratar das questões de gênero, temos os estudos de Butler (2009, 2013, 2015), Louro (2013, 2014) e Tiburi (2018).

A ACD proposta por van Dijk apresenta uma perspectiva sociocognitiva. A teoria cognitiva é constituída pelos modelos mentais, contextuais e por uma dimensão social, que são os conhecimentos partilhados. Dessa forma, podemos descrever, de forma explícita, como os discursos estão envolvidos na reprodução de problemas sociais como o sexismo, por exemplo. Além disso, a análise cognitiva também descreve e explica vários aspectos do próprio discurso, tais como as macroestruturas e as microestruturas semânticas. Aquelas são chamadas de significado global, representando o tema ou tópico de um texto. Geralmente são intencionais, incorporam as informações mais relevantes de um discurso, expressando o conteúdo geral dos modelos mentais dos eventos. Já as microestruturas semânticas, ou significados locais, indicam as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo produtor textual, considerando-se as pressuposições e os recursos imagéticos que ele decide usar no texto.

A abordagem sociocognitiva de ACD pesquisa os níveis macro e micro da ordem social, por meio de um quadro teórico triangular que relaciona discurso, cognição e sociedade. Enquanto o uso da linguagem, a interação verbal e a comunicação fazem parte do micronível da ordem social; o poder, as relações de dominação e abuso de poder, a desigualdade entre grupos sociais pertencem a um nível mais macro de análise, sendo que esses níveis se inter-relacionam.

Van Dijk (2013) apresenta o triângulo: discurso, cognição e sociedade como a base dessa linha teórica. Sendo assim, não se pode pensar uma teorização social sem os aspectos cognitivos, nem uma teoria cognitiva sem abordar uma teoria social, pois sociedade e cognição apresentam



uma relação constitutiva. Nesse caso, van Dijk considera o discurso um evento comunicativo, que inclui “a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação”. (Van Dijk, 2013, p.355). Por ser um evento comunicativo, os discursos são “formas de ação e interação social, situadas em contextos sociais dos quais os participantes são não apenas falantes/escritores e ouvintes/leitores, mas também atores sociais que são membros de grupos e culturas”. (Van Dijk, 2000, p.6).

Para o autor, cognição envolve: tanto o aspecto pessoal como o social. Além disso, a cognição envolve crenças, objetivos, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”, como as representações ou os processos envolvidos no discurso e na interação.

E, finalmente, ‘sociedade’:

(...) significa a inclusão, tanto do nível local ou micro tais como as interações interpessoais, quanto dos níveis mais altos como as estruturas sociais e políticas, definidas em termos variados como grupos, relações de grupos (como dominância ou desigualdade), movimentos sociais, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos até as estruturas mais abstratas das sociedades e das culturas. (van Dijk, 2013, p.355).

Para van Dijk (2012), os aspectos sociocognitivos que podem ser observados via discurso, são definidos por modelos mentais pessoais e representações mentais socialmente compartilhadas. Essas representações sociais são compostas por: conhecimentos gerais, como “scripts”, “frames”, que são considerados esquemas mentais. Temos, então, o conceito de contexto, que é uma representação mental, envolvendo a relação dos participantes com os elementos sociais e



extralinguísticos inseridos no discurso. Assim, o contexto é, portanto, um modelo mental de uma determinada situação de comunicação, representando uma interface entre as estruturas sociais e as discursivas.

Os modelos mentais representam as experiências das pessoais, povoando a memória episódica. Esse processo de armazenamento dessa memória se dá por meio de esquemas mentais. Esses elementos que fazem parte de um esquema mental são armazenados na memória do indivíduo ao longo da vida e são prototípicos. Como os indivíduos vivem em comunidades socioculturais diversas, a prototipicidade dos esquemas mentais dos membros de uma comunidade pode ser diferente dos esquemas mentais de outra comunidade. Embora as representações mentais feitas pelos participantes do evento discursivo sejam “subjetivas e únicas, elas não apenas apresentam conhecimentos e crenças pessoais, como também incorporam grandes quantidades de conhecimentos e outras crenças socialmente compartilhadas”. (Van Dijk, 2006, p.172).

Nesse contexto, os xingamentos proferidos à presidenta fazem parte de nossos modelos mentais. Toda a sociedade brasileira compreende os usos de tais xingamentos, principalmente, as mulheres, que são alvos dos mesmos, tendo em vista que eles representam conhecimentos socialmente partilhados. Nos vídeos do *youtube*, inclusive, os xingamentos são ensinados às crianças.

Nessa abordagem sociocognitiva da ACD, as estruturas sociais influenciam os usuários da língua na produção de discursos. Além disso, para van Dijk, os esquemas mentais formam ideologias diferentes. As ideologias são “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por



um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo." (Van Dijk, 2000, p.69).

Para van Dijk (2013), as ideologias apresentam propriedades sociocognitivas e também sociais, sob o aspecto de grupos de interesse. As ideologias de grupo são compartilhadas, reproduzidas e adquiridas por seus membros. Elas são aprendidas por processos de doutrinação e também pelos esquemas dos gêneros específicos de discurso. Dessa forma, as estruturas sociais e discursivas estão atreladas às ideologias.

Como os discursos são produzidos por sujeitos que estão situados na esfera: social, cultural, histórica e política; os mesmos não são neutros, sendo ideologicamente condicionados. Porém, nem todos os sujeitos têm consciência desse fato. Isso facilita quem deseja manipular as ações e opiniões das pessoas. Nessa perspectiva, os estudos críticos do discurso têm por objetivo explicitar as questões ideológicas presentes nos textos que circulam socialmente, tendo em vista que essas questões podem não ser óbvias para leitores/ouvintes, contribuindo para a manutenção das desigualdades e injustiças sociais. Uma das formas de manutenção das desigualdades ocorre por meio das relações de poder e abuso de poder, tendo em vista que o discurso (re)produz a dominação social.

O poder, para van Dijk, é visto como controle social de um grupo em relação a outros grupos. Aqui, nos interessa a questão do poder social e do abuso de poder. A ACD não foca no poder de ordem individual. Já o abuso de poder é o uso do poder para benefício de um grupo em detrimento de outros grupos, produzindo ou reforçando desigualdades



e injustiças sociais. Para exercerem o poder, os grupos necessitam de uma base, que pode ser material ou simbólica.

A questão do poder simbólico está atrelada ao acesso ao discurso público pelas elites simbólicas. Elas são representadas por: políticos, jornalistas e professores, por exemplo. Dessa forma, o grupo social se caracteriza por sua estrutura, suas relações com os seus membros e também pela presença ou ausência de recursos de poder. As elites simbólicas têm acesso aos discursos de forma ativa, ao passo que a maioria das pessoas só tem acesso passivo aos discursos hegemônicos.

Por outro lado, há os movimentos de resistência chamados de contrapoder. Os analistas do discurso são militantes que formulam propostas para exercerem ações de contrapoder a situações de opressão. Para Kress (1990, p.85), "os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação."

Ao abordar a questão do discurso polêmico, podemos travar um diálogo entre os estudos de Van Dijk (2012) e Amossy (2001). Partimos do princípio de que os xingamentos fazem parte de nossos modelos mentais, considerando os estudos de van Dijk, que apresentam a Análise Crítica do Discurso de base sociocognitiva. Já os estudos de Amossy (2001) se referem à prática do discurso polêmico, com o uso de xingamentos para ofender a presidenta Dilma. Assim, a violência verbal aparece camuflada de manifestação política.

Amossy (2011) traz o conceito de *flaming*, que é o uso da linguagem intencionalmente para ofender. Para Amossy (2011), o *flaming* é



abordado no âmbito do discurso polêmico, caracterizado pela polarização e pelos ataques abusivos contra um indivíduo. A ocorrência de *flames*, neste contexto, parece ser a norma, mais do que a exceção: os *flames* são previsíveis (eles obedecem a regras tácitas); não levam a interrupção da interação; constituem, antes, uma rotina interacional. A partir do conceito de *flaming*, pode-se abordar a questão da polêmica.

Sabemos que o discurso polêmico é marcado pela oposição. Por esse motivo, a polêmica se enquadra na modalidade argumentativa, pois a oposição é um dos elementos constitutivos da situação de argumentação. Além disso, o discurso polêmico ancora-se no conflitual, emergindo três movimentos específicos: o da dicotomização, o da polarização e o da desqualificação do outro. O discurso polêmico se apresenta nos vídeos do *youtube*, considerando-se a questão do conflito, do uso das redes sociais, tendo em vista que a polêmica é midiática. Além disso, a dicotomização é marcada pelas posições em confronto como irreduzíveis. A polarização estabelece campos inimigos, ligando as pessoas aos grupos com as quais tenham identidade. Além disso, a desqualificação representa a "demonização" da figura do outro, por meio do uso pejorativo da linguagem.

Se por um lado, temos manifestações sexistas, representando o poder como controle social, por outro; temos as relações de contrapoder, marcadas pelos manifestos, que são movimentos de resistência ao que está posto. Dessa forma, o manifesto tem sido uma grande arma discursiva e ideológica, porque além de declarar um posicionamento, investe em mudança de comportamento, adquirindo uma postura militante.



O surgimento de uma produção textual diversificada, escrita por mulheres, exemplifica os postulados de van Dijk e aponta para uma forte reação. Essa manifestação é o que Van Dijk aponta como contrapoder, que atua com o objetivo de questionar o poder em vigência, refletindo sobre as relações de poder em nossa sociedade. Assim, encontramos um gênero de escrita, em forma de manifesto, que conjuga estudos feministas e Teoria Queer, com sociologia clássica, linguística e outras formas de conhecimento.

O resultado é a aparição de textos que apresentam declarações e testemunhos, fazendo passagens entre o sensível e o inteligível, combinando depoimentos pessoais com argumentos científicos, na tentativa de elevar a condição feminina e sugerir superação de situações de opressão. Entre as autoras, podemos citar Spargo (2017), Butler (2009, 2015, 2016), Louro (2013) e Tiburi (2018) que reelaboraram, principalmente, os estudos de Foucault sobre sexualidade, gerando atualizações necessárias aos nossos tempos.

Assim, os contramovimentos surgem com o objetivo de implodir a abjeção, utilizando como estratégia a aceitação dos termos injuriosos para, em seguida, banalizá-los pelo uso, desgastando, assim, sua influência desqualificante e performativa. No plano da ação, movimentos táticos como: Marcha das Vadias e Mulheres Rodadas, só para citar alguns, e no campo intelectual investimentos teóricos como a Teoria Queer abrem espaço para novas posturas éticas e estéticas que ressignificam agressões verbais.

Dados/ texto/corpus



Sabemos que as eleições presidenciais do ano de 2014 foram totalmente desgastantes e que o segundo mandato da presidenta Dilma foi marcado por turbulências, com fortes manifestações, alegando-se que o Brasil estava imerso em corrupção. Os meios de comunicação como jornais e revistas noticiavam tais protestos, em que havia cartazes pedindo: o fim da corrupção, a volta da ditadura e também havia xingamentos e músicas grosseiras para referir-se à presidenta. Essas manifestações começaram a ocorrer em 2013 e continuaram até o golpe, ocorrido em 17 de abril de 2016.

No dia 12/06/2014, no Itaquerão, em São Paulo, a presidenta realizaria um discurso de abertura da Copa do Mundo, mas, o que virou destaque em todos os jornais brasileiros foram os xingamentos dirigidos à presidenta Dilma. O público gritava: "Ei, Dilma, vai tomar no c...". Depois desse evento, seguiram-se outros em que o xingamento se tornou uma constante na vida da presidenta. No dia 08 de março de 2015, a presidenta fez um pronunciamento de 15 minutos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Enquanto pedia paciência à população e coragem para enfrentar a corrupção, moradores de várias cidades do país foram às ruas e janelas de prédios para protestar contra a presidenta. Houve panelaço, buzinaços, vaia e xingamentos, principalmente em bairros onde moram pessoas pertencentes às classes A e B, como se confirma no jornal *Estadão*.

Em 15 de março de 2015, manifestantes foram às ruas novamente com novas reivindicações: instalação de um estado teocrático, volta da ditadura militar, expulsão de imigrantes bolivianos. Também portavam cartazes pedindo "o fim da ditadura gay", "a defesa da família" e outras pautas conservadoras. Na maioria dos cartazes, havia muitos



xingamentos à presidenta. E é nesse ponto que se concentra o nosso artigo. Nesse contexto, surgem os vídeos nas redes sociais, representados como manifestações políticas. Na verdade, há um ataque à figura da presidenta Dilma, por meio de xingamentos e desvalorização de seus atributos femininos. Assim, usa-se o discurso da liberdade de expressão para ofender a imagem da presidenta, reproduzindo discursos machistas e misóginos.

Que tipo de manifestação política visa a colocar à disposição do sexo, mediante convocação, o corpo feminino? Essas práticas sexistas e ofensivas apontam para um reducionismo, atribuindo à mulher o lugar de deformidade, repugnância, pavor. Esse tipo de discurso se caracteriza como o polêmico, fazendo uso de violência verbal.

Entre uma configuração corporal considerada monstruosa e outra "normal" repousa uma série de intensidades normativas, designando horizontes possíveis pautados em certa hierarquia difícil de ser rompida. Tal hierarquia, historicamente, tem privilegiado os homens que cumprem as expectativas depositadas sobre o masculino, ao passo que essa hierarquia domina, poda e pune as mulheres e os demais sujeitos que se aproximam de certa idealização de feminilidade. Nessas relações de poder, as práticas discursivas fazem a manutenção das práticas sociais.

Método

Será realizada uma pesquisa bibliográfica com base nas temáticas sobre gênero, violência verbal, discurso, poder e sexualidade. Além disso, será desenvolvida uma análise qualitativa a partir dos seguintes questionamentos: Por que as mães, enquanto mulheres, preparam as



filhas para discursos misóginos e machistas? O que querem comunicar esses vídeos? Como ofensas pessoais à presidenta podem se tornar uma arma política?

Análise sistemática do corpus

Como o foco de análise recai sobre os xingamentos proferidos à presidenta Dilma, vamos fragmentar os vídeos, mostrando o contexto em que eles aparecem, com as suas práticas discursivas. Destacamos que nossa análise se pauta nesses três momentos:

1. Xingamentos à presidenta Dilma por meninas, sendo que as crianças são orientadas por uma voz feminina a realizar esses xingamentos.
2. Cartazes identificados como manifestações políticas em que homens gritam os seguintes enunciados: "Eu quero ver/quem se habilita/comer a Dilma/sem birita". Além disso, esses dizeres também constavam dos cartazes.
3. *Stand up comedy* protagonizado por Danilo Gentili em que o comediante questiona a aparência da presidenta, tratando a figura da mesma com escárnio.

A partir do link¹⁸⁷, temos algumas situações ligadas à violência verbal. Vamos descrever o primeiro momento do vídeo, em que crianças de até 05 anos de idade xingam Dilma. Todas as crianças presentes no vídeo são meninas. Elas são induzidas a proferirem xingamentos à presidenta, chamando-a de "vaca", "vadia", "galinha" e "piranha". Nos vídeos, uma voz feminina, provavelmente da mãe, pergunta: "você é

¹⁸⁷ Presente no endereço: < <http://www.olinguetto.com/dilma-e-machismo>>



Dilma?". E a criança grita indignada. "Por que você não quer ser chamada de Dilma?". A criança responde: "Por que Dilma é vaca". São muitas crianças que encaram o mesmo processo de desqualificação do feminino, alternando apenas a adjetivação para vadia, galinha ou piranha. Nos vídeos os xingamentos à presidenta são proferidos por meninas, sendo que a imagem dessas crianças aparece em cada fala, ao passo que, em relação à provável mãe, só ouvimos a voz. Esse primeiro recorte mostra que a "brincadeira" com as crianças representa um caso de forte violência verbal, com ataque à figura da presidenta. Segundo Butler (2013), é no investimento contra o feminino que os gêneros são performados e moldados conforme os discursos e práticas que, ao pretender descrevê-los, os produzem. Nessa perspectiva, tentam naturalizar a desqualificação do feminino.

Nos vídeos os xingamentos à presidenta são proferidos por homens e também por mulheres, enfatizando a ideologia da elite simbólica representada pela figura do homem, branco, machista. É o legado do patriarcado.

Em relação ao investimento contra o feminino, temos o conceito de misoginia apresentada por Tiburi (2018), considerando que os vídeos compilados têm um caráter misógeno. A autora afirma que:

"a misoginia é o discurso de ódio especializado em construir uma imagem visual e verbal das mulheres como seres pertencentes a um campo negativo. O que estou chamando de negativo diz respeito ao que está fora do poder. A misoginia está presente quando se associa as mulheres à loucura, à histeria, à natureza, como se houvesse uma predisposição que conferisse a elas uma inconfiabilidade natural, originária". (Tiburi, 2018, p.39).

No segundo momento do vídeo, com cenas extraídas das ruas, representadas como manifestações políticas, encontramos alguns



rapazes que carregam um cartaz com os seguintes dizeres, cantados aos berros: "Eu quero ver/quem se habilita/comer a Dilma/sem birita". Já no terceiro momento, temos um *stand up comedy*, muito popular, protagonizado por Danilo Gentili, que também faz parte da análise, o "comediante" diz: "Tem que votar nela porque ela é guerrilheira. E o que isso quer dizer? Que ela é corajosa? Por coragem, eu voto no pai da filha dela".

Ao analisar as relações de poder, notamos que a presidenta Dilma ocupava um lugar de poder, por ser presidenta. Porém, nem mesmo essa posição a livrou dos xingamentos, sendo que todos tinham um caráter altamente ofensivo ao feminino. Todos questionavam a aparência da presidenta Dilma, que é vista como feia. Nos discursos que circulavam no *youtube*, comentava-se sobre quem "comeria" Dilma sem birita. "Birita" é uma gíria que significa bebida alcoólica, portanto, era necessário estar bêbado para ter uma relação sexual com ela. Além disso, usavam-se palavras de baixo calão como o verbo "comer", para referir-se à relação sexual. Nunca houve tanta falta de respeito a uma figura de poder como ocorreu com a presidenta Dilma.

Havia, nesses casos, toda uma depreciação ao feminino, por meio de xingamentos que desvalorizavam tanto a aparência como proferiam ofensas tendo também os xingamentos com caráter sexual ativo, como o uso do vocábulo puta, por exemplo. Trata-se, sim, de uma questão de gênero, tendo em vista que esses discursos que circulam nas mídias sociais são altamente sexistas, por esse motivo, tal temática interessa à ACD de base sociocognitiva.

Em nenhum momento, nos vídeos apresentados, questionava-se a capacidade de governabilidade da presidenta. O que estava em



questão era o ataque à sua identidade feminina. Esse fato também se comprova em revistas como *Veja* e *Isto é*, em que a imagem da presidenta era de uma mulher carrancuda, “mal amada”, que não sorria, com poucos atributos do que possa ser considerado feminino, a partir dos frames que temos sobre o que representa feminilidade. Afinal, a esposa de Temer era “a bela, recatada e do lar”, reforçando, mais uma vez, que o lugar de mulher, na política, é como figuração, nunca como protagonista. O recado que fica para todas as mulheres brasileiras é que não devemos, nem podemos ser presidentas.

Para Butler (2009), a vulnerabilidade é condição de existência, porém os processos de vulneração recaem sobre as categorias periféricas. Em relação ao feminino, há uma pressão sobre o corpo, uma vez que a definição de “corpo” é cultural e histórica. Daí as investidas em termos como “feia”, “vaca”, “puta”, e também a reação contra a abjeção que essas palavras carregam como estratégia política que assume o horror na tentativa de superá-lo.

Segundo van Dijk (2013), os modelos mentais representam nosso conhecimento de um evento, mas também podem apresentar nossa opinião pessoal sobre o valor ou nossas emoções sobre o evento – que por sua vez podem ser expressos. Nesse contexto, os xingamentos proferidos à presidenta fazem parte de nossos esquemas mentais. Toda a sociedade brasileira compreende os usos de tais xingamentos, principalmente, as mulheres, que são alvos dos mesmos, tendo em vista que eles representam conhecimentos socialmente partilhados. Nos vídeos do *youtube*, inclusive, eles são ensinados às crianças.

Para Amossy, o discurso polêmico se baseia na tentativa na desqualificação do outro. Assim, um enunciador ataca um alvo para



desqualificar o adversário e o discurso dele por meio de uma série de procedimentos retóricos e argumentativos (Kerbrat-Orecchioni 1980, p.12, *in* Amossy, 2011). No caso da presidenta, os xingamentos ao feminino são uma das formas de desqualificação do outro, por meio do uso da violência verbal. Usam os vocábulos: "vaca", "vadia", "piranha", para referir-se à presidenta. Além disso, ela recebe o adjetivo de "sapatão", impondo uma orientação sexual a ela.

Sabemos que, no Brasil, há uma naturalização da violência no uso de xingamentos para referir-se às mulheres. Essa naturalização leva à banalização da violência verbal. Essa violência ocorre de forma pública, caracterizando o discurso polêmico, que se constitui pela desqualificação da figura do outro. Nesse caso, a desqualificação funciona como estratégia para retirada de direitos. Por caminhos diferentes, Butler (2009) e Rancière (2014) chegam à conclusão de que as desumanizações sistemáticas de grupos minoritários em termos de poder se realizam via práticas de linguagem, que visam à vulnerabilização das minorias. A partir desse enfraquecimento registrado no processo de desumanização, gera-se a perda de direitos.

Notamos que os desqualificadores usados para xingar a presidenta são nomes de animais como: vaca e piranha. Observamos mais uma vez a força do machismo nos xingamentos, por representarem os valores de uma sociedade. Constatamos que a forma feminina dos xingamentos tem um valor mais ofensivo, por trazer também uma conotação para o campo sexual, é o que ocorre com a palavra vadia. Ser vadia é o mesmo que ser puta, ser piranha, e está ligado ao comportamento sexual ativo das mulheres. Ser vaca também. É o mesmo que ser safada, voltando novamente a questão para o campo sexual. Ao passo que ser



vadio é o homem que não trabalha, à toa. Nesse caso, indica um homem sem sucesso. Percebemos que o xingamento para referir-se a uma mulher é bem mais ofensivo. Por se tratar de uma presidenta de uma nação, se torna mais emblemático, por mostrar que a condição feminina supera a situação de poder.

Com as redes sociais, o xingamento ganha eco, ganha outras vozes que reafirmam esses valores, depreciando a imagem de quem os recebe. Assim, os xingamentos veiculam uma prática baseada nos valores atribuídos aos diferentes gêneros. Temos, então, um corpo xingado, rotulado, marcado, sendo que suas modulações comunicacionais estão sempre apontando para novas formas de composição com o social.

Em muitos vídeos, pessoas em *off*, provavelmente mães, conversam com suas filhas. "Dilma é vaca também? Ela é feia?". A criança responde: "Ela é feia e vaca". A mãe diz: "Tá bom (como que quase satisfeita), manda um beijo para Dilma". A criança se despede: "Tchau, Dilma, você é muito vaca". Curiosamente são mulheres em *off*, que está fora do campo de visão, representando, de certa forma, uma "presença" fantasmagórica e onipresente, uma tradição pedagógica transmitida de geração à geração, que ensinam às meninas os xingamentos que são "apropriados" às mulheres. Mulheres ensinam às mulheres (ainda meninas) como as mulheres devem ser xingadas, extraindo os exemplos linguísticos da própria condição feminina. Além dos nomes de animais para xingar, trazendo toda uma conotação sexual por meio das palavras vadia, vaca e piranha; ainda encontramos o qualificativo "feia", destacando a pressão social que recai sobre o feminino no campo da beleza.



Em relação aos ensinamentos dados às crianças, temos, então, uma prática de adestramento infantil. A intenção das mães encontra explicação em Louro (2014), que considera essas táticas espécies de técnicas disciplinares de fabricação de sujeitos com gestos e palavras banalizadas no cotidiano, tais como aparecem nos vídeos postados no *youtube.com*.

Para van Dijk (2010), o poder se exerce não só pela comunicação direta através de atos de fala que incluem comandos, pedidos ou ameaças, como também atua por um sistema de crenças, normas e valores culturais que são compartilhados entre aqueles que detêm o poder e aqueles que são subjugados pelo poder. Trata-se de um consenso construído dentro de uma estrutura ideológica que é adquirida, alterada ou confirmada principalmente por meio da comunicação e do discurso. Para o autor, o poder social deve ser analisado em relação às várias formas de contrapoder ou oposição vindas dos grupos dominados, uma vez que este controle de mentes passa por mediações nas quais se dão diferentes graus de resistência.

Considerações finais

Por meio das análises de fragmentos dos vídeos compilados por Leonardo Nolasco, constatamos que os discursos misóginos se camuflam de manifestações políticas. Assim, segundo van Dijk, esses discursos visam ao controle das mentes por meio dos processos de manipulação, via discurso. São acionados modelos mentais do que vem a ser adequado para o feminino, havendo uma abjeção à figura da



presidenta, por meio de xingamentos que fazem parte de nossa memória discursiva, reproduzindo relações sexistas, via linguagem.

Por outro lado, nem toda a sociedade se dobra aos dispositivos disciplinares, muito menos se reduz a eles. Podemos comprovar tal fato com os estudos de Van Dijk sobre o contrapoder, que são manifestações e movimentos de resistência ao poder legitimado pelas elites simbólicas. Essas manifestações de resistência têm por objetivo ressignificar as relações de gênero, trabalhando a superação da opressão feminina, tentando livrar as mulheres de todo tipo de violência e, ao mesmo tempo, liberando o universo masculino desses papéis que hoje já não os representam mais.

Referências

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Tradução. Mônica Magalhães Cavalcante et.all. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. *La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion*. *Semen*, 31(1): 25-42. 2011. Disponível em: <<http://semen.revues.org/9072>>. Acesso em: 12/02/2012.

AMOSSY, R.; BURGER, M. 2011. *Introduction: la polémique médiatisée*. *Semen*, 31(1): 7-24. Disponível em: <http://semen.revues.org/9072>. Acesso em: 10/02/2012.

BUTLER, J. *Vidas precárias*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

_____. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". IN: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DESPENTES, V. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 Edições, 2016.



KRESS, G. *Critical Discourse Analysis*. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics* 11. p. 84-99, 1990.

LOURO, G.L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOLASCO, L. *Dilma, BBB e vestígios do machismo nosso de cada dia*. Disponível em: < <http://www.olinguetto.com/dilma-e-machismo/>>.

OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

PRECIADO, B. *Sexualidade é como as línguas. Todos podem aprender várias*. Disponível em: <http://parolequerr.blogspot.com.es/2012/04/queer/historia-de-uma>.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VAN DIJK, T.A. *Discourse, context and cognition*. *Discourse studies*, v. 8. 2006. Disponível em: <www.discourses.org>.

_____. *O discurso como interação social*. Estudos sobre discurso II. In: Uma introdução multidisciplinar. Barcelona, Editora Gedisa, Comp. 2000.

_____. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Editora: Contexto, 2012.



VAN DIJK, T.A. *Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade*. Tradução. Breno Wilson Leite Medeiros. Revisão. Maria Lúcia C. V. O. Andrade. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351-381, dec. 2013. ISSN 2236-4242. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164>>. Acesso em: 05 apr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL

Soraia de Mello Guimarães
*Pedagoga – Universidade do Estado de Minas Gerais
– UEMG. Mestra em Educação Tecnológica –
CEFET/MG. Coordenadora Pedagógica do Instituto
Pedagógico de Minas Gerais – IPEMIG
soraia.mguimaraes@hotmail.com*

Raquel Quirino
*Doutora em Educação, Professora Adjunta do Programa de Pós-
Graduação em Educação Tecnológica -CEFET-MG
quirinoraquel@hotmail.com*

RESUMO: Aborda-se neste estudo a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural, na cidade de Porteirinha – MG, com embasamento teórico na Sociologia do Trabalho francesa de abordagem marxista. Os sujeitos de pesquisa são produtoras rurais e mulheres lavradoras inseridas no Movimento Social “Marcha das Margaridas”. A união dessas mulheres retrata um movimento social de luta contra as diferenças sociais e trabalhistas, pelos direitos civis, saúde e soberania alimentar. A Marcha das Margaridas define-se como um dos maiores movimentos sociais de base feminista, realizado por mulheres em busca de mudanças políticas para o meio rural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual, realizou-se observação participante e entrevistas semiestruturadas, de forma a desvendar as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural e as mudanças ocorridas na visão de mundo e na prática social dessas mulheres participantes do movimento. A partir da análise do discurso das entrevistadas, foram desveladas as situações de desigualdades e de invisibilidade da mulher, além do “trabalho múltiplo” realizado por elas no meio rural. Evidencia-se que o movimento social “Marcha das Margaridas” proporciona o protagonismo das mulheres, melhorias significantes na realidade do campo e mudanças positivas na subjetividade dos sujeitos de ambos os sexos, ultrapassando as fronteiras da desigualdade que perpassam as relações sociais de sexo/gênero no meio rural.



Palavras-chave: Relações de Gênero, Divisão sexual do trabalho, Produtoras rurais, Marcha das Margaridas.

INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo a realidade das mulheres do meio rural e sua participação na produção e reprodução da força do trabalho, que vem sendo marcada pela exclusão e a disparidade econômica - presente nos indicadores de renda - e a dificuldade de acesso da força de trabalho feminina aos benefícios sociais, ao crédito, à assistência técnica e à formação profissional.

Nesse contexto tem-se como sujeitos de pesquisa mulheres, ainda que subsumidas, porém presentes nas atividades laborais do campo. O discurso das entrevistadas e a análise dos dados empíricos foram realizados a partir de uma perspectiva crítica dialética (GAMBOA, 2010, p.107), destacando-se, nesse estudo a utilização de técnicas da pesquisa etnográfica, pois visa à descrição detalhada dos fatos (VELHO, 1978), tais como a observação participante.

O presente artigo aborda e analisa, em seus limites, as contribuições do movimento na prática social e na constituição da visão de mundo dessas mulheres lavradoras participantes da marcha da cidade de Porteirinha, Minas Gerais. Ressalta-se sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural e evidencia a Marcha das Margaridas como um movimento social formado por produtoras rurais e ribeirinhas que reafirmam-se como sujeitos de direitos. Os dados desta pesquisa sugerem que, se a precarização do trabalho feminino está presente em todos os tempos e em todas as sociedades, no meio rural



ela se torna ainda mais evidente, segundo as autoras Guimarães & Quirino (2017).

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL

No período da pré-história já havia em sua sociedade um padrão social baseado na repartição distinta de tarefas entre homens e mulheres, conforme afirma Hériter (1997, p.24). Desta forma, apresenta a forma de subjugação de um sexo pelo outro, ou seja, como proclamação de um conflito entre os sexos, até então, à margem na pré-história. Para Quirino (2011, p. 43),

[...] evidencia-se, ainda que não de forma declarada, certo determinismo biológico, pelo qual se deduziria que as mulheres no trabalho são inferiores por natureza e que a sua submissão na sociedade tem uma base concreta na sua conformação biológica. Portanto, difícil ou mesmo impossível de ser suplantada.

Segundo Engels (1977, p. 70-71), “[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”, evidenciando, dessa forma, a opressão de classes e de sexos,

[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1977, p.70-71).

Decerto, para Engels (1977), a raiz material da opressão da mulher não tinha como causa básica a constituição do corpo, mas era origem de



determinadas relações sociais que se assentavam na divisão do trabalho e na exploração de uns pelos outros.

Na visão de Carreira (2004, p.15):

a categoria gênero também contribui para revelar, a partir de uma grande lente, aquilo que é cultural e, logo pode ser mudado na vida em sociedade, questionando a naturalização da desigualdade social entre os sexos. Ao mostrar a dimensão da desigualdade social da desigualdade e suas repercussões na divisão sexual do trabalho, escancara ainda mais portas e janelas para a ação política de coletivos, organizações e movimentos que atuam pela transformação dessa realidade.

Complementa Quirino (2011, p. 44) quando firma que, “a questão da opressão da mulher deixa de ser do domínio da biologia e é inserida no domínio da história, da cultura, tornando possível assim vislumbrar a sua superação por meio da ação política, pois se não é algo natural, pode ser superada”.

Destarte, a divisão sexual do trabalho para Hirata e Kérgeat (2001, p. 599) é

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Neste contexto, na divisão do trabalho em que as atividades realizadas pelas mulheres nos espaços privados não são consideradas como trabalho de grande importância, mas sem relevância econômica. Visto que, era apenas visto como ajuda e, com isso, o trabalho produtivo é algo que não lhe cabe. Tal divisão também é evidenciada no meio



rural, nos estudos de Schwendller (2002, p. 2), pois, desde muito cedo, os meninos e as meninas aprendem determinadas funções específicas.

A educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências. Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, o preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças.

Desta forma, a divisão dos papéis entre homens e mulheres se constrói, assim, dentro dos lares por meio da divisão do trabalho, no qual as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres não são reconhecidas como trabalho e, “[...] mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, este é muitas vezes visto como uma ‘ajuda’” (SHWENDLLER, 2002, p.2). No entanto, para a mesma autora, no meio rural, a mulher possui uma presença participativa na esfera pública, trazendo sua contribuição no trabalho, nos movimentos sociais e na educação. Já, nas abordagens de Pacheco (2002, p. 143), urge a necessidade da mulher trabalhadora do campo ter o reconhecimento do seu trabalho, pois, “[...] o paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho”. Nesse contexto, a múltipla jornada de trabalho assumida pela mulher do meio rural, que passa o dia todo na lavoura, no fim da tarde retorna ao lar assumindo os afazeres da casa e os cuidados com os familiares e, na maioria dos casos, ainda se dedica aos movimentos sociais e a trabalhos comunitários (SALVARO, 2004. MELO, 2001).



Nessa divisão de trabalho,

subestimam-se e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, na medida em que grande parte dessas mulheres trabalha ajudando a unidade familiar, sem uma remuneração específica. Os trabalhos considerados ajuda são tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não tem valor por si mesmo, mas contribuem para a produção geral da força do trabalho (ABRAMOVAY, 2000, p.349).

Na agricultura a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas com base nas características biológicas, mas num produto social que legitima as relações de poder que se forma no processo histórico e pode ser transformado. A autora cita algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres produtoras rurais, tais como, a limitação de crédito para agricultura, capacitação, entre outros fatores que favorecem a invisibilidade da mulher.

A MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU HISTÓRICO

Nas décadas de 1970 -1980 no Brasil, as mulheres eram envolvidas pelos direitos trabalhistas das produtoras rurais, destacou-se nesta época, a produtora rural Margarida Alves, nasceu em 05 de Janeiro de 1933, em Alagoas Grande, Estado de Pernambuco. Sempre trabalhou no campo e era defensora dos direitos humanos, sempre à frente de movimentos sociais em busca de direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Era sindicalizada e foi eleita como presidente do Sindicato Rural em 1973. Em sua luta no sindicato, pela melhoria de vida dos trabalhadores rurais, liderou mais de cem processos trabalhistas contra a então Usina de



Açúcar de Pernambuco, entrando em confrontos diretos várias vezes com os proprietários da empresa.¹⁸⁸

A sindicalista não se intimidava com esses conflitos, em 12 de Agosto de 1983, Margarida foi assinada com um tiro no rosto, por um matador de aluguel, na porta de sua casa, diante de seu marido e filho, familiares e vizinhos, segundo a Federação dos trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina - FETAESC (2015).

Diante deste fato que comoveu o país, a opinião pública, e os produtores rurais, de todo o país. A partir de então, Margarida Alves tornou-se o símbolo de luta das mulheres rurais e seu nome lembrado em todo o Brasil, pela “Marcha das Margaridas”, movimento de luta e reivindicações dos direitos da mulher trabalhadora rural.

A “Marcha das Margaridas trata-se de uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Segundo Fernandes, (2012, p.31), “[...] surgiu da grande necessidade que as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta têm pela igualdade de gênero”.

O movimento social conta com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, Federações e Sindicatos, a Marcha se firmou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras, movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e internacionais, para a sua organização. Realizada a partir do ano 2000,

¹⁸⁸ Ver mais detalhes no site: www.contag.org.br.



a “Marcha das Margaridas” se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista no campo.

Em seu primeiro ano, a “Marcha das Margaridas” articulada com a Marcha Mundial das Mulheres, contou com a participação de cerca de 20 mil trabalhadoras; em 2003, foram mais de 40 mil participantes, segundo CONTAG (2015).

Em 2007, aconteceu a terceira “Marcha das Margaridas”, a maior manifestação pública rural ocorrida até aquele momento, com a participação de 50 mil manifestantes. Em 2011, a Marcha aconteceu com a participação de mais de 60.000 participantes. As mulheres do campo e da floresta puderam demonstrar sua capacidade de participação coletiva num ato político. Já em 2015, o movimento conseguiu reunir em torno de 70.000 mulheres de todo o Brasil.

A Marcha possui uma perspectiva feminista, o movimento apresenta, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Contribuindo para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos visa a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais, protesta contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional daqueles/as que vivem distantes dos centros urbanos e, muitas vezes, esquecidos/as nas políticas públicas; denuncia e protesta contra todas as formas de violência, exploração e discriminação e busca avanços na construção da igualdade para as mulheres no meio rural. A cada ano, a “Marcha das Margaridas” atualiza e qualifica a sua pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades.



A partir daí, as mulheres vem conquistando direitos e leis para melhorias de vida no campo. Nessa disputa da sociedade elas garantiram o acesso a terra e à sua documentação entre outras grandes mudanças¹⁸⁹.

A VISÃO DE MUNDO DAS MULHERES DO MEIO RURAL

As produtoras rurais no norte mineiro saíram no mês de agosto de 2015 rumo a quinta “Marcha das Margaridas” saindo da cidade de Porteirinha, situada na região norte do Estado de Minas Gerais, rumo à Brasília. Aproximadamente 40 mulheres seguiram de ônibus fretado pelo sindicato e viajaram cerca de 810 quilômetros até chegar a capital federal para mostrar sua força e determinação na luta pelos seus direitos sociais e para se constituírem como sujeitos protagonistas da própria história. Fato novo para muitas mulheres que, até então, tinham baixa autoestima, eram subjugadas pela sociedade sexista e patriarcal que as relegavam a meras coadjuvantes e seres invisíveis no meio rural.

As afirmações de (Abramovay 2000, p. 351) quando evidencia os limites atribuídos às mulheres, sobretudo em relação ao acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, à capacitação profissional e a outros direitos civis e sociais, são corroboradas por duas entrevistadas: Maria de Lourdes¹⁹⁰, uma pequena produtora rural de 52 anos, casada e mãe de 03 filhos, e que desde o início participa da “Marcha das Margaridas” e Maria Socorro , possui 46 anos, viúva, mãe de 03 filhos e há 05 anos participa do movimento. As entrevistadas relatam o quanto participar

¹⁸⁹ As conquistas da “Marcha das Margaridas” encontram-se disponíveis:<://www.contag.org.br>.

¹⁹⁰ Os nomes apresentados são fictícios a fim de preservar as identidades das entrevistadas .



da Marcha contribuiu para sua mudança de vida e dá pistas de que profundas alterações aconteceram em suas visões de mundo. Os desabafo visivelmente críticos e politizados revelam mulheres conscientes de seus direitos, atentas a uma agricultura sustentável e para a ecologia, alertas à situação precária dos pequenos produtores rurais e à falta de políticas públicas eficazes para a agricultura familiar, além de uma consciência crítica de seus direitos:

As coisas tem que mudar porque assim a mulher precisa de formação, formação e formação e não e assim. Primeiro a formação é muito importante, mas chega um momento naqueles grupos que foram capacitados precisam de investimento. Do que adianta você está capacitado se você não tem dinheiro pra investir na sua formação? No Rio Pardo aconteceu isso e Taiobeiras o coletivo lá se posicionou assim é por ai e é desse jeito mesmo. Maria de Lourdes(Coordenadora do Coletivo de Mulheres). (Sic)

Eu digo que já melhorou muito, sabe? principalmente a luta das mulheres já melhorou muito a situação. Tem os empréstimos, acesso ao crédito... deu uma melhorada, mas ainda falta muita coisa. Enquanto o governo investe 20 milhões na agricultura familiar, ele investe 200 milhões no agronegócio e destrói tudo que a gente faz. Eles produzem pros outros comerem, e eles querem comer o que nós produzimos. Então o governo tinha que investir mais no projeto sustentável. Mas, eles investem mais no agronegócio que está provado que não é um projeto sustentável. Destrói a terra, a saúde do ser humano... (Maria de Lourdes. Produtora Rural - Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas Gerais).(Sic)

Também nesses espaços a gente cresce muito, tanto quanto na melhor qualidade de vida e renda. É uma discussão que a gente faz também na questão política, hoje não entendemos muito da política, mas antes a gente era muito pior. Aí, a gente tem acesso no âmbito da política brasileira. Ajuda a despertar quanto aos nossos direitos e ajuda também nos nossos deveres, isso graças ao nosso coletivo e nossas Marchas e aí nós conseguimos diferenciar uma coisa da outra. O direito de ser cidadão, o direito de ir e vir e o direito das políticas públicas que antes a gente não conhecia e hoje a gente tem mais conhecimento. Temos que melhorar muito, ainda desejamos muito mais, isso melhorou muito depois de nossa participação. (Maria do Socorro. Produtora Rural).(Sic)



Maria do Socorro, fala também com orgulho de uma das colegas que, já idosa, rompeu com a opressão imposta pelo pai, pelo marido, pela própria sociedade, pelo exaustivo trabalho doméstico e cuidados com os filhos, filiou-se ao sindicato e hoje participa do movimento, dos eventos da igreja e, ainda assim, continua no trabalho da lavoura:

Você pode ver olha a idade dela com 67 anos está aqui, não é pra todas as mulheres da idade dela, mas ela está aqui. O pai dela não deixava ela sair, o marido não deixava ela sair e ainda é mãe de 10 filhos. Então, pra gente do movimento é um orgulho, você precisa saber das histórias de vida que ela conta, as músicas que ela canta é um orgulho. Nós somos de um assentamento de reforma agrária, e lá tem uma associação e uma igreja Nossa Senhora das Oliveiras. Nós que organizamos a novena que está acontecendo lá, hoje é o quinto dia, no sábado vai ter uma festa. Nós estamos aqui hoje, e depois quando a gente chegar lá, vamos pegar no batente. (Maria do Socorro, produtora rural). (Sic)

O discurso de Maria do Socorro, ao retratar a situação de sua amiga, proibida de sair de casa pelo pai e pelo marido, revelam traços das relações sociais conflituosas e antagônicas entre homens e mulheres, demonstrando que, também no meio rural, “a educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências”, (Schwendler 2002, 2). Também, ao cuidar da casa, do marido e de dez filhos e continuar na labuta com a terra, a lavradora tem o seu trabalho duplicado, confirmando a tese de (Quirino 2015, 07), quando afirma que:

“[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a **opressão**, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na **exploração econômica**, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica” (grifos da autora).



Tal assertiva também retrata o posicionamento de (Toledo 2007,p.2) quando ressalta que as mulheres “[...] mantêm uma dedicação tanto no trabalho remunerado como no trabalho doméstico, e vivem por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas meio que ocupam duas posições ao mesmo tempo.”

No entanto, Ana Beatriz, 65 anos, casada, militante do movimento, revela que pouco a pouco, além da alteração da visão de mundo que lhe dá clareza de seus direitos e de protagonismo na vida do campo, também a prática social dessas mulheres lavradoras vem mudando. Mesmo discurso é revelado por Maria José, 60 anos, casada, possui filhos, que hoje se sente “empoderada” para “bater de frente” com quem quer que seja que coloque em risco seus direitos:

Mudou muito, nossa! A gente não tinha direito a nada, era só trabalhar. Só os maridos que tinham direitos. Isso mudou por enfrentar a luta da Marcha e da vida. Hoje isso mudou. Eu mesma era uma que só sabia trabalhar e no fim o marido não dá valor. Oh, moça, ele vai ter que entender que nós temos que lutar pra vencer na vida, se Deus quiser! (Ana Beatriz. Produtora Rural)

Ah... Pra mim mudou muitas coisas! Tive um conhecimento muito “aproveitativo”. Muitas vezes a gente não conhecia e não sabia dos direitos que a gente tinha. Às vezes, a gente ficava calada diante das situações, a gente não tinha como responder. Hoje, a gente tem um conhecimento e pode “bater de frente” com a situação.(Maria José, produtora rural)

Evidencia-se nesses poucos relatos que a vivência no movimento e os conhecimentos advindos dessa experiência têm levado as mulheres participantes da “Marcha das Margaridas” a mudarem sua prática social, posicionando-se mais criticamente diante da realidade que as cercam. Isso se deve às ampliações realizadas em suas visões de



mundo diante da constatação das inúmeras possibilidades que o mundo oferece além dos muros de suas casas.

A PRÁTICA SOCIAL DAS MULHERES DO CAMPO

A expressão Prática Social e ou práxis na visão de Marx pode ser atribuída, “em geral, a ação, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria ,faz e produz transformando seu mundo humano e histórico e decorrente a isso transforma a si mesmo”, segundo (Bottomore 2001,p. 460). O homem torna-se um ser da práxis.

“A palavra práxis é de origem grega, refere-se a todos os tipos de atividade que o homem livre tem a possibilidade de realizar, em específico a todas as atividades políticas”, apud (Lobkowitz 1967, p.9). Em que Aristóteles procurou a dar um significado mais preciso, em que descreve a praxis em três atividades humanas.

A sugestão é feita no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento, de acordo com a qual há três tipos básicos de conhecimento, o teórico, o prático e da *poiesis* (o “produtivo”), que se distinguem pela sua finalidade ou objetivo: para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático, a própria ação. Este último é, por sua vez, subdividido em econômico, ético e político. Assim, tanto pela sua oposição à teoria e à *poiesis*, como pela sua divisão em econômico, ético e político, o conceito de práxis em Aristóteles parece estar situado e definido de maneira bastante estável e segura. (Bottomore 2001, p. 460)

Aristóteles fez essa dicotomia entre o teórico e prático, dividindo a atividade humana em dois ou três campos. Mais adiante, Francis Bacon deu destaque e ao uso de práxis como aplicação de uma teoria. Nesse



sentido, insistiu o teórico que o verdadeiro conhecimento se dá frutos por meio da Praxis.

Todavia, Kant e Bacon tiveram o mesmo princípio que o conhecimento se dá por meio da práxis, mesmo tendo alguns que não concordaram com esta perspectiva. No entanto:

Em Kant encontramos modificações dos dois conceitos tradicionais: (1) a práxis como a aplicação de uma teoria, "a aplicação aos casos encontrados na experiência", e (2) a práxis como o comportamento eticamente relevante do homem. O primeiro sentido é particularmente evidente em seu ensaio sobre a sentença: "Isto pode estar certo em teoria, mas não na prática." O segundo conceito, muito mais importante para Kant, é a base de sua distinção entre a razão pura e a razão prática e da correspondente divisão da filosofia em teórica e prática.(Bottomore 2001, p.461).

Assim, a prática e a teoria são categorias filosóficas. A prática social por sua vez, retrata o saber que o homem acumula no decorrer de sua trajetória de vida. Nesse processo, o homem pratica ações no mundo de fenômenos materiais por meio de sua consciência e capacidade de refletir.

Segundo Trivinus:

(...) o tipo de prática desenvolvida frente a um determinado fenômeno material, origina o reflexo na consciência, relativamente, semelhante no nível de complexidade, ao da prática desenvolvida frente a determinado fenômeno material. (Trivinus 2006,122).

Ainda conforme o autor a práxis, ou a prática social, é uma unidade da teoria e da prática. Desse modo, o desenvolvimento da existência do ser humano como ser racional é no mundo material social.



Todavia, se o homem desconhecer a teoria não compreenderá a prática, como relata a produtora rural Maria S.:

Nós participamos do " Projeto das plantas medicinais", dos remédios caseiro, mesmo na comunidade e no município Riacho dos Machado. Não procuramos farmácia mais! Hoje, nós temos um espaço que nós trabalhamos com a planta medicinal com a ajuda dos companheiros. Hoje, nós fazemos capacitação pra trabalhar com as plantas e a saúde da mulher. Maria S. (Produtora Rural).

A prática neste caso, se refere a produção para necessidade básica do grupo ou da comunidade e o materialismo dialético estabelece na relação entre práxis e conhecimento. Cito a Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas Gerais:

O Projeto Plantar Água é pra agricultura familiar, pra garantir a sobrevivência, para produzir mais alimentos. E as grandes empresas são assim, você planta água por um ano e as grandes empresas consomem a água em um dia. Por isso, este debate é uma modalidade nova preservar a água que você tem, aí essa história. Maria de Lourdes (Produtora Rural - Coordenadora do Coletivo das Mulheres de Minas Gerais).

O discurso da Produtora rural reproduz a prática com caráter social e realiza funções para atender a necessidade da sociedade.

Nogueira (2006), ao pesquisar o trabalho das mulheres operadoras de telemarketing, cunhou a categoria "trabalho duplicado", para explicar o trabalho das mulheres que se dividem entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Todavia, as mulheres do meio rural ultrapassam tais fronteiras e realizam um "**trabalho múltiplo**", segundo as autoras, Guimarães & Quirino (2017). Além do trabalho diário nas lavouras e das atividades domésticas, dedicam-se incansavelmente a prover o sustento da família por meio da produção de alimentos, artesanatos e venda nas cooperativas; militam diariamente com presença forte e



significativa nos sindicatos, no Coletivo de Mulheres e na Marcha das Margaridas, além de outras atividades de assistência social às famílias da região, segundo afirma a pesquisadora Guimarães & Quirino (2017). E a demanda só tende a aumentar, conforme relata uma das produtoras da região:

Nossa, tem uma produção diversificada demais: artesanato de semente, casca de pau, argila; uma diversidade muito grande. Fabricação de doces de todos os tipos, rapadura, licor de Genipapo. É muito bacana a produção das mulheres no norte de Minas! Agora, eu te falo a infraestrutura pra toda essa mulherada, não é fácil. A gente se desdobra, dá atenção às famílias, organização das mulheres, é difícil. Estou sofrendo um dilema muito grande, nós temos uma parceirona que trabalha com tratamentos alternativos e colocou três projetinhos pra desenvolver na nossa mão e a gente não tá dando conta de desenvolver. Criou os grupos, mas os grupos não desenvolvem, a gente tem que ficar puxando estes grupos, senão não anda. As mulheres já cresceram muito, antes nem saíam da cozinha. Agora não. Elas conversam e falam, contam o que tem pra contar. Mais ainda é muita coisa que a gente tem que dar conta. Tá pesado porque está no norte de Minas Gerais todo e as mulheres vai evoluindo e vai ficando exigente também, né? (Efigênia) (sic).

O crescimento das exigências das mulheres, conforme relata a entrevistada, evidencia, como explica Triviñus (2006, p.122), que as ações práticas tomadas no mundo influenciam diretamente na capacidade de refletir e na consciência e vice-versa. Para o autor, “[...] o tipo de prática desenvolvida frente a um determinado fenômeno material, origina um reflexo na consciência, relativamente, semelhante ao nível de sua complexidade”.

Outro ponto importante a ser retratado acerca das mudanças na prática social e na visão de mundo dessas mulheres refere-se à sua formação profissional e à valorização de seus saberes.



Gallo (2009) reconhece que o conhecimento possibilita mudanças nas relações sociais e no processo de desenvolvimento do indivíduo em relação à natureza e o meio que o cerca. As produtoras falam com orgulho dos cursos realizados e dos seus saberes tácitos: “fiz curso no SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) , de avicultura, extrativismo, vários cursos e tenho muitos certificados (Adelina) (sic).”

Conforme a presidente do sindicato, esses cursos são oferecidos por meio do Coletivo das Mulheres no projeto para capacitação das mulheres do campo. Todavia, o coletivo também dá às mulheres a oportunidade de se capacitarem não somente nesses cursos, como também em outros oferecidos pelas mulheres locais, para profissionalizar as mulheres da região.

Nós participamos das planta medicinal, dos remédios caseiro. Mesmo na comunidade e no município Riacho dos Machado ninguém tá mais procurando farmácia. Hoje, nós temos um espaço que nós trabalhamos com a planta medicinal e a ajuda das companheiras. Hoje, nós faz capacitação pra trabalhar com as plantas e a saúde da mulher (Josefina) (sic).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetiva-se abordar algumas questões relacionadas às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho no meio rural e enfatizar as contribuições do movimento social Marcha das Margaridas na transformação da visão de mundo, na formação profissional e da prática social das mulheres lavradoras da cidade de Porteirinha, localizada ao norte do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, destacam-se nos relatos das entrevistadas que são inegáveis as contribuições da Marcha das Margaridas na construção e alteração



das visões de mundo e das práticas sociais dessas mulheres. O ativismo político e social das mulheres de Porteirinha denota que elas estão se tornando sujeitos da própria história, conscientes de seus direitos e deveres. Essas mudanças também foram evidenciadas por esta pesquisadora na observação participante da Marcha de 2015 e nas conversas informais travadas com as mulheres residentes na região e atuantes no movimento.

Confirma-se, pelos relatos e modos de vida dessas mulheres, que elas nunca foram vistas e identificadas como trabalhadoras rurais, mas, apenas ajudantes do pai ou do marido e, seu trabalho, invisível social e economicamente. Essas mulheres plantavam e produziam, confeccionavam produtos e artesanatos, porém, o lucro das vendas era de seus pais ou maridos. As lavradoras eram impedidas de sair de casa e de manifestar suas ideias. Não tinham oportunidades de formação profissional e sequer conheciam seus direitos, tampouco tinha informações e coragem para lutar por eles.

Portanto, é certo que a violência, a desvalorização e a sobrecarga das mulheres do meio rural - que vivenciam um "trabalho múltiplo" Segundo as autoras Guimarães & Quirino (2017), trabalhando em casa, na lavoura, na produção de bens vendáveis e na atuação nos movimentos sociais – ainda permanecem como uma realidade difícil de ser mudada. No entanto traços de mudanças de comportamentos entre elas e de seus companheiros foram evidenciado nessa pesquisa. Não obstante a opressão de gênero e a exploração econômica as quais são submetidas os discursos e práticas das entrevistadas, as mulheres estão adquirindo conhecimentos e empoderamento social e político para que suas vozes sejam ouvidas e essa realidade alterada.



Essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar as discussões acerca do tema. Pelo contrário constitui-se em ponto de partida para outras pesquisas relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2001, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FAZENDA, Ivani, **Metodologia da Pesquisa Educacional**/Ivani Fazenda (org.) – 12 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Alessandra do Patrocínio. **A Reforma Agrária, a mulher e a exclusão feminina: a “Marcha das Margaridas”, um exemplo de luta pela igualdade. (2010)**. Disponível em: <www.cdn.ueg.br> Acesso em: 06 Abril 2015.

GALLO, Silvio **Subjetividade, Ideologia e educação**/Silvio Gallo,-- Campinas, SP: Editora Alínea 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e educação**, 5ª Ed., São Paulo, Cortez, 2001- (Coleção Nossa Época;V.5).

HÉRITIER, Françoise. Masculin/Féminin: la pensée de la différence. Paris: Ed. Odile Jacob, 1997.

HIRATA, Helena LEITE, Sérgio Cilani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.



KÉRGOAT, Daniéle. **Novas Configurações da divisão Sexual do Trabalho**, In: Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595, set. dez.2007.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. 336p.

MARX, K. **Textos escolhidos**, 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção as pensadores)

_____. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. In: Textos escolhidos. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**, 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

NOGUEIRA, Claudia Maqzei. **O trabalho duplicado** – A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gérias – UFMG, 2011.

QUIRINO, Raquel. **Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista**.

Disponível:<http://www.portal.fae.ufmg.br//seer/index.php/trabedu/articloe/viewFile/2532/1622>. Acesso: 24/09/2015.

QUIRINO, Raquel, GUIMARÃES, S. M. **A divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural** .Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

SCHWENDLER, S.F. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. In: <http://www.landless-voices.org>, University of Nottingham: Inglaterra, 2002.Acesso: 27.05.2015.

TRIVINUS,A.S. **A dialética materialista e a prática social**, Movimento, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006.



VELHO, G. **Observando o familiar**. In: NUNES, Édson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 36-46.

A APROPRIAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Stella Scantamburlo de Mergár
*Mestranda em História Social das Relações Políticas da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES) e membra do Laboratório de Estudos de
Gênero, Poder e Violência da UFES (LEG/UFES)*
stellasmergar@gmail.com

RESUMO: O violento cenário do atendimento à mulher durante a gestação, no trabalho de parto e no pós-parto revela muito mais que uma praxe profissional, mas um condicionamento sociocultural promovido pela usurpação pela medicina do controle sobre os corpos femininos, de maneira que dados fornecidos pela pesquisa "*Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado*" e pelo "*Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento*", demonstram que a brasileira é alvo de inúmeras violações de seu corpo. Na história, a arte de partejar era tradicionalmente feminina, exercida pelas parteiras, e símbolo de poder e competência, mas, com a apropriação da prática obstétrica pelos médicos a partir do século XVII, na Europa, e, do século XVIII, no Brasil, o conhecimento feminino foi se perdendo e a atividade da parteira desvalorizada. No Brasil, durante o século XIX, as parteiras continuaram atuando nos nascimentos e, somente no século XX, é que houve a efetiva institucionalização do parto. Com a instituição do parto hospitalar e a medicalização do nascimento, as mulheres foram alijadas do cenário e submetidas a excessivas rotinas cirúrgicas, como as cesáreas desnecessárias e a episiotomia. A presença masculina no trabalho de parto, antes tida como inapropriada, passou a ser constante. Assim, antes tidos como fisiológico, feminino e experiência subjetiva e domiciliar, o parto e o nascimento tornaram-se eventos médicos, masculinos, arriscados e patológicos, devendo ser conduzidos unicamente pelos detentores do saber médico. Busca-se, portanto, demonstrar como a usurpação dos conhecimentos femininos e o controle social sobre o corpo da mulher induziu a práticas recorrentes de violência sobre o nascimento, legitimando comportamentos abusivos.

Palavras-chave: Corpo; Parto; Nascimento; Apropriação; Violência obstétrica.



Há aproximadamente dois milhões de anos no planeta, os seres humanos coexistiram, durante boa parte desse tempo, em sociedades organizadas para a coleta e a caça aos pequenos animais e, nesses agrupamentos sociais as mulheres eram “sagradas” por gerarem vidas. Assim, na pré-história, homens e mulheres compartilhavam das atividades diárias, dividindo o trabalho e administrando a sociedade. Nessas culturas havia um maior cooperativismo entre os sexos e, ainda que as mulheres possuíssem algum poder, a liderança acontecia por meio de rodízios entre os membros e a paz predominava (MURARO, 1991, p. 05).

Entretanto, com a mudança para as culturas de caça aos grandes animais, nas quais a força física era indispensável, a relação entre os sexos foi se alterando, uma vez que, diante da escassez de alimentos e da competitividade para a busca de novos territórios, a ideia da supremacia masculina se destacou. A partir de então, a força física se tornou o mais importante para a sobrevivência da espécie, e a harmonia entre os sexos começou a desaparecer. Todavia, como o homem ainda não conhecia a sua função reprodutora, não a usava como instrumento de dominação da mulher e esta ainda era vista como ser sagrado, de modo que se acreditava que os deuses teriam concedido a capacidade de “dar a vida” apenas às mulheres (MURARO, 1991, p. 06).

A partir do neolítico o homem conheceu e dominou a sua função reprodutora e, conseqüentemente, passou a controlar a sexualidade feminina: “[...] Aparece então o casamento como o conhecemos hoje, em que a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina [...]” (MURARO, 1991, p. 07). Com o



arado e a sistematização das atividades agrícolas, os grupos humanos foram forçados a se estabelecer sedentários, originando aldeias, cidades, Estados e impérios. Nesse contexto, a sociedade já era patriarcal. A sexualidade da mulher era controlada pelos homens, a monogamia uma obrigação, pelo menos para as mulheres, e a virgindade feminina era sagrada antes do casamento. Quanto mais filhos melhor era para o pai, uma vez que a prole estava diretamente relacionada com a quantidade de soldados e de mão de obra barata para o dono da terra – os filhos preenchem os seus exércitos e trabalhavam para seu pai. A mulher, por sua vez, atendendo às imposições masculinas, restava privada no ambiente doméstico, estando completamente tolhida em suas possibilidades decisórias e independência econômica (MURARO, 1991, p. 07-08).

A mulher, antes respeitada nessas sociedades primitivas, perdeu, aos poucos, a sua importância. Reforçando a negatização da figura feminina, existe o relato da criação da mulher através do mito de Pandora, na tradição grega, pelo poeta grego Hesíodo. Para o mito, Pandora, é fruto de uma briga entre Zeus e o herói Prometeu decorrente do primeiro sacrifício sangrento instituído por este último e agravada pelo furto do fogo divino por Prometeu para dá-lo aos homens. Com a fúria de Zeus, o deus Hefáistos criou a primeira mulher, Pandora, tal qual uma deusa, mas que possuía vários defeitos e um coração ardiloso, como forma de vingança pelo roubo do fogo (SCHMITT-PANTEL, 2003, 130-133). Ao casar-se com Epimeteu, Pandora abre o jarro que contém seu dote e todos os males que ali estavam presos saem, mas, ao tentar fechá-lo, ela acaba prendendo a esperança (SILVA, 2009, p. 328). De tal narrativa, extrai-se que a mulher é um “mal”.



Nesse mesmo sentido, os discursos dos filósofos gregos Platão e Aristóteles aduziam que a mulher era dominada pelo seu “útero errante”, o qual andava pelo seu corpo, e por sua capacidade de procriação, não dominando a capacidade de pensar e de governar tal qual os homens. Aristóteles percebia o corpo feminino como débil, menos desenvolvido e mais flácido, e a inteligência feminina inferior à dos homens, já que elas possuíam um cérebro menor. O médico grego Hipócrates também entendia o corpo feminino assim como Platão, explicando que o problema da sufocação uterina teria como origem a teoria dos humores. Para ele, os humores do corpo humano eram o sangue, a bile, a água e a fleuma, e as qualidades respectivas eram quente, frio, seco e úmido. Para Hipócrates, por sua vez, era preciso um equilíbrio entre os humores e as suas qualidades, mas por ser o corpo da mulher mais úmido, reteria maior quantidade de água e, por conta disso, imperfeito e fraco. O corpo do homem, não, uma vez que este se assemelhava a uma trama mais apertada e densa, sendo mais seco e forte. Aristóteles acreditava que o sêmen era o criador da vida e, conseqüentemente, o papel da mulher era secundário na procriação (COLLING, 2014, p. 47-62).

Enquanto se escrevia o Gênesis no Oriente Médio, o patriarcalismo ia se expandindo e o *status* da mulher se tornava cada vez mais degradado, visto que, na Grécia, o sexo entre homens era comum, restando às mulheres a maternidade ou a prostituição (MURARO, 1991, p. 12). Para Badinter, assim como Muraro, os chefes de família centralizavam todo o poder, de modo que as mulheres acabavam equiparadas às crianças, sendo além de que essa representação patriarcal manteve-se inalterada durante toda a antiguidade (BADINTER, 1985, p. 29).



Com o advento do Cristianismo e com as sucessivas guerras, as mulheres acabavam se *destacando* nesses momentos de crise, uma vez que os homens estavam na guerra e o índice de mortes masculinas era alto. Entretanto, esse destaque da figura feminina no domínio público só se dava nas ausências dos homens, pois, quando retornavam, reassumiam seus papéis e a mulher voltava ao reduto doméstico (MURARO, 1991, p. 12-13). Ainda que com o recrudescimento da função feminina com o advento do Cristianismo, Badinter destaca o aspecto positivo da palavra de Jesus e explica que houve uma deturpação por seus intérpretes do seu real significado, sendo certo que Cristo difundia a ideia de igualdade entre todas as pessoas, não tendo, em momento algum, subjugado a mulher (BADINTER, 1985, p. 30).

Durante a Idade Média, o discurso religioso era dominante. Este, conjugado à filosofia de Platão e de Aristóteles, criou os argumentos perfeitos para justificar a inferioridade feminina e manipular as leis, fazendo com que as riquezas se mantivessem nas mãos masculinas. Juntamente com a medicina, a mulher era tida como “um desvio imperfeito do modelo humano perfeito: o homem” (COLLING, 2014, p. 63). Além disso, o sacerdócio era destinado exclusivamente aos homens, e às mulheres restava o papel de meras ouvintes das pregações.

Construíram-se dois modelos dicotômicos de identidade feminina baseados na sexualidade representados por Eva e Maria (LIMA, 1986, p. 154-155), e, na Idade Média, a história de Eva como a primeira mulher transmitiu a ideia de o sexo feminino é basicamente pecador. Dois relatos bíblicos no Gênesis abordam Eva: um, no capítulo 1 do Gênesis (séculos VII-VI a.C.) e, o outro, no capítulo 7, versículo 25, do Gênesis 2



(séculos X-IX a.C.). O primeiro relato da criação não conduz à ideia de inferiorização da mulher, uma vez que homem e mulher foram criados simultaneamente e Deus lhes confiou a missão de povoar a Terra. Já o segundo relato, mais antigo, produziu uma referência à subordinação da mulher ao homem, ao colocar que ela teria sido criada a partir de sua costela (SCHMITT-PANTEL, 2003, p. 136-137). Além de ter se originado de uma costela de Adão, Eva foi a culpada pelo pecado do homem diante da tentação da serpente. Assim, a justificativa era a de que a mulher, incapaz de compreender as coisas ao seu redor, deveria ser guiada pelo homem para que não voltasse a cair em tentação (COLLING, 2014, p. 64-65). O mito de Eva foi lembrado no *Malleus Maleficarum*, escrito no século XV e direcionado à repressão sistemática do feminino através da caça às bruxas: “O mito de Eva é lembrado pelos contatos com a força do mal, na prática das feiticeiras detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás” (COLLING, 2014, p. 65).

Muraro explica que as mulheres, desde a antiguidade, eram as detentoras dos saberes do corpo feminino e esse conhecimento era transmitido de mãe para filhos. Houve uma intensificação de tais saberes durante a Idade Média, uma vez que a população era muito pobre e não tinha condições de cuidar de sua saúde, de modo que buscavam o auxílio das curadoras e das parteiras, que com as suas ervas e saberes ancestrais, tratavam as doenças (MURARO, 1991, p. 14).

Os saberes populares das mulheres representavam uma ameaça ao poder dos homens e ao saber médico que vinha se solidificando nas universidades no sistema feudal. Além disso, as mulheres formavam organizações pontuais nas quais trocavam entre si segredos medicinais e de anatomia do corpo feminino. O poder frouxo e descentralizado do



feudalismo dependia de organização e centralização, e, com a colaboração da Igreja Católica e, posteriormente, do protestantismo, isso foi possível assassinando-se milhares de mulheres bruxas (MURARO, 1991, p. 15).

No século XVIII, período final da caça às bruxas, a condição feminina mudou radicalmente e a mulher efetivamente internalizou os valores patriarcais. O feminino limitou-se ao reduto doméstico e a sexualidade da mulher foi completamente normatizada, demonizando-se, inclusive, o orgasmo. Os saberes e corpos femininos tornaram-se clandestinos, e, recorrentemente apropriados pelo conhecimento médico masculino (MURARO, 1991, p. 16).

No discurso religioso, além do modelo representado por Eva, destaca-se o papel desempenhado pelo mito da Virgem Maria, ideal perfeito de mulher, purificada e virgem (BADINTER, 1985, p. 176). Logo, a noção de boa esposa estava intrinsecamente relacionada com a ideia de recato e, conseqüentemente, com uma postura de negação pelas mulheres de sua sexualidade (LIMA, 1986, p. 156).

No século XIX, o positivismo reforçou o determinismo biológico da mulher para a sociedade. Para Augusto Comte, homem e mulher seriam seres complementares biológica, mental e socialmente, mas "a superioridade afetiva da mulher corresponderia uma superioridade de caráter do homem, à inteligência analítica do homem corresponderia uma inteligência sintética da mulher" (SOIHET, 1989, p. 111). A mulher possuiria o instinto materno, e o homem, o sexual. A mulher, verdadeiramente altruísta, teria como valor predominante o amor materno, apresentando-se mais terna, simpática e pura. Detendo tais qualidades, a sua incumbência seria modificar a espécie e, por isso, a



mulher seria moral e socialmente superior ao homem. Para tal doutrina, sendo a família instituição fundamental da sociedade, era indispensável que a mulher abrisse mão de seus interesses privados e estivesse encarregada da educação de seus filhos. Mas, em verdade, o que se objetivava era manter a mulher alheia aos seus próprios interesses com a suposta ideia de que a sua principal função na vida era a de ser boa mãe, boa esposa e arrimo moral do lar, e nada mais que isso (SOIHET, 1989, p. 113).

No Brasil, em fins do século XIX, também se desenhou a nobre função materna em concomitância com o progressivo retorno da mulher ao ambiente privado, espaço feminino por excelência, exercendo seu papel de esposa afetuosa e submissa e mãe dedicada ao cuidado, educação e formação moral de seus filhos, além de se ocupar quase que exclusivamente dos afazeres domésticos na medida em que o homem era o único provedor da família. Em meados do século XX, permeou em praticamente todas as classes sociais os ideais de boa esposa, de boa mãe e de dona de casa ideal, sendo indispensáveis para a garantia da organização do lar, o suporte moral do homem, a estabilidade do casamento, a felicidade dos cônjuges e a paz na família.

Em total consonância com a sociedade brasileira da época, o Código Civil de 1916 estabeleceu a incapacidade civil da mulher casada, limitando seu acesso ao emprego e à propriedade, por considerar o homem o chefe e o provedor de seu núcleo familiar. Os filhos eram parte indissociável da ideia de família perfeita e, logo que se casava, a mulher costumava cumprir com seu destino biológico e engravidava. A boa mãe atendia ao seu instinto materno e cuidava dos filhos



pessoalmente, vigiando de perto para que tivessem todas as necessidades atendidas, inclusive sendo responsáveis pela sua educação e formação moral (PINSKY, 2016, p. 486). Embora esse fosse o modelo burguês de família, muitas vezes um ideal, nem todos enxergavam nele a mesma importância ou não puderam adaptar-se a seus termos (SCOTT, 2016, p. 17-18).

Na verdade, o que se verifica nas pesquisas existentes é que era a regra a presença da mulher nos espaços públicos trabalhando para a sua sobrevivência e a de seus dependentes, de maneira que o que as normas da época estabeleciam era um modelo inatingível para a maior parte da população, estando reservado para uma pequena parcela do povo, branca e rica (NADER, 2008, p. 128). Com o aumento da oferta da mão de obra masculina no começo do século XX, consequência da massiva imigração europeia e da migração do campo para as áreas urbanas, aliada aos valores familiares modernos, especialmente o da responsabilidade da mulher pelo lar, diminuiu a presença feminina no mercado de trabalho, de maneira que, no primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872, 76% da força de trabalho nas fábricas era composta por mulheres, e, em 1950, representavam aproximadamente 20%.

Assim, Scott (2016, p. 18) conclui que com a diminuição da participação feminina no mercado de trabalho diante da concorrência com os homens, a mulher das classes populares ficou restrita ao lar e incumbida de fornecer o trabalhador ideal para a sociedade, ciente de uma rotina doméstica, sem vícios, responsável e disciplinado. Ainda assim, as mulheres de classes mais pobres, não dependentes na maior parte das vezes de um homem, continuaram a trabalhar fora do ambiente



doméstico para o próprio sustento e o de sua família (SCOTT, 2016, p. 20).

O casamento teve suas bases minadas conforme as mulheres se educavam e se empregavam, não mais querendo se submeter a situações conjugais tão desiguais com os homens. Essa emergência da crise no matrimônio gerou preocupações entre as classes dominantes por estar ameaçando gravemente a estabilidade da família, bem como por se tratar de uma situação de difícil contenção – as mulheres não mais estavam submetidas totalmente aos instrumentos de coerção convencionais, pois muitas estudavam e trabalhavam, tornando-se economicamente independentes (BESSE, 1999, p. 42-43).

As mudanças sociais a partir de 1960 alteraram ainda mais a dinâmica das relações familiares, surgindo a possibilidade de uniões estáveis ditas legítimas. Os casais se uniam não mais objetivando exclusivamente uma prole, mas, a partir de laços de companheirismo, para a sua realização pessoal e crescimento individual de ambos. Os planos, as tarefas domésticas e o planejamento familiar passaram a ser decisão conjunta do casal, apesar de que, na prática, muito esforço foi necessário para que a dinâmica patriarcal viesse efetivamente se alterando, sendo de contribuição inestimável a luta feminista (PINSKY, 2016, p. 526-530).

Como já falado, é notória a regulação da mulher e, conseqüentemente, de seu corpo, de modo que, além do que já foi demonstrado, a figura feminina sofreu também com o controle da sua sexualidade, da gestação e do parto pela medicina. A apropriação dos corpos femininos pelos homens através da medicina não foi e ainda é senão uma afirmação categórica de sua dominação.



Historicamente, o nascimento é um acontecimento natural e a esse evento, durante gerações, foram agregados diversos significados culturais, sendo, até hoje, considerado um dos fatos mais marcantes da vida humana (WOLFF, 2004, p. 280). Desde o início da civilização, o parto era um evento privado e mantido sob a vigilância feminina, sem a interferência dos homens, existindo vestígios das primeiras parteiras com os mitos, escritos, artes e histórias mantidas pela tradição oral. Antes dos hospitais e da especialidade da obstetrícia, as parteiras serviam às grávidas e às parideiras com o conhecimento adquirido ao longo de suas experiências e através da tradição oral, mas, em eventuais complicações e emergências, a assistência era realmente limitada e não impediam a morte da mãe e/ou do bebê (ODENT, 2003; FOSTER, 2015).

O saber das parteiras significava poder, prestígio e competência, tendo sido um saber-poder propriamente feminino, repleto de sabedoria popular. No entanto, a institucionalização do parto culminou na medicalização do nascimento, transformando a prática, antes feminina, em saber-poder-fazer masculino (VASCONCELOS, 2001). A presença masculina no parto era limitada, pois o nascimento era um evento fisiológico, e o normal era que apenas mulheres estivessem envolvidas em tal evento (REZENDE, 1998). No entanto, com o início da medicalização do parto a partir do século XVII, os homens, médicos, passaram a estar presentes para atender a situações peculiares e especiais, a fim de auxiliar as parteiras nas anomalias do parto. Com esse envolvimento médico no nascimento, as parteiras acabaram em segundo plano e restaram marginalizadas, e, a partir do século XX, o



parto hospitalar passou a ser o predominante, especialmente após 1940 (DAVIS-FLOYD, 1992; ODENT, 2003).

Antes disso, as mulheres pariam em casa com o auxílio de outras mulheres e parteiras e ainda protagonizavam seus próprios partos. Isso se deu principalmente após a Segunda Guerra Mundial e, desde então, incluíram-se rotinas cirúrgicas no parto e houve uma excessiva instrumentalização, como a realização de episiotomia, amarração da mulher à cama e fórceps. O objetivo do parto, que antes era receber uma nova vida ao mundo e ofertar os cuidados a uma mãe recém-parida, passou a ser de treinar acadêmicos e residentes de medicina e de atender a certos caprichos dos profissionais médicos (OSAVA, 1997). Logo, o parto tornou-se um momento profundamente desconhecido e doloroso para a parturiente, mas, por outro lado, totalmente asséptico e conveniente para os médicos e demais profissionais da saúde.

Para a Cartilha “Violência obstétrica é violência contra a mulher: mulheres em luta pela abolição da violência obstétrica”¹⁹¹, a violência obstétrica caracteriza-se pela violência institucional praticada contra a gestante e sua família, em serviços de saúde, durante o pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e também abortamento. A agressão pode ser verbal, física, psicológica ou sexual, expressando-se das mais diversas formas, seja explícita ou velada, mas atrelada a preconceitos de

¹⁹¹ Trata-se de cartilha elaborada pela *Parto do Princípio*, que é uma rede de mulheres usuárias do sistema de saúde brasileiro que luta pela promoção da autonomia das mulheres, com o principal eixo de atuação a defesa e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, especialmente no que tange à maternidade consciente. Para saber mais, acesse: <<https://www.partodoprincipio.com.br/o-que---viol-ncia-obst-trica>>.



gênero. Alguns exemplos de violência obstétrica são: não solicitar autorização para realizar certos procedimentos,

As formas mais comuns de violência obstétrica são: humilhar, xingar, coagir, constranger, ofender a mulher e sua família; fazer piadas ou comentários desrespeitosos sobre seu corpo, sua raça ou sobre sua situação socioeconômica; realizar procedimentos sem esclarecimentos ou desconsiderar a recusa informada; utilizar inadequadamente procedimentos para acelerar partos e vagar leitos.

De acordo com a pesquisa "*Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado*", realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo e SESC, 1 em cada 4 mulheres sofreu algum tipo de violência no atendimento ao parto, sendo essas violências as seguintes:

- Exame de toque de forma dolorosa.
- Negar ou deixar de ofertar algum tipo de alívio para a dor.
- Gritar.
- Não informar sobre algum procedimento que estava sendo realizado.
- Negar atendimento.
- Xingar ou humilhar.
- Empurrar.
- Amarrar.
- Bater.
- Assédio sexual.

Além disso, várias mulheres foram alvo de frases humilhantes e degradantes por parte de profissionais da saúde durante o parto, sendo elas:

- "Não chora não que ano que vem você está aqui de novo."



- “Na hora de fazer não chorou/ não chamou a mamãe, por que está chorando agora?”
- “Se gritar eu paro agora o que eu estou fazendo, não vou te atender.”
- “Se ficar gritando vai fazer mal pro seu neném, seu neném vai nascer surdo.”

Outra pesquisa realizada, “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento”, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz, entrevistou 23.894 mulheres e foi realizada em maternidades públicas, privadas e aquelas privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) de 191 municípios brasileiros, tendo sido iniciada em fevereiro de 2011 e finalizada em outubro de 2012. Os dados coletados concluem que o meio de nascimento mais utilizado foi a cirurgia cesariana, correspondendo a 52% dos nascimentos no setor público e a 88% deles no privado. De acordo com a pesquisa, não existem quaisquer justificativas clínicas para número tão elevado, estimando que, no Brasil, todo ano, praticamente um milhão de mulheres são submetidas à cesariana sem indicação obstétrica adequada e, conseqüentemente, a maiores riscos de morbidade e mortalidade materna e fetal, além de aumentarem desnecessariamente os recursos gastos com saúde. Ou seja, além de gerar maiores índices de mortalidade, acarreta um gasto público sem necessidade.

Outro dado que chama a atenção é que, dentre as mulheres que pariram naturalmente, predominou *um modelo de atenção extremamente medicalizado* e que ignora as melhores evidências científicas existentes, de modo que a maior parte das gestantes foi submetida a excessivas intervenções, tais como: restrição ao leito e sem estímulo para caminhar, jejum desnecessário durante o trabalho de



parto, ocitocina sintética para *acelerar* as contrações, episiotomia (que é o corte entre a vagina e o ânus), posição litotômica para dar à luz (deitada de costas) e o uso indiscriminado da manobra de Kristeller (alguém apertando a sua barriga por cima). Além disso, é costumeiro não se aguardar o início do trabalho de parto e efetuar-se uma cesariana fora do tempo suficiente para o amadurecimento dos órgãos do bebê, de modo que isso tem acarretado cada vez mais a presença dos neonatos em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI). Tais procedimentos não são recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como rotina a ser seguida.

Assim, o que se pode concluir do arcabouço teórico e de pesquisa apresentado acima é que a mulher, enquanto sujeito de direitos, encontra-se cada vez mais submetida aos conhecimentos técnicos da medicina e dos profissionais da saúde e à instrumentalização desnecessária do parto, sendo rotineira a violação de seu corpo e, mais ainda, no momento do parto.

Referências bibliográficas

BESSA, Lucineide Frota; FERREIRA, Silvia Lúcia. **Mulheres e parteiras: contribuição ao estudo do trabalho feminino em contexto domiciliar rural**. Salvador/BA: GRAFUFBA, 1999.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRENES, Anayansi Correa. **História da parturição no Brasil, século XIX**. Cad. Saúde Pública [online], vol. 7, n. 2, 1991, p. 135-149. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1991000200002>>. Acesso em: 25 set. 2018.



DAVIS-FLOYD, Robbie. **Birth as an American Rite of Passage**. California: University of California Press, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: José Olympio, 1995.

FOSTER, Illysa. **Midwifery: A History**. 2015. Disponível em: <http://sistersmidwifery.com/history-of-midwifery-home-birth/>. Acesso em 20 dez 2018.

FREITAS, Patrícia de. **“A mulher é seu útero”. A criação da moderna medicina feminina no Brasil**. *Antíteses*, v. 1, n. 1, jan-jun 2008, p. 174-187.

MOTT, Maria Lúcia. **Assistência ao Parto: do domicílio ao hospital (1830-1960)**. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 25, ago. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10588>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum. O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do Progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: Edufes, 2008.

ODENT, Michel. **O Camponês e a Parteira**. São Paulo: Ground, 2003.

OSAVA, Ruth Hitomi. **Assistência ao parto no Brasil: o lugar do não médico**. 1997. Tese de doutorado – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.



PINTASSILGO, Sónia Cardoso. **O Risco e as Condições Sociais e Assistenciais da Maternidade em Portugal**. 2014. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; ANDRADE, Marta Mega de. **Mito e gênero**: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. *Cadernos Pagu*, v. 33, julho-dezembro, 2009. p. 313-342. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/12.pdf>>. Acesso em 04 dez 2018.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

VASCONCELOS, Suzy Darlen Dutra. **Dominação e autonomia**: os elementos básicos da enfermagem obstétrica. 2001. Dissertação de mestrado – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA? POSICIONAMENTOS DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO SOBRE O CASO MARIELLE FRANCO

Sthefany Duhz Cavaca
*Graduanda no 7º período em Comunicação Social - Curso de
Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil.*
duhzcavaca@gmail.com

Gabriela Santos Alves
*Orientadora da pesquisa. Professora do Departamento de
Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em
Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito
Santo - UFES, Brasil.*



Pós-doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ).
gabriela.alves@ufes.br

RESUMO: A inserção de mulheres no território político ainda tem baixa representatividade, apesar delas corresponderem a mais da metade da população brasileira. Na Câmara Federal, apenas 10,5% são mulheres. No Senado, a representação feminina é de 16,0% da Casa Legislativa. De cada 10 deputados estaduais eleitos, uma é mulher, representando 11% do total. O artigo surge com a inquietação diante deste cenário desigual, visualizando essas e outras situações que ocorrem e demarcam questionamentos com a inserção (ou a falta) da voz feminina em territórios públicos e de poder. Pretendemos, como objetivo, analisar os discursos produzidos por cinco mulheres capixabas eleitas deputadas estaduais no Espírito Santo, no período de 14 de março a 14 de abril, e que concorrem à reeleição em 2018. Para isso, mapeamos os discursos das deputadas em suas redes midiáticas (site pessoal, site do partido, Facebook, Instagram e Twitter) a fim de identificar suas atuações/posicionamentos em relação ao assassinato Marielle Franco, tendo como corpus do artigo os textos produzidos durante os 30 dias após a morte da vereadora carioca. Nosso objetivo é refletir quais discursos (ou a falta deles) essas mulheres produziram sobre o crime, quais visões sobre o lugar de fala que ocupam diante de um cenário tão excludente em relação à participação feminina e como enxergam o assassinato de uma mulher parlamentar que também alcançou esse local, com a expectativa de traçar as marcas narrativas delas dentro do território político, contribuindo para a reflexão e propagação da voz feminina nos espaços públicos e de poder.

Palavras-chave: Marcas narrativas. Mulheres. Política brasileira. Espaço público. Marielle Franco.

1 - Introdução

Este artigo é um desdobramento da minha iniciação científica contemplada pelo edital PIIC (Programa Institucional de Iniciação Científica) de 2018-2019 da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa, que ainda está em desenvolvimento e é nomeada como “Marcas narrativas do espaço midiático: mulheres negras no território político capixaba”, norteia este trabalho. Na atual etapa, destino-me a pensar na repercussão da morte de Marielle Franco no meu estado de



origem, o Espírito Santo, dentre as cinco deputadas estaduais candidatas à reeleição em 2018.

A partir da observação em relação à discrepância dos papéis desempenhados entre mulheres e homens no espaço público, especificamente no espaço político nota-se a desigualdade de mulheres e mulheres negras na representatividade pública brasileira, apontamos a importância da visibilidade da voz, da imagem, do trabalho e do existir dessas mulheres. Estudar as mulheres políticas do Espírito Santo é registrar, dar visibilidade, memorizar mulheres que estão em contramão ao patriarcado instaurado no território político, ocupando esses espaços e atuando no púlpito da vida pública.

O território político é um espaço de relações de poder que também é tradicionalmente apropriado por homens, tendo profundo silenciamento de mulheres que pouco ocupam esse espaço. Apesar de corresponder a mais da metade da população brasileira, a inserção e a voz feminina na política ainda têm baixa representatividade. Em 2015, segundo dados do Relatório da União Parlamentar "Las mujeres en el parlamento en 2015", as mulheres ocupavam em torno de 30% da composição parlamentar mundial (UNIÃO INTERPARLAMENTAR, 2015).

De acordo com dados do IBGE, em 2017, o Brasil ocupava a 152ª posição entre os 190 países que informaram à *Inter-Parliamentary Union* o percentual de assentos em suas câmeras baixas (câmaras de deputados) ou parlamento unicameral ocupados por mulheres parlamentares em exercício. No mês de dezembro, o percentual de mulheres parlamentares no Congresso Nacional era de 11,3%. Na Câmara dos Deputados, apenas 10,5% são mulheres. No Senado, a representação feminina era de 16,0% da Casa Legislativa. De cada 10



deputados estaduais eleitos, uma é mulher, representando 11% do total. Ainda hoje, há mecanismos sociais limitadores da participação feminina na política, mesmo após conquistas como o direito de voto às mulheres e a Presidência da República brasileira (BIROLI E MIGUEL, 2014).

Dentre este cenário, a participação de mulheres negras é ainda menor e o silenciamento de suas vozes bem marcado. Apesar da conquista na legislação brasileira de hoje garantir cota mínima de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral destinados à candidatura de mulheres, não existe nenhuma regra que trate de etnias e raças. A ausência desta especificação não deixa garantido a participação de negras na política. Trabalhamos com a classificação de pessoas negras, feita pelo IBGE, que são aquelas que se autodeclaram pretas e pardas. Nas eleições de 2016, o percentual de mulheres negras candidatas ao cargo de vereadora era de 14,2% e já ao cargo de prefeita, cai para 0,13% segundo pesquisa do portal Politize (POLITIZE, 2018).

Entendemos que a escolha da pesquisa em estudar mulheres negras se justifica na compreensão da luta pela emancipação feminina e igualdade de gênero, que historicamente às mulheres negras estão a passos lentos e distantes de mulheres não negras. A exemplo da busca pelo direito de voto às mulheres, “as mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” (DAVIS, 2016, p.146). A construção da subalternidade, da falta de representação da voz e ser ouvida, é agravada com os “requisitos” de classe e cor. De acordo com Spivak (2010, p.85) “(...) se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras.”

Neste horizonte, uma das vozes mais expressiva da política brasileira nos últimos anos foi a de Marielle Franco. Marielle era uma mulher preta,



periférica vinda da Favela da Maré, com ideais e lutas progressistas que ocupou um território público e de poder, a política institucional brasileira. Marielle foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 46.502 votos, foi também presidente da Comissão da Mulher da Câmara. De acordo com pesquisa da organização Gênero e Número, as vereadoras eleitas no Brasil autodeclaradas pretas somam 328 mulheres, representando 0,6% do total de 57,8 mil vereadores eleitos em 2016. Foram eleitas pardas 2.546 mulheres, sendo 4,4% do total. Juntas, estas mulheres negras representam 5% da vereança no país (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

Neste cenário político, Marielle Franco, que foi uma mulher negra que se destacou e venceu a disparidade de ocupar cargos de poder, é assassinada em 14 de fevereiro de 2018. Entre 2005 e 2015, foram 5,2 mortes de mulheres negras no Brasil, para a cada 100 mil mulheres negras, enquanto a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras, segundo dados do Atlas da Violência de 2017. Nesses 10 anos, a mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. E o Espírito Santo é o estado que mais mata mulheres negras no país. Este trabalho se propõe a discutir repercussões do caso, e propagar vozes de mulheres que, como Marielle, ocupam um território tão desigual, que é o território político brasileiro.

Optamos por pesquisar a repercussão nas redes midiáticas das deputadas Janete de Sá (PMN), Eliana Dadalto (PTC), Luzia Toledo (MDB), Raquel Lessa (PROS) e Cláudia Lemos (PRB) por entendermos que são o canal de comunicação direto das parlamentares, espaço para diálogo com seus e suas eleitoras. Mapeamos os discursos



produzidos durante os 30 dias após a morte da vereadora carioca, de 14 de fevereiro a 14 de abril, nos sites pessoais, nos sites do partidos, no Facebook, Instagram e Twitter a fim de identificar suas atuações/posicionamentos em relação ao assassinato Marielle Franco.

Visamos a pensar se há repercussão entre as parlamentares e quais são os posicionamentos das deputadas nas redes, que classificamos como marcas narrativas, com a expectativa de traçar estas marcas dentro do território político contribuindo para a reflexão científica e propagação da voz feminina nos espaços públicos e de poder.

2 - Quem são as parlamentares

Em seu quarto mandato (2002, 2006, 2013, como suplente, e 2014) com 21.999 votos, Janete Santos de Sá, conhecida como Janete de Sá é umas das mulheres públicas, deputada estadual pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) no Espírito Santo. Na Assembleia Legislativa compõe o cargo de 2ª vice-presidente, e preside a Comissão de Agricultura, a CPI dos Maus-tratos aos Animais e algumas Frentes Parlamentares como a Discussão da Reforma Política, Defesa dos Animais e Contra os Maus-tratos e de Engenharia e Agronomia (ALES DIGITAL, 2018a). Natural de Cariacica/ES, 62 anos, autodeclarada parda, enfermeira pela Universidade Federal do Espírito Santo, já presidiu o Sindicato dos Rodoviários ES/MG, foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Espírito Santo. Foi reeleita em outubro de 2018 com 20.488 votos na coligação Compromisso com o Espírito Santo (GAZETA DO POVO, 2018a).



Maria Eliana Dadalto Melo, conhecida como Eliana Dadalto, 59 anos, natural de Rio Bananal/ES, autodeclarada branca (GAZETA DO POVO, 2018b) é formada em Letras com pós-graduação em Administração e Planejamento de Projetos Sociais, já foi eleita a vice-prefeita de Linhares em 2012, onde atuou também como secretária de Assistência Social. Exerce seu primeiro mandato como deputada estadual pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC), eleita em 2014 com 12.345 votos, também preside a Comissão de Assistência Social (ALES DIGITAL, 2018b). Foi candidata à reeleição na coligação Espírito Santo Justo, obteve 13.568 votos mas não alcançou a reeleição.

A emedebista Luzia Alves Toledo, conhecida como Luzia Toledo (MDB), 76 anos, autodeclarada parda, natural de Mimoso do Sul/ES, é formada em Direito, já foi professora, diretora de escola e advogada da Companhia das Docas do Espírito Santo por 18 anos (GAZETA DO POVO, 2018c). Está na política há mais de 20 anos, atuando na Câmara de Vereadores de Vitória eleita em 1988 e 1996, já foi vice-prefeita de Vitória em 2000, e também senadora suplente, assumindo em 1999. Como deputada estadual, conclui seu quarto mandato (2004, assumindo como suplente, 2006, 2010 e 2014). Em 2018, mesmo com 17.312 votos, não foi reeleita e finaliza seu mandato dirigindo a Comissão de Turismo, a Frente Parlamentar em Defesa da Mulher Vítima de Violência, e a Frente Parlamentar em Defesa do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (ALES DIGITAL, 2018c).

Raquel Ferreira Mageste Lessa, conhecida como Raquel Lessa (PROS) exerce seu primeiro mandato (2014) como deputada estadual, entretanto sua atuação política não é recente. Já foi eleita por dois mandatos a prefeitura de São Gabriel da Palha (2004 e 2008). Na



Assembleia Legislativa foi a primeira mulher a ocupar a Comissão de Justiça, e é a primeira secretária da Mesa Diretora. Raquel Lessa tem 56 anos, se formou em Administração pela Faculdade Facec de Colatina, e já foi diretora do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo (Idurb) e subsecretária de Estado de Desenvolvimento Urbano (ALES DIGITAL, 2018d). Na última eleição em 2018, na coligação Social Progressistas, a deputada alcançou a reeleição com 18.053. É autodeclarada branca e natural de Pancas/ES (GAZETA DO POVO, 2018d).

A deputada Cláudia Mileipe Festa Lemos, conhecida como Cláudia Lemos (PRB) é natural de Mimoso do Sul/ES, 53 anos, autodeclarada branca (GAZETA DO POVO, 2018e). Na vida política, já atuou como vereadora em Cachoeiro de Itapemirim, secretária municipal em Cachoeiro e em Marataízes e foi candidata à vice-prefeita de Cachoeiro nas eleições de 2016. Foi eleita deputada estadual em 2014 com 10.556 votos (ALES DIGITAL, 2018e). Não foi reeleita nas eleições de 2018.

3 - Marcas narrativas das deputadas estaduais sobre Marielle Franco

As postagens do Facebook das cinco candidatas deputadas estaduais à reeleição foram coletadas pelo aplicativo Netvizz v1.6¹⁹².

¹⁹² Netvizz é um aplicativo para Facebook que possibilita extrair dados gratuitamente de contas de usuários, páginas e grupos da rede social. O aplicativo também viabiliza recursos para recuperar informações sobre grupos, páginas, reações, bem como imagens postadas na linha do tempo, resultados de buscas ou estatísticas de link específicos.



Netvizz v1.6
Page Data Module

On February 5 2018 Facebook has removed API access for a number of elements on public pages. This includes fans per country and all user information, which means user-post bipartite graphs can no longer be generated and users can no longer be distinguished in comment files.

This module gets posts (specify either last n or a date range) on a page and creates these files:

- A tabular file (tsv) that lists a series of metrics for each post;
- A tabular file (tsv) that lists basic stats per day for the period covered by the selected posts, including reactions per post;
- A tabular file (tsv) that contains the text of user comments (no user information);

Attention: processing time depends a lot on page size and may take up to an hour or more. The script may run out of memory or access credits for very large pages (> 1M comments/likes). Consider grabbing stats only or working with smaller date blocks. On the first run, *always* select "post statistics only" to get an idea of the size of the page.

Attention: the Facebook API's [/feed and /post endpoints](#) may retrieve incomplete sets of posts, according to the [documentation](#), "a maximum of 600 ranked, published posts per year". This affects all software gathering data through the API. **According to Facebook**, these endpoints now show the same posts the logged user would see on the page surface. Which posts are retrieved may depend on whether you like the page or not. For a research perspective on missing posts, check out [this paper](#).

See the api reference documentation for the [page/feed endpoint](#).

Check the [FAQ](#) for how to deal with problems.

page id: (find page ids [here](#) or through Netvizz' [search module](#))

date scope: last posts (max. 999)
 posts between and

data to get: post statistics only (post metrics, stats per day)
 post statistics and 200 top ranked comments per post
 full data (full comment files, can fail for larger pages)

get [post by page only](#) or [posts by page and users](#)

Imagem representativa do aplicativo Netvizz v1.6.

Os sites pessoais e do partido, Twitter e Instagram foram verificados manualmente dentro do período de 30 dias (14 de março a 14 de abril de 2018) após a morte da vereadora Marielle Franco. Definimos este período pois entendemos que é o momento de maior visibilidade do assunto, porque é quando o fato acaba de acontecer e é o período de grande ênfase na mídia, na política e na sociedade brasileira.

Buscamos identificar as publicações com textos escritos e/ou imagens/vídeos, que se relacionasse ao caso Marielle. Organizando em tabela, buscamos também, no site pessoal e do partido, no Twitter e



Instagram de cada candidata, marcas narrativas com posicionamentos sobre a vereadora.

Tabela 1 - Marcas narrativas nas redes midiáticas

DEPUTADAS	Número de Posts no Facebook	Posts referentes a Marielle no Facebook	Twitter	Instagram	Site pessoal	Site do partido
Janete de Sá (PMN)	56	1	0	0	*	0
Eliana Dadalto (PTC)	88	1	**	0	***	1
Luzia Toledo (MDB)	63	0	**	0	***	0
Raquel Lessa (PROS)	27	0	**	0	***	0
Cláudia Lemos (PRB)	****	0	***	***	***	1
* = erro no acesso ao site						
** = não utiliza a rede						
*** = não possui						
**** = não há publicação no período de análise						

Tabela referente à menções sobre Marielle Franco das cinco deputadas estaduais.

Nesta primeira tabela, podemos observar que as cinco deputadas estaduais não utilizam site pessoal como canal de comunicação. Percebemos também que em suas redes Twitter e Instagram não há publicações referentes a Marielle, no período coletado, ou até mesmo não se utilizam destas redes. Inclusive, na nossa busca, não encontramos uma página do Facebook dedicada à deputada Cláudia Lemos (PRB), apenas seu perfil individual. Pesquisamos em suas postagens e não há publicação na rede no período de análise. Entretanto, há uma publicação no site do partido sobre uma escola do Rio do Janeiro que ganhou o nome de Marielle Franco, porém não há vínculo com a deputada (<https://www.prb10.org.br/noticias/municipios/crivella-dara-nome-de-vereadora-marielle-franco-escola-em-guaratiba/>).



O Partido Movimentos Serviços Doações Filie-se Contato 

 NOTÍCIAS PALAVRA DO PRESIDENTE PARLAMENTARES ENTREVISTA DA SEMANA PRB MUNICIPAL OPINIÃO IMPRENSA

INÍCIO / ÚLTIMAS NOTÍCIAS / NOTÍCIAS / PRB MUNICIPAL / CRIVELLA DARÁ NOME DE VEREADORA MARIELLE FRANCO A ESCOLA EM GUARATIBA

Crivella dará nome de vereadora Marielle Franco a escola em Guaratiba

Publicado em 15/03/2018 às 12h55



Crivella fez o anúncio antes de detalhar o Plano de Recuperação da Rede Municipal de Ensino

Rio de Janeiro (RJ) – O prefeito Marcelo Crivella (PRB) decidiu, nesta quinta-feira (15), dar o nome de vereadora Marielle Franco a uma escola que será inaugurada nos próximos meses em Guaratiba, na Zona Oeste. A parlamentar foi brutalmente assassinada na noite passada no Estácio, Zona Norte da cidade. Crivella fez o anúncio antes de detalhar o Plano de Recuperação da Rede Municipal de Ensino. A reforma das unidades escolares terá um investimento de R\$ 200 milhões provenientes de empréstimo com a Caixa Econômica Federal.



SIGA O PRB



BOLETIM 10

Receba em seu e-mail os destaques da semana do PRB.

Enviado às segundas-feiras.

[RECEBER](#)

PESSOAS RELACIONADAS



Marcelo Crivella
Prefeito (PRB Rio de Janeiro-RJ)

[MAIS LIDAS](#)

[MAIS RECENTES](#)

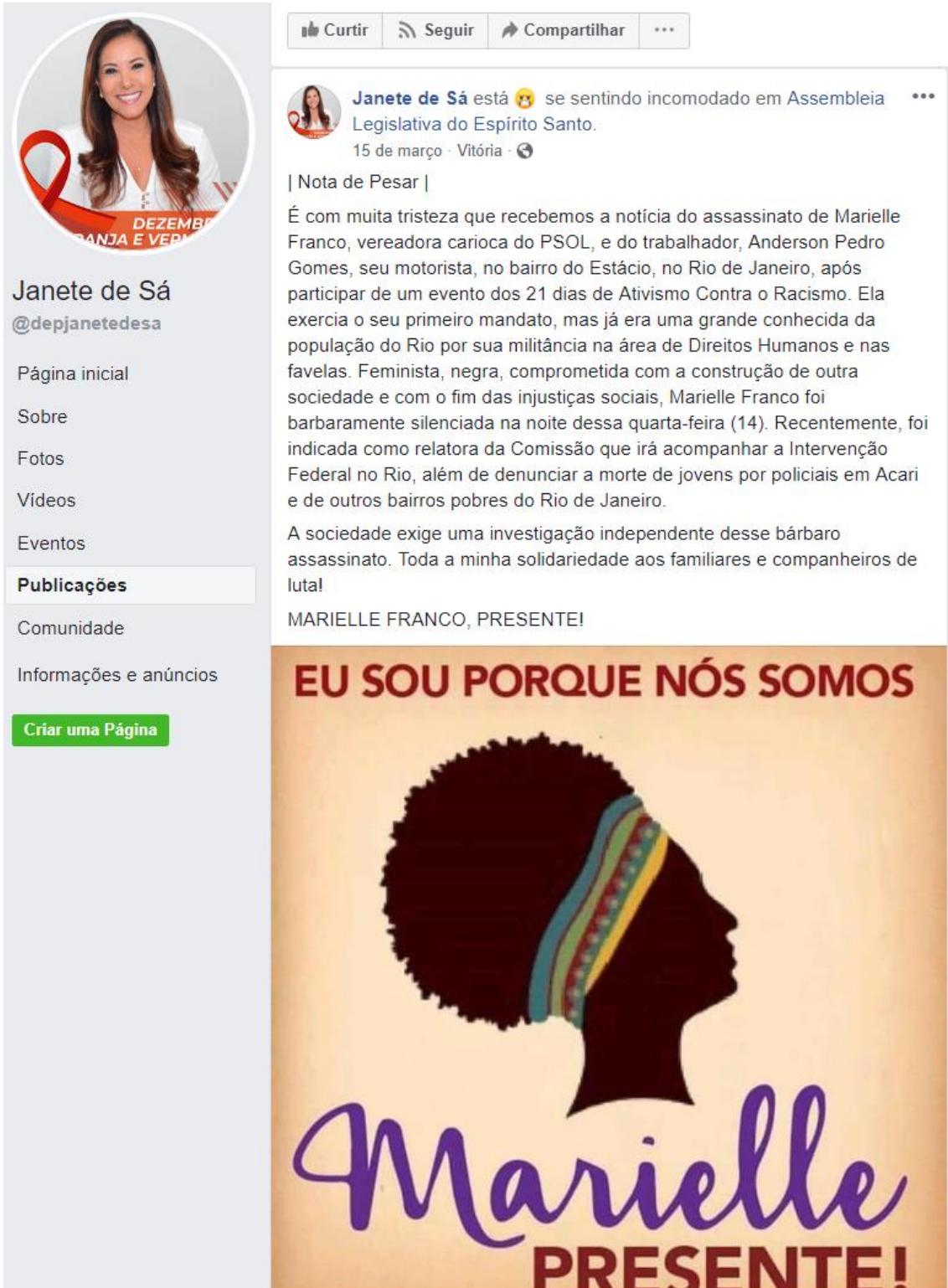
[TAGS](#)

Imagem representativa da nota de pesar no site do Partido Republicano Brasileiro (PRB)

Dentre as 27 publicações no Facebook da deputada Raquel Lessa (PROS), não há menção ao caso de Marielle no mês analisado. No Facebook da medebista Luzia Toledo, das 63 postagens no período de 14 de março a 14 de abril, também não há publicações nesta mídia sobre Marielle.



Continuamos a busca e coletamos 56 postagens na página do Facebook da candidata à reeleição pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), deputada Janete de Sá. A deputada publicou no dia 15 de março de 2018 uma nota de pesar à Marielle Franco, sendo a única postagem no mês analisado (<https://www.facebook.com/1606541096264792/posts/1969561123296119/>).



Janete de Sá
@depjanetedesa

Página inicial
Sobre
Fotos
Vídeos
Eventos
Publicações
Comunidade
Informações e anúncios
[Criar uma Página](#)


Janete de Sá está 😞 se sentindo incomodado em Assembleia Legislativa do Espírito Santo.
15 de março · Vitória · 🌐

| Nota de Pesar |

É com muita tristeza que recebemos a notícia do assassinato de Marielle Franco, vereadora carioca do PSOL, e do trabalhador, Anderson Pedro Gomes, seu motorista, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro, após participar de um evento dos 21 dias de Ativismo Contra o Racismo. Ela exercia o seu primeiro mandato, mas já era uma grande conhecida da população do Rio por sua militância na área de Direitos Humanos e nas favelas. Feminista, negra, comprometida com a construção de outra sociedade e com o fim das injustiças sociais, Marielle Franco foi barbaramente silenciada na noite dessa quarta-feira (14). Recentemente, foi indicada como relatora da Comissão que irá acompanhar a Intervenção Federal no Rio, além de denunciar a morte de jovens por policiais em Acari e de outros bairros pobres do Rio de Janeiro.

A sociedade exige uma investigação independente desse bárbaro assassinato. Toda a minha solidariedade aos familiares e companheiros de luta!

MARIELLE FRANCO, PRESENTE!



EU SOU PORQUE NÓS SOMOS



Marielle
PRESENTE!

Nota de pesar publicada por Janete de Sá sobre Marielle Franco.



Nesta publicação, a deputada lamenta o assassinato da vereadora carioca e seu motorista Anderson Pedro Gomes. Contextualiza a trajetória política de Marielle, comenta sobre ser o primeiro mandato dela, e a militância nos direitos humanos. Apontando características autodeclaradas por Marielle, como feminista, negra, que luta contra as injustiças sociais, a deputada Janete de Sá pontua que esse assassinato representa um extremo silenciamento com a frase “Marielle Franco foi barbaramente silenciada”. Por fim, menciona que é uma exigência social a investigação desse crime e se solidariza com familiares e companheiros de luta.

No Facebook da deputada Eliana Dadalto (PTC), das 88 postagens, uma menção a Marielle Franco foi localizada no dia 21 de março de 2018. Eliana Dadalto em sessão parlamentar lamenta a morte da vereadora e fala sobre a resistência feminina na política e sua história (<https://www.facebook.com/ElianaDadaltoOficial/videos/1455947527868139/>).



A luta da mulher na política

Curtir Comentar Compartilhar



Deputada Eliana Dadalto

Seguir

58

3 comentários

11 compartilhamentos

1,2 mil visualizações · há ± 9 meses · Vitória ·

Chegar até aqui, estar deputada estadual, não foi e não é uma tarefa fácil! Sinto diariamente a dor do preconceito no meio político por ser mulher. Fui a primeira vice-prefeita e sou a primeira deputada do meu município, Linhares. Uma terra que apesar de linda e rica, é extremamente machista.

Nesta hora, me recordo da morte da vereadora Marielle Franco.
[#mariellepresente](#)

Deputada Eliana Dadalto menciona Marielle Franco em sessão parlamentar.

A deputada Eliana Dadalto inicia seu discurso com lamento do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Contextualiza a luta da mulher na política e a sua própria trajetória. Comenta a dificuldade e de ocupar um espaço político e compartilha sua história desde secretária de Assistência Social no município de Linhares, a vice-prefeitura do mesmo município até chegar ao cargo de deputada estadual.

“O que aconteceu com Marielle, a luta daquela mulher de fibra, de determinação lá no Rio de Janeiro, que foi brutalmente assassinada. A Marielle Franco junto com Anderson Gomes, assim como os assassinatos acontecendo aqui no estado do Espírito Santo, é



lamentável por todas essas mortes que estamos vendo. Mas eu quero dizer para todos neste momento da luta da mulher nas questões sociais. Fui secretária de Assistência Social no meu município, hoje estou deputada graças ao trabalho que realizei na Assistência Social. Mas não foi fácil. A luta como Marielle teve no Rio de Janeiro, nós deputadas também mulheres, ontem nós tivemos uma audiência pública que foi muito rica aqui dentro deste plenário. Foi um momento que discutimos muito a questão da mulher e principalmente a luta que nós mulheres não podemos desistir. A luta deste espaço político, porque é aqui nós temos mais força para poder apresentar para a sociedade o nosso valor" (DADALTO, 2018).

No site do partido que a deputada Eliana atua, há uma nota de pesar a Marielle no dia 15 de março, porém sem vínculo com a deputada (<http://www.ptc36nacional.com.br/nota-de- pesar-vereadora-marielle-franco/>).

HOME SOBRE O PARTIDO ARTIGOS ESTATUTO LIDERANÇAS RESOLUÇÕES NÚCLEOS FILIE-SE FALE CONOSCO

PTC 36

EM 15/03/2018

Nota de pesar – Vereadora Marielle Franco

PROGRAMA DO PTC

DIRETÓRIOS REGIONAIS

Clique no estado para informações

Diretório Nacional

FILIE-SE AO PTC

É com profundo pesar que o Partido Trabalhista Cristão (PTC) lamenta a perda da vereadora Marielle Franco (PSOL), brutalmente assassinada ontem no Rio. O Partido externa suas condolências e solidariedade à família e aos amigos da parlamentar.



Imagem representativa da nota de pesar publicada no site do Partido Trabalhista Cristão

4 - Considerações Finais

Podemos destacar neste artigo, que no período de 14 de março a 14 de abril de 2018, encontramos poucos posicionamentos nas redes midiáticas das cinco deputadas capixabas analisadas, sobre o caso de Marielle Franco. Com o mapeamento de suas redes de Facebook, Twitter, Instagram, site pessoal e site do partido, localizamos, apenas, marcas narrativas das deputadas Janete de Sá (PMN) e Eliana Dadalto (PTC). A nota de pesar no Facebook de Janete de Sá e o vídeo de pronunciamento em sessão parlamentar da deputada Eliana Dadalto, representam uma parcela pequena de menção à Marielle.

Observamos que pouco ou nada se disse sobre a morte de vereadora. A não demarcação de espaço, de posicionar-se, de marcar um lugar de fala, de um lugar não só empático mas também combativo, por serem todas parlamentares e que era esperado via sororidade que elas fossem mais presentes em suas falas, já que ocupam também um espaço público e de poder, aponta, cientificamente, para um silenciamento em relação à morte de Marielle. É um crime político importante para nosso país e a morte da vereadora sinaliza um silenciamento de uma mulher, mulher negra periférica, uma das vozes se tornou uma das mais expressivas da política brasileira nos últimos anos. E o não posicionar-se diante deste crime é corroborar para este silenciamento, em nosso entendimento enquanto pesquisadoras do campo da teoria feminista. A sororidade feminina entra como união de mulheres através da



empatia, do companheirismo, da irmandade. Estar presente, estar ao lado, posicionar-se em defesa de outras mulheres num território tão desigual e predominantemente masculino como a política brasileira é extremamente importante. É uma oportunidade que, através da sororidade feminina, mulheres marcam seus espaços e abrem caminho para outras mulheres ocuparem este espaço político. Quando uma voz de uma mulher é silenciada, como foi a de Marielle, uma mulher negra, de periferia, é silenciado todo um grupo social representado por ela. Mulheres políticas se posicionando em seus canais midiáticos sobre Marielle Franco é dar visibilidade, é legitimar, é usar o lugar político que ocupa de forma a marcar a importância de se falar e entender o caso de Marielle Franco.

É importante demarcar que localizamos em dois sites dos partidos, menções à Marielle. No Partido Republicano Brasileiro (PRB) que Cláudia Lemos está vinculada e de Eliana Dadalto, o Partido Trabalhista Cristão (PTC) com uma nota de pesar. A publicação PRB é uma matéria com a nomeação feita pelo Prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, de uma escola do município que terá em homenagem, o nome de Marielle Franco. Nenhuma das publicações dos partidos estão vinculadas as deputadas estaduais analisadas, inclusive nas redes midiáticas de Cláudia Lemos não encontramos menções à Marielle, diferentemente do partido. O não posicionar em seus canais midiáticos, hoje, podemos entender, enquanto marca de ausência de fala, de silenciamento diante do caso. Entender essas ausências de fala e a postura de silenciamento, é uma questão para o próximo caminho da iniciação científica que norteia este artigo.



Hoje, após quase 10 meses do assassinato de Marielle Franco, ainda não temos a solução deste caso. Não houve punição, nem sequer os assassinos foram encontrados. Inclusive há novos registros de ameaças a defensores de direitos humanos, como o caso revelado no dia 13 de dezembro de 2018, um dia antes de se completar 9 meses da morte de Marielle, com o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Marcelo Freixo vem sofrendo ameaça a sua vida e a polícia carioca descobriu que milicianos planejavam matá-lo. O crime de Marielle até hoje não foi resolvido.

5 - Referências Bibliográficas

Livros:

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais: UFMG, 2014. 174 p.

Sites:

ALES DIGITAL a. Disponível em:

<<http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=21>>. Acesso em: 18 dez 2018.

ALES DIGITAL b. Disponível em:

<<http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=11>>. Acesso em: 18 dez 2018.

ALES DIGITAL c. Disponível em:

<<http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=27>>. Acesso em: 20 dez 2018.



ALES DIGITAL d. Disponível em:
<<http://www3.al.es.gov.br/spl/vereador.aspx?id=30>>. Acesso em: 20 dez 2018.

ALES DIGITAL e. Disponível em:
<<http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=36>>. Acesso em: 20 dez 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/0BzuqMfbpwX4wOGQtTmp1SWdXWmM/view>>. Acessado em: 23 dez 2018.

DADALTO, Eliana. A luta da mulher na política. Discurso na Assembleia Legislativa do ES. Vitória, 2018. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/ElianaDadaltoOficial/videos/1455947527868139/>>. Acesso em: 07 jan 2019.

GAZETA DO POVO a. Disponível em:
<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/es/deputado-estadual/janete-33800/>>. Acesso em: 18 dez 2018.

GAZETA DO POVO b. Disponível em:
<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/es/deputado-estadual/eliana-dadalto-36036/>>. Acesso em: 20 dez 2018.

GAZETA DO POVO c.
<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/es/deputado-estadual/luzia-toledo-15500/>>. Acesso em: 20 dez 2018.

GAZETA DO POVO d. Disponível em:
<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/es/deputado-estadual/raquel-lessa-90333/>>. Acesso em: 20 dez 2018.

GAZETA DO POVO e. Disponível em:
<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/es/deputado-estadual/claudia-lemos-10100/>>. Acesso em: 20 dez 2018.

Artigos:

IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disponível em:
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de->



noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html> Acesso em: 13 mai 2018.

G1 GLOBO. De cada 10 deputados estaduais eleitos apenas 1 é mulher. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/de-cada-10-deputados-estaduais-eleitos-1-e-mulher.html>> Acesso em: 19 set 2018.

GÊNERO E NÚMERO. Mulheres pretas, como Marielle, são menos de 1% nas câmaras de vereadores do Brasil. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-pretas-como-marielle-sao-menos-de-1-nas-camaras-de-vereadores-do-bras/>>. Acesso em 13 dez 2018.

POLITIZE. Mulheres negras em cargos de poder no Brasil. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/mulheres-negras-em-cargos-de-poder-no-brasil/>>. Acesso em: 13 dez 2018.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP). Relatório da União Interparlamentar "Las mujeres en el parlamento en 2015". 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-s.pdf>>. Acesso em: 18 set 2018.

A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO NA MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA

Thaís Fernandes R. Santos
Doutora em Performance Musical – flauta transversa, Thaís é bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPq e pesquisadora associada dos grupos de pesquisa da UFRGS (Processos de ensino e aprendizagem instrumental: Estudos da prática efetiva) e da UFMG -CEGEME (Centro de Estudos do Gesto Musical e Expressão). Atuou como professora no Departamento de Teoria da Arte e Música da Universidade Federal do Espírito Santo e, como flautista, possui experiência em grupos de câmara e orquestras, tendo atuado como flautista convidada nas orquestras: Sinfônica de Minas Gerais, Sinfônica Jovem do Palácio das Artes e Filarmônica do Espírito Santo
thaisfrs@yahoo.com.br



RESUMO: Este estudo tem como objetivo discutir a invisibilidade e a representação de mulheres, como compositoras, por parte de meios comunicacionais que, neste trabalho, compreendemos como: 1) programações de orquestras sinfônicas brasileiras (região sudeste); 2) revistas de divulgação de música erudita em âmbito nacional e; 3) coleções fonográficas promovidas por grandes editoras. Neste estudo, buscamos verificar e contabilizar o número de mulheres que fazem parte deste cenário e de que maneira esta mídia representa e reproduz o enfoque na hierarquia de gênero. Os resultados são significativos e apontam para a diferença de gênero em relação ao trabalho e comunicam a hierarquia dos saberes. Este estudo de revisão sobre a presença feminina no cenário da música erudita brasileira apresenta uma discussão envolvendo a complexidade entre as relações de gênero e a comunicação social através de materiais visuais, sonoros e impressos, destacando a importância do aprofundamento na temática, na área de pesquisa, e buscando fazer avançar o conhecimento.

Palavras-chave: Feminino, música erudita, compositoras, orquestras brasileiras.

1. Introdução

A invisibilidade ou ausência da presença feminina durante toda a história da música ocidental clássica é naturalizada no meio. Ao nos questionarmos sobre nomes femininos na área, no meio acadêmico percebemos a ausência dos mesmos, como nos mostram as autoras Laila Rosa e Isabel Nogueira (2015), em pesquisa realizada para discussão do tema, apontando para a ocultação de compositoras mulheres

“não somente na retórica do meio musical, como também no desconhecimento de músicos e musicistas em relação a suas obras e atuações nos mais diferentes tempos históricos, contextos e gêneros musicais” (ROSA; NOGUEIRA, 2015, p. 34)

As autoras ainda refletem sobre as compositoras apresentadas em disciplinas do curso de música e constataam a assustadora exclusão por parte dos docentes, observando, assim, o silenciamento da figura



feminina no meio acadêmico e, principalmente, na formação dos futuros educadores musicais.

A exclusão de composições e nomes femininos no meio educacional reflete na invisibilidade das mulheres na música. Além disso, este fato aponta para a hierarquização de conhecimento e a não comunicação das diferentes experiências artísticas da figura feminina como parte da construção do pensamento e da arte. Por esses motivos, focamos na figura de compositoras, que neste caso compreendemos como uma posição de destaque e de conhecimento, uma vez que, a figura do compositor comunica ideias e afetos. Compreendemos que o ato de compor envolve aspectos de integração social e significações, além das relações de poder. Sobre esse assunto, Paulo Costa Lima coloca a seguinte questão:

“Como entender os atos composicionais em suas relações com os campos de poder? Campos de poder, ou relações de poder, que pré-existem e até mesmo condicionam tais atos – ou então, de outra perspectiva -, campos de poder que são acionados pelas próprias escolhas que o compor exige e engendra? O que pode uma composição?” (...) Distintos modos de criar no mundo – historicidade e mainstream e o desafio de construção de autonomia das assim chamadas periferias.” (LIMA, 2014, p. 49-50)

A discussão a respeito da invisibilidade das mulheres em diversas áreas de conhecimento aponta para um debate contemporâneo envolvendo o conhecimento, a partir de privilégios sociais e o conseqüente lugar de fala. A reflexão é fundamental para perceber que as pessoas que reivindicam o direito de terem voz na verdade estão reivindicando o direito à própria existência. Segundo Djamila Ribeiro (2017), “a história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o



que Foucault chama de 'deixar viver ou deixar morrer'." (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Entendemos que o lugar de quem fala é uma posição de poder e possibilidade de existência. A música erudita é entendida como espaço masculino e muito se deve à história do espaço público e das instituições que universalizam um determinado ideal e marginalizam mulheres e outros grupos sociais subalternizados.

Reconhecemos que este processo envolve, ainda, outros aspectos a serem considerados, além do gênero, como, por exemplo, raça e sexualidade, uma vez que compreendemos que são envolvidos aspectos históricos, culturais, políticos, que refletem nas relações de poder. Rosa e Nogueira (2015), apontando para as reflexões da pesquisadora Suzanne Cusick (1994), mostram que esta percepção interseccional, abrangendo as questões relatadas acima (raça e sexualidade), envolve aspectos

"mentais, psicológicas, considerando sua dimensão afetiva e cognitiva, sem determinismos, mas que conferem a identidade e subjetividades, marcas estruturantes que podem ser exploradas pelos processos criativos em música de compositoras." (ROSA; NOGUEIRA, 2015, p. 28)

Ribeiro (2017) aponta para a necessidade de uma visão interseccional de raça, gênero, classe e, conseqüentemente, um estudo menos simplista do todo, além da ruptura com o conhecimento universal, que só gera exclusão. Embora este trabalho não aborde diretamente questões de raça e sexualidade, a partir dessas reflexões, cabe a nós um posicionamento interseccional, ao analisar e discutir o tema, entendendo que os processos artísticos englobam as características



humanas, as quais se relacionam com a identidade e posicionamentos do sujeito artista.

Uma maneira de refletir sobre a visibilidade de um sujeito é através dos meios comunicacionais, contabilizando e analisando a maneira como este sujeito é apresentado à sociedade. Estudos sobre o feminismo e a cultura audiovisual mostram os questionamentos sobre as formas de representação da mulher, a partir de ideais preconceituosos e desqualificadores. Gabriela Alves e Saskia Correia de Sá apontam que

“O que se percebe, nesse cenário, é uma luta pela construção e aceitação de uma identidade feminina pautada por condutas de escolha, empoderamento e emancipação. No conflituoso jogo em que as relações de poder se estabelecem, a identidade feminina reelabora suas referências, constituindo-se a partir de características que também são caras à ideia de identidade contemporânea, aproximando-se das noções de mutação e fluidez.” (ALVES; CORREIA DE SÁ, 2016, p.4)

Sendo assim, este estudo tem como objetivo discutir e contabilizar a representação feminina no cenário da música ocidental “erudita” no Brasil, por parte de meios comunicacionais, buscando discutir a visibilidade que esta mídia atribui às mulheres compositoras, entendendo esta como uma relação de poder, hierarquia de conhecimento e, conseqüentemente, o privilégio epistêmico.

2. Metodologia

Neste estudo buscamos verificar e contabilizar o número de mulheres compositoras que fazem parte do cenário da música “erudita” no Brasil e de que maneira a mídia representa e reproduz o enfoque na hierarquia de gênero e saberes. Para isso, compreendemos os meios comunicacionais como: 1) programações de algumas orquestras



sinfônicas brasileiras na região sudeste; 2) revista de divulgação de música erudita em âmbito nacional e; 3) coleções fonográficas promovidas por grandes editoras há alguns anos atrás.

Selecionamos duas orquestras sinfônicas das capitais de cada Estado da região Sudeste¹⁹³, no intuito de fazer um recorte na região onde este artigo está sendo apresentado e discutido. Reconhecemos a necessidade de análise das outras orquestras do Brasil, entretanto, isso envolveria outras questões a serem consideradas como, por exemplo, as entidades provedoras dos grupos sinfônicos, o que poderia fugir da temática a ser discutida. Contudo, esta segunda análise fará parte de trabalhos futuros.

No total, apresentaremos 7 orquestras, sendo 2 do estado de São Paulo, 2 do estado do Rio de Janeiro, 2 do estado de Minas Gerais e 1 do estado do Espírito Santo.

Selecionamos a revista Concerto (ano de 2018) pois a mesma promove a divulgação da música “erudita” e de outras manifestações culturais em âmbito nacional, assim como a própria revista se apresenta:

“O Site CONCERTO é uma publicação de Clássicos Editorial Ltda., empresa que atua há mais de 20 anos com comunicação e comércio na área da cultura. Além do Site CONCERTO, Clássicos Editorial administra a Loja CLÁSSICOS [...] e publica a Revista CONCERTO, o guia mensal de música clássica no Brasil” (“Revista Concerto”, 2018) .

Por fim, contabilizamos duas coleções fonográficas promovidas por diferentes editoras brasileiras: 1) Editora Abril (2009), Coleção *Grandes Compositores da Música Clássica*, com a supervisão musical de Roberto

¹⁹³ Nos Estados em que existiam mais do que duas Orquestras Sinfônicas, optamos pelas que tivesse realizado maiores número de concertos na temporada. No Estado do Espírito Santo, apenas uma Orquestra Sinfônica foi encontrada.



Minczuk - 40 volumes; 2) *Coleção Folha de Música Clássica* (2005) - 36 volumes.

A escolha por analisar também estas coleções vem da justificativa de serem coleções “ofertadas” ao grande público, uma vez que estas edições eram vendidas em bancas de jornais pelas cidades e, mesmo não tendo acesso à compra do material, o mesmo ficava exposto visualmente para a população. As duas coleções contavam com um livro texto, com biografia e obras mais conhecidas dos selecionados nomes da música erudita mundial, além de um CD com as obras escolhidas sendo performadas por uma orquestra sinfônica.

3. Resultados

Nas orquestras analisadas, contabilizamos o número de obras performadas por cada grupo sinfônico e, em seguida, quantos compositores ou compositoras compuseram as obras interpretadas. Nas orquestras do Rio de Janeiro, temos um total de 161 obras executadas pelas duas orquestras analisadas, com um total de 62 compositores e nenhuma compositora. Em São Paulo temos um total de 184 obras executadas pelas duas orquestras, das quais 102 são compositores e 5 compositoras. Os grupos sinfônicos da capital mineira totalizaram 129 obras compostas por 70 compositores e 2 compositoras. No estado do Espírito Santo investigamos apenas uma orquestra que interpretou 51 obras musicais de 37 compositores e 1 compositora.



Estados Brasileiros	Orquestra sinfônica	Número de obras interpretadas	Compositores	Compositoras
Rio de Janeiro	A	142	44	0
	B	19	18	0
São Paulo	A	154	83	2
	B	30	19	3
Minas Gerais	A	119	61	2
	B	10	9	0
Espírito Santo	A	51	37	1

Tabela 1: Relação das orquestras sinfônicas, número de obras performadas e contabilização de compositores e compositoras.

A organização da revista Concerto apresenta a divisão da capa em duas partes, uma imagem maior e, por isso, principal e duas outras menores no rodapé da capa. Analisamos a quantidade de imagens que apresentavam fotografias de homens e mulheres.

A revista apresentou 11 capas, nas quais, nas imagens maiores, tivemos 5 homens e 2 mulheres (figura 1) e, nas imagens pequenas, apareceram 14 homens e 6 mulheres. A edição de Janeiro/Fevereiro de 2018 apresenta uma retrospectiva e a ilustração da capa conta com um mosaico de fotografias de músicos, solistas e *ensembles*, nos quais identificamos 14 homens e 5 mulheres (figura 2). As capas dos meses de Abril e Outubro/Novembro não apresentam imagens de pessoas em destaque (figura 3).



ANAIS

Encontro Internacional Engênero III



Figura 1: Capas da Revista Concerto, edições dos meses: março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro de 2018.



Figura 2: Capa da Revista Concerto, edição dos meses: janeiro/fevereiro de 2018.



Figura 3: Capas da Revista Concerto edições dos meses: abril, outubro e novembro de 2018.

Tanto a Coleção *Grandes Compositores da Música Clássica*, com 40 volumes, quanto a Coleção *Folha de Música Clássica*, com 36 volumes, não apresentam mulheres como compositoras (figura 4).



Figura 4: Divulgação das coleções: *Grandes Compositores da Música Clássica*, editora Abril, 40 volumes (parte de cima da figura) e *Coleção Folha de Música Clássica*, com 36 volumes.



4. Discussão e Conclusão

Com o intuito de discutir a complexa relação de gênero e a maneira na qual a comunicação social, através de materiais visuais, sonoros e impressos, destaca a figura feminina na música erudita brasileira, apresentamos uma contabilização da presença de compositoras no meio citado.

Os resultados apontam para uma significativa diferença na quantidade de mulheres e homens na figura de compositor, tendo suas obras performadas pelos grupos sinfônicos estudados. Compreendendo que o compositor assume o lugar de fala e que o ato de falar não é neutro (muito pelo contrário, quem fala comunica seus vieses interpretativos), entendemos que esta hierarquização atribui poder e exclusividade ao pensamento e divulgação de apenas um conhecimento como dominante. Ribeiro (2017) aponta para a pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez, que discute a temática hierarquização dos saberes e, conseqüentemente, o privilégio epistêmico do saber dominante gera a inviabilização de outras experiências e a conseqüente não comunicação das diferentes experiências artísticas da figura feminina como parte da construção do pensamento e da arte. Ribeiro aponta para a urgência de uma ruptura

“do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica.” (RIBEIRO, 2017, p.43)

Apontamos para a necessidade de um profundo debate sobre a



importância de mulheres em posições de poder e conhecimento, uma vez que o ato de expressar suas ideias é questionar a estrutura social, que se trata de um sistema que organiza o imaginário social lidando com poder e controle (RIBEIRO, 2017). Ao questionar esta estrutura hierárquica, entendemos que a posição social que diferentes pessoas ocupam, acaba restringindo a oportunidade de outras tantas ao lugar de fala, já que “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 69).

A autora descreve uma palestra ministrada por Grada Kilomba em 2016, intitulada *Descolonizando o conhecimento*, na qual a oradora aponta para a necessidade de quebrar estas hierarquias consolidadas. Kilomba define o significado do termo epistemologia como “a ciência da aquisição de conhecimento” (RIBEIRO, 2017, p.88) e, desta maneira, a epistemologia “define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos”, apontando para quem tem o poder de fala (RIBEIRO, 2017, p.89)

Rosa e Nogueira (2015), ao explicarem suas necessidades e reflexões como compositoras brasileiras, descrevem suas intenções como um extrapolar de algo escrito, sendo supostamente relacionado com o racional e científico mas, como algo integrante de seus corpos físicos e a consequente contribuição da experiência corporal e intelectual da vivência musical. As compositoras apontam para o desejo composicional de um fazer musical que

“... nos acolha e nos represente, que nos ponha em diálogo com outras tantas que compartilham experiências semelhantes. Um espaço de empoderamento. Obras que nos brotam, escapam e já não mais nos pertencem, que formam uma estrutura estética que gera também uma sensação que integra e repara.” (ROSA; NOGUEIRA, 2015, p. 28)



Flávia Biroli (2018) nos mostra, ao tratar da relação entre feminismos e atuação política, que a divisão sexual do trabalho comunica dinâmicas sociais de desvantagens, sejam elas materiais e/ou simbólicas, se entrelaçando aos espaços formais de representação que, historicamente, são considerados masculinos. A autora, ao estudar os feminismos e a atuação política, aponta para

“A baixa presença e mesmo a ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estatal, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários.” (BIROLI, 2018, p.175)

Desta maneira, também refletimos sobre a (in)visibilidade do feminino na música erudita brasileira, pois, apesar dos dados observados, falar de mulheres no meio musical clássico não é apontar para uma ausência. As mulheres têm atuado em diferentes posições como maestrinas, regentes de corais, professoras universitárias, pesquisadoras, solistas e instrumentistas de primeira posição, em diferentes contextos nacionais. Organizações coletivas e grupos de câmara também vêm discutindo e divulgando trabalhos de compositoras e este debate sobre gênero e feminismo em música tem rendido importantes reflexões sociais e científicas.

Contudo, compreendemos também que o mesmo ainda é principiante na estrutura das políticas públicas, principalmente na educação e na interseccionalidade de raça, sexualidade e classes sociais. Desta maneira, compreendemos a importância do aprofundamento na temática na área de pesquisa, buscando fazer avançar o conhecimento.



5. Referências Bibliográficas:

ALVES, G.; CORREIA DE SÁ, S. Cineclube Feminista de Quinta: Desconstrução feminina e cultural audiovisual. 2016, Vitória: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.gepsexualidades.com.br/>>.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

LIMA, P. C. *Teoria e prática do compor II: diálogos de intervenção e ensino*. Salvador: Edufba, 2014.

Revista Concerto. Disponível em: <www.concerto.com.br>. Acesso em: 3 jan. 2019.

RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

ROSA, L.; NOGUEIRA, I. O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologia feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música. *Revista Vórtex*, v. 3, n. 2, p. 25–56, 2015.

OS PARTIDOS POLITICOS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS FORMAIS DE PODER: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tanya Mayara Kruger¹⁹⁴

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Os estudos sobre política e gênero apontam que ainda há uma significativa sub-representação das mulheres nos espaços de

¹⁹⁴ Mestranda em História pelo programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. E-mail: tanyamkruger@gmail.com



poder, o que gera um desafio ao projeto democrático brasileiro. Com o objetivo de resolver o problema da baixa participação feminina no meio político brasileiro é adotada a lei de cotas por sexo, de 30 de setembro de 1997, aprovada após intensa discussão no legislativo brasileiro. Com o resultado final foi aprovado uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federal. Contudo, a lei não exigia a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais, fazendo com que no dia 29 de setembro de 2009 houvesse uma reelaboração da lei que determinou que obrigatoriamente os partidos deveriam preenchê-las com o mínimo de 30% e o máximo de 70% dos candidatos de cada sexo. Logo, sabendo que tanto os partidos políticos como o financiamento em campanhas eleitorais tem sido o ponto chave para a eleição dos candidatos, esta comunicação tem como objetivo principal discutir até que ponto os partidos políticos vêm incentivando (ou não) à participação das mulheres nos espaços formais de poder, tendo como foco o Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Mulher, Partidos Políticos, Participação Política

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre política e gênero tem apontado, ainda, para a sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder em várias regiões do mundo. De acordo com Matos (2010), a baixa presença feminina nas instâncias de poder mantém-se como um grande desafio ao projeto democrático e um problema para os estudos



de gênero ao evidenciar a persistência das desigualdades nesse campo também na dimensão cotidiana, da divisão sexual do trabalho às atribuições de responsabilidades que distinguem homens e mulheres nas esferas privada e pública. Essa configuração interfere inevitavelmente no acesso às instâncias de poder (SOUZA, 2014).

Uma das primeiras vitórias na pauta feminista ocorreu em 24 de fevereiro de 1932 através da aprovação do Decreto nº 21.076 que garantiu à mulher o direito ao voto e de se tornarem candidatas aos cargos eletivos. Contudo, o caminho pela busca de igualdade de direitos ainda seria longa.

Em 1937 Getúlio Vargas suspende as atividades da Câmara Legislativa Federal e instala um regime ditatorial que permanecerá até 1945, período que ficou conhecido como o Estado Novo. Com o fim dessa ditadura foi formada outra Assembleia Constituinte e o exercício do voto feminino foi reestabelecido. Outros instrumentos democráticos que haviam desaparecido, como o pluralismo partidário, são retomados (COUTO,2012).

Se tratando de história local, a trajetória feminina na política no Estado do Espírito Santo começa de fato em 1947, com a eleição de Judith Leão Castello Ribeiro, pelo Partido Democrático Social (PDS) tornando-se a primeira mulher a ocupar cadeira na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, promovendo assim o desafio de uma mulher capixaba participar da vida política, não só no Espírito, mas também do país.

Tal fato incentivou outras mulheres capixabas a pleitearem participação política. Ainda em 1947, duas outras mulheres participaram como candidatas: Maria Frechiani, pelo Partido de



Representação Popular (PRP) e Braulia Barbosa dos Santos, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Todavia as duas candidatas não conseguiram votos suficientes para se elegerem deputadas estaduais (ALMEIDA, 2013).

Na eleição de 1954, Judith continuou a ser a única mulher eleita no Espírito Santo. Em 1966, outras mulheres concorreram às eleições e o eleitorado de vários municípios espírito-santenses apoiaram e elegeram suas primeiras vereadoras, quais sejam: Maria Caiado Barbosa, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), no município de Afílio Vivácqua; Maria Nela Geaquinto, também pela Arena, em Jerônimo Monteiro; Joaquina Teixeira de Faria, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Apiacá; Hercília Jantorno de Azevedo, pela Arena, em Viana; e Marialva Rodrigues da Costa, pelo MDB, em Vila Velha (SOUZA,2014).

Nas eleições de 1970 não houve candidatura de mulheres no Espírito Santo e no pleito de 1974, apenas Dilda Fraga Rocha, da Arena, foi eleita vereadora em Fundão (ALMEIDA,2013). Vale lembra que estávamos no período da ditadura militar e logo esse regime alterou o tempo dos mandatos, cassou direitos políticos, decretou eleições indiretas para Presidente da República, alterou o cálculo para o número de deputados nas Câmaras com base na população e mais uma série de ações que reforçaram o poder discricionário do governo, adequando aos seus interesses, visando o estabelecimento da ordem preconizada pela obtenção de uma maioria favorável ao governo e privilegiando estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos.



Mesmo assim, um número significativo de mulheres capixabas eleitas, irá ocorrer no ano de 1976. Nesse pleito foram eleitas 13 mulheres para as câmaras municipais: pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) se elegeram Marialva Venturim Nunes, em Conceição do Castelo; Dinah Gonçalves Correa, no município de Colatina; Alzira Ambrozim Biccas e Dalza Affonso Barbosa, em Afonso Cláudio; Ângela Maria dos Santos Zanon, em Bom Jesus do Norte; Lizette Conde Rios Cavalcante e Marlusse Pestana Daher, no município de São Mateus; e Dilda Fraga Rocha, em Fundão. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elegeu: Nilza Espíndula Carvalho, em Fundão; Nazareth Neves Calixto, em Itapemirim; Olga Pimentel Lopes, em Guarapari; Maria Edina Fiorot, em Linhares; e Olívia Nogueira de Castro, em Vila Velha (ALMEIDA, 2013).

Nas eleições de 1978 das seis candidatas a Câmara Federal três se elegeram: Maria Pinho Pascoal, pelo MDB, Iolanda Lima Fleming pelo MDB, e Railda Pereira da Silva, pela legenda da Arena. Nas eleições realizados em 1982, para cadeiras na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e nas câmaras municipais, foram eleitas 16 mulheres: a primeira Deputada Federal capixaba, Myrthes Bevilacqua Corradi (PMDB), com 46.604 votos; Rosilda de Freitas (PMDB), com 61 22.664 votos, para a Assembleia Legislativa; e 14 vereadoras.

De acordo com Almeida (2013) a professora e advogada Myrthes Bevilacqua abriu caminho para as mulheres espírito-santenses no Congresso Nacional. Exerceu apenas um único mandato, mas teve uma participação ativa em atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público.



Nas eleições de 1986 oito mulheres capixabas concorreram ao cargo de deputada federal e duas foram eleitas, sendo ela Rose de Freitas (PMDB) e Rita de Cássia Paste Camata (PMDB), e foram reeleitas em 1990, quando Rose de Freitas inicia o exercício de seu terceiro mandato e Rita para o seu segundo. Além delas também foi eleita a bacharel em Direito, Etevalda Brassi de Menezes (PMDB).

No pleito seguinte o de 1994, foram eleitas; Rita Camata (PMDB), para deputada federal, com 74.146 votos; e Maria de Fátima Rocha Couzi (PSDB), com 7.951 votos, para deputada estadual. Apesar dos modestos avanços a representação feminina no Espírito Santo era incomparavelmente menor do que a masculina, evidenciando uma nítida desigualdade entre os sexos na política. Mas, essa desigualdade não era característica da política capixaba e com o objetivo de revolver o problema da desigualdade de gênero nos espaços formais de poder e promover uma maior participação da mulher na política em âmbito nacional, em setembro de 1997 é adotada no Brasil a Lei de Cotas por sexo que iria compor a nova legislação eleitoral. Como resultado final foi aprovado uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais, quanto estaduais e federais.

Contudo, a lei não exigia a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais, ou seja, os partidos e coligações não eram obrigados a preencher as vagas que eram destinadas às mulheres, fazendo com que no dia 29 de setembro de 2009 a Lei n.º 12.034 desse uma nova redação ao § 3º do art. 10 da Lei n.º 9.504/1997. Ou seja ficou determinado que, obrigatoriamente os partidos deveriam preencher as vagas de acordo com os percentuais mínimo e máximo para homens e



mulheres, ou seja, preenchê-las com o mínimo de 30% e o máximo de 70% dos candidatos de cada sexo.

Com a aprovação nacional da Lei de Cotas o Estado do Espírito Santo teve um salto no numero de mulheres eleitas, principalmente no pleito de 2002, em relação às eleições anteriores, como mostram as tabelas 1 e 2 seguir:

Tabela 1 – Deputadas Estaduais Eleitas no Espírito Santo (1994-2010)

Pleito	Deputadas	(%) eleitas
1994	Brice Bragato (PT) Maria de Fatima Rocha Couzi (PSDB)	6,6
1998	Maria de Fatima Couzi Leonor Lube (PTB)	6,6
2002	Janete de Sá (PSB) Brice Bragato (PT) Maria de Fatima Rocha Couzi (PSDB) Mariazinha Velloso (PSDB) Sueli Vidigal (PDT)	16,6
2006	Aparecida Denadai (PDT) Luzia Toledo (PTB) Janete de Sá (PSB)	10
2010	Luzia Toledo (PMDB) Lucia Dornellas (PT)	6,6



2014	Luzia Toledo (PMDB) Janete de Sá (PMN) Raquel Lessa (SD) Eliane Dadalto (PTC)	13,3
------	--	------

Fonte: Adaptação aos dados disponibilizados no *site* do Tribunal Regional Eleitoral (TRE- ES) 2016.

Tabela 2 - Deputadas Federais Eleitas no Espírito Santo (1982-2010)

Pleito	Deputadas	(%) cadeiras ocupadas
1982	Myrthes B. Corradi (PMDB)	10
1986	Rita de Cássia P. Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	20
1990	Rita de Cássia P. Rosilda (Rose) de Freitas Etevalda G. de Menezes (PMDB)	30
1994	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	10
1998	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	10
2002	Iriny N. Corres Lopes (PT) Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	20
2006	Sueli R. Silva Vidigal (PDT) Rita de Cássia P. Rosilda (Rose) de Iriny N. Corres Lopes (PT)	40
2010	Sueli Rangel Silva Vidigal	



	Rosilda (Rose) de Iriany N. Corres Lopes (PT) Lauriete Rodrigues (PSC)	40
2014	0	0

Fonte: Adaptação de Souza (2014).

Todavia, apesar de um aumento no número de mulheres eleitas não podemos afirmar que a participação feminina na política capixaba aumentou, pois se mapearmos inserção das mulheres que participaram da política em 1980 até os dias atuais, iremos perceber que houve pouquíssimas “caras novas” no cenário estadual. Isso nos mostra que há uma espécie de “monopólio político” por parte de um determinado grupo de mulheres que ao longo de décadas, conseguiu gerar um capital político e se firmar nesse meio.

Assim, tendo em vista que os partidos políticos são um ponto chave no processo eleitoral e na “aplicação” a lei de cotas , este trabalho propõe analisar se os partidos capixaba tem auxiliado a inserção da mulher na política no Estado do Espírito Santo.

ANÁLISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS CAPIXABAS

A participação feminina na política capixaba vem de um processo lento e gradual. Os partidos políticos são um dos pontos chave para a inserção das mulheres nos espaços formais de poder. Ao analisarmos os gráficos 1 e 2, nos deparamos com os principais partidos políticos que têm elegido mulheres no Espírito Santo.

Gráfico 1- Partidos Políticos das Deputadas Estaduais do Espírito Santo (1982-2014)

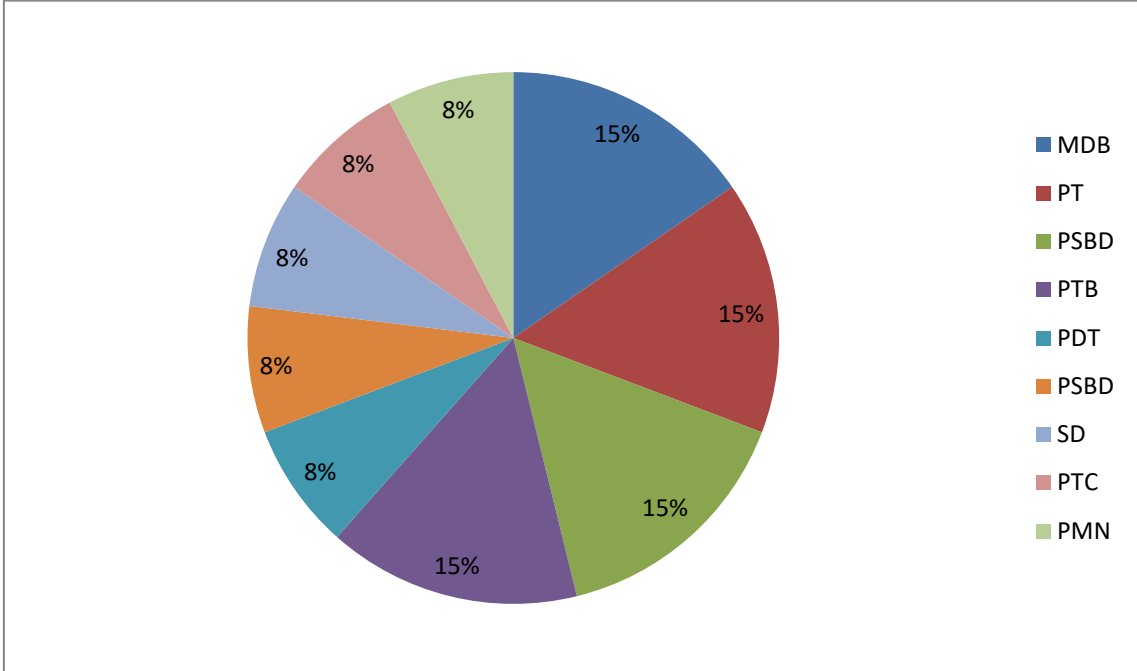
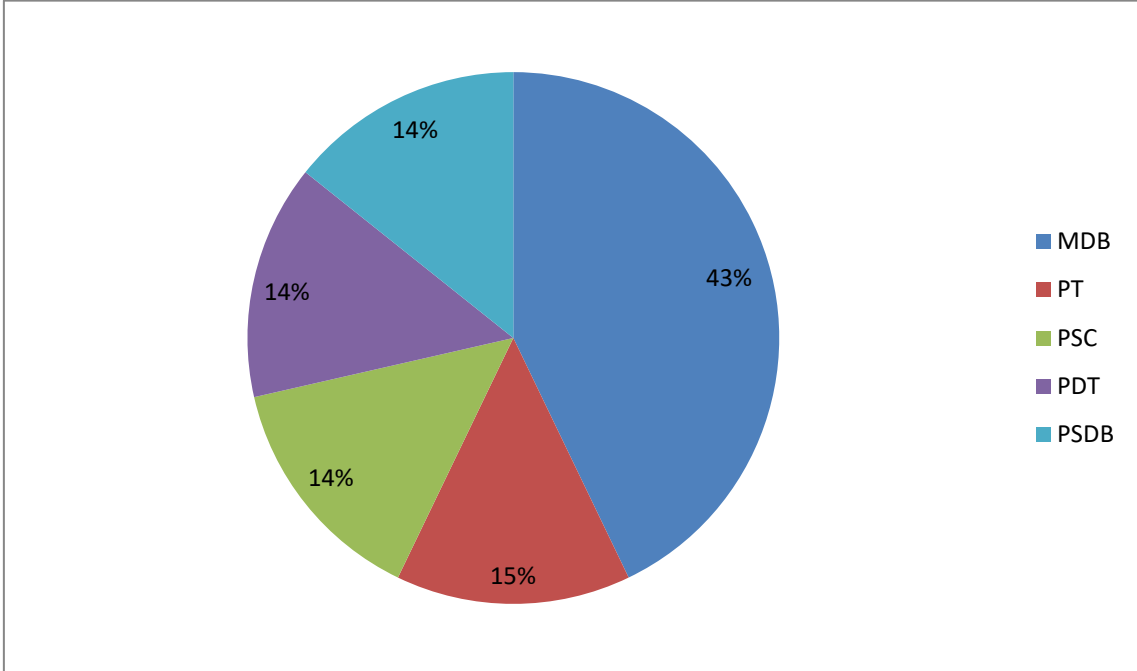


Gráfico 2- Partidos Políticos das Deputadas Federais do Espírito Santo (1982- 2014)



O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é o principal partido que tem levado as mulheres capixabas ao Congresso Nacional e para as Assembleias. Através desses dados, observamos que grande parte das mulheres que adentram a política espirito-santense, vêm de partidos com caráter conservador. Todavia, quando analisamos os pouquíssimos partidos capixabas que têm o maior número de mulheres do que homens, os partidos de esquerda se sobressaem, como nos mostra a tabela abaixo.



ANAIS

*Encontro Internacional
Engênero III*

Tabela 1: Filiação partidária por sexo

PARTIDO	MULHERES	HOMENS
Avante	3.041	3.748
DEM	6.554	10.351
Novo	29	231
PCdoB	2.626	3.507
PCB	234	135
PCO	64	55
PDT	14.293	17.891
PEN	609	1.150
PHS	1.505	2.334
PMB	1.086	842
MDB	18.185	21.327
PMN	4.208	5.760
Podemos	2004	2.713
PP	13.444	17.290
PPL	445	602
PPS	6.256	9.039
PR	5.623	7.932
PRB	2.574	2.996
PROS	1307	1.665
PRP	2.033	3.067
PRRTB	1.635	2.199
PSB	8.495	12.997
PSC	3.068	4.931
PSD	1.561	2.449
PSDB	10.245	14.320
PSDC	1.349	2.045
PSL	2.202	2.873
PSOL	588	736
PSTU	367	192
PT	10.441	14.526
PTB	9.290	13.113
PTC	2.657	3.826
PV	3.252	4.999
Rede	566	751
SD	1.638	2.296

Fonte: Jornal "A Tribuna"



Dos 35 partidos analisados no Estado do Espírito Santo, apenas 4 tem o maior número de mulheres filiadas, mostrando assim, um visível desequilíbrio entre o recrutamento político de homens e de mulheres. Dos 4 partidos, todos vem de uma ideologia de esquerda.

De acordo com Matos (2009) os espaços político-partidários são visto pela mulher muito mais como um obstáculo do que como um ambiente democrático e de apoio. Nessa questão, destaca-se também a persistência de forte elemento político tradicional, clientelista e conservador.

O Espírito Santo conta atualmente com mais de 50% de eleitores do sexo feminino, todavia, a trajetória das mulheres na participação na política estadual foi e continua sendo um processo lento e gradual.

Assim, a estrutura partidária é considerada, pela literatura e também por muitas candidatas um dos principais obstáculos para a entrada das mulheres na política institucional. Mas a centralidade atribuída aos partidos poderia ser questionada, pois a natureza do sistema eleitoral brasileiro, em que inexistente um pré-ordenamento dos candidatos nas listas, faz com que quem decida em última instância quem irá se eleger seja o eleitor. Todavia, um dos fatores mais importantes para a decisão do voto, está o conhecimento que os eleitores têm sobre seus candidatos e suas propostas, e o financiamento eleitoral é chave para possibilitar uma aproximação entre candidatos e eleitores.

Logo, os partidos políticos, ainda que não sejam os únicos responsáveis, contribuem para o baixo desempenho eleitoral das mulheres, na medida em que oferecem maior apoio financeiro às



candidaturas masculinas e continuam a se manter como um meio conservador e machista (SACCHET;SPECK,2012).

CONCLUSÃO

A distribuição desigual dos recursos financeiros por parte partidos para campanhas de mulheres pode constituir-se em uma difícil empreitada. A maioria dos partidos, tende a destinar parcelas significativamente maiores de seus recursos para candidatos homens.

Mais da metade da população capixaba é composta por mulheres, mas o Espírito Santo ainda tem se mostrado um Estado conservador no que tange a participação feminina nos espaços formais de poder

Houve, de fato, uma elevação acentuada do número de candidatas aos cargos proporcionais devido à obrigatoriedade das cotas, entretanto, esse aumento por parte das candidaturas não foi convertido em mulheres eleitas.

O financiamento em campanhas eleitorais tem sido o ponto chave para a eleição dos candidatos. Todavia a diferença do financiamento eleitoral entre os sexos ainda está presente em todos os recursos financeiros. Diferentemente do Brasil que na competição eleitoral é majoritariamente financiada pelo dinheiro público, os Estados Unidos fundou em 1985 um importante grupo que é o EMILY's, afim de arrecadar fundos e superar as dificuldades financeiras que as mulheres defrontam nas competições eleitorais. O que nos leva a pensar em novas formas de solucionar esse problema nessa disparidade que há entre homens e mulheres na questão do financiamento (AVELAR,2011).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Simone Patrocínio de. **A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)**. 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima. Introdução: as mulheres nas eleições 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, junho- dezembro de 2009.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.
- BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2012..
- COSTA, A.A.A. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBa - Assembleia Legislativa da Bahia. 1998. 248p. - (Coleção Bahianas; 02).
- COUTO, Priscilla Alves Junino. **Mulheres e Política: percepção e atuação política das vereadoras dos Campos de Goytacazes**. 2012.122f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós –Graduação em Sociologia Política e Gestão Urbana, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos Goytacazes, 2013.



- MARTINS, Eneida Valarini. **A Política de Cotas e a Representação Feminina na Câmara dos Deputados**. Monografia apresentada para o curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo. Câmara dos Deputados. 58f, 2007.
- MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em Movimento**. Editora Nobel, 1985.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas - Vitória/ES (1924 a 1934)**. 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- RIBEIRO, Judith Leão Castello. **Presença**. Vitória, ES, 1980.
- SACCHET, TERESA; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em



cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima 251 (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 417- 452.

- SOUZA, Dayane Santos de. **Entre Espírito Santo e Brasília: mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização**. 265f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2014.
- SOW, M.M. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação. Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://bd.camara.gov.br>. Acessado em Julho de 2016.
- TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas: Participação, política e poder**. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2002
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de costas**. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.



VIDA NUA, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE: PERSPECTIVAS ÉTICO-ESTÉTICAS ACERCA DO CONTO “MARIA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Sileyrr dos Santos Ribeiro
*Doutoranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGL/Ufes)*
*Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
(Fapes)*

E-mail: sileyrribeiro@hotmail.com

Segundo Beatriz Resende (2008), a literatura brasileira contemporânea é marcada pela *multiplicidade* de temas e de formas, aliada ao retrato da violência urbana e, igualmente, à *urgência* de intervenção na realidade social por parte das novas vozes dos excluídos e segregados socialmente que, abrindo mão de mediadores, tomam para si a palavra em um espaço literário que se reconfigura. Deste modo, a *escrivência* da premiada escritora Conceição Evaristo dá voz à periferia, às mulheres marcadas pela violência sexual, racial e de gênero. No presente texto, analisamos, na construção das personagens de sua obra *Olhos d'água* (2004), sobretudo no conto “Maria”: a) o impacto da violência, da exclusão e da estereotipagem, principal elemento da violência simbólica; b) o poder do estigma na destruição e no aniquilamento da *vida nua*, dialogando com Giorgio Agamben (2004).

PALAVRAS-CHAVE: violência; vida nua; estereótipo; “Maria”.

Maria da Conceição Evaristo de Brito ou Conceição Evaristo, nascida em uma favela belo-horizontina no ano de 1946, é proveniente de uma família pobre. Segunda de nove irmãos, trabalhou como diarista até os vinte e cinco anos. Doutora em Literatura Comparada (2011) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente é professora visitante Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1990, iniciou suas publicações nos *Cadernos Negros*, revista organizada há quatro décadas pelo grupo *Quilombhoje*. Autora de ficção, de poesias e de ensaios, em 2003 estreou sua carreira como romancista com a publicação do livro *Ponciá vicêncio* (2013), o qual obteve boa



aceitação junto à crítica e foi traduzido para o francês pela editora Anacaona, em 2015.

Em virtude de sua escrita refletir profundamente a condição de mulher negra e de origem humilde, Conceição Evaristo a denomina de “escrevivência”¹⁹⁵. Em entrevista ao *Jornal Globo* (2016), inclusive, a autora destaca como sua história de vida influenciou sobremaneira sua obra: “Não nasci rodeada de livros, mas rodeada de palavras. Havia toda uma herança das culturas africanas de contação de história.” (EVARISTO, 2016, não paginado). Engajada em temas como desigualdade de gênero, racismo e discriminação social, a obra de Evaristo é paradigmática quanto à visibilidade conferida às mulheres que, como as personagens de seu livro *Olhos d'Água* (2014), “costuram a vida com fios de ferro”¹⁹⁶ em uma sociedade marcada por sexismo, racismo e segregação social. Em suas entrevistas, a escritora enfatiza que a significativa partilha dos locais sociais não é imediata e que vê como motivação de sua obra a contribuição em tal empreitada.

Em 2015, em ocasião do recebimento do prêmio Jabuti pela coletânea *Olhos d'Água* (2014), a autora criticou o pouco destaque de que as escritoras negras gozariam nas letras nacionais, que “sempre foi de uma grande maioria branca” (EVARISTO, 2016, não paginado), e, por esse motivo, alcunhou a conquista literária de “prêmio da solidão”. Em 2018, a mineira pleiteou a cadeira de número sete da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o poeta abolicionista Castro Alves (1847-1871). Com uma candidatura de forte apoio popular e pouco

¹⁹⁵ Um jogo de palavras entre os vocábulos “escrever” e “vivência”; e entre as ideias de escrever, viver e ver.

¹⁹⁶ Citação retirada do conto “A gente combinamos de não morrer”, presente na obra *Olhos d'água*.



convencional, já que se absteve de estratégias usualmente adotadas, como apadrinhamentos e promoção de jantares e encontros para os membros, Evaristo foi derrotada pelo cineasta Cacá Diegues.

Beatriz Resende (2008) aponta grandes mudanças sofridas no panorama literário das últimas décadas, perceptível na transformação das feiras literárias em megaeventos que reúnem, com shows e literatura, do popular ao “erudito”, passando pela profusão de escritores iniciantes, os quais possuiriam mais oportunidades devido tanto ao incremento de editoração e de suplementação, quanto ao aumento do contingente de autores que utiliza a *internet* como suporte de veiculação de suas obras. Porém, ainda é pouco valorizada a literatura afro-brasileira¹⁹⁷ no âmbito nacional. Exemplo disso ocorreu no ano de 2016, na monumental Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP), em que Conceição Evaristo questionou – mais uma vez – a falta de representatividade negra dentre o rol de escritores homenageados.

Consoante Resende (2008), as produções literárias brasileiras das últimas décadas teriam como contexto sócio-histórico os problemas urbanos decorrentes, em grande parte, da desenfreada ocupação e da falta de estrutura das metrópoles, logo, seriam assíduas as temáticas como a violência e a criminalidade nas grandes cidades. Abrindo mão do intermédio de escritores pertencentes à burguesia, tais problemas seriam denunciados na escrita pela própria voz dos moradores das

¹⁹⁷ Citando Luiza Lobo (2007), Eduardo de Assis Duarte (2008) caracteriza a escrita afro-brasileira como uma produção “[...] desenvolvida por um autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem que se assumir como negro.” (LOBO apud DUARTE, 2008, p. 02).



periferias, os quais se expressam, “na maior parte dos casos, pela retomada de uma escrita realista.” (RESENDE, 2008, p. 94). Assim o cenário denunciado pela literatura é frequentemente caracterizado pelo império de poderes paralelos, como milícias, justiceiros e pela ausência do Estado.

Assim, a quaisquer tendências homogeneizantes das vozes do homem branco e burguês, a contemporaneidade é marcada pela produção de autores que, como Conceição Evaristo, assumem um lugar de fala que denuncia, a partir de sua própria experiência a violência, o racismo e discriminação social. A literatura e as correntes estéticas têm sido protagonistas nos estudos acerca da subalternidade de identidades não normativas de gênero, frutos da luta feminista e por direitos civis que eclodiram pelo mundo nas décadas anteriores. Desse modo, a partir da segunda metade de 1980, as mulheres negras começaram a denunciar a cisão entre raça e classe dentro do próprio feminismo, reivindicando seu protagonismo nos movimentos de contracultura, “tais ativismos ganham força e visibilidade na época da contracultura e costumam ser associados à emergência de novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e a influenciar na produção do conhecimento.” (AZEVEDO E LIMA, 2017, p. 104).

Lima Duarte (2018) observa que a violência de gênero é pouco abordada nas letras nacionais, à exceção de obras pontuais, como *Parque Industrial* (1994), de Patrícia Galvão, que denuncia o assédio moral e sexual a que as operárias pobres foram submetidas durante o processo de industrialização brasileiro na década de 1930. Além disso, os já mencionados *Cadernos Negros*, publicação coletiva de contos e de poemas feitos por escritores afrodescendentes, se constituem como



um importante palco de denúncia à violência que as mulheres sofrem – inclusive, a maioria dos contos de *Olhos d'água* (2014) foi publicada nos *Cadernos* antes de serem coligidos no livro de Conceição Evaristo.

Dar voz às classes oprimidas, “muitas vezes silenciados pela história da literatura, torna-se não apenas um posicionamento artístico, mas um ato político.” (AZEVEDO E MELO, 2017, p. 102). No presente trabalho, pretende-se observar como a obra *Olhos d'água* (2014) corporifica a resistência feminina e dá voz à periferia, imersa em um contexto de violência sexual, racial e de gênero. Os quinze contos que compõem a obra têm como fio condutor a população afro-brasileira e são marcados por uma narrativa concisa e sem sentimentalismos, o que, sem embotar o lirismo da narrativa de Conceição Evaristo, acentua a crueza da realidade de muitas mulheres brasileiras que transitam entre os limiares da vida e da morte.

A obra *Olhos d'água* (2014) é composta por uma miscelânea de personagens que, se equilibrando na linha bamba e invisível do tempo, partilham histórias dolorosas, mormente sob um cenário de violência de gênero, criminalidade, desigualdade e racismo. Dentre eles, destacamos: a menina Zaíta, do conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, que é vítima de um tiroteio na favela; Ana Davenga do conto “Ana-Davenga”, morta pela polícia junto ao companheiro traficante; Salinda, de “Beijo na face”, presa a um relacionamento abusivo e vítima de violência doméstica; e a mendiga Duzu, do conto “Duzu-Querença”, cuja história, marcada pela prostituição, pela violência e pela pobreza, a habituou “à morte como uma forma de vida.” (EVARISTO, 2014, p. 33).



Heloisa Gomes, no prefácio à obra *Olhos d'água* (2014), afirma que os contos “equilibram-se entre a afirmação e a negação, entre a denúncia e a celebração da vida, entre o nascimento e a morte.” (p. 01). Assim, não obstante as histórias comportem de quase-tragédias a desfechos trágicos das personagens principais e/ou de suas famílias, o livro expressaria vitalidade e resistência. Como no primeiro conto da obra – intitulado “Olhos d'água” – que se trata de uma prosa-poética de louvor à amorosa dedicação da figura materna que, a despeito da falta material, contava encantadoras histórias às filhas pequenas.

“Olhos d'água” retrata uma mulher adulta que viaja de volta à terra natal após não conseguir se lembrar da cor dos olhos da mãe e constata que eles eram sempre caudalosos, repletos de correntezas, de “[...] prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície.” (EVARISTO, 2015, p. 18-19). Ao final do conto, há um reencontro espiritual entre a narradora e a mãe, além de um encontro entre as gerações simbolizado pela conversa da narradora com a filha, a qual lhe pergunta acerca da “cor tão úmida de seus olhos”. Segundo Zilá Bernd e Tanira Soares (2016), os *olhos d'água* apresentam-se como um *continuum* entre as gerações da avó e da mãe, sendo que a terceira geração – a da neta – é capaz de reconhecer na mãe os olhos que esta herdara de sua avó.

O livro se encerra com o belo conto “Ayoluwa, a alegria do nosso povo”, o qual dialoga com “Olhos d'água” devido à presença da ancestralidade e ao resgate de sabedorias das gerações predecessoras, por meio da citação de nomes e de entidades de



origem africana. Desse modo, enquanto “Olhos d’água” retoma a figura das *yabás* – orixás femininas –, o último conto arrola nomes como *Ayoluwa*, *Amina*, *Masud*, *Malika*, *Sele* e *Bwerani*, os quais remetem à cultura africana. Outrossim, “*Ayoluwa*, a alegria de nosso povo” é construído como uma lenda, como se fosse fruto de uma experiência genuína que perpassa as gerações e perpetua “a esperança de novos tempos e de uma nova atitude perante a vida, através do nascimento de uma mulher”. (DUARTE, 2018, não paginado).

Dos quinze contos que compõem *Olhos d’Água* (2014), quase todos são protagonizados por mulheres ou focalizam relações entre a personagem principal e as figuras femininas, como em “Os amores de Kimbá”, que retrata um triângulo amoroso bissexual – de fim trágico – entre o protagonista, Beth e Gustavo. “Di Lixão”, por sua vez, narra os últimos instantes de um menino que vive na rua. Filho de uma prostituta, o rapaz sem-teto agoniza em virtude da dor proveniente do chute que levou de um outro indigente e por um dente infeccionado; enquanto isso, volve à posição fetal tentando espargir a dor e lembra-se da mãe, praguejando-a. A força imagética e irremissível da morte dessa personagem é de um poder ímpar:

Deitou novamente, retomando a posição de feto. Já eram sete horas da manhã. Um transeunte passou e teve a impressão de que o garoto estava morto. Um filete de sangue escorria de sua boca entreaberta. Às nove horas o rabecão da polícia veio recolher o cadáver. (EVARISTO, 2014, p. 80).

Quarto conto de *Olhos d’água* (2014), “*Maria*” demonstra o enquadramento ao qual as minorias são submetidas e o poder do estigma na destruição e subjugamento do outro, ao mesmo tempo em



que desmascara o preconceito como um instrumento de poder que demarca o corpo das *marias*. Diante disso, perguntamo-nos quais as implicações na contemporaneidade do limbo político em que se encontram tantas *marias*, isto é, tantas personagens presentes nas obras de Conceição Evaristo e no mundo, que são rotuladas, violentadas, destituídas e abandonadas.

Conforme veremos, a personagem Maria, marcada pelo corpo da pobreza, circunscrita à miserabilidade e subjugada pelo preconceito, teve sua vida reificada em coisa dispensável. Em diálogo com Giorgio Agamben (2004), discutiremos como a sociedade contemporânea, por meio de seus dispositivos biopolíticos, transforma toda vida em *vida nua*, contraposta à vida que vale a pena ser vivida. Além disso, comentaremos como a estereotipagem, enquanto violência simbólica, e a naturalização da violência concorrem na acentuação da vida nua de personagens que, como Maria, morrem ordinariamente uma morte sem rosto e sem nome.

No conto “Maria” a protagonista homônima é apresentada desde o princípio em um contexto de desnível social em relação à patroa, assim, estando “feliz, apesar do cansaço”, a empregada doméstica demonstra-se satisfeita e conformada com a gorjeta recebida. Maria levava para casa os despojos da festa dada na noite anterior por sua patroa, que consistiam em um osso de pernil e em algumas frutas que haviam ornado a mesa. Dentro do ônibus de volta para casa, um homem se levanta e paga a própria passagem e a de Maria – era o pai de seu filho primogênito, de onze anos –; ao reconhecê-lo, a mulher rememora seu passado: “Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na



frente. O homem sentou-se a seu lado. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco.” (EVARISTO, 2014, p. 40). O homem, sentando-se ao lado de Maria, pergunta como estava o filho de ambos, fala do passado, da dor, das saudades, contudo, cochicha de forma estática e sem fitá-la: “Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho.” (Idem). Abruptamente, o homem levanta-se, saca uma arma e anuncia um assalto ao transporte coletivo. Maria pensa nos filhos e sente um crescente medo da vida durante o período de tempo em que transcorre o assalto, pois nunca havia passado por algo similar.

Após a descida do assaltante e de seu comparsa, um passageiro observa que Maria não havia sido rendida, grita que “aquela puta safada” os conhecia e incita gritos ofensivos e racistas, que colocaram sob suspeição o caráter da mulher: “Nega safada vai ver que estava de coleio com os dois” (EVARISTO, 2014, p. 42). A primeira voz parece ter despertado a “coragem” dos demais passageiros, assim, os gritos avultam em ofensas ainda maiores: “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!” (Idem). O dono da voz levanta-se e encaminha-se em direção à Maria, a qual, sentindo medo e raiva, replica que desconhece os assaltantes e que não deve satisfações a ninguém. Chamando-a de “negra [...] atrevida”, o homem bate no rosto de Maria e, ainda dentro do ônibus, alguém grita: “Lincha! Lincha! Lincha!”.

Diante da confusão, o motorista para o ônibus e tenta intervir, argumenta que conhece Maria, que ela é trabalhadora e que sempre toma o coletivo naquele horário. No entanto, o espancamento à mulher, que nem ao menos entendia o porquê de estar sendo agredida



e pensava nos filhos, mantém-se em curso. Desse modo, sem direito a sequer contra-argumentar, Maria é brutalmente espancada e pisoteada até a morte: “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado”. (EVARISTO, 2014, p. 42).

Citando Stuart Hall, Azevedo e Lima (2017) apontam que “a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder. Este geralmente é dirigido contra um grupo subordinado ou excluído” (HALL, 2016, p. 192 apud AZEVEDO E LIMA, 2017, p. 107). No conto “Maria”, é notório o discurso racista dos passageiros que, expresso por falas como “*Negra safada*”, demonstra “a criminalização por causa de sua raça e a dúvida [acerca de sua] honestidade.” (AZEVEDO e LIMA, 2017, p. 108). Dessa forma, o conto manifesta o poder do enquadramento branco e burguês a que sociedade é submetida, uma vez que a personagem está presa ao cruel jogo do poder, simplificada e resumida a um estereótipo.

A imagem da mulher negra, construída sócio-historicamente, destina-lhe um *locus* ao qual deve se acomodar, exemplo disso expressa-se no já retratado desnível social entre a patroa, que dá uma farta festa, e a empregada, que se contenta com os despojos e uma magra gorjeta. Destarte, a estereotipagem daqueles que não se adéquam às normas das *vidas que valem à pena serem vividas* contribui sobremaneira na marginalização e eleição das vidas nuas e, portanto, dispensáveis.

A construção das diversas sociedades, em muitos momentos da história, esteve pautada nas relações de poder que se edificaram de várias formas. Dentre os diferentes mecanismos de controle e normatização das populações, os dispositivos de



biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos sempre estiveram à frente, causando sofrimento e morte a quem ousa expressar-se de maneira adversa aos seus preceitos. Com a crescente guinada política nessa direção dos últimos tempos, a indústria cultural vem, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder hetero-cis-normativo, que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários daquilo que se espera do ser homem e do ser mulher. (AZEVEDO E LIMA, 2017, p. 104).

1 Vida nua e exclusão

Os filósofos gregos definiam a vida humana sob uma dupla perspectiva: a *zoé*, que se trata vida natural, da vida nua, puramente animal e biológica; e a *bíos*, que se trata da maneira de viver, da vida humana imersa na cultura e na política, da esfera em que se manifestam a linguagem, a ética, a moral e o juízo. Ao referir-se ao homem, usava-se geralmente o segundo termo – *bíos* –, uma vez que não era sequer concebível uma vida reduzida à sua mera animalidade. Segundo Giorgio Agamben (2004), a *biopolítica*¹⁹⁸ opera o contrário, ao estabelecer como centro de suas preocupações a vida biológica e ao colocar em discussão a própria vida de ser vivo, sem pressupor o homem como um animal político.

O exercício do *biopoder*, distribuído no âmbito das instituições que gerem a vida humana, se dá tanto pela *disciplina*, a qual visa a promover o adestramento dos corpos e a dobrar o sujeito à lógica do trabalho; quanto pelo *controle populacional*, cujas medidas trazem para o centro das discussões políticas temas relacionados ao homem enquanto espécie e, além disso, estabelecem índices relativos à

¹⁹⁸ O conceito de *biopoder* e de *biopolítica* foram amplamente utilizados por Michel Foucault em sua obra, portanto, pressupomos um diálogo com o filósofo na leitura das explanações de Giorgio Agamben.



longevidade, à natalidade, à reprodução e à mortalidade, os quais intervêm diretamente no controle populacional.

Giorgio Agamben (2004) incorpora ao conceito foucaultiano de *biopolítica* o *homo sacer*, presente no direito arcaico romano. Tal figura é subtraída tanto à esfera da sacralidade, por não poder ser imolada, quanto da humana, pois é matável, assim, enquanto vida nua e reduzida à mera animalidade, sua morte não acarretaria qualquer sanção ou penalidade. O *homo sacer* trata-se de um conceito-limite, o qual encerra a ambiguidade entre o caráter sacro e o impuro, isto é, da pessoa posta para fora da jurisdição humana sem passar para a divina e que, por sua atopia, constitui-se uma dupla exceção do divino e do humano.

O *homo sacer* pertence ao deus na forma de sua insacrificabilidade e é incluído na comunidade na forma de sua matabilidade: "*a vida insacrificável e, todavia, matável, é a vida sacra.*" (AGAMBEN, 2004, p. 90. Grifos do autor). Assim, sua condição é definida menos por sua ambivalência do que por sua dupla exclusão, pois é a partir desta que se estabelece sua relação com a violência à qual é exposto:

Esta violência - a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio. Subtraindo-se às formas sancionadas dos direitos humano e divino, ela abre uma esfera do agir humano que não é do *sacrum facere* e nem da ação profana. (AGAMBEN, 2004, p. 90).



Segundo Agamben (2004), cabe ao soberano decretar o estado de exceção – em que são suspensas as leis – e, em última instância, decidir sobre a vida e a morte de alguém. Dialogando com Walter Benjamin, o teórico italiano aponta que vivemos em um estado de exceção permanente, o qual, caracterizado pelo exercício do poder soberano por fora da lei e da moral, suspende os direitos individuais, reduz a vida a uma dimensão biológica e justifica sua aniquilação. Assim, cada sociedade estabelece os parâmetros e os limiares que estipulam as *vidas nuas*: “[...] existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor.” (AGAMBEN, 2010, p. 133).

A exclusão do *homo sacer* é um dos artifícios do estado de direito e se configura como uma *exclusão incluída*, pois a ameaça à sua vida relaciona-o diretamente com o poder que o baniu. As zonas ambíguas para as quais a vida nua é banida tornam indiscerníveis suas barreiras e metamorfoseiam-se quer em “*zennes d’attent* de nossos aeroportos”, quer “em certas periferias de nossas cidades.” (AGAMBEN, 2010, p. 171). Portanto, o que representa a contemporaneidade não é a inclusão da *zôe* na *pólis*, mas sim o espaço da vida nua conjugado ao político.

Na obra *Olhos d’água* (2014), as personagens como Di Lixão e a mendiga Duzu, ambos moradores de rua, representam a situação a qual as vidas nuas são submetidas: sem direitos e inúteis socialmente, vivem pelas ruas reduzidos à completa animalidade e, sendo vidas aniquiláveis, suas mortes são apenas um detalhe sem qualquer comoção no panorama urbano. Assim, a sociedade, ao eleger seus limiares, demarca um local em que os excluídos nela se incluem por sua



exclusão, isto é, a vida nua não é a antinomia do cidadão, mas sim um artifício do estado de direito, que conjuga ao campo político os limbos de sua exclusão.

Dessa forma, o menino que mora sob a marquise no conto “Di Lixão” agoniza e volve à posição fetal – ao seu início – para driblar tanto a dor de quem vive seus últimos instantes quanto daquele que não nasce cidadão de direito e tem a vida irrestritamente dispensável. Maria, por sua vez, linchada por populares sem sequer entender a motivação do crime e sem poder contra-argumentar, corporifica a vida nua da mulher negra e pobre, colocada sob suspeição, excluída e ordinariamente aniquilável. Maria, que sentia mais medo da vida do que da morte, resumida à estereotipagem, é o resultado da matabilidade da vida nua, da vida reduzida irrestritamente à mera animalidade e ao aniquilamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Conceição Evaristo, segundo Constância Lima Duarte (2018), expressa um novo paradigma, pois inscrevendo-se “de dentro (e fora) do espaço marginalizado, é contaminada da angústia coletiva, testemunha a banalização do mal, da morte, a opressão de classe, gênero e etnia, e é porta-voz da esperança de novos tempos” (p. 06). Assim, a esperança da obra residiria no nascimento de uma mulher no último conto – “Ayoluwa, a alegria do nosso povo” –; na continuidade da história de luta e de resistência entre as gerações – no conto “Olhos d’água” – e na força feminina, corporificada em mulheres que, como a personagem Salinda, mesmo sentindo os perigos das ameaças do marido, entrega-se ao amor – lesboafetivo, aliás.



Olhos d'água (2014) abrange cenas de estupro, assassinato, violência e de morte, porém, a leveza das imagens e o lirismo que constroem a narrativa, “que se assemelham à prosa poética, tal a leveza das imagens e o tom lírico que sustenta a narrativa” (DUARTE, 2018, p. 02), não obstam a autora de retratar a crueza de uma violência urbana chocante e brutal, demonstrando sua consciência de “pertencimento a um grupo social oprimido, que tem na pele a cor da exclusão, e está presente em cada personagem.” (Idem). Deste modo, a autora retrata o panorama urbano da cidade e denuncia a violência e a exclusão a que as vidas nuas são submetidas, sem abrir mão de um lirismo e de uma esperança na continuidade da luta das mulheres e gerações, em um limbo político marcado pelo estigma social, pela desigualdade e pela violência de gênero.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

AZEVEDO, Natanael Duarte. MELO, Ian Ferreira de. “A Construção do Feminino em ‘Olhos D'água’, de Conceição Evaristo: Uma Análise de Performances Pós-Identitárias de Gênero”. **Revista línguas e letras**: 2017, n. 40, vol. 18.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Por um conceito de literatura afro-brasileira”. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/teoricos-conceituais/Artigoeduardo2conceitodeliteratura.pdf>>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

DUARTE, Constância Lima. “Gênero e violência na literatura afro-brasileira”. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/47-constancia-lima-duarte-genero-e-violencia-na-literatura-afro-brasileira>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.



_____ ; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Org.). **Escrevivências**: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea Editora, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

_____. **Olhos d'água**: Pallas Editora: São Paulo, 2014.

_____. "A literatura está nas mãos de homens brancos". Entrevista ao **Correio Braziliense** por Nahima Maciel. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/07/15/interna_diversao_arte,694873/entrevista-conceicao-evaristo.shtml. Acesso em 28 de outubro de 2018.

_____. "Conceição Evaristo garante que sua história é uma exceção à regra, em um país marcado pelo racismo estrutural". Entrevista ao **Geledés** por Pedro Nogueira Ribeiro e Mariana Pitasse. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-garante-que-sua-historia-e-uma-excecao-regra-em-um-pais-marcado-pelo-racismo-estrutural/>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

_____. "Conceição Evaristo: a literatura como arte da 'escrevivência'". Entrevista ao **Globo**, por Leonardo Cazes. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/conceicao-evaristo-literatura-como-arte-da-escrevivencia-19682928>. (2016). Acesso em 22 de outubro de 2018.

GALVÃO, Patrícia. **Parque industrial**. São Paulo: Edufscar, 1994.